

COLETÂNEA DE ARTIGOS



CONHECIMENTO
em **Pauta**

Volume **11**

Artigos Científicos

GRADUAÇÃO//ESPECIALIZAÇÃO **2020**

Unoesc Chapecó

Organizadores:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco
Gilberto Pinzetta



editora
unoesc

© 2020 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Donovan Filipe Massarolo, Gilvana Toniéolo, Giovana Patrícia Bizinela
Projeto Gráfico e capa: Saimon Vasconcellos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcellos Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação/especialização 2020 / organizadores: Diego Beal ... [et al.]. - Chapecó: Editora Unoesc, 2020. 570 p. - (Série Coletânea de artigos, v. 11)
	ISBN: 978-65-86158-32-8
	I. Ensino Superior - Pesquisa. I. Beal, Diego, (org.). II. Título. III. Série
	CDD 378

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Ildo Fabris
Campus de Xanxerê
Genesio Téó

Pró-reitora Acadêmica
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Administração
Ricardo Antonio De Marco

Conselho Editorial

Jovani Antônio Steffani
Tiago de Matia
Sandra Fachineto
Aline Partile Remor
Lisandra Antunes de Oliveira
Marilda Pasqual Schneider
Claudio Luiz Orço
Ieda Margarete Oro
Silvio Santos Junior
Carlos Luiz Strapazzon
Wilson Antônio Steinmetz
César Milton Baratto
Marconi Januário
Marceli Maccari
Daniele Cristine Beuron

Comissão Organizadora:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco
Gilberto Pinzetta

Comissão Científica:

Camília Susana Faler
Carla de Almeida Martins Basso
Celso Paulo Costa
Crisleine Zottis dos Reis
Daiane Pavan
Diego Beal
Gilberto Pinzetta
Inocencia Boita Dalbosco
Manuela Gazzoni dos Passos
Marineiva Moro Campos de Oliveira

A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

CIÊNCIA JURÍDICA

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RELACIONADA A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS HOMOSSEXUAIS..... 11

Janaína Reckziegel, Cláudia Cinara Locateli, Josemar Cristiano De Freitas

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: A DIGNIDADE HUMANA COMO DIREITO À AUTONOMIA DO PACIENTE..... 29

Bernardo Duarte

DEPOIMENTO ESPECIAL: MÉTODO HUMANIZADO DE OUVIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL.....49

Jaqueline Balsanello

DEPOIMENTO ESPECIAL: ASPECTOS NORMATIVOS E PRÁTICOS.....67

Ana Laura Orsolin, Cláudia Cinara Locateli

A OBRIGATORIEDADE DO VOTO NO ÂMAGO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: REALIDADE (IN)COERENTE?.....87

Danielle Silvestrin

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: PONDERAÇÃO ENTRE O EXERCÍCIO DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO E A OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....111

Renan Eduardo da Silva

RESTRIÇÕES AO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, CONFORME DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO PENAL N. 937.....129

Joana Fátima Bellé, Jeferson Osvaldo Vieira





A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS PELA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE 153

Kauana Schu, Daniel Sbeghen

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COMO LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: SOCIABILIDADE EMPREGADA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA..... 183

Larissa Menegatti, Leonardo Dlugokenski

LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA MUNICIPAL: ANÁLISE SISTÊMICA DA APLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR DE CHAPECÓ (SC).....209

Claudiane Denti

CIÊNCIAS SOCIAIS

FATORES DE INFLUÊNCIA DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA.....231

Ana Carolina Haiduki De Moraes, Camila Camargo Aguiar

ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PARA POPULAÇÃO LGBT..... 255

Emelaine da Silva Oliveira, Maria Carolina Pimentel, Camilia Susana Falser

PAPÉIS DE GÊNERO E TRABALHO: UMA VISÃO ACADÊMICA..... 269

Viridiane Klabunde Carabagialle, Fábio Augusto Lise

CIÊNCIAS DA VIDA E SAÚDE

A SAÚDE MENTAL DE MULHERES ADULTAS JOVENS QUE FORAM VÍTIMAS DE BULLYING DIRETO E/OU INDIRETO NA ESCOLA293

Débora Caroline Borges Zanol, Fábio Augusto Lise

O BRINCAR E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS DISSERTAÇÕES..... 315

Jackson Gerson da Silva, Aline Cviatkovski





A TCC PARA ESQUIZOFRENIA É MAIS UM DELÍRIO? REVISÃO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: SOBRE A EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO E COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA.....331

Viviane Celita Crescela, Morgana Orso dos Santos

PERFIL DO ESTADO DE HUMOR DE MULHERES COM FIBROMIALGIA PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO.....357

Marcelo Rogoski Veloso, Dayane Sampaio, Luan Barth Alves, Rafael Cunha Laux

ANÁLISE MORFOLÓGICA EM ATLETAS DE FUTEBOL DE CATEGORIAS DE BASE SUB 12 E SUB 13.....379

Keller Venicius Zanetti, Daniela Zanini, Danielle Ledur Antes

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

A IMPORTÂNCIA DA DRENAGEM EM PERÍMETRO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC.....395

Darlan Yuri da Costa, Crisleine Zottis dos Reis

CALL OF CODE LINHA GÓTICA: GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE PROGRAMAÇÃO.....415

Anderson Bedin Correia, Jean Carlos Hennrichs

PROCESSO DE NEGÓCIO PARA ATENDIMENTOS DE UM SETOR DE TI.....443

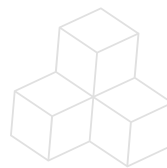
Tadeu Pagliarini, Jean Carlos Hennrichs

APLICATIVO DE REALIDADE AUMENTADA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....467

Alan Douglas Biessek, Jean Carlos Hennrichs

UM DRE PARA BUSSINESS INTELIGENCE EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO.....491

Almir José Rigo, Jean Carlos Hennrichs





GAMIFICAÇÃO NA APRENDIZAGEM ESTUDO DE CASO COM A PLATAFORMA CLASSCRAFT.....507

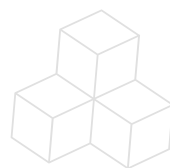
Deiziane Camargo Meneghini, Jean Carlos Hennrichs

AUMENTO DE DESEMPENHO NO CARREGAMENTO DE DADOS DO POWER BI EM UMA EMPRESA MOVELEIRA 531

Jonathan Kloh, Jean Carlos Hennrichs

UTILIZAÇÃO DE UX E UI NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES..... 551

Anderson Rodrigo Vargas Gracielli, Jean Carlos Hennrichs





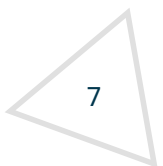
APRESENTAÇÃO


A já tradicional publicação “Conhecimento em Pauta”, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, chega à sua edição relativa ao ano de 2020. São 26 artigos escritos por estudantes e professores vinculados a cursos de Graduação e Pós-graduação do Campus de Chapecó.

Os trabalhos abordam temas relacionados à Ciência Jurídica, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Vida, e Ciências Exatas e Tecnológicas. Na área Jurídica, os trabalhos vão desde debates sobre temas constitucionais, como os direitos e liberdades individuais, até a temas infraconstitucionais de aplicação do Direito, como aspectos da legislação tributária e urbanística. A diversidade da área Ciências Humanas e Sociais está representada na coletânea por estudos que tratam do empreendedorismo, questões de gênero e minorias. A área de Ciências da Vida contribui especialmente com estudos sobre saúde mental e desenvolvimento infantil. Por fim, a área de Ciências Exatas e Tecnológicas abrange especialmente estudos nas temáticas da tecnologia da informação.

Acreditamos firmemente que ao promover a construção e disseminação de conhecimentos nas diversas áreas do saber em que atuamos, estamos cumprindo com nossa missão de promoção de formação humana e profissional, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional.

Esta coletânea objetiva articular o tripé universitário do ensino, pesquisa e extensão de maneira interdisciplinar, inclusiva e multidisciplinar de maneira a oportunizar a divulgação científica de qualidade e o acesso a outros estudantes e pesquisadores ao conteúdo do que aqui é produzido.





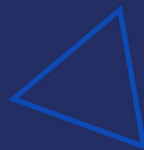
Agradecemos o empenho e dedicação de todos os autores, organizadores e comissão científica, e convidamos a comunidade acadêmica para que acesse o material e absorva o conteúdo aqui apresentado. Boa leitura.

Prof.º Carlos Eduardo Carvalho
Vice-reitor de campus
Unoesc Chapecó





..... **CIÊNCIA**
JURÍDICA





A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RELACIONADA A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À DOAÇÃO DE SANGUE POR HOMENS HOMOSSEXUAIS

Janaína Reckziegel¹
Cláudia Cinara Locateli²
Josemar Cristiano De Freitas³

RESUMO

A pesquisa analisa as restrições previstas na Portaria n. 158/2016 (artigo 64, inciso IV, primeira parte) do Ministério da Saúde e na Resolução-RDC n.34/2014 (artigo 25, inciso XXX, alínea d, primeira parte) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária à doação de sangue de homens que fazem sexo com outros homens. Portarias reguladoras do serviço de hemoterapia que restringem doadores pela declaração da opção sexual. Porém, o quadro de risco que se justifica das normativas restritivas demonstram, uma estatística desatualizada e equivocada por considerar que somente homossexuais pertencem ao grupo de risco. O objetivo inconstitucional das normativas deontológicas à doação de sangue ferem os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, pois denotam uma legislação restritiva, preconceituosa, discriminatória e homofóbica. O resultado da pesquisa é realizado a partir de revisão bibliográfica e documental, adotando o método dedutivo. Destaca-se a relevância social e jurídica de temática que se encontra no STF por meio da ADI n. 5.543, pois tais normativas cerceiam também o direito à saúde de modo subjetivo. No entanto, o intuito da pesquisa não indicar modificações no método de realização do procedimento de triagem, coleta e transporte até o receptor,

¹ Pós-doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela Universidade Estácio de Sá; Mestra em Direito Público pela Universidade de Caxias do Sul; anaina.reck@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC; Pós-graduada em Direito Civil-Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC; Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó; claudia.locateli@unoesc.edu.br

³ Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Unoesc; josemar.freitas21@gmail.com

mesmo porque se entende que a segurança deve ser garantida em todas as etapas e (re)afirmar que o ato de doação sanguínea não está ligado tão somente a sexualidade e sim representa ato de dignidade humana de salvar vidas.

Palavras-chave: Doação de Sangue. Dignidade. Igualdade. Inconstitucionalidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar as normativas vigentes a Portaria do Ministério da Saúde, n.158/2016, artigo 64, inciso IV, primeira parte e a Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, n. 34/2014, artigo 25, inciso XXX, alínea d, primeira parte, as quais servem de base para o serviço de hemoterapia e regulam os procedimentos dos hemocentros em todo o país.

O presente estudo estabelece como debate, os princípios da dignidade da pessoa humana como matriz fundamental e o direito a igualdade, relacionando o ato de doação voluntária de sangue benéfico a indivíduos necessitados de transfusão sanguínea, porém, lesa direitos fundamentais por preconceito, discriminação e desigualdade.

A pesquisa observa a real situação dos hemocentros quanto a homens que mantêm relação sexual com outros homens e ficam impedidos de realizar a doação de sangue espontânea, restringidos por não obterem o lapso temporal de doze meses sem manter relações sexuais homoafetivas. Logo, tal restrição vai em desconformidade com a realidade atual dos homossexuais, pois atualmente tendem a um cuidado redobrado contra os riscos de doenças sexualmente transmissíveis.

Busca, como objetivo, a partir de pesquisas de revisões bibliográficas, debater sobre as normativas que restringem os



homossexuais a realizar a doação de sangue, contrapondo com os princípios constitucionais. Tendo como objetivos específicos, debater especificamente os artigos restritivos das normativas.

Este artigo apresenta-se com base principiológica da dignidade da pessoa humana e da igualdade a partir da Constituição Federal de 1988 e pelo estudo de filósofos e escritores atuais, como Roberty Alexy, Ingo Sarlet, Marcelo Novelino, entre outros.

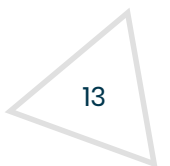
Destaca-se o preconceito, a discriminação e a desigualdade que sofre o chamado grupo de risco pelas normativas de doação sanguínea perante os hemocentros do país, que fica evidenciada especialmente a restrição, pelo sistema de saúde, à doação de sangue por homossexuais.

2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO MATRIZ FUNDAMENTAL DO DIREITO À IGUALDADE

Conforme é conhecido no meio jurídico, as normas de direitos fundamentais são estruturas que relacionam critérios formais, relativamente a sua positivação, sendo esse critério estrito, não fica dúvidas de que na Constituição tenha outras disposições que expressem os direitos fundamentais (ALEXY, 2011).

Sendo assim, os direitos fundamentais se estruturam numa composição dividida em forma de Estado, sistema e a organização, constituindo um fundamento no Estado jurídico, assim, não só é formada uma Constituição no modo formal, mas consequentemente parte do modo material. Definindo assim, a consagração da própria Constituição, Estado de Direito e direitos fundamentais, podendo afirmar que este seria o Estado ideal (SARLET, 2011).

Logo, os princípios destacados na Constituição Federal servem de norte para toda a legislação brasileira, desempenham um



importante papel ao atuarem como diretrizes de interpretações das normas ou aplicados diretamente para solucionar casos concretos (BRASIL, 1988).

Contudo, os princípios não possuem um nível de hierarquia perante as normas constitucionais, mas por um grau elevado axiológico que são dotados, recebem elevada posição de destaque quando, diante de uma colisão com outros princípios constitucionais (RODRIGUES, 2016).

Entretanto, a Constituição Brasileira em vigor foi a primeira a elencar os princípios fundamentais no ordenamento pátrio, logo na sua parte inaugural, antes mesmo dos direitos fundamentais, motivada por um passado turbulento, que o Brasil passou um período opressor, na atualidade caminha para ordens constitucionais cidadãs, assim, como outras potências mundiais como Alemanha, Portugal e Espanha, estão voltadas para a legalidade fundamental dos princípios (SARLET, 2015).

O primeiro princípio fundamental que se destaca na Constituição Federal (1988), é o da dignidade da pessoa humana, descrito no artigo 1º, inciso III, que é considerado como basilar para a República Federativa do Brasil, este é direito inseparável, resguardado desde o ventre materno, concede razão e consciência e valores que dissociam dos homens em relação aos seres da terra, destacando-o princípio jurídico supremo (BRASIL, 1988).

Logo, é dever do Estado além de respeitar, também zelar pela dignidade do homem, colocando-se como guardião das agressões de terceiros. Diferente do que ocorre quando o próprio Estado solicita provas de verificação para aferir se o doador se encontra ou não em um grupo de risco, pois assim, viola os tais direitos, segregando toda uma sociedade (CARPINELLI, 2016).



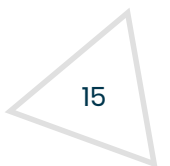
Paralelamente ao princípio da dignidade da pessoa humana, elenca-se o direito a igualdade, o qual a Constituição Federal (BRASIL, 1988) está situado no artigo 5º, e relata que todas as pessoas tem direito a igualdade, sem discriminação. Portanto, pode-se verificar que esse segundo primórdio tem direito isonômico, visualiza-se seguinte afirmação, que todos os indivíduos devem ter um tratamento igualitário, e não discriminatório (BRASIL, 1988).

Verifica-se aqui que, a igualdade é sustentada pelo princípio fundamental da dignidade humana, como é destacada na Declaração Universal das Organizações das Nações Unidas (ONU), que todos os seres humanos são iguais, em relação à dignidade e direitos. Pode-se afirmar então, que nenhum ser humano deve ser submetido a tratamento discriminatório, como: escravidão, discriminação racial, cunho religioso, gênero e orientação sexual, ou seja, qualquer ato que venha a ferir no sentido formal ou material o princípio isonômico (SARLET, 2015).

Contrapondo Sarlet (2015), Alexy (2011), por sua vez, relata que princípio da igualdade deve ser observado como uma norma jurídica e devendo ser aplicado a todos os casos fáticos de forma a ser cumpridos, obedecendo às normas jurídicas, as quais expressam um dever-ser.

Já Novelino (2018) afirma que, segundo o princípio da igualdade, o legislador não poderá tratar todos os indivíduos de forma igual, ou seja, tratar os iguais de forma igual, e os desiguais na forma de sua desigualdade, ponto de partida este da fórmula de Aristóteles. Pois, impor penas iguais a todas as pessoas, não faria sentido, traria posições jurídicas injustas.

No mesmo sentido de Novelino (2018), Alexy (2011) também afirma que o legislador não deve tratar todos de forma igual, porém não deve permitir diferença ou distinção, devendo sempre tentar



encontrar o meio termo entre esses extremos, sendo esse um ponto de partida de forma clássica, para tratar os iguais de forma igual, e os desiguais na medida de sua desigualdade.

A norma fundamental constitucional não apenas veda o tratamento discriminatório, mas também se utiliza de medidas voltadas a conscientização da igualdade material, por meio de políticas que facilitem os indivíduos de determinados grupos que são menos favorecidos, que historicamente tiveram sua dignidade desrespeitada. Portanto, nem todo segmento da sociedade que recebe tratamento diferenciado ofende o princípio da isonomia, devendo ser observado uma lógica e ordem, onde a desigualdade não deve ser questionada, mas ao fato de esta ser sem justificativa, que nada mais é a manifestação de um arbitramento (PAULA, 2007).

Portanto, se demonstrou que o princípio da dignidade da pessoa humana é basilar para igualdade, como descreve o texto constitucional, o qual é necessário para a formação de um sistema social sensato, aborda-se o preconceito, discriminação e homofobia na sociedade atual perante a doação de sangue por pessoas homoafetivas.

2.1 O PRECONCEITO, A DISCRIMINAÇÃO E A HOMOFOBIA NA DOAÇÃO DE SANGUE POR PESSOAS HOMOAFETIVAS

Os valores são dotados de propriedades e características mais importantes para cultura, fornecem uma verdadeira organização fundamental, mesmo que seus valores sejam variáveis, relativos, predeterminados ou eternos. Pois, para avaliar o valor de um indivíduo específico é preciso o conhecimento da sua vivência em sociedade,



sendo assim, o que o distingue do ponto relativo, é o conhecimento da antropologia cultural (ASSIS; KÜMPEL, 2011 apud OLMOS, 2008).

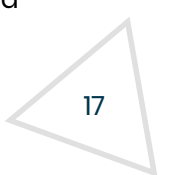
O direito de ser diferente e o de ser igual está garantido pela Constituição Federal, no artigo 5º, quando o texto descreve que todos são iguais, em qualquer circunstância, e conseqüentemente o direito de ser diferente, e o texto de forma taxativa afirma que a liberdade, intimidade, honra e imagem são invioláveis (BRASIL, 1988).

O preconceito é um pré-julgamento negativo de indivíduos, os quais criam estereótipos para pequenos grupos, fazendo com que esses sejam deslocados e reprimidos na sociedade, produzindo discussões das quais fazem pessoas de senso comum pensar literalmente que exista uma divisão de seres humanos “normais” (heterossexuais) e os “anormais” (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexos - LGBTIs) (GONZAGA, 2008).

Já a discriminação é o tratamento diferenciado de um determinado indivíduo, o qual não se tem justificativa para o ato, causando assim, prejuízo a esse. Logo, discriminação em seu sentido literal é retratada, por toda a contrariedade de cor, raça, sexo, religião, opinião política e etc. (OLMOS, 2008).

E a homofobia, na visão de PocaHy (2007), nada mais é que uma forma de discriminação de certo grupo, do qual resulta em discriminação, de forma subjetiva desencadeando, ódio, desprezo e aversão, para com os homossexuais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou de sua Classificação Estatística Internacional de Doença e Problemas Relacionados à Saúde, mais conhecido pela população mundial pela sigla CID, o transtorno de identidade de gênero do capítulo do qual relata sobre as doenças mentais, o qual passará a denominar-se de incongruência de gênero, e será elencado no capítulo sobre a saúde sexual no ano de 2020, demorando um total de 29 anos para a tomada



da decisão. Portanto, segundo a OMS a incongruência de gênero não mais é vista como um transtorno mental, mas ainda deverá ser garantido o atendimento específico da população transexual, na questão saúde (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Tornando assim, um passo importante para a redução do preconceito e a discriminação, garantia de maior acesso à saúde para população homossesual, visto que, a discriminação na saúde pode ocorrer de diferentes maneiras, ou seja, na negação de atendimento e privacidade, quanto na quebra de sigilo e desinformação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Assim, demonstrada a conceituação do preconceito, da discriminação e da homofobia presente na cultura, na sociedade frente à Constituição Federal, bem como o cuidado demonstrado por organizações mundiais para com os homossexuais, passa-se a abordar as normativas que regulam os hemocentros do país e a relação com os chamados grupos de riscos.

2.2 AS NORMATIVAS RESTRITIVAS DA DOAÇÃO DE SANGUE E A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADIn 5.543

A contaminação de AIDS/HIV teve seus primeiros casos através da transfusão sanguínea, os quais foram detectados devido à epidemia que assolava o mundo nas décadas de 80 e 90. Tendo como período mais crítico, foi associada a expansão mundial na França, que foram infectados milhares de receptores devido à transfusão sanguínea de doadores e receptores, porém, na mesma época, o Brasil enfrentava um problema de comercialização do sangue, mas apesar de não ser um país desenvolvido e contar

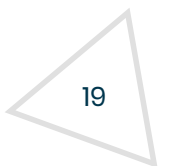


com recurso tecnológicos avançados, não houve gravidade maior comparado à Franca naqueles anos (TANAKA; OLIVEIRA, 2010).

Os inúmeros problemas transfusionais ocorridos no mundo e no âmbito nacional, forçou os governantes, juntamente com a comunidade científica mundial a desenvolver de forma rápida aperfeiçoando o método da produção de hemoderivados e inativação viral. Assim, foram implementados novos métodos e procedimentos para conseguir identificar o vírus e outras infecções nas transfusões sanguíneas, a chamada janela imunológica. Neste sentido, para diminuir o risco residual foi implementado a autoexclusão e a triagem epidemiológica, as quais são elencadas nas normativas vigentes (TANAKA; OLIVEIRA, 2010).

As limitações dos indivíduos para a doação de sangue advêm das normativas, a Portaria n. 158, de 4 de fevereiro de 2016 do Ministério da Saúde (2016), e a Resolução n. 34, de 11 de junho de 2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2014), que elenca todos os procedimentos que devem ser observados no momento da triagem, coleta, processamento, testagem, armazenamento, transporte, controle de qualidade no que se refere ao uso do sangue humano (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018)

As normativas trazem em seu bojo justificativas de realizar a coleta de indivíduos que na triagem fossem identificados pertencentes ao grupo de risco, isso visa a garantir maior segurança transfusional para os receptores de sangue, localizados na Portaria n. 158 do Ministério da Saúde, especificamente seu art. 64, inciso IV (BRASIL, 2016). No mesmo sentido, outro texto limitador é o da Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a RDC n. 34, no artigo 25, inciso XXX, alínea d, o qual relata sobre o grupo de risco e a abstinência sexual que deve ser um ano ou doze meses (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2014).



Tais medidas legislativas se fundamentam na questão histórica da década de 1980, quando o vírus da AIDS fora disseminado pelo mundo, foi lançado um olhar preconceituoso para comunidade gay da época, por práticas sexuais sem utilização de barreiras para inibir o contágio do vírus, que é sexualmente transmissível. No entanto, a legislação prevê um conjunto de questionamentos durante a entrevista para com o entrevistado, visualizam-se a partir dessas respostas as situações e comportamentos que possam levar a ricos de infecções sexualmente transmissíveis, e o mesmo seja descartado já na triagem (ALVES; REY FILHO, 2018).

Entretanto, depara-se com divergência que atualmente se enfrenta na realidade social, por exemplo, do casamento homossexual, uma realidade jurídica e social, reconhecida pelo relacionamento estável, duradouro e monogâmico entre homens homossexuais, sendo os mesmos que desejam doar seu tecido conjuntivo sanguíneo, porém não é permitido, por estar embasados em ideais antiquados sobre o comportamento que possuem os homens gays (MORRISON, 2015).

Em vista dos argumentos apresentados, as normativas deixam claro um retrocesso na questão de dignidade da pessoa humana, pois revelam-se preconceituosas e discriminatórias. Por outro lado, realizam-se políticas para amortizar ou diminuir essas práticas na sociedade referente ao preconceito, desigualdades de gênero, raça, cor e etnias, tornado as normativas um quanto ultrapassadas e contraditórias ao contexto atual que se busca de uma sociedade para o futuro (ALVES; REY FILHO, 2018).

Não obstante, tramita no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIn n. 5.543, ação proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo como pedido fundamental da medida cautelar, questionar ambos os dispositivos das

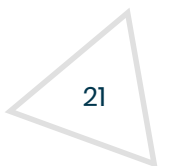


normativas já mencionados que ofendem a Constituição Federal, conseqüentemente promovem a discriminação de homossexuais, ferindo a dignidade da pessoa humana e a igualdade, impedindo a doação de 19 milhões de litros de sangue atualmente. Portanto, o pedido de medida cautelar tem o intuito de diminuir a discriminação que o grupo de risco sofre e busca um aumento estatístico nos estoques dos bancos de sangue no Brasil (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016).

No mesmo sentido, o ministro relator Edson Fachin, em seu voto, entendeu que estabelecer um grupo de risco com base na sua orientação sexual não se justifica, torna assim, um tratamento desigual e ofensivo aos homossexuais, do qual tem base principal no preconceito e o não real conhecimento sobre os fatores de risco que o doador foi exposto, limitando o direito de um grupo isolado. Assim, o ministro menciona que a norma é sim inconstitucional, e tem tratamento desigualizador e injustificado como se pode ver em suas palavras: “Entendo que não se pode negar a quem deseja ser como é o direito de também ser solidário, e também participar de sua comunidade.” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Do mesmo modo, os ministros Luiz Roberto Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber, seguem o voto do relator, concordando que as normativas vigentes, as quais, em suma, deixam claro que são de cunho preconceituoso e tratam os homossexuais de forma desigual e discriminatória (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Em contrapartida, o ministro Alexandre de Moraes votou parcialmente ao parecer do relator, mas sugeriu uma adaptação às normas vigentes. Ele relatou que os receptores têm o efetivo direito à proteção, à saúde e à dignidade humana. Sugerindo que, o sangue coletado de homens homossexuais, deveria ser guardado e submetido a testes após o período da chamada janela



imunológica, tempo este, que se dá entre o contato com o vírus HIV/AIDS e confirmação de testes laboratoriais, no sentido de afastar as contaminações para os receptores e diminuir as trapaças nas entrevista feita nos hemocentros (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Acompanharam o voto divergente do ministro Alexandre de Moraes, os ministros Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Marco Aurelio, quando relatam que deve ser observados os meios científicos já embasados, e ter as autoridades sanitárias uma postura autocontida, para não a interferencia em politicas públicas científicamente já comprovadas as quais já trazem resultados positivos (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

De forma divergente e na corrente majoritária da Suprema Corte, o ministro Luiz Fux, realotou em seu voto que deve ser adotada um critério de conduta de risco e não de grupo de ricos, ou seja, a conduta de risco preserva a sociedade, porém isto faz com que castrem a construção de uma sociedade solidária. Conjuntamente com o ministro, também se posicionaram favorável Gilmar Mendes, Dias Toffoli e da ministra Cármen Lúcia (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

Sendo este desejo de cunho social para contribuir com indivíduos e a sociedade, surge a negativa legal que e baseada em pensamentos científicos ultrapassados e de padrões da valorização cultural discriminatórios e estigmatizados. Assim, a contribuição solidária faz que os homossexuais sejam desfavorecidos, pois caso queiram “abrir mão” de exercitar a sua sexualidade pelo período de doze meses, torna a situação dramática, tendo a negação à doação, onde é encontrado nesses indivíduos excluídos os sangues de tipagem rara (CARDINALI, 2017).

Assim, exibiu-se o posicionamento dos ministros em sua maioria já votaram pela inconstitucionalidade dos artigos das normativas



restritivas à doação de sangue por homossexuais, demonstra-se aqui, o real descompasso com a realidade social brasileira.

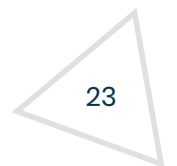
3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como escopo analisar as normativas que regem os hemocentros do país, a Portaria n. 158 e a Resolução n. 34, referente à restrição de doação de sangue pelos homens homossexuais, debater a temática sobre a luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e a igualdade, ambos abarcados na Constituição, assim, no decorrer da pesquisa ficou explícito o tratamento dos homossexuais, quanto a doação sanguínea nos hemocentros do país.

Neste sentido, assegurado pela Constituição Federal Brasileira os princípios elencados no primeiro tópico desta análise, demonstra descompasso com a realidade social atual, lesam direitos e tratam grupos de forma isolada, misto de reprovação fundada em preconceito, discriminação e homofobia.

Não obstante, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIn n. 5.543, a qual indaga sobre os artigos restritivos das normativas vigentes, que estabelecem critérios para doadores de sangue e exclui os homens que tiveram relação sexual com outros homens no período de doze meses.

Todavia, o argumento abordado na ADIn tem fundamento respaldado na área científica, demonstrada por pesquisas em conceito antigo a grupo de risco, o qual não se enquadra mais no modelo da sociedade atual, ficando os artigos restritivos, desatualizados e de cunho preconceituosos. Visto que o comportamento sexual é que determina a contaminação do AIDS/



HIV (vírus da imunodeficiência humana) e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e não a orientação sexual da pessoa.

Logo, a Suprema Corte Brasileira por maioria das votações chegou ao resultado que, considera inconstitucional os dispositivos das normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que excluía(m) do rol de habilitados para doação de sangue os homens que tiveram relações sexuais com outros homens, primeira parte, pois o ato de doar não está relacionado à orientação sexual ou gênero do indivíduo, mas, sim, ao comportamento sexual que o indivíduo possui.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

ALVES, S. M. C.; REY FILHO, M. Prudência ou preconceito? O impedimento da doação de sangue por homens que fazem sexo com homens. **Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 262-265, abr./jun. 2018. Disponível em: www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/495. Acesso em: 7 dez. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução-RDC n. 153**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: http://www.hemoce.ce.gov.br/images/Artigos/rdc%20153_14.06.04_regtecprocedhe moterapic os.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

ASSIS, O. Q.; KUMPEL, V. F. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. de 2018.

CARDINALI, D. C. A proibição de doação de sangue por homens homossexuais: uma análise sob as teorias do reconhecimento de Fraser e honneth. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 9, n. 2, p. 110 – 136, 8 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/12256>. Acesso em: 27 set. 2019.

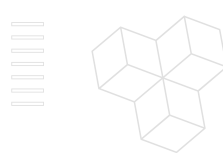
CARPINELLI, A. P. T. Doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens à luz do princípio da igualdade no direito brasileiro. **Iuris in mente: Revista de Direito Fundamentais e Políticas Públicas**, Itumbiara, v. 1, n. 1, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/iuris/article/download/2245/1588>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GONZAGA, S. T. G. Reflexão ética sobre o conceito de descarte subjetivo de sangue, sua utilização e problemas éticos gerados pelo seu uso, à luz da RDC n. 153/2004. **Domínio Público**, São Camilo, v. 2, n. 1, 89–98. 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObra-Form.do?select_action=&co_obra=90959. Acesso em: 10 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **AIDS cresce entre homens heterossexuais**. Disponível: <http://portalms.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2008. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns_M.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n. 158**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158_04_02_2016.html. Acesso: em 12 de dez. de 2018.



NOVELINO, M. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. Salvador: Jus Podium, 2018.

OLMOS, C. P. **Discriminação na relação de emprego e trabalho contra a dispensa discriminatória**. 1. ed. São Paulo: LTR, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-lista-saude-mental/>. Acesso em: 27 set. 2019.

PAULA, C. A. R. Ação afirmativa e a Constituição. **Caderno mensal Constituição & Democracia**, n. 18. São Paulo: Saraiva, 2007.

POCAHY, F. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualismo na sociedade. 1. ed. Porto Alegre: Nuances. 2007.

RODRIGUES, M. F. G. **Doação de Sangue por Homossexuais**: uma análise constitucional. Presidente Prudente. 2016. Disponível em: <https://michellegoes.jusbrasil.com.br/artigos/418808046/doacao-de-sangue-por-homossexuais-uma-analise-constitucional>. Acesso em: 10 dez. 2018

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais a perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SARLET, I. W. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

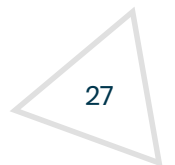




SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5543**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=360115>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http:// https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1](http://https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1). Acesso em: 08 maio 2020.

YAMADA TANAKA, M. S.; ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA, A. Homens que fazem sexo com homens e a análise ética da triagem dos doadores de sangue no Brasil. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 589-601, out. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3615/361533254007.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.





TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: A DIGNIDADE HUMANA COMO DIREITO À AUTONOMIA DO PACIENTE

Bernardo Duarte¹

RESUMO

O presente artigo jurídico destina-se ao estudo da liberdade religiosa no contexto de tratamentos médicos de pacientes Testemunhas de Jeová no âmbito privado. Na perspectiva da dignidade humana, será possível perceber que a colisão entre o direito à vida e a liberdade religiosa é meramente aparente. Para fins de delimitação desta investigação científica, são analisados a intervenção estatal na liberdade de crença e o dilema entre o paternalismo médico, a autonomia do paciente e a bioética. Ao construir a reflexão sobre o tema, devemos considerar que a compreensão do processo de tomada de decisão é um elemento fundamental, sendo indispensável a participação e o consentimento do paciente. Por fim, uma análise do comportamento jurisprudencial evidenciará as correntes conflitantes nessa seara, tornando claro o tratamento dispensado pelos Tribunais ao longo dos anos e as perspectivas para o futuro.

Palavras-chave: Liberdade religiosa. Bioética. Testemunhas de Jeová.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar as questões atinentes à liberdade religiosa no contexto dos tratamentos médicos de pacientes adeptos à religião Testemunhas de Jeová, abordando-se uma visão constitucional sobre o tema. No momento em que tanto

¹ Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes; Mestrando em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Procurador Municipal de Chapecó; Advogado; bernardoduart@gmail.com

se fala em direitos humanos e bioética, e diante do amadurecimento atual de nosso ordenamento jurídico, cada vez mais são indiscutíveis os direitos de receber um tratamento médico qualificado e personalizado, mantendo-se a preservação da autodeterminação do enfermo.

Com efeito, são analisados os princípios e garantias constitucionais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), destacando a sua importância no ordenamento jurídico. Destes, será aprofundado o princípio da dignidade humana, que é extraído do artigo 1º, inciso III, da CRFB/88, ressaltando a sua importância para o tratamento do paciente. Como não poderia deixar de ser, abordam-se a liberdade de consciência e de crença (art. 5º, VI), além de outros princípios e garantias constitucionais, como os insculpidos no art. 1º, II; art. 3º, I e IV; art. 5º, caput, todos da CRFB/88.

É de rigor destacar a atualidade do tema objeto do presente estudo. Embora a doutrina e a jurisprudência discutam sobre o tema há muito, recentemente o Supremo Tribunal Federal, por meio do RE 1212.272, reconheceu, mediante plenário virtual, repercussão geral para definir se a recusa do paciente de se submeter à transfusão de sangue por motivo religioso é legítima, despertando o Brasil para o debate.

Trata-se de um caso em que a paciente, por motivo religioso, apesar de ter assinado o Termo de Consentimento Informado, negou-se a anuir ao termo referente à autorização prévia de eventual transfusão sanguínea na cirurgia de substituição de válvula aórtica, realizada em rede pública de saúde, por ser incompatível com a fé processada. Justifica que se trata de uma ofensa à sua dignidade e ao acesso à saúde, contestando a nítida interferência estatal.

A pesquisa aqui realizada visa justamente à análise sobre legitimidade (ou não) dos casos em que a escolha de tratamento



ocorre em razão de convicções religiosas, como no caso das Testemunhas de Jeová, que optam por tratamentos que não envolvam transfusões de sangue.

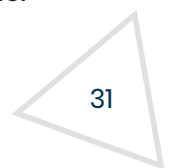
2 A DIGNIDADE HUMANA COMO DIREITO À AUTONOMIA E O FALSO CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Conforme o art. 1º, inciso III, da CRFB, a dignidade humana consiste em elemento fundante do Estado Democrático de Direito; por isso ela deve orientar toda a atuação do Poder Público no Estado Democrático de Direito, seja para resguardar, seja para implementar os direitos referidos na Carta Política.

Não por outro motivo que a vida deve ser interpretada em consonância com o princípio da dignidade humana, garantindo-se o direito à vida digna e aos reflexos que isso traz. Segundo Haberle (2005, p. 133), é um dever estatal jurídico fundamental, pois o povo não se constitui de uma grandeza mística, mas de uma coordenação de diversas pessoas dotadas, cada qual com dignidade própria, que deve ser respeitada individualmente.

Os direitos fundamentais são institutos indispensáveis à concepção de um Estado Democrático de Direito, uma vez que sem eles não há democracia que se sustente. Com isso, a primazia do direito, em um Estado Constitucional, reclama vinculação dos Poderes Estatais à lei e à Constituição, impedindo-se arbitrariedades. Apesar das tensões, segundo Alexy (2002, p. 241), os direitos fundamentais e a democracia devem seguir juntos em uma inseparável parceria.

Deve-se ter em mente que, para titularizar a dignidade da pessoa humana, não é necessário analisar a nacionalidade, a idade, o amadurecimento intelectual ou a capacidade de comunicação.



Tampouco tem como pressuposto a capacidade de entendimento ou percepção, pois a consciência da própria dignidade, ou de uma conduta em conformidade com ela, não é condição para ser tratada de maneira digna (Münch; Kunig, 2000, p. 71-72).

Do conceito trazido por Sarlet (2010, p. 25-36) sobre a dignidade humana é possível perceber que o reconhecimento do respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade é imperativo de um Estado Democrático, afirmando o autor que se trata de uma qualidade intrínseca e distintiva de cada um, conferir-lhe um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa contra todo e qualquer tratamento de cunho degradante e desumano. Com efeito, além de garantir condições mínimas de uma vida saudável ao sujeito, devem aqueles proporcionar e promover a sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida.

Destarte, é da matriz kantiana² (DINIZ, 2005, p. 36-40), centrada na autonomia e no direito de autodeterminação da pessoa, que se extrai o verdadeiro valor da dignidade humana, a qual não se esgota na garantia da vida. Assim, deve-se dar autonomia ao sujeito, possibilitando-se não só viver, mas viver com dignidade, liberdade e respeito.

Nessa visão, a dignidade como autonomia envolve, segundo Beyleveld e Brownsword (2004, p. 13), dois importantes aspectos: a capacidade de autodeterminação e as condições para o exercício da autodeterminação. Quanto ao primeiro, afirma-se ser o direito de decidir os rumos da própria vida e de desenvolver livremente

² Explica Diniz (2010, p. 34) que: “Na teoria kantiana, processa-se a separação entre direito e moral, sob o prisma formal e não material, isto é, a distinção depende do motivo pelo qual se cumpre a norma jurídica ou moral. No ato moral, o ato só pode ser a própria idéia do dever, mesmo que seja diretamente dever jurídico e só indiretamente dever moral. Porém, no mesmo ato jurídico, o motivo de agir pode ser, além do motivo moral de cumprir o dever, o da aversão à sanção, seja ela pena corporal ou pecuniária. Kant identifica o direito com o poder de constranger.”



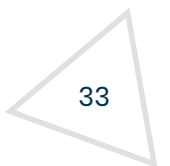
a própria personalidade. Constitui-se como o próprio núcleo da autonomia, significando o poder da pessoa de realizar as escolhas morais relevantes e impõe a ela a responsabilidade pelas decisões tomadas. Trata-se da ideia de um sujeito moral capaz de se autodeterminar, traçar planos de vida e realizá-los, desde que não violem o direito de terceiros.

O segundo aspecto, para eles, está relacionado à ideia de mínimo existencial, pois instrumentaliza a dignidade como meio a alcançar a autonomia. A garantia de escolhas livres passa pela promoção de meios adequados a elas e não apenas uma retórica vazia. Para tanto, é necessário que estejam asseguradas mínimas condições econômicas, educacionais e psicofísicas.

Nesse sentido, Sarlet (2010, p. 24-25) afirma que não basta reconhecer o direito, é preciso efetivá-lo. Por isso, o reconhecimento da sua condição normativa deve assumir feição de princípio constitucional fundamental e não deve se afastar do seu papel como valor fundamental geral para toda a ordem jurídica, pois, assim, outorga valor maior a sua pretensão de eficácia e efetividade.

Cabe salientar que, na teoria de Alexy (2001, p. 95-100), os direitos fundamentais possuem caráter de princípios, e, nessa condição, eles eventualmente colidem, sendo assim necessária uma solução ponderada em favor de um deles. Para tanto, considera os princípios como um mundo de dever ser ideal, isto é, não diz como as coisas são, mas como se as deve pensar, com o objetivo de evitar contradições.

Para Kant (2004, p. 75.), no entanto, quando se trata da vida humana a conciliação dos direitos fundamentais deve ser feita em conjunto com liberdades básicas decorrentes da dignidade como autonomia. Essa visão valoriza o indivíduo, sua liberdade e seus direitos fundamentais, impulsionando o crescimento do pluralismo, da diversidade e da democracia na sociedade.



Admite Alexy (2001, p. 96-100), por sua vez, que existem direitos não passíveis de restrições, em tese, pela ausência de reserva expressa (simples ou qualificada), entre os quais se inclui a liberdade de crença; embora, do ponto de vista estrutural, podem alguns princípios serem limitados em face de colisão de interesses, uma vez ausente a reserva legal.

A liberdade religiosa, arremata Alexy (2007, p. 57), nem sempre conflitará com o direito à vida, pois as colisões de direitos fundamentais nascem quando o exercício ou a realização de um direito fundamental tem repercussão negativa sobre direitos fundamentais de outros titulares de direitos fundamentais; caso essa condição não ocorra, não há que se falar em conflito.

Além disso, deve-se ter em mente que se a recusa do paciente é tão somente por uma das opções de tratamento – aceitando outras opções terapêuticas – a recusa não colide com o direito à vida. Há, em verdade, o exercício da autonomia da vontade, desde que não se atinja negativamente o direito fundamental de outrem, tampouco acarrete dano a um bem coletivo.

Sob esse aspecto, é visto, em momento oportuno, se as escolhas individuais de tratamento médico de Testemunhas de Jeová podem sofrer limitações estatais e em quais medidas. Para entender melhor o assunto, passa-se à análise sobre a origem da discussão.

3 A ORIGEM DOS ENTRAVES AO EXERCÍCIO DA FÉ PROFERIDA POR TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

A religião Testemunhas de Jeová foi criada a partir da iniciativa de Charles Taze Russell, junto com alguns amigos, em 1870, no século XIX, quando formou um pequeno grupo de estudo da Bíblia, nos Estados Unidos. Consideravam que sua interpretação

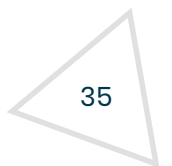


da Bíblia era a “verdade bíblica” e, por isso, tinham a intenção de publicar suas ideias que vinham em contraste com a maioria das religiões cristãs. Suas ideias foram publicadas na Revista *A sentinela*, que foi distribuída pelo mundo propagando suas ideias. Aqueles que recebiam a revista começaram a se reunir e fazer estudos bíblicos baseados nas ideias que estavam lendo e acabaram sendo conhecidos, inicialmente, como “Estudantes da Bíblia” ou “Estudantes Internacionais da Bíblia”.

Essa ideia continua presente até os dias atuais, por isso é considerada uma religião não trinitária, milenarista e restauracionista. Nesse contexto, professam, além de outras, a crença religiosa de que introduzir sangue no corpo pela boca ou pelas veias viola as leis de Deus, por contrariar o que se encontra previsto em inúmeras passagens bíblicas (Gênesis 9:3-4, Levítico 17:10 e Atos dos Apóstolos 15:19-21). Seus membros professam que Deus permite o consumo da carne de animais, mas impõe a abstenção do respectivo sangue, que representa a alma e a vida.

Para eles, a interdição à transfusão de sangue humano não pode ser excepcionada nem mesmo em casos emergenciais, nos quais exista risco de morte. Todavia, aceitam submeter-se a tratamentos e alternativas médicas compatíveis com a interpretação que fazem das passagens bíblicas.

Por contrariar de forma intensa o senso comum e por suas consequências potencialmente fatais, existem críticas severas de adeptos de outras confissões e de autores que têm se dedicado ao tema, sendo frequentemente taxada de ignorância ou obscurantismo essa fé professada. Outras vezes, ela é oprimida com medidas judiciais jungidas tão somente por convicções pessoais do julgador, sob o manto do direito fundamental à vida.



Contudo, o significado ético das crenças religiosas, as quais se refletem em hábitos culturais e sociais, as convicções religiosas impõem ampla proteção da conduta, inclusive criminal, como o emblemático Habeas Corpus n. 268.459, SP, impetrado em 2014 em favor de Hélio e Ildelir, genitores de Juliana, morta em 1993 em face à negativa de transfusão de sangue, invocados por preceitos religiosos do grupo Testemunhas de Jeová.

Destaca-se que a intolerância religiosa nasce, muitas vezes, pela falta de conhecimento sobre o assunto, pois é reconhecidamente aceitável pela comunidade médica a realização de procedimentos sem o uso de transfusão de sangue, até mesmo, estendendo-se sua prática à rotina hospitalar.

As convicções religiosas das Testemunhas de Jeová merecem um tratamento consentâneo a ambos os aspectos (convicções e práticas) no campo da conduta humana, da liberdade de atuação conforme as convicções pessoais. No que diz respeito à formação da identidade do sujeito, impõe limites à intervenção estatal, pois envolve “a liberdade de não ser onerado de uma maneira que afete massivamente” o plano íntimo da construção da consciência individual (PIEROTH; SCHLINK, 2008, p. 113).

Deve-se ter em mente que cada indivíduo é livre para professar suas próprias crenças religiosas ou filosóficas, cuja justificação se alcança “com base em um equilíbrio razoável de valores políticos públicos” (RAWLS, 2011, p. 287-288), tornando-se imperiosa a releitura do amplo significado da perspectiva da justiça social sob o enfoque do controle democrático em um nível suficiente à redistribuição da participação do indivíduo no processo decisório.

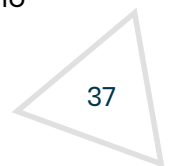


4 A AUTONOMIA DOS PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

A escolha sobre tratamentos médicos, mesmo quando justificada por motivos religiosos, deve-se pautar pela relação ética entre médico e paciente. Para tanto, desenvolveu-se ao longo do tempo o instituto da bioética, cujo objetivo é dirimir conflitos morais e dilemas éticos na saúde. Historicamente, segundo Goldin e Francisconi (2000, p. 2), ela se resumia à ética hipocrática, fundada no princípio da beneficência, o qual impunha ao médico a postura de “protetor do paciente” (paternalismo médico). Nesse contexto, justificavam-se as medidas destinadas a restaurar a saúde ou prolongar a vida do paciente, mesmo sem qualquer consulta ou consentimento dele.

A partir da necessidade de regulação das pesquisas com seres humanos, tendo como marco referencial o Código de Nuremberg, de 1947, o consentimento informado surge como requisito para a validade ética das experiências médicas, tendo como princípio fundamental a autodeterminação da pessoa (LOPES, 2014, p. 4). Essas diretrizes ganharam força e foram incorporadas pela Declaração de Helsinki, editada pela Associação Médica Mundial (AMM), em 1964, sendo, posteriormente, o modelo estendido às relações médico-paciente de maneira ampla (DINIZ; CORRÊA, 2001, p. 6).

A autodeterminação ou autogoverno relaciona-se ao poder de decidir sobre si mesmo, preconizando o resguardo da liberdade de cada ser humano. Esse direito gera um dever dos outros em respeitá-lo, reconhecendo-se que cada indivíduo deve deliberar e tomar decisões seguindo seu próprio plano de vida e ação embasado em crenças, aspirações e valores próprios, mesmo



quando estejam em divergência com aqueles dominantes na sociedade ou por aquele que ministra o tratamento médico (WASCHINGTON, 1978, p. 4-6).

Percebe-se que houve uma transformação de conceitos fundamentais no âmbito da biomédica, passando do conhecido paternalismo médico (arraigado pelo princípio da beneficência) para a atual autodeterminação do paciente. Isso decorreu principalmente pelo reconhecimento da dignidade humana, a qual confere às pessoas o direito de autodeterminar-se, especialmente no que diz respeito às escolhas existenciais. No entanto, há que se impor limites a essa liberdade. Trata-se da impossibilidade de sujeição irrestrita do médico ao paciente, pois o profissional poderá se recusar a realizar um tratamento que colida com seus conceitos médicos ou éticos.

Nesse cenário, poderia se questionar como seria possível conciliar o respeito à autonomia dos pacientes Testemunhas de Jeová com a atuação médica ética e responsável. Para encontrar uma resposta, deve-se ter em mente que tal religião não recusa todo tratamento médico, tampouco espera a cura por meio da fé. Recusa apenas o tratamento mediante transfusão sanguínea, na sua interpretação da bíblia, conforme alhures explicado.

Também é preciso esclarecer que, do ponto de vista técnico-jurídico, a obrigação do médico é de meio, não lhe impondo o resultado (no caso, a cura). Todavia, é dever do médico informar ao paciente todos os riscos do procedimento cirúrgico, antes da sua realização, para que ele possa ter o direito de escolher o tipo de conduta terapêutica que melhor lhe aprouver. Trata-se de



uma das manifestações do princípio da autonomia do paciente, previsto no próprio Código de Ética Médica.³

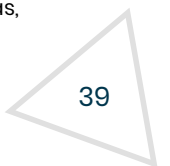
Destarte, observa-se que no atual estágio de evolução do estado democrático de direito o paciente deixa de ser um objeto da prática médica e passa a ser sujeito de direitos fundamentais, assegurando a todas as pessoas o direito de realizar autonomamente suas escolhas existenciais. A dignidade humana tornou-se o centro axiológico dos sistemas jurídicos, irradiando direitos fundamentais por todo o ordenamento infraconstitucional (BARCELLOS, 2008, p. 15). Daí porque não poderia ser diferente com relação à bioética, a qual deve considerar a pessoa como um sujeito de direitos.

A dignidade pode ser vista na dimensão individual (ou esfera da autonomia), a qual está ligada ao sujeito do direito e seus comportamentos, e a social (ou esfera da heteronomia), que envolve a atuação do Estado na concretização do direito de cada um, regulando-se a sua intervenção (KANT, 2004, p. 75). Essas duas dimensões devem se conciliar no mesmo espaço, pois elas se completam ao outorgarem liberdades fundamentais e restringirem direitos ilegítimos. O que não se pode é admitir a dignidade como figura ornamental, apenas para reforçar argumentos.

O debate sobre o direito à vida é complexo e parece ser inconciliável pensar em assegurá-lo quando o próprio ser humano renuncia a um tratamento possível a sua moléstia. Por outro lado, é consenso sobreposto⁴ entre a comunidade jurídica que se deve

³ “É vedado ao médico: Art. 34. Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.” (BRASIL, 2019).

⁴ Expressão cunhada por John Rawls ao elaborar sua célebre teoria da justiça. Adotando como permanente o traço pluralista da cultura política de uma democracia, pois sempre existente a convivência de diversas crenças religiosas,



preservar a vida. Para tanto, escolhas devem ser feitas, algumas mais arriscadas, outras mais conservadoras. Todas podem chegar à cura por caminhos diversos e, por isso, devem ser respeitadas.

Quando se fala em direito à prática da religião professada, indubitavelmente deve-se conceder o direito de viver de acordo com os seus preceitos. Por mais que a crença alheia seja diversa da nossa, o respeito não pode deixar de existir nas decisões embasadas na fé. Não é diferente para os casos de escolhas nos tratamentos médicos, os quais, como dito anteriormente, visam à cura, embora por caminhos diversos (LIGIERA, 2009, p. 20). O fato de haver risco à vida humana na escolha não pode liminar absolutamente o direito à liberdade religiosa.

Corroborando isso, deve-se ter em mente a nossa tradição no âmbito penal. Embora se criminalize qualquer ato contra a vida humana,⁵ a própria Constituição Federal contempla a possibilidade de restrição ao direito à vida, ao admitir a pena de morte em caso de guerra declarada (art. 5º, XLVII, a), sem contar

filosóficas, políticas e morais, o autor entendeu possível a construção de uma sociedade política, com uma adesão razoável de todos a princípios básicos de justiça. A partir disso, afirma existir, mediante emprego do procedimento da razão pública, outros pontos de consenso político, justamente aqueles que podem ser razoavelmente aceitos por indivíduos ou grupos que não compartilham as mesmas crenças. Tais pontos correspondem ao chamado consenso sobreposto (RAWLS, 2003, P.44-53).

⁵ Código Penal: “Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos” e “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça. Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave. Parágrafo único: A pena é duplicada: I - se o crime é praticado por motivo egoístico; II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.” (BRASIL, 1940). Lei n. 9.434/97, Art. 9º: “É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001) [...] § 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.” (BRASIL, 1997).

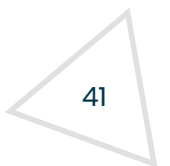


a legislação infraconstitucional, a qual exclui expressamente a ilicitude da conduta que ocasione morte de outrem quando o ato é praticado em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal (Código Penal: “Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.”).

Desse modo, não se mostra razoável tolher a liberdade de escolha das Testemunhas de Jeová pelo simples fato de suas escolhas colocarem em risco a própria vida. A Resolução n. 1.995/2012, do Conselho Federal de Medicina, “que trata das diretivas antecipadas de vontade dos pacientes”, reforça essa perspectiva de autonomia a eles.

Entretanto, no âmbito da jurisprudência,⁶ há controvérsia sobre o tema, principalmente quando se trata de situações em que há risco de morte iminente em paciente inconsciente ou quando se trata de paciente menor de idade. Por outro lado, majoritariamente, os precedentes que asseguram o direito à liberdade de escolha das Testemunhas de Jeová estão paulatinamente surgindo nos Tribunais de Justiça, a exemplo

⁶ EMBARGOS INFRINGENTES. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO ONCOLÓGICO. LIBERDADE DE CRENÇA RELIGIOSA. MEDICAMENTO DE EFICÁCIA NÃO-COMPROVADA. SUBSTITUIÇÃO DE TRANSFUSÃO SANGÜÍNEA. 1. Em razão da demora da medicação requerida em surtir efeito como alternativa à transfusão de sangue, não se inibe o risco na fase aguda de comprometimento medular, nem se afasta a necessidade de transfusão sangüínea, não sendo recomendável a utilização de medicamento do qual a eficácia não está comprovada, adotada somente como terapêutica alternativa, quando há alguma restrição clínica ao uso de hemoderivados. 2. Não cabe ao Poder Judiciário, no sistema jurídico brasileiro, autorizar ou ordenar tratamentos médico-cirúrgicos e/ou hospitalares, salvo casos excepcionalíssimos e quando envolvidos os interesses de menores. 3. A pretensão merece amparo no que pertine ao fornecimento do medicamento Eritropoetina, o qual, em que pese não afaste a necessidade de transfusão de sangue na fase aguda da anemia, pode minimizar a necessidade do tratamento com hemoderivados, sendo aplicável como terapêutica coadjuvante e alternativa, com eficácia comprovada nesses casos (BRASIL, 2006).



da Apelação Cível 155 RS 2003.71.02.000155-6⁷ e do Agravo de Instrumento n. 0017343-82.2016.4.01.0000/MG.⁸

⁷ TESTEMUNHA DE JEOVÁ – PROCEDIMENTO CIRÚRGICO COM POSSIBILIDADE DE TRANSFUSÃO DE SANGUE – EXISTÊNCIA DE TÉCNICA ALTERNATIVA – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DIREITO À SAÚDE – DEVER DO ESTADO – RESPEITO À LIBERDADE RELIGIOSA – PRINCÍPIO DA ISONOMIA – OBRIGAÇÃO DE FAZER – LIMINAR CONCEDIDA – RECURSO PROVIDO. Havendo alternativa ao procedimento cirúrgico tradicional, não pode o Estado recusar o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) quando ele se apresenta como única via que vai ao encontro da crença religiosa do paciente. A liberdade de crença, consagrada no texto constitucional não se resume à liberdade de culto, à manifestação exterior da fé do homem, mas também de orientar-se e seguir os preceitos dela. Não cabe à administração pública avaliar e julgar valores religiosos, mas respeitá-los. A inclinação de religiosidade é direito de cada um, que deve ser precatado de todas as formas de discriminação. Se por motivos religiosos a transfusão de sangue apresenta-se como obstáculo intransponível à submissão do recorrente à cirurgia tradicional, deve o Estado disponibilizar recursos para que o procedimento se dê por meio de técnica que dispense-na, quando na unidade territorial não haja profissional credenciado a fazê-la. O princípio da isonomia não se opõe a uma diversa proteção das desigualdades naturais de cada um. Se o Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso não dispõe de profissional com domínio da técnica que afaste o risco de transfusão de sangue em cirurgia cardíaca, deve propiciar meios para que o procedimento se verifique fora do domicílio (TFD), preservando, tanto quanto possível, a crença religiosa do paciente (BRASIL, 2006).

⁸ CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PACIENTE INTERNADO. TRATAMENTO APLICADO PELA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE. DETERMINAÇÃO JUDICIAL. TRANSFUSÃO DE SANGUE COMPULSÓRIA. RECUSA DA PESSOA ENFERMA. OPÇÃO POR MODALIDADE DIVERSA DE TRATAMENTO. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E À LIBERDADE. DIREITO DE ESCOLHA DA ESPÉCIE DE TRATAMENTO MÉDICO. LEGALIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A opção de escolha pela modalidade e características do tratamento médico que lhe pareça mais conveniente, sob os aspectos biológico, científico, ético, religioso e moral, é conduta que possui a natureza de direito fundamental, protegida pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e da Liberdade, na forma preconizada no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal. 2. É lícito que a pessoa enferma e no pleno exercício de sua capacidade de expressão e manifestação de vontade, de modo claro e indubitado, recuse determinada forma de tratamento que lhe seja dispensado, não se evidenciando nesse caso lesão ao bem maior da vida, constitucionalmente tutelado, mas se configurando, de outro modo, o efetivo exercício de conduta que assegura o também constitucional direito à dignidade e à liberdade pessoal. 3. Com relativa frequência o Poder Judiciário é chamado a dirimir conflitos que remontam a profundos e complexos questionamentos subjetivos e dúvidas existenciais, e dizem respeito à própria finitude humana, contudo, a grande envergadura dessa missão não pode resultar em omissão na direção legal a ser adotada, mas exige pronta e efetiva resposta, que também deve ser erigida à expressão da relevância inserida no conflito de bens caros, essenciais e igualmente agasalhados pela Constituição Federal. 4. Na hipótese dos autos, uma paciente acometida de Leucemia Linfoblástica Aguda - LLA, em razão de sua convicção religiosa (Testemunha de Jeová) e científica - biológica - existência de meios terapêuticos sem os riscos transfusionais-, recusou, mediante declaração escrita e verbal, tratamento médico que prevê a transfusão de sangue, e, optou por tratamento médico diverso e alternativo, firme na preservação de sua dignidade e de suas convicções pessoais e filosóficas ante o evento da vida. Não acolhendo esses fundamentos, foi proferida no processo de origem Decisão antecipatória da tutela que autorizou o procedimento forçado de transfusão sanguínea, provimento judicial que, no entanto, mereceu reforma nos presentes autos de Agravo de



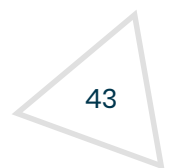
Justamente tendo em vista o crescimento da controvérsia nos Tribunais e o grande interesse social no tema, houve a admissão pelo Supremo Tribunal Federal, no mês de outubro de 2019, em sede de repercussão geral, do RE 1212.272, o qual trata de uma paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) que foi encaminhada à Santa Casa de Misericórdia de Maceió (AL) para realizar cirurgia de substituição de válvula aórtica e decidiu fazer o procedimento sem transfusões de sangue de terceiros (sangue alogênico), assumindo os possíveis riscos, mas teve seu desejo negado pelos médicos.

Mesmo não havendo, neste momento, pacificação da matéria no âmbito dos Tribunais, espera-se que a Suprema Corte analise o caso com a profundidade merecida e estabeleça com certa rapidez as diretrizes necessárias para proporcionar segurança jurídica ao sistema, principalmente para pacientes e médicos. Do contrário, mais conflitos desgastantes podem surgir e colocar em risco direitos fundamentais tão caros à sociedade.

5 CONCLUSÃO

O estudo sobre as questões atinentes à liberdade religiosa no contexto dos tratamentos médicos de pacientes adeptos à religião Testemunhas de Jeová foi abordado sob uma visão constitucional. Destacou-se que a ética médica evoluiu do paradigma paternalista, em que o médico decidia por seus próprios critérios e impunha terapias e procedimentos, para um modelo fundado na autonomia do paciente. Por ser cada vez mais indiscutíveis os direitos de receber um tratamento médico qualificado e personalizado e a preservação

Instrumento. 5. Recurso de Agravo de instrumento conhecido e provido, para o fim de desconstituir, integralmente a Decisão agravada (BRASIL, 2016).



da autodeterminação do enfermo é que se falou numa aproximação cada vez maior entre os direitos humanos e a bioética.

Ao se analisar os princípios e garantias constitucionais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), destacou-se a sua importância no ordenamento jurídico, aprofundando-se o princípio da dignidade humana, que é extraído do artigo 1º, inciso III, da CRFB/88. Ele que tem uma dimensão ligada à autonomia do indivíduo, o qual expressa sua capacidade de autodeterminação, de liberdade de realizar suas escolhas existenciais e de assumir a responsabilidade por elas. A dignidade pode envolver, igualmente, a proteção de determinados valores sociais e a promoção do bem do próprio indivíduo, aferido por critérios externos a ele, ganha nova roupagem e aumenta seu espectro de proteção – agora sob o manto da autodeterminação.

Sob o aspecto da doutrina e da jurisprudência, verificou-se haver discordâncias severas sobre o tema, sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, mediante o RE 1212.272, a repercussão geral para definir se a recusa do paciente de se submeter à transfusão de sangue por motivo religioso é legítima, despertando o Brasil para o debate sobre o tema.

Trata-se de um caso em que a paciente, por motivo religioso, apesar de ter assinado o Termo de Consentimento Informado, negou-se a anuir ao termo referente à autorização prévia de eventual transfusão sanguínea na cirurgia de substituição de válvula aórtica, realizada em rede pública de saúde, por ser incompatível com a fé processada. Justifica que se trata de uma ofensa à sua dignidade e ao acesso à saúde, contestando a nítida interferência estatal.

Por fim, evidenciou-se que, independentemente da posição que se adote, o fundamento comum está ligado ao exercício de liberdade religiosa, direito fundamental emanado da dignidade



da pessoa humana, que assegura a todos o direito de fazer suas escolhas existenciais.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

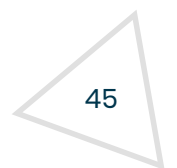
BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 2.

BEYLEVELD, Deryck; BROWNSWORD, Roger. **Human dignity in bioethics and biolaw**. 2004.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 20 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.434**, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Brasília, DF, 4 fev. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9434.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Recurso de Agravo de Instrumento n. 22395/2006**. 5ª Câmara Cível, sob a Presidência do Des. Leônidas Duarte Monteiro. Fev. 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Apelação Cível 155 RS 2003.71.02.000155-6**. Inteiro Teor do Acórdão. Relatora: Desembargadora Vânia Hack de Almeida. Out. 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. **Agravo de Instrumento n. 0017343-82.2016.4.01.0000/MG**. Processo Orig.: 0013951-83.2016.4.01.3800. Desembargador Federal Kassio Nunes Marques. Maio 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Pet 3486**. Relator: Celso de Mello. Brasília, DF, 22 jun. 2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo398.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 2.217**, de 27 de setembro de 2018. Brasília, DF, 27 set. 2018. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra.asp>. Acesso em: 21 abr. 2020.

DINIZ, Débora; CORRÊA, Marilena. Declaração de Helsinkí: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, p. 681-682, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FISCHMANN, Roseli. **Ensino religioso em escolas públicas**: impactos sobre o Estado laico. São Paulo: Factash, 2008.

GOLDIM, José Roberto; FRANCISCONI, Carlos Fernando. **Modelos de relação médico-paciente**. 2000. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/relacao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.



HABERLE, Peter. **A dignidade humana como fundamento da comunidade estatal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Martim Claret, 2004.

LOPES, José Agostinho. Bioética – uma breve história: de Nuremberg (1947) a Belmont (1979). **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 24, n. 2, p. 262-273, 2014.

LIGIERA, Wison Ricardo. **Responsabilidade Médica diante da Recusa de Transusão de Sangue**. São Paulo: Ed. Nelpa, 2009.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 3. ed. rev. atual. Coimbra Editora, 2000. (Direitos fundamentais, tomo IV).

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1998.

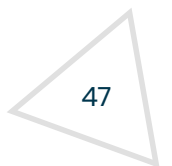
MÜNCH, von Ingo; KUNIG, Philip. **Grundgesetz-Kommentar**. 5. ed. München: Beck, 2000.

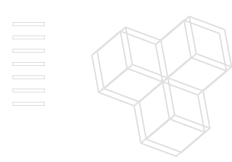
PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. **Direitos Fundamentais**: Direito Estadual II. Lisboa: Universidade Lusíada, 2008.

RAWLS, John. **Justiça como equidade – Uma reformulação**. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução: Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.





SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 21. ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 2002.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

THE BELMONT report: **Ethical Guidelines for the Protection of Human Subjects**. Washington: DHEW Publications (OS) 78-0012, p. 4-6, 1978. Disponível em: https://www.hhs.gov/ohrp/sites/default/files/the-belmont-report-508c_FINAL.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **La Democracia en América**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.





DEPOIMENTO ESPECIAL: MÉTODO HUMANIZADO DE OUVIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

Jaqueline Balsanello¹

RESUMO

O depoimento especial, originalmente denominado depoimento sem dano, surgiu no Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de tornar a inquirição de crianças e adolescentes vitimados menos dolorosas. À vista disso, o presente artigo tem como finalidade analisar a técnica do depoimento especial como prática de inquirição de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual. Assim, o presente estudo, desenvolvido por meio do método dedutivo e do uso de técnicas qualitativas, demonstra, dentre outros aspectos, que o depoimento especial é um meio eficaz de oitiva de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, principalmente por ter caráter diferenciado e acolhedor que propicia a vítima o relato dos fatos de forma mais adequada. Em relação às posições contrárias à utilização dessa técnica, destaca-se o entendimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), cujo principal argumento é tal atividade não se encontrar no rol das competências das respectivas profissões. Quanto às posições favoráveis, a maior alegação refere-se à proteção da criança e do adolescente, que se beneficiará de um ambiente mais apropriado e de profissionais mais preparados para lidar com a problemática. A partir desse estudo, pode-se destacar que o depoimento especial é eficaz e deve ser cada vez mais estudado, a fim de que com mais estudos e preparação possam ser formados profissionais

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc; jaqueline.balsanello@gmail.com

mais preparados para atender crianças e adolescentes em fase especial de desenvolvimento e proteção.

Palavras-chave: Depoimento especial. Criança e adolescente. Inquirição. Revitimização.

1 INTRODUÇÃO

O depoimento sem dano, hoje denominado de depoimento especial, foi implementado pela primeira vez no ano de 2003 pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tendo em 2004 assumido caráter institucional. A dificuldade em inquirir crianças e adolescentes vitimadas por um abuso sexual, em virtude da falta de preparo dos profissionais do Direito para o trato com os menores, bem como pelos danos que a oitiva pelo método tradicional causava, criou-se o depoimento sem dano, como era chamado na época. O objetivo era retirar as crianças e adolescentes do ambiente formal de uma sala de audiências e encaminhá-los para um ambiente informal, acolhedor, evitando, dessa forma, o agravamento do trauma sofrido pela vítima (ZANATTA, 2009).

Todavia, o depoimento especial é constantemente alvo de severas críticas por parte dos Conselhos de Classe e da doutrina, para quem a mencionada técnica propiciaria o surgimento de falsas memórias. Os opositores deixam claro que os auxiliares da justiça (Psicólogos e Assistentes Sociais) não deveriam realizar a inquirição da criança já que isso é competência do julgador (FELIX, 2011).

Diferente do que alegam os estudiosos contrários à técnica, o que se tem observado é que essa forma de oitiva permite à criança e ao adolescente narrar os fatos com maior clareza e tranquilidade (IERUSALIMSKY, 2018).

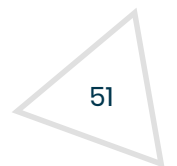


Nesta perspectiva, o presente estudo tem como intuito analisar a técnica do depoimento especial como prática de inquirição de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual, além de demonstrar posicionamentos contrários e favoráveis a utilização desse método. A pesquisa bibliográfica e qualitativa, criou condições para o presente estudo, especialmente pela existência de divergências sobre a aplicação do depoimento sem dano no Brasil.

Para a demonstração da eficácia do procedimento, este artigo está dividido em três tópicos. O primeiro trata da origem do depoimento especial. O segundo tópico terá o propósito de analisar a dinâmica do depoimento especial de acordo com a Lei n.13.431/2017. E o terceiro tópico tem como objetivo demonstrar os entendimentos contrários e favoráveis a esta nova técnica de oitiva de crianças vítimas de abuso sexual.

2 ORIGEM DO DEPOIMENTO ESPECIAL NO BRASIL

O depoimento especial, originalmente denominado depoimento sem dano, surgiu no ano de 2003 na Comarca de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A iniciativa de criar um método menos doloroso de ouvir crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de abuso sexual, foi de José Antônio Daltoé Cezar, na época juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Alegre e atual desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O autor do projeto, em virtude das inúmeras e variáveis dificuldades com que se deparava ao inquirir crianças e adolescentes na forma tradicional, começou a ir em busca de um método alternativo que auxiliasse na oitiva dessas vítimas e evitasse a constante exposição à qual elas estavam no método tradicional (OLIVEIRA, 2017).



Nesta constante busca, José Antônio Daltoé Cezar, auxiliado pelo Promotor de Justiça da época, João Barcelos de Souza Júnior, passou a fazer as inquirições de crianças e adolescentes em um ambiente diferente do da sala de audiências. As oitivas começaram a ser realizadas em uma sala apartada, por profissional da área da psicologia ou da assistência social, com a utilização de equipamentos eletrônicos de gravação que deveriam ficar em posição que não fosse perceptível pelas vítimas. A inquirição da criança passava por três etapas, sendo, acolhimento inicial, depoimento e acolhimento final (PELISOLI; DOBKE; DELL'AGLIO, 2014).

Inicialmente, em relação à primeira etapa, denominada de acolhimento inicial, era feita a intimação do responsável pela criança para comparecimento a audiência, com antecedência mínima de trinta minutos da hora designada para a oitiva. Concluída essa etapa, no depoimento, o técnico que estivesse com a criança na sala apartada deveria atuar como um facilitador do depoimento, ou seja, reformular os questionamentos feitos pelos operadores do Direito (magistrado, promotor de justiça e advogado), a fim de tornar as perguntas com linguagem mais adequada para a criança (ZANATTA, 2009).

O depoimento, portanto, é a etapa em que os fatos investigativos eram narrados pela criança. Ele deveria ser gravado e copiado para um CD, o qual era anexado aos autos do processo, possibilitando, assim, que as autoridades judiciárias revissem a qualquer tempo se necessário, o que preservava a criança de relatar o ocorrido por mais vezes (HOMEM, 2015).

Superada a etapa do depoimento, passa-se à fase do acolhimento final, cujo principal objetivo é afastar da criança a ideia de que seu depoimento foi apenas um meio que o Estado encontrou para decidir um processo judicial. Nesse momento,



caso fosse necessário, seria realizado encaminhamentos para acompanhamento psicológico (ZANATTA, 2009).

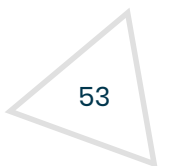
Tendo em vista os benefícios trazidos pelo depoimento sem dano, tanto para o processo penal como para a desenvoltura dos depoimentos das crianças, em 2004 o método adquiriu caráter institucional, após a apresentação do trabalho à Corregedoria Geral da Justiça do Rio Grande do Sul. A partir de então, foi autorizada a instalação de equipamentos mais modernos para a realização das audiências, de início na Comarca de Porto Alegre, mas logo se expandindo para outros estados (IERUSALIMSCHY, 2018).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a principal inovação do projeto, é a retirada da criança do ambiente formal de audiências, caracterizando-a, dessa forma, como um ser em desenvolvimento que necessita de atendimento especializado, ainda mais no relato da ocorrência de um abuso, onde o sofrimento partiu, na maioria das vezes, de pessoas em que confiava e se relacionava (BRITO, 2008).

Para melhor entendimento do assunto, no próximo tópico será abordado à dinâmica processual do depoimento especial e destacado aspectos importantes previstos na Lei n. 13.431/2017.

3 DEPOIMENTO ESPECIAL: COMPREENSÃO E DINÂMICA PROCESSUAL

A técnica do depoimento especial se refere a um método de oitiva de crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual e possui, como principal objetivo, criar um ambiente acolhedor em que a criança não se sinta intimidada, mas sim confortável para relatar os fatos (SILVA, 2018).



A Lei n. 13.431/2017, que entrou em vigência na data de 4 de abril de 2018, conceitua o depoimento especial em seu artigo 8º como sendo: “[...] o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.” (BRASIL, 2017).

A referida Lei, especialmente em seu artigo 12 e incisos dispõe que para a realização da audiência de depoimento especial, é fundamental a existência de dois ambientes diferentes, quais sejam, a sala de audiência convencional e outra sala para a audiência do depoimento sem dano. As referidas salas são interligadas por meio do sistema de áudio e receptor de imagem, a fim de que as pessoas presentes na sala de audiência convencional possam assistir o que acontece na sala do depoimento sem dano.

Na sala de audiência tradicional estará presente o juiz, promotor de justiça, auxiliares da justiça, advogados e o réu, diferente da sala do depoimento sem dano, em que o cenário é totalmente diferenciado, receptível e acolhedor para as crianças/adolescentes. Essa sala é composta por brinquedos e desenhos e conta com a presença de um psicólogo ou assistente social, que assume o papel de técnico facilitador entre a vítima e o magistrado. O psicólogo ou assistente social faz uso de um ponto eletrônico, no qual recebe os questionamentos formais e diretos formulados pelo juiz. O técnico, antes de questionar a criança, reformula as perguntas com uma linguagem mais adequada e de maior compreensão à vítima, conforme prevê o art. 12, inciso V da Lei n. 13.431/2017 (BRITO, 2012).

Acerca deste ambiente diferente Brito (2017, p. 21) frisa que:

[...] o intuito de criar este cenário diferenciado é exatamente para que a vítima se sinta mais à vontade para relatar os fatos presenciados e ocorridos, visto que, o formalismo e a frieza da sala de audiência convencional, além de causar medo ao infante, assim, fazendo que o mesmo não consiga



relatar o que de fato vivenciou, faz com que a vítima se omita aos relatos fiéis da situação.

Por conseguinte, a presença de brinquedos, desenhos, papéis, entre outros objetos, visa a facilitação da demonstração da situação pela vítima, aspecto importante, já que possibilita ao profissional vislumbrar detalhes que não seriam obtidos apenas pelo depoimento da criança aos operadores do Direito (OLIVEIRA, 2017).

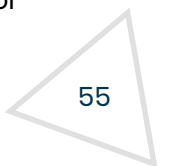
O art. 11 da Lei n. 13.431/2017 especifica que “o depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.” (BRASIL, 2017).

Esses protocolos foram elencados no artigo 12 da referida Lei e podem ser denominados como acolhimento inicial, depoimento propriamente dito e o acolhimento final, os quais serão explicados a seguir.

3.1 ACOLHIMENTO INICIAL, DEPOIMENTO E ACOLHIMENTO FINAL

A primeira etapa do depoimento especial diz respeito ao acolhimento inicial, momento em que a vítima será cientificada de que deverá estar presente no fórum na data da audiência designada, com a antecedência de trinta minutos a realização da solenidade. O objetivo da antecedência da criança é evitar o seu encontro com o agressor, conforme previsão do artigo 9º da Lei (IERUSALIMSKY, 2018).

Neste primeiro momento, além do técnico facilitador ter a possibilidade de conhecer melhor a vítima, possui o dever de alertá-la de tudo o que acontecerá durante a audiência, que será vista e ouvida pelo Juiz, Promotor de Justiça, acusado e seu advogado, por



meio do sistema audiovisual e, ainda, será informada que se encontra em um ambiente distinto para a preservação de sua imagem e para desenvolvimento de seu depoimento (FÉLIX, 2011).

A etapa do depoimento ocorre após o acolhimento inicial e tem duração entre trinta e cinquenta minutos. Nesta fase “o juiz transmite seus questionamentos e os das partes, que são repassados para a criança pelo técnico.” (SILVA, 2018, p. 27).

Acerca deste procedimento, Silva (2018, p. 18), relata que:

Iniciada a audiência, o depoimento transcorre de acordo com a normativa processual, ou seja, primeiramente o Juiz faz as perguntas e, em seguida, as partes formulam as perguntas, as quais, uma vez deferidas pelo Juiz, são por este formuladas ao depoente. Neste caso, o juiz o faz indiretamente, já que dirige as perguntas ao profissional que está com um ponto de escuta e este, por sua vez, repassa à vítima, adequando-a ao vocabulário desta [...].

A reformulação dos questionamentos pelo técnico é feita, principalmente, para evitar perguntas invasivas, frias e com linguajar inapropriado que podem ser dirigidas para a criança por meio do juiz ou dos representantes da acusação e defesa (IERUSALIMSCHY, 2018).

Finalizada a inquirição da vítima, o facilitador colhe a assinatura da criança e de seu representante legal e presta o atendimento final, que consiste em uma avaliação do depoimento e caso for necessário é feito o encaminhamento do menor a um atendimento psicológico. Percebe-se, porém, a diferença entre o depoimento tradicional e o depoimento sem dano, sendo que naquele, após o encerramento do ato, o infante é imediatamente dispensado (IERUSALIMSCHY, 2018).

A partir da análise desses protocolos é claramente visível que o objetivo primordial é evitar, ou minimizar o sofrimento, a lembrança da violência vivenciada, ou testemunhada pela criança/adolescente



vítima quando da ocorrência do crime e evitando, dessa forma, a revitimização.²

4 POSIÇÕES CONTRÁRIAS E FAVORÁVEIS AO DEPOIMENTO ESPECIAL

Neste tópico serão apresentados, para um aprofundamento do tema, os diferentes posicionamentos sobre a temática objeto desse estudo.

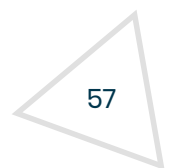
4.1 POSIÇÕES CONTRÁRIAS

Embora já positivado no ordenamento jurídico brasileiro, o depoimento especial está longe de ser consenso entre os estudiosos. Neste tópico do estudo serão apresentados alguns entendimentos contrários a essa nova técnica.

O aspecto mais levantado tanto pelas doutrinas como pelos Conselhos de Classe é o fato de os auxiliares (psicólogos e assistentes sociais) estarem fazendo trabalho que não é de sua competência (DAL ZOTTO; MEHL, 2017).

De início, destaca-se a Resolução n. 554 do Conselho Federal de Serviço Social, do ano de 2009, a qual dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das crianças e adolescentes no processo judicial sob a metodologia do depoimento sem dano como sendo atribuição ou competência de um Assistente Social. Segundo entendimento do Conselho, a oitiva é função do julgador, não podendo, dessa forma, haver transferência de ofício para os assistentes sociais (ZANATTA, 2009).

² É um fenômeno decorrente do sofrimento continuado ou repetido da vítima de um ato violento, após o encerramento deste, que pode ocorrer instantaneamente, dias, meses ou até anos depois (FELIX, 2011).



Por conseguinte, no ano de 2010, o Conselho Federal de Psicologia publicou a resolução de n.10, a qual proibiu expressamente a atuação de psicólogos na inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência. A desobediência das disposições previstas no documento constituiria falta ético-disciplinar de acordo com as previsões de seu código de ética profissional (SILVA, 2018).

Conforme se vê, ambas as resoluções expostas acima representam resistência a técnica do depoimento especial como método de inquirição, inclusive com a previsão de punição para os profissionais que contrariassem as orientações.

Diante dessa oposição, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ajuizou ações na Justiça Federal e obteve êxito, já que elas foram consideradas procedentes no âmbito do Rio Grande do Sul, para demandar a suspensão das presentes resoluções. Posteriormente, ambas as resoluções foram suspensas em todo território nacional, por meio de sentença proferida pelo Juiz Federal da 1ª Vara da Justiça Federal da 5ª região. O julgamento considerou ambas as resoluções desnecessárias, uma vez que restringem o exercício profissional (ZANATTA, 2009).

Com o mesmo entendimento dos Conselhos de Classe, a psicóloga Brito (2008) também indaga que o direito da vítima testemunhar poderia ser confundido com obrigação. A autora questiona se a criança está em condições de estar ciente de seu compromisso com a absoluta verdade em relação aos fatos e as consequências que podem advir em razão de seu testemunho. Embora admita que o depoimento especial tem como objetivo evitar a revitimização, frisa que ele pode ser pernicioso para as vítimas, vez que podem ocorrer intervenções inadequadas ou ainda demasiadas, além de a função inquisitória não ser papel do psicólogo (BRITO, 2008).



Na doutrina, também há algumas posições contrárias, dentre elas a de Alexandre Morais da Rosa e Aury Lopes Junior. Os autores entendem que o depoimento especial pode formar falsas memórias, pois o profissional supostamente escuta a vítima com a utilização de técnicas que acabam muitas vezes por induzir e sugerir um suposto abuso ou até mesmo distorcer um fato ocorrido (BRITO, 2012).

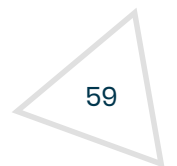
Esses são apenas alguns dos argumentos de autores e entidades que possuem posicionamento contrário à utilização do depoimento especial como técnica de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. A seguir, veremos os contrapontos de autores favoráveis ao método.

4.2 POSIÇÕES FAVORÁVEIS

Apesar das diversas críticas direcionadas ao depoimento especial, há muitos profissionais que defendem a sua utilização. O principal argumento para esses que apoiam o depoimento sem dano é o fato de que se deve dar prioridade absoluta à proteção de crianças e adolescentes, evitando a sua revitimização e resguardando o princípio da dignidade humana (ZANATTA, 2009).

Para José Antônio Daltoé Cezar, precursor da técnica, o método tem como objetivo reduzir o dano durante a produção de provas em processos em que a criança ou adolescente figure como vítima ou testemunha e garantir o direito da vítima de ser ouvida, respeitando suas peculiaridades de desenvolvimento enquanto sujeito de direitos (HOMEM, 2015).

Por conseguinte, a obra de Veleda Dobke, apesar de ser anterior à técnica do depoimento especial, foi uma das inspirações para a sua concretização. A autora defende a proteção das crianças como prioridade quando da tomada de seu depoimento, o qual



deve ser obtido por meio de profissionais capacitados e preparados para lidar com as respostas. Segundo a autora, o juiz pode nomear um profissional que o auxilie na inquirição da vítima, evitando a revitimização, ideia essa que foi uma daquelas que inspirou a construção do depoimento especial (SILVA, 2018).

A assistente Social Marleci Hoffmeister e a psicóloga Beatrice Marinho Paulo também defendem a utilização do depoimento especial sob a ótica da proteção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos (SILVA, 2018).

Os Tribunais Superiores, antes mesmo da promulgação da Lei 13.431, já haviam se posicionado favoravelmente à utilização da técnica do depoimento especial para inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (IERUSALIMSCHY, 2018).

No ano de 2013, no Habeas Corpus n. 226.179, RS, os Ministros da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entenderam cabível a produção de prova antecipada nos casos de suspeita de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes em razão da relevância e urgência do seu teor. Segundo o julgado, a suspeita da prática de crimes de cunho sexual contra crianças e adolescentes justifica a produção antecipada da prova, respeitando-se a sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, em ambiente diferenciado e por profissional especializado (BRASIL, 1990).

O Supremo Tribunal Federal também se posicionou quanto à produção antecipada de provas pelo, à época, denominado depoimento sem dano. O Ministro Celso de Mello, no Recurso Ordinário em Habeas Corpus 121.494, RS, salientou o dever protetivo do Estado frente às vítimas crianças e adolescentes, a fim de evitar a sua revitimização. No mesmo sentido, deve-se considerar a delicada situação desses casos, nas quais se justifica a urgência



da produção de provas, tendo em vista se tratar de suspeita de um crime especialmente grave (BRASIL, 1990).

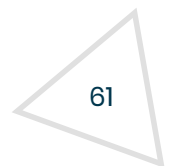
Portanto, após análise dos pontos e contrapontos, pode-se afirmar que o Depoimento Especial já era aceito como técnica para inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual pelas cortes superiores, mesmo antes de o método ser positivado no ordenamento jurídico brasileiro. A discussão a respeito da produção antecipada de provas foi pacificada pela jurisprudência de ambos os tribunais superiores, bem como a necessidade de proteção de crianças e adolescentes pelo estado, argumento que consolida a figura do depoimento especial no direito processual brasileiro.

5 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido permite compreender que o método de inquirição de crianças e adolescentes denominado depoimento especial cumpre satisfatoriamente a função para a qual foi criado. Este método ainda quando intitulado “depoimento sem dano” pelos aplicadores do mesmo no Rio Grande do Sul, no ano de 2003, até a forma como é denominado hoje, tem por objetivo reduzir os danos já causados pelo trauma da violência, fugindo assim, da revitimização.

O desconforto e o estresse psicológico que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sofrem durante a oitiva no sistema processual vigente, foi o que levou a uma busca de metodologias alternativas para inquiri-las nos processos judiciais (FELIX, 2011).

Embora existam posições contrárias, como ocorreu com o Conselho Federal de Assistência Social (2009) e Conselho Federal de Psicologia (2010), bem como diante de posições adotadas por determinados operadores do Direito, várias entidades que atuam



na área jurídica aderiram ao projeto do depoimento especial, por entenderem ser um avanço positivo e necessário para um melhor atendimento às crianças/adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes de violência.

O que os apoiadores do depoimento especial buscam é a defesa dos direitos humanos dos menores, vítimas ou testemunhas, e sua proteção quando da oitiva deles em juízo. Importante destacar, de tudo já relatado, que a oitiva desses sujeitos, respeitando seu estado de desenvolvimento e de acordo com sua capacidade, deve ser compreendida não apenas como uma obrigação legal, mas sim como um direito a ser respeitado e colocado em prática (FÉLIX, 2011).

Destaca-se, todavia, que os danos não são eximidos por completo, mesmo com a utilização do depoimento especial, o que há em verdade é uma tentativa de reduzir a revitimização, tornando o processo judicial menos doloroso para a criança. Portanto, cabe aos estudiosos do Direito, procurar, cada vez mais, medidas que ajudem a minimizar seus efeitos sobre as pessoas, em especial quando essas se encontram em uma fase tão delicada como a infância e juventude.

Assim, defende-se que a metodologia do depoimento especial deve ser implantada nas varas, juizados e, até mesmo, delegacias que lidam diretamente com crianças e adolescentes, a fim que a vítima seja ouvida por profissional habilitado, seja ele um assistente social ou psicólogo.

Ainda, ressalta-se que seria importante a criação de um curso profissionalizante ou até mesmo uma pós-graduação, com o objetivo de formar pessoas mais preparadas para inquirir as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Conclui-se, portanto, que é possível, sim, reduzir os danos gerados ao menor vitimado, no momento em que esse é inquirido,



por meio do método do depoimento especial, de forma a respeitar a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e em observância aos direitos fundamentais desses sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

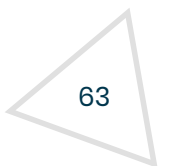
BRASIL Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRITO, Leila Maria Torraca de; PARENTE, Daniella Coelho. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/20.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRITO, Leila Maria Torrata de. Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 113-125, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a09v20n2>. Acesso em: 31 jan. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS n. 554, de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 010, 29 de junho de 2010**. Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. Brasília, DF, 2010. Disponível em: site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_010.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

DAL ZOTTO, Alexandre Rafael; MEHL, Thais Ghisi. O depoimento sem dano e a atuação do psicólogo jurídico. **Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/3741>. Acesso em: 1 fev. 2020.

FÉLIX, Juliana Nunes. Depoimento sem dano: evitando a revitimização de crianças e adolescentes à luz do ordenamento jurídico pátrio. **Revista Direito Unifacs**, Salvador, n. 127, 2011. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1383>. Acesso em: 6 fev. 2020.

HOMEM, Élie Peixoto. **O depoimento sem dano sob a ótica do princípio do melhor interesse da criança e sua importância para o processo penal**. Paraná, 2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/doutrina/depoimento_especial/depoimento_sem_dano_melhor_interesse_da_crianca_2015.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

IERUSALIMSCHY, Renata. **O depoimento especial da criança e do adolescente como meio de prova e sua conformidade com o processo penal brasileiro**: uma análise da Lei 13.431/17 e de seus antecedentes. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ierbb.mprj.mp.br/>. Acesso em: 4 fev. 2020.

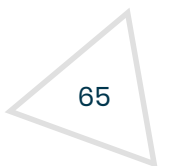
OLIVEIRA, Thalissa Corrêa de. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Direito**, Valença, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/173>. Acesso em: 3 fev. 2020.



PELISOLI, Cátula; DOBKE, Veleda; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Depoimento especial: para além do embate pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 fev. 2020.

SILVA, Bárbara Silvana Cezar Silveira da. **A importância do depoimento especial como método eficaz de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174673/001061531.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ZANATTA, Verginia de Paoli. **Depoimento sem dano: crianças e adolescentes**. 2009. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2009. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/450/1/VerginiaZanatta.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.





DEPOIMENTO ESPECIAL: ASPECTOS NORMATIVOS E PRÁTICOS

Ana Laura Orsolin¹
Cláudia Cinara Locateli²

RESUMO

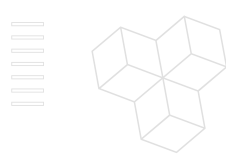
O presente artigo, através de pesquisa bibliográfica, tem por objetivo analisar o depoimento especial em aspectos normativos e práticos, demonstrando a perspectiva histórica das normas que regulam o procedimento, além de sua aplicação no judiciário brasileiro como forma de proteção às crianças e adolescentes. Buscou-se expor as vantagens do método inquisitivo no que tange à produção de provas no processo penal, que nos moldes usuais, por vezes, tem a incidência do fenômeno de falsas memórias. Identificou-se duas problemáticas, uma relativa à estrutura forense para abrigar as salas recomendadas pela Resolução n. 33 do Conselho Nacional de Justiça e outra quanto à capacitação e qualificação dos profissionais. Logo, constatou-se que apesar do tempo decorrido desde a primeira aplicação do depoimento especial, seu nível de aplicação ainda deixa a desejar, apesar disso, tal método já se apresenta como uma alternativa mais segura e eficaz na oitiva de crianças e adolescentes. **Palavras-chave:** Depoimento especial. Direito penal. Direito da criança e do adolescente.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o depoimento de crianças vítimas ou testemunhas são indispensáveis para a resolução de um crime,

¹ Graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; analauraorsolin@gmail.com

² Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC; Docente na Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó e na Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc; Advogada.; claudia.locateli@unoesc.edu.br



quando estas presenciaram ou tiveram conhecimento. Reconhece-se que tais pessoas estão mais vulneráveis que aquelas que as cercam, necessitando de atenção, proteção, assistência e apoio adequados à idade e nível de maturidade, evitando desta forma traumas eventualmente irreversíveis.

Ser vítima de um crime por si só já é traumatizante. No entanto, além da vitimização que é “natural”, pode ocorrer uma revitimização, que é ainda mais prejudicial aos envolvidos. Trata-se de fazer com que a vítima reviva todos os danos sofridos à época do fato. Isso pode ocorrer através da chamada violência institucional, que tem como autor o próprio Estado (CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005). Diante desta possibilidade foi estudado meios para evitá-la ou, no mínimo, minimizá-la. Surgiu assim, o depoimento especial, o qual foi primeiramente chamado de depoimento sem danos.

A primeira aparição do depoimento especial, no Brasil, se deu na 2ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre (RS), em 2003 (CHILDHOOD BRASIL, 2020). No entanto, só em 2010, por meio da Portaria 33 do Conselho Nacional de Justiça, atingiu um alcance nacional. Tal portaria recebeu a ementa “recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial.” Como base normativa e justificativa para a edição desta recomendação, considerou-se e observou-se a Constituição Federal, a Convenção Internacional sobre os direitos das Crianças e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010).

Em vista disso, este artigo tem por objetivo demonstrar a evolução e o desenvolvimento do depoimento especial no tempo, no que tange à sua história, paralelamente à evolução normativa.





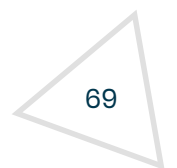
Por meio de pesquisa bibliográfica, dados estatísticos, bem como conhecimento prático evidencia-se, de um lado, os benefícios da aplicação deste método, e doutro as dificuldades atuais em fazer dele uma realidade forense. Baseado nisso, o presente trabalho foi estruturado em tópicos, a iniciar pelos aspectos técnicos/legislativos, seguido de sua diferenciação ao método usual, bem como seus benefícios sobre ele, e por fim a forma como está sendo aplicado e os desafios para implementação.

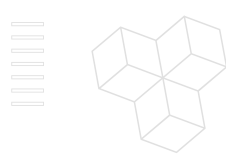
2 BASE NORMATIVA

A Constituição Federal de 1988 foi primordial na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O artigo 227 deste diploma legal prevê que à criança, ao adolescente e ao jovem deve ser assegurado, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao respeito, à dignidade etc., bem como protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, violência, opressão etc., sendo esses deveres do Estado, da família e da sociedade.

Vê-se que aos direitos fundamentais se deu absoluta prioridade, sendo um dever, além da família e da sociedade, do Estado. Desta forma, tal dispositivo legal tornou-se base, juntamente com a Convenção dos Direitos Humanos, para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual foi promulgado em 1990, sob a Lei Federal n. 8.069.

No mesmo ano, o Brasil assinou e ratificou a Convenção Internacional sobre os direitos das Crianças, o qual foi aprovado na Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989. Além da assinatura e ratificação da Convenção foi editado o Decreto 99.710, o qual declara em seu artigo 1º que o conteúdo





previsto naquela deverá ser executado e cumprido inteiramente (PARANÁ, 2015).

Com relação ao depoimento especial, além do art. 227 da Constituição Federal, foram citados no corpo da Recomendação n. 33 do Conselho Nacional de Justiça, o art. 12 da Convenção sobre os direitos das Crianças e os artigos 28, §1º, e 100, parágrafo único, inciso XII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 12 da Convenção sobre os Direitos das Crianças está dividido em dois tópicos. O primeiro prevê um mandamento aos Estados signatários para que assegurem às crianças o direito de expressarem suas opiniões livremente sobre todos os assuntos a ela relacionados, considerando a sua capacidade de formular pontos de vistas bem como a maturidade. Já o segundo tópico expõe como esse direito deverá ser oportunizado à criança e como deverá por ela ser exercido, assim sendo, deverá ser propiciado àquela sua oitiva em processos judiciais ou administrativos que a afetem, respeitando as regras de representação e assistência e as regras processuais nacionais.

O art. 28, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, resumidamente, a mesma coisa que o dispositivo legal acima. No entanto, diferencia-se estabelecendo que a oitiva de criança ou adolescente deve se dar por equipe interprofissional. Já o art. 100, parágrafo único, inciso XII, está disposto no capítulo II, que trata das medidas específicas de proteção, previsto no mesmo diploma legal. O inciso em questão prevê um dos princípios que regem a aplicação dessas medidas, qual seja, a oitiva obrigatória e participação, estabelecendo que a criança e o adolescente têm o direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de proteção, podendo contar com a companhia dos pais,





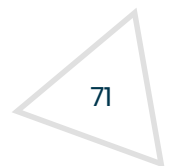
de responsável ou de pessoa por si indicada, fazendo remissão, ao final, ao próprio art. 28, §1º.

Além dos dispositivos legais considerou-se a necessidade “da produção de provas testemunhais de maior confiabilidade e qualidade nas ações penais” e, ao mesmo tempo, “preservar a criança e o adolescente, quer tenha sido vítima ou testemunha da violência, dada a natural dificuldade de expressar de forma clara os fatos ocorridos (BRASIL, 2010).

Foi em 2017 o ano em que o depoimento especial deixou de ser uma recomendação para tornar-se de aplicação obrigatória, devido a promulgação da Lei n. 13.431, a qual estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069. Referida lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente destinou um título exclusivo para dispor sobre a escuta especializada e sobre o depoimento especial, o qual definiu o conceito de ambos (arts. 7º e 8º, respectivamente) e estabeleceu diretrizes para sua aplicação.

No entanto, desde de 2012 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem uma parceria com a organização não governamental Childhood Brasil,³ especializada em infância e juventude. A partir dessa união, o “Conselho passou a oferecer cursos à distância para servidores e magistrados, focados no depoimento de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2017), com o propósito de humanizar o depoimento de crianças e adolescentes. Em 2018 a parceria foi renovada por mais 24 meses a partir de 06 de abril de 2019, com

³ A Childhood Brasil é uma organização não governamental que faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), criada pela Rainha Silvia da Suécia. Tal, é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Dentre os objetivos desta organização está a proteção à infância e à adolescência, principalmente no que tange ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, que se dá por meio de programas e projetos que visam introduzir tal tema nas políticas públicas, formando, a partir disso, parcerias com empresas, sociedade civil e governos.



o objetivo de ampliar a oferta de capacitação e contribuir para a efetiva implementação do depoimento especial.

O art. 4º, §1º, do ECA, prevê: “Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.” Sabe-se que a violência pode ocorrer de várias maneiras, principalmente na infância, quais sejam, a violência física, a psicológica, por negligência de cuidados, o abuso sexual, etc. Além delas, há outra “espécie” de violência, não tão conhecida como as demais, trata-se da violência institucional,⁴ ou seja, quando organismos públicos que deveriam garantir a proteção das crianças e adolescentes não o fazem. No combate destas violências faz-se igualmente importante o depoimento especial, tendo em vista a forma que crianças e adolescentes são ouvidos usualmente, é o que passa-se expor.

3 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E FALSAS MEMÓRIAS

Ressalta-se, primeiramente, que as salas de audiências não são ambientes apropriados e recomendados para receber crianças e adolescentes, ainda mais, quando o objetivo é o de que relatem fatos traumáticos que, por si só, já é uma situação desconfortável. Em razão disso, outros países têm buscado alternativas para reduzir o nível de estresse para a criança e aumentar a validade da prova testemunhal.

Além do ambiente, a forma de abordagem empregada à criança também influencia na qualidade do depoimento prestado e no bem-estar do “entrevistado”. A formação de falsas memórias é

⁴ Art. 4º, inc. IV, Estatuto da Criança e do Adolescente – violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.



um exemplo, consistente na lembrança de experiências que de fato não ocorreram, sua construção pode ocorrer de forma espontânea, fruto dos processos normais do funcionamento da memória, ou pode ser provocada a partir de influências externas, tendo como base a sugestionabilidade. Esta, designa a tendência mental “que todo ser humano possui de, a partir de sugestões feitas por outras pessoas, pensar e agir de acordo com os interesses delas” (MAIS RETORNO, 2020), logo, é plenamente possível que desvie da verdade dos fatos, principalmente a criança que se encontra em maior situação vulnerante. É na área penal que a incidência de falsas memórias pode ser mais gravosa, resultando em consequências, por vezes, irreversíveis.

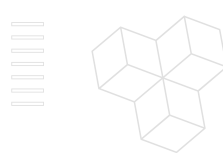
3.1 FALSAS MEMÓRIAS E O PROCESSO PENAL

Na produção de prova para solucionar um crime, procura-se reconstruir o passado de tal forma que se evidencia a materialidade e a autoria. Logo, haverá uma dependência para com a memória das testemunhas, a qual, por sua vez, está sujeita a incidência de falsas memórias (FLECH, 2012).

As crianças, em idade pré-escolar, de modo especial, são mais suscetíveis à aceitação de informações sugestivas, devido à maior dificuldade que elas apresentam em tarefas de recordação livre (sem algum estímulo ou pista). A sugestionabilidade feita por um entrevistador pode se dar de diversas formas, Bruck, Ceci e Battin (2000) referem três:

- (1) o estilo particular de questionar (ou seja, o tipo de pergunta formulada);
- (2) as características globais ou a “atmosfera” da entrevista; e





(3) a utilização de determinados estímulos e/ou técnicas, que suscitam, segundo os autores, “experiências fabricadas” (tais como o uso de bonecos anatômicos e outros recursos).

Exemplos do que se deve evitar é o uso de perguntas que contenham informações sugestivas, perguntas fechadas, que provocam respostas do tipo “sim” e “não” e a repetição de perguntas dentro de uma mesma entrevista, com frequência (PARANÁ, 2010). Neste ponto reside a importância do depoimento especial, tendo em vista de que este método conta com profissionais qualificados para entrevistar crianças e adolescentes, abordando as questões de tal forma que o depoimento seja minimamente afetado, assegurando o maior grau de veracidade possível.

4 PROCEDIMENTO DO DEPOIMENTO ESPECIAL

As instruções para aplicação do depoimento especial são previstas no título III da Lei n. 13.431/2017.

Quanto ao ambiente, dispõe o art. 10 que deve ser realizado “em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente”, preparado com câmeras de vídeo e captadores de áudio, ao passo que possibilite a transmissão em tempo real para a sala de audiências (art. 12, III, VI). Além da infraestrutura interna adequada, tal ambiente deve ser seguro o bastante para que a criança ou adolescente não tenha nenhum contato com o suposto autor ou qualquer outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento (art. 9º).

Com relação aos aspectos processuais, recomenda o art. 11 que o depoimento especial seja realizado uma única vez e em sede



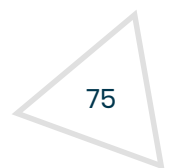


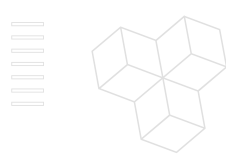
de produção antecipada de prova quando a criança tiver menos de 7 (sete) anos e no caso de crime de violência sexual. Recomenda-se que quando forem detectados indícios de violência durante a escuta especializada (fase pré-processual) seja acionado o Ministério Público para que tome as providências cabíveis, inclusive requerendo ao juízo a realização do depoimento especial, neste momento, em caráter de antecipação de prova, ao passo que só ele servirá como tal, pois respeitará o contraditório e a ampla defesa, sendo assim apta a embasar futura decisão judicial (PARANÁ, 2017).

O depoimento especial deverá tramitar em segredo de justiça (art. 12, §6º), cabendo ao juiz tomar as medidas necessárias para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha (art. 12, §2º).

Dentre os aspectos práticos, cumpre mencionar a necessidade dos profissionais especializados esclarecerem à criança ou adolescente no que consiste o depoimento especial, “informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais” (art. 12, I). O entrevistado tem total liberdade para narrar a situação, no entanto, pode o entrevistador especializado intervir sempre que necessário (art. 12, II). É permitido também que ao final da entrevista efetuada pelo profissional especializado sejam feitas novas perguntas, agora elaboradas pelo Ministério Público, defensores, assistentes técnicos e pelo próprio juiz. Tais perguntas, serão repassadas ao entrevistador especializado que poderá adaptá-las à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente (art. 12, IV, V).

Ainda com relação aos profissionais envolvidos, Silva (2011) descreve o papel destes como primordial, tendo em vista a natureza





multidisciplinar que o abuso sexual envolve, aconselhando que sejam profissionais da área da psicologia ou do serviço social.

A autora alhures também ressalta a importância do depoimento especial poder ser realizado em caráter de produção antecipada de provas, evitando com isso que a vítima precise repetir inúmeras vezes seu relato, o que não é recomendado.

No entanto, apesar das recomendações legislativas, de pesquisadores do assunto, de profissionais qualificados... na prática muitas vezes não é o que ocorre.

5 DEPOIMENTO ESPECIAL NA PRÁTICA

Como já mencionado anteriormente, o CNJ estabeleceu uma parceria com a ONG Childhood Brasil para auxiliar na implantação do depoimento especial em todo o judiciário brasileiro, que já vem funcionando há cerca de 8 anos.

Segundo a organização, já houve o auxílio, direto ou indireto, na implantação de mais de 600 salas adequadas ao depoimento especial, no país (CHILDHOOD BRASIL, 2020). Segundo a Secretaria de Comunicação do CNJ ao menos 23 Tribunais de Justiça (85%) contam com salas de depoimento especial (BRASIL, 2017). No entanto, em pesquisa realizada pela própria Childhood Brasil, publicada em 2013, havia apenas 42 salas apropriadas em todo o Brasil, sendo 55% localizadas na Região Sul do país, 17% na Região Sudeste, 15% no Nordeste e 5% no Norte. Os dados apontam que 65% das salas foram instaladas no Juizado da Infância e Juventude, 19% também neste Juizado, mas nos setores multidisciplinar, multiprofissional ou interprofissional, 8% em Varas Criminais, 5% na Divisão Psicossocial Forense e 3% em Centros Integrados da Criança e do Adolescente (CHILDHOOD BRASIL, 2013).





Ainda de acordo com esta pesquisa há apenas 37 profissionais qualificados a conduzir o depoimento especial, sendo que 43% são profissionais das áreas de psicologia e serviço social, 41% somente profissionais do serviço social, 11% compõem uma equipe multidisciplinar e 5% é apenas um psicólogo o entrevistador. Destes, 84% informaram ter feito alguma capacitação, 11% informaram não ter feito e 5% não responderam (CHILDHOOD BRASIL, 2013).

Há divergência inclusive com relação às técnicas de entrevista utilizadas pelos profissionais entrevistadores, 32% utilizam a entrevista cognitiva como principal opção, 16% utilizam técnicas de relato livre, perguntas abertas e fechadas, 14% desenvolvem o método de avaliação abarcativa, 8% empregam entrevista forense com base em entrevista cognitiva, 5% usam entrevista investigativa, 3% usam entrevista livre e jogos e 22% não responderam (CHILDHOOD BRASIL, 2013).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a grande maioria dos tribunais utiliza-se do sistema de videoconferência para a realização dos depoimentos especiais, com a transmissão em tempo real de tudo que acontece na sala de depoimento especial para a sala de audiências. Porém, alguns tribunais empregam um método diferente, qual seja uma divisória de vidro, com película, entre a sala de audiências e a sala de depoimento. Ambos os casos são plenamente possíveis e respeitam a Lei, ainda permitindo que o Magistrado, Ministério Público, Defesa e assistentes técnicos formulem perguntas (BRASIL, 2015).

Os dados estatísticos alhures são os mais atuais divulgados até esta data. Carece esse tema de novas pesquisas, ao passo que desde 2013 passaram-se sete anos, tempo hábil para uma nova análise da evolução (ou não) de tal método. Apesar de não ter havido nova pesquisa, reconhece-se que a aplicação do



depoimento especial ainda deixa a desejar, justifica tal afirmação a edição, pelo Conselho Nacional de Justiça, da Resolução n. 299 em 05 de novembro de 2019.

6 RESOLUÇÃO N. 299 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

Dentre as motivações expostas para a edição de tal ato normativo destacam-se duas: “a importância de estabelecer articulação interinstitucional para uma efetiva proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes” e, talvez a mais marcante, considera “que a ausência de recursos financeiros não poderá justificar a não implementação de salas adequadas para a realização do depoimento especial.” (BRASIL, 2019b).

Em vista da primeira motivação citada, que diz respeito à uma articulação interinstitucional a Resolução prevê que os Tribunais deverão estabelecer convênios, preferencialmente com o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretarias de Segurança Pública, de Assistência ou Desenvolvimento Social e de Saúde, de Educação e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ou dos quais elas sejam testemunhas, devendo ainda encaminhar ao CNJ, no prazo de noventa dias, o convênio celebrado (art. 2º, caput e §1º).

O Capítulo III trata especialmente da implantação das salas de depoimento especial, estabelecendo no seu art. 8º o prazo de noventa dias para os Tribunais providenciarem o necessário para a sua realização. Neste mesmo prazo ficou estabelecido no art. 26 que os tribunais estaduais deverão realizar o levantamento da distribuição de processos envolvendo crianças e adolescentes



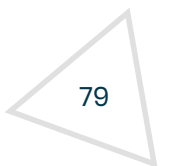
vítimas de violência nas comarcas de entrância final para que assim se possibilite apontar o número de varas necessárias para a especificidade da matéria.

No prazo de cento e vinte dias os tribunais estaduais deverão informar o CNJ sobre o planejamento realizado quanto à especialização das varas ou ainda a apresentação de estudos com propostas que respeitam as diretrizes apontadas na Lei n. 13.431/2017. Já no prazo de cento e oitenta dias deverá ser informado ao órgão citado o estudo realizado para a implementação de centros integrados nas capitais e comarcas de entrância final.

Os capítulos IV e V regem sobre as equipes para a realização do depoimento especial e sobre a capacitação de magistrados e profissionais, respectivamente. Quanto ao primeiro tema a inovação trazida encontra-se no parágrafo único do art. 10, o qual estabelece que no caso de crianças e adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais o depoimento especial deverá ser conduzido por equipe técnica em que esteja integrado algum profissional com formação ou conhecimento da área de antropologia, podendo para tanto serem estabelecidas parcerias com entidades públicas e privadas.

O art. 15 estabelece que a capacitação de magistrados e profissionais que atuam na realização do depoimento especial é obrigatória, sendo que tal deve observar os termos do Protocolo Brasileiro de Entrevista forense.⁵

⁵ O Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) é uma adaptação do Protocolo “National Children’s Advocacy Center” (NCAC), sendo um procedimento de entrevista, aprimorado pela ONG sueco-brasileira Childhood Brasil, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo National Children Advocacy Center dos Estados Unidos, que busca dirigir a conduta da entrevista com crianças e adolescentes que são vítimas de violência (BRASIL, 2019a).



7 DEPOIMENTO ESPECIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina editou a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8 de 24 de setembro de 2018, dispondo sobre o “depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência realizado no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.” (SANTA CATARINA, 2018).

A Resolução em questão estabeleceu providências mais específicas que aquelas dispostas na Lei Federal. Destaca-se os incisos I, II, III, V, VIII e XI do inciso 5º, os quais passa-se expor.

O inciso I do art. 5º estabelece que o depoimento especial deverá ser realizado em sala adequada, silenciosa, composta de duas poltronas, uma mesa de apoio e boa iluminação, tendo condições de segurança, privacidade e conforto. Na sala a presença deverá ser restrita à vítima ou testemunha e ao entrevistador (inc. II), que não deverá utilizar ponto eletrônico (inc. XI).

O profissional que está promovendo a entrevista terá autonomia para formular perguntas, além de poder avaliar a pertinência daquelas já formuladas pelas partes ou pelo juiz (inc. V), ao passo que a entrevista respeite a cognição da criança ou adolescente, suas condições emocionais, seus desejos, medos, habilidades, nível de trauma etc. (inc. VIII).

Ademais, para regular de forma mais clara, a Resolução estabelece regras distintas ao procedimento do depoimento especial, levando-se em consideração de que tal pode ocorrer em sede de produção antecipada de prova, a qual é recomendada pelo inc. III do art. 5º, e durante o regular andar do processo. As duas



hipóteses são previstas no art. 7º, §§ 2º, 3º, 4º e 5º e art. 8º, incisos I, II, III, respectivamente.

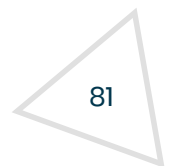
O art. 7º, §2º prevê que quando o depoimento especial for realizado em sede de prova antecipada o promotor de justiça e o defensor deverão ser intimados para apresentarem os quesitos a serem respondidos pela criança ou adolescentes e documentado pelo entrevistador, que receberá os autos para avaliar a pertinência daqueles (art. 7º, §3º). Caso o profissional que realizará o depoimento identificar a necessidade de adequação de algum quesito informará ao juiz, que intimará a parte que o requereu para que apresente um novo (art. 7º, §4º).

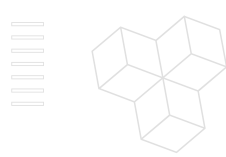
Na oportunidade em que o juiz intimar as partes para apresentação de quesitos estabelecerá um prazo. Findo tal prazo, os autos retornarão ao entrevistador para que agende o depoimento especial, respeitando o prazo determinado para hábil intimação da criança ou do adolescente e de seu representante legal (art. 7º, §5º).

Quando o depoimento especial for colhido no curso do processo o profissional designado para realizar a entrevista deverá ser intimado com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da audiência, ao passo que será realizado concomitantemente a esta (art. 8º, inc. II), para que assim planeje e prepare o trabalho a ser realizado (art. 8º, inc I). O juiz formulará questionamentos, os quais o entrevistador analisará a pertinência, repassando à criança ou ao adolescente aqueles que assim julgar (art. 8º, inc. III).

No entanto, apesar de ser método obrigatório desde 2017, com prazo de um ano para adequação, e mesmo com a Resolução estadual editada não é uma possibilidade em todas as Comarcas a realização do depoimento especial, pelo contrário, é minoria.

Na Comarca de Chapecó/SC, entrância especial, até o final de 2019 não estava realizando depoimentos especiais. As justificativas





eram o fato do Fórum não comportar sala adequada e não contar com profissional especializado. Ressalta-se que na impossibilidade da criança ou do adolescente ser ouvido por depoimento especial sua oitiva se dá nos moldes usuais em processos em que não figura como vítima de violência, tendo em vista que nesta última hipótese é realizado um relatório psicológico redigido pela psicóloga forense e juntado aos autos.

8 CONCLUSÃO

O depoimento especial surgiu como uma forma de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, seja por ser menos danoso que os depoimentos processuais usuais, seja por ser um meio de prova mais eficaz. Um dos principais objetivos deste método é evitar a revitimização e barrar a violência institucional.

Constatou-se que desde 2003 – ano da primeira aplicação – houve uma certa mobilização dos órgãos públicos juntamente com instituições civis para que tal procedimento passasse a ser aplicado em mais Tribunais, Juízos e Comarcas. A parceria efetuada pelo CNJ com a ONG Childhood Brasil evidencia o esforço empregado para disseminar o depoimento especial a nível federal.

O principal marco nacional para o depoimento especial foi a promulgação da Lei 13.431 de 2017, que alterou o Estatuto da Criança e Adolescente, estabelecendo um caráter obrigatório àquele. Apesar de ter sido previsto somente no ECA, sua importância para o direito penal é indiscutível, tendo em vista respeitar métodos de inquirição específicos e mais seguros de tal forma que evite a produção de falsas memórias, que podem interferir diretamente nas decisões judiciais.

No entanto, apesar de todo o esforço nota-se que ainda há muito a evoluir. Os dados estatísticos revelaram o pequeno número de salas





especializadas e profissionais capacitados. Além disso, constata-se que a maioria das salas de depoimento especial estão localizadas nos próprios fóruns, o que por si só já é um ambiente desconfortável e intimidador, principalmente para uma criança ou adolescente.

Posto isso, verifica-se que ainda há muito caminho pela frente e muito o que aprimorar para que o depoimento especial deixe de ser uma conquista somente prevista no papel e de pouca aplicação prática. Os benefícios são inegáveis, um progresso na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e um avanço em relação à produção de provas no direito processual penal.

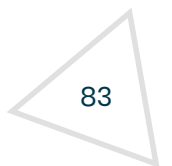
REFERÊNCIAS

BRASIL. **CNJ Serviço**: Como funciona a sala de depoimento especial para crianças? Conselho Nacional de Justiça. Agência CNJ de Notícias. 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-funciona-a-sala-de-depoimento-especial-para-criancas/>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BRASIL. **CNJ e Childhood renovam parceria para humanizar depoimento de crianças**. Conselho Nacional de Justiça. 2018. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/cnj-e-childhood-renovam-parceria-para-humanizar-depoimento-de-criancas/#:~:text=Desde%202012%2C%20por%20meio%20da,depoimento%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.&text=A%20primeira%20parceria%20com%20a,vem%20de%20novembro%20de%202013](https://www.cnj.jus.br/cnj-e-childhood-renovam-parceria-para-humanizar-depoimento-de-criancas/#:~:text=Desde%202012%2C%20por%20meio%20da,depoimento%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.&text=A%20primeira%20parceria%20com%20a,vem%20de%20novembro%20de%202013.). Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **CNJ Serviço**: mitos e verdades do depoimento especial de crianças. Conselho Nacional de Justiça. 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-mito-e-verdade-do-depoimento-especial-de-criancas/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BRASIL. **Recomendação n. 33 de 23 de novembro de 2010**. Conselho Nacional de Justiça. 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/878>. Acesso em: 3 fev. 2020.



BRASIL. **Relatório analítico propositivo justiça pesquisa**: a oitiva de crianças no poder judiciário brasileiro. Conselho Nacional de Justiça. 2019a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/efd93a2e429d1b77e6b35d5628ee9802.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Resolução n. 299, de 05 de novembro de 2019**. Conselho Nacional de Justiça. 2019b. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/12/D6071CFAE874A1_resolucao299-19cnj.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRUCK, M.; CECI, S. J.; FRANCOUER, E. Children's use of anatomically detailed dolls to report genital touching in a medical examination: Developmental and gender comparisons. **Journal of Experimental Psychology: Applied**, Washington, v. 6, 74-83, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/12383997_Children's_use_of_anatomically_detailed_dolls_to_report_genital_touching_in_a_medical_examination_Developmental_and_gender_comparisons. Acesso em: 4 fev. 2020.

CHILDHOOD BRASIL. **Cartografia nacional das experiências alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil**: o estado da arte. 2013. Disponível em: https://www.childhood.org.br/publicacao/cartografia_nacional.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.

CHILDHOOD BRASIL. **Como protegemos**: Depoimento especial. 2020. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/como-protegemos-depoimento-especial>. Acesso em: 03 fev. 2020.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 20/2005 - ECOSOC**: Diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes. 2005. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/onu/resolucao_20_2005_ecosoc_onu__port.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.



FLECH, L. C. **Falsas memórias no processo penal**. 2012. 117 f. Monografia (Especialização em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67291/000872494.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 fev. 2020.

MAIS RETORNO. **Sugestionabilidade**. 2020. Disponível em: <https://maisretorno.com/blog/termos/s/sugestionabilidade>. Acesso em: 4 fev. 2020.

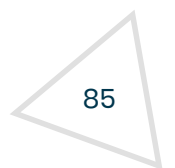
PARANÁ. **Breves anotações**: Lei n. 13.431 de 4 de abril de 2017. Ministério Público do Paraná. 2017. Disponível em: http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Breves_annotacoes_Lei_13431_2017.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.


PARANÁ. **Considerações sobre o depoimento de criança/adolescente vítima de violência sexual**. Ministério Público do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1412>. Acesso em: 4 fev. 2020.

PARANÁ. **ECA – Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes**. Ministério Público do Paraná. 2015. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SANTA CATARINA. **Resolução Conjunta GP/CGJ n. 8, de 24 de setembro de 2018**. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://busca.tjsc.jus.br/busca-textual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=172943&cdCategoria=1&q=&frase=&excluir=&qualquer=&prox1=&prox2=&prox3>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SILVA, J. M. da. Depoimento sem dano: uma nova alternativa de ouvir crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense**, Florianópolis, v. 19, p. 257-280, 2011. Disponível em: https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/atuacao19&div=15&start_page=257&collection=journals&set_as_cursor=2&men_tab=srchresults. Acesso em: 11 fev. 2020.





A OBRIGATORIEDADE DO VOTO NO ÂMAGO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: REALIDADE (IN)COERENTE?

Danielle Silvestrin¹

RESUMO

É demasiado recorrente o questionamento acerca da adoção e permanência do sistema da obrigatoriedade do voto, inserto no Estado Democrático de Direito Brasileiro. Este trabalho configura-se como artigo de revisão, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica de doutrinas de Direito Constitucional e Eleitoral, pesquisas já publicadas por órgãos governamentais acerca de dados voltados ao pleito eleitoral e apontamentos denotados por veículos de comunicação. Indubitavelmente, todas as decisões políticas acarretam consequências diretas na vida dos cidadãos, tanto da perspectiva individual, quanto do enfoque coletivo, sendo este traduzido pelo conceito de nação. Neste sentido é crucial ao desenvolvimento e robustez dos sistemas democráticos, que seu povo detenha senso político crítico, capaz de efetivamente influenciar os rumos do país, definidos por sua vez, pelo arbítrio dos representantes eleitos. Avaliar até que ponto a obrigatoriedade em oposição à facultatividade do voto, e vice-versa, possa denotar relação harmônica com o Estado Democrático de Direito, fomentando verdadeiramente uma consciência política coletiva, responsável e comprometida com os interesses da sociedade como um todo, é o escopo de estudo a ser inferido pela elaboração deste artigo.

Palavras-chave: Voto. Democrático. Obrigatório. Facultativo.

¹ Graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Especialista em Direito Público Aplicado, promovido pela Escola Brasileira de Direito (Ebradi); dani_silvestrin@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Sociedades democráticas possuem características singulares em função dos processos históricos que as construíram e desenvolveram. Deste modo, o Brasil enquanto Estado Democrático de Direito, denota traços específicos decorrentes de uma nação que já foi colônia de exploração, tornou-se independente, sofreu longo período de ditadura militar, e finalmente, a redemocratização. Dentro deste contexto, a liberdade torna-se o centro de maior relevância em termos de discussão política, e é neste seguimento que residem os questionamentos acerca da coerência da obrigatoriedade do voto.

O objetivo deste artigo consiste em inferir, por meio de pesquisa e análise bibliográfica de: doutrinas de Direito Constitucional e Eleitoral, pesquisas já publicadas por órgãos governamentais acerca de dados voltados ao pleito eleitoral e apontamentos denotados por veículos de comunicação (sites e revistas), quais são os pontos compatíveis e incompatíveis da relação entre voto obrigatório e facultativo à luz do Estado Democrático de Direito.

O desenvolvimento do presente estudo consistirá na elaboração de um levantamento histórico do voto junto ao constitucionalismo brasileiro, além de suas implicações jurídicas e sociais. Também serão abordados aspectos fundamentais à robustez da consciência política pátria, de modo especial, a ligação desta com a identidade nacionalista e a coerência do voto obrigatório. Posteriormente, estarão abarcadas as peculiaridades do voto facultativo, além de comparações junto aos sistemas eleitorais de outras nações democráticas.

Compreender o direito ao voto, correlacionando-o ao constitucionalismo brasileiro e ao desencadeamento histórico-social até a contemporaneidade, possibilitará certa clareza às discussões



que permeiam nosso sistema obrigatório de voto... Se o mesmo ainda apresenta eficácia, se possui coerência junto ao regime democrático vigente, além de uma contribuição com o debate político demasiado crucial à democracia.

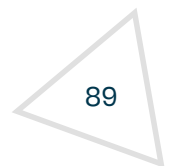
2 CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

O estudo voltado ao entendimento dos sistemas de voto remete ao escopo do Direito Eleitoral, neste existindo as normas que organizam e regulamentam as dinâmicas eleitorais. Entretanto, para que se possa lançar luz à atual realidade de nosso sistema de voto, é indispensável que observações acerca do Constitucionalismo Brasileiro sejam efetuadas.

A partir da análise do direito constitucional pátrio, poder-se-á vislumbrar o esclarecimento da adoção do legislador constituinte à obrigatoriedade do voto, e como esta opção foi concebida ao longo de nosso processo histórico diante e sua construção político-jurídica.

2.1 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E O VOTO

Ao pensar nas questões atinentes ao voto, torna-se inevitável o paralelo com o Constitucionalismo Brasileiro. “O surgimento deste, remonta à fundação do Estado Brasileiro, em decorrência do processo de independência em 1822.” (CARVALHO, 2006). Data de 1824 a outorga de nossa primeira Constituição, e na sequência as Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e sua Emenda n.º 1, de 1969, até chegarmos à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (CRFB/88).



Para profícua visualização da evolução constitucional pátria e sua intrínseca relação com o direito ao voto, segue delineamento cronológico (SENADO FEDERAL, 2013):

1ª - Constituição de 1824 (Brasil Império)

- Apoiado pelo Partido Português, constituído por ricos comerciantes portugueses e altos funcionários públicos, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte em 1823 e impôs seu próprio projeto, que se tornou a primeira Constituição do Brasil.
- O direito ao voto era concedido somente aos homens livres e proprietários, de acordo com seu nível de renda.
- Para ser eleito, o cidadão também tinha que comprovar renda mínima proporcional ao cargo pretendido.

2ª - Constituição de 1891 (Brasil República)

- Instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo. Estabelecimento da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Criação do sufrágio com menos restrições, impedindo ainda o voto aos mendigos e analfabetos.

3ª - Constituição de 1934 (Segunda República)

- Presidido por Getúlio Vargas, o país realiza nova Assembleia Constituinte, instalada em novembro de 1933.
- Voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos, com direito de voto às mulheres, mas mantendo proibição do voto aos mendigos e analfabetos.
- Criação da Justiça Eleitoral.

4ª - Constituição de 1937 (Estado Novo)

- Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas revogou a Constituição de 1934, dissolveu o Congresso e outorgou ao país, a Carta Constitucional do Estado Novo, com a supressão dos partidos políticos e concentração de poder nas mãos do chefe supremo do Executivo.
- Supressão da liberdade partidária e da liberdade de imprensa.
- Anulação da independência dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Restrição das prerrogativas do Congresso Nacional;
- Permissão para suspensão da imunidade parlamentar;
- Prisão e exílio de opositores do governo;
- Eleição indireta para presidente da República.

- Deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.
- Ao fim de 1945, as eleições realizadas para a Presidência da República deram vitória ao general Eurico Gaspar Dutra, empossado em 31 de outubro de 1946, que governou o país por decretos-lei, enquanto preparava-se uma nova Constituição.

5ª - Constituição de 1946

- Restabelecimento dos direitos individuais.
- Independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Instituição de eleição direta para presidente da República.
- Pluralidade partidária.
- Destaca-se, entre as emendas à Carta de 1946, o chamado ato adicional, de 2 de setembro de 1961, que instituiu o regime parlamentarista.
- Como essa emenda previa consulta popular posterior, por meio de plebiscito, realizado em janeiro de 1963, o país retomou o regime presidencialista, escolhido pela população, restaurando, portanto, os poderes tradicionais conferidos ao presidente da República.

6ª - Constituição de 1967 (Regime Militar)

- Instalado em 1964, o regime militar conservou o Congresso Nacional, mas dominava e controlava o Legislativo. Dessa forma, o Executivo encaminhou ao Congresso uma proposta de Constituição, aprovada e promulgada no dia 24 de janeiro de 1967.
- Essa Constituição manteve a Federação, com expansão da União, e adotou a eleição indireta para presidente da República, por meio de Colégio Eleitoral formado pelos integrantes do Congresso e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas.
- Foi emendada por sucessiva expedição de Atos Institucionais (AIs), mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, dando a eles poderes extra constitucionais.
- Um deles, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso.
- Entre outras medidas do AI-5, houve a suspensão de qualquer reunião de cunho político; censura aos meios de comunicação, estendendo-se à música, ao teatro e ao cinema; suspensão do *habeas corpus* para os chamados crimes políticos.

7ª - Constituição de 1988 (Constituição Cidadã)

- Datada de 5 de outubro de 1988, a Constituição inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com

ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais.

- Destacam-se: direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos e a instituição de eleições majoritárias em dois turnos.

Nossa atual Carta Magna, a Constituição Cidadã, é a pedra fundamental do renascimento democrático brasileiro após o longo e sombrio período do regime militar (1964 - 1985) que mitigou radicalmente direitos e garantias fundamentais. Não à toa, o primeiro artigo da CRFB/88 consagra a República Federativa do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito, solidificando tal conceito como prioritário à ordem constitucional vigente.

A obrigatoriedade do voto é promulgada em 1932, no então vigente Código Eleitoral. Mais tarde, em 1934, tal compulsoriedade é inserida também na Constituição, porém, de modo restritivo, conforme demonstrado anteriormente. É cediço que sob tal modelo eleitoral incorreram diversas modificações no intuito de assegurar a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão do Estado. A efetividade desta participação explicita seu auge na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 14, parágrafo primeiro, inciso I:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
(BRASIL, 1988).

O Constitucionalismo moderno apresenta em seu desenvolvimento, uma forma distinta à fundamentação e ordenação



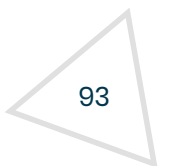
do poder político; esta forma é traduzida no próprio instrumento da Constituição. Considerando que o Constitucionalismo Brasileiro permeou seu desenvolvimento em simultaneidade ao Constitucionalismo Moderno, torna-se evidente que dele tenha sofrido influência. “As Constituições brasileiras afirmam o nascer e o renascer do Estado brasileiro em diversos contextos históricos e sociais.” (CANOTILHO, 2002, p. 53).

2.2 ASPECTOS JURÍDICOS DO VOTO OBRIGATÓRIO

No arcabouço da legislação brasileira interna, os direitos políticos revelam-se de extrema importância, dentre outros louváveis motivos, em função da assinatura do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, por meio da promulgação do Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992 (Publicado no Diário Oficial da União em de 7 de julho de 1992).

Imperioso destacar as disposições contidas no artigo 25, alíneas “a”, “b” e “c”, segundo as quais o cidadão possui o direito à participação nos assuntos públicos, podendo escolher livremente seus representantes, votar e inclusive ser eleito às eleições que consubstanciam-se como periódicas, autênticas, tendo sua realização pelo “sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores”, além de “ter de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.” (BRASIL, 1988).

De acordo com Ramayana (2016, p. 6): “o cumprimento efetivo das normas relativas aos direitos políticos implica uma adoção social das perspectivas cívicas e democráticas atribuindo um verdadeiro significado das eleições ao cidadão.”



De acordo com Silva (2012, p. 356), “o sufrágio é um direito público subjetivo democrático, que cabe ao povo nos limites técnicos do princípio da universalidade e da igualdade de voto e de elegibilidade”. A respeito do voto, o autor destaca: “o direito de sufrágio exerce-se praticando atos de vários tipos.”

Importante consideração acerca do sufrágio é expressa por Canotilho (2002, p. 301) quando da análise do princípio democrático então ratificado pela Constituição da República Portuguesa, de 1976 (PORTUGAL, 1976), e do sufrágio enquanto direito; este segundo o autor, confere legitimidade à vontade política reinante bem como à distribuição dos poderes, além de criar o “pessoal político e marcar o ritmo da cena política de uma nação.”

Da observação citada anteriormente pode-se inferir que o voto é ainda um dever sócio-político, ou seja, o voto é primordialmente um direito, como também uma função e um dever. A liberdade como expoente do Estado Democrático de Direito, não é mitigada, ou mesmo afrontada, quando da adoção do sufrágio universal, através da obrigatoriedade do voto.

A compulsoriedade aqui discutida, tanto não compromete a liberdade em termos democráticos, que sequer consta do rol das cláusulas pétreas. Estas, encontram-se previstas no § 4º do artigo 60 da Constituição Federal, e são as seguintes: forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes; direitos e garantias individuais.

Para corroborar o entendimento acerca da imutabilidade das cláusulas pétreas, ressalta-se o posicionamento de Moreira e Pontes (2014, p. 13):

Uma das razões para a existência das Cláusulas Pétreas na CF de 1988 é que a sociedade brasileira despertava de um período em que seus direitos fundamentais mais básicos

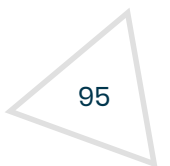


foram postergados, suspensos, em nome de um regime ditatorial, pautado pela intolerância e pelo desrespeito aos valores democráticos. Após esse período, a sociedade, representada pela assembleia nacional constituinte, cuidou de registrar no texto constitucional, ora confeccionado, alguns valores básicos e inelimináveis, tentando se resguardar, através das cláusulas de imutabilidades, pois temendo um novo golpe, sentiam-se inseguros em relação à possibilidade da ingerência do poder executivo nos outros poderes.

A obrigatoriedade do voto é, pois, coerente com os ditames constitucionais, e conforme já ratificado, pode ser alterada por meio de Emenda Constitucional. O voto obrigatório é também compatível com o que se entende por constitucionalismo democrático substancial, haja vista que este, conforme exposto por Barroso (2011, p. 114): “deve ser inspirado pela oferta de iguais oportunidades às pessoas, pelo respeito à diversidade e ao pluralismo”, o voto obrigatório permite que todos os cidadãos exerçam a soberania popular igualmente.

O voto obrigatório não prejudica a liberdade de escolha dos cidadãos, do mesmo modo que não afronta o Estado Democrático de Direito focado pela percepção democrática, que idealiza um mecanismo social, fundamento de uma sociedade livre, justa e solidária (CF, Art. 3º, inciso I), donde o poder emana do povo e por ele deve ser exercido, diretamente ou por representantes eleitos (BRASIL, 1988).

Ainda, da obra de Barroso (2011), depreendemos que uma constituição possui duas funções essenciais. Uma delas denota-se na transmissão de consensos mínimos, cruciais para a dignidade da pessoa humana, bem como, para o funcionamento do regime democrático, aspectos que devem ser preservados de eventuais maiorias políticas. A outra função seria concernente à garantia



e preservação do pluralismo político, mantendo incólume o funcionamento dos processos democráticos.

3 MATURIDADE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

A evolução da sociedade brasileira foi marcada por aspectos sociais e políticos de extrema relevância para a hodierna concepção de nação democrática. Desde a superação do voto censitário até a plena reabertura democrática, o Brasil busca a concretização de uma identidade, e mais que isso, de uma consciência política plena, criteriosa quanto à participação do povo no controle dos negócios do poder.

3.1 A SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O NACIONALISMO

O nacionalismo enquanto fator intrinsecamente ligado ao prisma sócio-político, é algo que padece de robustez e afirmação ao povo brasileiro. A ausência de uma identidade nacionalista afeta de forma direta a participação dos cidadãos nos assuntos políticos. Aquela, sendo inexistente ou frágil, afeta a percepção de pertencimento ao coletivo e conseqüentemente a preocupação com o quadro político. Esta condição influencia fortemente um dos fundamentos principais do Estado Democrático de Direito, qual seja, o exercício da soberania popular.

Revoluções foram desencadeadas a partir da aceção de pertencer a uma nação, de modo que o nacionalismo foi capaz de alterar profundamente padrões sociais e políticos, justamente por ser aquele, o agente instigador destas revoluções na esfera social,



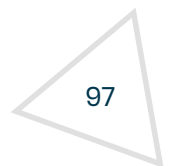
política e inclusive econômica. São notórias, a título de exemplo, as mudanças decorridas nestes aspectos, posteriormente à Revolução Francesa, às Guerras Mundiais e a Crise Econômica de 1929.

O nacionalismo existente no Brasil, é reconhecido como nacionalismo integrador, este pode ser explicado, segundo exposição de Jaguaribe (2013, p. 29): “O propósito configurador e preservador de uma nacionalidade historicamente possível, experimentada como necessária por seus membros, mas ainda não constituída ou consolidada politicamente.”

Isto é justificável porque, embora o fomento da figura nacional brasileira tenha sido concebido desde à colonização, o Brasil na acepção política do termo, somente adquiriu solidez ao fim do século XX. Até a concepção dessa identidade, os cenários culturais, sociais, políticos e econômicos eram influenciados pelos padrões europeus e norte-americanos.

Tanto a Proclamação da Independência, quanto a Proclamação da República foram atos que visaram defender a nação, asseverando o sentimento nacionalista, entretanto, não foram capazes de impelir mudanças audazes do ponto de vista institucional e estrutural da política brasileira. Não propagaram veementemente o sentimento nacional, já que tanto o aspecto social quanto econômico continuavam voltados para o exterior.

Foi aproximadamente na metade da década de 1920, que o nacionalismo brasileiro nasceu. Com o fim da Primeira Grande Guerra o contexto mundial voltava-se aos questionamentos concernentes ao sentido de nação. A crise econômica advinda da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque também colaborou para o nascimento desta visão nacionalista, haja vista que antes, a economia era absolutamente dependente do mercado externo, e a partir de tal colapso precisou encontrar no mercado interno



os meios para superar tamanha crise. Necessário ratificar, que neste período o nacionalismo não era consolidado, aliás, sequer atualmente é característica de identificação evidente.

É possível mencionar como preponderantes ao nascimento e desenvolvimento do nacionalismo em solo brasileiro, mais especificamente durante a década de 1920: a Semana de Arte Moderna (1922), os movimentos de cunho político (por exemplo o tenentismo), os investimentos no mercado interno enquanto políticas que visavam barrar a crise econômica e mais tarde as medidas implementadas pelo Governo Getúlio Vargas, um governo nacionalista que fomentou significativamente a indústria de base. Sendo assim, percebe-se que o Estado brasileiro tem seu surgimento marcado após a Independência, e a Nação por sua vez, juntamente com o nacionalismo, surge posteriormente à década de 1920.

Por conta deste tardio nacionalismo, o povo brasileiro possui uma consciência política tímida (ainda em formação, assaz manipulada por discursos de palanque e meios de comunicação de massa tendenciosos) e de forma mais extremada, até mesmo inexistente em certos recantos do país. Porém, é necessário reconhecer que tal consciência política, conforme já dito, está em formação, percebe-se isto ao voltarmos nossa avaliação às manifestações de 2013, momento crítico do País, no qual a voz do povo unido, em alusão ao clássico clichê, se fez ouvida e influenciou diretamente o andamento político àquela época.

3.2 A COERÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DO VOTO

Na visão de grande parte dos doutrinadores, votar é um ato configurado como dever, e não meramente um direito. O âmago



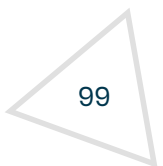
de tal dever reside na concepção de comprometimento que cada cidadão possui com a nação ao realizar a escolha de seus representantes.

Um dos argumentos de alta recorrência quando se trata do voto obrigatório é que a maioria dos eleitores dirige-se às urnas e exerce o voto, legitimando o pleito de forma incontestável. Isto impede aos candidatos derrotados alegarem que o resultado das urnas não coaduna fidelidade à vontade dos cidadãos. Na seara de uma democracia ainda em formação, a compulsoriedade do voto é salutar, especialmente em função das divisões sociais e da polarização política que geralmente acarretam situações de instabilidade político-institucional. Neste sentido argumenta-se que o baixo comparecimento dos cidadãos ao pleito eleitoral prejudicaria de forma ainda mais grave a credibilidade das instituições políticas.

É sabido que os países de maior pujança na América Latina, em termos econômicos e populacionais, adotam o sistema da obrigatoriedade desde que o voto direto, secreto e universal foi instituído. No caso do Brasil, conforme já explanado, esta forma de sufrágio é vigente desde 1932, de modo que nenhum prejuízo à democracia foi constatado.

Seguindo está temática, o Professor de Economia, Geys, realizou no ano de 2006, um estudo voltado a verificar os fatores que permeiam os sistemas de voto na América Latina. Tal estudo verificou que o comparecimento às urnas nos países latino-americanos sofre influência direta dos seguintes fatores institucionais: ausência ou presença de poder legislativo bicameral, eleições para cargos do poder legislativo e executivo em simultaneidade e o voto facultativo ou obrigatório (GEYS, 2006).

De acordo com o autor, o efeito negativo em relação ao bicameralismo, consiste na maior dificuldade que este tipo de



composição gera para o eleitor quanto a identificação das diversas coalisões e dos resultados legislativos.

Por outro lado, a simultaneidade de eleições tanto para o Poder Legislativo quanto para o Executivo, impacta diretamente na intensidade política do pleito, especialmente na disseminação de informações que contribuem de modo crucial com a tomada de decisão dos cidadãos. As duas eleições decorrendo simultaneamente tendem à formação de um eleitorado mais motivado e criticamente atento, em relação àquele proveniente de pleitos exclusivos.

Conforme apontado anteriormente, o País não sofre danos por ter adotado o sistema obrigatório de voto, também é verdade que o constrangimento por parte do eleitor é mínimo (multa eleitoral de valor ínfimo, e restrições a determinados direitos que são facilmente evitadas ou resolvidas). Efetivamente inexistente uma expressiva resistência ao voto obrigatório.

Não obstante as inúmeras discussões acerca da facultatividade e da obrigatoriedade, esta é uma realidade bem assimilada pelos cidadãos brasileiros. Contudo existe uma clara tendência mundial pela adoção do voto facultativo, o que provavelmente alcançará a nação brasileira no ritmo paulatino de sua evolução sócio-política, que a cada ano demonstra-se mais preocupada com as decisões tomadas pelos dirigentes governamentais.

4 FACULTATIVIDADE DO VOTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: UMA TENDÊNCIA INEVITÁVEL?

Quando se trata da facultatividade do voto no Brasil, encontram-se tanto partidários quanto contrários a adoção desta. As sanções à ausência ao pleito eleitoral embora severas,



a exemplo do impedimento de tomar posse em cargo público, podem ser resolvidas pelo pagamento de multas de baixíssima vultuosidade financeira e ainda, por meio da justificação pelo não comparecimento ao pleito, esta com prazo amplo (60 dias após as eleições). Na prática, a brandura destas penas, podem até mesmo configurar uma velada facultatividade de voto.

Aspecto importante a ser analisado, é que nações desenvolvidas, essencialmente do ponto de vista democrático, instituíram e instituem a facultatividade como forma de cancelar plena liberdade de voto ao povo, confiando aos cidadãos o controle das decisões políticas desde a opção por não votar, já que concebem o “não posicionamento” como forma de posicionamento, portanto expressão pura da democracia.

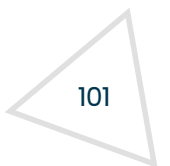
4.1 PERCEPÇÕES ACERCA DA FACULTATIVIDADE DO VOTO

Impendentemente da obrigatoriedade ou da facultatividade, é inegável concebermos o voto enquanto o poder de mudança dentro dos cenários democráticos, o que requer apurado senso crítico quando do seu exercício.

O sistema facultativo de voto não impõe à abstenção de seu exercício qualquer tipo de sanção. Ou seja, o indivíduo não necessita sequer dirigir-se às urnas, devendo fazê-lo somente se imbuído do interesse de ser e fazer parte das decisões do Estado.

Quando se fala em sanções pelo não cumprimento das regras eleitorais pertinentes ao voto, refere-se às disposições previstas no artigo 7º, da Lei n. 4.737/65 – Código Eleitoral:

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por



cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II - receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou para estatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV - obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V - obter passaporte ou carteira de identidade;

VI - renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1965).

Segundo estudo divulgado pelo site Toda Política (2020), em quase 90% das nações o voto é facultativo. Atualmente apenas 21 países, incluindo o Brasil, têm voto obrigatório nas eleições. São exemplos de nações que adotam a facultatividade: Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Paraguai...

Ínsito observar que os países conhecidos como grandes líderes mundiais, a citar, Estados Unidos e Alemanha, são Estados que possuem democracia plena, efetivamente consolidada, neste



sentido a facultatividade do voto por estes adotada, não os fragiliza enquanto nação.

O comparecimento às urnas deve ser motivado pelo sentimento de cidadania, num sentido de coletividade que infere a importância de participar das decisões políticas, e portanto dos rumos do País. Se o eleitor vota unicamente no intuito de não sofrer sanções, ou ainda, se ele dirige-se às urnas e então anula seu voto, ou vota em branco, a essência do voto enquanto direito e dever sócio-político perde-se num lapso de comprometimento cívico.

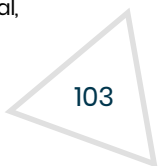
A adoção do sistema da obrigatoriedade do voto não garante efetivamente a participação da maioria dos cidadãos no pleito eleitoral. Isto porque a ida do cidadão até a urna eleitoral não necessariamente significa que ele de fato escolherá certo representante político, ou ainda, sequer significa que detém interesse nas propostas e projetos de governo apresentados pelos candidatos e seus partidos. Frisando novamente, é considerável número de eleitores que acaba por votar em branco ou por anular seu voto de modo deliberado, seja por protesto, ou mesmo dificuldade intelectual de exercer este direito.

É pertinente demonstrar os dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acerca do índice de abstenção no pleito eleitoral de 2018:

No primeiro turno do pleito, o comparecimento foi de 117.364.560 (79,67%). Entre o primeiro e segundo turnos, registrou-se uma redução de 1.431.109 no comparecimento dos eleitores, queda de 0,97 ponto percentual.

A abstenção variou 0,97 ponto percentual e alcançou 31.371.704 eleitores no segundo turno, ou 21,30%. Foram 1.430.439 eleitores a mais que se abstiveram de votar. Na primeira rodada de votação, ela foi de 29.941.265, o que representou: 20,33%.

Na comparação entre os turnos, o número de votos nulos registrou uma variação positiva de 1,29 ponto percentual,



com crescimento de 1.401.900. Passou de 7.206.205 (6,14%) no primeiro turno para 8.608.105 no segundo turno (7,43%). Já o voto branco caiu meio ponto percentual. A soma de votos brancos no segundo turno foi de 2.486.593, correspondendo a 2,14%. No primeiro, foi de 3.106.936, número que, percentualmente equivale a 2,14% do total. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

Esta foi uma eleição absolutamente polarizada, marcada pela baixa discussão de projetos e diretrizes de governo. Influenciada quase que exclusivamente pela disputa entre duas siglas partidárias que dividiram o país. A observação da taxa de abstenção permite a verificação de que, embora haja a compulsoriedade de voto, este sistema não garante por si que todos os cidadãos habilitados votarão, e mais, que os votos exercidos necessariamente serão resultado de escolhas comprometidas com as políticas públicas das quais a sociedade carece.

Quando se pensa na possibilidade de inserir o sistema da facultatividade do voto no Brasil, muito se questiona se a sociedade brasileira, politicamente falando, estaria preparada para tamanha mudança. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em **áreas urbanas**. Já 15,28% dos brasileiros vivem em **áreas rurais**. Este sem dúvidas, é outro fator que prepondera favoravelmente à facultatividade do voto, pois certifica a presença da população no meio urbano, juntamente com a massificação do acesso aos meios de comunicação, que permite o conhecimento de informações em caráter globalizado de modo ágil e simplificado.

Também é inegável que a consciência política de uma nação está intimamente ligada à qualidade de seu sistema educacional.



O Brasil denota graves mazelas neste sentido; historicamente nunca houve massivo investimento em educação, esta parece não ser entendida pelos governantes como prioridade em termos de aplicação de recursos econômicos. Entretanto, não necessariamente a obrigatoriedade do voto acarretará, por si, a transformação da sociedade a níveis elevados de senso crítico no que compete à vida político-social.

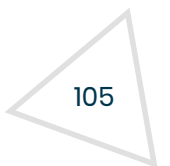
Ainda sobre a obrigatoriedade e a facultatividade do voto, cumpre citar importante lição do autor Silva (2004, p. 357): “a obrigatoriedade do alistamento eleitoral tem um papel positivo para o fortalecimento da democracia no País, além de ter-se transformado em estímulo à participação popular no processo político.”

A facultatividade do voto denota-se enquanto sistema cuja implantação precisa ser criteriosamente avaliada, levando em consideração tanto a maturidade política da população apta a votar, quanto outros fatores que influenciam este processo (adequados níveis educacionais e econômicos, que permitam discernimento passível a efetivar escolhas de tamanha relevância).

4.2 O SISTEMA FACULTATIVO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

É salutar observar o Direito Constitucional Comparado, verificando nele, os aspectos relacionados ao voto nos sistemas eleitorais dos países que adotam o assim reconhecido Direito Constitucional Democrático Clássico.

A legislação pertinente ao voto na Espanha, determina que todo cidadão maior de dezoito anos possui aptidão para votar e ser votado. A inscrição eleitoral é compulsória, e caracteriza-se como pressuposto para o exercício do voto. Contudo, inexistente



sanção legal à inscrição, o que portanto, a torna facultativa em termos práticos.

Neste sentido entender Cunha (2004, p. 40): “Como a inscrição eleitoral é pressuposto para votar, se na prática não há sanção legal que compele os espanhóis a obrigação da inscrição eleitoral, a consequência prática é a facultatividade do voto.”

Na França, quatro são as condições à aquisição do direito de sufrágio: nacionalidade, idade, capacidade e inscrição nas listas eleitorais. Esta última embora obrigatória, não acarreta nenhum tipo de sanção, ao mesmo tempo em que o voto é facultativo.

Aos que advogam favoravelmente à facultatividade, tais exemplos fomentam o argumento de falta de justificativa para a adoção e especialmente, para a permanência da obrigatoriedade do voto. Tanto os franceses, quanto os ingleses, no decorrer de seus processos históricos contribuíram magistralmente para a formação do Constitucionalismo, e o encaminharam para sua forma moderna. Ambas as nações figuraram como protagonistas no desenvolvimento daquele que hoje entendemos enquanto conceito de democracia.

Análises comparativas, denotam extrema utilidade para fins de parâmetro de estudo e possíveis aplicações práticas. Entretanto, é indispensável ter em mente que modelos eficazes em determinados países podem não o ser diante da realidade local. A adoção do voto facultativo no Brasil, demandaria além de reformas e implementações legislativas, uma readaptação significativa na postura cívica dos cidadãos. O não posicionamento, traduzido na abstenção ao ato de votar, estaria plenamente vinculado ao livre arbítrio do indivíduo, exigindo a consciência de que os rumos do país estariam nas mãos dos representantes escolhidos por aqueles que assumiram sua responsabilidade cidadã.

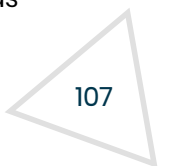


5 CONCLUSÃO

Em conformidade com a análise do posicionamento doutrinário de distintos autores, bem como a partir da observação de dados apresentados por entidades de pesquisa e órgãos governamentais, além de apontamentos divulgados por alguns veículos de comunicação, considera-se do ponto de vista jurídico-constitucional, que tanto a obrigatoriedade, quanto a facultatividade do voto denotam sim pertinência com Estado Democrático de Direito Brasileiro. O legislador constitucional originário, à época da Assembleia Nacional Constituinte, deparou-se com um contexto democrático em sua frágil retomada; certamente considerou que o voto obrigatório garantiria a participação da sociedade da forma mais idônea possível, indicando-lhe que o ato de votar, sobretudo, traduzia-se em um compromisso com a redemocratização.

Embora o sistema da obrigatoriedade esteja concretizado no âmago da sociedade brasileira, frequentemente se levanta a discussão acerca da possibilidade de adoção do sistema facultativo de voto, como mecanismo mais próximo ao Princípio da Liberdade que delinea o retrato democrático do Brasil. Aqui, o ponto fundamental da análise bibliográfica ora efetuada: a adoção do voto facultativo somente é viável quando se constata de forma veemente, sem quaisquer dúvidas, (ao contrário de muitas discussões temerárias levantadas hoje, a exemplo de que o regime ditatorial era, e seria novamente saudável ao País) que a coletividade está devidamente instruída, comprometida e apta para assumir seu encargo cívico diante da magnânima importância do exercício do voto.

É exatamente por meio destas discussões, que em algum momento tal mudança de sistema e tudo o que ela representa em termos legais, sociais e políticos, poderá vir a ser efetivada. Contudo, as



condições sócio-políticas atuais não demonstram sinais propensos a inserção do voto facultativo, haja vista, carecer a população brasileira de robustez educacional, que influencia diretamente o processo eleitoral como um todo, desde a importância do comparecimento às urnas, até a escolha apropriada de candidatos probos e absolutamente comprometidos com o desenvolvimento nacional.

As sistemáticas de voto dentro dos processos democráticos, não se constroem levemente; demandam tempo, respeito e adequação ao desenvolvimento do povo a partir de sua acepção de cidadania, de pertencimento à coletividade, de responsabilidade com a coisa pública. As análises sintaticamente apresentadas, demonstram que o Brasil convive harmonicamente com a obrigatoriedade de voto, outrossim, a adoção da facultatividade deste, exigirá mais tempo cronológico, histórico e social para que a sociedade como um todo, possa estar pronta à tamanha mudança política, mas sobretudo, à demasiada mudança cultural.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Direito Constitucional Contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção de um novo modelo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Acesso em: 14 mar. 2020.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



CUNHA, André Luiz Nogueira da. **Direitos políticos, representatividade, capacidade eleitoral e inelegibilidades**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

GEYS, Benny. Explaining Voter Turnout: A Review of Aggregate-Level Research. **Electoral Studies**, v. 25, p. 637-663, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000200091#fn07. Acesso em: 16 mar. 2020.

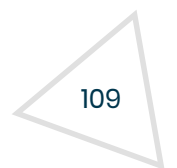
JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1067-O_Nacionalismo_na_Atualidade_Brasileira.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

MOREIRA, Marcos Onete Fontenele; PONTES, Ysmênia de Aguiar. A dupla inconsistência teórica das cláusulas pétreas: dos pontos de vista democrático e jus filosófico. **Publica Direito**, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c611c3bb714aa29e>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PORTUGAL [Constituição (1976)]. Constituição da República Portuguesa de 1976. **Diário da República**. Portugal, 1976. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis. Acesso em: 16 mar. 2020.

RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. 15. ed. Niterói: Ímpetus, 2016.

SENADO FEDERAL. **Uma breve história das Constituições do Brasil**. 2013. Acesso em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao-25anos/historia-das-constituicoes.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.



SENADO FEDERAL. **Vantagens e Desvantagens do Voto Obrigatório e do Voto Facultativo**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-e-do-voto-facultativo>. Acesso em: 15 mar. 2020.


SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

TODA POLÍTICA. **O que é voto facultativo?** Disponível em: <https://www.todapolitica.com/voto-facultativo/>. Acesso: 16 mar.2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Código Eleitoral - Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jul. 1965.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Totalização dos votos do segundo turno**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em 18 mar. 2020.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: PONDERAÇÃO ENTRE O EXERCÍCIO DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO E A OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Renan Eduardo da Silva¹

RESUMO

O presente artigo aborda o direito fundamental de liberdade de expressão no âmbito das redes sociais, procurando demonstrar através da aplicação do critério da ponderação, qual é o limite entre o exercício da manifestação do pensamento e ofensa aos direitos da personalidade. O trabalho de pesquisa utiliza do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica-investigativa que integra uma ampla investigação na dogmática constitucional brasileira sobre o limite da liberdade de expressão nas redes sociais. Para tanto, a investigação contempla quatro etapas: inicialmente são tecidas breves considerações sobre o direito de liberdade de expressão, em seguida, aborda-se a liberdade de expressão nas redes sociais como manifestação do pensamento e na terceira etapa contextualiza-se o uso da liberdade de expressão nas mídias sociais como ofensa aos direitos da personalidade. Com a compreensão de todos estes aspectos, o tópico final analisa o uso da ponderação como meio para conferir limites entre a liberdade de expressão pela livre manifestação de pensamento e a ofensa aos direitos da personalidade nas redes sociais.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade. Liberdade de Expressão. Manifestação do Pensamento. Ponderação. Redes Sociais.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc; Especialista em Direito Civil pela Universidade Anhanguera, Uniderp; Graduado em Direito pela Universidade do Contestado, UNC Concórdia; Advogado; renan.silva@ifc.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais mais importantes, e que mais se destaca em sociedades democráticas e pluralistas como a brasileira. Não há como pensar na evolução de uma sociedade sem que os indivíduos sejam livres para formar e expressar suas ideias.

Assim, é da própria natureza do ser humano fomentar debates e buscar convencer seus semelhantes acerca das suas ideias. Visto isso, é somente através da livre manifestação de pensamento que surge a possibilidade de mudanças e de crescimento não apenas social, mas também pessoal.

Partindo dessa premissa, cumpre esclarecer que a partir do momento em que se defende uma irrestrita liberdade de expressão aos indivíduos, começam a aparecer possíveis cenários de desrespeito a outros direitos fundamentais equivalentes e igualmente relevantes, como por exemplo, o direito à honra, à privacidade e à intimidade.

No âmbito das redes sociais, o direito de liberdade de expressão tem seu alcance multiplicado infinitas vezes, uma vez que as manifestações ficam visíveis a um número ilimitado de pessoas, se perpetuando eternamente na rede.

Nesse sentido, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988 protege tanto a liberdade de expressão, bem como os direitos fundamentais que com ela eventualmente colidem, o que traz a necessidade do legislador ponderar os direitos em conflito visando estabelecer limites entre a livre manifestação do pensamento que não acarrete em ofensa aos direitos da personalidade.



Portanto, considerando que as redes sociais foram incorporadas a sociedade, é fácil perceber a necessidade de discussão do tema no mundo jurídico, já que estas estruturas sociais são utilizadas como ferramentas para o exercício da manifestação do pensamento, ao mesmo tempo em que possibilitam que ocorram lesões aos direitos da personalidade, através de variadas formas de discurso, sendo alguns legítimos e outros criminalizados.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

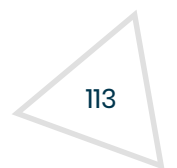
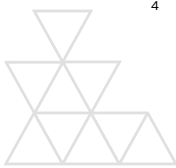
Na história mundial, encontramos traços do início do exercício da liberdade de expressão na Grécia Antiga, mais precisamente em Atenas, onde os cidadãos apreciavam a faculdade de igualmente usar a palavra nas assembleias públicas. “Os atenienses se orgulhavam dessa ampla liberdade de expressão e comunicação que lhes era garantida pela politéia.” (FARIAS, 2004, p. 57).

Contudo, apesar de ter um conceito que remonta à Antiguidade, pode-se afirmar que a constatação que a liberdade de expressão como um direito é relativamente recente e a Inglaterra foi pioneira neste aspecto com a decisão histórica do Parlamento Britânico em 1695,² seguida pela Constituição Americana de 1791 (Bill of Rights)³ e pela Declaração de Direitos dos Direitos do Homem e Cidadão de 1789.⁴

² Segundo Farias (2004, p. 54) tratava-se de um pedido para que a censura prévia fosse revogada, sob o argumento de que “A livre manifestação do pensamento conduz ao avanço do conhecimento e à descoberta da verdade.” Argumento este, que é reconhecido na contemporaneidade como em defesa do direito à liberdade de expressão.

³ Para uma melhor compreensão, ver Silva et al. (2014).

⁴ Para um aprofundamento no tema, ver Peixinho (2018).



No entanto, o verdadeiro avanço no reconhecimento se deu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que no artigo 19⁵ conferiu caráter de direito humano a liberdade expressão (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

No plano internacional, quanto à liberdade de expressão merece destaque ainda o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PICP 1966)⁶ e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de 1969), ambas ratificadas pelo Estado brasileiro.

No âmbito nacional, a liberdade de expressão é consagrada em diversas disposições normativas, inicialmente é possível se observar sua posição de destaque no texto constitucional como um direito fundamental pela cláusula geral do artigo 5, inciso IV⁷ da Constituição Federal.

Quanto a um conceito de liberdade de expressão, Mendes; Branco (2013, p. 264) entendem que:

A garantia da liberdade de expressão tutela, ao menos enquanto não houver colisão com outros direitos fundamentais e com outros valores

⁵ Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica o direito de não ser incomodado por suas opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios de expressão, independentemente de fronteiras.

⁶ Artigo 19, inciso 2 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

⁷ Conforme Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p. 534) o dispositivo no caso brasileiro funciona como uma espécie de cláusula geral, foi complementado e guarda relação direta com uma série de outros dispositivos da Constituição, os quais, no seu conjunto, formam o arcabouço jurídico-constitucional que reconhece e protege a liberdade de expressão nas suas diversas manifestações. Dentre os dispositivos diretamente relacionados com a liberdade de expressão, situam-se diversos enunciados dispersos na Constituição, alguns formulados de modo a assegurar expressamente direitos de liberdade da pessoa humana como os artigos 5, incisos V, VI e IX, artigo 206, II e artigo 220 da Constituição Federal.



constitucionalmente estabelecidos, toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, envolvendo tema de interesse público, ou não, de importância e de valor, ou não – até porque diferenciar entre opiniões valiosas ou sem valor é uma contradição num Estado baseado na concepção de uma democracia livre e pluralista.

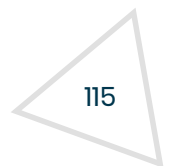
Deste modo, o caráter jusfundamental da norma do artigo 5 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) revela que a liberdade de expressão é um direito que envolve diversas possibilidades da expressão humana,⁸ sendo um direito de defesa que envolve a pretensão básica de não exercício da censura pelo Estado.

3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS COMO MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO

Com um entendimento sobre o conteúdo (âmbito de proteção) do direito de liberdade de expressão, é necessário se compreender está no campo das redes sociais. Neste sentido, no mundo contemporâneo é inegável o papel que a internet exerce em nossas vidas, de forma que já não é possível realizar muitas atividades sem essa ferramenta.

Deste modo, é impossível imaginar o avanço da sociedade sem a presença desse importante recurso no dia-a-dia. Segundo Sydow (2013, p. 32) “a internet representa a sociedade ideal,

⁸ De acordo com Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p.535) para uma compreensão geral das liberdades em espécie que podem ser reconduzidas à liberdade de expressão (gênero), e considerando as peculiaridades do direito constitucional positivo brasileiro, é possível apresentar o seguinte esquema: a) liberdade de manifestação do pensamento, incluindo a liberdade de opinião (art. 5, inciso IV); b) liberdade de expressão artística (art. 5, inciso IX); c) liberdade de ensino e pesquisa (art. 206, inciso II); d) liberdade de comunicação e de informação (art. 220, inciso I); e) liberdade de expressão religiosa (art. 5, inciso VI).



onde todos seriam iguais e anônimos. Tendo todas as mesmas condições, sendo concomitantemente alguém e ao mesmo tempo ninguém na rede.” Ainda, Paesani (2014, p. 17) complementa dizendo que:

A Internet não pertence a ninguém, não é financiada por instituições, governos ou organizações internacionais, e também não é um serviço comercial. Há uma absoluta ausência de uma legislação supranacional para discipliná-la, decorrente principalmente de sua própria estrutura, para intervir no controle, na censura e na distribuição da informação.

A internet representa um organismo dinâmico, universal e inevitável a humanidade, que engloba um grande sistema que abarca círculos sociais denominadas redes sociais, para aqueles que queiram e aceitem utilizá-la para a comunicação (SYDOW, 2013, p. 36). A comunicação virtual transcende fronteiras, logo vivemos em uma “sociedade em rede”. As redes sociais representam um meio de comunicação que anula termos como lugar, distância e tempo, fornecendo informações ilimitadas a seus usuários.

Por isso, como estruturas sociais virtuais, as redes sociais são compostas por uma infinidade de pessoas que compartilham valores e objetivos em comum na rede. Logo, as redes sociais funcionam como importante mecanismo para a manifestação do pensamento, de forma a exteriorizar opiniões, transmitindo a outras pessoas a diversidade de pontos de vista numa sociedade global e heterogênea.

Quanto a este aspecto, Sydow (2013, p. 33) destaca a liberdade de expressão nas redes sociais como um meio de expressão da democracia contemporânea:



As redes sociais são vistas como um “instrumento da democracia”, o povo através de uma simples atualização de status pode dá uma dimensão global de suas necessidades, pode através de uma mensagem ou um comentário cobrar de seus representantes, ou do estado em sí uma ação frente a determinado problema. Ademais, a rede mundial de computadores levou a todos os usuários a noção ideal de igualdade, pois não existem desiguais na unanimidade virtual.

Neste sentido, além da manifestação do caráter democrático⁹ pelo exercício da livre manifestação do pensamento, a liberdade de expressão advinda das redes sociais possibilita o desenvolvimento das potencialidades do ser humano.¹⁰ Ou seja, há a formação de indivíduos mais críticos, de modo a influenciar a decisões coletivas.

Assim, com a possibilidade maior da manifestação do pensamento, a liberdade de expressão propiciada pelas redes sociais também contribui para o avanço do conhecimento e da sociedade.¹¹

Portanto, em um mundo em constante transformação estrutural pelo uso constante da tecnologia, a liberdade de

⁹ De acordo com Machado (2002, p. 247) a liberdade de expressão é concebida como uma consequência do sistema democrático de tomada de decisões, uma vez que contribui para a formação da opinião pública, garantindo o exercício da democracia.

¹⁰ Conforme Chequer (2011, p. 19) de fato, o homem se diferencia dos demais seres vivos em razão de sua capacidade de formar pensamentos abstratos, da utilização de diversas formas de linguagem de comunicação para expressar pensamentos e emoções, ou para construir determinada cultura. Neste caso, a liberdade de expressão age como um mecanismo que propicia o desenvolvimento de seres humanos mais reflexivos, críticos e maduros, de forma a beneficiar toda a sociedade.

¹¹ Para Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p. 536) a liberdade de expressão pela manifestação do pensamento encontra um dos seus principais fundamentos (e objetivos) na dignidade da pessoa humana, naquilo que diz respeito à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo, ela também guarda relação, numa dimensão social e política, com as condições e a garantia da democracia e do pluralismo político, assegurando uma espécie de livre mercado das ideias, assumindo, neste sentido, a qualidade de um direito político e revelando ter também uma dimensão nitidamente transindividual, já que a liberdade de expressão e os seus respectivos limites operam essencialmente na esfera das relações de comunicação e da vida social.



expressão pela manifestação do pensamento nas redes sociais possibilita não só a difusão de informações, conhecimentos, pontos de vista, convicções ou juízos de valor, mas também contribui para a inserção e desenvolvimento do ser humano e da própria sociedade.

No entanto, com a percepção de uma ausência de regulamentação da rede mundial de computadores, a liberdade de expressão nas redes sociais trouxe consigo a falsa ideia do anonimato, de modo que a formação novo coletivo social (rede social) facilitou o surgimento de cenários propícios a violação dos direitos da personalidade.¹²

4 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS USADA COMO OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

No contexto da formação de uma nova fronteira digital de informação (Internet), as redes sociais trouxeram consigo uma nova possibilidade de participação coletiva a indivíduos que anteriormente não as possuíam. As redes sociais tornaram-se espaços públicos, que abriram caminhos para interação e integração social, política e econômica.

A instantaneidade das manifestações propiciada pelas redes sociais, não permite que as pessoas repensem aquilo que escrevem ou publicam em suas mídias sociais. Ao contrário de uma carta, onde

¹² Segundo Bittar (2015, p.115) os direitos da personalidade podem ser classificados como físicos, psíquicos ou morais. São compreendidos como físicos quando referentes a elementos extrínsecos da personalidade, como por exemplo o direito à vida, à integridade física, ao corpo, à imagem. Em um segundo momento, são compreendidos como psíquicos quando relativos a elementos intrínsecos à personalidade, englobando os direitos à liberdade, à intimidade, à integridade psíquica. Por fim, classificados como morais, tomando-se a pessoa como indivíduo que integra a sociedade, carregando seu patrimônio moral, qual seja, atributos e virtudes valorativas. Integram esta classificação os direitos à identidade, à honra, ao respeito, e o direito às criações intelectuais.



o remetente após escrevê-la podia reler e refletir sobre o conteúdo antes de enviar. Nas redes sociais, em segundos depois de efetuada uma publicação, esta já atinge um número inimaginável de pessoas.

Neste espaço virtual coletivo onde a manifestação de pensamento e ideias alcançam um grau ilimitado de indivíduos, é necessário compreender a liberdade de expressão pela manifestação de pensamento, em especial em manifestações que envolvem o hate speech (discurso do ódio),¹³ o preconceito¹⁴ e perfis fakes¹⁵ (CASAGRANDE, 2018).

Quanto a estas manifestações, o entendimento é que estas configuram-se como cenários não agasalhados pelo direito de liberdade de expressão. Assim, a não vinculação ao direito fundamental de liberdade de expressão destes cenários, decorre de que estas manifestações são desaprovadas pela própria sociedade, por carregarem discriminação, xenofobia ou inverdades os quais o próprio legislador busca coibir e penalizar¹⁶ (BRASIL, 2002).

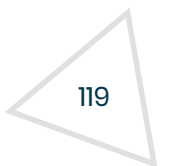
Além disso, no universo das redes sociais o anonimato surge como uma possibilidade de expressão da livre opinião, distante de qualquer forma de controle ou vigilância. No entanto, a liberdade de expressão pela livre manifestação do pensamento nas redes sociais não contempla o anonimato, conforme preceitua a norma do artigo 5, inciso IV da Constituição Federal.

¹³ Para Sarmento (2004) o *hate speech* é uma manifestação de ódio, repúdio ou intolerância em face de um grupo determinado de pessoas, em razão da religião, do gênero, da etnia, da opção sexual e até mesmo, de alguma deficiência física.

¹⁴ Lei Federal n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

¹⁵ Casagrande (2018, p. 82) ressalta que nas redes sociais muitas vezes nota-se que as ofensas partem de perfis falsos, conhecidos como fakes, onde o ofensor acredita que não será desmascarado, e por isso, pratica um exacerbado número de ofensas, sendo que tais atos atingem a moral, a honra e a imagem da pessoa ofendida.

¹⁶ Ver artigos 186 (Dano Moral), 187 (Abuso de Direito) e 927 (Responsabilidade Civil) do Código Civil.



Deste modo, as manifestações em redes sociais que envolvem valores não aceitáveis pela sociedade como discurso do ódio, discriminação ou preconceito, não se enquadram como direito de liberdade expressão, já que acarretam em ofensas a honra dos indivíduos, ao direito à vida privada e à sua intimidade, ou seja, a seus direitos de personalidade

A liberdade de expressão pela livre manifestação do pensamento nas redes sociais, não se configura como um direito de absoluto,¹⁷ ou seja, não foi outorgado sem limites. Deste modo, toda manifestação de pensamento pelo meio virtual que atingir a honra ou a imagem de outrem, pode ensejar responsabilização no âmbito civil ou penal, aliada a garantia do direito de resposta, nos termos do artigo 5, inciso V da Constituição de 1988.

5 PONDERAÇÃO DO DIREITO DE LIBERDADE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS

A liberdade de expressão é um direito que possui uma posição de destaque no ordenamento jurídico brasileiro,¹⁸ pela sua relevância para o exercício da democracia, desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Logo é importante analisar qual é o limite entre a livre manifestação do pensamento nas redes sociais que não acarrete a ofensa dos direitos da personalidade.

Este limite deve ser analisado caso a caso, averiguando-se o conflito entre o direito fundamental de liberdade de expressão

¹⁷ Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p. 548) lecionam no sentido da ilegitimidade constitucional do discurso do ódio e da incitação à violência, preconceito e discriminação, considerando que a liberdade de expressão não contempla “manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude.”

¹⁸ No entender de Barroso (2008, p. 352) os direitos fundamentais, na forma de princípios, podem ser compreendidos como valores morais partilhados na comunidade em dadas circunstâncias, onde migram do plano ético para o plano jurídico quando materializados na forma de princípios, abarcados pela Constituição Federal.



pela manifestação de pensamento (artigo 5, inciso IV da CRFB) e outros bens fundamentais como a honra e imagem, (artigo 5, inciso X da CRFB).

Deste modo, vale lembrar que os direitos fundamentais são relativos,¹⁹ a própria liberdade de expressão apesar de gozar de certa preferência em detrimento de outros direitos fundamentais, possui “reservas legais implícitas”²⁰ como é o caso do artigo 5, inciso V.

Art. 5 Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. (BRASIL, 1988).

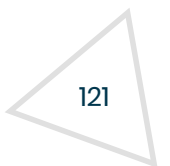
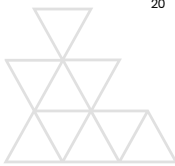
Assim, o direito fundamental de liberdade de expressão é submetido a limites, suscetíveis de restrição. O entendimento de como as restrições se relacionam com os direitos restringidos pode ser explicado pela doutrina por duas teorias distintas: a teoria interna e a teoria externa.

Na teoria interna ou absoluta, considera-se que, não há restrições a um direito, pois o processo de definição dos limites a um direito é interno deste (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2018, p. 402).

A teoria externa ou teoria relativa, por sua vez distingue que há existe inicialmente um direito em si, que, mediante a imposição

¹⁹ Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p. 402) considera que nenhuma ordem jurídica pode proteger os direitos fundamentais de maneira ilimitada, deste modo a ideia de que os direitos fundamentais não são absolutos não tem oferecido maiores dificuldades e tem sido amplamente aceita no direito constitucional contemporâneo.

²⁰ Para uma análise mais detalhada ver Martins (2012, p. 218).



de eventuais restrições, se converte em um direito limitado (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2018, p. 403).

Nesse sentido, a doutrina adota de forma majoritária a teoria externa,²¹ através da aplicação do critério da ponderação.²²

No caso da liberdade de expressão pela livre manifestação de pensamento nas redes sociais, significa dizer que o titular do direito que atingir a honra ou a imagem de outrem, pode ser responsabilizado de forma a indenizar o lesionado,²³ e ainda, a este pode ser garantido o direito de resposta,²⁴ proporcional ao agravo cometido pelo ofensor (O GLOBO, 2017). Quanto a este aspecto, Favero (2016, p. 15) explica que:

é necessário perceber que, tanto a liberdade de expressão quanto os direitos de personalidade que com ela colidem são direitos que se complementam, uma vez que ambos

²¹ De acordo com Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2018, p. 403) a construção da teoria externa parte do pressuposto de que existe uma distinção entre posição *prima facie* e posição definitiva, a primeira correspondendo ao direito antes de sua limitação, a segunda equivalente ao direito já limitado. Tal distinção, contudo, não afasta a possibilidade de direitos sem restrições, visto não haver uma relação necessária entre o conceito de direito e o de restrição sendo tal relação estabelecida pela necessidade de compatibilizar diferentes bens jurídicos. Em virtude de ser pautada pela referida distinção entre posições jurídicas *prima facie* e definitivas, a teoria externa acaba sendo mais apta a propiciar a reconstrução argumentativa das colisões de direitos fundamentais, tendo em conta a necessidade da imposição de limites a tais direitos, para que possa ser assegurada a convivência harmônica entre seus respectivos titulares no âmbito da realidade social.

²² Como bem pontua Canotilho (2003, p. 1236-1237), as noções de “ponderação” ou de “balanceamento” (de acordo com as terminologias preferidas na tradição alemã – *Abwägung* – e anglo-americana – *balancing*) são utilizadas sempre que surge a necessidade de “encontrar o direito” para resolver “casos de tensão” (em especial de colisões) entre bens juridicamente protegidos, situações que têm sido cada vez mais frequentes no campo do direito e da interpretação constitucional.

²³ Como exemplo cita-se o post feito na rede social Instagram na qual a atriz Monica Lozzi critica o habeas corpus concedido pelo Ministro do STF, Gilmar Mendes em caso de um médico condenado a 278 anos de prisão por 58 estupros. O post continha como legenda os dizeres: “Se um ministro do Supremo Tribunal Federal faz isso... Nem sei o que esperar...” A atriz foi condenada ao pagamento de R\$ 30.000 a título de danos morais em razão do post.

²⁴ Mendes (2013, p. 267) explica que é assegurado a todos os indivíduos o direito de resposta, que corresponde à possibilidade de refutar uma ofensa que tenha sido veiculada por qualquer meio de comunicação. Trata-se basicamente, de “uma reação ao uso indevido da mídia”, um meio de proteção da imagem e da honra dos indivíduos, o qual pode integralizar-se à reparação de danos morais e patrimoniais decorrentes de abusos no exercício do direito à liberdade de expressão.



se fundamentam no princípio da dignidade da pessoa humana, possibilitando que o indivíduo desenvolva sua personalidade através da “exteriorização do pensamento e a participação no jogo democrático.

Diante disso, no caso da colisão dos direitos fundamentais²⁵ é necessário analisar qual direito tem precedência em face do outro segundo o caso concreto. Alexy (2014, p. 95) quanto à resolução do conflito dos entre direitos fundamentais, assim leciona:

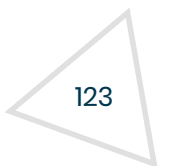
Essa relação de tensão não pode ser solucionada com base em uma precedência absoluta. [...] Nenhum dos direitos goza, por si só, de prioridade. O conflito deve [...] ser resolvido por meio de um balanceamento entre os interesses conflitantes. O objetivo desse balanceamento é definir qual dos interesses – que abstratamente estão no mesmo nível – tem maior peso no caso concreto.

Logo, é possível se entender que no momento do conflito entre direitos fundamentais, não existe uma hierarquia entre estes. Desta forma, a importância da liberdade de expressão pela livre manifestação do pensamento nas redes sociais, como meio de democracia, de desenvolvimento do ser humano e da sociedade não sobrepõem a proteção dos direitos da personalidade.

Portanto, é imperioso uma análise casuística dos bens fundamentais em conflito, de modo que a ponderação expresse uma rigorosa fundamentação do conflito jurídico-constitucional. Desse modo, o legislador não deve ficar restrito ao estabelecido na Constituição, mas também deve observar os chamados limites dos limites²⁶ dos direitos em conflito, atentando-se a proteção

²⁵ Para Alexy (2014, p. 152) o direito de liberdade de expressão – assim como os demais direitos fundamentais – deve ser concebido como princípio constitucional, norteador da hermenêutica jurídica. Todos os direitos fundamentais possuem o caráter de princípios e, eventualmente colidem uns com os outros, sendo necessária uma solução ponderada em favor de um deles.

²⁶ Visando um entendimento ver Teoria do Limite dos Limites (Schranken-Schranken) na jurisprudência do STF de Bastos (2014).



do núcleo essencial²⁷ destes, e ao critério da proporcionalidade²⁸ (BASTOS, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, é possível se traçar importantes considerações relacionadas à problemática da liberdade de expressão nas redes sociais. Historicamente, demonstrou-se que a liberdade de expressão sempre permeou a sociedade, de modo que muitas vezes, se exerce esse direito sem percepção de sua amplitude e abrangência, em especial no âmbito das mídias sociais.

A consagração da liberdade de expressão, no diploma maior deixa claro sua fundamentalidade ao ser humano, pois propicia o desenvolvimento da personalidade crítica do indivíduo, beneficiando a coletividade através do avanço do conhecimento e da busca pela verdade.

Aliado a isso, a liberdade de expressão também representa uma importante ferramenta para o exercício da democracia, contribuindo para a formação da opinião pública, assegurada esta quando o Estado se abstém de censurar um discurso, mesmo quando este não lhe favorece.

²⁷ Sarlet, Maronni e Mitidiero (2018, p. 416) explica que a garantia de proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais aponta para a parcela do conteúdo de um direito sem a qual ele perde a sua mínima eficácia, deixando, com isso, de ser reconhecível como um direito fundamental. A ideia fundamental deste requisito é a de que existem conteúdos invioláveis dos direitos fundamentais que se reconduzem a posições indisponíveis às intervenções dos poderes estatais, mas que também podem ser opostas a particulares, embora quanto a este último aspecto exista divergência doutrinária relevante.

²⁸ Sarlet, Maronni e Mitidiero (2018, p. 411) expõem que o princípio da proporcionalidade possui como que uma dupla face, atuando simultaneamente como critério para o controle da legitimidade constitucional de medidas restritivas do âmbito de proteção de direitos fundamentais, bem como para o controle da omissão ou atuação insuficiente do Estado no cumprimento dos seus deveres de proteção.



Portanto, não estando sujeito à censura prévia, no campo das redes sociais o indivíduo tem a prerrogativa de expor suas mais variadas opiniões e concepções. Assim, observa-se que a liberdade de expressão nas redes sociais facilita à ocorrência de abusos de direito e lesões aos direitos da personalidade, em razão da livre manifestação de pensamento de forma exacerbada.

No entanto, a liberdade de expressão nas redes sociais, não se trata de um direito absoluto, encontrando-se sujeita a restrições quando ultrapassados os limites dos direitos da personalidade de outrem.

Deste modo, na análise casuística que envolve colisões entre o direito de liberdade de expressão e os direitos da personalidade, o método de resolução adequado é o da ponderação, que consiste em avaliar no caso concreto, qual dos direitos possui peso maior, onde um deles acaba tendo de “ceder” em detrimento do outro, a depender de cada caso.

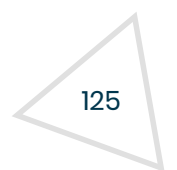
REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BASTOS, Bruno Medeiros. **Teoria do Limite dos Limites (Schranken-Schranken) na jurisprudência do STF**. 2018. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/artigo,teoria-do-limite-dos-limites-schrankens-chranken-na-jurisprudencia-do-stf,51418.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.



BRASIL. **Código Civil de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em:

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Almedina, Coimbra, 2003.

CHEQUER, Claudio. **A liberdade de expressão como direito Fundamental preferencial prima face**: (análise crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial Brasileiro). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CASAGRANDE, Monalisa Alberton. **A Liberdade de Expressão nas redes sociais**: paradoxos e complementariedades. Universidade do Contestado, Concórdia, 2018.

FAVERO, Sabrina; STEINMETZ, Wilson Antônio. **Liberdade de expressão e direitos de personalidade: colisões e complementariedades**. Brasília, DF, 2016.

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de expressão e Comunicação**: Teoria e proteção Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade de expressão**. Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

MARTINS, Leonardo. **Liberdade e estado constitucional**: Leitura jurídicodogmática de uma complexa relação a partir da teoria liberal dos direitos fundamentais. São Paulo: Atlas, 2012, p. 218.



MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. 1948.
Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 30.

O GLOBO. **Monica Iozzi paga R\$ 30.000 de indenização a Gilmar Mendes**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/justica-do-trabalho-de-sao-paulo-diz-que-ha-vinculo-trabalhista-entre-uber-motoristas-23011181>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PAESANI, Liliãna Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PEIXINHO, Manoel Messias. **Os direitos fundamentais nas constituições francesas**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b1bc40d056bad6ec>. Acesso em: 18 set. 2018.


SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes. Os direitos fundamentais nos paradigmas liberal, social e pós-social. *In*: SAMPAIO, José Adércio Leite. **Crise e desafios da constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

SILVA, Diana Casais da *et al.* **A liberdade de expressão nos Estados Unidos da América, Canadá e México e suas diferentes construções históricas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SYDOW, Spencer Toth. **Crimes informáticos e suas vítimas**. São Paulo: Saraiva, 2013.





RESTRIÇÕES AO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, CONFORME DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO PENAL N. 937

Joana Fátima Bellé¹
Jeferson Osvaldo Vieira²

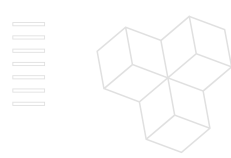
RESUMO

O presente artigo tem por escopo a discussão a respeito do instituto do foro por prerrogativa de função no cenário jurídico brasileiro, apresentando seu conceito, sua razão teleológica, bem como a previsão constitucional. A análise desenvolvida engloba a exposição da interpretação do Supremo Tribunal Federal quanto ao cabimento do foro por prerrogativa de função antes do julgamento da Ação Penal n. 937 e, sobretudo, a nova limitação de tal instituto sob a perspectiva atual da orientação da maior instância do Poder Judiciário. A temática abarca a verificação dos votos dos ministros, além das principais teses fixadas na questão de ordem suscitada, quais sejam, a prevalência do foro especial para os crimes praticados durante o exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas, bem como que a competência do Tribunal para processar e julgar ações penais não será afetada após a publicação do despacho para apresentação das alegações finais, independentemente se o agente público vier a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava.

Palavras-chave: Foro por prerrogativa de função. Ação Penal n. 937.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; joo.belle@hotmail.com

² Mestre em Direito na área de concentração Dimensões Materiais e Eficácias dos Direitos Fundamentais; Docente do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Magistrado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; jeferson.vieira@tjsc.jus.br



1 INTRODUÇÃO

O foro por prerrogativa de função consiste no direito que determinadas pessoas possuem de serem julgadas, em virtude dos cargos ou funções que exercem, pelos órgãos superiores da jurisdição, em competência atribuída pela Constituição Federal ou constituições estaduais. Assim, do entendimento doutrinário majoritário se infere que ocupantes de certos cargos somente poderão ter um julgamento imparcial e livre de pressões se forem julgados por órgãos superiores.

A Constituição Federal de 1988 prevê que um conjunto amplíssimo de agentes públicos responda por crimes comuns perante tribunais, pois o modelo de foro por prerrogativa de função que vinha sendo utilizado acarretava consequências graves e indesejáveis para a justiça e para o Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, objetiva-se entender a mudança na orientação da Suprema Corte relacionada à questão de ordem suscitada pelo Ministro Luís Roberto Barroso no julgamento da Ação Penal n. 937, a qual se baseava em propostas para que as normas constitucionais referentes à prerrogativa de foro pudessem ser interpretadas de maneira restritiva.

Este artigo foi estruturado a partir de três seções. A primeira conceitua o foro por prerrogativa de função e apresenta sua previsão constitucional. A segunda expõe o entendimento aplicado pelo Poder Judiciário acerca de tal instituto no que precede a Ação Penal n. 937. A terceira parte examina o voto dos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento da referida Ação e busca expor as principais teses fixadas na questão de ordem que foram suscitadas pelo Ministro Luís Roberto Barroso.





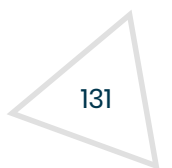
2 O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

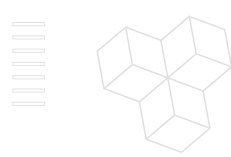
O foro por prerrogativa de função, também chamado de foro especial ou privilegiado, pode ser conceituado como um instituto que permite que determinadas autoridades, em virtude do cargo ou função que exercem, sejam processadas e julgadas, originariamente, por tribunais específicos da estrutura judiciária brasileira.

O foro privilegiado foi pensado para ser um instrumento destinado a garantir o livre exercício de certas funções públicas, e não com a finalidade de proteger a pessoa ocupante do cargo. Assim, não se encontra razão para ampliá-lo aos delitos cometidos previamente à investidura nesse cargo e aos que, cometidos após a investidura, não possuam relação ao exercício de suas funções.

Embora a doutrina, de forma geral, entenda que a existência do foro privilegiado é uma maneira de dar uma atenção especial ao cargo ocupado pelo agente da infração, não havendo falar em desigualdade entre os cidadãos, alguns doutrinadores, entre eles o Des. Guilherme de Souza Nucci, posicionam-se contrários a tal instituto, por entender haver ofensa ao princípio da igualdade. Nesse sentido, Nucci afirma que “se à Justiça Cível todos prestam contas igualmente, sem qualquer distinção, natural seria que a regra valesse também para a Justiça Criminal.” (NUCCI, 2016, p. 225).

Assim, enquanto para algumas correntes doutrinárias, o foro privilegiado evita manipulações políticas nos julgamentos e garante a independência do exercício de funções públicas, para outras, a tese da “subversão da hierarquia” não cabe ao foro por prerrogativa de função, dado que há uma independência jurisdicional dos magistrados, não havendo hierarquia para controlar o mérito das decisões.





De qualquer forma, esse instituto tem como escopo assegurar a imparcialidade nos julgamentos, ou seja, entende-se que somente haverá decisões livres de pressões se forem realizadas por órgãos colegiados que componham a cúpula do Poder Judiciário.

Nesse sentido, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, expõe:

Na origem, a prerrogativa de foro tinha como fundamento a necessidade de assegurar a independência de órgãos e o livre exercício de cargos constitucionalmente relevantes. Entendia-se que a atribuição da competência originária para o julgamento dos ocupantes de tais cargos a tribunais de maior hierarquia evitaria ou reduziria a utilização política do processo penal contra titulares de mandato eletivo ou altas autoridades, em prejuízo do desempenho de suas funções. (BRASIL, 2018, p. 36).

A Constituição da República de 1988 preestabelece, em diversas hipóteses, o foro por prerrogativa de função, tanto com relação aos crimes comuns quanto aos de responsabilidade. A gigantesca abrangência de tal instituto não encontra paralelo na história constitucional brasileira, uma vez que, embora a prerrogativa tenha sido prevista em todas as Cartas Magnas antecedentes, a quantidade de autoridades beneficiadas, inicialmente, era muito sintetizada, tendo sido gradativamente ampliada até chegar ao rol atual (BRASIL, 2018, p. 27).

As previsões constitucionais do foro por prerrogativa de função, que preveem a competência para julgamento originário de detentores de posições políticas ou funcionais, encontram-se dispostas nas alíneas *b* e *c*, do inciso I, do artigo 102, alínea *a*, do inciso I, do artigo 105, alínea *a*, inciso I, do artigo 108, bem como no inciso X do artigo 29, e inciso III, do artigo 96, todos da Constituição da República Federativa do Brasil. Há de se observar, também, as bases





normativas previstas nos artigos 53, § 1º, e 86, caput, ambos da Lei Fundamental.

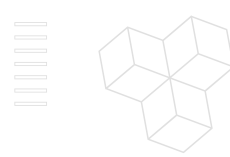
2 INTERPRETAÇÃO ANTIGA ACERCA DO CABIMENTO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

O STF havia firmado jurisprudência acerca do tema em questão, que havia sido consolidado na Súmula n. 394, criada em abril de 1964: “Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.” Portanto, ao estabelecer a continuidade da competência do foro por prerrogativa de função se o delito tivesse sido praticado no exercício da função e em razão dela, referida súmula visava assegurar a *perpetuatio jurisdictionis*. Assim, processos por crimes anteriores ao exercício do mandato eram deslocados para o foro prevalente e retornavam à instância de origem, com a cessação da investidura.

Em outubro do mesmo ano o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula n. 451, que também trata acerca do foro especial e dispõe que, ao crime cometido após a cessação do exercício funcional, seja pela aposentadoria, seja pelo término do mandato, não permanece a competência para julgamento.

A jurisprudência do STF sobre a prerrogativa de foro é abundante e originou súmulas que, por muitos anos, orientaram o Poder Judiciário. Os precedentes que levaram à edição das Súmulas n. 394 e 451 datam desde 1923, momento em que houve o julgamento do Recurso Criminal n. 491, o que demonstra que há muito tempo tal instituto é apreciado pelos tribunais superiores.





Em 2001, entretanto, por unanimidade, o STF cancelou a Súmula n. 394 por entender que, após a cessação do exercício de cargo que concedia ao seu ocupante foro privilegiado, cessa conjuntamente a competência do foro especial para o julgamento. Assim, o principal raciocínio utilizado para o cancelamento foi que a “[...] atual conformação do foro por prerrogativa de função constitui uma violação aos princípios da igualdade e da república, conferindo um privilégio a um número enorme de autoridades, sem fundamento razoável.” (BRASIL, 2018, p. 35).

Segundo a compreensão que precede o julgamento da Ação Penal n. 937, o foro por prerrogativa de função alcançaria todos os crimes de que são acusados os agentes públicos previstos no artigo 102, I, *b* e *c*, da Constituição Federal. Abarcavam-se, inclusive, os crimes praticados antes da investidura no cargo, ainda que o crime a ele imputado não tivesse relação nenhuma com as funções desempenhadas. Era comum que determinado cidadão que respondesse a alguma ação penal, ao alcançar eleição para mandato eletivo, forçasse o deslocamento da competência do processo, ocorrendo o mesmo fenômeno quando da extinção do mandato, nos casos de crimes não relacionados ao exercício da função.

Acerca desse modelo de foro privilegiado, o Ministro Relator da Ação Penal n. 937, Luís Roberto Barroso, entende que há consequências graves e indesejáveis para a justiça e o STF, sendo que a mais importante delas consiste no distanciamento do Tribunal da sua verdadeira função, que é o de suprema corte, em vez de tribunal de primeiro grau.

Em maio de 2018, o julgamento da Ação Penal n. 937 modificou o entendimento quanto à aplicabilidade do foro especial, conferindo





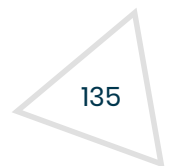
uma interpretação restritiva ao Texto Constitucional e alterando a jurisprudência da Suprema Corte acerca da temática.

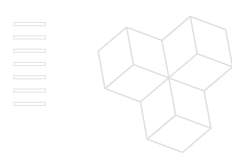
3 NOVA INTERPRETAÇÃO QUANTO AO CABIMENTO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

O entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do cabimento do foro por prerrogativa de função sofreu alterações após ser proferido o acórdão na Ação Penal n. 937, que restringiu o foro privilegiado aos crimes praticados no cargo e em razão dele. Portanto, segundo o STF, é imprescindível que exista relação de causalidade entre o crime imputado e o exercício do cargo a fim de assegurar que tal instituto cumpra seu papel constitucional de garantir o livre exercício das funções, bem como de evitar a impunidade.

Quanto à ação penal em discussão, o Órgão Supremo da esfera judiciária brasileira, por maioria dos votos, resolveu a questão de ordem, estabelecendo duas teses. Na primeira decidiu-se que a aplicabilidade do foro por prerrogativa de função abrange somente os delitos cometidos durante o exercício do cargo e que tenham conexão com as funções desempenhadas. A segunda tese diz respeito ao momento da fixação da competência do STF ou de outro órgão para processar e julgar ações penais:

Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. (BRASIL, 2018, p. 2).





Observa-se, portanto, que se o réu deixou de ocupar o cargo antes de a instrução processual acabar, cessa a competência do Supremo Tribunal Federal, e o processo deve ser remetido para a 1ª instância; todavia, se o réu deixou de ocupar o cargo depois de a instrução se encerrar, o STF continua sendo competente para julgar a ação penal.

Cabe destacar que tanto a jurisprudência do STF quanto do Superior Tribunal de Justiça admite a possibilidade excepcional de prorrogação de competências no foro por prerrogativa de função nos casos em que seja essencial para proteger a efetividade e a racionalidade da prestação jurisdicional (BRASIL, 2018, p. 46). Ademais, referente aos processos que já estiverem em curso, deve ser aplicada essa nova linha interpretativa, ressalvados os atos praticados e decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e outros juízos fundamentados na jurisprudência antecedente.

O caso concreto submetido a julgamento perante o STF diz respeito a um candidato a prefeito que teria cometido corrupção eleitoral, sendo que quando foi denunciado já ocupava o cargo de Prefeito e, por consequência, detinha o foro privilegiado perante o Tribunal Regional Eleitoral. Evidenciadas disfuncionalidades práticas em tal instituto, o Min. Luís Roberto Barroso suscitou questão de ordem.

Do voto dos ministros, em síntese, extrai-se o seguinte:

O Ministro do STF e relator da AP n. 937, Luís Roberto Barroso, iniciou seu voto fracionando-o em três partes. Expôs como o sistema de foro por prerrogativa havia funcionado até aquele momento, apresentando as disfuncionalidades do instituto. Manifestou a necessidade de discussão da interpretação restritiva do sentido e do alcance do foro privilegiado. Argumentou a importância de definir o





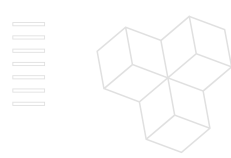
momento da fixação da competência do órgão no qual se exerce a prerrogativa de foro a fim de impedir a manipulação da jurisdição.

Apontou que um dos problemas, além do elevadíssimo número de pessoas que são beneficiadas pelo foro por prerrogativa, é a tamanha dimensão que tal instituto tomou. Afirmou que esse sistema funciona mal e que, além de trazer desprestígio para o STF, faz com que o sistema punitivo seja ineficiente, acarretando, dessa forma, impunidade. Portanto, em seu voto, Barroso propôs que o foro por prerrogativa devesse prevalecer apenas para fatos praticados pelo agente ocupante do cargo público ou em razão dele, mas não para fatos que não guardem nenhuma conexão com o desempenho da atividade funcional.

O Ministro relator apontou que não há qualquer impedimento para que o Supremo Tribunal Federal aplique uma interpretação restritiva às normas constitucionais que instituem o foro privilegiado. Aliás, expôs que são múltiplos os precedentes em que o Supremo refinou sua própria competência para delimitá-la, efetivando a chamada *redução teleológica*, isto é, ajustando a competência à finalidade da norma, bem como à realização dos princípios constitucionais (BRASIL, 2018, p. 13).

O Ministro Marco Aurélio, na fundamentação de seu voto, insistiu que a fixação da competência está necessariamente ligada ao cargo ocupado na data do cometimento da prática criminoso. Explicou que, verificando a ligação entre a prática criminoso e o exercício da função, quando do término do mandato ou desincompatibilização do detentor da prerrogativa, passa a ter o tratamento reservado aos cidadãos comuns, não importando se futuramente seja eleito para um novo cargo. Acentuou, por fim, que concorda com a solução da questão de ordem apresentada pelo Min. Relator, divergindo tão somente em questões pontuais (BRASIL, 2018, p. 94).





Rosa Weber saudou o voto proferido pelo Min. relator no que tange à análise da questão de ordem em que foi proposta uma redução teleológica da competência do STF no tocante ao instituto do foro especial, frisando que é notória a disfuncionalidade desse sistema. A Ministra apontou que se fazem presentes as “hipóteses reveladoras” de mutação constitucional, seja pela alteração da realidade fática, pela mudança na compreensão de qual seria a interpretação mais eficaz, seja, ainda, pelas consequências práticas da orientação majoritária, as quais, segundo Weber, são ocasionadoras de impunidade (BRASIL, 2018, p. 95).

A Ministra admitiu não ter simpatia pelo foro especial, todavia, sua compreensão acerca de tal instituto se limita à proteção da dignidade da função, e não à pessoa que a exerce. Disse ser pertinente que a interpretação restritiva abarque os crimes cometidos no exercício da atividade funcional e em razão dela. Fundamentou que a restrição teleológica já havia sido aplicada em diversos temas, e, reforçando a importância dos princípios republicano e da igualdade, Rosa Weber concluiu o voto acompanhando na íntegra o Relator do processo.

A Ministra Cármem Lúcia, em seu voto, falou da necessidade da repartição de competências. Expôs que “a jurisdição é uma e monopólio do Estado. Não é exercida, contudo, por um único magistrado.” Acrescentou que a divisão de competências “garante a segurança jurídica do cidadão na concretude do princípio do juízo natural.” (BRASIL, 2018, p. 104).

Nesse viés, a Ministra explicou que o foro especial foi estabelecido pelo Poder Constituinte originário em razão da relevância de certos cargos públicos, seja na esfera legislativa, na executiva, seja judiciária. Houve, segundo ela, a indispensabilidade



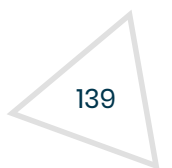


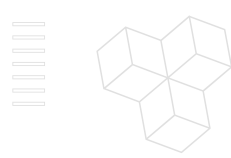
de foros específicos para processar e julgar as infrações penais praticadas por alguns agentes no exercício da atividade funcional.

Outrossim, Cármem Lúcia lembrou que inúmeras vezes a interpretação da norma constitucional que trata do foro por prerrogativa de função foi discutida no STF, sendo possível, assim, visualizar que a jurisprudência se modificou no decurso do tempo. Conforme a Ministra, com o cancelamento da Súmula n. 394 na votação da Questão de Ordem no Inquérito n. 687, o STF passou a entender que o foro por prerrogativa de função subsiste somente quando e enquanto o agente estiver no exercício de cargo ou função.

Tocante às interpretações extensiva e restritiva do foro especial, a Ministra explicou que, na primeira hipótese, desde que o indivíduo estivesse investido em cargo público, o instituto seria aplicado em qualquer situação, independentemente se a infração penal fosse cometida antes do exercício da função ou se tal fato incriminador não tivesse relação com o poder público. Por outro lado, na segunda hipótese, a hermenêutica mais restritiva leva à compreensão de que apenas seria ocupante do foro por prerrogativa de função a pessoa que praticasse a infração penal no exercício da atividade funcional em que estivesse investida. Nesse último caso, seria necessário que o delito tivesse ligação com a prática pública desenvolvida.

Com intuito de determinar qual dos entendimentos melhor se adequa ao Texto Constitucional, segundo a Ministra, é preciso fazer a utilização do *método lógico-sistemático* (BRASIL, 2018, p. 116). Seguiu seu voto afirmando que se deve acatar a interpretação mais restritiva quando há mais de um entendimento possível acerca de uma norma constitucional. Assim, é imprescindível que se tenha uma interpretação restritiva quanto aos dispositivos constitucionais, sobretudo os que tratam da competência por prerrogativa de





função. Caso contrário, conforme Cármem Lúcia, o entendimento extensivo privilegiaria a pessoa em detrimento do cargo.

Finalizou seu voto frisando que o foro especial deve ser restrito aos casos de delitos cometidos no exercício da função ou cargo e precisamente conexos ao desempenho da atividade funcional. Acerca do momento da fixação da competência, afirmou a Ministra que pouco importa a fase do processo, visto que a competência do Supremo cessa quando extinto o mandato ou quando o detentor da prerrogativa de foro deixa o cargo que enseja.

Em seu voto, o Ministro Alexandre de Moraes iniciou admitindo a existência da disfuncionalidade no sistema do foro por prerrogativa de função, o que acarreta, segundo ele, em uma extensiva e generosa ampliação desse instituto (BRASIL, 2018, p. 134).

Ressaltou que não é equilibrado assemelhar o entendimento adotado pelo STF às *imunidades materiais* ou *inviolabilidades parlamentares pelas palavras, votos ou opiniões* com a prerrogativa especial. Tocante às inviolabilidades se percebe, segundo Moraes, serem visivelmente amplas, vez que afastam a possibilidade de responsabilização do parlamentar e, por isso, é necessária a relação com o exercício da atividade funcional. Por outro lado, a prerrogativa de foro não exclui a responsabilidade penal do parlamentar, apenas prevê na própria Carta Magna seu juiz natural para as infrações penais comuns, sem diferenciar se ligadas ou não ao exercício do mandato.

Alexandre de Moraes entende que apenas por Emenda Constitucional há a possibilidade de determinar a distinção da competência jurisdicional penal quanto aos parlamentares. Nesse ponto, sua compreensão acerca do foro por prerrogativa de função vai de encontro ao voto do Ministro Relator. Entende, portanto, que referido instituto deve ser aplicado a todas as infrações penais





comuns efetuadas por ocupantes de mandatos eletivos, a contar da diplomação, e Ministros de Estado, a partir da posse com a equivalência prevista nas Constituições estaduais.

Todavia, conforme o Min. Alexandre de Moraes, o foro especial não se destina às infrações penais cometidas antes da diplomação, ao passo que o autor do ato ilícito não detinha a condição parlamentar.

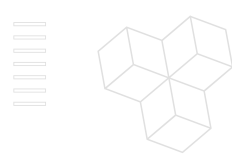
Pôs fim ao voto acompanhando parcialmente o Min. Relator. Propôs a fixação de duas teses, quais sejam:

- 1) O foro por prerrogativa de função dos parlamentares aplica-se apenas às infrações penais comuns praticadas a partir da diplomação.
- 2) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada. (BRASIL, 2018, p. 151-152).

O Ministro Edson Fachin inaugurou seu voto lembrando que em todas as Constituições brasileiras estavam previstos dispositivos que tratavam sobre algum tipo de prerrogativa de foro. Ademais, explicou que a lógica funcional que norteava a interpretação da prerrogativa de foro teve alterações com o cancelamento da Súmula n. 394, a qual previa que a extensão do instituto se dava também aos que já não mais ocupavam cargo público.

De acordo com Fachin, faz-se necessário o reexame do sentido da norma constitucional no que tange ao foro por prerrogativa, uma vez que houve inúmeras modificações sociais, bem como pela extrema indispensabilidade de uma nova visão jurídica acerca do tema em questão. O Ministro observou que “[...] nem toda diferenciação é, necessariamente, inconstitucional.” (BRASIL, 2018, p. 187). Argumentou, pois, apontando um comentário feito pelo Comitê de Direitos Humanos, o qual diz que caso os critérios para a distinção





forem razoáveis, então a diferença de tratamento pode ser admitida, sem que se caracterize ofensa ao princípio da isonomia. Do contrário, se aplicada uma interpretação mais ampla à prerrogativa do foro, o Ministro compreende que está consolidada a violação do princípio da igualdade.

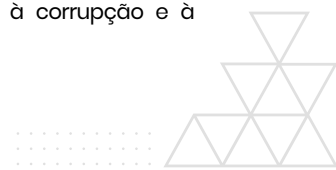
O Ministro rememorou a decisão do Inquérito n. 687, na qual o STF entendeu que “[...] não há na Constituição prerrogativa para aqueles que deixaram, por qualquer motivo, seus cargos. Noutras palavras, a proteção que se dá ao foro e atual: perdura apenas aos atos praticados em determinada legislatura.” (BRASIL, 2018, p. 197). Assim, Fachin votou pelo acolhimento da Questão de Ordem, acompanhando inteiramente o Relator Luís Roberto Barroso.

Assim como Fachin, o Ministro Luiz Fux também votou acompanhando o Relator em ambas as questões. Explicou que a mudança constitucional tem como uma de suas modalidades a mutação constitucional. Esta, por sua vez, possibilita que, sem haver qualquer alteração de texto, uma norma constitucional passe a receber interpretação diversa daquela que vinha sendo predominante até dado momento. Esse entendimento se dá, conforme Fux, em consequência de um novo pensamento sociojurídico que a sociedade vem desenvolvendo a respeito de um determinado objeto da realidade.

Outrossim, em seu voto, Fux reconhece a concordância com a visão do senso comum, de que o foro por prerrogativa de função se torna fonte de impunidade quando indevidamente generalizado. Isto é, o sentimento social relaciona o entendimento ampliativo das hipóteses de cabimento do foro especial à ausência de punição.

Aliás, Fux pontua que

[...] não se pode deixar de apontar que, atualmente, o justificado clamor social de combate à corrupção e à



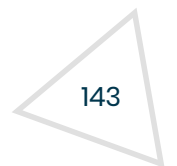


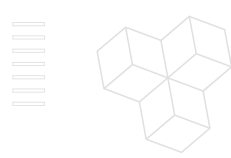
impunidade não se mostra compatível, quando ausentes justificativas outras de cunho político-institucional, com a prerrogativa tida, a partir de um exercício hermenêutico ampliativo, como prevista pela Constituição Federal de estender a competência especial por prerrogativa de função às hipóteses em que a autoridade não mais se encontra no exercício do cargo que justificara o privilégio processual. (BRASIL, 2018, p. 209).

O Ministro disse ser adequada a alternativa de preservar a vinculação da simultaneidade temporal entre o desempenho da função e a prática do fato. Para Fux, a relevância é concernente ao que o agente fez ou deixou de fazer enquanto estava no exercício do cargo, visto que a prerrogativa de foro tem intuito de resguardar a função pública exercida e não o indivíduo que esteja investido nela. Por fim, Luiz Fux encerrou o voto seguindo os exatos termos propostos pelo Min. Relator.

O Ministro Celso de Mello, em seu voto, expôs que a regra constitucional deve ser interpretada de maneira que a prerrogativa especial somente será justificável quando houver delitos cometidos em razão do ofício e em restrita ligação com a atividade pública desempenhada. Outrossim, no tocante à legitimidade da interpretação constitucional do Supremo Tribunal Federal acerca de tal instituto, Mello reconhece que referida corte possui competência para interpretar a lei fundamental e dela extrair a maior eficácia possível, contudo, há de ser respeitados os princípios estruturantes.

O Ministro, por fim, acolheu integralmente a solução proposta pelo Ministro Barroso, assinalando que “[...] nas hipóteses que se enquadrarem no precedente ora firmado neste julgamento, impor-se-á, em regra, o encaminhamento dos autos a órgão judiciário competente situado no primeiro grau de jurisdição.” (BRASIL, 2018, p. 245).





O Ministro Dias Toffoli iniciou seu voto defendendo a posição de que não há, na Carta Magna, uma margem para a interpretação restritiva da prerrogativa de foro. O que diverge, portanto, do entendimento fixado em uma das teses do Ministro Relator. Toffoli citou que no artigo 53, da Constituição Federal, após nova redação derivada da Emenda Constitucional n. 35/2001, a pretensão de se limitar a competência do Supremo Tribunal Federal aos crimes realizados no exercício do mandato e em razão do cargo entra em conflito com a norma constitucional, a qual prevê que desde a expedição do diploma, alguns crimes serão julgados pela referida Corte (BRASIL, 2018, p. 268).

Ademais, Dias Toffoli frisou que o cancelamento da Súmula n. 394 significou o limite da interpretação possível acerca do foro por prerrogativa de função, que foi o de afastar a competência do Supremo Tribunal Federal perante a cessação do exercício da função. Além disso, o Ministro expôs que a alteração desse instituto pela via meramente interpretativa, violaria a garantia constitucional do juiz natural. Sendo aplicada a interpretação discricionária, a Corte Suprema estaria subtraindo sua própria competência de um julgamento que lhe é atribuído pela Constituição Federal.

Toffoli, em busca de um consenso, aderiu à tese intermediária proposta pelo Ministro Alexandre de Moraes. Portanto, concluiu que a competência de julgamento pertence ao Supremo, quando os crimes forem praticados por parlamentares federais após a diplomação, não importando a natureza do delito. São excluídos, segundo o Ministro, os crimes que antecedem esse marco constitucional.

Para Dias Toffoli, os critérios de “exercício do mandato e em razão da função” exigiriam que o Supremo Tribunal Federal analisasse caso por caso e se pronunciasse decidindo se o crime possui ou não ligação com o mandato. Assim, seria necessário definir se o processo



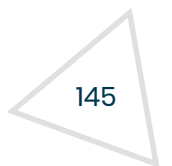


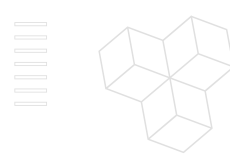
continuaría no Tribunal ou se iria para a primeira instância, e isso, além de acarretar a paralisação das investigações, poderia gerar nulidades em processos já iniciados (BRASIL, 2018, p. 280).

Por outro lado, conforme Toffoli, se utilizado o marco constitucional da diplomação, haverá maior segurança jurídica ao jurisdicionado, uma vez que saberá previamente seu juiz natural, bem como as instâncias inferiores, pois poderão ser instauradas investigações preliminares e ações penais a partir de critérios indubitáveis de determinação de competência. O Ministro salientou, ainda, que em vez do encerramento da instrução, o momento da finalização da fase de produção de provas seria o marco ideal para se manter inalterada a competência da Suprema Corte para o processamento da ação penal.

Outrossim, o Ministro resolveu a questão de ordem no sentido de não aplicar regras constitucionais do foro por prerrogativa de função se os crimes forem cometidos antes da diplomação ou da nomeação, hipótese em que os processos precisarão ser encaminhados ao juízo de primeiro grau competente, não tendo relevância a fase em que se encontrem. Além disso, afirmou ser necessário reconhecer a inconstitucionalidade de normas dispostas na Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como nas Constituições estaduais que contenham casos de prerrogativa de foro não previstas na Lei Maior. Ademais, julgou necessário estabelecer que não haverá modificação da competência aplicável ao foro privilegiado para o julgamento da ação penal nos casos em que houver renúncia ou cessação da função pública.

Em seu voto, o Ministro Ricardo Lewandowski inicialmente teceu considerações genéricas acerca das questões de ordem, frisando que a principal finalidade é a de solucionar incidentes de natureza procedimental, de modo que possuem potencial para





influenciar na marcha regular de um feito. Todavia, Lewandowski ponderou seu entendimento afirmando ser ilícito empregar questão de ordem “cujo escopo, por definição, possui uma abrangência limitadíssima, para viabilizar discussões acerca do *meritum causae* ou de matérias doutrinárias complexas”, a exemplo do caso em tela, concernente, segundo ele, ao controvertido “fenômeno da mutação constitucional.” (BRASIL, 2018, p. 321).

Para o Ministro, o foro especial é uma salvaguarda dos próprios cidadãos, uma vez que podem ter a expectativa de que os cargos públicos possam ser exercidos com independência e sem quaisquer constrangimentos. Assim, por ir de encontro ao disposto no artigo 53, § 1º, combinado com o artigo 102, I, b e c, da Carta Magna, Ricardo Lewandowski entende que:

[...] a simples resolução de questão de ordem em ação penal não tem – e nem poderia ter – o condão de promover a discussão de teses jurídicas de tamanho impacto, as quais resultarão, se aprovadas, na consolidação de um novo entendimento acerca do alcance da prerrogativa de foro relativamente a parlamentares e outras autoridades. (BRASIL, 2018, p. 322–323).

Não é desejável tampouco razoável, conforme o Ministro, que haja a modificação de um sistema articulado de prerrogativa de foro, sob o fundamento de que houve uma mutação constitucional desencadeada pelo transtorno do sistema proveniente do “sobe e desce processual.” À vista disso, para Lewandowski não é lícito conferir uma interpretação limitadora a tal instituto a fim de reduzir o acervo de processos originários acumulados baseado em uma mera questão de ordem (BRASIL, 2018, p. 326).

Nesse diapasão, o Ministro argumentou que o julgamento de agentes públicos por juízos singulares ou por órgãos colegiados de instâncias inferiores, os quais são visivelmente mais vulneráveis





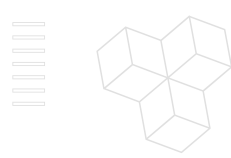
tanto a pressões populares quanto a críticas políticas e midiáticas, poderia ocasionar decisões que afetariam a ordem democrática. Portanto, segundo ele, a competência do foro privilegiado deve ser reconhecida somente nos casos taxativamente elencados na Lei Maior, sendo que não é permitida uma interpretação ampliativa do rol.

Lewandowski finalizou seu voto assentando a impossibilidade de interpretação restritiva do artigo 102, I, *b* e *c*, da Constituição Federal, admitindo, todavia, que “não cabe o processamento da ação penal perante a Suprema Corte, quando o delito tiver sido praticado antes do exercício do cargo que enseja prerrogativa de foro.” (BRASIL, 2018, p. 337).

O Ministro Gilmar Mendes pretendeu, por meio de seu voto, demonstrar que a limitação proposta pelo Min. Relator para o foro por prerrogativa de função, além de não ser compatível com a Carta Magna, não oferece a almejada melhora na persecução penal. De acordo com Mendes, é necessário ter prudência ao estabelecer orientações que modificam substancialmente as normas constitucionais, sendo que, nesse caso, o STF não estaria “verdadeiramente interpretando a Constituição Federal, mas a reescrevendo.” (BRASIL, 2018, p. 372).

Gilmar Mendes esclareceu que “desde sempre” as Constituições brasileiras têm regras a respeito do foro privilegiado, e que o entendimento do Poder Judiciário continuamente foi no sentido de que esse instituto abarca todas as acusações criminais contra a autoridade, não importando o tempo do crime tampouco sua ligação ao cargo ou função pública. Ademais, segundo o Ministro, a jurisprudência da Suprema Corte sobre a prerrogativa de foro é vasta, tanto que originou súmulas que por inúmeros anos orientaram a esfera judiciária.





Nesse sentido, depreende-se do voto do Ministro Gilmar Mendes: “[...] a restrição da prerrogativa de foro em relação aos crimes cometidos no exercício do cargo, mais ainda se ligados ao ofício, desborda não apenas do texto constitucional, mas da interpretação a ele dada ao longo da história.” (BRASIL, 2018, p. 374). Para Mendes, observando-se o artigo 53, § 3º, da Constituição Federal, tem-se a melhor demonstração de que inexistente liame entre o foro privilegiado com o desempenho da função, portanto, o foro dos parlamentares não se inicia com a posse, bastando a expedição do diploma para que o parlamentar seja julgado perante o Tribunal.

Conforme o Ministro, a explicação da antecipação da prerrogativa é obstar que futuro parlamentar seja barrado de tomar posse, em razão de uma prisão desafortunada ou, até mesmo, tenha sua independência ameaçada por demandas fúteis. Nos dois casos, a prerrogativa é preponderantemente norteadada para delitos que não tenham relação com a função parlamentar, uma vez que o diplomado ainda não a exerce.

Sob o entendimento de Gilmar Mendes, a interpretação proposta quanto ao foro por prerrogativa de função vai de encontro à norma constitucional, devendo ser rechaçada. Explica que apenas uma mutação constitucional embasada na evolução da situação do fato sobre a qual incide a norma ou, até mesmo, na força de um novo olhar jurídico presente na sociedade seriam capazes de reconhecer uma alteração da regra.

O Ministro apontou que a nova interpretação é repleta de teses consequencialistas, uma vez que é exposta como uma solução a fim de desafogar os tribunais, agilizar a sanção de poderosos, bem como distanciar interferências políticas dos processos penais, o que não traz, segundo ele, uma real perspectiva de melhora no sistema judiciário em geral. Frisou que não obstante a preocupação



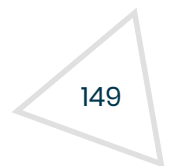


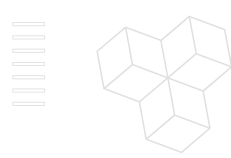
com o andamento dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal contra parlamentares federais seja válida, a análise de que o STF tem falhado no desempenho da competência penal originária é produzida sem a correta observância das bases empíricas.

Gilmar Mendes complementou seu voto afirmando que a nova interpretação da prerrogativa de foro não estaria finalizada, logo, poderia existir incorporação de litigância aos feitos em andamento. O Ministro finalizou seu voto decidindo por acompanhar o Relator da ação penal no que diz respeito à fixação do momento da competência do Tribunal para processamento e julgamento, que seria com a publicação do despacho para apresentação das alegações finais. Ademais, seguindo o entendimento do Min. Alexandre de Moraes, assentou que o foro por prerrogativa de função abrange todos os delitos imputados ao destinatário da prerrogativa, contanto que não seja necessária a relação com o ofício.

Outrossim, Gilmar Mendes propôs que tenha início o procedimento para adoção de súmula vinculante, determinando a inconstitucionalidade de normas estaduais que preveem a competência do Tribunal de Justiça para julgar autoridades que não tenham cargos similares contemplados pela Lei Maior. Por fim, elencou alguns atos normativos que, segundo ele, deveriam ser declarados incidentalmente inconstitucionais.

Dessa forma, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento da questão de ordem na Ação Penal n. 937, que o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas. Prevaleceu no julgamento, portanto, o voto do Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, que estabeleceu ainda que, após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a





competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, seja qual for o motivo.

Acompanharam integralmente o voto do Relator as Ministras, Cármen Lúcia e Rosa Weber, e os Ministros, Edson Fachin, Luiz Fux e Celso de Mello. O Min. Marco Aurélio também seguiu parcialmente o voto do Relator, porém discordou quanto à “perpetuação do foro”. Para ele, caso o indivíduo deixe o cargo, a prerrogativa cessa, e o processo criminal continua, em definitivo, na primeira instância da Justiça.

Ficaram vencidos em parte os Ministros Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, que reconheciam a competência do STF para julgamento de parlamentares federais nas infrações penais comuns, após a diplomação, independentemente de ligadas ou não ao exercício do mandato. E, ainda, os Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, que fixaram também a competência de foro prevista na Carta Magna para os demais cargos, unicamente para crimes praticados após a diplomação ou a nomeação, conforme o caso, independentemente de sua relação ou não com a função pública em questão.

4 CONCLUSÃO

O estudo acerca da interpretação restritiva do Supremo Tribunal Federal quanto ao foro por prerrogativa de função, que foi suscitada em uma questão de ordem a qual precedeu o julgamento da Ação Penal n. 937, permitiu demonstrar a significativa alteração na aplicabilidade de referido instituto.

Após a definição conceitual do foro por prerrogativa de função, bem como a explanação de sua razão existencial e a previsão constitucional, definiu-se como esse instituto era aplicado antes do





juízo de julgamento da Ação Penal n. 937. Em seguida, apreciou-se o voto dos ministros do STF, de modo que foram analisadas as duas teses fixadas. A primeira esclarece que o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas. A segunda tese, por sua vez, estabelece que a partir do término da instrução processual, a competência para processar e julgar ações penais, seja do STF, seja de qualquer outro órgão jurisdicional, não será mais afetada em razão de o agente deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

Dessa forma, as normas da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelecem as hipóteses de foro por prerrogativa de função passaram a ser interpretadas restritivamente, restando configurada uma redução teleológica, que consiste em reduzir o campo de aplicação de uma disposição normativa a somente uma ou algumas das situações de fato previstas por ela segundo uma interpretação literal, que se dá para adequá-la à finalidade da norma. A nova linha de entendimento teve sua aplicabilidade imediata aos processos em curso, ou seja, válida desde a data do julgamento da questão de ordem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 2.076**. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, DF, 15 ago. 2002. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1780165>. Acesso em: 20 fev. 2020.





_____. Supremo Tribunal Federal. **Agravo de Instrumento n. 858269**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, DF, 17 abr. 2018. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524626895/agravo-de-instrumento-ai-858269-sp-sao-paulo?ref=serp>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. Superior Tribunal Federal. **AP n. 937 QO/RJ**. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 3 maio 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4776682>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Criminal 491**. Brasília, DF. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?si=%28%28SUMULA+394%29%29+NAO+S%2EFLSV%2E&base=base-Sumulas&url=http://tinyurl.com/y55tzxaz>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 394**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1588>. Acesso em: 5 abr. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 451**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2035>. Acesso em: 10 abr. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal comentado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Atlas, 2017.





A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS PELA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE

Kauana Schu¹
Daniel Sbeghen²

RESUMO

Este trabalho propõe como tema a análise do redirecionamento da responsabilidade tributária ao sócio-administrador pela dissolução irregular da sociedade empresária. Por isso tem por objetivo geral de especificar qual sócio é responsável pelas obrigações tributárias da sociedade empresária quando realizado o encerramento irregular da empresa. Como objetivos específicos: abordar as modalidades de responsabilidade tributária; apresentar os requisitos para inclusão do sócio como sujeito passivo da obrigação tributária da sociedade empresária; e, explanar os casos de aplicação do artigo 135, inciso III do Código Tributário Nacional (CTN). O estudo trata dos casos possíveis de redirecionamento ao sócio, ressaltando as especificações previstas no referido artigo, que exige o cometimento de atos com excesso de poderes ou infração a lei, contrato social ou estatuto. O problema de pesquisa visa a responder a controvérsia existente na ocupação do polo passivo da obrigação tributária na hipótese de redirecionamento da execução fiscal. Para isso, buscou-se, por meio da técnica bibliográfica, legislação e normas, estudar sobre o tema principal deste trabalho, o qual proporciona maior conhecimento sobre o tema, visto que é atual e controverso, já que é objeto de afetação na sistemática dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. Na conclusão, é possível observar que o sócio a ser responsabilizado é aquele que possuía poderes de gestão da sociedade no momento da realização da liquidação irregular da

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Unoesc Campus de Chapecó, SC; kauanaschu@gmail.com

² Mestre em Direito; Bacharel em Direito pela Unochapecó; Professor de Graduação e Pós-graduação; Procurador da Fazenda Nacional; daniel_sbeghen@yahoo.com.br

sociedade, já que não respeitou o previsto em lei e no contrato social quanto à forma regular de dissolução.

Palavras-chave: Responsabilidade tributária. Sócio-administrador. Dissolução irregular da sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A cobrança de tributos é uma relação entre Estado e devedor existente desde as primeiras civilizações, a qual estabelece uma relação jurídico-tributária em que o devedor possui o dever de cumprimento da obrigação pecuniária estabelecida. Frequentemente, com o objetivo de satisfazer os créditos devidos, o polo passivo é atribuído à pessoa diversa que possui ligação com o fato gerador, caracterizando a figura do responsável. É esse instituto da responsabilização de terceiro que se aplica nos casos de responsabilidade do sócio quanto aos créditos tributários da sociedade empresarial. No entanto, tal transferência de responsabilidade, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal da Justiça (STJ) – súmula 430, não ocorre pelo simples fato do inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade.

O Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 135, prevê que o sócio pode ser responsabilizado quando cometido ato com excesso de poderes ou infração a lei, contrato social ou estatuto. Veja-se que, no caso da sociedade empresarial, o redirecionamento da execução fiscal ao sócio, para que este se torne o responsável pela obrigação tributária, deve comprovar que este sujeito tenha agido em algumas das hipóteses descritas no artigo, como é o exemplo da dissolução irregular da sociedade.

A dissolução irregular caracteriza infração a lei e possibilita o redirecionamento da execução ao sócio. Contudo, atualmente, ainda existe divergência de entendimento, bem como pende de

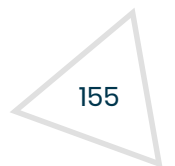


posicionamento pacífico dos Tribunais Superiores, no que tange à especificidade de quem deve figurar nesse polo passivo na hipótese de redirecionamento da execução fiscal fundado na dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ): o sócio ou terceiro não sócio com poderes de gerência na data em que configurada a dissolução irregular da empresa; ou o sócio ou terceiro não sócio da pessoa jurídica com poderes de administração ao tempo da ocorrência do fato gerador do tributo não adimplido.

O problema de pesquisa é exatamente este questionamento: a abrangência da responsabilidade pessoal do sócio pela obrigação tributária da sociedade empresária quando ocorrido o redirecionamento da execução fiscal em caso de dissolução irregular, ou seja, qual vínculo do sócio com o ato infrator que atribui a ele a responsabilidade.

O objetivo geral da pesquisa é expor qual sócio pode ocupar o polo passivo e ser responsabilizado pelas obrigações tributárias da sociedade empresária quando dissolvida irregularmente. Como objetivos específicos propõe-se abordar a identificação das modalidades de responsabilidade tributária; explanar a abrangência da aplicação do artigo 135, inciso III do CTN; e, indicar as causas de inclusão do sócio como sujeito passivo da obrigação tributária da sociedade empresária.

Para isso, os procedimentos metodológicos utilizados na realização e planejamento do trabalho referem-se à técnica bibliográfica, pois utilizou-se referências teóricas contextualizadas de autores que já analisaram e publicaram seu posicionamento, de modo a entender melhor o assunto. Ainda, foi abordado a disposição em fontes legislativas vigentes de modo a explanar o fundamento legal da pesquisa. Tratando-se, portanto, da abordagem qualitativa.



O artigo busca aprofundar-se, primeiramente, na caracterização da relação jurídico-tributária, com a especificação dos critérios identificadores desta relação, dando ênfase ao critério pessoal, que se refere ao sujeito passivo e ativo da relação. Após, relatam-se os casos de responsabilidade de terceiros, com a análise do artigo 135 do Código Tributário Nacional, mais especificadamente ao inciso III, que prevê a responsabilidade de representantes da sociedade quando estes agiram com excesso de poderes ou infração a lei, estatuto ou contrato social. Na sequência, explana-se o conteúdo e alcance do artigo acima referido, considerando que o tema é objeto de afetação na sistemática dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça, o qual deve definir a tese (981) no julgamento dos Recursos Especiais (REsp) n. 1.645.333/SP, 1.643.944/SP e 1.645.281/SP, qual seja a definição de qual sócio responde pelas obrigações tributárias da sociedade empresária no caso de dissolução irregular. Por último, constam a conclusão, resumo em língua estrangeira e as referências.

2 O ASPECTO PESSOAL DA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

A relação jurídica é construída quando do nascimento de um fato da realidade, ou seja, um fato social que, qualificado de forma a disciplinar esta relação jurídica, enseja o nascimento de um fato jurídico. Esse fato tem por objetivo difundir efeitos de direito e, quando caracterizado na via tributária, tem sua eficácia vinculada à instituição do tributo. Assim, a relação jurídico-tributária depende do acontecimento de fato jurídico tributário, sendo que este, para ser reconhecido como tal, conforme entendimento de Barros Carvalho



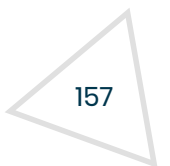
(2019), depende dos seguintes critérios identificadores: critério material, temporal, espacial, pessoal e quantitativo.

Os três primeiros critérios (material, temporal e espacial) integram os elementos antecedentes da relação jurídico-tributária, cujo principal objetivo é responder aos questionamentos “como”, “onde” e “quando” se pode considerar ocorrido o fato imponible, esse mais usualmente conhecido como fato gerador. Já os dois últimos critérios compõem o consequente da regra matriz de incidência tributária, cujo objetivo é identificar o credor (sujeito ativo), o devedor (sujeito passivo) e o montante devido – base de cálculo e alíquota (CARVALHO, 2019).

Iniciando pelos critérios que compõem a identificação prévia do fato gerador da relação jurídico-tributária, o critério material está diretamente ligado aos critérios de espaço e tempo, visto que é de grande dificuldade isolar o aspecto material – este classificado como o comportamento da pessoa – das condições de tempo e espaço que influenciaram tal ato transformar-se em um fato jurídico.

Carvalho (2019, p. 295) explana que o critério material é representado por um verbo (intenção do agente) e seu complemento, estando este delimitado por condições espaciais e temporais. No mesmo sentido Valle (2010, p. 109) afirma que “O critério material [...] contém a descrição do comportamento que, se ocorrido em determinadas coordenadas de tempo e de espaço, fará irromper o vínculo jurídico prescrito pelo consequente.”

O critério espacial é aplicado de forma ponderada de acordo com a vontade do legislador e especificidade do tributo. Na legislação brasileira, é possível visualizar três aspectos espaciais quando da elaboração da legislação, sejam estes: hipótese com determinação do local para ocorrência do fato típico; hipótese que determina áreas específicas, em que apenas nessas localidades



geográficas incidirá o acontecimento jurídico-tributário e; hipótese genérica, onde todos os fatos são abarcados pela vigência legislativa territorial. Este último, em virtude da amplitude de difusão, é frequentemente confundido com a eficácia da lei tributária, contudo, tal ocorrência é equivocada, visto que a aplicação genérica da terceira hipótese pode ir além das fronteiras do território nacional (CARVALHO, 2019, p. 297).

Como último critério para a definição do antecedente da norma do tributo, o critério temporal concerne ao marco temporal da ocorrência do fato. Compreende-se como o instante da existência do fato jurídico-tributário que inicia a relação jurídica do credor e do devedor em função de um objeto (crédito tributário). Esta fração de tempo caracteriza-se como marco inicial da incidência da norma tributária, sendo de extrema importância para a definição da lei tributária incidente, considerando a aplicação conforme o princípio da irretroatividade e antecedência previsto no artigo 150, III, alínea “a” e “b” da Constituição Federal (BRASIL, 1988; CARVALHO, 2019)

Alexandre (2019, p. 159) afirma que “Os fatos anteriores à lei que cria o tributo não podem ser designados por “fatos geradores”, justamente por que a nova lei não pode atingi-los e eles não são aptos a fazer surgir obrigações tributárias.”

No que tange ao conseqüente da norma, esta parcela regula a conduta estabelecendo critérios para identificação do vínculo jurídico, sendo o critério pessoal e o critério quantitativo. Este se encontra diretamente ligado à prestação pecuniária, ou seja, a definição da base de cálculo e alíquota que tornam a obrigação exequível; aquele, identificado como critério pessoal, é composto pelos sujeitos ativo e passivo. Remete-se à ideia dos sujeitos vinculados a relação jurídica, isto é, duas ou mais pessoas que ocupam polos opostos: sujeito ativo, classificado como



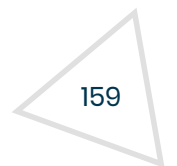
sujeito titular do direito e possuidor do direito de exigir a prestação pecuniária; e, sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, privada ou pública, que possui o dever do pagamento do tributo ou prestação pecuniária (CARVALHO, 2019; VALLE, 2010).

O sujeito ativo, levando em consideração a previsão expressa do artigo 119 do CTN, competente para exigir o cumprimento da obrigação tributária seria apenas pessoa jurídica de direito público titular de competência tributária, quem seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Contudo, existe a possibilidade de pessoas jurídicas de direito público (autarquias e fundações) constituir o polo ativo da relação tributária. Nesses casos, as pessoas políticas continuam sendo os únicos competentes a exigir o pagamento da prestação pecuniária, mas podem delegar a administração e arrecadação de tributos a pessoas jurídicas de direito público, conforme previsão do artigo 7º do CTN (BRASIL, 1966).

Machado (2016, p.143) explica que há diferença na competência para instituir o tributo, que decorre da Constituição Federal e é indelegável, com a competência para exigir o tributo na condição de sujeito ativo da respectiva obrigação, que pode decorrer de atribuição feita pela lei e, portanto, delegável. Além disso, Segundo (2015, p. 256) afirma que:

A competência a que o art. 119 do CTN se refere é apenas “para exigir o cumprimento” da obrigação, e não para editar lei instituindo o tributo correspondente. O sujeito ativo deve ser determinado pela lei do ente dotado de competência tributária legislativa, mas pode ser pessoa diversa desse ente.

Nessa mesma conceituação de sujeito ativo, que abarca essa diferenciação de competência dos entes federados compositores do polo ativo, Castellani (2009, p. 16) explana que “Competência



tributária é a aptidão de editar uma lei e instituir um tributo, enquanto capacidade tributária é predisposição de cobrar, arrecadar e fiscalizar o tributo.” Veja-se que a primeira definição, conforme já explanado, é exclusiva dos entes federados dotados de competência legislativa, ao passo que a segunda possibilita a inclusão das pessoas jurídicas de direito público.

Por seu turno, o sujeito passivo constitui o outro polo da relação jurídica-tributária, este demarcado por possuir a obrigação de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária, ou seja, é a pessoa, física ou jurídica, privada ou pública, de quem se exige o cumprimento da prestação. Villela (2001, p. 39-40) afirma que não existe sujeito passivo sem lei que o defina, pois é garantia constitucional que ninguém seja obrigado a prestar ao Estado senão em virtude da lei.

Nas raízes do direito tributário, o sujeito passivo era apenas aquele que tinha ligação direta com o fato gerador. Não obstante, em razão dos interesses estatais (fiscalização e arrecadação dos tributos), notou-se a necessidade de, por vezes, instituir essa obrigação a pessoa diversa, criando, então, com previsão expressa no artigo 121 do CTN, a diferenciação de dois sujeitos passivos: contribuinte e responsável (CARVALHO, 2019).

O contribuinte, como sujeito passivo originário, tem sua obrigação germinada juntamente com a obrigação tributária, ou seja, é o criador do fato gerador que ocasionou o encargo tributário e, portanto, possui relação direta com a obrigação. Segundo (2015, p. 258) exemplifica essa relação passiva em que se o fato gerador é a propriedade, contribuinte será o proprietário, da mesma forma que se é a aquisição de renda, contribuinte será o beneficiário dos rendimentos. Em contrapartida, o responsável é pessoa diversa que possui uma ligação com o fato gerador da relação jurídica, contudo, de forma indireta, ou seja, mantém apenas uma proximidade com

o acontecimento que gerou a situação jurídica, não sendo de forma direta que gerou a prestação pecuniária.

Carvalho (2019, p. 351) afirma:

Para cada situação jurídica, a autoridade legislativa define um sujeito, segundo critério da sua participação direta e pessoal com a ocorrência objetiva, e passa a chamá-lo de contribuinte, fazendo-o constar na qualidade de sujeito passivo da relação obrigacional. Em algumas oportunidades, porém, outras pessoas participam do acontecimento descrito, mantendo uma proximidade apenas indireta com aquele ponto de referência que formou a situação jurídica, eis o autêntico responsável.

Observa-se que o responsável, mesmo sendo pessoa diversa, deve ter relação com a situação jurídica criadora da obrigação, mesmo que tal ligação seja indireta. O artigo 128 do CTN que prevê essa situação, expressa com clareza tal requisito na menção do seguinte trecho “[...] terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação [...].” (BRASIL, 1966).

Ademais, em previsão do mesmo artigo veja-se que quando atribuída a responsabilidade a terceiro, o contribuinte é excluído ou, então, se mantém na relação jurídica de forma supletiva. Carvalho (2019, p. 351) explana que quando houver a exclusão do participante direto (contribuinte) e o responsável assumir a postura de sujeito passivo da obrigação não se pode mais falar em responsável visto que o contribuinte foi excluído, não existindo mais tal figura passiva.

3 A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

A sujeição tributária passiva, seja figurada como contribuinte ou responsável, possui a possibilidade de ser composta por uma sociedade empresária. Essa sociedade tem o dever para com suas

obrigações tributárias, do mesmo modo de que o sujeito ativo da relação jurídico-tributária possui o direito de exigir o cumprimento de tais obrigações.

Contudo, a sociedade empresarial, como entidade possuidora de personalidade jurídica, dispõe de autonomia em relação aos sócios que a compõe. O Direito Empresarial garante à sociedade empresária a autonomia patrimonial, ou seja, as obrigações da sociedade cabem apenas àquela, não as estendendo aos sócios. Nesse sentido, Coelho (2011, p. 23) afirma que “[...] empresário, para todos os efeitos do direito, é a sociedade, e não os seus sócios. É incorreto considerar os integrantes da sociedade empresária como os titulares da empresa, porque essa qualidade é da pessoa jurídica, e não de seus membros.”

Observa-se que a personalização da sociedade empresária é intitulada como princípio da autonomia patrimonial. Este princípio, fundamental ao instituto societário, garante a sociedade empresária uma separação patrimonial dos bens sociais e pessoais dos sócios, bem como assegura aos sócios uma proteção patrimonial. Coelho (2011, p. 33) explica que “Sócio e sociedade não são a mesma pessoa e, como não cabe, em regra, responsabilizar alguém (o sócio) por dívida de outrem (a pessoa jurídica da sociedade), a responsabilidade patrimonial pelas obrigações da sociedade não é de seus sócios.”

Diante dessa proteção patrimonial, o sócio, em regra, não é responsabilizado, em virtude de existir responsabilidade subjetiva. O Superior Tribunal da Justiça, visando esclarecer a possibilidade de inclusão do sócio como responsável da obrigação tributária da sociedade, editou a Súmula 430, a qual tem o seguinte enunciado: “O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.” (BRASIL,



2013). O texto expressa o requisito de que o “mero inadimplemento” não incluirá o sócio como responsável, devendo haver excesso de poderes ou infração à lei para que tal responsabilidade seja atribuída (BRASIL, 2013).

Alexandre (2019, p. 425) explana que:

A expressão “por si só” foi intercalada na disposição sumular para demonstrar que, apesar do inadimplemento não ser causa isolada de responsabilização do sócio-gerente, pode vir gerar tal efeito desde que acrescido de outros eventos legalmente previsto (excesso de poderes, agressão à lei, contrato social ou estatutos).

Veja-se que, em primeiro plano, quem tem a única responsabilidade pela obrigação tributária é a sociedade que praticou a conduta descrita na norma tributária e conseqüentemente se tornou sujeito passivo da relação obrigacional. Não obstante, o Código Tributário Nacional, em seu artigo 128 e o artigo 150, §7º da Constituição Federal, permitem que seja atribuída essa obrigação ao responsável, em virtude da existência de vínculo com o fato gerador da respectiva obrigação (BRASI, 1966, 1988).

A figura de responsável tributário pode ser determinada via substituição ou por transferência, desde que em virtude de previsão expressa da lei. Alexandre (2019, p. 382) sustenta que “Sempre é necessária expressa disposição legal atribuindo alguém a tal condição, pois, nunca é demais recordar, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.”

A modalidade de responsabilidade via substituição determina que terceiro seja o responsável desde o nascimento da obrigação tributária, assim atribuindo a ele a responsabilidade desde o nascimento do fato gerador. Em contrapartida, a responsabilidade via transferência se dá quando o terceiro é nomeado responsável



em decorrência de fatos acontecidos posteriormente ao surgimento da obrigação (ALEXANDRE 2019; CALMON, 2002; CARVALHO, 2019; MACHADO, 2016).

Calmon (2002, p. 141) afirma “A diferença entre o responsável por substituição, e o responsável por transferência é que, no primeiro, existe o contribuinte que é poupado pela lei, enquanto no segundo, não há contribuinte, porque a lei transfere o dever jurídico para outrem.” A responsabilidade, como já mencionado, pode ser em sentido estrito com a consequente liberação do contribuinte ou, ainda, apenas de forma supletiva, em que o contribuinte permanece no polo passivo juntamente com o responsável (MACHADO, 2016).

No âmbito doutrinário, classificam a modalidade da responsabilidade de pessoa diversa do contribuinte via transferência diferente da forma expressa no CTN, sendo: responsabilidade por sucessão, por solidariedade e de terceiros.

A responsabilidade dos sucessores, prevista nos artigos 129 ao 133 do Código Tributário Nacional, é aplicada quando acontece o instituto da sucessão, isto é, o contribuinte, em virtude de acontecimentos que o impossibilitam de permanecer como figura passiva da relação tributária, transfere a obrigação para os novos sujeitos do polo obrigacional, estes os sucessores. Carvalho (2019, p. 555) afirma que “A aplicação da norma de responsabilidade somente terá lugar quanto a acontecimentos ocorridos antes do evento sucessório. [...] Isso porque esses “fatos geradores” decorrem de atos próprios dos sucessores [...]”

A responsabilidade por solidariedade, exposta na parte de obrigação tributária do CTN (artigos 124 e 125), existe quando presente a multiplicidade de sujeitos passivos. O artigo 124 divide a obrigação solidária em dois grupos, quais sejam de pessoas que possuem interesse comum na situação constituidora do fato gerador e as



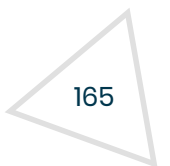
pessoas expressamente designadas por lei. Este segundo grupo é uma abertura na lei em que o legislador deixou margem para que pessoas estranhas ao acontecimento jurídico possam ser incluídas como responsáveis solidárias através de leis tributárias específicas (BRASIL, 1966).

Veja-se que, mesmo estranha ao acontecimento jurídico, para ser responsabilizada, a pessoa deve ter um vínculo com o fato gerador, mesmo que de forma indireta, como explanado anteriormente. Assim, esta abertura na legislação é comumente utilizada quando terceiro estranho ao fato jurídico-tributário, em virtude de descumprimento de outro dever que lhe foi incumbido, ocasiona o nascimento da obrigação tributária.

Carvalho (2019, p. 348) afirma que “[...] os devedores solidários, instituídos pela lei, e estranhos ao evento jurídico-tributário, não são na verdade, componentes daquele liame obrigacional, mas de outro, de cunho sancionatório, que irrompe à luz pelo descumprimento de algum dever.”

Por fim, quanto à responsabilidade de terceiros, com relevância importância para o presente estudo, refere-se aos casos em que é impossível a exigência do cumprimento da obrigação do contribuinte original, tendo que realizar a inclusão de novo sujeito passivo. O CTN prevê duas formas de responsabilidade de terceiros: a primeira, no artigo 134, elenca sujeitos passivos que possuem a responsabilidade quando da atuação de interveniência ou pelas omissões que forem responsáveis; e a segunda, prevista no artigo 135, nos casos de atos ou omissões ilícitas cometidas pelo terceiro, isto é, ato cometidos com excesso de poderes ou infração de lei, estatuto ou contrato social (BRASIL, 1966).

Observa-se que o Código prenuncia que a primeira modalidade é caracterizada como responsabilidade solidária, enquanto a



segunda como pessoal. Contudo, a responsabilidade do artigo 134 é residual, ou seja, o responsável só é inserido no polo passivo após esgotadas todas as tentativas de cobrança do contribuinte original, caracterizando, então uma responsabilidade subsidiária e não solidária como o artigo expressa. Carvalho (2019, p. 560) declara que “[...] a frase que introduz o próprio texto do artigo 134 do CTN, retoma o benefício de ordem, qualificando, deste modo responsabilidade subsidiária.”

Quanto à responsabilidade prevista no artigo 135, tipificada como pessoal, abrange, desde que respeitada a exigência de prática de atos cometidos com excesso de poderes ou infração a lei, estatuto ou contrato social, os seguintes sujeitos: as pessoas elencadas no artigo 134; os mandatários, prepostos e empregadores; e, os diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica de direito privado (BRASIL, 1966).

4 A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS-ADMINISTRADORES

O artigo 135 do CTN possibilita a transferência da responsabilidade tributária a pessoas diversas do contribuinte quando estes agem com excesso de poderes ou infração à lei, estatuto ou contrato social, veja-se:

São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: I - as pessoas referidas no artigo anterior; II - os mandatários, prepostos e empregados; III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado. (BRASIL, 1966).



Conforme a legislação citada, os representantes de pessoas jurídicas de direito privado podem ser responsabilizados pelas obrigações tributárias da empresa, contudo é imprescindível de que estes tenham cometido atos com dolo ou culpa, ou seja, atos realizados pelos representantes com poder de gerência, seja via ação ou omissão, que infringiram à lei ou contrato social e, conseqüentemente, prejudicaram terceiros. Carvalho explana que o administrador, visando o zelo da empresa, deve agir com cuidado, diligência e probidade, o que se faz mediante o cumprimento de seu objetivo social, definido no estatuto ou contrato social. Agindo de forma a extrapolar os limites impostos, é caracterizado o ato com excesso de poderes ou infração (CARVALHO, 2019, p. 560).

A aplicação da responsabilidade ao sócio fica expressamente definida no fato de que o agente deve praticar um ato contrariando os limites legais ou contratuais impostos a ele, independente se tal ato é considerado ilícito ou não. Alexandre (2019, p. 423) explana que “Na maioria dos casos, o vício reside na ausência de legitimação (competência específica) ou de autorização para sua prática. Assim, o diretor que pratica ato de gestão que não estava dentro de suas atribuições responde pelo excesso e pelo respectivo tributo [...]”

É preciso, portanto, para que o dispositivo alcance os sócios-administradores, que seja comprovado que tais sujeitos passivos possuíam poderes de gerência e, que agiram com desrespeito as finalidades inerentes ao cargo. A comprovação desses requisitos para redirecionamento da obrigação tributária ao representante da sociedade é de responsabilidade das autoridades fiscais.

O Superior Tribunal da Justiça, por meio da sistemática dos recursos repetitivos, já pacificou seu entendimento quanto ao assunto em questão com o enunciado da Súmula 430, a qual especifica que o simples inadimplemento da obrigação pela sociedade não



autoriza o redirecionamento da execução ao sócio. Dessa forma, o entendimento do STJ impõe, mesmo que implicitamente, à entidade fazendária a individualização e comprovação da conduta dolosa ou culposa que implique prejuízo ao Fisco, de forma comprovada e apoiada em boas provas (CARVALHO, 2019, p. 562).

A necessidade de comprovação da existência de atos cometidos com excesso de poderes ou infração a lei, estatuto ou contrato social reflete na impossibilidade de responsabilização dos sócios-administradores que agiram dentro dos limites impostos ao referido cargo estabelecido. Posto isso, àqueles que não desempenham papel administrativo/gerencial no seio da sociedade resta impossível sua caracterização como responsável.

O julgamento do recurso extraordinário 562.276 evidenciou ainda mais a questão da responsabilidade apenas daquele que esteja na direção, gerência ou representação da pessoa jurídica e que juntamente exerça atos ligados a administração da empresa e fora dos limites impostos. O referido recurso reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei 8.620/1993, o qual previa que “os sócios das empresas por cotas de sociedade limitada respondem solidariamente com seus bens pessoais pelos débitos junto à seguridade social”. Tal confusão entre os patrimônios da pessoa jurídica e física e a responsabilidade do sócio pela simples condição de membro da empresa, independentemente de exercer ou não gerência e de cometer ou não infração, vai de encontro ao disposto no artigo 135, III do Código Tributário Nacional (BRASIL, 2010b).

Além disso, a Constituição Federal em seu artigo 146, inciso III estabelece que apenas lei complementar deve regulamentar normas gerais em matéria tributária, sendo que o referido artigo declarado inconstitucional desrespeitou tal previsão, considerando que as normas de contribuições de seguridade social



e de responsabilidade tributária são consideradas normas gerais e, portanto, impossíveis de serem regulamentadas por outra lei que não for de índole complementar (BRASIL, 1988).

A Ministra Ellen Gracie, relatora do RE em questão, afirmou que:

O art. 13 da Lei 8.620/93, pois, ao vincular à simples condição de sócio a obrigação de responder solidariamente pelos débitos da sociedade limitada perante a Seguridade Social, estabeleceu exceção desautorizada à norma geral de direito tributário consubstanciada no art. 135, III, do CTN, o que evidencia a invasão de esfera reservada à lei complementar pelo art. 146, III, da CF. (BRASIL, 2010b).

Após demonstrado os requisitos para caracterização da responsabilidade tributária das pessoas elencadas no artigo 135 do CTN, ficou evidenciado de que o terceiro, além de ter cometido atos infratores a lei, estatuto ou contrato social, deve estar no seio administrativo da sociedade, bem como ter cometido o ato extrapolando os limites a ele impostos por meio de algum desses instrumentos societários, gerando assim uma relação jurídica tributária.

Ressalta-se que o ato infrator a lei ou ao contrato social cometido pelo terceiro com poderes de gerência pode ser realizado tanto na forma comissiva como na omissiva, isto é, o agente pode realizar atos dolosos que impliquem na infração ou, então, pode se omitir na realização de atos necessários a administração da empresa e que também ocasionam uma infração a lei ou ao contrato social através da culpa do agente.

O redirecionamento da execução fiscal ao sócio-administrador em razão de ato omissivo caracterizador de infração à lei prevista no artigo 135, III, CTN pode ser verificada em casos de retenção e não repasse de tributos aos cofres públicos. O ato de retenção do tributo é classificado como crime contra a ordem tributária,



conforme artigo 2º, inciso II da Lei n. 8.137/1990, podendo ser imputado ao administrador/gerente da sociedade que determinou tal comportamento praticado pela pessoa jurídica (BRASIL, 1990).

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o não repasse dos tributos caracteriza infração a lei e, portanto, cabível o redirecionamento da execução fiscal. A manifestação do Ministro OG Fernandes no julgamento do REsp n. 1.749.746-SP confirmou tal posicionamento quando relatou a verificação de infração à lei, uma vez que foi realizada a arrecadação das contribuições mediante desconto de remuneração dos empregados, contudo não houve o repasse ou recolhimento. O ministro enfatizou que tal fato não se tratou de mero inadimplemento, como prevê a súmula 430, do STJ, visto que não estão sendo cobrados tributos devidos pela empresa e, sim, devidos pelos empregados, que em razão de infração à lei realizada pela sociedade, não tiveram suas contribuições repassadas (BRASIL, 2018).

Diante disso, é verificado que para o redirecionamento da execução fiscal ao terceiro administrador da empresa há a necessidade de este ter poderes de gerência no seio administrativo da empresa e, com os poderes inerentes ao cargo, ter cometido atos dolosa ou culposamente que infringiram a lei ou contrato social e geraram a obrigação tributária.

5 A DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE COMO FUNDAMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS-ADMINISTRADORES

A dissolução da pessoa jurídica, como ato de encerramento das atividades exercidas pela sociedade, pode decorrer de ato voluntário, realizado de forma extrajudicial ou, então, via decisão

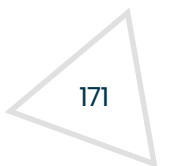


judicial. Esse ato, com previsão no Código Civil e na Lei n. 6.404/1976, tem seu procedimento vinculado a um certo conjunto de atos, sendo, em suma: I) a deliberação dos sócios de encerrar a atividade; II) a liquidação do patrimônio, mediante o pagamento de dívidas e distribuição aos sócios de capital excedente; III) averbação na junta comercial da extinção da pessoa jurídica (CARVALHO, 2019).

Diante desse conjunto de atos necessários para a dissolução regular da sociedade, é verificado que o agente que tomou a decisão de extinguir a sociedade possui algumas obrigações legais. Este agente, denominado liquidante, é pessoa determinada pelo contrato social ou eleita pelos sócios, podendo ser pessoas estranhas ao quadro societário. Não obstante, geralmente os liquidantes são os próprios sócios, os quais recebem uma série de deveres a fim de dissolver a sociedade conforme legalmente previsto (VIEIRA, 2018; TOMAZETTE, 2017b).

Veja-se que o liquidante deve realizar todas as medidas necessárias, com a cautela devida e observando os limites impostos ao exercício da sua função, para a realização do procedimento de liquidação. Tomazette (2017b, p. 504-505) afirma que o liquidante pode ser responsabilizado pessoalmente por eventuais erros na condução do procedimento, sendo seu dever, entre tantos outros, analisar a existência de ativos que possibilitem o pagamento de passivos ou, então, a existência de um estado de insolvência da sociedade e necessidade de decretação de recuperação judicial ou até mesmo o pedido de autofalência.

Definido o processamento regular da dissolução da pessoa jurídica com ênfase de que o responsável pelos atos do processamento (liquidante) deve seguir seus deveres, sob pena de ser responsabilizado pessoalmente, conclui-se que qualquer dissolução que vai de encontro às formalidades legais é



caracterizada como irregular. Reforça Vieira que não basta que os administradores manifestem o desejo de dissolver a sociedade para que ocorra a dissolução regular. É necessário que sejam observadas as determinações e procedimento legais, pois caso contrário, estará presente a dissolução irregular (VIEIRA, 2018, p. 232).

Neste raciocínio, são diversas as formas de dissolução irregular da empresa capaz de caracterizar a transferência de responsabilidade ao sócio-administrador. Uma delas é o não pedido de autofalência. Por ser um ato de escolha do sócio que declara a situação de insolvência da sociedade empresária e, que ocasionará a liquidação de todo o patrimônio empresarial, comumente, deixa de ser utilizado, em virtude de causar certo receio nos administradores da empresa. Assim, acaba por realizar uma dissolução irregular, ou seja, caracteriza uma infração à lei e, conseqüentemente, ocorre o redirecionamento da execução fiscal ao sócio que realizou o ato de dissolver irregularmente.

O que muitos sócios-administradores deixam de analisar é que o pedido de autofalência, por mais que traga obrigações à pessoa jurídica, é um ato de boa-fé do devedor que pode legalmente blindar o patrimônio pessoal. Tomazzete (2017b, p. 426) adverte que “[...] caso o devedor não providencie a autofalência e mesmo assim sua atividade seja encerrada, pode se configurar a dissolução irregular como espécie de abuso de direito, apta a autorizar a desconsideração da personalidade jurídica.”

Outra hipótese, ainda mais frequente, é o simples encerramento das atividades empresariais, sem a devida comunicação nos órgãos competentes, com a alteração/extinção do domicílio fiscal. Nestes casos, o desaparecimento de fato da empresa, que não é mais localizada no endereço cadastrado no órgão registral, serve de indício para identificar o



encerramento irregular da sociedade e, portanto, capaz de gerar a responsabilidade dos administradores pelo débitos fiscais não saldados pela sociedade extinta (CARVALHO, 2019, p. 562).

Cabe ressaltar que a comunicação de alteração do endereço fiscal da sociedade é obrigação tributária do contribuinte e o seu não cumprimento é característica infratora à lei. Nesse sentido, o STJ editou a Súmula n. 435, a qual sintetiza o entendimento do tribunal no sentido de que “Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação dos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.” (BRASIL, 2010a).

Essa presunção de dissolução irregular da sociedade é caracterizada em virtude de que a obrigação tributária acessória estabelecida em lei (comunicação dos órgãos do encerramento da sociedade) não é cumprida. Este entendimento do STJ resulta da presunção gerada a partir da certidão emitida por oficial de justiça informando o não funcionamento da empresa no domicílio constado no órgão registral, que já é indício suficiente para caracterizar a dissolução irregular e, portanto, o redirecionamento da execução (BRASIL, 2010a; PAULSEN 2015).

Veja-se que para configurar a presunção de dissolução irregular com base no encerramento das atividades da empresa no endereço registrado há a necessidade de que a certidão tenha a fé-pública do servidor público – oficial de justiça – certificando o não funcionamento das atividades no local indicado no registro perante os órgãos competentes. Observe que a mera devolução do aviso de recebimento pelos Correios na citação postal via carta não é indício suficiente para caracterizar a presunção da dissolução irregular da sociedade, uma vez que o ato praticado pelo empregado público não goza de presunção legal (BRASIL, 2010a).



Existe, portanto, a indispensabilidade da certificação do oficial de justiça de que a empresa não exerce mais atividades no domicílio fiscal para que haja a presunção da dissolução irregular e o redirecionamento da execução fiscal. Conforme explana Alexandre (2019, p. 425) resta configurada a dissolução irregular da sociedade, uma vez que era dever do agente adotar as providências exigidas legalmente para que a dissolução fosse realizada em conformidade com o direito.

Em um primeiro momento, analisando o fato de que a presunção da dissolução irregular ocasiona o redirecionamento, poder-se-ia pensar de que isto vai de encontro ao disposto na Súmula 430 do STJ, já que o entendimento sumular protege o sócio da responsabilidade por mero inadimplemento. Contudo, o requisito de fé-pública existente na certidão do oficial de justiça está ligado ao fato de a responsabilidade tributária ser subjetiva, isto é, a presunção da dissolução irregular da sociedade exige a comprovação do elemento doloso ou culposo na conduta do representante legal da pessoa jurídica executada.

Porém a presunção da dissolução irregular via certidão do agente público ocasiona a inversão do ônus probatório. O ato de comprovação da dissolução irregular que, normalmente, cabe ao Ente Fazendário realizar, se torna responsabilidade do executado, ou seja, com o ônus da prova invertido, cabe ao executado comprovar de que não houve a dissolução irregular e, portanto, que o sócio administrador não cometeu atos contra a lei ou o contrato social.

Dessa maneira, a constatação pelo oficial de justiça de que a empresa não exerce mais suas atividades no local é indício suficiente para a presunção da dissolução irregular da sociedade e o redirecionamento da execução, já que a dissolução cometida simplesmente pelo encerramento do estabelecimento sem saldar



as obrigações pendentes, inclusive as fiscais, já é característica de infração.

6 A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS

Em que pese haver a responsabilidade do sócio administrador quando da dissolução irregular da sociedade com o propósito doloso ou culposo de não realizar o pagamento em detrimento aos credores, tal fato não tem relação alguma com o fato gerador da obrigação tributária. Em decorrência disso, existe a controvérsia, até então não pacificada nos Tribunais Superiores, porém já delimitada para fins de afetação nos recursos repetitivos, de qual sócio administrador será redirecionada a execução fiscal quando na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária.

A divergência é estabelecida em dois posicionamentos: o primeiro defende que o direcionamento deveria ser ao sócio gestor ou terceiro não sócio com poderes de gerência no momento da ocorrência do fato gerador do tributo; enquanto o segundo sustenta que o redirecionamento deveria ser para o sócio-gerente ou terceiro não sócio da pessoa jurídica que nela ingressa posteriormente e que se encontra na gerência ao tempo de sua dissolução irregular, independente de quem estava no comando da empresa quando gerada a obrigação tributária (VIEIRA, 2018).

Como ressaltado anteriormente, a responsabilidade do sócio não é atribuída pelo mero inadimplemento das obrigações tributárias da sociedade. Isto é, o sócio com poderes de gerência na época do fato gerador, mesmo que tendo cometido o ato de não efetuar o pagamento dos tributos da sociedade, não pode ser responsabilizado, já que a obrigação tributária é da pessoa jurídica e a responsabilidade tributária é de cunho subjetivo, necessitando da



comprovação do elemento doloso ou culposo da conduta do representante legal da sociedade executada.

Em oposto, o sócio com poderes de gerência que cometeu o ato da dissolução irregular da pessoa jurídica não deixa dúvidas quanto à natureza infratora de sua conduta, já que além de não ter respeitado os requisitos previstos legalmente para a liquidação da pessoa jurídica, também não respeitou o contrato social, que dispõe sobre a forma de liquidação e partilha da empresa. Vieira (2018, p. 238) confirma tal posicionamento quando expõe que o fato autorizador do redirecionamento não é o mero inadimplemento, mas sim o encerramento irregular da empresa, uma vez que este é o fato configurador da infração de lei.

Não obstante, há casos em que o sócio com poderes de gerência na data do fato gerador deixa de realizar as obrigações tributárias existentes e, após verificada a insuficiência dos ativos da empresa para pagamento do crédito tributário, realiza alteração no quadro societário a fim de proteger patrimonialmente seus bens pessoais. Neste caso, Alexandre (2019, p. 426) afirma que a concentração da responsabilidade tributária em uma única pessoa com o intuito de livrar os verdadeiros sujeitos passivos do redirecionamento da execução fiscal caracteriza lesividade aos direitos da Fazenda Pública.

Observa-se que tais atos de índole fraudulenta, como as alterações societárias, negócios jurídicos simulados e esvaziamento patrimonial, refletem em uma responsabilidade de caráter sancionatório e excepcional, que necessita de comprovação prévia do ilícito por parte do ente fazendário. Portanto, essa alteração societária realizada pelo sócio administrador é motivo suficiente para caracterizar infração à lei prevista no artigo 135, inciso III do CTN e, conseqüentemente, capaz de redirecionar, excepcionalmente, a



execução ao sócio responsável na data do fato gerador (ALEXANDRE, 2019; CARVALHO, 2019; PAULSEN, 2015).

Assim, a responsabilidade do sócio com poderes de gerência na época da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária somente será aplicada quando a realização da alteração societária foi realizada a fim de fraudar os credores, inclusive o órgão fiscal, e obter vantagens pessoais. Caso não tenha sido verificada a índole fraudulenta, o redirecionamento da execução fiscal deverá ser feita ao sócio-administrador que ingressou posteriormente e que deixou de fazer o procedimento de liquidação da sociedade, restando impossível a responsabilização do sócio que estava na gerência na época do fato gerador, já que se desligou da sociedade antes do cometimento do ato infrator, este então realizado pelos sócios remanescentes (SEGUNDO, 2015).

Ressalta-se que para a responsabilidade do sócio que cometeu o ato da dissolução irregular é necessário a presença dos seguintes requisitos: I) o sócio a ser responsabilizado deve ter poderes de gerência na época do fato infrator (dissolução da sociedade); II) o fato infrator deve ter sido cometido contrário ao estabelecido em lei, contrato social ou estatuto; III) o ato do agente deve ter sido extrapolando as obrigações estabelecidas previamente ao seu cargo ou, então, de forma omissiva quanto as obrigações inerentes ao seu papel administrativo na empresa. Bartine (2013, p. 193) afirma que a responsabilização carece de o agente com poder de administração ter praticado ato diretamente ou tolerado a prática de ato abusivo ou ilegal quando poderia influir na sua não ocorrência.

Portanto, observado tais requisitos, o sócio-administrador responsável pela sociedade na época da dissolução irregular e, que realizou o ato da dissolução em si, sem respeitar a previsão legal e contratual, é que deve configurar no polo passivo como responsável



pessoal das obrigações tributárias da sociedade empresária. Isto posto em razão de que o responsável teria o conhecimento do inadimplemento de tributos e contribuições por parte da empresa e, mesmo sabendo que a dissolução irregular causaria lesão ao erário público, decidiu efetuar-la cometendo, então, ato infrator a lei e ao contrato social, conforme previsto no artigo 135, inciso III, do CTN (PAULSEN, 2015).

7 CONCLUSÃO

Ao início deste trabalho, foi explanada a construção da relação jurídico-tributário, conceituando os sujeitos que possuem titularidade de ocupar os polos da referida relação. Foram trazidas as modalidades de sujeito passivo, especificando que contribuinte é o sujeito passivo originário, criador do fato gerador e que possui relação direta com a obrigação, enquanto o responsável é pessoa diversa, vinculada à situação jurídica criadora da obrigação, contudo de forma indireta.

Diante da possibilidade de terceiro ocupar o polo passivo da relação, foram introduzidas duas formas de inclusão do responsável: via substituição ou por transferência. A segunda modalidade, via transferência, que é de extrema importância ao presente artigo, permite a inclusão de terceiro em decorrência de fatos ocorrido após o surgimento do fato gerador, como acontece na inclusão das pessoas previstas no artigo 135, do Código Tributário Nacional.

O referido artigo prevê, dentre outros sujeitos, que os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado podem ser nomeados como responsáveis quando cometido atos com excesso de poderes ou infração a lei, estatuto ou contrato social. Concluiu-se que, para essa responsabilização ter aplicabilidade, é

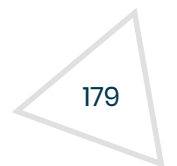


necessário que o agente tenha poderes de gerência e, que a ação cometida por ele seja contrariando os limites legais ou contratuais impostos, independente da ilicitude ou não do ato.

Verificou-se que esta responsabilização prevista no artigo 135 é adotada no redirecionamento da execução fiscal ao sócio no caso de dissolução irregular da sociedade empresária. Contudo, existe uma polemica em razão da diversidade de entendimento de qual sócio seria responsabilizado pelas obrigações tributárias da empresa: aquele que cometeu o ato infrator com o inadimplemento da obrigação tributária (sócio gestor no momento do fato gerador do tributo) ou, aquele que realizou a dissolução irregular, também caracterizada como ato infrator (sócio que possuía poderes de gerência no momento da dissolução irregular).

Tendo em vista todos os argumentos apresentados, inclusive dispositivos sumulares do Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que o sócio-administrador a ser configurado no polo passivo como responsável é aquele que cometeu ato infrator quando não realizou a liquidação regular da sociedade, já que, além de não respeitar a previsão legal para liquidação da pessoa jurídica, também não respeitou o contrato social, que prevê a forma de encerramento da empresa.

Assim, para aplicação da responsabilidade prevista no artigo 135, inciso III do CTN no redirecionamento da execução fiscal ao sócio gestor, quando realizada dissolução irregular da sociedade, é imprescindível a existência de poderes de gerência ao sócio, bem como que ele tenha cometido ato infrator a lei, estatuto ou contrato social. Esse ato a ser considerado para fins de responsabilidade é a realização da dissolução irregular e não o mero inadimplemento da obrigação tributária.



REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

BRASIL Código Tributário Nacional. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em: 6 jul. 2018.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior da Justiça. Súmula n. 430, de 24 de mar. de 2010. O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente. **Súmulas do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TITTEMA0>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL Tribunal Superior da Justiça. Súmula n. 435, de 14 de abr. de 2010. Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente. **Súmulas do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=%28sumula%20adjl%20%27435%27%29.sub>. Acesso em: 12 ago. 2019.



BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário**: RE 562.276 PR. Relator: Ellen Gracie. Data do julgamento: 3 de nov. de 2010. Tribunal Pleno, 2010b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia-Repercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2555009&numeroProcesso=562276&classeProcesso=RE&numeroTema=13>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Recurso Especial**: REsp 1749746 SP. Relator: Ministro OG Fernandes. Data de publicação: 15 de ago. de 2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/613181469/recurso-especial-resp-1749746-sp-2018-0152264-5?ref=serp>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BARTINE, Caio. **Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CALMON, Eliana. Responsabilidade Tributária e Penal dos Administradores. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 139-152, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Unoescv/Downloads/400-1470-1-PB.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

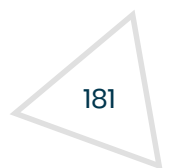
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 30. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CASTELLANI, Fernando F. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial, volume 2**: direito de empresa. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 17. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.



SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Código Tributário Nacional**: anotações à Constituição, ao Código Tributário Nacional e às leis complementares 87/1996 e 116/2003. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.


TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**: falência e recuperação de empresas. 5 ed. São Paulo: Atlas 2017a.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**: teoria geral e direito societário. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas 2017b.

VIEIRA, Mila Grazielle Souza. A aplicação da teoria da actio nata no redirecionamento da execução fiscal aos administradores da pessoa jurídica nos casos de dissolução irregular. **Revista da Advocacia Pública Federal**, Brasília, ano 18, v. 2, n. 1, p. 221-251. 2018. Disponível em: <http://siteantigo.anafenacional.org.br/seer/revista/article/view/60>. Acesso em: 29 ago. 2019.

VALLE, Maurício Dalri Timm do. **Princípios constitucionais e regras-matrizes de incidência do imposto sobre produtos industrializados – IPI**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado e Doutorado) – Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24106/Dissertacao%2030%20de%20junho%20de%202010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2019.

VILLELA, Gilberto Etchaluz. **A Responsabilidade Tributária**: as obrigações tributárias e responsabilidades. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.



APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COMO LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: SOCIABILIDADE EMPREGADA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA

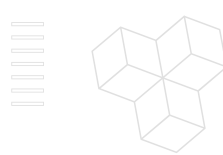
Larissa Menegatti¹
Leonardo Dlugokenski²

RESUMO

Segundo o Dicionário Aurélio (2010) a elucidação de urbano tem origem no Latim, “urbanus” que significa “pertencente à cidade”. O meio urbano é tudo aquilo que está associado à vida na cidade bem como os indivíduos que nela habitam, juntamente a suas edificações e espaços de usufruto coletivo e privado, aonde cada qual cumpre uma função. Decorrente disto busca-se entender através de uma pesquisa bibliográfica, de onde surgiu a problemática da dinâmica social em meio ao modo de reprodução capitalista que afeta a todos. Então para isso este artigo primeiramente elucida um levantamento teórico sobre os espaços públicos e seu papel urbano nessa questão, para assim através de quatro estudos de caso da cidade de Chapecó, SC, evidenciar as estratégias encontradas para a manutenção, alterações e criação desses espaços. Demonstrando como tais questões estão conectadas ao modo de uso dos espaços públicos e a relação entre os seus usuários, quando comparado uso e vitalidade de praças, parques urbanos e espaços públicos, se entende os parâmetros e importância social desses locais como uma ferramenta pública de apropriação da população à suas cidades. Portanto, encarando os desafios quanto a viabilidade de manutenção pública de tais espaços e equipamentos, além da necessidade de assegurar acesso livre e democratização desses – aponta-se um novo papel ao Estado como um agente direto e

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Chapecó; au.menegatti@gmail.com

² Mestre e Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Chapecó; leonardo.dlugokenski@unoesc.edu.br).



funcional. Aonde esse rompa com a centralização dos recursos públicos e a submissão quanto aos interesses privados, garantindo a universalização do direito à cidade e espaços públicos junto a políticas públicas para todos.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Espaço Público. Apropriação Pública.

1 INTRODUÇÃO

Afim de distende uma reflexão crítica a respeito das formas de apropriação vigentes, este trabalho busca elucidar os moldes de um uso democrático e de acesso livre dos espaços públicos nas sociedades urbanas. Para definirmos este espaço, temos que considerá-lo como aquele ambiente dentro do território urbano, cuja função tem o intuito de usufruto coletivo, elucidando a noção de pertencimento da cidade pela sociedade; mesmo sendo de responsabilidade e incumbência do poder público a posse e revitalização, essa disposição de conjuntura não deve comprometer o direito à apropriação e uso livre por conta da população.

Em pleno século XXI onde o mundo busca qualificar as cidades em prol do meio ambiente, saúde da população e inclusão social, projetos de transformação urbana e revitalização em áreas públicas consomem um papel fundamental no desenvolvimento social, acervando o exercício da cidadania e diferentes formas de apropriação e utilização dos espaços públicos – seja em áreas de convívio social, lazer, recreação e/ou prática esportiva – as potencialidades existentes e, por outro lado, as possibilidades eventualmente criadas pelos projetos de intervenção urbana são de suma relevância para o exercício da sociabilidade.

Se torna mais prudente abranger essa demanda pela compreensão do dinamismo dos conceitos e noções básicas que

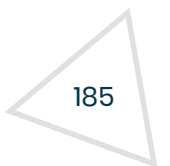


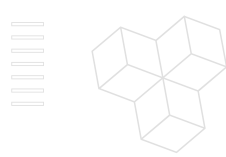


integram essa discussão. Nesta perspectiva, fomenta-se como se dá a produção do espaço público, analisa-se as intervenções atuais e propostas nas áreas de livre acesso verificando em que medida elas são voltadas a um uso coletivo e socialmente justo, atendendo aos interesses da comunidade e demandas sociais. Portanto, como distinguir uma dinâmica mais social em meio ao modo de reprodução capitalista diante do contraste sócio urbano que ele estabelece nas diferentes formas de sociabilidade dos espaços públicos?

Para responder essa questão, elucida-se os diferentes panoramas e realidades sociais, uma observação acerca do papel que junto às políticas públicas desempenha o espaço público e os atuais recursos do planejamento urbano, para então assimilar como aliar população e espaço urbano sustentando um usufruto coletivo legítimo, instituindo assim uma identidade e vitalidade para essa relação. Também se contextualiza a questão de intervenções e requalificações em praças e parques urbanos, partindo da premissa de que o acesso e dinâmica com os seus espaços públicos devem sobrevir de uma abordagem urbanística ampla, compreendendo sua diversidade social e introduzindo todos os atores na definição das decisões políticas.

Alguns conceitos sobre espaço público se fazem necessário serem explanados, indagando um aprofundamento teórico para a análise posterior da observação do seu uso cotidiano em uma sociedade. Também uma síntese teórica das relações entre os tipos de uso dos espaços urbanos e contextualização do que se caracteriza praças, parques e espaços públicos e quanto ao papel que cada qual cumpre. Para tratar de que forma se manifesta e salienta-se as distintas formas de apropriações do espaço livre público em uma cidade o presente artigo se detém ao município





de Chapecó - SC, através da transcrição de quatro estudos de caso em que são destacados os muitos beneficiários de uma intervenção além, dos agentes propiciadores das ações, onde procura-se relatar as formas de apropriação espontânea em uma sociedade.

Por fim, são cometidas ponderações que de alguma forma auxiliam na discussão sobre o papel da ocupação e revitalização, ilustrando como as diferentes transições urbanas regem impactos enquanto símbolo de memória, salvaguardando a identidade local e sendo instrumentos territoriais para a idealização da cidadania de uma cidade. Os casos de Chapecó se fazem exemplo claro de como a emergente urbanização deve assegurar em paralelo, o amplo e ativo desenvolvimento socioeconômico e urbano da cidade permitindo a ocupação e usufruto coletivo, cumprindo cada qual sua função na ordenação da malha urbana catarinense.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Segundo Ascher (1995), a primeira designação de espaço público surge em um documento administrativo de 1977, relativo a um processo de intervenção pública nomeando o agrupando de espaços verdes, ruas, praças e parques públicos. Então, considerou-se espaço público todo aquele dentro do território urbano tradicional, que servia para uso da população e de posse do governo, pertencente ao poder público, mas, de usufruto coletivo.

Serpa (2004) se ateve a retratar o espaço público como sendo o espaço da ação social e da manifestação das moções populares. Este mecanismo constitui uma ferramenta de representação social e pública, pois trata-se de um espaço

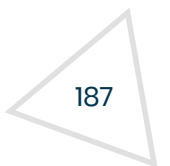




simbólico onde se insurge e se manifestam os discursos seja dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que compõem uma sociedade, portanto estes espaços dentro da dinâmica das cidades garantem à população soluções para as diferentes demandas sociais urbanas (BASTOS, 2007). Gehl (2013), afirmava a cidade como lugar de encontro, pois desta se origina as manifestações sociais, que exige a presença de pessoas para se legitimar e demandam de espaços para essa dinâmica acontecer. Contudo, além de todas estas conotações objetivas e subjetivas essa ferramenta social se faz essencial para transigir a conexão das cidades com sua população. O espaço público é inerentemente o mais democrático da cidade ao facilitar o exercício mais heterogêneo entre espaço construído e sociedade (ARCHDAILY, 2013).

Segundo Choay (1965), a cidade é o lugar da produção mais eficaz da criação humana, como uma unidade fundamentada em atender às necessidades individuais de modo coletivo. O autor afirma, que os espaços públicos são ferramentas do urbanismo capazes de sintetizar o ponto de vista correto sobre o problema social e as demandas públicas das cidades.

Se a cidade surgiu “como foco para vida social ativa”, como afirma Sennet (1999, p. 414), então certamente o espaço público tem a função de promover o encontro, se tornando um aparato de apropriação por parte da população como um exercício das políticas públicas. Justificando a dinâmica urbana, marcada pelas tipologias locais, atendendo as demandas e particularidades de tal forma a afirmar o caráter social que representa o espaço público inserido naquele meio urbano (SERPA, 2004), cumprindo sua função social e responsabilidade pública.



2.1 USUFRUTO COLETIVO: AS PESSOAS ACIMA DE TUDO

O espaço público é a consolidação em suma que as cidades são das pessoas, enxergamos a cidade através dos seus espaços públicos (JACOBS, 1961). Então, decorrente das necessidades da população surgem as ferramentas de mutação dos espaços urbanos. Cada um desses processos gera, portanto, resultados diferentes para a área urbana (ARCHDAILY, 2013), brevemente: Revitalização: determina uma recuperação do espaço ou construção; Renovação: trata de substituir, reconstruir, portanto pode alterar o uso; Requalificar: dá uma nova função enquanto melhora o aspecto; Reabilitação: delinea a restauração, mas sem mudar a função.

Sobarzo (2006) afirma que a individualidade humana vem da identidade do meio inserido, é importante entender as especificidades do lugar, cada pessoa encontra entre os diferentes meios urbanos uma configuração a qual lhe confere uma identidade social que o faz parte da comunidade, isto se dá através da apropriação popular do lugar sendo uma necessidade fundamental de pertencimento da sociedade ao seu respectivo meio urbano (BENEDET, 2008).

Então tudo aquilo que é utilizado e conseqüentemente apropriado pela coletividade se considera de todos, esse conceito evoluiu ao longo do tempo e se reflete até os dias de hoje. Na Grécia antiga, a Ágora resumia-se em um espaço público centrado na malha da Polis, onde os cidadãos aglomeravam-se para debater questões inerentes, se expressar e manifestar suas opiniões diante à sociedade (Figura 1A). Era o espaço onde atividades políticas, comerciais, sociais e religiosas tinham voz (ÁVILA, 2011). Então, além de uma praça pública a Ágora seria um espaço central na vida urbana, símbolo da presença do povo na atividade política e um símbolo da apropriação pelas pessoas. Por isso, se torna importante

entender como a forma das cidades e suas funções, influencia na apropriação dos espaços. De acordo com Leite (2001), o espaço público é constituído sobretudo por configurações espaciais e um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento que deve partir dos usuários, esse pertencimento está pautado na possibilidade de acesso nesses espaços (GEHL, 2013).

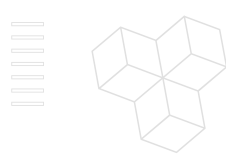
Não obstante, desde o seu surgimento dos primeiros parques urbanos (Figura 1B), esses ganharam outras características e funções, como a proteção de áreas naturais, espaço de socialização e de acesso público (MOTTA, 2017). Em um contexto histórico mundial, essas áreas públicas surgiram com o objetivo de um local para lazer, manifestação popular e convívio coletivo. Segundo Macedo (2003) um parque urbano é um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana, que atende a uma grande diversidade de solicitações tanto esportivas quanto culturais, garantindo o acesso popular pelas diversas camadas sociais e condição essencial na dinâmica urbana, além de compor a malha urbana.

Figura 1 – Ágora – Grécia (A) e Birkenhead Park (1847) – Inglaterra (B)



Fonte: adaptado de (A) Expositivo (2020); (B) Dezeen (2015).

Dentro da temática proposta, a praça e o parque urbano despertam interesses como objetos de estudo por serem espaços públicos concebidos especificamente para ser lugar de convívio



social. Todavia, para que estes possam consolidar-se como espaço de vitalidade urbana, não basta apenas transformar determinada parcela do território em área livre de uso público, outras questões influenciam as possibilidades ou restrições para que o espaço possa ser bem utilizado/apropriado e devem ser entendidas de acordo com cada demanda local, necessidades e características da sociedade inserida (JACOBS, 1961).

2.2 IDENTIDADE E VITALIDADE URBANA

Apesar de não contemplar a todos, para Borja e Muxí (2000) o direito ao espaço público é garantido para àqueles que vivem nas cidades como cidadãos. Para esses autores, estes espaços são palco de manifestação para diferentes grupos sociais e os mais diversos níveis sociais. Em conformidade, Gehl (2013) exemplifica como as praças públicas e parques urbanos cumprem essa função social, elucidando como lugares de encontro e contribuindo para a sustentabilidade social e para o exercício de uma sociedade mais democrática e aberta.

Percebe-se então que, além de lugar de encontro e manifestações, estes proporcionam a inclusão social. Esses espaços são elementos urbanos que apresentam diferenças simbólicas e morfológicas em diferentes contextos históricos e sociais, porém uma das funções mundiais de ambas ferramentas urbanas é o de ser local de convivência coletiva (ALEX, 2008, p. 23).

Reforçando a sua função social, Lamas (2004, p. 101) coloca que a praça é o lugar intencional do encontro, permanência, práticas sociais e manifestações de vida urbana comunitária (Fotografia 1). O parque urbano, assim como as ruas e praças, também esculpe as manifestações populares guarnecido de uma variedade funcional





muito ampla, atendendo às atividades essenciais para a convivência urbana (MACHADO, 2014).

Fotografia 1 – Dia Internacional da Mulher manifestação na Praça Coronel Bertaso, Chapecó, SC

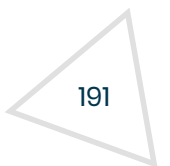


Fonte: NSC TV (2017).

Percebe-se que estes espaços públicos se tornam referência da identidade de uma cidade, pois além de se constituir como elemento estruturador da malha urbana, atua como local de interação social (JACOBS, 1961). Porém, cada cidade possui um sistema de espaços livres que se constituem em elementos representativos da cultura, economia e dos valores para parte da identidade e imagem urbana. Para Toledo e Santos (2012, p. 164), todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem a sua sociabilidade, ou seja, possuem seus próprios palcos do exercício da integração, expressão e individualidade dentro de uma pluralidade.

2.3 ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE VIDA URBANA

Os espaços públicos na percepção do interesse público constituem o panorama do desenho urbano, tendo papel decisivo



na produção da identidade das cidades na medida em que é nestes espaços que se manifesta a vida e as características coletivas de uma população (JACOBS, 1961). Para além de uma função produtiva desse interesse coletivo, também estimulam o desenvolvimento urbano por contribuírem para a valorização da vivência urbana, impulsionando a dinamização econômica, acesso a lazer, melhoria da imagem e qualidade de vida das cidades (MATOS, 2010), assim os municípios têm procurado investir na reabilitação destes espaços ou na construção de novos para garantirem essa sociabilidade a sua população.

Uma vez que praças são espaços livres com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública e os parques são espaços abertos com função predominante de recreação, estes se tornam palcos de manifestações populares de os vieses e da vida cotidiana em uma sociedade (CARNEIRO; MESQUITA, 2000), efetivando-se como uma ferramenta do poder popular sobre suas cidades.

Santos e Vogel (1985) designam às apropriações dos espaços públicos o encargo de mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos. Salienta-se aqui então, acepção da apropriação destes como um direito pois, permitem à ampliação da compreensão e responsabilidade para com as demandas da população em um meio urbano.

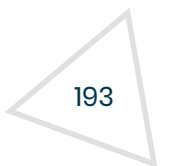
3 A SOCIABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA

A utilização dos espaços públicos se estende de diferentes formas no município chapecoense, categorizados nas diversas



funcionalidades podendo abranger atividades culturais, de lazer, práticas esportivas, manifestações ou festas populares (MACHADO, 2014). No caso da cidade de Chapecó se evidencia nos últimos anos, a uma intervenção significativa nos espaços públicos urbanos ao nível dos espaços verdes, praças, complexos esportivos, parques urbanos e arruamentos recebendo variadas intervenções e revitalizações por parte popular, governamental e/ou privadas. Em seu livro *O urbanismo*, a historiadora francesa Choay (1965) evidencia que só chegamos ao habitar através do “construir”. O construir tem o habitar como fim, nem todas as construções são, entretanto, também habitações, também se pode ocupar. De que forma ocupar nossas cidades? Pelos seus espaços públicos.

Nesta pesquisa evidencia-se a seguir intervenções e apropriações de diferentes formas dos espaços públicos da cidade de Chapecó. Demonstrando a importância destes para convivência coletiva, exercício da cidadania, atividades coletivas, lazer e recreação, existindo também espaços de manifestação por parte da população (SERPA, 2004). Estas atividades são fundamentais para a formação e consciencialização social das novas gerações, permitindo o contato direto com a natureza, conseqüentemente com a cidade que está inserido e com o direito a apropriação. Para além da usabilidade destes espaços, estão as atitudes governamentais, privadas e comunitárias para revitalizações, manutenção e posse para melhor aproveitamento além de garantir a identidade dos espaços pela sociedade chapecoense. Assim, a seguir pode-se constatar diferentes tipos de usabilidade acerca do tema discorrido nesta pesquisa, aplicados nos espaços públicos de Chapecó.



3.1 COMPLEXO ESPORTIVO VERDÃO

O parque urbano de caráter público está localizada no bairro Engenho Braun que se configura predominantemente residencial, com grande público local e que devido a ampla estrutura atende a usuários da cidade toda (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2018). O parque é aberto à comunidade, oferecendo variadas opções para a práticas esportivas (Fotografia 2A) e de recreação (Fotografia 2B). Devido a ampla estrutura se tornou parte da identidade local sendo um dos palcos da apropriação população e usufruto coletivo para a sociedade chapecoense (DESCUBRA CHAPECÓ, 2017a).

Fotografia 2 – Quadras (A) e Mobiliário Infantil (B) Complexo Esportivo Verdão, Chapecó, SC



Fonte: os autores (2020).

Sua estrutura de livre acesso faz com seu uso vá além dos equipamentos e espaços destinados a práticas esportivas e de lazer, sendo incorporado novas práticas e usos, como os eventos comunitários (Fotografia 3A) e a criação de um espaço destinado aos cachorros (Fotografia 3B). Foi inaugurado em setembro de 2018 por um movimento popular subsidiado pela prefeitura, com objetivo de possibilitar um espaço adequado, fomentar a prática e hábitos saudáveis dos animais de estimação, promovendo bem-estar e interação o espaço chamado de Verdão tem uma área de cerca de 500 metros quadrados (DESCUBRA CHAPECÓ, 2017a).



Fotografia 3 – Dia das crianças (A) e Espaço Verçãõ (B) Complexo Esportivo Verdão, Chapecó, SC



Fonte: adaptado de (A) Clic RDC (2019); (B) Descubra Chapecó (2019).

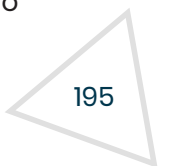
O projeto surgiu de uma demanda dos usuários, refletindo como o espaço é ocupado e adaptado as necessidades da identidade da população (Fotografia 4A). Isso, se exemplifica também nas artes e grafites pelo parque junto aos mobiliários (Fotografia 4B) de autoria de alguns artistas locais ou movimentos populares da região (DESCUBRA CHAPECÓ, 2017a).

Fotografia 4 – Espaço Verdão (A) e Artes e grafites (B) no Complexo Esportivo Verdão, Chapecó, SC



Fonte: os autores (2020).

Portanto, os espaços públicos constituem a significativa manifestação da vida urbana como um cenário dos acontecimentos, traços e particularidades de uma época e sua sociedade (BENEDET, 2008). Machado (2014), transcreve em suas obras como estes são lugares onde os indivíduos estabelecem relações de caráter público, cultural e democrático. Cada um dos lugares de encontro popular, tem uma importância dentro da sua especificidade, oferecendo



um sentido de vida pública para os usuários. O Complexo Esportivo Verdão reafirma esse papel como um espaço público de livre acesso podendo garantir a apropriação e o exercício da sociabilidade além de possibilitar a população da cidade de Chapecó: lazer, recreação e esporte.

3.2 OCUPA CHAPECÓ

Surgiu decorrente a crescente presença e intensidade do Grafite e da Arte de Rua em Chapecó, foi criado o projeto dedicado a apresentar e divulgar a arte local e seus artistas, dando simbologia e evidenciando a história da cidade e manifestos populares. Nomes consagrados como os artistas Digo Cardoso, Guilherme Nunes e Fernando Muswieck tomaram frente ao projeto (DESCUBRA CHAPECÓ, 2018), que se apresentou como o Projeto Ocupa Chapecó (Fotografia 5A), que posteriormente impulsionou outros artistas locais.

O Projeto Ocupa Chapecó foi contemplado no Edital de Fomento e Circulação das Linguagens Artísticas de Chapecó 2018, aonde os três artistas citados anteriormente criaram o painel acima cheio de cores (Fotografia 5B), buscando contar um pouco da história da cidade de Chapecó em uma edificação consolidada do município (DESCUBRA CHAPECÓ, 2018).

Fotografia 5 – Artes do Projeto Ocupa Chapecó (A e B), Chapecó, SC

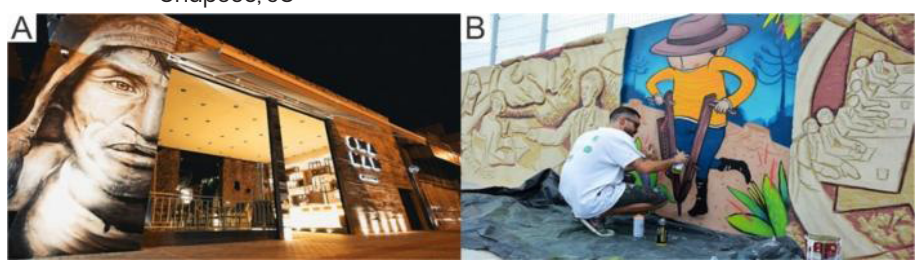


Fonte: os autores (2020).



Então entende-se que a cidade é o palco onde a população manifesta sua identidade coletivamente. Segundo Santos (1996), todo espaço é uma manifestação socialmente da experiência humana e, a cidade não pode ser compreendida como espaço físico apenas, mas espaço de significação humana. Esses nos quais, os sujeitos interagem uns com os outros, construindo suas próprias maneiras de significar suas vivências e agir a partir delas. Decorrente ao movimento surgiu outros manifestou por meios de arte, dando significado a lutas e a história de Chapecó, como artes em fachadas (Fotografia 6A) e muros (Fotografia 6B) da cidade.

Fotografia 6 – Fachada do Shaman Retovar (A) e Mural da Aurora Alimentos (B), Chapecó, SC

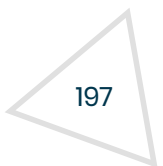


Fonte: adaptado de Diário do Iguçu (2018).

Ao resgatar os muros e edificações reivindica-se os espaços de fala e de afirmação enquanto sujeitos que também habitam e vivenciam a cidade, estes sujeitos se manifestam produzindo novos sentidos urbanos, ressignificando a si mesmos como parte da cidade, agentes possíveis na história e construção da cidade, além da ocupação dela (SANTOS, 1996).

3.3 PRAÇA BERNADETE ROMAN

A praça que antes era ociosa e degradada estava localizada no bairro Universitário, em uma ação cooperativa a revitalização



envolveu empregados da Cooperativa Central Aurora Alimentos (Fotografia 7A) e contou ainda com o apoio dos vizinhos, comércios da região e da Prefeitura de Chapecó, além disso vários órgãos adotaram os espaços de revitalização (PRISCO, 2019). Das melhorias feitas, se destacam a construção de novos muros, reparação, pintura, canteiro, plantio de flores e limpeza (Fotografia 7B). Foram 287 voluntários envolvidos e muitos moradores também participaram no processo, o que aproxima comunidade e cidade exemplificando o direito de apropriação e contribuição pública, a integração da população no processo (MB COMUNICAÇÕES, 2019).

Fotografia 7 – Reinauguração (A) e Revitalização (B) da Praça Bernadete Roman, Chapecó, SC



Fonte: adaptado de MB Comunicação (2019).

Considerar o espaço público com um patrimônio coletivo das nossas cidades visa assegurar usufruto coletivo, melhor aproveitamento do solo, preservação ambiental junto a expansão urbana e proporciona o exercício da inclusão da comunidade e cidadania (BASTOS, 2007) projetando um meio urbano mais digno, vitalício e funcional para todos.

3.4 PRAÇA CORONEL BERTASO

É a principal praça da cidade, localizada no Centro em frente à Catedral Santo Antônio. Trata-se de um espaço livre que reúne



história, expressão cultural e lazer, além de ser o ponto de encontro e realizações de eventos além de festas municipais (DESCUBRA CHAPECÓ, 2017b).

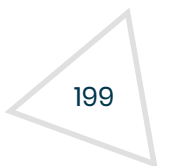
O espaço é um forte espaço de representação dos manifestos populares e apropriação, possui um mural feito em argamassa de concreto, utilizando técnica mista esgrafiado-mosaico com cerca de 200 m², que conta a história do Ciclo da Madeira, primeiro ciclo econômico e cultural de Chapecó entre as décadas de 1920 e 1950 (DESCUBRA CHAPECÓ, 2017b). O espaço de livre acesso e localizado no centro da cidade trouxe a apropriação da praça pela comunidade chapecoense em suas mais diversas usabilidades, desde a festas, manifestações sociais (Fotografia 8A), expressões de acontecimentos regionais (Fotografia 8B) e essa usabilidade livre consolidou uma feira multicultural que representa a integração entre arte, cultura, artesanato, música local, chamada de *Cansei, vou viver de Arte na Praça* (DESCUBRA CHAPECÓ, 2019).

Fotografia 8 – Greve Geral - 2019 (A) e Festa de Natal de 2017 (B), Praça Coronel Bertaso, Chapecó, SC



Fonte: adaptado de (A) Diário do Iguçu (2019); (B) Lê Notícias (2018).

A feira surgiu com o movimento *Triocom Cultural* com a intenção de fazer da arte um imã que poderia unir pessoas em uma cidade (Fotografia 9A), através do reconhecimento do potencial social que a convivência coletiva gera. Chapecó está em constante evolução tanto intelectual quanto economicamente com a feira os



pequenos comerciantes, artistas, artesões e feirantes (Fotografia 9b) tornaram a praça um palco de sua manifestação coletiva (DESCUBRA CHAPECÓ, 2019).

Fotografia 9 – Edição 2019 (A) e 2020 (B) do Cansei, Praça Coronel Bertaso, Chapecó, SC



Fonte: adaptado de Triocom (2019).

As praças são locais de convívio social e de encontro com a natureza, que podem contribuir para a formação e agregação da sociedade, representando espaços importantes para manifestações culturais, sociais e políticas (SILVA; LOPES; LOPES, 2011). A ocupação da praça está caracterizada, principalmente, pelas atividades de cunho popular que além de lazer passivo e comércio informal, gera cultura e direito a apropriação pela comunidade.

3.5 PRAÇA EMÍLIO ZANDAVALLI

A praça fundada em 1963, está localizada em um bairro residencial nobre em meio a vários prédios, próximo a escolas privadas e bastante frequentada pela população. É caracterizada por ser um espaço muito arborizado e amplo cobrindo uma área de 3.450m², devido à grande demanda houve então a *iniciativa privada de revitalização* da área no ano de 2017 pela imobiliária Nostra Casa (NSC TV, 2017). Durante a reforma os idealizadores estiveram sempre em contato com os usuários e a associação de moradores, ouvindo



a opinião deles sobre as demandas e identidade local (NSC TV, 2017). O projeto buscou a recuperação do piso, melhoria da tabela de basquetebol, intervenções no playground (Fotografia 10B) banheiros acessíveis, e um labirinto vivo para as crianças (Fotografia 10A).

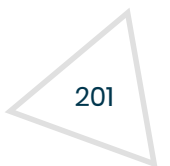
Fotografia 10 – Labirinto vivo (A) e Playground (B) da Praça Emílio Zandavalli, Chapecó, SC



Fonte: adaptado de NSC TV (2017).

Decorrendo da nova estrutura e ampla área verde preservada, além do bairro usufruir com mais frequência, bairros vizinhos passaram a se locomover para utilizar do espaço reestruturado e com usabilidade adaptada para maior número de usuários (NSC TV, 2017). Esta iniciativa privada, além de garantir um melhor aproveitamento do equipamento já consolidado gerou inserção de novos usuários e acesso livre a equipamentos urbanos de lazer.

Por fim a revitalização da praça buscou manter a sua essência e identidade já consolidada, mas também trazer novidades e melhores equipamentos urbanos. O compromisso da imobiliária junto aos órgãos públicos na preservação e manutenção perdurará por cinco anos de 2018 a 2023). O espaço que já era consolidado, através da revitalização trouxe uma estrutura mais bem equipada potencializando seu uso para lazer, recreação, apropriação população, manifestos e uso coletivo, fazendo do espaço público uma marca registrada do bairro e região (NSC TV, 2017).



4 CONCLUSÃO

Visto que o espaço público é um sujeito estrutural de suma importância na consolidação da cidade como lugar da manifestação popular, é eminente interpretar as idiosincrasias de cada lugar. Marcado pelo sentido de pertencimento dos indivíduos pois, a identidade humana infere a conformidade do lugar que está inserido e se faz inerente ao exercício da sociabilidade. Deste modo, estes meios consolidam as estruturas formais do uso e função, concebendo de que forma se dá as profusas possibilidades de apropriações diante da existência de uma infraestrutura pública. Em respaldo a esta contestação, considera-se as apropriações como eventos cotidianos relacionados à própria vida urbana e devem ser discernidos como necessidades expostas de reestruturações físicas e demandas populares, permitindo maleabilidade no uso do espaço.

Estas parcimônias em muitos casos, constituem-se de fato em reestruturações do espaço como elementos explícitos da possibilidade de flexibilidade de uso. Deste modo, a importância da realização de projetos urbanísticos que atuem sobre a estrutura física se faz inerente, permitindo ações públicas ou privadas sobre o espaço público. Dos exercícios empíricos realizados a partir da observação do cotidiano, evidencia-se o entendimento usual dos espaços livres públicos de Chapecó se caracterizando em maioria na área do lazer e funcionando como palco de manifestações culturais locais.

No entanto, há limites para essa apropriação espontânea aonde surge a necessidade de se trabalhar o acesso a esses espaços, com provisão de equipamento mínimo a partir das demandas observadas, se caracteriza assim um dos desafios da urbanização. A inserção de programas de revitalização e reabilitação de espaços



públicos devem ser acompanhados de políticas públicas, para que garantam maior eficiência e vitalidade com qualidade e igualdade.

Conclui-se que gradativamente, ao se conectarem às expectativas ou demandas locais, estas mesmas intervenções passaram também a potencializar a multiplicidade de uso, permitindo a vitalidade e usufruto coletivo vitalicíssimo. O que se tenta empreender, no percurso desta pesquisa é agregar à análise dos usos da cidade vislumbrando uma alteração do cenário atual de segregação e homogeneização dos espaços livre e público. Portanto, tenta-se investigar a relação entre os moradores de uma cidade e seus espaços públicos consolidados, uma vez que nestes se expressam os parâmetros e identidades locais. Portanto, impondo-se aos desafios da viabilidade de provisão pública de tais espaços e equipamentos, acesso livre e democratização se entende as necessidades de um novo papel do Estado, que rompa com centralização dos recursos públicos e a submissão quanto aos interesses privados, garantindo a universalização do direito à cidade e espaços públicos junto a políticas públicas.

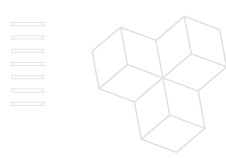
REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008.

ARCHDAILY. **O espaço público, esse protagonista da cidade**. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>. Acesso em: 28 mar.2020.

ASCHER, François. **Metapolis**: acerca do futuro da cidade. Tradução: Álvaro Domingues. Paris: Odile Jacob, 1995.





ÁVILA, Sofia Xavier. **A Cidade como Personagem no Cinema**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

BASTOS, Nailton Lopes. **Gestão de Recursos Sólido e Líquidos**: Curso de Planejamento Urbano e Gestão de Cidades. Salvador: Unifacs, 2007.

BENEDET, Michelle Souza. **Apropriação de praças públicas centrais em cidades de pequeno porte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **Espaço público, cidade e cidadania**. Barcelona: Electa, 2000.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barro. **Espaços livres do Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CLIC RDC. **Dia das Crianças**: Programa “Céu Aberto” realiza programação no Verdão no sábado. 2019. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/categoria-geral/dia-das-criancas-programa-ceu-aberto-realiza-programacao-no-verdao-sabado/>. Acesso em: 16 out. 2020.

DESCUBRA CHAPECÓ. **Cansei, vou viver de arte na praça**. 2019. Disponível em: <https://www.descubrachapeco.com.br/post/cansei-vou-viver-de-arte-na-praca>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DESCUBRA CHAPECÓ. **Complexo Esportivo Verdão**. 2017a. Disponível em: <https://www.descubrachapeco.com.br/complexo-esportivo-verdao>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DESCUBRA CHAPECÓ. **Praça Coronel Bertaso**. 2017b. Disponível em: <https://www.descubrachapeco.com.br/praca-coronel-bertaso>. Acesso em: 11 abr. 2020.





DESCUBRA CHAPECÓ. **Projeto Ocupa Chapecó**. 2018. Disponível em: <https://www.descubrachapeco.com.br/ocupa-chapeco>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DEZEEN. **O conselho de Londres lida com o polêmico projeto Crystal Palace**. 2015. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2015/02/27/london-bromley-council-scrap-controversial-crystal-palace-project/>. Acesso em: 16 out. 2020.

DIÁRIO DO IGUAÇU. **Complexo Esportivo Verdão**: um local para ser repaginado. 2018. Disponível em: <http://www.diariodoiguacu.com.br/colunas/detalhes/complexo-esportivo-verdao-um-local-para-ser-repaginado-6371>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DIÁRIO DO IGUAÇU. **Dia das Crianças**: Programa “Céu Aberto” realiza programação no Verdão no sábado. 2019. Disponível em: <https://diregional.com.br/di-chapeco/cotidiano/greve-geral-reune-trabalhadores-na-praca-central-de-chapeco>. Acesso em: 09 abr. 2020.

EXPOSITIVO. **Ágora**. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/site/expositivocom23/agora>. Acesso em: 16 out. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

LAMAS, José García. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.



LÊ NOTÍCIAS. **Iniciam os preparativos para o Natal 2018 em Chapecó.** 2018. Disponível em: <https://www.lenoticias.com.br/noticia/4957/iniciam-os-preparativos-para-o-natal-2018-em-chapeco>. Acesso em: 16 out. 2020.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MACHADO, Débora dos Santos Candido. **Avenida Paulista: da elite ao povo: as transformações e caracterizações da apropriação do espaço público da via contemporânea.** 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

MATOS, Fátima Loureiro. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – o caso da cidade Porto. **Observatorium**, Portugal, 2010.

MB COMUNICAÇÕES. **Praça de Chapecó é reinaugurada após trabalho de voluntários da FALB.** 2019. Disponível em: <https://www.mbcomunicacao.com.br/nesta-sexta-feira-praca-de-chapeco-e-reinaugurada-apos-trabalho-de-voluntarios-da-falb>. Acesso em: 11 abr. 2020.

MOTTA, Regina. **Parques urbanos do Mundo.** 2017. Disponível em: <https://paisagismodigital.com/noticias/?id=parques-urbanos-do-mundo-&in=520>. Acesso em: 30 mar. 2020.

NSC TV. **O sonho que virou realidade.** 2017. Disponível em: <https://gshow.globo.com/nsc-tv/especial-publicitario/nossa-casa/noticia/o-sonho-que-virou-realidade.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PRISCO. **União que transforma:** Trabalho voluntário possibilita revitalização de praça de Chapecó. 2019. Disponível em: <https://www.blogdo-prisco.com.br/uniao-que-transforma-trabalho-voluntario-possibilita-revitalizacao-de-praca-de-chapeco/>. Acesso em: 11 abr. 2020.



SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec: 1996.

SENNET, Richard. **O Declínio do homem público:** As tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.


SERPA, Ângelo. **Espaço público e acessibilidade:** notas para uma abordagem geográfica. São Paulo: GEOUSP, 2004.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. **Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas.** Porto Alegre: Ambiente Construído, 2011.

SOBARZO, Oscar. **A Produção do Espaço Público:** A Dominação à Apropriação. São Paulo: GEOUSP, 2006.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; SANTOS, Douglas Gomes dos. **Espaço livre de construção – um passeio pelos parques urbanos.** Piracicaba: REVS-BAU, 2012.





LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA MUNICIPAL: ANÁLISE SISTÊMICA DA APLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR DE CHAPECÓ (SC)

Claudiane Dentí¹

RESUMO

Transformar e desenvolver localidades com a finalidade do bem-estar de seus habitantes é uma das funções que estão atreladas ao desenvolvimento de Planos Diretores participativos. O município, como se apresenta, é resultado da influência da política urbana, instituída pela Constituição Federal Brasileira, tendo como princípio basilar a organização dos espaços municipais e urbanos. As modificações urbanas ocorridas nos séculos foram motivadas pelas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que se tornam reflexo do contexto organizacional, uma vez que, ao efetivar um Plano Diretor há de se estabelecer que este, seja um instrumento de indução ao desenvolvimento equitativo do município, pois, o desenvolvimento não pode ser, sobretudo, um mero problema sociológico a ser resolvido. De qualquer sorte, a aplicabilidade da legislação urbanística, em especial, do Plano Diretor do município de Chapecó (SC), deve ser a maneira global e cristalina dos anseios da população que é atingida por seus ditames, pois referido instrumento deve ser a materialização de todos os queres sociais e organizacionais que permeiam o contexto do qual estão regulando.

Palavras-chave: Planos Diretores. Direito urbanístico. Desenvolvimento Municipal e Urbano.

1 INTRODUÇÃO

Os Planos Diretores estavam atrelados a uma ideia limitada de meras projeções gráficas, vindo estes com o desenvolvimento das

¹ Advogada; Pós-graduanda em Planejamento Urbano pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc de Chapecó); claudianedenti@gmail.com.

idades a ganharem espaço, de maneira gradativa. Conforme Pelletier e Delfante (apud COSTA, 2009, p. 198), os Planos Diretores significam “[...] a representação sintética de uma concepção política, econômica e social das cidades [...]”. Desta forma, o Estado, diante da realidade que se consolidava, açambarcou como uma de suas funções organizar e estruturar as áreas que lhe pertenciam, surgindo mecanismos que visavam à época as premissas, com amparo constitucional, de ordenar os espaços, construindo-se um complexo de normas interligadas entre si e não colidentes engendradas por metas estruturais à cidade (COSTA, 2009).

É por meio desta temática e do conjunto de questionamentos que pairam, que se constitui motivação a pesquisa, tratando-se de um assunto que não atinge somente os elaboradores do projeto, mas todos os municípios que estão no raio de abrangência da legislação que será elaborada. Assim, voltando-se à compreensão das transformações urbanas recentes, toma-se como objeto a aplicabilidade de novas políticas gestoras e a elaboração de instrumentos capazes de orientar a discussão sobre o ordenamento das cidades.

A forma de organização do espaço habitado mudou de maneira drástica, passando de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Esse adensamento nos núcleos centrais trouxe junto a si consequências sociais, econômicas e jurídicas que demandam soluções em sua maior parte junto aos processos de urbanização e ordenamento territorial, vez que a elaboração de normas jurídicas que disciplinam sobre as edificações e o estabelecimento de planos urbanísticos, foram acrescentados à preocupação urbana (DI SARNO, 2004).

De maneira objetiva, analisar a formação e a aplicabilidade dos Planos Diretores no âmbito municipal, traz à tona a análise dos espaços urbanos e a sua formação, uma vez que, para que o Direito



Urbanístico possa realizar e concretizar novos desafios, é necessária uma nova leitura a respeito da aplicabilidade desses instrumentos organizacionais. Assim, ao elaborar referida pesquisa, o objetivo que se busca alcançar é compreender e apresentar ao leitor final, como a legislação urbanística, em especial, o Plano Diretor do município de Chapecó (SC) é desenvolvido e aplicado no ambiente organizacional dos municípios.

É cediço que desenvolver um instrumento legislativo e ao mesmo tempo organizacional, não é uma atividade de fácil compreensão, pois trata-se de um somatório de ideais uníssonos convalidados com o todo. Evidencia-se nesta pesquisa que com o passar dos anos e com a evolução das cidades, o Poder Público passou a intervir de maneira mais assídua nesses espaços, criando mecanismos voltados a atender os anseios da coletividade.

Nesta seara, esta pesquisa qualitativa está organizada com o seguinte formato: resumo e parte introdutória; desenvolvimento composto com temas relacionados ao direito urbanístico e à legislação municipal do Plano Diretor, questionamentos e análise do Plano Diretor de Chapecó, por fim a conclusão e referências que balizaram os espectros teóricos da pesquisa.

2 DIREITO URBANÍSTICO: APLICAÇÃO DE PLANOS DIRETORES

O rápido crescimento das cidades, a resposta à evolução dos núcleos e as modificações nos cenários urbanos, faz com que o urbanismo desempenhe papel essencial à arquitetura urbana, com a finalidade de tornar as cidades mais belas e harmônicas (OROZCO apud DI SARNO, 2004). O Direito Urbanístico atual, é uma ciência multidisciplinar evoluída “[...] a propiciar melhores condições de vida



ao homem [...]” (MEIRELLES, 2017, p. 389), pois é “[...] a ciência e a técnica de ordenar os espaços habitáveis [...]” (COSTA apud DALLARI, FERRAZ, 2014, p. 102), onde o processo de desenvolvimento das cidades não se trata de mero crescimento, mas sim de um fenômeno de concentração urbana (SILVA, 2018).

A expressão “Planejamento Urbano” surgiu na Inglaterra e nos Estados Unidos conferindo um novo enfoque à compreensão da cidade e dos seus problemas (KOHLSDORF, 1985). Reconhece, por exemplo, o dinamismo do fenômeno urbano, onde a cidade é fruto de sua própria história que também evolui no tempo, sendo vista como produto de um determinado contexto histórico diferente do modelo ideal concebido pelos urbanistas. Mais que isso, o Direito Urbanístico e os instrumentos de planejamento urbano buscam respostas aos problemas contextuais que não são resolvidos pelos urbanistas modernos, nem os que acabam por serem causados por eles (SERAFIM; RICCI, 2017).

Para Pinto (2000), o Direito Urbanístico se preocupa com o bem-estar das sociedades e com os ambientes já construídos, modificando a percepção dos povos, pois na maior parte do tempo não se atua sobre ambientes naturais e sim ambientes artificiais, criados pelo ser humano com o objetivo de aumentar o conforto em sua vida. Conforme o entendimento de Mukai (2010), o conforto almejado pelo ser humano de forma isolada não é alcançado com êxito ou de forma simultânea, pois vêm a ocasionar o desconforto de outros seres, sendo irreparáveis as construções artificiais criadas em desconformidade com os interesses mútuos, vez que, as cidades constituem a herança das civilizações que promoveram o adensamento das urbes (COSTA, 2009).

Desta forma, para garantir o bem-estar e a efetivação constitucional da função social da propriedade, faz-se necessário



a elaboração de planos urbanísticos, assim entendidos como mecanismos de efetivação e normatização das diretrizes urbanas, na qual o Poder Executivo municipal pode orientar e racionalizar a atuação urbanística nas demandas de maior relevância para o local, uma vez que conforme Regis de Oliveira (apud OLIVEIRA, 2018, p. 111), os municípios devem possuir um planejamento “[...] que promova o desenvolvimento das áreas ali existentes, por meio do Plano Diretor.”

Vale ressaltar, que tanto a elaboração dos Planos Diretores como o Urbanismo em sua essência, possuem como desafios primordiais a organização de ambientes artificiais, garantindo que o desenvolvimento dos habitantes progrida em conformidade com todos os preceitos jurídicos e morais pré-existentes, uma vez que as regras urbanísticas são desenvolvidas seguindo índices prévios, onde a realização de intervenções sobre o ambiente deve ser precedida de aprovação, evitando-se o desvirtuamento dos planejamentos estratégicos urbanos.

Destarte, a elaboração de Planos Diretores, que atendam aos anseios do município a serem organizados, a fim de que contribuam para o desenvolvimento urbano e municipal, deve obedecer um procedimento vinculante, que demonstre o que se almeja com o planejamento da localidade, para que se possa projetar da melhor forma a vida urbana, tornando-se necessário compreender, “a natureza histórica da cidade e, distinguir, entre suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas [...]” (MUNFOR apud OLIVEIRA, 2018. p. 4), porquanto os aspectos envolvidos na ordenação do território permanecem interligados.

É neste contexto que ganha importância o Plano Diretor, concebido como instrumento que norteará a política de desenvolvimento na esfera municipal. No entanto, esta elaboração



não é exclusiva do gestor executivo municipal. Todos aqueles que influenciam a realidade local devem contribuir para o desenvolvimento do município, a chamada governança compartilhada por meio de processos participativos, que no Brasil, ainda é incipiente e parcial. O Plano Diretor, desse modo, precisa ser construído por meio de um processo que promova um pacto em torno de propostas que representem os anseios da sociedade (SILVA, 2006).

2.1 A ESTRUTURA CONTEXTUAL DOS PLANOS DIRETORES

As transformações promovidas pelos diferentes setores da sociedade resultaram na formulação de novos conceitos de desenvolvimento e promoveram a necessidade de planejar o crescimento das cidades. Destarte, garantir o fortalecimento econômico, a valorização das potencialidades locais, a cooperação social, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida (SILVA; PASSOS, 2006, p.10), são premissas presentes nas cidades, na atualidade.

O Plano Diretor, instrumento de ordenação territorial, diante das transformações sociais, foi definido pela Constituição Federal Brasileira (1988) como um elemento basilar, fundante da política de desenvolvimento e de expansão urbana (SILVA, 2006). Trata-se de um instrumento indutivo para a construção de um espaço municipal adequado ao desenvolvimento (I, 2006), surgindo, como um dos “[...] principais instrumentos do processo de planejamento organizacional [...]” visto que, “a Constituição Brasileira determina que o ordenamento territorial se faça mediante planejamento e controle [...]” (SANT’ANA, 2006, p. 24; PINTO, 2010, p. 117). Destarte, “[...] o Plano Diretor pode ser considerado como a única garantia constitucional



para a efetivação da gestão democrática nos municípios do Brasil.” (OLIVEIRA, 2018, p. 113).

Desta forma, “por serem os Planos Diretores peças-chave no que tange à atividade de planejamento do ordenamento do território [...]” (COSTA, 2009, p. 2017), a ordenação das cidades é um assunto que tende a se concentrar nos nichos regionais, pois mais do que tornar obrigatória a sua imposição, para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou de áreas de especial interesse turístico ou ainda incluídas no cadastro nacional de Municípios como áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas, processos geológicos ou hidrológicos correlatos, a Constituição Federal Brasileira (1988), atribuiu-lhe as diretrizes de ordenação das cidades, sendo este o instrumento para o adequado ordenamento territorial (DEÁK; SCHIFFER, 2010).

Além do mais, coaduna Wernek de Camargo (apud OLIVEIRA, 2018, p.113), que além de ser um instrumento essencial ao ordenamento urbano, os Planos Diretores, possuem finalidades delineadas, sejam estas gerais, quando ocorrer um planejamento delineado no bem-estar urbano e específicas quando dentro desta função serem delineados instrumentos para a sua consecução total.

Assim, os Planos Diretores guardam importante interdisciplinaridade, devendo serem elaborados em respeito não somente aos princípios de Direito Constitucional e Urbanístico e sim em respeito ao sistema urbano, no qual este será efetivado (BONIZZATO, 2014). Há uma forte tendência de se questionar a estrutura utilizada para a elaboração deste instrumento, pois o modelo adotado por determinados municípios, são os mesmos já adotados em outros ramos do direito, onde institutos e princípios são



regulamentados por leis federais ou estaduais, onde os municípios apenas irão promover a sua aplicação (PINTO, 2000).

Nesta seara legislativa, referido instrumento deve ser a expressão concreta dos anseios e aspirações de todos os munícipes, dado que “[...] pensar em Plano Diretor não pode representar uma limitação [...] em simples técnicas e limitadas regras jurídicas, [...] elaboradas apenas com a finalidade de se cumprir mandamentos [...] legais [...]” (BONIZZATO, 2014, p. 166), uma vez que, o ordenamento jurídico vigente impõe que os Planos Diretores sejam veiculados por meio de legislações, pois possuem o condão de assegurar transformações profundas na realidade urbana, devendo ocorrer em seu bojo estrutural a previsão de obrigações e restrições aos munícipes, uma vez que este se trata de uma das espécies do gênero lei de planejamento municipal, que se diferencia das demais legislações por seu caráter básico (OLIVEIRA, 2018).

Outrora, o conteúdo predominante deste instrumento estratégico, diz respeito a tecnicidades, cujo regime jurídico se encontra vinculado às legislações regulamentadoras, em especial, das áreas mais afetadas com o conteúdo normatizado pela elaboração do projeto. Conforme Silva (2008, p. 7), “[...] não é incomum que ele seja esboçado ou criado por consultorias ou grupos de técnicos especializados [...]”, facilitando, assim, o ocultamento de interesses de determinadas categorias e a construção de vícios constitucionais que poderão causar malefícios irreparáveis ao bem-estar social.

Neste cenário, a política de desenvolvimento urbano é traçada pelo Plano Diretor que dispõe as diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade e orienta os investimentos públicos. Trata-se de uma lei municipal que cria um sistema de planejamento e gestão da cidade, determinando quais serão as políticas públicas



a serem desenvolvidas nos próximos dez anos em todas as áreas da Administração Pública. Por meio deste instrumento, a cidade irá ser projetada e possuirá as diretrizes do uso do solo, servindo como um conjunto de normas técnicas que vem para orientar e disciplinar a expansão urbana, tendo o desenvolvimento socioambiental voltado a zelar pelo bem-estar da comunidade (SIRVINSKAS, 2013), uma vez que os Planos Diretores não podem ser visualizados como meros planos de governo, que venham a representar apenas os anseios do gestor executivo municipal ou de categorias isoladas de munícipes, pois deve traduzir todos os problemas e anseios sobre o desenvolvimento urbano do município (SILVA; PASSOS, 2006).

2.2 LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 541/2014 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAPECÓ (SC)

O Plano Diretor do Município de Chapecó (SC) ordena o crescimento e a organização do Município, isto é, da área urbana e rural. É nele que estarão dispostas as áreas delimitadas como zonas de interesse social, as zonas comerciais, as diretrizes de crescimento urbano e rural do município e a delimitação das áreas com uso restrito (RECHE, 2008), bem como os corredores de centralidade, que determinam usos mais flexíveis no seu entorno imediato.

Segundo as orientações do Ministério das Cidades (SILVA; PASSOS, 2006), o Plano Diretor deve ser elaborado de modo a permitir a participação de todos os segmentos sociais, com a realização de, pelo menos, quatro etapas, distintas e interligadas, quais sejam, a apresentação da metodologia de trabalho, a leitura da realidade municipal, a seleção e a estipulação de temas prioritários, relevantes e intermediários para a elaboração do projeto de lei que consolidará de maneira normativa o instrumento público de gestão urbana.



Assim, ao se analisar a estrutura sistêmica deste instrumento público, a elaboração dos Planos Diretores Municipais quase sempre é permeada por uma linguagem burocrática, sem considerar a leitura do território e as reivindicações da sociedade civil (SCHVASBERG, 2013), visto que a sua participação não vem a ser concretizada, mesmo os gestores municipais, vindo a promover a divulgação do início do processo legislativo.

Neste contexto, cumpre destacar como é elaborado, no município de Chapecó (SC), referido instrumento, visto que o primeiro Plano Diretor municipal, foi elaborado na década de 70 e recebeu o nome de Plano de Desenvolvimento Urbano de Chapecó (SC). Nesta época, o município estava em pleno crescimento advindo das agroindústrias, que além do crescimento econômico e populacional vieram a ocasionar sérios problemas organizacionais, em especial, a ocupação do solo e as diretrizes gerais de ordenamento territorial.

Os conflitos municipais de caráter político organizacional, começaram a surgir diante do interesse sobre determinados espaços urbanos. Esse interesse ocorreu por parte da classe industrial em face dos interesses das classes sociais menos favorecidas (GRASSI, 2016; FACCO; GIACOMINI, 2017; HASS; ALDANA; BADALOTTI, 2008), trazendo à tona a necessidade de que as regras urbanas fossem materializadas por meio de um instrumento legal, o que ocorreu com a edição da Lei Municipal n. 68 de 1974, que trouxe a regulamentação urbana por meio do Plano Diretor.

Quanto ao segundo Plano Diretor do município, elaborado em 1990, esse recebeu o nome de Plano Diretor Físico-Territorial. Neste instrumento, o zoneamento industrial e comercial, em detrimento do avanço das indústrias, ganhou destaque, bem como, por meio da outorga onerosa do direito de construir, foi promovida a flexibilização



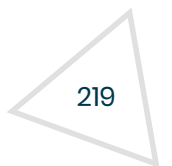
sem limitações dos índices construtivos a partir de contrapartida financeira (FACCO; GIACOMINI, 2017).

Além dos destaques, referida legislação trouxe em seu bojo, a redistribuição social no parcelamento do solo urbano, a definição do macrozoneamento municipal, onde criou-se as áreas de vazios urbanos, nas quais seriam aplicadas as alíquotas progressivas de IPTU para os imóveis baldios e os vazios urbanos, que até os dias atuais não foram executados na prática, servindo, a lei como mecanismo para emissão de pareceres técnicos.

Outrora, o mais latente junto a este instrumento urbanístico é que a participação popular não foi exigida, pois referido instrumento fora tratado pelos legisladores municipais, à época, como um Plano Diretor técnico, que bastava ser elaborado e entendido por aqueles que iriam se fazer utilizar das regras ali contidas de maneira direta.

Destarte, o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó, (Lei Complementar Municipal n. 202 de 6 de janeiro de 2004), terceiro plano diretor, foi elaborado em um contexto de democratização do processo de planejamento do poder municipal, sendo o primeiro Plano Diretor pós Estatuto da Cidade, que serviu de referência e estudos do próprio Ministério das Cidades, na época. Segundo Hass, Aldana e Badalotti (2008), o referido Plano Diretor foi discutido no período de 2002 a 2003, a partir dos princípios do Estatuto da Cidade e do Congresso da Cidade de Chapecó, ocorrido em 2001.

As discussões giraram em torno de grupos temáticos, onde Governo, população e diversas entidades da sociedade civil participaram. Após negociações envolvendo setores com interesses diretos e uníssonos, o novo Plano Diretor foi aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores, em 2004. Todavia, diante das pressões ora existentes e da troca dos gestores municipais, em 2006, o Executivo Municipal apresentou uma proposta de revisão do



plano. Nesta, constavam apenas questões relativas ao uso do solo e índices urbanísticos.

A nova proposição foi encaminhada à Câmara de Vereadores para apreciação, onde criou-se uma comissão temática, que visava realizar estudos sobre as matérias a serem alteradas. No início de 2007, em sessão plenária, ocorreu a aprovação da modificação da Lei Complementar n. 202, de 6 de janeiro de 2004 que instituiu o Plano de Desenvolvimento Territorial de Chapecó (SC) (HASS; ALDANA; BADALOTTI, 2008; CANCELIER et al., 2015). Frisa-se que durante o processo de revisão, houve apenas uma assembleia para debates, com participação restrita da população e com exímio controle do governo à época nas diferentes etapas de discussão, sendo que a revisão estava prevista para cada dois anos após a sua implantação (FACCO; GIACOMINI, 2017).

Outrossim, com as mudanças aceleradas no contexto urbano de Chapecó (SC), necessário se fez a elaboração de um novo Plano Diretor Municipal, o quarto instrumento urbanístico da cidade, atualmente vigente, legislado na seara da Lei Complementar Municipal n. 541 de 25 de novembro de 2014.

Segundo Cancelier et al. (2015), a construção deste novo Plano Diretor foi um processo que envolveu momentos essenciais para a participação da população. Essa participação tinha por objetivo promover um debate social no entrono das demandas urbanísticas do município, o que não se visualizou de maneira nítida nas demais elaborações, pois foram recebidos 144 conjuntos de proposições que de maneira isolada totalizaram mais de 460 propostas de melhorias a serem analisadas a sua implantação e normatização por meio do novo Plano Diretor (FUJITA, 2015).

Todavia, conforme assevera Giacomini, Trzcinski e Pravatto (2014, p. 40-41) mesmo com toda a publicidade que foi concedida



ao processo, “[...] os segmentos que mais participaram foram as construtoras e imobiliárias. Havia, também, a participação das universidades; mas, por conta de debates classistas, estas foram se retirando [...]” durante o processo, visto que a sua permanência poderia vir a causar maiores embates.

Assim, após a realização das audiências públicas, referido projeto esboçado, foi remetido para a Câmara de Vereadores, que quando de sua entrada em pauta, formou uma comissão de estudos, composta por três vereadores diretamente ligados ao governo à época, onde por meio desta comissão, foram desenvolvidas diversas emendas e recusas ao projeto, que de maneira originária, havia sido remetido para apreciação. “[...] neste momento, entidades, construtoras e imobiliárias enviaram aos vereadores as mesmas emendas com a intenção de aprovação direta pela Câmara de Vereadores [...]”, emendas estas previamente vetadas pela população chapecoense (CANCELIER et al., 2015, p. 24).

As audiências, posteriores a revisão da Câmara de Vereadores, foram realizadas no auditório da Casa Legislativa Municipal, onde a maioria dos vereadores não se fizeram presentes. Nessa seara, eis a nítida violação de um dos princípios norteadores da Pública Urbana, qual seja, a publicidade e a participação social como um todo, normatizados junto a Constituição Federal Brasileira e junto ao Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 2001), pois para que o planejamento urbano seja de fato participativo, é necessário ter iguais condições a todos os segmentos sociais (GIACOMINI, 2017; CANCELIER et al., 2015; FUJITA, 2015).

De maneira elucidativa, o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 2001), traz a obrigatoriedade do exercício popular direto, uma vez que, embora criado para fins de administração e desenvolvimento, o seu principal escopo é dar efetividade aos mecanismos urbanos de



forma participativa, mediante mecanismos que garantam a voz ativa no processo de elaboração e revisão das disposições do Plano Diretor. Logo, percebe-se que não há somente uma participação indireta por representantes eleitos, mas, de forma direta exercida pela sociedade.

Outrossim, após a nova oficialização das proposições e ementas realizadas, a Comissão do Plano Diretor de Chapecó (SC) sistematizou as informações e o projeto de lei formatado foi enviado para sanção da Câmara de Vereadores, que na data de 26 de novembro de 2014, realizou tal ato, para que a novel legislação, produzisse os efeitos legais sobre o território chapecoense, ora construída pela sociedade e redesenhada pelo legislativo (GIACOMINI, 2017; CANCELIER et al., 2015; FUJITA, 2015).

Nos dias atuais, passados mais de cinco anos do início dos trabalhos de elaboração, percebe-se que este instrumento, possui brechas normativas que não foram supridas, acarretando no instrumento público urbanístico, vícios legislativos, que não respeitam os ditames constitucionais. Exemplos que surgem, dizem respeito ao choque do que está legislado junto ao Plano Diretor Municipal em face da legislação suplementar da figura dos Condomínios de Lotes, em especial dos condomínios fechados de lotes, conforme preconiza o art. 30 da Constituição Federal e o disposto junto a Lei Estadual n. 17.942 de 2018 que regulamenta a responsabilidade territorial do estado de Santa Catarina.

Na visão de Frank e Schardoin (2012), a ação deliberativa dos Conselhos das Cidades (Concidade) tem direta influência no processo de elaboração dos Planos Diretores, pela forma como a sociedade entende o bem comum, a cultura e as necessidades sociais, que determinam o quanto um assunto será discutido e se esta distinção permite avaliar se a forma de soberania deliberativa popular pode ser distinta, onde se busca, sobretudo atender interesses exclusivos, como



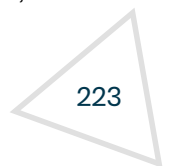
ocorre em diversos processos urbanísticos submetidos a apreciação do plenário deste conselho.

Outrossim, além dos pontos conflitantes legislativos, o Plano Diretor de Chapecó (SC), passa por constantes desequilíbrios, visto que com a formação do Conselho da Cidade de Chapecó (Concidade), órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza permanente e de caráter deliberativo e consultivo, vem por muitas vezes, ocasionar a permissibilidade de infrações legais, quais sejam permitir a construção acima de índices construtivos legislados nas esferas municipais e estaduais ou ainda vindo a criar situações permissivas em locais onde não se poderia empreender quaisquer meios de intervenção (FABRIS; COMERLATTO; KLEBA, 2017), coadunando com a inaplicabilidade constitucional deste instrumento legislativo.

3 CONCLUSÃO

O planejamento urbano, durante toda a história brasileira, foi tratado de modo secundário a atender interesses específicos no interior das cidades, tendo maior ênfase com o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988, que trouxe uma nova visão ao ordenamento das cidades, visão essa atrelada aos princípios de organização e bem-estar para com os munícipes. Todavia, para que os objetivos sejam alcançados com eficácia, fica nítido que a elaboração de Planos Diretores e a sua real aplicabilidade devem ser mecanismos cada vez mais presentes no cotidiano das cidades.

A organização necessária dos espaços urbanos, não só visualizada na cidade de Chapecó (SC), mas também verificada nas demais cidades brasileiras que serviram como parâmetro para esta análise, não foi ocasionada pela ausência de Planos Diretores, mas, sim,



pela falta de aplicabilidade destes, em decorrência da predominância de interesses distintos dos traçados em seu bojo legislativo.

Em Chapecó (SC), visualiza-se que a aplicabilidade dos Planos Diretores traz à tona a produção do espaço urbano, correspondendo em geral a mercantilização do solo, constituindo um negócio lucrativo para os empreendimentos imobiliários e para marcar os interesses de parte da população. Assim, o Plano Diretor municipal é o ponto de equilíbrio para a concretude de todas as ações municipais, que tem por objetivo o bem-estar da população, mas deve ser aplicado em todas as regiões do município, de maneira contínua.

A participação popular na tomada de decisões é o meio fundamental para que a política urbana se formalize e está diretamente relacionada ao meio eficiente de empoderamento social dos grupos, o que ao ser analisado a elaboração dos Planos Diretores, seja estes da cidade de Chapecó (SC) ou das demais localidades, visualiza-se que esta participação é deficitária ou manipulada, mesmo em ambos os casos, a legitimidade dos atos executivos e legislativos devam ser ratificados pela participação social no processo de formação, discussão, deliberação, aplicação e transparência das ações urbanísticas municipais.

Ademais, o processo de revisão do Plano Diretor traz a possibilidade de o ente municipal repensar as estratégias diante da nova dinâmica social e territorial, que nos últimos dez anos sofreu importantes transformações, advindas, por exemplo, das recentes políticas setoriais, quais sejam: habitação, transporte e mobilidade, acessibilidade, novas tecnologias que incidem sobre as cidades, saneamento e os empreendimentos em melhoria urbana. Esses empreendimentos devem estar alinhavados com as diretrizes da política urbana aprovada no Plano Diretor.



REFERÊNCIAS

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2018.

BONIZZATO, L. **Constituição, democracia e plano diretor**: sob o influxo dos direitos sociais e de liberdade, políticas estatais e institucionais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

CANCELIER, J. W. *et al.* **A Expansão Urbana de Chapecó – SC e os papéis dos agentes sociais**. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: periodicos.ufsm.br/reget/article/download/15424/pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

COSTA, C. M. M. da. **Direito Urbanístico Comparado**: planejamento urbano das Constituições aos tribunais luso-brasileiros. Curitiba: Juruá, 2009.

DALLARI, A. A.; FERRAZ, S. **Estatuto da Cidade**: (Comentários à Lei Federal 10.257/2001). 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

DI SARNO, D. C. L. **Elementos de Direito Urbanístico**. Barueri: Manole, 2004.

FACCO, J.; GIACOMINI, Q. R. **Grau de Participação Popular no Processo de Revisão do Plano Diretor de Chapecó – SC (2013/2014)**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. Disponível em <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16316/4408>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FABRIS, B.; COMERLATO, D.; KLEBA, M. A. **O Conselho Municipal da cidade de Chapecó (Concidade) e a Participação Social**. Chapecó: Unochapecó, 2017. Disponível em <https://even3.blob.core.windows.net/anais/61704.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.



FRANK, O.; SCHARDOIN, F. Z. **Conselhos Gestores, Governança Urbana e Deliberação**: A formação do Concidade no Município de Cascavel. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8826/7338>. Acesso em: 19 maio 2019.

FUJITA, C. **Chapecó**: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918/5032>. Acesso em: 5 maio 2019.

GIACOMINI, Q. R. **Consistência da Participação Popular no Processo de Revisão do Plano Diretor de Chapecó-SC**. 2017. 146 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Comunitária de Chapecó, Chapecó, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/%C3%A7%C3%A3o-Queila-Ramos-Giacomini.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

GIACOMINI, Q. R.; TRZCINSKI, C.; PRAVATTO, T. **A Consistência da Participação Popular em Âmbito Municipal**: Revisão do Plano Diretor de Chapecó 2014. Chapecó: Unochapecó, 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/4097/2544>. Acesso em: 5 maio 2019.

GRASSI, K. **Plano Diretor e Audiência Pública**: Legislação, Doutrina e relatos de casos. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016.

HASS, M.; ALDANA, M.; BADALOTTI, R. M. **O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5285. Acesso em: 20 abr. 2019.

KOHLSDORF, M. E. **Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar**. São Paulo: Projeto, 1985.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Manole, 2017.



MUKAI, T. **Direito Urbano e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

OLIVEIRA, D. de. A. **Plano Diretor das Cidades**: uma visão histórica e função social – um estudo de caso do Plano Diretor de Cuiabá. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

PINTO, V. C. **Direito Urbanístico**: plano diretor e direito de propriedade. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PINTO, V. C. Notas Introdutórias ao Direito Urbanístico. *In*: FREITAS, J. C de. **Temas de Direito Urbanístico**, 2, São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2000. p. 112-119.

RECHE, D. **Leis e planos urbanos na produção da cidade**: o caso de Chapecó, SC. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30372958.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SANT'ANA, A. M. de. **Plano Diretor Municipal**. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2006.

SCHVASBERG, B. **Plano Diretor**. Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Curso Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade, Brasília, 2013. Disponível em: www.capacidades.gov.br. Acesso em: 4 maio 2019.

SERAFIM, M. P.; RICCI, M. S. **O Planejamento Urbano e a Materialização do Plano Diretor**: uma análise comparativa entre Bauru e Piracicaba. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7511/pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

SILVA, C. H. D. da. **Plano Diretor**: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2006.





SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

SILVA, J. R. da; PASSOS, L. A. dos. **O negócio é participar**: a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília: CNM, Sebrae, 2006.

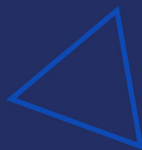
SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.







CIÊNCIAS
SOCIAIS





FATORES DE INFLUÊNCIA DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

Ana Carolina Haiduki De Moraes¹

Camila Camargo Aguiar²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar os antecedentes que se relacionam com a intenção empreendedora de jovens universitários de uma universidade situada no Meio Oeste catarinense. Em relação ao método, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com a abordagem quantitativa. Para coletar os dados, utilizou-se de uma pesquisa por meio de um questionário mediante uma escala de Likert de sete pontos, que foi adaptado, e enviado a 195 jovens universitários da unidade em estudo. A amostra se deu de forma não probabilística por conveniência, e considerou 160 respostas validadas e utilizadas para as análises que foram realizadas por meio do software SPSS e Excel. A análise e interpretação dos dados se deu por meio de frequência, média, desvio padrão e correlação de Pearson. Os resultados evidenciaram que a intenção empreendedora está relacionada com os antecedentes da atitude pessoal, comportamento percebido, e também com o fator normas subjetivas. No entanto, vale ressaltar que no caso do fator normas subjetivas, destacou-se uma variável que não se relaciona com a intenção empreendedora, ou seja, que não há preocupação com os alunos de graduação com o julgamento em relação a sociedade, bem como os grupos de referências no que diz respeito ao processo empreendedor. Como limitação, destaca-se que os resultados são restritos a um determinado grupo, e sua

¹ Graduada em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.haiduki@gmail.com

² Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina camila.aguiar@unoesc.edu.br

aplicação com um número maior de participantes poderá modificar o resultado da pesquisa.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Intenção empreendedora. Antecedentes da intenção empreendedora.

1 INTRODUÇÃO

O Empreendedorismo é uma questão essencial, tanto para o seguimento da economia mundial, como para os estudos e análises acadêmicas. Conforme Dias, Souza Neto e Boas (2010) recentemente constatou-se uma importante expansão nas pesquisas pertinentes ao assunto.

De acordo com Pastro (2001), o Empreendedorismo tem sido reconhecido como elemento fundamental para o desenvolvimento da economia na viabilização e condução de empreendimentos. Para Shane e Venkataraman (2000), a expressão Empreendedorismo deriva de “atividade” e considera como um campo de pesquisa em que busca analisar como nascem as oportunidades, como são identificadas ou ampliadas, qual o aproveitamento e como se apresentam os resultados consequentes da técnica empreendedora.

De acordo com Borba, Hoeltgebaum e Silveira (2011), Escobar, Lizote e Verdine (2012) o empreendedorismo tem estimulado a manifestação de pesquisas em diferentes áreas e contextos, como gestão empresarial, inovação, mercados, estruturas organizacionais, e em aspectos comportamentais dos empreendedores. Identifica-se que o empreendedorismo se tornou uma questão de interesse para estudos acadêmicos, principalmente as pesquisas que consideram as características da conduta empreendedora, habilidades, competências, motivações e intenções, pois o mercado busca profissionais aptos e habilidosos para realizarem suas práticas de forma moderna e sustentável (VASCONCELOS, 2016).



Borges e Fillion (2013), elucidam que as instituições de ensino superior são autênticas estimuladoras do empreendedorismo, especialmente em função do vínculo que é criado entre os alunos, proporcionando conhecimentos sobre tecnologias, mercados, possibilidades e formas de negócio, e a expansão da rede de contatos. Assim, as instituições exercem função primordial para o sucesso de um empreendimento. Nota-se que as instituições de ensino superior proporcionam formas de vivência, conhecimento, e o preparo do indivíduo para desenvolver aptidões e maestria para o empreendedorismo (FILLION, 1999).

Vasconcelos (2016) ainda corrobora e ressalta que as pesquisas acadêmicas têm procurado explorar como se forma a intenção de empreender dos estudantes de ensino superior. Pezzoni (2012) constatou que 6 em cada 10 universitários brasileiros desejam ser donos de empreendimentos. Hecke (2011) em seu estudo com alunos de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) constatou em relação as ações e intenções empreendedoras que a opinião dos colegas e amigos é importante na decisão de empreender.

Dessa forma, tem-se observado um extenso fluxo de pesquisa sobre o tema empreendedorismo, principalmente em países em desenvolvimento. A teoria com o passar dos anos vem ganhando cada vez mais notoriedade no âmbito acadêmico e os estudos se intensificaram nos últimos tempos. No entanto, ainda necessita de pesquisas científicas com relação ao tema, no âmbito acadêmico brasileiro, bem como as questões pertinentes a intenção empreendedora. Dessa forma determina-se a questão central de pesquisa que conduz esta pesquisa: Quais os antecedentes que explicam a intenção empreendedora de jovens universitários do meio oeste catarinense? Assim sendo o objetivo deste estudo é identificar os antecedentes que se relacionam com a intenção



empreendedora de jovens universitários de uma universidade situada no Meio Oeste catarinense.

Para melhor compreensão, o estudo encontra-se dividido, além da introdução, em mais cinco seções. A segunda seção apresenta uma breve descrição sobre os tópicos norteadores do estudo, a próxima seção traz o método utilizado, a quarta seção descreve a apresentação e a discussão dos dados, a quinta seção expõe as considerações finais, e, por fim, seguem as referências utilizadas para o desenvolvimento do estudo.

2 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

O conhecimento é parte fundamental no progresso das capacidades e competências de qualquer pessoa, e colabora também para a evolução de uma sociedade empreendedora (DEGEN, 2009). As instituições de ensino superior são essenciais para criar e aperfeiçoar informações e com isso inserir valores na sociedade que incentivem e formem empreendedores por meio dos métodos educacionais (OLIVEIRA; MELO; MUYLDER, 2016).

Aiub (2002), menciona que o ensino empreendedor é uma das alternativas que pode possibilitar aos alunos o incentivo e o crescimento de suas habilidades e, como resultado, a oportunidade de trabalho próprio. O autor descreve que as causas incentivadoras do empreendedorismo são essenciais para o engrandecimento das relações econômicas. Com isso ocorrem oportunidades de incorporação de novos empreendimentos, desse modo favorecendo a economia um todo.

“Pode-se dizer que o melhor ambiente ‘acadêmico’ do aluno-empendedor é aquele onde se encontram e articulam forças produtivas, econômicas, sociais, políticas. É ali que o aluno vai



desenvolver sua percepção do negócio e aprender com os pares.” (DOLABELA, 1999, p. 102). Lopes (2010) enfatiza o uso de técnicas de educação que consistem em “aprender fazendo,” de modo que os estudantes identifiquem situações que os façam, agir ou pensar de forma diferente, alcançando sucesso desejado.

Verifica-se, que a educação acerca do empreendedorismo está obtendo influências no campo acadêmico, ou seja, metodologias apropriadas ao contexto estão sendo exigidas. Dessa maneira, os currículos necessitam buscar integrar tarefas práticas e não apenas às aulas teóricas, o que afeta a formação da educação empreendedora, com à verdadeira face do mercado competitivo atual (DOLABELA, 1999)

Para Degen (2009, p. 406), “o impacto da atividade empreendedora no crescimento econômico de um país depende da motivação dessa atividade.” O autor ainda demonstra que empreendedores entusiasmados por possibilidades têm um maior impacto sobre o desenvolvimento econômico de um país. Porém existem outras causas que corroboram para a ascensão ou o bloqueio da atividade empreendedora no país, bem como, o ensino e a capacitação da sociedade, a quantidade e a qualidade dos centros de pesquisa e de tecnologia, a disponibilidade de recursos de risco, a complexidade do mercado, infraestrutura adequada e uma legislação que auxilie a ação empreendedora.

2.1 INTENÇÃO EMPREENDEDORA

As pesquisas empíricas sobre intenção empreendedora se expandiram de forma significativa nos últimos tempos (LIÑÁN; FAYOLLE, 2015). A ideia conceitual vem se desenvolvendo há mais de 30 anos, desde as primeiras pesquisas (SHAPERO; SOKOL, 1982), tendo



colaborações benéficas tanto nas áreas da psicologia cognitiva quanto na psicologia social (BANDURA, 1982). Diversas pesquisas e métodos, sobre a intenção e o comportamento empreendedor, foram realizadas (BIRD, 1988; AJZEN, 1991; KRUEGER; CARSRUD, 1993; KRUEGER; BRAZEAL, 1994; DAVIDSSON, 1995) e foi por meio dessas pesquisas que se estabeleceu o conceito da intenção empreendedora, em que essencialmente determina-se a primeira fase de um extenso processo que estimula a conduta empreendedora (KRUEGER; CARSRUD, 1993; SHOOK; PRIEM; MCGEE, 2003).

Para Ajzen (1991, p. 181), “intenções são utilizadas para capturar os fatores motivacionais que influenciam o comportamento e são indicadores de quanto às pessoas estão dispostas a tentar ou a se esforçar para executar o comportamento.” Krueger e Brazeal (1994) corroboram que a intenção de empreender representa na influência entre peculiaridades pessoais de percepções, crenças, valores, e o ambiente. Bird (1988), evidencia que a intenção empreendedora se refere a uma condição de espírito no sentido de direcionar a ação de um indivíduo na pretensão de alcançar um objetivo.

O estudo da intenção empreendedora pode ser reconhecido como auxílio para analisar, as atitudes de um indivíduo em relação a criar o seu próprio empreendimento (DAVIDSSON, 1995).

2.1.1 Antecedentes da intenção empreendedora

De acordo com o modelo da teoria do comportamento planejado, Ajzen (2002) estabelece que as intenções são determinadas por atitude pessoal, normas subjetivas e controle comportamental percebido. A ação da intenção empreendedora é maior na medida em que os três antecedentes são favoráveis ao



comportamento do indivíduo, isto é, e que torna mais propício á sua realização (LIZOTE; VERDINELLI; TERRES, 2017).

As atitudes pessoais são pertinentes às atitudes e crenças em relação a um comportamento, na circunstância do indivíduo sobre se tornar um empreendedor (AJZEN, 2002 apud LIÑÁN; CHEN, 2009; AUTIO et al., 2001 apud LIÑÁN; CHEN, 2009). Em conformidade com a teoria do comportamento planejado atitudes são determinadas por um conjunto de crenças comportamentais que conecta o comportamento (IAKOVLEVA; KOLVEREID; STEPHAN, 2011). Conforme Schlaegel e Koenig (2014), um incremento dessa ação deve afetar positivamente sobre o anseio do indivíduo de efetuar as atitudes relacionados à criação da própria empresa e atingir o objetivo de se transformar em um empreendedor. As pessoas designam empenho e tempo ao empreendedorismo, se captarem que essa ação é positiva e profissionalmente incentivadora, ou se possuem consciência do potencial de comercialização de seus estudos (GOETHNER et al., 2012).

De acordo com o estudo realizado por Ozaralli e Rivenburgh (2016) com estudantes na Turquia e EUA, identificaram que a antecedente atitude pessoal possui alta relação sobre a intenção empreendedora.

Já as normas subjetivas relacionam-se à ideia do indivíduo quanto à pressão social gerada sobre si para que possa ou não realizar o comportamento empreendedor, desse modo a opinião do grupo como amigos, família, colegas de trabalho, influenciam na escolha de se tornar empreendedor (AJZEN, 2002 apud CHEN; LIÑÁN, 2009).

Para Schlaegel e Koenig (2014), as normas subjetivas incluem as possibilidades percebidas de pessoas significativas que influenciam o indivíduo na efetivação do comportamento alvo. Os autores ainda ressaltam que a assimilação de uma pessoa sobre



as perspectivas positivas acerca do início de um empreendimento próprio irá incentiva-lo a formar ideias favoráveis em ligações aos comportamentos fundamentais para atingir o propósito de se transformar em um empreendedor e conseqüentemente as perspectivas negativas formarão uma visão contrária da conveniência desses comportamentos.

Liñán (2008) e Liñán e Chen (2009) identificaram que as normas subjetivas possuem efeito positivo tanto na atitude pessoal quanto no controle comportamental percebido. Vários estudos encontraram um impacto significativo no que tange as normas subjetivas em intenções empreendedoras (KOLVEREID; ISAKSEN, 2006, TKACHEV; KOLVEREID, 1999). Enquanto que outros estudos não corroboram com esses achados (AUTIO et al., 2001; KRUEGER; REILLY; CARSRUD, 2000, LIÑÁN; CHEN, 2009).

E por fim o antecedente sobre a percepção de controle do comportamento percebido que, relaciona-se à própria noção do indivíduo o quanto simples ou complicado demonstrar o comportamento empreendedor (LIÑÁN; CHEN, 2009). Para Iakovleva, Kolvereid e Stephan (2011) está relacionado às crenças de controle do indivíduo em relação ao comportamento em questão. Refere-se a ação percebida em relação a facilidade ou dificuldade de realizar o comportamento (TKACHEV; KOLVEREID, 1999).

Para Liñán e Chen (2009) o controle do comportamento percebido pode ser definido como a percepção da facilidade ou a dificuldade do indivíduo de se tornar um empreendedor. Também pode estar alicerçado nas experiências passadas, dificuldades e obstáculos (VERDINELLI; LIZOTE; CAMOZZATTO, 2017).

Vale ressaltar que o comportamento percebido inclui não apenas o sentimento de ser capaz, mas também a percepção do indivíduo em controlar o próprio comportamento (AJZEN, 2002).



Ajzen e Fishbein (2000, p. 14) defendem “que quanto mais favorável forem às atitudes pessoais e às normas subjetivas com respeito ao comportamento e quanto maior for a percepção de controle comportamental, mais forte será a intenção individual para desempenhar o comportamento em questão.”

Nos estudos realizados por Iakovleva, Kolvereid e Stephan (2011) com a finalidade de mensurar a diferença da intenção empreendedora de estudantes de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, constataram que as atitudes pessoais, as normas subjetivas e o comportamento percebido estão fortemente relacionadas à intenção empreendedora. Os pesquisadores observaram que os estudantes dos países em desenvolvimento possuem intenções empreendedoras mais atuantes do que os estudantes dos países desenvolvidos, os achados confirmam e apoiam o argumento de que as atividades empresariais podem florescer em ambientes mais turbulentos, e que uma combinação de novas oportunidades no mercado, juntamente com a incerteza sobre o futuro é provável devido ao sucesso de startups e sua possível contribuição aos países em desenvolvimento. Dessa forma os resultados apoiam a teoria do comportamento planejado.

Existem inúmeras contribuições acerca dos três antecedentes das intenções empreendedoras, porém são determinados para cada comportamento e situações específicas. (AJZEN, 1991, 2002).

3 MÉTODO

Com o objetivo de identificar os antecedentes que se relacionam com a intenção empreendedora de jovens universitários de uma Universidade situada no Meio Oeste catarinense, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, utilizando-se da



abordagem quantitativa. Para Vergara (1999), a pesquisa descritiva procura determinar relações entre os aspectos e aponta traços de determinado público ou ocorrência, determinando sua estrutura. Em relação à abordagem quantitativa, a mesma é caracterizada pela utilização de métodos de quantificação na coleta de informação, quanto nas análises, o autor ainda afirma que o método quantitativo corresponde a intenção de assegurar as respostas com maior exatidão, e impedir alterações de interpretação e análise, viabilizando uma linha de segurança quanto as interferências (RICHARDSON, 1999).

O universo desta pesquisa foi composto por estudantes da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, de modo específico o campus aproximado de Campos Novos. A Universidade possui uma infraestrutura que soma 12 mil metros quadrados de área construída, que promove a sustentabilidade, a construção de oportunidades e a realização sonhos. Essas questões estão ligadas à missão da Unoesc, fundamentada na educação e no desenvolvimento regional por meio da oferta dos cursos de Administração, Agronomia, Medicina Veterinária e Pedagogia, bem como cursos de extensão e pós-graduação, totalizando 650 alunos aproximadamente (UNOESC, 2018).

Justifica esse universo, “[...] tendo em vista que o estudante universitário representa o melhor potencial empreendedor e que, na universidade, esse potencial empreendedor alcança o ápice, pois a ambiência acadêmica é propícia a criatividade e a geração de novas ideias” (VASCONCELOS, 2016, p. 24). Como o universo da pesquisa é amplo, optou-se por definir uma amostra, de acordo com o cálculo de Richardson (1999). Para Malhotra (2001) uma amostra corresponde a um subgrupo de uma população, ou seja, corresponde a unidades de observação e que possua as mesmas características da população, selecionadas para participação no estudo.



Para esta pesquisa, utilizou-se da amostragem probabilística aleatória simples, pois a mesma fornece estimativas mais precisas da população, possibilitando resultados expressivos, que segundo Gil (2008, p. 91) “consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual.”

Cálculo de Amostragem

Fórmula: $n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot q}{E^2 (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$

$$E^2 (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q$$

Sendo a seguinte legenda: N = 650 (Universo de pesquisa/população); n = Tamanho da amostra; Z = 2 (nível de confiança da amostra); E = 6 (Erro padrão); p = 50 (probabilidade de eventos favoráveis ao evento) q = 50 (probabilidade de eventos desfavoráveis ao evento)

Resolução:

$$n = \frac{650 \cdot 2^2 \cdot 50 \cdot 50}{6^2 (650-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

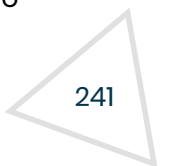
$$6^2 (650-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50$$

$$n = \frac{6.500.000}{33.364}$$

$$33.364$$

$$n = 195$$

Para coletar os dados, utilizou-se uma pesquisa do tipo survey, e como instrumento de coleta de dados fez uso de um questionário. O questionário foi enviado de forma aleatória a 195 universitários da unidade em estudo entre os meses de agosto e setembro do segundo semestre de 2019, por meio da ferramenta de formulários do Google (Google Forms). Vale ressaltar que alguns questionários foram aplicados de forma presencial pela pesquisadora em horário



de aula. Voltaram, devidamente respondidos, 160 questionários, constituindo a amostra final desta pesquisa.

O instrumento de pesquisa foi elaborado por meio de uma escala adaptada de Liñan e Chen (2006, 2009) reunindo 18 variáveis de análise que medem a intenção empreendedora. Optou-se por uma escala de Likert de 7 pontos, variando da discordância total (1) a concordância total (7). No Quadro 1 apresentam-se as variáveis da pesquisa.

Quadro 1 – Instrumento de pesquisa

Fatores	Variáveis
Atitude Pessoal	Por meio de oportunidade e recursos, é possível desenvolver um novo negócio
	Ser empreendedor traria grande satisfação
	Ser empreendedor traria muitas vantagens
	Tenho coragem para assumir riscos
	Tenho planos de introduzir coisas novas na gestão do negócio
Normas Subjetivas	Os amigos aprovam a decisão de começar um negócio
	Os familiares aprovam a decisão de começar um novo negócio
	Meus colegas de trabalho aprovariam minha decisão de começar um novo negócio
Comportamento Percebido	Sou capaz de controlar o processo de criação de um novo negócio
	Conheço todos os detalhes práticos para começar um novo negócio
	Possuo habilidades e competências para começar um negócio próprio
	Confio na minha capacidade de gerenciar o empreendimento
	Acredito que terei sucesso na condução do negócio
Intenção Empreendedora	Estou motivado para iniciar um negócio
	Estou preparado para ser empreendedor

Fatores	Variáveis
	Farei todo o esforço necessário para iniciar um novo negócio
	Estou determinado a criar um negócio inovador no futuro
	Meu objetivo é ser empreendedor

Fonte: adaptado de Chen e Liñan (2006, 2009).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS DADOS

Resgatando o objetivo deste estudo que foi identificar os fatores de influência da intenção empreendedora de jovens universitários do Meio Oeste de Santa de Catarina, decidiu-se por realizar a correlação de Pearson. A correlação de Pearson mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas” (MOORE, 2007). O objetivo da correlação nesta pesquisa visa identificar a relação existente entre fatores da intenção empreendedora propostos no estudo e os seus antecedentes. No Quadro 2 verifica-se, de acordo com Hair et al., (2005), os coeficientes da correlação, analisando a sua força de relação a qual varia de leve a muito forte, a qual fará menção nesta pesquisa.

Quadro 2 – Coeficiente de Correlação

Regras - Valor do Coeficiente de Correlação	
Variação do Coeficiente	Força de Relação
$\pm 0,91 - \pm 1,00$	Muito Forte
$\pm 0,71 - \pm 0,90$	Alta
$\pm 0,41 - \pm 0,70$	Moderada
$\pm 0,21 - \pm 0,40$	Pequena, mas definida
$\pm 0,01 - \pm 0,20$	Leve, quase imperceptível

Fonte: adaptado de Hair et al., (2005).

O Quadro 3 representa a correlação entre a atitude pessoal e a intenção empreendedora, ou seja, a relação existente entre as suas variáveis.

Quadro 3 – Correlação – Atitude pessoal X Intenção empreendedora

		Intenção Empreendedora				
		MOTIVADONEGOCI	PREPARADOEMPR	ESFORCOEMPR	DETERMINANEGOCI	OBJSEREMPREND
Atitude Pessoal	OPORTRECNEGO	0,567	0,586	0,612	0,607	0,587
	EMPSATISFA	0,643	0,646	0,705	0,658	0,646
	EMPVANTAG	0,602	0,581	0,660	0,661	0,655
	CORAGRISCO	0,610	0,572	0,602	0,612	0,597
	COISANOVA	0,701	0,647	0,685	0,718	0,685

Fonte: os autores.

No Quadro 3 é apresentado a relação existente entre a atitude pessoal e a intenção empreendedora. De acordo com Hair et al. (2005), todas as variáveis possuem altas e moderadas relações. Destacando a correlação existente entre as variáveis do fator atitude pessoal “Plano de introduzir coisas novas na gestão de negócios” versus a variável do constructo intenção empreendedora “Estou motivado para iniciar um negócio” apresentando uma relação de 0,701, ou seja, uma alta relação, segundo Hair et al. (2005).

Também destacou a variável da intenção empreendedora “Farei todo o esforço necessário para iniciar um novo negócio” versus a variável do fator atitude pessoal “Ser empreendedor traria grande satisfação”, apresentando um resultado de 0,705. Esta relação também é considerada alta de acordo com Hair et al. (2005).

Os resultados evidenciaram que o fator “atitude pessoal” e o constructo “intenção empreendedora” possuem moderadas e altas relações de acordo com Hair et al. (2005). No estudo de Rodrigues (1972), o autor argumenta que as atitudes envolvem o que as pessoas pensam, sentem, e como elas gostariam de se comportar em relação a um objeto atitudinal.

No Quadro 4, estão dispostos os resultados da relação existente entre o fator “normas subjetivas” e o constructo “intenção empreendedora”.

Quadro 4 – Correlação – Normas subjetivas X intenção empreendedora

		Intenção Empreendedora				
		MOTIVADONEGOCI	PREPARADOEMPR	ESFORCOEMPR	DETERMINANEGOCI	OBJUSEREMPREND
	AMIGOAPROV	0,580	0,558	0,590	0,622	0,596
Normas	FAMILIAAPROVA	0,606	0,587	0,626	0,613	0,648
Subjetivas	COLEGATRABAPROV	0,205	0,275	0,171	0,214	0,167

Fonte: os autores.

De acordo com os resultados do Quadro 4, percebeu-se, que não houve altas relações, mas identificou-se relações que são consideradas moderadas. O resultado mais perceptível se encontra entre a variável do fator normas subjetivas “Os familiares aprovam a decisão de começar um novo negócio” versus a variável do constructo intenção empreendedora “Meu objetivo é ser empreendedor” com resultado de 0,648, apresentando uma relação moderada.

Também vale ressaltar as baixas relações evidentes, que para Hair et al. (2005) são consideradas pequena, mas definida, e também as relações que são consideradas leve, quase imperceptível, como

no caso da variável “Meus colegas de trabalho aprovariam minha decisão de começar um novo negócio” versus “Meu objetivo é ser empreendedor”, com valor de 0,167. Ou seja, ficou evidente as baixas relações em relação à variável “Meus colegas de trabalho aprovariam minha decisão de começar um novo negócio” com todas as variáveis do constructo intenção empreendedora, que para que para Hair et al. (2005), são consideradas pequenas e baixas relações.

Desse modo, consta neste estudo, que não existe relações na intenção de empreender com a aprovação dos colegas de trabalho, corroborando com os achados de Verdinelli, Lizote e Camozzatto (2017) que relatam em seus estudos que além da baixa significância estatística, os jovens não estão dispostos ao julgamento da sociedade ou grupo de referência. Nos estudos de Liñán e Chen (2009) destacam com estudantes em Universidades, as normas subjetivas não contribuem de forma efetiva para a intenção empreendedora.

E por fim o Quadro 5 apresenta os resultados do fator comportamento percebido com o constructo “intenção empreendedora.”

Quadro 5 – Correlação – Comportamento Percebido X Intenção empreendedora

		– Intenção Empreendedora				
		MOTIVADONEGOCI	PREPARADOEMPR	ESFORCOEMPR	DETERMINANEGOCI	OBJSEREMPREND
	CONTROLEPROC	0,604	0,631	0,524	0,586	0,543
Comportamento	CONHENEGOCIO	0,698	0,735	0,627	0,672	0,646
Percebido	HABCOMPNEGOCIO	0,731	0,770	0,667	0,659	0,632
	CONFIOCAPACIDA	0,755	0,760	0,696	0,738	0,698
	SUCESSONEGO	0,744	0,760	0,732	0,759	0,709

Fonte: os autores.



Constatou-se de acordo com o Quadro 5, relações altas e moderadas, em todas as variáveis, segundo Hair et al. (2005), para o fator Comportamento Percebido e o constructo Intenção empreendedora. A variável do comportamento percebido “Possuo habilidades e competências para começar um negócio próprio” com a variável do fator intenção empreendedora “Estou preparado para ser empreendedor”, obteve um resultado de 0,770 ou seja, uma alta relação.

Linán (2008) mostra que há uma ligação óbvia entre controle comportamental percebido e competências e que os indivíduos que possuem um maior nível de certas competências empreendedoras estarão mais propensos a criar uma empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar os antecedentes que se relacionam com a intenção empreendedora de jovens universitários de uma universidade situada no Meio Oeste Catarinense. Por meio de um estudo quantitativo, foi realizada uma correlação de Pearson para identificar a existência de relações no que tange os antecedentes da intenção empreendedora, com os fatores atitude pessoal, normas subjetivas, controle comportamental percebido, e com o próprio constructo da intenção empreendedora.

Os resultados evidenciaram que o fator “atitude pessoal” e o constructo “intenção empreendedora” possuem moderadas e altas relações em todas as variáveis testadas.

Sobre o fator normas subjetivas, percebeu-se, que houve moderadas relações, no que tange a aprovação dos amigos para começar um negócio e também na variável os familiares aprovam a decisão de começar um novo negócio. O resultado mais perceptível



se encontra entre a variável do fator normas subjetivas “Os familiares aprovam a decisão de começar um novo negócio” versus a variável do constructo intenção empreendedora “Meu objetivo é ser empreendedor” com resultado de 0,648, apresentando uma relação moderada. Contudo vale ressaltar as baixas relações evidentes, em relação à variável “Meus colegas de trabalho aprovariam minha decisão de começar um novo negócio” com todas as variáveis do constructo intenção empreendedora. Desse modo, constata que não existe relação entre a intenção de empreender com a aprovação dos colegas de trabalho.

Já no caso do fator controle do comportamento percebido identificou-se relações altas e moderadas, em todas as variáveis. De acordo com os resultados da correlação existe relação entre o controle do comportamento percebido e as competências do indivíduo no sentido de empreender.

Assim, neste estudo, a intenção empreendedora está relacionada com os antecedentes da atitude pessoal, comportamento percebido, e também do fator normas subjetivas. Contudo, vale enfatizar que no caso do fator normas subjetivas, a variável que trata da aprovação dos colegas de trabalho não apresentou relação com a intenção empreendedora, demonstrando que não há preocupação com os alunos de graduação com o julgamento em relação a sociedade, bem como os grupos de referências no que diz respeito ao processo empreendedor.

Como limitação, destaca-se que os resultados são restritos a um determinado grupo, e sua aplicação para um número maior de participantes poderá modificar o resultado da pesquisa. Dessa forma sugere-se pesquisas futuras para dar continuidade ao estudo, mas não apenas limitados a estudantes de graduação e sim a estudantes de pós-graduação.



REFERÊNCIAS

AIUB, G. W. **Inteligência Empreendedora:** uma Proposta para a Capacitação de Multiplicadores da Cultura Empreendedora. 2002. 107 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. **European Review of Social Psychology**, New York, p. 133, 2000.

AJZEN, I. Perceived behavioural control, self-efficacy, locus of control, and the Theory of Planned Behaviour. **Journal of Applied Social Psychology**, Massachusetts, v. 32, n. 4, p. 665-83, 2002.

AJZEN, I. **The Theory of Planned Behavior.** Organizational Behavior and Human Decision Processes, Massachusetts, 1991, p. 179-211

BANDURA, A. Self-efficacy mechanism in human agency. **American Psychologist**, Palo Alto, v. 37, n. 2, p. 122-147, 1982.

BIRD, B. Implementing Entrepreneurial Ideas: The Case for Intention. **Academy of Management Review**, Massachusetts, v. 13, n. 3, p. 442-453, 1988.

BORGES, C.; FILION, L. J.; SIMARD, G. Criação de Empresas: Um processo mais rápido e fácil resulta em empresas de melhor desempenho? **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 15, n. 35, 2013.

CAMARGO, S. H. C. R. V.; FARAH, O. E. **Gestão empreendedora e intraempreendedora:** estudos de casos brasileiros. Ribeirão Preto: Villimpress, 2010.

DAVIDSSON, P. Determinants of entrepreneurial intentions. *In*: CONFERÊNCIA RENT. **Proceedings...** Piacenza: Itália, 1995.



BORBA, M. L. de; HOELTGEBAUM, M.; SILVEIRA, A. A produção científica em Empreendedorismo: análise do *Academy of Management Meeting*: 1954-2005. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 2, art. 54, p. 169-206, 2011.

DEGEN, R. J. **O Empreendedor**: Empreender como opção de carreira. São Paulo: 57 Pearson Prentice-Hall, 2009.

DIAS, T. R. F. V.; SOUZA NETO, S. P.; BOAS, A. A. V. **Características Comportamentais Empreendedoras Relevantes**: Estudo de Caso dos Ganhadores do Prêmio Top Empresarial 2007. Recife, 2010.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

ESCOBAR, M. A. R., LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A. Relação entre orientação empreendedora, capacidade de inovação e munificência ambiental em agências de viagens. **Turismo-Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 14, n. 2, p. 269-286, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOETHNER, M. *et al.* Scientists' transition to academic entrepreneurship: economic and psychological determinants. **Journal of Economic Psychology**, Odense, v. 33, n. 3, p. 628-641, 2012.

HAIR, J. F. *et al.* **Fundamentos métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HECKE, A. P. **A Intenção Empreendedora dos Alunos Concluintes dos cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino de Curitiba - PR**. 2011. 83 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

IAKOVLEVA, T.; KOLVEREID, L.; STEPHAN, U. Entrepreneurial intentions in developing and developed countries. **Education and Training**, Sheffield v. 53, n. 5, p. 353-370, 2011.



KOLVEREID, L.; ISAKSEN, E. New business start-up and subsequent entry into self-employment. **Journal of Business Venturing**, Bodo, v. 21, n. 6, p. 866-85, 2006.

KRUEGER, N. F.; BRAZEAL, D. V. Entrepreneurial potential and potential entrepreneurs. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Waco, v. 18, n. 3, p. 91-104. 1994.

KRUEGER, N. F.; CARSRUD, A. L. Entrepreneurial intentions: Applying the theory of planned behaviour. **Entrepreneurship & Regional Development**, Los Angeles, v. 5, n. 3, p. 315-330. 1993.

KRUEGER, N. F.; REILLY, M. D.; CARSRUD, A. L. Competing models of entrepreneurial intentions. **Journal of Business Venturing**, Orford, v. 15, n. 5-6, p. 411-32, 2000.

LIÑÁN, F.; FAYOLLE, A. A systematic literature review on entrepreneurial intentions: citation, thematic analyses, and research agenda. **International Entrepreneurship and Management Journal**, New York, v. 11, n. 4, p. 907-933, 2015.

LIÑÁN, F.; CHEN, Y. Development and cross-cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Sevilla, v. 33, n. 3, p. 593-617, 2009.

LIÑÁN, F.; CHEN, Y. **Testing the entrepreneurial intention model on a twocountry sample**. 2006. Disponível em: <http://www.uab.cat/servlet/BIobserver?blobtable=Document&blobcol=urldocument&blobheader=application/pdf&blobk=id&blobwhere=1345650548706&blobno-cache=true>. Acesso em: 15 maio 2019.

LIÑÁN, F. Skill and value perceptions: how do they affect entrepreneurial intentions? **International Entrepreneurship and Management Journal**, Sevilla, v. 4, n. 3, p. 257-272, 2008.



LIZOTE, S., VERDINELLI, M., TERRES, J. **Medidas Perceptivas de auto eficácia e intenção empreendedora**: uma análise do seu uso com estudantes de ciências contábeis. Congresso Latino-Americano de Administração, jun. 2017.

LOPES, R. M. A. Referenciais para a educação empreendedora. *In*: LOPES, R. M. A. (Org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier: São Paulo: SEBRAE, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOORE, D. S. **The Basic Practice of Statistics**. Nova Iorque: Freeman, 2007.

OLIVEIRA, A. G. M.; MELO, M. C. O. L.; MUYLDER, C. F. Educação empreendedora: o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de ensino superior. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 29-56, 2016.

OZARALLI, N.; RIVENBURGH, N. K. Intenção empreendedora: antecedentes de comportamento empresarial nos EUA e Turquia. **Journal Of Global Entrepreneurship Research**. Istanbul, p. 2-32, 26 jan. 2016. Disponível em: <https://journal-jger.springeropen.com/articles?tab=keyword&search-Type=journalSearch&sort=PubDate&page=3>. Acesso em: 29 maio 2019.

PASTRO, I. Entrepreneur: habilidade de criar e inovar. *In*: EGEPE – Encontro de Estudos de Empreendedorismo e Gestão das PMEs, 2, Londrina, PR, 2001. **Anais [...]** Paraná: EGEPE, 2001, p. 128-141.

PEZZONI, C. E. **Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras**. 2012. Disponível em: <https://endeavor.org.br/o-futuro-da-educacao-empreendedora/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. **Psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.



SCHLAEGEL, C., & KOENIG, M. **Determinants of entrepreneurial intent: A meta-analytic test and integration of competing models.** *Entrepreneurship Theory and Practice*, 38(2), 291-332. doi: 10.1111/etap.12087, 2014.

SHAPERO, A.; L. SOKOL **The Social Dimensions of Entrepreneurship.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, p. 72-90, 1982.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. **Academy of Management Review**, Charlottesville, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SHOOK, C. L.; PRIEM, R. L.; MCGEE, J. E. Venture creation and the enterprising individual: A review and synthesis, **Journal of Management**, Arlington, v. 29, n. 3, p. 79-399, 2003.

TKACHEV, A.; KOLVEREID, L. Self-employment among Russian students. **Entrepreneurship and Regional Development**, Bodo, v. 11, n. 3, p. 269-80, 1999.

UNOESC. **Conheça nossos Campi.** 2018. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/unoesc/conheca-unoesc-single/campos-novos>. Acesso em: 15 maio 2019.

VASCONCELOS, V. N. S. A. **Intenção Empreendedora de Estudantes Universitários: Estudo Sob a Perspectiva da Teoria Sócio Cognitiva do Desenvolvimento de Carreira.** 2016. 121 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

VERDINELLI, M. A., LIZOTE, S. A.; CAMOZZATTO, E. Relações do estilo cognitivo com a intenção empreendedora dos estudantes de administração. *In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Anais [...]*, Mar del Plata, 2017.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Atlas, 1999.





ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PARA POPULAÇÃO LGBT

Emelaine da Silva Oliveira¹
Maria Carolina Pimentel²
Camília Susana Faler³

RESUMO

As políticas públicas são inerentes à população que está inserida na sociedade brasileira, sendo esta de inteira responsabilidade dos órgãos estatais e de toda a comunidade, que tem por finalidade a proteção e a cidadania dos povos. Neste contexto, o presente estudo visa compreender as políticas públicas de segurança voltada à população LGBT+ brasileira, bem como analisar os direitos que são instituídos a eles, e quais são as dificuldades encontradas para a instauração de políticas públicas eficazes de segurança. Busca apresentar o histórico das políticas públicas de segurança no Brasil a população LGBT+, tal qual aquelas que abrangem essa população. Visa investigar os direitos conquistados por eles na Constituição, e o trabalho que está sendo efetuado pelos órgãos para a promoção da segurança desses sujeitos, visto que o Brasil é o país que mais tem homicídios dos povos LGBT+ no mundo. Trata-se de uma estudo básico que pela análise se verificou que estão sendo implantadas políticas de segurança para estes, no entanto há ainda muito preconceitos, que por consequência leva aos constrangimentos que os impedem procurar serviços como no âmbito da saúde.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Segurança, População LGBT+.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Xanxerê; eme.oliveira33@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Xanxerê; m_ariacarolina@hotmail.com

³ Doutora e Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; camilia.faler@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados na Constituição e dela fazem parte conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para os grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas afetam os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. Neste sentido, a população LGBT, por vivenciar discriminação, violência, intolerância, preconceito e assim ter seus direitos violados, necessita de políticas públicas específicas a fim de melhorar a qualidade de vida dessa população marginalizada.

Dessa forma, este trabalho pretende, por meio de uma análise bibliográfica, compreender melhor o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à população LGBT, desde os motivos históricos da necessidade da proteção estatal até o alcance dessas ações no contexto da discriminação no ambiente social na qual à contribuição na formação do psicólogo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA NO BRASIL

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos da América (EUA), rompendo os estágios seguidos pela tradição europeia de pesquisas e estudos neste âmbito, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Porém,



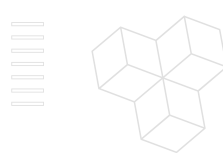
na área do governo propriamente dito, a inserção da política pública como instrumento das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de confrontar suas consequências (SOUZA, 2006).

No caso brasileiro, logo após o término do período correspondente à Ditadura Militar, se decretou a Constituição de 1988. Em seu artigo 144, determina que a Segurança Pública que é dever do Estado, bem como o direito e responsabilidade de todos, estabelecida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do patrimônio, por meio de órgãos como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (FREIRE, 2009).

Em concordância com a complexidade de princípios que sustentam o conceito de segurança pública, salienta-se que o aspecto da responsabilidade distribuída pelo Estado e pelos cidadãos na efetivação de políticas nesta área: A Constituição Federal de 1988, estabeleceu o direito à segurança como um dos direitos individuais fundamentais, definido no caput do Art. 5º, também como direito social, elencado no caput do Art. 6º, em que traz um capítulo intitulado Da Segurança Pública, composto pelo Art. 144, que prevê: a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009).

Em vista disso, dentre as problemáticas sociais que afligem a população brasileira, a violência é um dos mais elevados e, por esta razão, a exigência de políticas públicas de segurança está nas prioridades das demandas do movimento social. A base mais sólida desta reivindicação é a própria Constituição Federal, que determina





a segurança como um dos direitos individuais fundamentais e também como direito social, definindo no artigo 144 (BRASIL, 1989).

2.1 POPULAÇÃO LGBT

Se a população brasileira como um todo está exposta à violência, essa situação se intensifica significativamente quando se menciona a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) (BRASIL, 2010). Quando se fala sobre LGBTfobia no Brasil, ainda que preocupantes os dados, as taxas de violências sofridas por este grupo social é ainda mais elevados, e, na maioria das vezes os governos ignoram esses crimes. As referências estatísticas que geralmente são publicadas são provenientes de pesquisas voluntárias, realizada em sua maioria por ONGs, o que prejudica a criação de políticas públicas mais eficazes para proteção LGBTI+ (SOUSA, 2019).

De acordo com dados divulgados pela ONG Europe Transgender em 2018, o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os países que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, superando até mesmo países onde a homossexualidade é julgada como crime. Apenas no ano de 2017 um LGBTI+ foi assassinado a cada 19 horas. Dados atualizados do Grupo Gay do Brasil (GGB) atestam 1608 casos de homossexuais, lésbicas e transgêneros assassinados em crimes homofóbicos, entre os anos de 2001 e 2010, além de reconhecerem o Brasil como “campeão mundial em assassinatos” da população LGBT. A região Nordeste é considerada a região com o índice mais elevado de violência realizada contra o grupo, sendo responsável por 43 % dos assassinatos (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018).

Já as informações atuais verificadas pelo Grupo Gay da Bahia, uma pessoa LGBTI+ foi morta por crime de ódio a cada 20 horas em





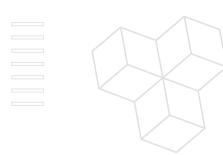
2018, com uma baixa redução de 6%, já que em 2017, esse número havia sido maior, sendo uma pessoa assassinada a cada 19 horas. No ano de 2018, de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia, foram assassinadas 28 transexuais nos Estados Unidos, visto que no Brasil o número foi de 164 transexuais mortas, apontando que no Brasil as chances de um ou uma transexual ser morta é 9 vezes maior que nos Estados Unidos. O relatório mostrou que, entre os anos de 2000 e 2018 ocorreu um aumento de quase 30% de assassinatos LGBTI+ no Brasil (SOUSA, 2019).

Perante todas essas estatísticas, a base legislativa descrita por uma forte bancada religiosa, ainda considera não ser necessário a elaboração de uma lei exclusiva para cuidar dos casos de violência contra a população LGBTI+ do país, diferencialmente de como existem leis específicas para tratar dos casos de discriminação por cor, religião, raça e até mesmo a discriminação sofrida pelo gênero feminino com relação ao masculino. Dessa maneira, os preconceituosos não se sentem ameaçados pela punição, pelo fato da discriminação por orientação sexual ter um acobertamento por grande parte de políticos e autoridades homotransfóbicas (SOUSA, 2019).

Desse modo, pode-se identificar uma omissão quando se trata da criminalização da LGBTFobia, privando os LGBTI+ de seus direitos como forma opressora, a contar com o não reconhecimento desses como partes integrantes da sociedade, de mostrar a insatisfação de uma maioria que não tolera as diferenças, ignorando seu direito à vida e à dignidade, conforme garante nossa Constituição (SOUSA, 2019).

Por outro lado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a igualdade em dignidade e direitos como inerente a todos os seres humanos. A Constituição Federal de 1988, consigna





o princípio da igualdade ou da não discriminação, em seu artigo 5º, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” No entanto, na prática a lei é falha e impõe a população LGBT muitas barreiras e dificuldades para conseguirem seus direitos como cidadãos.

Com a negação de cidadania para essa determinada parte da população muitos são os problemas enfrentados cotidianamente, como preconceito, discriminação, violência e intolerância. Por isso, debater a questão dos direitos e políticas públicas para a população LGBT, não é tarefa simples, visto que implica em mudanças de costumes, moral e padrões sexuais estipulados e enraizados historicamente na sociedade brasileira (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

A cultura da sociedade cria padrões rígidos de comportamento conforme o sexo biológico de cada pessoa. A heterossexualidade e as normas de gênero foram, historicamente, naturalizadas como as únicas expressões legítimas de ser e se colocar no mundo como homem e mulher. Por isso, a população LGBT é discriminada, tratada de maneira diferente e excluída, sendo alvo de diversas violências, o que lhes causa muita dor e sofrimento. Dessa maneira, se faz necessário criar políticas públicas voltadas especialmente para essa população (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012).

Neste sentido, o que se procura com a criação de políticas públicas é justamente que o direito fundamental de igualdade seja cumprido, isto é, o direito de que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades, pois as pessoas LGBTs são constantemente discriminadas apenas por ser quem são, elas se tornam marginalizadas e, por isso, necessitam de políticas públicas que corrijam esta desigualdade, onde proporcionem o cumprimento





de todos os direitos fundamentais aos quais elas têm direito, como qualquer outro cidadão. (TEIXEIRA, 2002).

Desse modo, a violação de direitos humanos devido à orientação sexual e identidade de gênero institui um padrão em todo o mundo, incluindo distintas formas de abusos e discriminações, como tortura, maus tratos, estupro, agressões sexuais, invasão de privacidade, negação de oportunidades de educação, emprego e sérias discriminações em relação ao desfrute dos outros direitos humanos (BRASIL, 2004).

Assim, em um contexto de enfrentamento do preconceito e da discriminação, surgem os movimentos sociais coordenados por esta população e grupos relacionados, hoje reconhecidos como Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) Brasileiro. A realização desse movimento visa um conjunto de reivindicações, como: a livre expressão de sua orientação sexual, a mudança do nome em documentos de identidade, o acesso a políticas de saúde e a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito (CARRARA, 2010).

Desde então, se percebem avanços primordiais no âmbito brasileiro, mesmo como Programa Brasil Sem Homofobia e a Política de Assistência Integral à Saúde da População LGBT. Ainda se observa no Brasil e no mundo, a provação encontrada pela população LGBT perante as distintas formas de violência e das discriminações experienciadas em consequências da livre orientação sexual. Além disso, o ingresso do grupo LGBT à saúde é notado por muitos impasses, como atendimento discriminatório por parte dos profissionais nas unidades, constrangimentos, condutas inadequadas, implicações preconceituosas ou mesmo injúrias verbais expressadas pelos profissionais (GUTIERREZ, 2007; HECK; RANDALL, 2006).



Por consequência disso, a demasiada resistência à procura dos serviços de saúde, pois fica esclarecido o contexto discriminatório existente, organizado em função de uma suposta heterossexualidade, da ausência de qualificação e do preconceito dos profissionais de saúde para atender a essa demanda (BARBOSA; FACCHINI, 2009). Os autores acrescentam que o grupo teme expor a sua orientação sexual nos serviços de saúde, visualizando o impacto negativo que isso trará à qualidade da assistência.

Para esclarecer a marginalização desta parcela da população e a ineficiência das políticas públicas, vários travestis e transexuais declaram que se sentem tão constrangidos quando fazem uso de banheiros públicos, vários deles também evitam buscar serviços ofertados pelo SUS devido à falta de respeito que acontece em relação ao nome social escolhido por eles. Além disso, outra situação que evidencia a separação da população transexual é que os transexuais masculinos e femininos muitas vezes fazem uso de forma indiscriminada e sem a orientação correta de hormônios, resultando em grandes implicações à sua saúde (CAMPOS; ALVES, 2015).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA E A POPULAÇÃO LGBT

Os direitos LGBTI+ passaram a ser reconhecidos como direitos humanos a partir de 1994, com o caso Nicholas Toonen que prestou queixa contra as leis que criminalizam a prática sexual privada entre pessoas do mesmo sexo como violação ao direito à privacidade, se dirigindo ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde estabeleceu que leis que violem os direitos LGBTI+ violam os direitos humanos. (SOUSA, 2019).

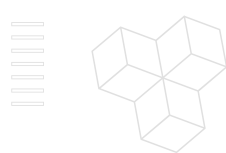


No Brasil, o primeiro marco referente à elaboração de políticas públicas foi o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), divulgado em 2002 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A primeira versão do PNDH, aprovada em 1996, já planejava ceder aos direitos humanos o estatuto de política pública, seguindo recomendação aprovada na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, mas não fazia nenhuma menção à população LGBT. Já na apresentação à segunda versão do PNDH, o mencionado Presidente diz que os “direitos dos homossexuais” passaram a compor a pauta das políticas públicas do Governo Federal (MELLO et al., 2012).

Segundo Melo, Brito e Maroja, em 1996, a frente prioritária de atuação do movimento LGBT estava no poder Legislativo e existia muita resistência por parte dos parlamentares, pois eram relacionados a grupos religiosos. Talvez essa seja a principal razão para o movimento organizado ter voltado seu foco de atuação para o Poder Executivo, se deparando com o acolhimento do Governo Lula que, de 2004 em diante, começou a assegurar direitos diversos como:

- a) Criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004;
- b) Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, aprovada por meio da Portaria n. 675, de 30 de março de 2006;
- c) Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008;





- d) Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH-LGBT, 2009;
- e) Publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3, 2009;
- f) Criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da secretaria de Direitos Humanos, 2010;
- g) Implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Neste contexto, a partir de 2001, com a formação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), associado ao Ministério da Justiça, as ações dos grupos de ativismo LGBT, no Brasil, começaram, também, a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e dos direitos humanos, muito além do círculo de prevenção da epidemia de HIV/ Aids e de suporte as suas vítimas, que já vinham aparecendo desde meados da década de 1980 (MELO et al., 2012). Nesse âmbito, Lionço (2008) acrescenta que o Brasil Sem Homofobia simboliza uma vitória da sociedade brasileira, decorrente de mais de duas décadas de mobilização social. O programa aponta propostas intersetoriais, englobando ações nos setores Saúde, Cultura, Educação, Trabalho e Segurança Pública.

Melo et al. (2011) salientam uma limitação importante para a efetivação dos programas e políticas LGBT: a escassez de previsão orçamentária para a realização das ações previstas nos planos, e complementam certificando a ausência e, até mesmo, a falta de recursos revelam as ações como difíceis de serem realizadas.





Logo, se percebe que, apesar das políticas e os programas LGBT apontarem boas perspectivas, a manifestação das propostas e ações realizadas ainda é desbravadora e desafiadora. Melo et al. (2011) confirmam essa ideia, ao alegarem que, apesar da existência de inúmeros programas, projetos e outros compromissos do Governo Federal, inerentes ao tema da população LGBT, o que se pode apurar é que ainda existem vários empecilhos no tocante à concretização das propostas do governo.

Existem poucas políticas públicas para os LGBTs, sendo esta uma das razões que originam sua marginalização na sociedade, fazendo com que frequentemente reste ao judiciário zelar os direitos desta parcela da população, o que muitas vezes também não é possível. Neste sentido, o movimento LGBT deve continuar lutando por progressos nas políticas públicas, bem como, para a sua cidadania. (SOUZA, 2015).

Sendo assim, é imprescindível que as leis brasileiras estejam em constante adequação para proteger a população e certificar os direitos de cada indivíduo assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e vários outros acordos internacionais assinados pelo país, que além de parcerias internacionais, são direitos essenciais resguardados pela nossa Constituição como o direito à vida, liberdade, igualdade e segurança (BRASIL, 1988).

3 CONCLUSÃO

A construção deste estudo possibilitou que o conhecimento de áreas e conteúdo específicos, dentro do universo da Psicologia, fossem ampliados. Esta pesquisa se propôs, por meio de uma análise bibliográfica, conhecer as políticas públicas voltadas para à população LGBT. Para isso, investigou-se fatores



relacionados a necessidade da proteção estatal por parte desta população e buscou-se compreender a importância dessas ações no contexto social.

Ao passo que surgem as buscas pelos direitos de cidadania, fica evidente que, no Brasil, ainda que surjam ações para a promoção de segurança dessa população, pouco está sendo feito para a diminuição da violência com este público, visto que as taxas de mortalidade se elevam a cada ano, assim é primordial fomentar o desenvolvimento de políticas públicas eficazes direcionadas a essa categoria. Desse modo, também é necessário que os profissionais de todas as áreas desenvolvam maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBT, para a qualificação dos serviços prestados por diversas áreas, assim ofertando um serviço de qualidade a essas pessoas, os garantindo um atendimento digno e sem constrangimentos.

Sendo assim, é essencial que as leis brasileiras estejam em constante adaptação para proteger a população e assegurar os direitos de cada indivíduo garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Constituição Brasileira, assim resguardando os direitos primordiais do ser humano, como o direito à vida, liberdade, igualdade e segurança.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. M., FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil.

Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, s. 2, p. 291-300, 2009.

BRASIL. Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, 2, 15 a 18 dez. 2011, Brasília, DF. **Anais** [...], Brasília, DF, 2011.



BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CAMPOS, J. L.; ALVES, J. L. da S. A Invisibilidade da Saúde da População LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde. *In*: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas, São Luís, v. 25, 2015. **Anais** [...], São Luís, 2015.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 5, p. 131-147, 2010.

FREIRE, M. D. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Aurora**, Marília, a. III, n. 5, dez. 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTI+ no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

GUTIÉRREZ, N. I. M. Situación de salud sexual y reproductiva, hombres y mujeres homosexuales hospital Maria Auxiliadora. **Revista Peruana de Obstetricia y Enfermería**, Lima, v. 3, n. 1, p. 02-16, 2007.

HECK, J.; RANDALL, V.; GORIN, S. S. Health care access among individuals involved in same-sex relationships. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 96, n. 6, p. 1111-1118, 2006.

LIONÇO, T. Que Direito à Saúde para a População LGBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008.

MELLO L. *et al.* Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, maio 2012.





MELLO, L.; AVELAR, R. B. de; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitos-humanos/declaracao/>. Acesso em: 8 set. 2020.

SOUZA, C. C. Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político. *In*: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas, São Luís, v. 25, 2015. **Anais [...]**, São Luís, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.





PAPÉIS DE GÊNERO E TRABALHO: UMA VISÃO ACADÊMICA

Viridiane Klabunde Carabagialle¹

Fábio Augusto Lise²

RESUMO

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa Educação, Diversidade e Inclusão Social do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC) da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Com este estudo buscou-se compreender o impacto do conceito dos papéis de gênero na vida profissional de professoras universitárias. A amostra se constituiu de 11 mulheres professoras universitárias. Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário on-line que posteriormente foi analisado quantitativa e qualitativamente. Concluiu-se que os papéis sociais de gênero influenciam o trabalho que as professoras realizam; contudo, nem todas as participantes demonstraram perceber o impacto no seu dia a dia. Ainda, cabe evidenciar que o trabalho exercido por mulheres é correlacionado à função materna, pois elas mesmas e seus superiores ainda relacionam suas imagens a posições de cuidado.

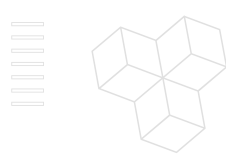
Palavras-chave: Papéis de gênero. Trabalho. Professoras universitárias.

1 INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade é possível perceber grandes diferenças nos papéis sociais, ou seja, formas de se portar e se manifestar socialmente entre homens e mulheres. Porém,

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; viridiane.carabagialle@unoesc.edu.br

² Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Rio do Sinos; Psicólogo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; fabio.lise@unoesc.edu.br



esses papéis não são naturais ou biologicamente determinados, são construções sociais, as quais recebem o nome de “gênero”. As questões de gênero permeiam a nossa sociedade há séculos, e um dos principais pontos para a construção de papéis de gênero foram as Revoluções Burguesas, que acabaram limitando os indivíduos aos seus afazeres de acordo com o seu sexo biológico. Mulheres ficaram responsáveis pelo cuidado materno e domiciliar, enquanto os homens continham a voz para a tomada de decisões que norteavam a sociedade daquela época. Assim, com o passar do tempo, as atividades organizacionais foram classificadas de acordo com o sexo, masculino ou feminino, da pessoa, pois se pensava que homens tinham mais qualidades do que mulheres.

Neste momento histórico entende-se que o gênero não pode ser limitado, muito menos ao sexo da pessoa, já que é uma identidade que se constrói ao longo do tempo por cada sujeito por meio de interações sociais. Assim, surgem as identidades de gênero, que consistem na identificação particular que cada pessoa tem sobre sua posição social. Mediante esse posicionamento, criam-se, então, os chamados papéis sociais, que categorizam o que cada sujeito pode realizar de acordo com o seu sexo.

Atualmente, os papéis de gênero ainda estão muito presentes no contexto social e influenciam comportamentos, pensamentos, cargos de trabalho e, até mesmo, vestimentas. No entanto, para estudar um tema tão complexo este deve ser delimitado. Por esse motivo, optou-se por realizar a pesquisa com professoras universitárias, sendo que o problema de pesquisa foi o seguinte: como o conceito de papel social de gênero é compreendido por professoras universitárias e o quanto isso influencia em suas vidas profissionais?





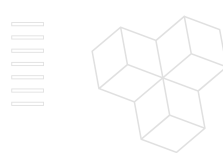
A importância de estudar tal tema delimitado a essas participantes deve-se ao fato de que a inserção de mulheres no mercado de trabalho é recente, e ainda há uma exigência de que mulheres cumpram com um papel ideal de mãe, esposa e dona de casa. Além disso, entende-se também que a professora repassa muito de quem ela é enquanto sujeito para seus estudantes. Dessa forma, analisar a compreensão de mulheres docentes diante de seus papéis de gênero torna-se importante, pois esse entendimento pode influenciar diretamente a formação e a identificação subjetiva.

3 MÉTODO

Para a realização da presente pesquisa, empregou-se o método quantitativo, o qual é uma ferramenta que “[...] lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados” (BAUER; GASKEL, 2017, p. 26), e qualitativo explicativo, que, segundo Lehfeld (1991), constitui-se como um movimento aproximações sucessivas da realidade, buscando entendê-la e também problematizá-la. Ainda, conforme afirma Gil (2008), a pesquisa explicativa busca aprofundar o conhecimento acerca da realidade e compreender o porquê dos fenômenos psicológicos sociais.

A metodologia de coleta de dados caracterizou-se como pesquisa de levantamento, que ocorre quando “se solicita informações a um grupo de pessoas referente ao problema estudado onde posteriormente se faz a análise dos dados obtidos.” (GIL, 2002, p. 43). Assim, as coletas de informações foram realizadas por meio de questionário eletrônico, que “[...] não é apenas um formulário, ou um conjunto de questões listadas sem muita reflexão.





O questionário é um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa.” (ROESCH, 2007, p.143). O questionário visou coletar respostas de professoras universitárias que trabalham na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Ele foi enviado para todos os campi da Instituição via e-mail. Apesar disso, mesmo a universidade contando com 900 docentes mulheres somente 11 responderam ao questionário.

Destas 11 mulheres, apenas sete participaram do estudo, pois, para serem incluídas na amostra as participantes deveriam atender aos seguintes critérios: estarem atuando como professoras universitárias no mínimo por um ano, na faixa etária de 20 a 40 anos e não trabalharem os conceitos de gênero em suas aulas. Dessa forma, excluíram-se dos estudos as participantes que não atenderam a esses critérios de inclusão.

O questionário continha 12 perguntas fechadas e duas perguntas abertas. Das 12 perguntas fechadas, nove possibilitaram que as participantes assinalassem mais de uma opção de resposta. Para realizar a análise das perguntas fechadas, utilizaram-se as categorizações e os gráficos construídos pelo próprio programa de questionário eletrônico. Já, para realizar o diagnóstico dos dados das perguntas abertas, utilizou-se a análise de conteúdo, uma metodologia que auxilia a descrever e interpretar, possibilitando uma compreensão de significados que ultrapassa uma leitura comum (MORAES, 1999).

O projeto desta pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unoesc, tendo parecer favorável à sua realização. As participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e seus nomes e informações foram substituídos por nomes fictícios ou omissões.





4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 TEMÁTICA DE GÊNERO E DOCÊNCIA

A discussão da temática de gênero no âmbito acadêmico acontece desde a década de 1970, fomentada a partir da pressão dos movimentos feministas e movimentos do grupo LGBT, que elucidaram a exclusão dessas temáticas nos componentes curriculares trabalhados no ensino superior (DINIS, 2008). No entanto, alguns docentes ainda têm receio de trabalhar esses temas em sala de aula, o que gera, conseqüentemente, falta de discussão e pouca reflexão crítica acerca do assunto.

De acordo com Teixeira (2002 apud ANDRADE; BARROS, 2009, p. 101), “[...] os docentes reproduzem em suas falas e em seus atos os estereótipos relacionados ao gênero delimitando, assim, espaços de atuação para si e para os outros.” Dessa forma, falar sobre gênero dentro da docência ainda é algo necessário para que discursos sejam revisitados e novas produções subjetivas sejam feitas e, além disso, para que as organizações revisem seus modelos de trabalho e repensem sua cultura organizacional, fazendo com que ela seja a mais inclusiva possível (CRAMER, 2002).

Dito isso, após aplicação do questionário, analisaram-se as respostas de sete participantes, e assim foi possível verificar que 72,7% (n=8) das participantes não trabalham com a temática de gênero no curso em que ministravam aulas. Nesse sentido Dinis (2008) traz em seu estudo que uma das explicações para a resistência que docentes possuem em trabalhar questões relacionadas a gênero em seus componentes curriculares está ligada às suas próprias subjetivações. Dinis (2008) compreende que quando eles trabalham essas temáticas, necessitam pensar



sobre as suas próprias construções e constituições, e nem todos estão aptos ou desejam desconstruir as concepções universais e heteronormativas. No entanto, por mais que questões pessoais estejam presentes no momento de ensino, é necessário que tais discussões ocorram em salas de aula e fora delas também, uma vez que é por meio do ensino que os alunos podem se tornar críticos e criar possibilidades de debates (DINIS, 2008).

4.2 MULHERES E MERCADO DE TRABALHO

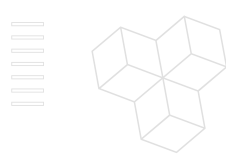
Quando questionadas sobre a influência dos papéis de gênero em sua vida, ou seja, o quanto o fato de elas serem mulheres influenciou sua inserção na vida cotidiana, 72,7% (n=8) das participantes relataram que o fato de elas serem mulheres interferiu em suas vidas a todo momento, sendo que destas 27,3% (n=3) demarcaram que essas interferências acontecem com mais frequência nas tarefas em que elas realizam, e 27,3% (n=3), na visão que outras pessoas têm sobre elas. Cramer (2002) pontua que apesar de as mulheres estarem em movimento para se alinhar ao mercado de trabalho, e das organizações estarem mudando suas concepções com relação ao gênero de seus profissionais, ainda há muitas diferenças entre homens e mulheres, ainda mais em profissões consideradas “masculinas” (CRAMER, 2002). Além disso, verificou-se que as questões “No meu trabalho”; “Em algumas tarefas do meu trabalho”; “Quando escolho minhas roupas”; “Quando interajo com pessoas que não conheço”; “Quando escolho algo que me agrada” tiveram a mesma porcentagem de escolha 18,2% (n=2). Desta forma, percebeu-se que apesar de mulheres estarem ocupando novos espaços, ainda é solicitado socialmente que a mulher cumpra seu papel



de dona de casa, de “boa moça”, encaixando-se ao esperado da performance feminina. Assim, por mais que mulheres busquem uma colocação e reconhecimento no mercado de trabalho, ainda há a percepção de que elas não pertencem a este lugar. Como marca Cramer (2002), “[...] gênero constitui-se em práticas discursivas construídas na subjetividade dos sujeitos em relação com outro e com seus semelhantes.” (CRAMER, 2002, p. 29). Dessa maneira interpretou-se a partir dos dados analisados que a identificação de gênero das mulheres participantes da pesquisa e sua influência são demarcadas principalmente pelo meio social no qual elas vivem.

As opções menos assinaladas na questão descrita acima foram “Quando ando na rua”; “Nas pessoas nas quais me inspiro”; “No modo como trato mulheres ao meu redor” escolhida por somente 9,1% (n=1) das participantes. Isso denota que as participantes do estudo observaram a influência dos papéis de gênero em alguns aspectos de suas vidas, mas em outros aspectos essa influência não é sentida de forma significativa pela maioria. No entanto, Souza (2014 apud OLIVEIRA et al., 2017) relata que a função de gênero está intimamente ligada com as ações que cada sujeito tem, logo, por mais que as participantes assinalem não haver influência quando elas andam na rua, por exemplo, observa-se que a rua é um lugar em que mulheres sofrem assédio, de acordo com o estudo de Savio (2017), denominado *El, gostosa!* Assédio de rua e interações assimétricas no espaço público. Nesse sentido, cabe a reflexão do quanto existe uma tendência à normalização das situações que ocorrem com mulheres, principalmente quando são assédios, abusos e agressões.





4.3 SER MULHER DELIMITA QUEM EU SOU?

Referente às atividades realizadas durante a história de vida das profissionais, 72,7% (n=8) das participantes da pesquisa expressaram que não houve nenhum momento no qual elas foram impedidas de fazer algo por serem mulheres. No entanto, nas alternativas “Sim, quis assumir cargos de gerência/supervisão/ coordenação/ liderança, mas fui barrada” e “Sim, quando pequena quis brincar com brinquedos considerados de meninos e meus pais não me deixaram”, 18,2% (n= 2) e 9,1% (n= 1) das participantes, respectivamente, demonstraram que elas foram impedidas de realizar essas atividades por serem do gênero feminino. Diante disso, constata-se que apesar de algumas mulheres considerarem que em seu desenvolvimento não ocorreu nenhum movimento de proibição de atividades, outras participantes do estudo demonstraram possuírem consciência que seu gênero é também um limitador de tarefas e atividades, influenciando o trabalho que elas desenvolvem e marcando suas trajetórias (MEDEIROS; PEDRO, 2017). Assim, denota-se que, por muitas vezes, as mulheres não percebem as influências de seu gênero no dia a dia, mas isso não quer dizer que essas influências não ocorram. Por vezes, os sujeitos estão tão emaranhados em seu contexto social que não possuem consciência de seus representantes sociais, sendo coniventes com situações excludentes (CRAMER, 2002).

Na pergunta sobre as motivações pela escolha de suas respectivas profissões, a resposta mais assinalada – escolhida por 72,7% (n=8) das professoras – foi “Me identifiquei com a atividade”, o que pode denotar que os papéis de gênero atribuídos a elas foram pouco influenciadores de sua escolha. Contudo, como os papéis de gênero são subjetivos, compreende-se que essa influência



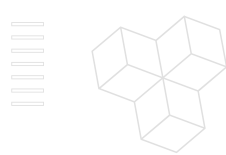


pode ter ocorrido de forma implícita, já que um dos mecanismos ideológicos de controle social envolve criar a ilusão de que os sujeitos possuem liberdade de escolha. Porém, percebe-se que na educação há uma participação acentuada de mulheres, pois existe uma correlação entre “ensinar” e a “função de mãe” (CRAMER, 2002). Questiona-se, dessa forma, se a escolha profissional ocorreu de forma libertária, com a garantia de escolha por elas próprias ou se a escolha da profissão esteve limitada ao papel social esperado de mulheres, a maternidade. Vale ressaltar que a segunda opção mais assinalada foi “Gostar do contato com pessoas e compreensão de outras realidades” – escolhido por 54,5% (n=6) das profissionais –, reafirmando o quanto as funções designadas a mulheres possuem ainda um caráter de cuidado, não sendo possível desvincular a imagem de mulheres com o estereótipo de “mãe” e “cuidadora”.

4.4 SER MULHER DELIMITA O QUE EU FAÇO?

A pergunta “Você acha possível separar o fato de ser mulher do que você faz?” possuía como objetivo analisar a compreensão das professoras sobre sua identificação de gênero e a influência desta em suas atividades cotidianas, principalmente as laborais. Com isso, obteve-se o dado de que 72,7% (n=8) das profissionais acreditavam que o fato de elas serem mulheres não interferia em seu trabalho. No entanto 18,2% (n=2) das participantes relataram que, como mulheres professoras, elas precisavam dedicar-se o dobro a essa função, em comparação a outros colegas homens, para conseguirem ser respeitadas. Foi possível analisar que por mais que a maioria das mulheres relatarem acreditar que a sua identificação de gênero não interfira em suas atividades laborais,





outras mulheres se consideram lesadas justamente por essa característica.

Além disso, outras opções do formulário foram assinaladas e devem ser levadas em consideração. São elas: “Não, pois o fato de eu ser mulher faz com que eu ministre minhas aulas com outra visão de mundo”; “Não, preciso pensar muito bem no que falo e como falo em sala de aula por ser mulher”, ambas as alternativas assinaladas por 9,1% (n=1) das participantes, contudo, ressalta-se que mais de uma opção poderia ser selecionada. Isso denota que, apesar de algumas das mulheres não considerarem que seu gênero influencia em seu trabalho, outras professoras compreendem que seu gênero modifica fatores como: obter reconhecimento ou transmitir conhecimentos. Bicalho e Tomasi (2017) reconhecem que o professor é uma figura de representação, uma vez que ele, além de trazer conhecimento para os estudantes, trazem sua identidade dentro do seu ensino, assim, que elas são refletidas no que elas fazem (BICALHO; TOMASI, 2017). Com isso, pode-se compreender que, ao responderem essa pergunta de forma aberta, elas utilizaram a ideologia dominante de que homens e mulheres são tratados de forma igual no ambiente de trabalho possivelmente para não problematizar esse assunto dentro de sua realidade. Apesar disso, quando elas são questionadas sobre os tipos específicos de discriminação, como nas ofertas de crescimento profissional, demonstraram existir uma diferenciação dentro do ambiente de trabalho entre homens e mulheres. Ou seja, confirmaram a existência de um mecanismo que invisibiliza as questões de gênero em seus respectivos espaços de atuação profissional, no entanto, esse mecanismo é tão automático que não é notado de forma consciente pelas participantes.

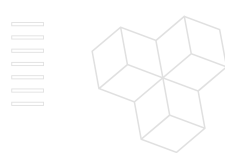




Quando indagadas sobre a influência que sua identificação de gênero tem perante o funcionamento de suas aulas, as participantes em sua maioria 63,6% (n=7) responderam que “Não, considero que ser mulher não influencia no meu trabalho”. Contudo, 18,2% (n=2) participantes responderam que “Sim, porque preciso me dedicar em dobro para que os estudantes me respeitem” e “Não, acho que ser mulher facilita este trabalho.” Desse modo, conclui-se que algumas das mulheres participantes da pesquisa compreendem que o fato de elas serem mulheres interfere em questões como posicionamento dentro da sala de aula e na maneira de conduzir as aulas, entre outros. Dessa forma, os estereótipos de gênero influenciam a condução das atividades laborais realizadas por essas mulheres, já que elas não estão inseridas no mundo do trabalho desde sempre e normalmente o espaço público é visto como um lugar masculino (MEDEIROS; PEDRO, 2017). Percebe-se que mesmo com algumas mulheres não sentindo essa influência, outras mulheres sentem que para poderem mostrar uma seriedade, às vezes, precisam se posicionar de formas diferentes e se autoafirmar como donas daquele espaço, possivelmente tendo que assumir posturas masculinas diante de seu trabalho para que não sofram o efeito dos estereótipos de gênero e sejam menosprezadas simplesmente por serem mulheres.

No que se refere à profissão de professora ser um trabalho feminino, ou que possua características atribuídas ao feminino, 81,8% (n=9) das participantes relataram que “Não, acho que homens e mulheres atuam como professores de maneira semelhante”, demonstrando que as diferenças de tratamento são veladas e naturalizadas de tal forma dentro do meio em que trabalham que acabam sendo consideradas normais. Isso, pode ser observado também na segunda opção mais assinalada 36,4% (n=4): “Não, não





acho que o gênero determina a designação das profissões.” Desse modo, percebe-se no discurso das docentes uma certa convivência com perspectivas e olhares de senso comum (ANDRADE; BARROS, 2009), não possibilitando enxergarem as diferenças em suas atuações, mesmo com elas afirmando anteriormente que essas diferenças existem.

Quando as participantes do estudo foram questionadas sobre a possibilidade de haver alguma diferença na maneira de atuação e na capacidade exercida por homens e mulheres em alguns componentes curriculares, a resposta unânime entre elas foi: “Não acredito que ser homem ou mulher influencie na aula que se dá” (11 = 100%), deixando explícito que as professoras não relacionam a qualidade e a maneira de ministrar alguns componentes curriculares, com o gênero do professor responsável. Contudo, Barbosa, Carvalho e Fernandes (2013) apontam em seu estudo que existem diferenças entre homens e mulheres no espaço acadêmico, e que além disso, há espaços majoritariamente femininos e outros majoritariamente masculinos (BARBOSA; CARVALHO; FERNANDES, 2013). Ainda, “[...] carreiras científicas de prestígio na Física, na Matemática, na Computação e nas Engenharias permanecem como campos de conhecimento e de cultura masculinos.” (CARVALHO; RABAY, 2013 apud DE QUEIROZ et al., 2014, p. 3488). Isso denota que as profissionais não percebem as influências de gênero dentro de sua atuação. No entanto, das participantes da pesquisa apenas três não são de áreas humanas ou sociais. Pode-se compreender, então, que por mais que as docentes estejam dentro de um sistema opressor, que dá maiores condições para colegas de profissão do gênero masculino e que influencia as escolhas delas diante do que desejam fazer, elas não percebem essas diferenças.

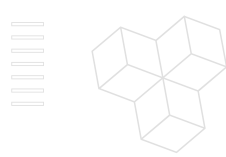




4.5 GÊNERO E TRABALHO

Verificou-se que na questão que tinha por objetivo compreender se as professoras haviam sido tratadas de forma diferente em sua profissão por serem mulheres, 72,7% (n=8) delas responderam que não. Contudo, 18,2% (n=2) responderam que “Sim, com relação ao reconhecimento do meu trabalho” e “Sim, nas oportunidades de lideranças ofertadas.” Além disso, 9,1% (n=1) respondeu “Sim, quando estava passando por dificuldades e necessitava da compreensão da coordenação.” Dessa forma, consegue-se avaliar que as participantes expressam existir casos em que mulheres são tratadas de formas diferentes em relação a homens que ocupam o mesmo cargo, principalmente em situações ligadas a oportunidades de crescimento de trabalho e de reconhecimento. Percebe-se que grande parte das participantes do estudo não sentiam que haviam sido tratadas de forma diferente por serem mulheres, mas algumas participantes percebem que o fato delas serem mulheres as deixam em posição inferior em relação a outros profissionais da organização, principalmente em situações que envolvem reconhecimento de seus trabalhos, como, por exemplo, oportunidades de liderança. Entende-se, ainda, que a diferença de gênero no mercado de trabalho está relacionada aos estereótipos de gênero que, muitas vezes, impedem os sujeitos, principalmente mulheres, de desenvolverem seus trabalhos da melhor maneira, uma vez que o estereótipo de gênero feminino ainda está relacionado ao cuidado, e o masculino, ligado a cargos de chefia e confiança (DE PAULA LEITE, 2017). Ainda, nota-se que as mulheres do estudo expressaram não haver diferença na qualidade de ensino prestado por homens e mulheres, contudo, afirmam existir uma diferença no reconhecimento da eficiência de seu





trabalho. Conclui-se então, que os dois gêneros podem apresentar trabalhos com qualidade semelhante, mas o gênero masculino é mais promovido e/ou compreendido diante de necessidade do que o gênero feminino.

Com relação à escolha da profissão, quando as participantes foram convidadas a refletir se elas teriam sido diferentes caso se identificassem com o gênero masculino, todas as participantes responderam que “Não, ainda não fiz este questionamento.” Como a temática “gênero” é uma temática recente e que está ganhando espaço dentro das universidades, esta pode ser uma justificativa do porquê esse questionamento ainda não ter sido elaborado pelas participantes. Além de que, de acordo com Brighente e Mesquida (2011), uma das características da demarcação de gênero nos sujeitos é a docilização dos corpos, que atua com o objetivo de tornar o “corpo dócil”, ou seja, não deixar ele pensar e não dar espaço para que ele reflita sobre a posição que ocupa dentro do social (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011). Dessa forma, o corpo acaba sendo silenciado e alienado, adaptando-se ao que lhe é exigido, distanciando-o do diferente (MEDEIROS; PEDRO, 2017). Ainda, pode-se entender que, como as participantes não compreendem o significado de gênero, avaliando-o de forma equívoca, possivelmente a compreensão da pergunta deu-se da mesma forma.

Na pergunta que investigava a percepção das professoras sobre o trabalho que elas realizam enquanto docentes, a opção mais selecionada entre as participantes, 72,7% (n=8), foi “Vejo que com ele consigo inspirar pessoas.” Ademais, outras questões foram assinaladas por 54,5% (n=6) e 36,4% (n=4) das participantes, sendo elas: “Vejo que com ele tenho um papel social de transformação de realidade.” “Vejo que com ele tenho grandes experiências pessoais”; “Vejo que com ele consigo entrar em contato com diversas formas





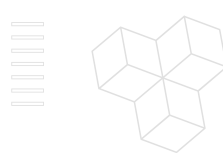
de experienciar o mundo”; “Vejo que com ele consigo passar o que penso da minha profissão e do que estudo”; “Vejo que com ele consigo modificar a forma de pensar dos sujeitos que tenho contato.” Ainda a opção “Vejo que tenho um papel importante na formação das pessoas” foi assinalada por 9,1% (n=1). Essa era uma questão de múltipla escolha, assim, pode-se compreender que as professoras veem sua profissão com um potencial de incentivo para que mais pessoas sigam a profissão de docente, ou, então, admirem a profissão, considerando que o trabalho pode ser transformador e incentivador para que os estudantes procurem novas formas de pensar o mundo (BICALHO; TOMASI, 2017).

Na última pergunta do instrumento de coleta de dados questionou-se o quanto, para as participantes, o trabalho que elas realizam determinam o que são. Deste modo, obteve-se o dado de que 81,8% (n=9) das respondentes consideram o trabalho “Muito importante para a determinação de suas identidades.” Além disso, 9,1% (n=1) consideram que seu trabalho determinava “Razoavelmente quem elas são” e a mesma quantidade considerou que determina “Pouco quem elas são.” Pode-se compreender, então, que para a grande maioria dessas profissionais o trabalho é influenciador na constituição de sua subjetividade. Informação que corrobora a visão marxista, que considera o trabalho como a essência humana, não sendo possível separar a subjetividade pessoal do trabalho (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014).

4.6 AFINAL DE CONTAS, O QUE É GÊNERO E PAPÉIS DE GÊNERO?

Analisando-se a pergunta aberta “Como você definiria gênero?”, pode-se organizar as respostas em algumas categorias:





Identificação; Opção; Diferenciação; Expressão e Sexo biológico. Dessa forma, verificou-se que a maioria das participantes definem gênero como não sendo uma identificação, ainda havendo uma compreensão do conceito de gênero como um diferenciador de homem ou mulher: “Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres.” Na participante 01 (P1) percebe-se essa caracterização também na resposta que abrangeu a categoria Sexo biológico “Gênero seria meu sexo biológico”. E nas participantes 2 (P2) e 3 (P3) também na resposta Opção por uma categoria sexual, denotando assim uma falta de conhecimento de grande parte das professoras referente ao conceito de gênero ligando-o há concepções individualizantes, caracterizando gênero como a diferença entre os sexos e centralizando-o nas genitálias. Ou seja, ignorando a construção sócio-histórica dos padrões de gênero (PAULINO-PEREIRA; SANTOS; MENDES, 2017). Nesse sentido, observou que as respostas mais semelhantes ao real conceito de gênero foram: “Nascer e se expressar como homem & mulher” Participante 10 (P10); “Gênero consiste no modo como o indivíduo se identifica” Participante 7 (P7), uma vez que se distancia da compreensão biológica e caracteriza o tema como uma expressão e identificação, levando em consideração a concepção social que gênero carrega consigo (OLIVEIRA et al., 2017).

Para analisar as respostas da pergunta “Para você, o que significa papéis de gênero?”, utilizaram-se as categorias: Papéis de gênero igual a gênero; Sexo biológico, Função/trabalho; Identificação. Dentro do conceito de papéis de gênero, que pode ser definido como agentes que tornam as diferenças sexuais palpáveis no dia a dia, que age no comportamento e normalmente é relacionado com a identificação de gênero que o sujeito possui (PRAUN, 2011), percebe-se que as respostas que mais se assemelham

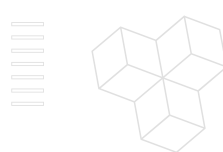




a esta concepção são as que estão inseridas dentro da categoria Biológico, Função/trabalho. Na qual para a grande maioria das participantes ainda há uma confusão em relação a significação de papéis de gênero, já que, elas também identificam os papéis de gênero como “Configuração social estabelecida por categoria sexual” Participante 8 (P8); utilizando uma visão apenas genital dos papéis de gênero, “Papel do homem ou mulher no ambiente de trabalho” Participante 5 (P5); “a identificação pessoal de cada um” Participante 6 (P6); atribuindo os papéis de gênero apenas em relação ao trabalho e a identificação individual de cada sujeito, ignorando o aspecto social que age na formação de identidade e na concepção de papéis de gênero, “Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres” (P3), e ainda caracterizando os papéis de gênero como gênero, demonstrando falta de conhecimento sobre o assunto.

Todavia, nota-se que tanto para a concepção de gênero quanto para a concepção de papéis de gênero as participantes não conseguem identificar o aspecto sócio-histórico de sua formação, no entanto, compreendem que a lógica de gênero determina aspectos de trabalho, como obtenção de oportunidades. Além disso, observa-se que para as mulheres respondentes não há problema em os homens estarem desempenhando um trabalho feminino, como o trabalho de educador, pois isso denota uma (falsa) concepção de que não existe diferença entre homens e mulheres. Contudo, como as próprias participantes comentaram, as diferenças de gênero aparecem quando mulheres gostariam de ocupar mais espaços além dos que já ocupam. Identifica-se então que existe a lógica de repressão da ocupação de espaços pelas mulheres e que dentro da lógica da organização em que elas trabalham, os trabalhos não são iguais e homens continuam sendo beneficiados, enquanto as





mulheres ainda estão dentro da lógica de possuírem trabalhos condizentes com a função materna.

5 CONCLUSÃO

A partir dos dados obtidos, pôde-se compreender que a maioria das participantes da pesquisa percebe que seu gênero de identificação influencia suas atividades diárias, no entanto, não consideram que seu gênero impede que elas realizem alguma atividade nem que há uma diferença de atuação em docência entre homens e mulheres. Dessa forma, conclui-se que, de acordo com as participantes, sua caracterização diante de seu papel social de gênero não influencia diretamente seu trabalho dentro da sala de aula.

Em contrapartida, notou-se que outras participantes do estudo demarcaram que quando elas desejavam assumir maiores cargos em seus respectivos trabalhos ou, então, quando tiveram que trabalhar duas vezes mais para que seu esforço fosse reconhecido, seu gênero era um limitador. Assim, constata-se que os mecanismos de invisibilização de pessoas pelo seu gênero, dentro do espaço de trabalho que elas ocupam, são inconscientes, já que algumas mulheres apontam que ele existe e outras não.

Torna-se importante frisar que este estudo se debruçou apenas em questões relacionadas aos papéis sociais de gênero, não observando outros aspectos da subjetividade humana, como raça, orientação sexual e etnia. Coloca-se aqui a necessidade de um estudo futuro que traga em seus objetivos demarcar não só os papéis sociais de gênero, mas, sim, relacionar com os outros aspectos citados, como raça e de classe.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carolina Riente; BARROS, Amon Narciso. Gênero e Educação: delimitação de espaços e construção de estereótipos. **Revista Contrapontos**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 90-103, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/41609067/998-2931-3-PB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARBOSA, Rita Cristiana; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa da; FERNANDES, Maria Onilma Moura. Gênero e Tecnologias da Informação: um olhar sobre a Educação Superior na Paraíba e as possibilidades de promoção da equidade de gênero através da Educação. In: **Mujeres y educación superior**. Universidade Federal da Paraíba, 2013. p. 219-244. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO_EV077_MD1_SAI4_ID112_14092017221423.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. [S. l.]: Editora Vozes Limitada, 2017.

BICALHO, Fernanda Zatar; TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. Novas Perspectivas de Formação: o Gesto Profissional do Professor. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://45.65.201.106/index.php/enfope/article/download/4571/1658>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRIGHENTE, Mirian Furlan; MESQUIDA, Peri. Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

CRAMER, Luciana *et al.* A inserção do feminino no universo masculino: representações da educação superior. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 9, n. 24, p. 25-37, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v9n24/02.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jan. 2020.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; KOLLER, Sílvia Helena. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: uma análise de palavras análogas e opostas ao termo “trabalho”. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 367-380, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400004. Acesso: 21 jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEHLD, Neide Aparecida de Souza; BARROS, Aidil de Jesus Paes. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

LEITE, Marcia de Paula. Gênero e Trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. **Revista Ciências do Trabalho**, [s. l.], n. 8, 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/144>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MEDEIROS, Talita Gonçalves; PEDRO, Joana Maria. Relações entre Linguagem, Poder e Gênero: a categorização binária dos elementos sociais. **Revista Café com Sociologia**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 211-228, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/779>. Acesso em: 21 jan. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/etch/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

OLIVEIRA, Evandro Salvador *et al.* Questões de Gênero e Sexualidade nas Brincadeiras de Faz de Conta das Crianças. *In*: COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR (ISSN-2527-2500); CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 2017, Mineiros. **Anais** [...]. Mineiros, 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/59/229>. Acesso em: 20 jan. 2020.

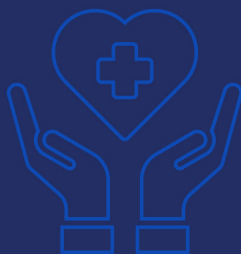
PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SANTOS, Lara Gabriella Alves dos; MENDES, Sarah Cristina Carvalho. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 29, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100411&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 20 jan. 2020.

PRAUN, Andréa Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302>. Acesso em: 29 jan. 2020.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MOREIRA, Josilene Aires. Gênero e inclusão de jovens mulheres nas ciências exatas, nas engenharias e na computação. **18 REDOR**, 2014. Disponível em: <https://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/07/2076-4738-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.


ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAVIO, Thayná Davilla. Ei gostosa! Assédio de rua e interações assimétricas no espaço público. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/ancais/1499445739_ARQUIVO_TEXTO-FINAL-FAZENDO-GENERO.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.



CIÊNCIAS da VIDA e SAÚDE





A SAÚDE MENTAL DE MULHERES ADULTAS JOVENS QUE FORAM VÍTIMAS DE BULLYING DIRETO E/OU INDIRETO NA ESCOLA

Débora Caroline Borges Zanol¹

Fábio Augusto Lise²

RESUMO

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa de Educação, Diversidade e Inclusão Social do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (Geppac) da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Esta pesquisa quantitativa teve como objetivo analisar e descrever os efeitos na saúde mental de mulheres que foram vítimas de bullying na infância. Foram analisadas as características da saúde mental de 47 participantes, mulheres, com idade entre 20 e 45 anos de uma instituição de ensino superior do Oeste de Santa Catarina. As participantes foram recrutadas através de meios eletrônicos como e-mail e aplicativos de mensagens. Após, aceitarem voluntariamente participar do estudo, essas jovens responderam um questionário eletrônico. O software do questionário realizou a análise quantitativa dos dados. Concluiu-se que as participantes possuíam sequelas do bullying sofrido na infância até o momento da entrevista. Sendo que elas relataram sintomas de ordem física como dores de cabeça e estômago e problemas relacionados ao sono. As jovens forneceram dados que poderiam demonstrar uma possível associação entre a violência sofrida com delitos e o uso de drogas lícitas e ilícitas na vida adulta.

Palavras-chave: Bullying. Efeitos na vida adulta. Mulheres. Adulto jovem.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; deborazanoll@gmail.com.

² Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Rio do Sinos, Unisinos; Psicólogo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; fabio.lise@unoesc.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O bullying é uma prática de atos violentos, que podem ser agressões físicas, verbais e até mesmo on-line, por meio de redes sociais, onde uma pessoa ou um grupo agride outras pessoas. Essas agressões são repetitivas e muitas vezes motivadas pela aparência ou algum tipo de comportamento presente na vítima. Ele acontece normalmente dentro das escolas, e é praticado por meninos e meninas de todas as idades, mas também pode acontecer no trabalho, em casa e entre vizinhos. O processo de bullying pode envolver diferentes contextos e atores que possuem papéis específicos neste tipo de violência.

As vítimas em sua grande maioria são pessoas quietas, envergonhadas, inseguras e com baixa autoestima. Estudos demonstram que estas pessoas são as mais propensas ao suicídio, doenças psicossomáticas, depressão, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), problemas emocionais e de aprendizagem. Ainda de acordo com Albuquerque, D’Affonseca e Willians (2013) as consequências emocionais do bullying para a vítima podem envolver medo, insegurança, solidão e baixa autoestima. Ainda, pesquisadores analisam que esses sofrimentos podem ser geradores de problemas psicológicos como: ansiedade, depressão e ideação suicida.

Os sintomas emocionais e psíquicos causados por ter sido vítima de bullying podem levar ao desenvolvimento de sofrimentos psicossomáticos como: dores de cabeça, dores de estômago, problemas de sono e dores musculares. Além dessas consequências a vítima pode apresentar comportamentos agressivos que podem levar ao cometimento de homicídios a pares na escola e/ou envolvimento com atividades ilícitas. Já as consequências a longo



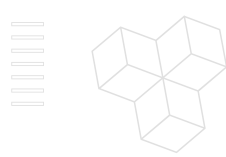
prazo para os atores envolvidos com o processo de bullying ainda não são conhecidas. Porém, já foi possível perceber uma relação entre estar envolvido com esta violência quando jovem e tornar-se um adulto mais agressivo e violento. Além disto, existe pouca quantidade de dados sobre este efeito em mulheres adultas. O que aumenta a relevância deste estudo e que poderá elencar motivos que venham a contribuir para a conscientização da prevenção do bullying e ainda pensar em estratégia para diminuir seus efeitos na vida adulta.

Ou seja, esse fenômeno precisa ser discutido nas escolas e em casa com a família, com as crianças, adolescentes e adultos, pois é preciso entender que esses atos violentos são sérios e podem causar diversos danos psíquicos aos atores envolvidos. Isso aliado ao fato da fase do início da vida adulta, compreender a faixa etária de 20 a 45 anos, ser um período de estresse e risco de problemas emocionais bastante elevados, justifica a importância deste estudo que tem como problema: Quais os efeitos de ter sido vítima de bullying escolar durante a infância na saúde mental de mulheres na fase de adulto jovem?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo bullying não possui tradução literal para a língua portuguesa. *Bully* é o termo, em inglês, para “valentão” e *bullying* pode ser traduzido por “intimidação”. No Brasil ele começou a ser discutido em 1990. Mas foi a partir da tragédia na *Columbine High School*, em 1999 que ele ganhou maior destaque e passou a ser visto como um problema que precisava de mais atenção. Nessa ocasião dois estudantes entraram na escola e atiraram em funcionários, professores e educandos. Ao total 13 pessoas foram mortas, após





o ocorrido, os dois se suicidaram. A motivação para o ataque teria sido para se vingar das pessoas, pois se sentiam excluídos. Após as investigações foi diagnosticado que um dos estudantes era depressivo e o outro sociopata (BUENO, 2011). Abrindo assim diversas discussões acerca do assunto. Desde então, diversas tragédias envolvendo esse fenômeno vem acontecendo principalmente pela falta de informações.

A adolescência é a fase mais propensa a emissão de comportamentos violentos, infrações e mudanças repentinas de humor, o que acaba ocasionando diversos conflitos internos e externos na vida do indivíduo. Essas mudanças também acontecem com relação ao contexto escolar, onde é comum uma queda no rendimento escolar dos adolescentes (OLIVEIRA, 2010). O bullying pode ser uma das portas de entrada dos adolescentes para problemas mais graves e para a criminalidade na vida adulta.

Pais, familiares, professores e médicos, se atentos, podem notar se acontecem mudanças repentinas de comportamento da criança e do adolescente podendo assim identificar se está ocorrendo algum problema. Pesquisas que foram realizadas por Lewandovski, Menegotto e Pasini (2013) relatam que existe associação direta entre a violência intrafamiliar, que é aquela em que há omissão ou uma ação onde seja prejudicado qualquer membro da família, e o envolvimento nos casos de bullying escolar, principalmente no papel de alvo ou alvo/agressor. Por isso o bullying não deve ser caracterizado como um fenômeno isolado, há vários fatores que podem desencadear que uma criança pratique o bullying, como a violência doméstica, que faz a criança aprender que os problemas são resolvidos com atos de violência, além de outros contextos como a mídia, aspectos econômicos e culturais. Ele não se restringe a um determinado nível socioeconômico, tampouco a uma faixa etária específica ou gênero.





O desequilíbrio de poder relacionado ao bullying pode ser explicado pelas diferenças físicas (estatura, peso, raça, entre outras), emocionais e sociais percebidas entre agressores e vítimas. (LOPES NETO, 2005b; LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009). A busca pela popularidade na escola, cobijada por grande parte dos estudantes, na maioria das vezes os adolescentes, é um caminho para que o bullying aconteça. Os “populares” ditam regras e as outros devem seguir para não serem rejeitados.

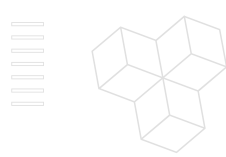
Para Almeida, Cavalcante, Silva (2008) alguns fatores como: a escola e o seus métodos de ensino, distúrbios de personalidade, transtorno de relacionamento, influência de amizades e familiares; fatores políticos, econômicos e sociais, podem estar relacionados com a agressividade. O que se pode perceber é que a violência que acontece dentro da escola está associada ao contexto social, familiar e escolar.

Algumas características dos agressores podem ser:

Têm pouca empatia, pertencem a famílias desestruturadas, com pouco apoio dos pais. Os alvos não dispõem de recursos, status ou habilidade para reagir, geralmente são pouco sociáveis, inseguros, baixa auto-estima, alguns se acham merecedores das agressões, têm poucos amigos, são passivos e quietos. As testemunhas, grande maioria, se calam para não se tornarem os próximos alvos. Muitos se sentem incomodados com o que veem e inseguros sobre o que fazer. (ALMEIDA; CAVALCANTE; SILVA, 2008, p. 11).

Por ser cometido geralmente dentro das escolas, os professores são as pessoas que podem mais facilmente observar se estão acontecendo agressões, e assim colaborar para uma identificação do problema. Muitas vezes o bullying é confundido com brincadeiras típicas da idade sendo assim passado despercebido e se tornando mais difícil para ser identificado e visto como um problema. De





acordo com Almeida, Silva e Campos (2008) apelidar as pessoas, provocar agressões, isolamento, amedrontar, humilhar, são atitudes observáveis que podem identificar que está acontecendo a prática de bullying, podendo ser de forma direta ou indireta. O bullying geralmente acontece sem a presença de adultos no local, tornando difícil a visualização, e se torna ainda mais difícil porque as crianças sentem medo de contar aos adultos, sejam os professores ou familiares, que estão sendo agredidos, pois sentem medo e vergonha.

A falta de conhecimento sobre o assunto também dificulta a identificação. Políticas públicas estão sendo discutidas para colocar informações sobre o bullying na grade curricular das escolas, essa é uma das estratégias que está sendo elaborada para o futuro. Estudos apontam para a “necessidade de mapear as características associadas ao bullying para se pensar em estratégias de prevenção e intervenção. Sendo assim, a escola precisa estar atenta a tais fatores para combater o fenômeno.” (LEWANDOVSKI; MENEGOTTO; PASINI, 2013, p. 208).

Geralmente os meninos praticam mais o bullying direto, com agressões físicas, e as meninas praticam atos mais indiretos, como agressões verbais e cyberbullying. Os atos diretos são mais fáceis de serem identificados, pois geralmente deixam marcas. Já os praticados na internet são mais difíceis de identificar quem foi o agressor, pois a pessoa fica “escondida” atrás da tela do computador ou do celular. Os estudos também ressaltaram que a manifestação dessa violência pode mudar conforme a etapa do desenvolvimento. Nesse sentido, o tipo de violência praticada por estudantes das séries iniciais costuma ser diferente e menos perigosa do que aquela praticada por adolescentes (LEWANDOVSKI; MENEGOTTO; PASINI, 2013).

Pesquisas tem demonstrado que existem papéis no processo de bullying, são eles:



Agressor – inicia a agressão e é líder; seguidores do agressor, divididos em assistentes (ajudam o agressor) e reforçadores (reforçam os comportamentos do agressor, aplaudindo, rindo e incentivando); expectadores, divididos naqueles que fazem parte do problema (incentivando ou omitindo-se) e nos que fazem parte da solução (ajudando, buscando ajuda); e vítima ou alvo da agressão, que é abusada e assediada sistematicamente pelo agressor. (ALBUQUERQUE; D’AFFONSECA; WILLIANS, 2013, p. 92).

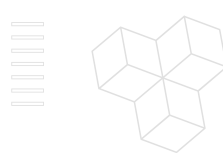
Mas os papéis não são totalmente estáticos, eles podem mudar dependendo de cada situação. Em um momento o estudante pode ser vítima e no outro ser o agressor ou o expectador (ALBUQUERQUE; D’AFFONSECA; WILLIANS, 2013, p. 92).

Albuquerque, D’Affonseca e Willians (2013) juntamente com outros autores alegam também que as vítimas do bullying podem ser divididas em passivas, que são as mais ansiosas e quietas, e as provocativas que são mais irritadas e tendem a se vingar dos agressores.

Em comparação com pessoas que não sofreram/sofrem com o bullying, as vítimas são as que apresentam mais problemas de saúde e que tem uma maior tendência para suicídio. Crianças que sofrem violência física ou verbal na escola, são as que mais apresentam doenças psicossomáticas, depressão, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), problemas emocionais e de aprendizagem.

2.1 CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING

As consequências de ser uma vítima de bullying podem ser verificadas a curto e longo prazo, mas podem variar dependendo da frequência da agressão e de características pessoais da vítima.



Já os problemas psicológicos são: ansiedade, depressão, ideação suicida. Além dessas consequências também pode ser visualizado comportamentos agressivos, homicídios a pares na escola e envolvimento com atividades ilícitas. Já as consequências a longo prazo ainda não são conhecidas, mas há grande relação de as vítimas se tornarem adultos mais agressivos e violentos.

De acordo com Marty e Carvajal (2005 apud ALBUQUERQUE; D’AFFONSECA; WILLIAMS, 2013, grifo do autor, p. 94):

Um acontecimento traumático na infância seria capaz de produzir alterações funcionais e anatômicas em áreas cerebrais, modificando sistemas relacionados à memória e afetividade, entre outros e, assim, produzindo vulnerabilidade ao TEPT (*transtorno do estresse pós-traumático*). Para Figueira e Mendlowicz (2003) e Ximenes, Oliveira e Assis (2009), o TEPT é o principal transtorno psiquiátrico associado à violência, tendo uma alta prevalência entre a população brasileira. É concluído que parece existir uma relação de TEPT com o bullying, algumas crianças que sofreram bullying na escola, a longo prazo, podem apresentar sintomas de TEPT.

Carlisle e Rofes (2007 apud ALBUQUERQUE; D’AFFONSECA; WILLIAMS, 2013) realizaram um estudo sobre as consequências do bullying, nele foram analisados 15 adultos do sexo masculino, que foram vítimas durante o período escolar. Como resultado foi percebido que as consequências são muito amplas e persistentes e com uma sintomatologia traumática semelhante à de abuso infantil.

Para Almeida, Cavalcante e Silva (2008), com relação as características das vítimas, é comum que tenham problemas com alguma característica física que seja preponderante ou algum problema de ordem psíquica. Geralmente como as vítimas já se sentem frustradas, elas não gostam de conversar com ninguém sobre o assunto e acabam sofrendo com isso sozinhas. Já os agressores





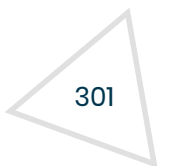
quando percebem essa dificuldade em se expressar e se relacionar bem com essa diferença das vítimas, utilizam essa característica como foco para as agressões. “Estes agressores precisam de ajuda, de um tratamento adequado, pois, apresentam problemas psicológicos e sociais devido à algum tipo de trauma sofrido na infância ou juventude. Sem cuidados especiais podem se tornar delinquentes e criminosos.” (ALMEIDA; CAVALCANTE; SILVA, 2008, p. 11).

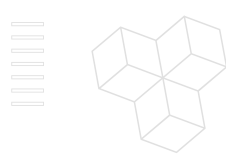
Sobre as consequências do bullying:

A prática do bullying tem consequências negativas imediatas e tardias sobre seus envolvidos: agressores, vítimas e observadores. Admite-se para os praticantes de bullying a probabilidade de serem adultos com comportamento anti-social e/ ou violento que podem adotar atitudes violentas ou criminosas. Já os alvos de bullying passam a ter baixo desempenho escolar, recusa a ir à escola com simulação de doença. Os jovens com depressão tentam ou cometem suicídio. Com relação às testemunhas, estas podem sofrer influência negativa sobre sua capacidade de progredir acadêmica e socialmente. (ALMEIDA; CAVALCANTE; SILVA, 2008, p. 13).

O estudo de Jiang et al. (2011) verificou ligação entre bullying e prática de delitos. Em termos de proporção, os agressores apresentaram quase duas vezes mais condenações quando comparados aos não agressores, mesmo diante do controle por idade, sexo e outros fatores de risco na infância.

Com relação ao sexo feminino, Silva et al. (2016) afirmam que, não há associações entre o bullying e a criminalidade na vida adulta. Mas pode ser destacado que os agressores são mais propensos a ter problemas devido a infrações do que as vítimas. Assim, a delimitação da influência exercida especificamente pelo bullying à conduta infracional é importante e o destaca como um problema sério que,





por si só, se relaciona com as consequências negativas a curto e a longo prazo as pessoas que estão envolvidos com ele.

A identificação das consequências negativas acarretadas pelo bullying ao desenvolvimento e sua contribuição para a conduta infracional e criminal – além do impacto de natureza emocional e social que produz para os diferentes envolvidos, não só como agressores, mas como vítimas e testemunhas – reforça a necessidade de se enfrentar e prevenir esse problema nas escolas (SILVA et al., 2016).

3 MÉTODO

Para obtenção de dados e resultados acerca dos efeitos do bullying na saúde mental de mulheres adultas jovens que foram vítimas de bullying direto e/ou indireto na escola, realizou-se uma pesquisa quantitativa com uma análise interpretativa do questionário aplicado aos participantes.

A metodologia de coleta de dados utilizou métodos da pesquisa de levantamento que, segundo Gil et al. (2002), “[...] se caracterizam pela interrogação direta que se faz com as pessoas referente ao comportamento que se deseja obter conhecimento. Se solicita informações a um grupo de pessoas referente ao problema estudado onde posteriormente se faz a análise dos dados obtidos.” Foram coletadas as informações por meio de questionário eletrônico que gerou uma estatística que possibilitou a análise das percepções das participantes. “O questionário não é apenas um formulário, ou um conjunto de questões listadas sem muita reflexão. O questionário é um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa.” (ROESCH, 2007 p. 143).

O questionário foi composto por perguntas fechadas sobre quais sintomas as mulheres apresentavam no momento atual de





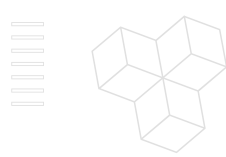
suas vidas e quais poderiam estar relacionados com o bullying ao qual foram vítimas. As perguntas tiveram o intuito de averiguar a existência de características físicas e psicológicas como: medo, insegurança, solidão, baixa autoestima, ansiedade, depressão, ideação suicida, dores de cabeça e no estômago, problemas com o sono, dores musculares, comportamentos agressivos, TEPT (transtorno do estresse pós-traumático), envolvimento com atividades ilícitas e dificuldade para se relacionar com as pessoas. Como o questionário foi encaminhado por meio eletrônico, e não havia nenhuma pergunta pessoal e que pudesse revelar a identidades das participantes, as mesmas ficaram protegidas de uma possível identificação de identidade.

As participantes do estudo foram mulheres recrutadas através de meios eletrônicos como e-mail e aplicativos de envio de mensagens em uma instituição de ensino superior do Oeste de Santa Catarina. Foram entrevistadas 47 mulheres com idade entre 20 e 45 anos. Para fazer parte da amostra estas pessoas assinavam um termo de consentimento livre e esclarecido onde concordavam em participar voluntariamente do estudo; além disto declaravam-se ter sido vítimas de bullying na infância, encontrarem-se na fase do desenvolvimento determinada como adulto jovem; e eram residentes na cidade de Chapecó. Foram excluídas da amostra mulheres que possuíam curso superior completo e que declararam ter em algum momento da vida assumido outro papel no processo de bullying (autora, espectadora, seguidora) que não o de vítima.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Embora o estudo deixou claro que as participantes deveriam ser mulheres na fase de 20 a 45 anos, dentre os 51 respondentes do





questionário 4,9% (n=3) eram homens e (2%) 1 participante tinha mais 46 anos. Estas pessoas que não atendiam os critérios de inclusão da amostra foram excluídas, finalizando um total de 47 participantes.

A faixa etária que mais prevaleceu foi a de 18 a 25 anos, com um total de 36 participantes (70,6%), seguida da faixa etária de 26 a 30 anos com 8 participantes (15,7%) e entre 31 e 40 anos 6 participantes (11,8%). Esta informação demonstra-se importante, pois na vida de uma mulher o início de cada ciclo de faixa etária é bem intenso com manifestação de sofrimentos e comportamento específicos (ARANY, 2015).

Na questão 6 (Como você considera seu bem-estar emocional?), que buscava analisar o estado emocional das participantes, 58,8% (n=30) responderam como sendo “razoável” na sua maioria com idades entre 18-25 anos, 22 participantes entre 26-30 anos, entre 36-45 anos, 3 participantes; ainda entre 31-35 anos 2 participantes. Ou seja, a maioria das mulheres na primeira etapa da fase de adulto jovem, não apresentavam estados emocionais equilibrados. As mulheres nessa faixa etária de 18 a 25 anos, estão sofrendo com a transição entre adolescente e adultos jovem, nas palavras de Carter et al. (1995, p. 14) “dado seu papel fundamental na família e sua dificuldade para estabelecer e decidir suas funções, as mulheres são as mais propensas a desenvolver sintomas nas transições dos ciclos de vida.”

Além disto, menos de um terço da amostra manifestaram encontrarem em um estado emocional bom ou ruim. Assim 25,5% (n=13) responderam como “bom”, dessas a maioria, estavam entre 26-30 anos (n=9) e 4 mulheres entre 18-25 anos. Nenhuma participante respondeu que considera seu estado emocional como “Muito bom”. Ainda dentre as mulheres que responderam “ruim”, 5 (9,8%), todas faziam parte da faixa etária entre 18 e 25 anos. Estes





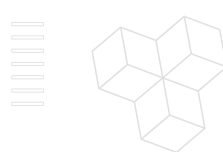
dados destacam que quase 70% das entrevistadas não avaliavam seu estado emocional como bom e destas, 27 mulheres (57,4%) tinham idades entre 18 e 25 anos. O que pode demonstrar que os efeitos do bullying são mais presentes nesta faixa etária, e que com o envelhecimento as pessoas conseguem elaborar melhor estes sofrimentos. De acordo com Bee (1997), o risco de transtornos mentais, como depressão, ansiedade, abuso de substâncias e até esquizofrenia, é maior entre 25 e 44 anos e menor na meia idade. Pois é nessa idade que acontecem as maiores pressões sociais.

A maioria das mulheres eram solteiras: 34 participantes, (72,3%), destas 29 (85,29%) tinham faixa etária entre 18-25 anos, 4 (11,7%) de 26-30 anos e somente 1 (2,9%) com idade entre 36-45 anos. Outras 9 participantes afirmaram estar em uniões estáveis (17,6%) e 8 casadas (15,7%), a maioria se encontra na faixa etária de 31 a 40 anos. Diante dessa constatação podemos observar que: “[...] a presente geração de mulheres jovens é a primeira na história a insistir, em seu direito à primeira fase do ciclo de vida familiar – a fase em que o jovem adulto deixa a casa dos pais, estabelece objetivos de vida pessoais e começa uma carreira.” (CARTER, 1995, p. 14).

A maioria das entrevistadas não possuíam filhos, 43 participantes (84,3%). Ainda de acordo Carter (1995), na fase seguinte, as mulheres estão tendo filhos mais tarde, tendo menos filhos ou simplesmente escolhendo não ter filhos. Ainda cabe destacar que 8 participantes possuíam entre 1 e 2 filhos (15,7%). Também é interessante verificar que a maioria solteiras e sem filhos são as que não sentem sua vida emocional como boa.

Outra informação de significativa importância é que, das participantes, 52% (n=26) responderam que tem relacionamentos





complicados no trabalho, na faculdade e no amor. A esse respeito, alguns estudos sugerem que:

Estudos longitudinais demonstram que as crianças alvo de bullying quando adultas têm maior dificuldades para se adaptar ao trabalho, podendo até sofrer bullying no ambiente de trabalho e dificuldade em se relacionar socialmente. Com relação aos autores há tendência a comportamento de risco na adolescência: dirigir sem cinto, usar drogas, alcoolismo dentre outros, podem se tornar adultos agressivos em casa e no trabalho. Existem também outros atos como: não respeitar sinais de trânsito, “furar” fila e se considerar acima de tudo e de todos. (ALMEIDA; CAVACANTE; SILVA, 2008, p.13).

De acordo com Carvalho et al. (2017), há algumas características que se sobressaem em relação as vítimas de bullying, geralmente elas são consideradas como as fisicamente mais fracas, inseguras e retraídas, têm poucos amigos, apresentam dificuldades de se comunicar, sensação de insegurança e sentimento de tristeza. “A prática reiterada de agressões contra uma vítima, pode apresentar quadros graves de transtorno mentais, se a vítima já apresentava uma baixa autoestima pode se agravar demonstrando comportamentos que muitas vezes trazem danos irreversíveis.” (SANTOS, 2018). Estas informações corroboram com as respostas fornecidas pelas participantes na pergunta 10 (Quais suas características na infância?) que buscava compreender quais as características as participantes apresentavam na infância: 56,9% (n=29) assinalaram a opção “sentimental”; 41,2% (n=21) “ansiosa”; 39,2% (n=20) “tranquila e responsável”; 35,3% (n=18) “emotiva”; 29,4 (n=15) “preocupada”; e 27,5% (n=14) “nervosa”. De acordo com Lopes Neto (2005a, p. 168):

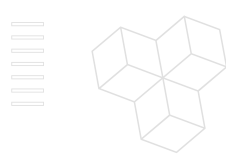
A combinação da baixa autoestima e atitudes agressivas e provocativas é indicativa de uma criança ou adolescente que tem, como razão para a prática de bullying, prováveis



alterações psicológicas, devendo merecer atenção especial. E algumas de suas características físicas, comportamentais ou emocionais podem torná-lo mais vulnerável às ações dos autores e dificultar a sua aceitação pelo grupo.

Ainda com relação a infância na questão 11 (Considerando que o bullying é uma prática de atos violentos, que podem ser agressões físicas, verbais e até mesmo on-line, por meio de redes sociais, onde uma pessoa ou um grupo agride outras pessoas - você já sofreu bullying em algum momento da sua vida?), obteve-se as seguintes respostas: 62,7% (n=32) das participantes responderam que sim, durante os anos escolares, 19,6% (n=10) quando estava com os amigos, e 17,6% (n=9) durante a faculdade, dessas 88,2% (n=45) afirmam ter sofrido violência verbal, seguido de 15,7% (n=8) sofreram violência on-line, e 11,8% (n=6) agressões físicas. Pergunta-se também quem havia realizado essas agressões sendo que: 74,5% (n=38) relatam que foram por colegas de escola; 27,5% (n=14) por alunos de séries mais adiantadas, 15,7% (n=8) pelos professores; e 13,7% (n=7) por pais e vizinhos. Com relação a frequência das agressões as respostas foram: 33,3% (n=17) foram na escola por algumas vezes; 25,5% (n=13) relataram que foi na escola quase todos os dias; 13,7% (n=7) na rua; e 9,8% (n=5) no trabalho. Uma pesquisa nacional sobre o bullying mostrou que a maior parte do problema (21% dos casos) acontece nas salas de aula, mesmo com os professores presentes. (ALVAREZ, 2010). O tipo verbal inclui práticas que consistem em insultar e atribuir apelidos vergonhosos ou humilhantes (BERGER, 2007; ROLIM, 2008 apud BANDEIRA, HUTZ, 2012). Esse tipo é mais comum do que o tipo físico, principalmente com o avanço da idade.

Na questão 17 (Você acredita que algumas características que você apresenta hoje em dia podem se dever ao fato de você ter sofrido ameaças, agressões, provocações em algum momento



da sua vida?), que visava levantar quais das características atuais sentidas pelas participantes poderiam ter derivado das agressões sofridas na infância, as participantes poderiam assinalar mais de uma alternativa. As respostas apresentaram a seguinte configuração: 37,3% (n=19) sentiam-se inseguras e achavam que isto devia-se as ameaças sofridas na escola; 33,3% (n=17) percebiam a baixa autoestima; 23,5% (n=12) o estresse; 15,7% (n=8) dores de cabeça e medo, 11,8% (n=6) dores de estômago; 7,8% (n=4) agressividade; 54,9% (n=28) sentimentos de preocupação, ansiedade ou medo fortes o bastante para interferir nas atividades diárias, 47,1% (n=24) alteração do humor gerada por tristeza profunda e forte sentimento de desesperança e 41,2% (n=22) surgimento de lembranças recorrentes e intrusivas de um evento extremamente traumático do seu passado. Dados que podem ser justificados pelas afirmações de de Silva (2010, p. 25):

O Bullying é um ato que pode agravar problemas preexistentes de saúde, ou seja, se a vítima apresenta tendências a ter fobia, ansiedade, dificuldade com relacionamentos familiares, já tem tendência a conflitos preexistências, esses fatores podem torna-se graves a ponto de evoluírem a índices sérios de transtornos psíquicos ou comportamentais que, não rara às vezes trazem danos irreversíveis, não só acontece com crianças e adolescentes, mas também os adultos são vítimas dessa das ações relacionadas ao do Bullying.

Estes sintomas também corroboram com as afirmações de Albuquerque, D’Affonseca e Willians (2013), que indicam as consequências emocionais do bullying podem incluir: medo, insegurança, solidão, baixa autoestima. E problemas psicossomáticos como: dores de cabeça, dores de estômago, problemas de sono e dores musculares. 4 pessoas (8,5%) assinalaram que não sentem nenhum desses sintomas.





A pergunta 7 (Que motivos você atribui ao seu estado atual de saúde?) referia-se a quais motivos as participantes poderiam atribuir a esse estado emocional. Das que responderam não ter um bom estado emocional (questão 2), 64,7% (n=33) responderam que o fato derivava de como elas se sentiam com elas mesmas; 33% (n=17), por seus relacionamentos amorosos. Os estudos de Rigby e Cox (1996 apud BANDEIRA; HUTZ, 2009), apontaram para uma relação entre baixa autoestima e bullying em meninas, mas não encontraram essa relação com meninos.

Das que responderam ter um bom estado emocional (questão 2); 39,2% (n=20) atribuem este estado as suas boas relações familiares. Ou seja, as características e a qualidade do relacionamento entre pais e filhos são fatores primordiais para a presença, ou não, de transtornos emocionais na infância e adolescência (FRITZ, 2012). Ainda, de acordo com Lopes Neto (2005b, p. 167):

Embora não haja estudos precisos sobre métodos educativos familiares que incitem ao desenvolvimento de alvos de bullying, alguns deles são identificados como facilitadores: proteção excessiva, gerando dificuldades para enfrentar os desafios e para se defender; tratamento infantilizado, causando desenvolvimento psíquico e emocional aquém do aceito pelo grupo; e o papel de bode expiatório da família, sofrendo críticas sistemáticas e sendo responsabilizado pelas frustrações dos pais.

Com relação a como elas se viam como mulheres (questão 8 - Você se acha uma mulher?) os resultados demonstraram que: 58,8% (n=30) se viam como mulheres que se relacionam bem com as pessoas; 45% (n= 23) como inteligentes; 43% (n= 22) como interessantes; e 39% (n=20) como competentes. Em contrapartida, 37,3% (n=19) das entrevistadas assinalaram que se perceberem como pouco atraentes; 27,5% (n=14) como pouco bonitas; e 33,3%



(n=17) como pouco interessantes. Perguntou também, o que as faziam se sintam dessa forma, as respostas foram: 60,8% (n=31) relacionadas as características emocionais que elas sentem; 49% (n=25) as características físicas que elas acreditam ter. Já 31,4% (n=16) relataram que o sentimento teria surgido a partir de sua interpretação da reprovação de algumas de suas características físicas por outras pessoas. De acordo Bandeira (2009), as meninas apresentam um risco maior do que os meninos para sofrer bullying devido sua aparência física, elas tendem a acreditar que os outros veem sua aparência física com crítica e por isso são mais insatisfeitas com sua aparência física.

Perguntou-se também se as entrevistadas já tinham sido agressoras de bullying (tendo ações como humilhar, ameaçar, insultar outra pessoa), as respostas foram: 74,5% (n=38) “nunca fiz isso”; 9,8% (n=5) “na escola, algumas vezes”. Pepler et al. (2008) verificaram as evidências de que crianças agredidas e que agredem, se não forem adequadamente tratadas ou reforçadas em outros comportamentos de interação mais saudáveis, podem tornar-se delinquentes, assassinos e agressores. Ele também pode gerar comportamento antissocial, com problemas acadêmicos e com a evasão escolar. Considerando, questionou se as participantes já haviam se envolvido com algumas atividades ilícitas: 60,8% (n=31) responderam que não, 25,5% (n=13) responderam que já haviam dirigido após ingerir bebida alcoólica e 11,8% (n=6) responderam que já haviam se envolvido, mas por poucas vezes. De acordo com Luukkonen et al. (2011) o bullying mostrou-se associado à prática de delitos violentos, tráfico e dirigir embriagado em uma amostra de adolescentes sob custódia, acompanhados em serviço psiquiátrico. Além disso, ter se envolvido em situações de bullying como agressor está associado a participação em delitos violentos graves.



5 CONCLUSÃO

A partir da realização deste estudo, foi possível perceber que os efeitos de ter sido vítima de bullying direto e/ou indireto na escola, geram uma sensação de mal-estar generalizado em suas vidas, sendo que elas consideravam-se pouco atraentes e interessantes, apresentavam sintomas como insegurança, baixa autoestima, estresse, ansiedade e preocupação excessiva. Do ponto de vista físico relataram efeitos relacionados a dificuldades com o sono, dores musculares e de cabeça.

Esta pesquisa permitiu verificar que a faixa etária entre 18 e 25 anos apresentou maiores sofrimentos com relação ao bullying sofrido na infância apresentando sintomas de ansiedade, estresse e relacionamentos familiares, amorosos e sociais conturbados. As pesquisadas analisaram que quando crianças eram sentimentais, ansiosas e emotivas sendo que no seu momento atual de vida não possuem estados emocionais satisfatórios atribuindo esta sensação às sofridas na infância.

Um dado a ser destacado é que análise destes dados reforçou a necessidade e a importância do apoio familiar para as vítimas de bullying e também para os agressores. Diante disso é necessário se pensar em estratégias para diminuir a incidência dessa violência e para a identificação precoce entre crianças e adolescentes, para isso, se faz necessário conversar e perguntar para a criança e ao adolescente como eles se sentem na escola, se tem amigos e se já presenciou esse tipo de violência. Pois diversos estudos trazem que as vítimas em outros momentos, se não resolvidas essas situações, podem se tornar os novos agressores.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; D’AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Efeitos tardios do bullying e transtorno de estresse pós-traumático: uma revisão crítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 29, n. 1, p. 91-98, 2013.

ALMEIDA, Kathanne Lopes; CAVALCANTE, Anamaria; SILVA, Jocileide Sales Campos. Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying: uma revisão de literatura The importance of early identification of bullying: a review of the literature. **Rev Pediatr**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 8-16, 2008.

ARAMY, Ramy. As várias fases do desenvolvimento de uma mulher. Instituto KVT e do Instituto KVT Desenvolvimento da Consciência Empresarial. 2015. Disponível em: www.kvtfeminino.com. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALVAREZ, Luciana. **Maioria de casos de bullying ocorre na sala de aula**. São Paulo: O estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-de-casos-de-bullying-ocorre-na-sala-de-aula,538620>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BANDEIRA, Cláudia de Moraes. **Bullying: Auto-estima e diferença de gênero**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Claudio Simon. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 35-44, 2012.

BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUENO, Eva Paulino. Tragédias nas escolas americanas: como entendê-las? Como impedir que voltem a acontecer? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 120, p. 64-70, 2011.



CARTER, Betty *et al.* **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. [s. l.]: Artmed, 1995.

CARVALHO, Anabela Cruz *et al.* Bullying ou conflito entre pares? Incidências, características das vítimas e impacto psicológico. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, España, n. 2, p. 69-76, 2017.

FIGUEIRA, I.; MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático [Diagnosis of the posttraumatic stress disorder]. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 25, p. 12-16, 2003.

FRITZ, Aline Benvenuti. Associações entre características familiares, estilos parentais de educação e bullying no ambiente escolar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2012.

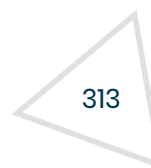
GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JIANG, Dini; WALSH, Michael; AUGIMERI, Leena K. The linkage between childhood bullying behaviour and future offending. **Criminal Behaviour and Mental Health**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 128-135.

LEVANDOWISKI, Gabriel; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; PASINI, Audri Inês; O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo**, v. 15, n. 2, maio 2013.

LISBOA, Carolina; BRAGA, Luiza de Lima; EBERT, Guilherme. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 59-71, jun. 2009.

LOPES NETO, Aramis. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de pediatria**, Porto Alegre, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005a.



LOPES NETO, Aramis. **Diga não para o bullying**. Rio de Janeiro, Abrapia, 2005b.

LUTZKER, John R. **Preventing violence**: Research and evidence-based intervention strategies. Washington: American Psychological Association, 2006.

LUUKKONEN, Anu-Helmi *et al.* Bullying behaviour and criminality: a population-based follow-up study of adolescent psychiatric inpatients in Northern Finland. **Forensic science international**, [s. l.], v. 207, n. 1-3, p. 106-110, 2011.

OLIVEIRA, Valéria de. **A psicologia do desenvolvimento e o estudo científico da adolescência**: aspectos biológicos, emocionais, sexuais, psicossociais e cognitivos da adolescência. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2010.

PEPLER, Debra *et al.* Developmental trajectories of bullying and associated factors. **CHILD DEVELOPMENT**, [s. l.], v. 79, n. 2, p. 325-338, 2008.

ROESCH, SYLVIA MARIA AZEVEDO. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CASOS PARA ENSINO. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 213-234, 2007.

SANTOS, LUZIA CRISTINA PEREIRA. **BULLYING COMO DANO MORAL: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS**. 2018. PROJETO DE MONOGRAFIA (BACHAREL EM DIREITO) – UNIEVANGÉLICA, ANÁPOLIS, 2018.

SILVA, ANA BEATRIZ BARBOSA. **BULLYING: MENTES PERIGOSAS NAS ESCOLAS**. RIO DE JANEIRO: OBJETIVO, 2010.

SILVA, Jorge Luiz da *et al.* Associações entre bullying escolar e conduta infracional: revisão sistemática de estudos longitudinais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 1, 2016.



O BRINCAR E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS DISSERTAÇÕES

Jackson Gerson da Silva¹

Aline Cviatkovski²

RESUMO

O presente artigo se apresenta inicialmente acerca do brincar e o lúdico nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, partindo da importância de desenvolver essas atividades para as crianças. Os assuntos se pautam em cinco dissertações da área da Educação e da Educação Física, tendo como objetivo verificar o desenvolvimento das abordagens a partir das pesquisas sobre Educação Física, brincar e o lúdico na Educação Infantil. Foram utilizados para a busca o portal de periódicos da Capes, utilizando as palavras-chave para encontrar e selecionar, bem como utilizou-se de um quadro para melhor compreensão das dissertações. Procuramos apresentar apontamentos trazidos pelos pesquisadores e comparando-os com outros autores, facilitando a leitura e o entendimento. A partir dos assuntos trazidos, buscou-se compreender melhor o que se desenvolve, suas limitações, empasses e relações junto à área da Educação Infantil, constando em muitos casos o despreparo, falta de formação continuada além de momentos em que a Educação Física era apenas para fechamento de carga horária. Por outro lado, nos motiva ainda mais a busca de uma melhoria da nossa área para a formação de professor e aluno, as pesquisas evidenciam a grande necessidade de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras dentro da Educação Infantil, um ponto importante que se cruza com outros processos e formas de vivência das crianças. Sendo assim, pode-se

¹ Mestrando em Educação, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba; Docente do curso de Educação Física e Pedagogia da Unoesc Chapecó; Docente de Educação Física do município de Chapecó; jackson.silva@unoesc.edu.br

² Mestre em Psicologia pela IMED, Passo Fundo; Psicóloga; Docente do Curso de Psicologia da Unoesc Chapecó; aline.cviatkovski@unoesc.edu.br



compreender que os professores de Educação Física, que atuam na Educação Infantil, precisam cada vez mais buscar conhecimento e capacitações a respeito do brincar e do lúdico e o quanto são importantes no desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Educação Física. Educação Infantil. Brincar. Lúdico.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se caracteriza por desenvolver um levantamento de dissertações referentes ao lúdico e o brincar em aulas de Educação Física na Educação Infantil. Visto que as atividades desenvolvidas na infância são essenciais para construção e envolvimento das crianças no meio em que estão inseridas e a sua importância em relação as habilidades e capacidades futuras de seu processo de aprendizagem.

Para os procedimentos adotados durante a busca das dissertações teve como amparo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo que todas as procuras se mantiveram no mesmo site, para assim ter um melhor levantamento das dissertações. Quando utilizado a busca, procurava-se apresentar palavras-chave tais como lúdico, brincar, Educação Física, Educação Infantil, para que a procura pelos assuntos se fixasse melhor e com mais precisão durante o levantamento, fazendo com que somente artigos com relação a esse assunto fossem selecionados.

A partir da procura na Capes, foram encontradas 277 utilizando as palavras-chave sendo selecionadas apenas 5 para fazer o levantamento. Este por sua vez foi realizado por meio dos resumos e palavras-chave apresentadas. Posteriormente as dissertações foram analisadas por meio dos resumos, como foi desenvolvida, seus objetivos, principais autores, tipos de pesquisa, procedimentos



e resultados com objetivo de verificar o que cada assunto pretendia desenvolver e levantar diante das inquietações de cada autor. Esse levantamento se torna importante para uma melhor compreensão e possível interesse de professores que atuam na Educação Infantil, pois apresentam estudos de diferentes pesquisadores que por muitos anos estudam ou estudaram esse público tão singular e com muitas descobertas a serem levantadas.

O levantamento das dissertações se apresenta como uma base de interesse não somente dos professores de Educação Física, mas para as demais disciplinas que atuam na Educação Infantil também são indispensáveis para leitura e entendimento das situações, pois assim como a Educação Física, outras disciplinas também desenvolvem atividades e brincadeiras que movimentam e interligam o brincar ou o lúdico, buscando promover o desenvolvimento individual e coletivo das crianças, para uma melhor aprendizagem durante elas.

Com base nas dissertações apresentadas no quadro podemos ter um melhor entendimento sobre cada pesquisa, bem como suas linhas de estudos e o que foram encontrados acerca das pesquisas levantadas, dessa forma apresenta-se o artigo com objetivo de verificar o desenvolvimento das abordagens a partir das pesquisas sobre a Educação Física, brincar e o lúdico na Educação Infantil, visualizando como se apresenta a disciplina dentro da Educação Infantil, assim entendendo como os professores que ali atuam se encontram diante das crianças. Com isso pode-se dizer que a pesquisa possui grande relevância para que se possa observar o quanto o brincar e o lúdico, dentro da Educação Física, principalmente na faixa etária da Educação Infantil é importante para o desenvolvimento das crianças, seja ele físico/motor, social ou cognitivo.



2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Quando se pensa em Educação Infantil, logo vem à mente, felicidade, brincadeiras, sujeira e muita diversão, devido a faixa etária das crianças e estas estarem vivenciando um momento único em suas vidas. Momento esse que necessita de atenção, cuidado, carinho e atividades que as desenvolvam corretamente. Nesta fase as crianças também estão desenvolvendo a imaginação e isso faz com que elas possam se devolver socialmente e também conseguir encontrar resolução de problemas por meio da imaginação (BOMTEMPO, 2017).

Quando se pensa neste sentido se imagina que familiares e professores podem fazer a diferença no desenvolvimento desses indivíduos. Os professores da Educação Infantil têm um papel importante assim como professores de áreas específicas como os professores de Educação Física, que desempenham diretamente a parte física das crianças, podendo auxiliar no desenvolvimento das atividades com o corpo e auxiliando na psicomotricidade.

Com base em leituras de resumos e artigos percebe-se grande base referencial tanto sobre autores que falam da infância e da criança, quanto os demais autores que descrevem sobre a relação das crianças com brincadeiras, ludicidade e jogos na escola. Alguns mais citados, estão aqui listados para evidenciar o destaque e importância para se apresentar e descrever assuntos referentes aos artigos, sendo eles, Corsaro, Sarmento, Ariés, Kishimoto, Brougère, Mari del Priori, Winnicott, Gallahue, além das próprias leis estabelecidas pelo Ministério da Educação e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que também se configuram como bases para escritas e contextualização sobre os assuntos (KISHIMOTO, 2017).



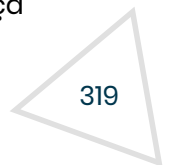
Autores como esses que nos remetem a leituras sobre a importância do ensino e da aprendizagem nas disciplinas e principalmente nas aulas de Educação Física, que desde a infância se tornam indispensáveis para formação individual e coletiva da criança. Autores que evidenciam o papel educacional, para que se possa desenvolver um aprendizado de qualidade mesmo em outras disciplinas, pois para que uma criança possa realizar a escrita, ela precisa ter desenvolvido a motricidade fina, essa habilidade pode ser estimulada pela Educação Física, fazendo com que sua importância seja reavaliada ainda mais.

As dissertações que serão apresentadas abaixo baseiam-se todas em pesquisas qualitativas, algumas bibliográficas, outras com pesquisas de campo em que foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para o desenvolvimento dos assuntos. Martins descreve a pesquisa qualitativa como uma das pesquisas que

[...] privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. (MARTINS, 2004, p. 292).

Uma maneira pela qual se faz pela melhor aproximação dos possíveis dados levantados e encontrados durante a pesquisa, exigindo do leitor e pesquisador melhor compreensão e entendimento do objeto investigado tanto individualmente quanto coletivamente, a pesquisa qualitativa lhe auxilia para uma boa compreensão dos dados quando analisados pelo pesquisador após sua coleta (MARTINS, 2004).

A pesquisa qualitativa sobre o assunto nos motiva pelo fato da grande relevância histórica e social, em que se encontra a criança



no ambiente escolar, uma longa trajetória de estudos e pesquisas realizadas por diversos pesquisadores da Educação Infantil que, observando e percebendo a necessidade de estudar e entender diversos fatores é citado alguns, comportamentos, desenvolvimentos, emoções, frustrações, conquistas, anseios, imaginação, interação entre outros, são algumas das inquietações que nos motivam a querer entender esse processo que aparentemente nos mostra ser tão simples, mas que atrás dessa cortina se esconde uma grande quantidade enorme de diversas situações que se passam durante as brincadeiras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa enquadra-se na pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, sendo que foram buscadas dissertações para posteriormente realizar a análise do levantamento. A análise do levantamento busca trazer para o leitor a forma como foi desenvolvida as pesquisas, bem como os principais apontamentos e inquietações apresentadas durante a mesma, visando uma melhor compreensão e entendimento do assunto abordado e analisado no artigo. Bem como explorar dados para poder descrever mais sobre os assuntos abordados, conhecendo sobre o que já tem de teoria escrito sobre isso (YIN, 2016).

Para desenvolver o levantamento foi buscado no periódico Capes, utilizando palavras-chave “Educação Física” e “Educação Infantil”. A segunda busca foi realizada com palavras-chave “Educação Física” e “Lúdico”, e por fim, a terceira busca utilizou as palavras-chave “Educação Física” e “Brincar”, ressaltando que se buscou apenas dissertações que se referia a Educação Infantil, lúdico e brincar, pelo qual primeiramente se fazia uma leitura prévia



e posteriormente fazia a leitura dos respectivos resumos e palavras-chave. Cabe ressaltar que as buscas realizadas foram utilizadas de aspas e a palavra “AND”, pois assim teve um melhor filtro no levantamento das palavras-chave.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das dissertações levantadas, foram abordados alguns pontos considerados importantes, destacando-os conforme o que foi apresentado durante a leitura dos resumos e corpo teórico de cada dissertação. Para desenvolver o levantamento foi buscado no periódico Capes, utilizando palavras-chaves “Educação Física” e “Educação Infantil” sendo encontradas um total de 278 teses e dissertações. A segunda busca foi realizada com palavras-chave “Educação Física” e “Lúdico”, encontrando 188 teses e dissertações. A terceira busca utilizou-se de palavras-chave “Educação Física” e “Brincar” que resultou em 149 teses e dissertações, ressaltando que se buscou apenas dissertações que se referia a Educação Infantil, lúdico e brincar, pelo qual primeiramente se fazia uma leitura prévia e posteriormente fazia a leitura dos respectivos resumos e palavras-chave. Cabe ressaltar que as buscas realizadas foram utilizadas de aspas e a palavra “AND”, pois assim teve um melhor filtro no levantamento das palavras-chave.

A partir das buscas desenvolvidas foram baixadas apenas 10 dissertações por livre escolha, porém focados nos resumos e palavras-chave das mesmas, para que não perdesse o foco do levantamento. Destas, foram selecionadas cinco dissertações, sendo categorizadas em um quadro para melhor identificar cada uma, bem como seu desenvolvimento e procedimentos adotados para as pesquisas.



Diante das cinco dissertações neste quadro elencadas percebe-se que elas foram publicadas em 2004, 2010, 2011, 2014 e 2018, sendo situadas duas na região Centro-Oeste, uma localizada na região Norte e duas situadas na região Sudeste do Brasil. Observando também as linhas de pesquisa referente às dissertações se cruzavam entre duas na área de Programas de Pós-graduação em Educação Física e três em programas de Pós-graduação em Educação, ambos importantes para o desenvolvimento de profissionais capacitados para trabalhar com a Educação Infantil.

Quadro 1 – Dados coletados das dissertações

Dissertação 1	Autor: MOTA, Joselene F.
	Título: A formação inicial dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Belém: a Organização do Trabalho Pedagógico para o ensino da Educação Física na Educação Infantil
	Tipo de Pesquisa: Pesquisa de Campo. Entrevista semi-estruturada, professores de Educação Física (EF), atuantes na Educação Infantil (EI)
	Objetivo: Analisar as relações presentes entre o processo de formação inicial e atuação do professor de EF na RME/Belém
	Local/Ano: Belém, PA, 2010
	Palavras-chave: Educação. Formação de Professores. Educação Física. Educação Infantil. Organização do Trabalho Pedagógico.
Dissertação 2	Autor: FREITAS, Ivan A.
	Título: À escola com alegria: A importância da incorporação do componente lúdico no cotidiano da escola
	Tipo de Pesquisa: Bibliográfica, Levantamento inicial efetuado no Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
	Objetivo: A importância da incorporação do componente lúdico da cultura, no cotidiano da Escola
	Local/Ano: Piracicaba, SP, 2004
	Palavras-chave: Lúdico. Educação. Escola. Lazer. Educação Física.

Dissertação 3	Autor: JESUS, Joíse F.
	Título: Representações sociais de professores sobre a inserção/ intervenção pedagógica da Educação Física na Educação Infantil de serra
	Tipo de Pesquisa: Qualitativo, Descritivo-interpretativo. Entrevistas semi-estruturada e de elite como fontes na produção dos dados
	Objetivo: Identificar e analisar as representações sociais de professores sobre a inserção/intervenção da Educação Física no contexto da Educação Infantil de Serra/ES
	Local/Ano: Vitória, ES, 2014
	Palavras-chave: Representações Sociais. Educação Física. Educação Infantil
Dissertação 4	Autor: RIBEIRO, Kleber A.
	Título: A educação Física Escolar e o Lúdico no Colégio Militar: Uma Leitura Fenomenológica
	Tipo de Pesquisa: Pesquisa Qualitativa
	Objetivo: Apresentar o lúdico, o jogar e o brincar, como importante elemento da cultura da infância e da Educação Física escolar e que tem sido roubado, em muitos momentos, desses dois contextos
	Local/Ano: Campo Grande, MS, 2011
	Palavras-chave: Educação Física Escolar. Lúdico. Infância. Prática Docente. Fenomenologia
Dissertação 5	Autor: MORAES, Cláudia D.
	Título: A Educação Física e a Interdisciplinaridade na Educação Infantil
	Tipo de Pesquisa: Abordagem Qualitativa. Aplicação de questionário
	Objetivo: Identificar se ocorre a prática pedagógica interdisciplinar entre os professores de Educação Física e pedagogos que atuam nos Centros de Educação Infantil (CEINFs)
	Local/Ano: Campo Grande, MS, 2018
	Palavras-Chave: Educação Física. Educação Infantil. Interdisciplinaridade. Educação Física. Educação Infantil. Interdisciplinaridade

Fonte: os autores.

Com o Quadro 1 pode-se identificar alguns pontos importantes de cada dissertação, em que todas estão se referindo ao campo da Educação Física, área que se identifica com o estudo proposto. As pesquisas buscam-se entender e compreender alguns pontos relevantes dos professores, tais como brincar, lúdico jogos e atividades realizadas na Educação Física dentro da Educação Infantil.

A partir das escritas de cada dissertação apresentada no Quadro 1 pode-se identificar que ainda existem algumas limitações e embaraços pela inserção do professor de Educação Física dentro da Educação Infantil. Das dissertações apresentadas, duas se distanciam, pois, quando descritas relatam a disciplina como algo apenas para ajustar o planejamento dos professores regentes, pois as cargas horárias estavam acima, ou seja, deixando clara a Educação Física como não tão essencial dentro da Educação Infantil.

Uma segunda dissertação se observou um fato preocupante, pois, ao realizar a pesquisa constatou que a Educação Infantil naquele Estado foi atuante até o ano de 2009, dando a entender que posteriormente não continuou a disciplina de Educação Física para essa faixa etária (FREITAS, 2004). Preocupação que nos coloca a pensar quando os autores Cavalaro e Muller (2009), descrevem a importância da união das demais disciplinas dentro da Educação Infantil, assim como a Educação Física, sendo uma das disciplinas a ser essencial para o reconhecimento e união entre elas.

Pensando nesta situação de que em alguns estados não possuiu a Educação Física como disciplina regular da Educação Infantil, entende-se que também não se leva em consideração o desenvolvimento psicomotor da criança nessa faixa etária. Em alguns estados a Educação Física realizada por um professor específico da área só é obrigatória a partir do 5º ano no Ensino Fundamental, ou seja, muitas questões de aprendizagem motora podem se perder e quando não



realizadas de forma correta, os alunos podem não ter mais a mesma desenvoltura motora que teriam se tivessem o acompanhamento desde a Educação Infantil.

Outro ponto a ser destacado nas dissertações é pelo fato de uma descrever a falta de formações continuadas para a disciplina de Educação Física, um fato bastante preocupante e que infelizmente é corriqueiro nesta etapa, pois ainda se encontra regiões que não desenvolvem essas formações, o que dificulta o ingresso dos profissionais na Educação Infantil. Assim para Nogueira (2015, p. 2) salienta da importância da formação continuada, descrevendo

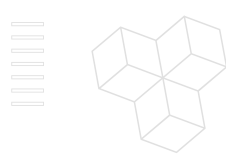
[...] A formação de um professor não se esgota na graduação, pois é um processo contínuo, além de ser uma necessidade de um profissional que se preocupa com sua qualificação e com o desenvolvimento de um trabalho de qualidade [...].

Com isso devemos nos qualificar e sempre buscar conhecimentos acerca do que nos deixa algumas vezes confusos e preocupados em relação ao desenvolvimento das crianças. Não bastasse apenas esperar as formações escolares, mas tomar a própria iniciativa também se torna um meio para auxiliá-lo nessa etapa.

Outros apontamentos encontrados dentro das dissertações foram a dificuldade encontrada no âmbito escolar, seja por falta de preparo, limitações e dificuldades em realizar por parte dos professores dentro da Educação Infantil, como pelo fato de uma aplicação melhor dessas leis quando refere-se a parte prática, ou seja, as leis e estatutos os amparam e abordam todos os tramites legais estabelecidos, geralmente não são postos e incluídos nas escolas o que prejudica ainda mais esse processo.

O ponto pelo qual queremos chegar é estabelecer a importância dos professores e das atividades lúdicas e recreativas dentro da





escola. E isso as dissertações acima descrevem e amparam os leitores durante a pesquisa, abordando e relatando, seja por meio de pesquisas de campo, bibliográficas ou documentais. Mas a vertente é saber a essência que essas práticas pedagógicas as auxiliam na Educação Infantil, proporcionar para as crianças em seu processo de desenvolvimento é imergir em um mundo que precisa ser explorado e apropriado a elas.

Diante das pesquisas, outro assunto levantado foi o fato de apenas duas dissertações foram desenvolvidas e aplicadas em campo, ou seja, as demais foram desenvolvidas com pesquisas bibliográficas ou documentais e assim realizando uma análise em cima dos mesmos. O fato não é o ir ou não a campo, mas o que pode nos indagar e ficar de alerta para os futuros pesquisadores é tomar bastante cuidado em verificar antes do desenvolvimento de sua pesquisa as diversas possibilidades, caso uma não alcance o esperado, pois com uma pesquisa de campo, muitas vezes, os sujeitos estão com receios ou achando que podem ficar expostos e assim negar a participar.

Diante disso Fonseca (2002, p. 31-32), descrevendo as duas pesquisas como sendo a

[...] pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza de fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Sendo que uma auxilia o pesquisador a ter uma aproximação melhor com o seu objeto de estudos, podendo comparar e apontar algumas situações durante a pesquisa e assim a partir dos dados





coletados, serão analisados e interpretados trazendo uma base metodológica para ser comparados ao que se coletou. E outra se utiliza de fontes e materiais já construídos ou até mesmo de dados já coletados e assim poder, posteriormente, analisar e relacionar.

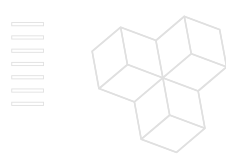
Com as dissertações, podemos encontrar algumas dificuldades e entraves, tanto por parte dos professores, quanto pelas escolas. O que pode levar em consideração é a busca dos professores por uma formação, porém ainda se apresenta limitações e despreparo por parte de alguns sistemas, mas basta que os profissionais consigam buscas novas alternativas e estratégias para melhor entender a importância do brincar e do lúdico, se faz acreditar que só assim terá bons professores atuando na Educação Infantil.

Apesar de que, infelizmente, ainda pode se deparar com situações assim encontradas nos estudos desenvolvidos, acredita-se que ainda terá um futuro promissor dentro da Educação Infantil, além de inúmeras conquistas, seja para os alunos ou para a formação continuada e específica nas entidades de ensino. O que se tornará um grande avanço para o processo na Educação Infantil e para todos assim como eu que são apaixonados e encantados com a formação dessas crianças.

5 CONCLUSÃO

Diante dos dados expostos, fica ainda mais evidente a grande essência e necessária articulação que deve ser desenvolvida entre Educação Física e Educação Infantil. Com base nas dissertações podemos observar o quanto é importante compreendermos o conceito da infância, bem como seus respectivos processos de desenvolvimento, cada fase ou etapa pelo qual as crianças vivenciam e passam são importantes para sua formação pessoal





e coletiva, visto que a grande maioria terá essas vivências dentro do âmbito escolar, haja visto da complexidade em se trabalhar brincadeiras, jogos, atividades lúdicas, entre outros.

Grande parte dos professores e pesquisadores sabem das dificuldades que infelizmente são encontradas dentro de nossas escolas. Talvez isso seja uma das barreiras que também devem ser traçadas para se chegar a um ensino de qualidade visto que os espaços escolares ainda necessitam de melhorarias, para os professores conseguirem ministrar uma aula regular.

A falta de conhecimentos, formação continuadas e engajamento por parte de alguns professores, também reflete ao descaso da Educação Física na Educação Infantil. Muitos esperam serem chamados para se atualizar e buscar novos conhecimentos, o que dificulta na hora da prática o desenvolvimento de uma aula de qualidade. A ideia não é de apontar julgamentos, porém acredita-se que para qualquer função que um indivíduo irá desenvolver, é necessário um comprometimento e dedicação, sem esses requisitos as chances de não atingir as expectativas serão maiores ainda.

Deve-se dominar uma gama de atividades, contudo sempre buscando direcioná-las a algo que venha a agregar o desenvolvimento da criança. Atividades lúdicas, jogos e brincadeiras são a chave para a compreensão de como esse indivíduo se comporta, observando suas limitações, anseios e dificuldades ao realizar a atividade. A visão do professor também é importante para detectar supostos entraves entre as crianças, seus comportamentos muitas vezes refletem durante as aulas práticas, conseqüentemente dentro da sala de aula irá ter dificuldade em entender certos conteúdos.

A criança é um ser dinâmico e complexo, sempre está transformando e aprimorando seu conhecimento a partir do que lhe é exposto. Ela pensa e sente de maneira típica tudo em seu redor,





tendo capacidade de construção de seu imaginário gigantesca, transformando um objeto em diversas formas e maneiras de utilizar e brincar.

Os apontamentos e reflexos acerca dessa temática não devem se encerrar, mas sim buscar novas pesquisas e assuntos, para compararmos com o que já está descrito pelas nossas bases teóricas. A Educação Infantil é a fase essencial para a maior gama de habilidades de uma criança, sendo a base para posteriormente ela engajar no ensino regular. Ainda há muitas questões e inquietações a serem aprofundadas que se farão importantes para uma maior produção para nossa educação no Brasil.

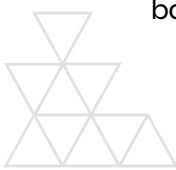
REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz de conta: lugar de simbolismo, da representação do imaginário. *In*: KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2017.

CAVALARO, A. G.; MULLER, V. R. **Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada**. Curitiba: Educar, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n34/15.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=o5B2xSChpSEC&oi=fnd&pg=P6A&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%A9fica.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila.&ots=OQWTZds-m-&sig=VufLUq1d8beCfhKiejbRWZ3OVfo#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FREITAS, I. A. **À escola com alegria: a importância da incorporação do componente lúdico no cotidiano da escola**. 2004. 98 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.



JESUS, J. F. **Representações sociais de professores sobre a inserção/ intervenção pedagógica da educação física na educação infantil de Sera**. 2014. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2017.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289–300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.


MORAES, C. D. **A educação física e a interdisciplinaridade na educação infantil**. 2018. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

MOTA, J. F. **A formação inicial dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Belém**: a Organização do Trabalho Pedagógico para o ensino da Educação Física na Educação Infantil. 2010. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.

NOGUEIRA, A. L. Formação Continuada na Educação Infantil. **Revista Eletrônica da Pós-Graduação em Educação**, UFG Jataí, 2015.

RIBEIRO, K. A. **A educação Física escolar e o lúdico no Colégio Militar**: uma leitura fenomenológica. 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.



A TCC PARA ESQUIZOFRENIA É MAIS UM DELÍRIO? REVISÃO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: SOBRE A EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO E COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA

Viviane Celita Crescela¹
Morgana Orso dos Santos²

RESUMO

Representada como uma doença grave e incapacitante a esquizofrenia é uma síndrome que se sobressai entre as desordens mentais, sendo vista como um transtorno psiquiátrico desafiador e muito grave. A esquizofrenia atinge mais de 20 milhões de pessoas no mundo, desses cerca de 1,8 milhão diz respeito ao povo Brasileiro. As evidências que apoiam a eficácia da Terapia cognitivo-comportamental (TCC) para esquizofrenia, aumentaram em todo o mundo, pois é pautada no modelo cognitivo da doença, fornecendo evidências neurobiológicas para justificar a psicopatologia da esquizofrenia, vindo em auxílio à redução de recaídas, diminuição quanto ao grau de alucinações e delírios, contribuindo para funcionamento global do paciente, promovendo bem-estar psicológico. O presente artigo é caracterizado por ser uma revisão sistemática de caráter analítico, sobre a eficácia da TCC com pacientes esquizofrênicos. Objetivo deste artigo é apresentar de forma didática o uso da terapia cognitivo-comportamental, para o manejo de pacientes esquizofrênicos e investigar sua eficácia. Método: revisão sistemática da literatura a partir do acesso às bases de dados. Como resultado, muitos dos artigos encontrados incorporam elementos adicionais da Terapia

¹ Pós-graduada em Psicologia Clínica Terapia Comportamental e Cognitiva; Bacharel em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Chapecó; vivianecrescela.psi@gmail.com

² Mestra em Psicologia pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento de Passo Fundo; Professora do curso de Psicologia da Unoesc Chapecó.

cognitivo-comportamental como sendo uma abordagem derivativa da mesma. Percebe-se que muitas intervenções estão sendo rotuladas como terapias provenientes da TCC, mas é difícil fornecer definições únicas para cada uma. Este estudo se torna importante, pois desmistifica o caráter superficial submetido à abordagem pelo senso comum na qual a Terapia cognitivo-comportamental tem sido visualizada como um recurso valioso para atender às necessidades de pacientes esquizofrênicos, pois propõe uma nova abordagem para o delírio, na qual se permite que o paciente utilize áreas intactas do seu psiquismo, para encontrar novas alternativas para suas crenças delirantes, diminuindo assim o impacto desse pensamento disfuncional.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Terapia cognitivo-comportamental. Eficácia.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS),³ em um artigo publicado em abril de 2018, a esquizofrenia acomete mais de 20 milhões de pessoas no mundo, desses, cerca de 1,8 milhão diz respeito a brasileiros, sendo os homens os mais afetados. Representada como uma doença grave e incapacitante a esquizofrenia, é uma síndrome que se sobressai entre as desordens mentais, sendo vista como um transtorno psiquiátrico desafiador e muito grave (FARIA et al., 2019).

Durante alguns anos, a única indicação de tratamento para pacientes acometidos de doenças mentais, eram as medicações antipsicóticas. Ainda hoje segue o tratamento medicamentoso, porém depois de várias pesquisas na área, foi demonstrado que a medicação pode ter um melhor resultado se associada a

³ Informações obtidas na Folha informativa atualizada em abril de 2018, publicada em 2018 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICADA DA SAÚDE, 2018).



intervenções psicossociais. (BARRETO; ELKIS, 2017). Devido à grande preocupação quanto à como direcionar delírios diretamente, a TCC foi então introduzida pela primeira vez na década de 90, pois se entendia que esse sintoma fugia das experiências normais (CANDIDA et al., 2016).

A Terapia cognitivo-comportamental vem em auxílio à redução de recaídas, diminuição quanto ao grau de alucinações e delírios, contribuindo para funcionamento global do paciente (BARRETO; ELKIS, 2017). Tem sido visualizada como recurso valioso para atender às necessidades de pacientes esquizofrênicos.

O objetivo deste artigo foi apresentar, de forma didática o uso da terapia cognitiva-comportamental, para o manejo de pacientes esquizofrênicos e investigar sua eficácia. Para tanto foi realizada uma revisão sistemática da literatura a partir do acesso às bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e National Library of Medicine (PubMed), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE- Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), portal de periódicos Capes e BDTD, sigla para Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

2 ESQUIZOFRENIA

A esquizofrenia é vista socialmente, como uma doença grave e incapacitante, que se designa a um único desfecho, a deterioração progressiva em vários aspectos da vida. Esta visão também é compartilhada pela psiquiatria, dificultando assim o tratamento e reforçando a visão negativa que o transtorno já carrega (ANDRADE, 2019). Caracterizada como um transtorno psicótico grave, não existe



um sintoma próprio ou curso uniforme para todos os pacientes esquizofrênicos. Assim como o tratamento também pode variar em função do paciente, além disso, fatores etiológicos, bioquímicos e psicossociais, foram associados ao surgimento deste transtorno (VALENÇA; NARDI, 2015).

A nova edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014), descreve os cinco domínios que caracterizam as perturbações presentes na esquizofrenia, em seu critério mais relevante, no critério A. As disfunções são representadas por alucinações, delírios, comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico, discurso desorganizado e sintomas negativos que correspondem também à sintomatologia necessária para formular o diagnóstico (LOPES; MOTA; SILVA, 2018).

Segundo o American Psychiatric Association et al. (2014), geralmente é diagnóstica entre o fim da adolescência e meados dos 30 anos. O primeiro episódio psicótico surge comumente, entre o início e metade da faixa dos 20 anos para o sexo masculino e fim dos 20 anos para o sexo feminino. É raro seu diagnóstico antes da adolescência. Na maior parte dos indivíduos, o desenvolvimento ocorre de forma lenta e gradativa, dentre uma variedade de sintomas e sinais clinicamente importantes. Em geral essas pessoas queixam-se de sintomas depressivos. Quanto mais precoce o desenvolvimento do transtorno pior é seu prognóstico.

Seus fenômenos de maior relevância são os distúrbios de afeto, de relacionamento, a dificuldade em delimitar a realidade da fantasia, desorganização do pensamento, variadas manifestações do comportamento e incapacidade progressiva. Alguns déficits são percebidos ainda na infância e adolescência, antes dos sintomas psicóticos. Entre os sintomas que mais se destacam estão os delírios,



transtornos de pensamento e de fala, perturbação das emoções e avolição (FARIA et al., 2019).

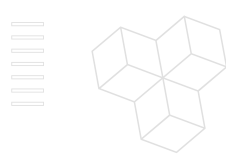
Desta forma para ser enquadrado como esquizofrenia o sujeito deverá preencher dois ou mais dos sintomas do critério A. Destes sintomas um deve ser positivo: alucinação, delírio ou discurso desorganizado, se presentes num período de trinta dias. Os demais critérios estão associados a prejuízos em áreas do funcionamento, persistência de alguns sinais por um período de seis meses contínuos. O estabelecimento de um diagnóstico diferencial, a impossibilidade da perturbação está relacionada a efeitos fisiológicos ou outras condições médicas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al., 2014).

Embora não sejam específicos da esquizofrenia, os sintomas positivos são os que mais característicos do transtorno. Os delírios são considerados crenças distorcidas da realidade, que apresentam conteúdos diversos. Já as alucinações, são percepções reais sem objetos existentes. A desorganização do pensamento pode ser verificada através do discurso que o paciente venha a manifestar. Sendo que esses sintomas costumam a aparecer nas fases agudas, com posterior período de remissão. Sobre o comportamento catatônico ou grosseiramente desorganizado, estes se referem a comportamentos tolos e pueris, movimentos estereotipados, postura rígida, agitação imprevista, dentro outros (LOPES; MOTTA; SILVA, 2018).

Os sintomas intitulados negativos são: avolia, alogia, expressão emocional diminuída, falta de sociabilidade e anedonia, são os mais comuns e estão associados ao transtorno da esquizofrenia, sendo a expressão emocional diminuída e avolia os mais proeminentes (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al., 2014).

Diante disso, o paciente com esquizofrenia necessita de recursos psicossociais para conseguir lidar e se adaptar aos prejuízos causados pelo transtorno, é por este motivo que o tratamento deve





envolver não só o apoio psicossocial, mas também a combinação de medicação e cuidados familiares. O transtorno de esquizofrenia pode ser apoiado por várias abordagens terapêuticas uma delas é Terapia cognitivo-comportamental (LOPES; MOTA; SILVA, 2018).

Pesquisas recentes demonstram que a efetividade dos medicamentos podem ser melhorados com intervenções psicossociais, por exemplo as terapias familiares ou a Terapia cognitivo-comportamental, também conhecida como TCC, que vem de auxílio a redução dos índices de recaídas, diminuição quanto à severidade das alucinações e delírios, contribuindo assim para o funcionamento global do paciente (BARRETO; ELKIS, 2017).

3 ABORDAGEM COGNITIVO E COMPORTAMENTAL

O que define as características que estão no núcleo das terapias cognitivo-comportamentais, são três proposições fundamentais, a primeira é que a atividade cognitiva influencia o comportamento, a segunda que a atividade cognitiva pode ser monitorada e alterada, e a última, é o comportamento desejado que pode ser influenciado mediante a mudança cognitiva (KNAPP, 2007). O tratamento na abordagem cognitivo e comportamental se torna eficaz, pois, foca na resolução de problemas e no desenvolvimento de habilidades de escolhas. Nesta abordagem o paciente ganha autonomia, passando de uma atitude evitativa e passiva, para uma atitude mais consciente sobre suas possibilidades (OLIVEIRA, 2011).

A Terapia Cognitiva e Comportamental configura-se por ser uma abordagem psicoterapêutica, de participação ativa do terapeuta e cliente, voltada ao presente, com a utilização de técnicas. Visa à modificação dos padrões disfuncionais do pensamento, das crenças intermediárias e centrais do paciente, pois estas causam



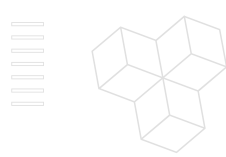


sofrimento emocional, podendo levar ao desenvolvimento de distúrbios psicológicos. O pressuposto primordial dessa abordagem, é que as emoções, reações fisiológicas e comportamentais, estão ligados à forma como os indivíduos avaliam suas experiências no mundo. Ressalta-se que seus princípios e estrutura são adaptáveis a cada indivíduo, no tratamento de seus respectivos problemas (BECK, 2013). Indica-se o uso da TCC para psicoses, com pacientes refratários, que são pacientes que apesar do uso de antipsicóticos, ainda visualiza-se a persistência de sintomas suficientes, para causarem prejuízos significativos nas esferas profissional, familiar e social (BARRETO; ELKIS, 2017).

As evidências que apoiam a eficácia da TCC para esquizofrenia, aumentaram amplamente em todo o mundo. Países como Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália entre outros, endossaram suas diretrizes internacionais, para o uso da mesma com seus pacientes esquizofrênicos. Sugerida como tratamento de primeira linha para a população de risco, o Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Cuidados (Nice), recomendou a TCC para todos os pacientes com esquizofrenia sendo seu grau agudo, crônico ou em remissão. Essas diretrizes também ressaltam que a TCC deve ser realizada por uma equipe qualificada, tendo como período mínimo 16 sessões individuais (CANDIDA et al., 2016).

Em 1952, Beck, publicou um artigo sobre o uso da TCC em um caso de esquizofrenia crônica onde os sintomas persistentes eram os delírios, e esse foi o primeiro relato de uso da TCC para psicoses. Neste artigo Beck (1952) ressalta que o fato de pacientes esquizofrênicos apresentarem crenças irracionais, não significa que estes sejam irracionais. Desta forma retirasse a visão da psicopatologia tradicional, que vê o delírio como uma crença irreduzível, a TCC propõe uma nova abordagem para o delírio, onde





se permite que o paciente, utilize áreas intactas do seu psiquismo, para encontrar novas alternativas para suas crenças delirantes, diminuindo assim o impacto desse pensamento disfuncional (BARRETO; ELKIS, 2017).

Pautada no modelo cognitivo da doença, a TCC para esquizofrenia, fornece evidências neurobiológicas para justificar a psicopatologia da esquizofrenia. Sendo assim os delírios e alucinações (sintomas positivos), estão integrados ao comprometimento do processamento cognitivo, induzido pela hiper-regulação da dopamina, que leva o indivíduo a várias formas de processamento (por exemplo, saltar para conclusões). Já os sintomas negativos relacionam-se com a hipo-desregulação dos sinais de dopamina, que está ligada aos estímulos de recompensa, fazendo o indivíduo ter baixa motivação e gradualmente, retraimento social, falta de interesse, entre outros sintomas negativos. Para avaliar pacientes com delírios, deve-se considerar que a crença delirante tem como característica norteadora: convicção, intensidade, perversidade, certeza e inflexibilidade, preocupação, significância e impacto comportamental (LOPES; MOTA; SILVA, 2018).

Dentro dessa perspectiva a TCC utiliza várias técnicas para atingir de forma efetiva esses aspectos de processamento cognitivo e dos sintomas positivos e negativos subjacentes (CANDIDA et al., 2016). A Terapia cognitivo-comportamental, geralmente busca ensinar sistematicamente os pacientes a desafiar, analisar, mudar pensamentos, atribuições e crenças subjacentes sobre seus sintomas psicóticos perturbadores, melhorar a baixa autoestima e percepções da interferência na realização de objetivos funcionais (LOPES; MOTA; SILVA, 2018).

Porém quando se trata de alucinações, os terapeutas devem considerar algumas características pertinentes à experiência





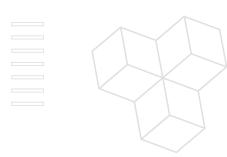
auditiva por voz, que seriam: número de vozes, qual a frequência, volume, possíveis gatilhos e localização da fonte. Só após essa avaliação cuidadosa é que se pode recomendar uma abordagem e técnicas para redução do sofrimento, que podem ser: aprimorar habilidades de enfrentamento, distrair o paciente das vozes, usar técnicas de evidências (respostas racionais), registro de pensamento disfuncional modificado para este transtorno, abordagens metacognitivas, e técnicas de normalização para a redução de emoções negativas associadas às vozes (CANDIDA, et al., 2016).

Segundo Beck et al. (2010) essa avaliação se faz necessária porque as crenças irracionais podem não caracterizar delírios. Já a crença delirante é considerada um fato que afeta a vida do paciente, devendo o terapeuta encontrar explicações e não a confrontar. Desta forma entende-se que as emoções estão envolvidas na manutenção e na gênese da vivência psicótica, e que estas geralmente são precedidas de estresse (BARRETO, 2015).

Este estresse ocasionado pelas crenças delirantes, apesar de rígidos, pode ser reduzido pela TCC, através da aplicação de técnicas como: descoberta guiada, questionamento socrático e a seta descendente, que em conjunto com experimentos comportamentais podem promover o conhecimento e validação de diferentes interpretações, acerca do que está distorcido (SILVA; PADOVANI; NEVES, 2011).

O alvo mais desafiador para os terapeutas são as ilusões, pois são difíceis de determinar se as crenças são ou não uma ilusão. O terapeuta precisa entender a flexibilidade e a convicção do paciente, assim como seu contexto, persistências das crenças e plausibilidade. Pacientes esquizofrênicos têm certa resistência em falar sobre experiências psicóticas, por isso deve-se desenvolver





uma aliança terapêutica forte e confiável, para que se possa compreender efetivamente a experiência psicótica. Ao trabalhar as ilusões, os terapeutas necessitam se envolver em um processo muito complexo para conseguir compensar os desvios de raciocínio, iniciando pelas causas e consequências das crenças ilusórias. Nesta mesma lógica os terapeutas precisam examinar pensamentos paranoicos, para auxiliar no encontro de explicações alternativas e usar técnicas de descentralização. Por fim quando as crenças ilusórias ainda são resistentes à mudança, deve levar o foco para o estresse e medos associados a essas crenças (CANDIDA et al., 2016).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi realizada no período de 19 a 20 de setembro de 2019, e utilizou-se para a pesquisa as bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e National Library of Medicine (PubMed), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE-Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), portal de periódicos Capes e BDTD, sigla para Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O presente artigo é caracterizado por ser uma revisão sistemática de caráter analítico, sobre a eficácia da TCC com pacientes esquizofrênicos. Artigos de revisão são definidos como uma forma de pesquisa, que se utiliza de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas, para o alcance de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um estudo para que se atinja um determinado





objetivo. A revisão sistemática é uma forma de pesquisa, planejada para responder a uma pergunta específica, artigos que contem este tipo de método, são considerados trabalhos originais, pois, são elaborados com rigor metodológico, utilizando como fontes, dados a literatura sobre determinado tema (ROTHER, 2007).

Foi definido como critérios de inclusão artigos publicados entre os anos de 2009 a 2019, com intuito de obter publicações mais atualizadas sobre o assunto. Estudos com pacientes esquizofrênicos diagnosticados, artigos que utilizavam a terapia cognitiva e comportamental ou suas vertentes, como tratamento ou tratamento auxiliar a medicação entre outras formas de tratamento e aprovação ética dada para o estudo.

Serão excluídos artigos que não estão disponíveis na íntegra para leitura, artigos que utilizem experiências com animais, assim como artigos sem ensaios clínicos ou grupo controle e que não preencham os critérios acima citados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em todas as bases de dados utilizaram-se os mesmos descritores, terapia cognitivo *and* comportamental *and* esquizofrenia. Um total de 1.128 estudos foram revelados pelas buscas iniciais para a revisão. Um total de 700 estudos foram rejeitados por serem inadequados. Dos 426 estudos revisados, 304 não estavam disponíveis para leitura integral, 73 foram excluídos e 49 preencheram os critérios de inclusão, os quais estão citados na Tabela 1.



Tabela 1 – Compilação dos dados coletados dos artigos.

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publicação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amostra	Critério	Tempo
Granholm E. et al. (2009)	Estados Unidos	Atitudes de Desinteresse Social e Treinamento de Habilidades Sociais Cognitivo-Comportamentais em Grupo para Deficiência Funcional na Esquizofrenia	Terapia Cognitivo-Comportamental	Terapia de Grupo Terapia Individual	79 pacientes	DSM IV	18 Sessões
Brabban A. et al. (2009)	Estados Unidos	Preditores de resultados em terapia breve de comportamento cognitivo para esquizofrenia	Terapia Cognitivo-Comportamental	Antipsicóticos - Tratamento Usual	354 pacientes	CID 10	2 a 3 meses
Kumari V. et al. (2009)	Estados Unidos	Atividade do córtex pré-frontal dorsolateral prediz responsividade à terapia cognitivo-comportamental na esquizofrenia	Terapia Cognitivo-Comportamental	Antipsicóticos - Tratamento Usual - Ressonância Magnética	72 pacientes	Sem descrição	6 a 8 meses
Shaun M. E. et al. (2009)	Estados Unidos	Terapia de aprimoramento cognitivo para esquizofrenia precoce: efeitos de um estudo controlado randomizado de dois anos	Terapia de Aprimoramento Cognitivo	Reabilitação Cognitiva	58 pacientes	DSM IV	2 anos
Long M. E. et al. (2010)	Estados Unidos	Fidelidade do terapeuta com um tratamento baseado em exposição do TEPT em adultos com esquizofrenia ou transtorno esquizoafetivo	Terapia Cognitivo-Comportamental	Terapia de Exposição	Não cita	DSM IV	57 sessões
Shaun M. E. et al. (2010)	Países Baixos	Durabilidade em um ano dos efeitos da terapia de aprimoramento cognitivo no resultado funcional no início da esquizofrenia	Terapia de Aprimoramento Cognitivo	Reabilitação Cognitiva e Terapia de Suporte Enriquecido	58 pacientes	DSM IV	1 ano

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Kristen M. H. et al. (2010)	Inglaterra	Alterações corticais pré-frontais após treinamento cognitivo em pacientes com esquizofrenia crônica: efeitos da prática, generalização e especificidade	Treino-mento Cogni-tivo	Treina-mento em correção cognitiva por computador e Treina-mento de habili-dades Sociais Compor-tamentais	21 pa-cientes	DSM IV	8 sema-nas
Shaun M. E. et al. (2011)	Inglaterra	Mecanismos de melhoria funcional em um estudo de 2 anos de terapia de aprimoramento cognitivo para esquizofrenia precoce	Terapia de Aprimoramento Cogni-tivo	Reabi-litação Cognitiva	58 pa-cientes	DSM IV	2 anos.
Penn D. L. et al. (2011)	Países Baixos	Uma investigação piloto do Programa de Intervenção de Recuperação Graduada (GRIP) para a psicose do primeiro episódio	Terapia Cog-nitivo-Comporta-mental	Terapia Individual	10 pa-cientes	SCID-P e DSM IV	12 ses-sões
Vestera-ger L. et al. (2011)	Inglaterra	Treino-mento cognitivo mais um programa psicossocial abrangente (OPUS) versus o programa psicossocial abrangente sozinho para pacientes com esquizofrenia de primeiro episódio (o ensaio NEUROCOM): um protocolo de estudo para um ensaio clínico multi-cêntrico, randomizado centralmente e cego para os observadores	Treino-mento Cogni-tivo	Treina-mento Cognitivo Individual	62 Pa-cientes	CID 10	16 sema-nas
Premku-mar P. et al. (2011)	Irlanda	Os estilos de enfrenta-mento preveem a capacidade de resposta à terapia comporta-mental cognitiva na psicose	Terapia Com-porta-mental Cogni-tiva		60 Pa-cientes	DSM IV	19 Ses-sões

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publicação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amostra	Critério	Tempo	
Breitborde N. J. et al. (2011)	Inglaterra	Psicoeducação de grupo multifamiliar e remediação cognitiva para psicose de primeiro episódio: um estudo controlado randomizado	Remediação Cognitiva		Psicoeducação	40 Pacientes	DSM IV e CID 10	1 ano
Vander G. M. et al. (2011)	Inglaterra	Terapia cognitivo-comportamental para psicose recorrente e persistente em pessoas com transtorno do espectro da esquizofrenia: análise de custo-efetividade	Terapia Cognitivo-Comportamental			216 Pacientes	DSM IV e CID 10	18 meses
Rodewald K. et al. (2011)	Inglaterra	Planejamento e treinamento para resolução de problemas em pacientes com esquizofrenia: um estudo controlado randomizado	Remediação Cognitiva	Treinamento em planejamento e solução de problemas		89 Pacientes	DSM IV	3 semanas
Horan W. P. et al. (2011)	Inglaterra	Eficácia e especificidade do treinamento de habilidades cognitivas sociais em pacientes ambulatoriais com transtornos psicóticos	Treinamento social de Habilidades Cognitivas			68 Pacientes	DSM IV	24 Sessões
Gottlieb J. D. et al. (2011)	Países Baixos	Facilitação de D-cicloserina da terapia cognitivo-comportamental para delírios na esquizofrenia	Terapia Cognitivo-Comportamental	Treinamento na geração de crenças alternativas	Fármaco D-cicloserina	20 Pacientes	DSM IV	2 Sessões
Keshavan. M. S. et al. (2011)	Países Baixos	Uma ampla reserva cortical acelera a resposta à terapia de aprimoramento cognitivo na esquizofrenia no início do curso	Remediação Cognitiva	Terapia de Aprimoramento Cognitivo	Terapia de Suporte Enriquecida (EST)	50 Pacientes	DSM-IV	2 anos

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Birchwood M. et al. (2011)	Ingla- terra	Um estudo controlado e randomizado, multi-cêntrico, de terapia cognitiva para impedir a conformidade prejudicial com alucinações de comando	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental		Não cita	CID-10	18 me- ses
Klingberg S. et al. (2011)	Estados Unidos	Sintomas negativos da esquizofrenia como alvo primário da terapia cog- nitivo-comportamental: resultados do estudo clínico randomizado TONES	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental	Reme- dição Cognitiva	198 Pa- cientes	DSM-IV SCID-I	9 Mes- ses
Wolwer. W. et al. (2011)	Estados Unidos	Remediação Sociocog- nitiva na Esquizofrenia: Generalização dos Efeitos do Treinamento de Reconhecimento de Afetos (TAR)	Reme- dição Socio- cogni- tiva	Treina- mento de Reconhe- cimento de Afetos (TAR)	38 Pa- cientes	CID-10 DSM-IV	12 Ses- sões
McGuire P. et al. (2011)	Brasil	A intervenção clínica na fase de alto risco é eficaz?	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental	Farmaco- terapia	113 Pa- cientes	Avalia- ção dos Sinto- mas	3 anos
Bechdolf A. et al. (2012)		Prevenção da progres- são para a psicose do primeiro episódio nos primeiros estados pro- drômicos iniciais	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental	Treina- mento de Habili- dades em grupo, Re- mediação Cognitiva e psicoe- ducação multifamí- liar	128 Pa- cientes	DSM-IV	24 meses
Grant P. M. et al. (2012)	Estados Unidos	Estudo randomizado para avaliar a eficácia da terapia cognitiva para pacientes com esquizofrenia de baixo funcionamento	Terapia Cog- nitiva	Trata- mento Padrão	60 Pa- cientes	DSM-IV	18 me- ses

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publicação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amostra	Critério	Tempo
Wykes T. et al. (2012)	Países Baixos	Desenvolvendo modelos de como as melhorias cognitivas alteram o funcionamento: mediação, moderação e mediação moderada	Correção Cognitiva		49 Pacientes	DSM-IV	20 Sessões
Subramaniam K. et al. (2012)	Estados Unidos	O treinamento cognitivo computadorizado restaura a atividade neural na rede de monitoramento da realidade na esquizofrenia	Treinamento Cognitivo		31 Pacientes	DSM-IV SCID	16 Semanas
Vander Gaag M. et al. (2012)	Estados Unido	Terapia cognitivo-comportamental para indivíduos com risco ultra-alto para desenvolvimento de psicose: um estudo clínico controlado randomizado	Terapia Cognitivo-Comportamental		201 pacientes	DSM IV	18 meses
Zugman S. et al. (2012)	Brasil	Conceitualização cognitiva de um caso de paranóia de Freud	Terapia Cognitivo-Comportamental	Conceitualização cognitiva	6 Pacientes	Não Cita	Não convém
Bowie C. R. et al. (2012)	Estados Unidos	Remediação cognitiva combinada e treinamento de habilidades funcionais para esquizofrenia: efeitos sobre cognição, competência funcional e comportamento do mundo real	Remediação cognitiva	Treinamento em Habilidades de Adaptação funcional	107 pacientes	Pacientes Ambulatoriais	12 Semanas
Penadés R. et al. (2013)	Estados Unidos	Efeitos cerebrais da terapia de remediação cognitiva na esquizofrenia: um estudo estrutural e funcional de neuroimagem	Remediação Cognitiva	Treinamento de Habilidades Sociais	30 pacientes	DSM IV	4 meses
Freeman D. et al. (2013)	Inglaterra	As crenças dos pacientes sobre as causas, persistência e controle de experiências psicóticas preveem a adoção de uma terapia comportamental cognitiva eficaz para a psicose	Terapia Cognitivo-Comportamental		92 pacientes	CID 10 DSM IV	20 Sessões

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Kråkvik B. et al. (2013)	Estados Unidos	Terapia cognitivo- -comportamental para sintomas psicóticos: um estudo randomizado de eficácia controlada	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental	Trata- mento Usual	45 pa- cientes	CID 10	12 Me- ses
Eack S. M. et al. (2013)	Irlanda	Melhoria negativa dos sintomas durante a reabilitação cognitiva: resultados de um estudo de 2 anos da Terapia de Aperfeiçoamento Cognitivo	Reabi- litação Cog- nitiva	Terapia de Suporte Enriqueci- do (EST) Terapia de Aperfei- çoamento Cognitivo (TEC)	58 Pa- cientes	DSM IV	02 anos
Freeman D. et al. (2013)	Ingla- terra	Os efeitos do uso da te- rapia cognitivo-compor- tamental para melhorar o sono de pacientes com delírios e alucina- ções (estudo BEST): pro- tocolo de estudo para um estudo controlado randomizado	Terapia Cog- nitivo- -Com- porta- mental		30 Pa- ciente	DSM IV CID-10	24 Sema- nas
Sánchez P. et al. (2014)	Estados Unidos	Melhorias nos sintomas negativos e resultado funcional após um programa de remedia- ção cognitiva de nova geração: um estudo controlado randomi- zado	Reme- diação Cog- nitiva	Reabi- litação Neuropsi- cológica	84 pa- cientes	DSM IV	3 me- ses
Morrison A. P. et al. (2014)	Ingla- terra	Terapia cognitiva para pessoas com distúr- bios do espectro da esquizofrenia que não tomam antipsicóticos: um estudo controlado randomizado, cego e único	Terapia Cog- nitiva	Trata- mento Usual	74 Pa- cientes	CID-10	6 me- ses
Caim C. K. et al. (2014)	Países Baixos	Aumento da D-Cicloseri- na na Remediação Cog- nitiva na Esquizofrenia	Reme- diação Cog- nitiva	Placebo e D-Ciclose- rina	54 Pa- cientes		18 Ses- sões

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Davis M. C. et al. (2014)	Ingla- terra	Treinamento cognitivo- social aumentado da ocitocina na esquizo- frenia	Treina- mento Cog- nitivo Social	Placebo	27 Pa- cientes	DSM IV	12 Ses- sões
Freeman D. et al. (2014)	Países Baixos	Um estudo inicial ran- domizado controlado da Fase II testou o efeito sobre delírios persecu- tórios do uso da TCC para reduzir cognições negativas sobre o self: os benefícios potenciais de aumentar a autocon- fiança	Terapia Cog- nitivo- Com- porta- mental	Trata- mento Padrão	30 pa- cientes	Não Cita	12 Sem- anas
Moritz S. et al. (2014)	Estados Unidos	Efeitos sustentados e "adormecidos" do treinamento metacog- nitivo em grupo para esquizofrenia: um ensaio clínico randomizado	O Treina- mento Meta- cog- nitivo (MCT)	Medica- ção	150 Pa- cientes	DSM IV	03 Anos
Mueller D. R. et al. (2015)	Estados Unidos	Estudo randomizado controlado de um ano e acompanhamento de terapia neurocognitiva integrada para pacien- tes ambulatoriais com esquizofrenia	Reme- dição Cogni- tiva	Terapia Neuro- cognitiva Integrada	56 Pa- cientes	DSM IV CID-10	30 Ses- sões
Premku- mar P. et al. (2015)	Irlanda	Córtex orbitofrontal, tomada de decisão emocional e resposta à terapia cognitivo- comportamental para psicose	Terapia Cog- nitivo- Com- porta- mental	Resso- nância Magné- tica	60 Pa- cientes	DSM IV	8 Me- ses
Subotnik K. L. et al. (2015)	Estados Unidos	Risperidona injetável de ação prolongada para prevenção de recaídas e controle de sintomas inovadores após um primeiro episódio recente de esquizofrenia. Um ensaio clínico rando- mizado	Reme- dição Cogni- tiva	Rispe- ridona Injetável Treina- mento de Compor- tamentos Saudáveis	83 Pa- cientes	DSM IV	12 Me- ses

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Granholtm E. et al. (2015)	Inglaterra	Aprimorando o tratamento comunitário assertivo com o treinamento de habilidades sociais comportamentais cognitivas para esquizofrenia: protocolo de estudo para um estudo controlado randomizado	Treino- mento Cog- nitivo Com- porta- mental de Habi- lidades Sociais	Trata- mento Comu- nitário Assertivo	100 Partici- pantes	DSM IV	18 Mes- ses
Freeman D. et al. (2015)	Inglaterra	Efeitos da terapia cog- nitivo-comportamental para a preocupação com delírios persecutó- rios em pacientes com psicose (WIT): um estudo paralelo, cego, rando- mizado e controlado com uma análise de mediação	Terapia Cog- nitivo- Com- porta- mental	Psicoedu- cação, Re- visão de Crenças e Trata- mento Padrão	150 Pa- cientes	Escala de conde- nação PSYRATS	8 sema- nas
Reeder C. et al. (2016)	Estados Unidos	A viabilidade e aceita- bilidade para atender usuários do CIRCUITS, um programa de terapia computadorizada de remediação cognitiva para esquizofrenia	Reme- dição Cog- nitiva	Reme- dição Cognitiva Computa- dorizada	34 Pa- cientes	DSM IV	40 Ses- sões
O' Reilly K. et al. (2016)	Inglaterra	Protocolo de estudo: um estudo controlado randomizado de reme- dição cognitiva para uma coorte nacional de pacientes forenses de saúde mental com esquizofrenia ou trans- torno esquizoafetivo	Reme- dição Cog- nitiva	Trata- mento habitual (TAU) Terapia de Correção Cognitiva	60 Pa- cientes	DSM IV SCID	56 Ses- sões
Waite F. et al. (2016)	Estados Unidos	Tratamento de proble- mas de sono em pacientes com esqui- zofrenia	Terapia Cog- nitivo- Com- porta- mental		50 Pa- cientes	Não Cita	3 Mes- ses

FONTE (somente primeiro autor)	País de Publi- cação	TÍTULO	Terapia Teórica	Terapia Ateórica	Amos- tra	Critério	Tem- po
Chien W. T. et al. (2016)	Ingla- terra	Terapia de adesão versus atendimento psiquiátrico de rotina para pessoas com distúrbios do espectro da esquizofrenia: um estudo controlado randomizado	A tera- pia de Adesão Motiva- cional	Trata- mento habitual (TAU)	134 pa- cientes Chine- ses	DSM-IV- -TR	18 Me- ses
Shiozawa P. et al. (2016)	Portu- gal	Efeito da estimulação transcraniana por corrente contínua (tDCS) sobre o córtex pré-frontal combinado com treinamento cognitivo para o tratamento da esquizofrenia: um ensaio clínico randomizado controlado por simulação	Treina- mento Cogni- tivo	Antipsicó- ticos	9 Pa- cientes	DSM V	10 Ses- sões

Fonte: os autores.

Observa-se que 21 estudos trazem como terapia teórica principal a terapia cognitiva-comportamental, 1 estudo sobre treinamento cognitivo-comportamental de habilidades sociais, 3 sobre terapia de aprimoramento cognitivo, 4 sobre treinamento cognitivo, 11 descrevem a remediação cognitiva como terapia principal, 1 sobre remediação sociocognitiva, 2 terapia cognitiva, 1 treinamento cognitivo social, 1 traz sobre treinamento social de habilidades cognitivas, 1 sobre correção cognitiva, 1 reabilitação cognitiva, 1 treinamento metacognitivo, 1 treinamento cognitivo-comportamental de habilidades sociais e 1 sobre terapia de adesão motivacional. Totalizando 3,656 pacientes esquizofrênicos.

Na maioria dos estudos o que se conhece como técnica da TCC utilizada para promover mudanças, é apresentada como uma teoria coadjuvante ao tratamento, por exemplo, psicoeducação, treinamento em planejamento de soluções de problemas,



treinamento na geração de crenças alternativas, treinamento de reconhecimento de afetos, conceitualização cognitiva, treinamento de habilidades sociais, reabilitação neuropsicológica, treinamento de comportamentos saudáveis e tratamento comunitário assertivo.

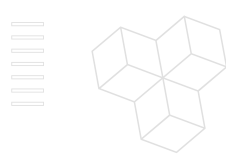
Pode-se notar que muitos dos artigos encontrados, incorporam elementos adicionais da TCC como sendo uma abordagem derivativa da mesma, por exemplo, terapia de correção cognitiva, reabilitação cognitiva, terapia de exposição, terapia de suporte enriquecido, treinamento em correção cognitiva (computadorizada), treinamento de habilidades sociais comportamentais, terapia de aprimoramento cognitivo, remediação cognitiva, treinamento em habilidades de adaptação funcional, psicoeducação multifamiliar, terapia de aperfeiçoamento cognitivo e terapia neurocognitiva integrada.

Curioso perceber que mesmo em tipos diferentes de terapia, a abordagem utilizada para trabalhar com pacientes esquizofrênicos, a maioria delas foca em ensinar novas habilidades sociais, trabalhar com evidencia para a diminuição das alucinações e delírios, modificar crenças e pensamentos negativos, para mais funcionais e adaptativos e inserção em um contexto comunitário.

Alguns estudos trazem o auxílio farmacológico como ponto importante coadjuvante a terapia, assim como a comparação de um grupo controle utilizando antipsicóticos sem acompanhamento psicológico e com acompanhamento psicológico, tendo como resultado maior eficácia no grupo com acompanhamento. Percebe-se que muitas intervenções estão sendo rotuladas como terapias provenientes da TCC, mas é difícil fornecer definições únicas para cada uma.

Observa-se uma escassez de estudos randomizados e controlados com esta temática no Brasil, porém há um artigo brasileiro incluído neste estudo, onde através de textos de Freud sobre





seus pacientes, os autores constroem e demonstram como utilizar a conceitualização cognitiva, que é a técnica mais importante da TCC, para a obtenção do planejamento terapêutico. Ouve alguns achados de estudos de revisão sistemática, os quais não foram incluídos neste artigo, pelo fato do mesmo se tratar de uma revisão sistemática da literatura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pode-se verificar e comprovar a eficácia da TCC, no manejo de pacientes esquizofrênicos. No Reino Unido, por exemplo, é a terapia mais sugerida para estes pacientes, porém a relevância deste estudo está pautada na compreensão de explorar esta temática, em aprimorar o conhecimento e contribuir para o crescimento da psicoterapia como a TCC no tratamento da esquizofrenia, uma vez que este comprova que só a medicação antipsicóticas não é o suficiente para suprir a complexidade deste transtorno mental.

Pode-se afirmar que este estudo atingiu seus objetivos, uma vez que foi comprovada sua eficácia no manejo de pacientes esquizofrênicos. Visualizou-se que a TCC é uma terapia eficaz no tratamento de vários transtornos, sendo bem estruturada, funcionando tanto como primeira linha, assim como uma estratégia a pacientes que não respondem bem a tratamentos farmacológicos ou em conjunto com estes. E por ser uma terapia breve onde se podem expor seus princípios e funcionamento para o paciente, geralmente é uma terapia de maior adesão por seu caráter colaborativo, e por incluir a utilização de várias técnicas além da escuta.

Com este estudo pode-se afirmar a eficácia da TCC no tratamento de transtornos graves e complexos, com pacientes





considerados difíceis, demonstrando ser bem sucedida na promoção de melhoras clinicamente significativas, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. Como pesquisadora este estudo é importante, pois desmistifica o caráter superficial submetido à abordagem pelo senso comum, pois ela se mostra capaz de trabalhar com todos os tipos de pacientes independente do seu diagnóstico.

Para futuras pesquisas na área da TCC para esquizofrênicos, visualiza-se a falta de estudos randomizados e controlados no Brasil, que demonstre essa eficácia na prática clínica e hospitalar, neste estudo foram encontrados apenas dois estudos Brasileiros dentre os 49 utilizados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION *et al.* **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª ed. Washington: American Psychiatric Association; Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

ANDRADE, Mário César Rezende. **Superação em Esquizofrenia**: relato de casos. Rio de Janeiro. 2019.

BECK, Judith. **Terapia cognitivo-comportamental**. Porto Alegre. Artmed Editora, 2013.

BECK, Aaron Temkin *et al.* **Terapia cognitiva da esquizofrenia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BECK, Aaron. T. Psicoterapia ambulatorial bem sucedida de um esquizofrênico crônico com uma ilusão baseada na culpa emprestada. *Psiquiatria, Successful outpatient psychotherapy of a chronic schizophrenic with a delusion based on borrowed guilt. **Psychiatry**, [s. l.], cap. 15, p. 305-312, 1952.*



BARRETO, Eliza Martha de Paiva; ELKIS, Hélio. Evidências de eficácia da terapia cognitiva comportamental na esquizofrenia. **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 204-207, 2017.

BARRETO, Eliza. Terapia cognitiva da esquizofrenia. In: NARDI, Antonio Egídio; QUEVEDO, João; SILVA, Antônio Geraldo. (org.). **Esquizofrenia: teoria e clínica**. Porto alegre: Artmed, 2015.

CANDIDA, Maristela *et al.* Terapia cognitivo-comportamental para esquizofrenia: uma revisão sobre eficácia, avanços recentes e achados neurobiológicos. **MedicalExpress**, São Paulo, v. 3, n. 5, out. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-04292016000500001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2019.

FARIA, Marcello de Abreu *et al.* A utilização do Método de Rorschach no diagnóstico diferencial da Esquizofrenia e Transtorno Dissociativo de Identidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, 2019.

KNAPP, Paulo. **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LOPES, Andressa Pereira; MOTA, Girlene Santos da; SILVA, Maria Jeane da. Esquizofrenia e terapia cognitivo-comportamental: um estudo de revisão narrativa. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-ALAGOAS**, Alagoas, v. 4, n. 2, p. 371, 2018.

OLIVEIRA, Maria. Inês. Santana de. Intervenção cognitivo-comportamental em transtorno de ansiedade: relato de caso. **Revista Brasileira de Terapia Cognitiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 30-34, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2019.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICADA DA SAÚDE. **Folha informativa - Transtornos mentais**. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5652:folha-informativa-transtornos-mentais&Itemid=839. Acesso em: 18 out. 2019.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007.

SILVA, Regina Cláudia Barbosa da; PADOVANI, Ricardo da Costa; NEVES, Mauricio Oliveira. O delírio na perspectiva das neurociências e da terapia cognitiva. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 2-6, 2011. Acesso em: 19 out. 2019.

VALENÇA, Alexandre. Martins; NARDI, Antonio. Egidio. Histórico do conceito de esquizofrenia. *In*: NARDI, Antonio Egidio; QUEVEDO, João; DA SILVA, Antônio Geraldo. **Esquizofrenia**: teoria e clínica. Porto Alegre: Artmed, 2015.





PERFIL DO ESTADO DE HUMOR DE MULHERES COM FIBROMIALGIA PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO

Marcelo Rogoski Veloso¹

Dayane Sampaio²

Luan Barth Alves³

Rafael Cunha Laux⁴

RESUMO

A Síndrome Fibromiálgica é uma doença crônica, sintomática e não inflamatória; sua principal característica são dores musculoesqueléticas difusas pelo corpo que podem influenciar o aumento do estresse, da insônia e alterar o estado humor. Com o presente estudo objetivou-se verificar o perfil de humor em mulheres com diagnóstico de fibromialgia praticantes e não praticantes de exercício físico do Município de Chapecó, SC. Participaram 16 mulheres do Município que possuíam o diagnóstico médico de fibromialgia, entre elas oito praticantes e oito não praticantes de exercício físico, com idade média de 41,56 anos. Para analisar a percepção de humor foi aplicada a Escala de Humor de Brunel (BRUMS). Utilizou-se análise descritiva e inferencial dos dados por meio do SPSS® 21.0. Não houve diferença no estado de humor entre as mulheres com fibromialgia que praticavam e as que não praticavam exercício físico. Destacam-se, ainda, os grandes níveis dos aspectos negativos do estado de humor e a alteração do perfil tradicional do estado de humor em ambos os grupos. Conclui-se que no grupo estudado não houve diferença no estado de humor entre as mulheres com fibromialgia praticantes e as não praticantes de exercício físico.

Palavras-chave: Educação Física e treinamento. Síndrome reumática. Transtornos do humor.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; marcelo.veloso@unoesc.edu.br

² Graduanda em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; sampaioantoniodayanne@gmail.com

³ Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; luanbarthsmo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome Fibromiálgica (SFM) é uma doença musculoesquelética que combina dor generalizada por um período superior a três meses em quatro das cinco regiões do corpo (quadrantes e esqueleto axial) (WOLFE et al., 2016). Além da dor, outros sintomas comuns são alterações de humor, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, problemas cognitivos e fadiga (ANDRADE et al., 2019). Cerca de 80% a 90% dos casos de SFM ocorrem no sexo feminino, pois essa população apresenta sintomas mais relevantes, em razão das alterações hormonais que ocorrem principalmente no período da menopausa (LISBOA et al., 2015).

As origens, apesar de desconhecidas, da SFM podem proceder da genética, de alterações neuroendócrinas, psicossomáticas e do sono, microtraumas musculares, carência de condicionamento físico e fatores emocionais, como o estresse e mudanças repentinas de humor (CORDEIRO et al., 2018; OLIVEIRA JUNIOR; RAMOS, 2019; FRAIOLI et al., 2013).

A SFM tem seu diagnóstico complexo, podendo ser confundida com outras disfunções, entre as quais a Síndrome da dor Miofascial, por dispor de manifestações e indicativos análogos. O diagnóstico é unicamente clínico, no qual se utilizam exames de imagens e laboratoriais para descarte de outras patologias (BESSET et al., 2016).

De fato, essa doença está diretamente ligada com o emocional alterado. A depressão está entre as comorbidades mais frequentes em pacientes com SFM, e esse quadro pode agravar os sintomas característicos da doença (NEVES JUNIOR et al., 2018). Em decorrência disso, é de extrema importância que os pacientes tenham um acompanhamento multidisciplinar, e



que a equipe seja composta inclusive por um psicólogo (OLIVEIRA JUNIOR; RAMOS, 2019).

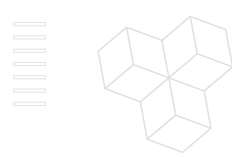
O objetivo do tratamento da SFM é o controle dos seus sintomas, já que esse estado afeta diretamente a funcionalidade do indivíduo (CORDEIRO et al., 2018). O tratamento se dá de maneira medicamentosa ou não, dependendo do grau de limitação funcional e de seu quadro algico (SOUZA; ALVES; BORGES, 2019).

Entre os tratamentos não medicamentosos se encontra a prática de exercício físico, que possui como um dos principais objetivos tornar o indivíduo menos limitado funcionalmente, permanecendo, em longo prazo, mais ativo, bem como ao longo do tempo desenvolve sua capacidade funcional, a fim de que sofra menos as consequências da patologia (SILVA et al., 2019; RODRIGUES; BRISKY; DE LARA, 2017).

Gonçalves (2019) expõe que a prática física eleva os níveis de serotonina e endorfina, hormônios do bem-estar, além de elevar a temperatura corporal levando a um efeito relaxante. A melhora da qualidade de vida após a prática de exercícios é evidente para combater a depressão e a ansiedade (MICULIS et al., 2017). É importante ressaltar que o tratamento para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com SFM deve ser realizado atendendo ao indivíduo de maneira integral, como um ser biopsicossocial (SANTANA et al., 2016).

Apesar de existir uma associação nas literaturas atuais que já evidenciam que a prática do exercício físico pode incidir positivamente sobre vários aspectos comprometedores da SFM, como o estado de humor, ainda se observa a carência de estudos que ressaltem pormenores sobre esse aspecto (CHICA et al., 2019). Nessa perspectiva, com o presente estudo, objetivou-se verificar





o perfil de humor em mulheres com diagnóstico de fibromialgia praticantes e não praticantes de exercício físico de Chapecó, SC.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 SÍNDROME FIBROMIÁLGICA

A Síndrome Fibromiálgica (SFM) é uma doença crônica de etiologia desconhecida (SOSA-REINA *et al.*, 2017), caracterizada por dor muscular generalizada e sensibilidade aos tecidos moles (SCHMIDT-WILCKE; CLAUW, 2011). Essa condição reumatológica tem uma ampla gama clínica de sintomas, como: fadiga, depressão, alteração de humor, ansiedade, distúrbios do sono, dor de cabeça, enxaqueca, mudanças na função intestinal (ALTAN *et al.*, 2009), disfunção cognitiva e descondicionamento físico (AMBROSE; GOLIGHTLY, 2015).

A prevalência média global dessa Síndrome na população é de 2,7%, com uma proporção de mulheres para homens de 3:1, e o diagnóstico é feito com mais frequência na meia-idade (SOSA-REINA *et al.*, 2017). Mulheres entre 40 e 55 anos são as mais acometidas, representando 2% das morbidades musculoesqueléticas mais comuns na população geral (ERICSSON *et al.*, 2016; CORDEIRO *et al.*, 2018; COSTA *et al.*, 2016).

Os principais sintomas, além de fortes dores musculoesqueléticas, são: rigidez matinal, fadiga, dificuldades para dormir, parestesias nas extremidades, sensação subjetiva de presença de edemas (HEYMANN *et al.*, 2010). Nota-se que os sintomas somáticos são variáveis, bem como as alterações de humor e disfunção cognitiva (FITZCHARLES *et al.*, 2012). Essa dor apresenta-se de forma difusa e é o maior sintoma relatado pelos





portadores da SFM, sendo descrita pelos pacientes como peso, aperto e queimação, de maneira generalizada, ocorrendo em maior intensidade em locais específicos (MARQUES; ASSUMPÇÃO; MATSUTANI, 2015).

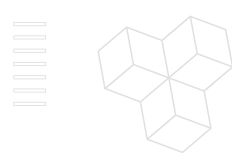
Uma sequência de avaliação clínica, na qual se incluem queixa atual, histórico de dor e o exame físico, em que se faz necessário localizar 13 de 18 pontos sensíveis à palpação, ajuda como forma de diagnóstico (WOLFE et al., 1990), sendo este a parte mais importante da avaliação (MARTINEZ et al., 2016). Esses pontos de identificação são: suboccipital, cervical baixa (C5-C6), músculos trapézio e supraespinhoso, segunda junção costovertebral, epicôndilo lateral, músculo glúteo médio, trocântero maior e joelho (WOLFE et al., 1990).

2.2 PERFIL DO ESTADO DE HUMOR

A complexa associação entre os fatores físicos, emocionais e sociais aos quais estão expostas as pessoas evidencia uma possível influência da Síndrome sobre o humor (OLIVEIRA JUNIOR; RAMOS, 2019). A alteração do humor é considerada um sintoma da SFM. A partir do difícil diagnóstico, além da insegurança e do desamparo psicológico, o indivíduo desencadeia uma série de sentimentos (BRANDT et al., 2011).

O humor reflete um padrão complexo de comportamentos, sentimentos, pensamentos e estados físicos e emocionais (ANDRADE et al., 2019), bem como engloba uma quantidade de fatores psicológicos, como raiva, confusão mental, depressão, isolamento, e suas consequências psicossomáticas, como fraqueza, impotência, debilidade, fadiga e tensão (BORSOI et al., 2019). Essas condições são subjetivas e levam a um estado de





humor deprimente em indivíduos que convivem com a Síndrome (FREITAS et al., 2017).

No gênero feminino, no período menstrual, as sensações vivenciadas pela mulher oscilam, a taxa de hormônios sofre alterações significativas, o que propicia a alteração no humor (FREITAS; BARBOSA, 2015).

Em síntese, o conhecimento dos fatores associados às alterações do estado de humor em indivíduos com a SFM possibilita uma compreensão mais específica sobre ela e, como consequência, permite uma intervenção mais concreta (BRANDT et al., 2011). Apesar de a literatura deixar clara a associação entre a SFM e as alterações no humor, ainda se observa a carência de estudos que abordem os fatores associados a elas, como o exercício físico (FREITAS et al., 2017).

2.3 A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA FIBROMIALGIA

Grande parte das terapêuticas estão fundamentadas em tratamento farmacológico, pois é efetivo no alívio das dores e dos sintomas, que tendem a voltar quando a medicação é interrompida (BIDONDE et al., 2017). No entanto, os exercícios físicos têm sido amplamente indicados como coadjuvantes no tratamento para a redução da sintomatologia da SFM.

Pessoas com SFM geralmente são intolerantes ao exercício físico e tendem a ter um estilo de vida sedentário que potencializa os riscos de morbidade adicional (BIDONDE et al., 2017). Todavia, a prática de exercícios físicos apresenta um efeito analgésico e funciona como um antidepressivo, além de proporcionar uma sensação de bem-estar global e de autocontrole (KONRAD, 2005). Estudos demonstram que indivíduos com SFM podem realizar





diferentes tipos de exercícios (BIDONDE et al., 2014; BUSH et al., 2013; CARVILLE et al., 2008; HAUSER et al., 2010).

Considera-se, de maneira fisiológica, que a realização do exercício físico promove e regula a neurotransmissão de endorfina e serotonina, hormônios que, naturalmente, proporcionam o bem-estar (COSTA; SOARES; TEIXEIRA, 2007; GONÇALVES, 2019). Na visão psicológica, a prática do exercício físico predispõe à ideia de saúde, bem-estar, autoaceitação e autoestima (GONÇALVES, 2019).

Pacientes com SFM possuem diminuição da amplitude de movimento em razão da dor e da rigidez (RIBEIRO; LIGGIERI, 2016). Sugere-se o treinamento de flexibilidade para melhora da amplitude articular e redução da rigidez muscular (GAVI et al., 2014), bem como para o combate da ansiedade e da depressão (SAÑUDO et al., 2012). Além disso o relaxamento participa conjuntamente para um melhor controle corporal, na tensão muscular, frequência cardíaca e frequência respiratória com técnicas de respiração (WILLHELM; ANDRETA; UNGARETTI, 2015). O exercício aeróbio auxilia gerando a diminuição da dor, da tensão muscular e da disfunção física (ARAUJO et al. 2015). A hidroterapia aparece como uma alternativa vantajosa pelo uso das propriedades da água em conjunto à realização de movimentos lentos (DE OLIVERA et al., 2017).

A adesão aos tratamentos não farmacológicos pode exigir uma mudança significativa de comportamento e pode ser difícil de realizar; no entanto, essas atividades costumam ser as mais empoderadoras e proporcionam mais alívio dos sintomas e mais qualidade de vida às pessoas (MANNERKORPI; HENRIKSSON, 2007; AMBROSE; GOLIGHTLY, 2015).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como descritiva e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unoesc, sob o Parecer n. 3.630.311/2019 e CAAE n. 20338319.0.0000.5367.

Participaram da pesquisa mulheres que se enquadraram nos seguintes critérios de inclusão: i) voluntárias com diagnóstico médico de SFM; ii) ser do sexo feminino e estar na faixa etária de 21 a 59 anos; e iii) voluntárias que na avaliação possuísem 11 pontos ativos dos 18 pontos distribuídos pelo corpo subsequente à SFM. Os critérios de exclusão consistiram em: i) ser praticante de outro tratamento terapêutico/analgésico; e ii) presença de algum item de contraindicação para a prática de exercício físico.

A amostra foi composta por 16 voluntárias que residiam no Município de Chapecó, SC. Estas foram alocadas em dois grupos, sendo oito no grupo praticantes de exercício (GA) e oito no grupo não praticantes de exercício (GB). Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados. O primeiro foi uma ficha de avaliação adaptada, com o intuito de caracterizar a amostra. Coletaram-se dados de identificação e sociodemográficos, queixa principal, história da doença atual e pregressa, histórico familiar, dados referentes aos hábitos de vida, exames complementares, sinais vitais e medidas antropométricas de massa corporal e estatura.

Por conseguinte, para avaliar o estado de humor das participantes foi utilizada a Escala de Humor de Brunel (BRUMS). A escala foi elaborada para determinar o estado de humor em adultos e adolescentes, e possui 24 indicadores de humor, como nervosismo, insatisfação, disposição e raiva, na qual os avaliados respondem como se sentem com relação às sensações por meio



de um score de 5 pontos (0 = nada e 4 = extremamente) (ROHLFS et al., 2008).

Os 24 itens compõem as seis subescalas com quatro itens, sendo elas: 1) Tensão, representa a alta tensão musculoesquelética que se manifesta por agitação e inquietude; 2) Depressão, refere-se a sentimentos como a autovalorização negativa, tristeza e isolamento; 3) Raiva, descreve sentimentos de antipatia, ódio, adversidade, oposição com relação aos outros e a si mesmo; 4) Vigor, caracteriza sentimentos de disposição e energia física; 5) Fadiga, representa alterações na concentração, atenção e memória, refere-se a um estado de esgotamento e baixo nível de energia; 6) Confusão mental, descreve sentimentos de incerteza, instabilidade emocional e possíveis características da depressão e ansiedade. Na análise, é observado o estado emocional atual do participante, no qual se espera que os aspectos positivos estejam maiores que os negativos, caracterizando o perfil *Iceberg* do estado de humor (BORSOI et al., 2019).

Os dados foram analisados de maneira descritiva e inferencial. Para avaliar a normalidade dos dados, foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk e para as comparações foram utilizados o Teste t para amostras não pareadas para as variáveis paramétricas e o teste Mann Whitney para as variáveis não paramétricas. Todos os dados foram analisados utilizando o SPSS® para Windows versão 21.0 com alfa de 5%.

4 RESULTADOS

Participaram do estudo 16 mulheres, com média de idade de 41,56 dp 12,23 anos e o Índice de Massa Corporal (IMC) de 24,01 dp 3,87 kg/m². Identifica-se que grande parte das voluntárias do GE estão



casadas (62,50%) e do GC, solteiras (50,00%), e, no geral, a maioria possui emprego ou está aposentada. Observou-se, também, que o tipo de exercício físico de maior aderência foi a prática do Pilates, seguida de musculação e caminhadas, em uma frequência semanal geral de 2 (18,75%) vezes na semana (Tabela 1).

Tabela 1 – Descrição das características das participantes

	GERAL m (dp)	GA m (dp)	GB m (dp)
Idade (anos)	41,56 (12,23)	51,50 (10,01)	35,75 (11,96)
IMC (kg/m ²)	24,01 (3,87)	22,86 (4,18)	25,16 (3,40)
Estado civil	n (%)	n (%)	n (%)
Casada	7 (43,75)	5 (62,50)	2 (25,00)
Solteira	6 (37,50)	2 (25,00)	4 (50,00)
Viúva	2 (12,50)	1 (12,50)	1 (12,50)
União estável	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Escolaridade			
Pós-graduação	4 (25,00)	2 (25,00)	2 (25,00)
Superior completo	3 (18,75)	2 (25,00)	1 (12,50)
Superior incompleto	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Técnico	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Ensino médio completo	5 (31,25)	4 (50,00)	1 (12,50)
Ensino médio incompleto	2 (12,50)	-	2 (25,00)
Profissão			
Professora	2 (12,50)	1 (12,50)	1 (12,50)
Pedagoga	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Contadora	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Advogada	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Designer	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Protética	1 (6,25)	-	1 (12,50)

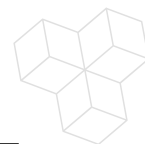
	GERAL m (dp)	GA m (dp)	GB m (dp)
Do lar	4 (25,00)	1 (12,50)	3 (37,50)
Estudante	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Aposentada	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Autônoma	2 (12,50)	2 (25,00)	-
Dentista	1 (6,25)	-	1 (12,50)
Tipo de exercício físico			
Pilates	2 (12,50)	2 (25,00)	-
Pilates/Caminhada	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Pilates/Musculação	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Pilates/Dança	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Caminhada	2 (12,50)	2 (25,00)	-
Musculação	1 (6,25)	1 (12,50)	-
Frequência semanal			
2 vezes	3 (18,75)	3 (37,50)	-
3 vezes	2 (12,50)	2 (25,00)	-
3 a 4 vezes	1 (6,25)	1 (12,50)	-
4 vezes	1 (6,25)	1 (12,50)	-
5 vezes	1 (6,25)	1 (12,50)	-

Fonte: os autores.

Nota: m: média; dp: desvio padrão; n: número de participantes; GA: grupo praticante de exercício; GB: grupo não praticante de exercício; IMC: índice de massa corporal; kg: quilogramas; kg/m²: quilogramas por metro quadrado.

Na Tabela 2 está apresentada a percepção de humor das mulheres avaliadas pela Escala de Humor de Brunel (BRUMS), na qual se observa que não existe diferença entre os estados de humor – tensão, depressão, raiva, vigor, fadiga e confusão mental – entre as praticantes e não praticantes de exercício físico.

Tabela 2 – Comparação do Estado de Humor do GE e GC



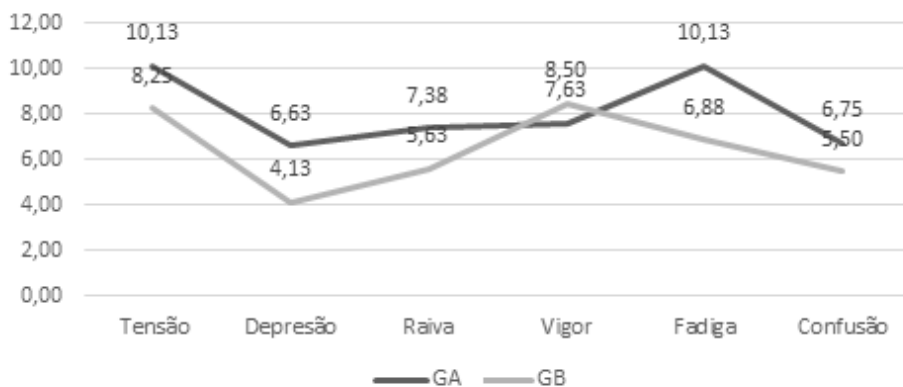
	GERAL m (dp)	GA m (dp)	GB m (dp)	p
Tensão	9,19 (4,07)	10,13 (3,76)	8,25 (4,40)	0,37a
Depressão	5,38 (3,38)	6,63 (3,46)	4,13 (3,00)	0,15a
Raiva	6,50 (3,97)	7,38 (3,54)	5,63 (4,41)	0,40a
Vigor	8,06 (2,05)	7,63 (2,33)	8,50 (1,77)	0,41a
Fadiga	8,50 (4,37)	10,13 (3,98)	6,88 (4,36)	0,15b
Confusão mental	6,13 (2,80)	6,75 (2,60)	5,50 (3,02)	0,39a

Fonte: os autores.

Nota: a Teste T; b Mann Whitney; m: média; dp: desvio padrão; GA: grupo praticantes de exercício; GB: grupo não praticantes de exercício.

No Gráfico 1 observa-se que as mulheres com fibromialgia não apresentam o perfil esperado do estado de humor, com os aspectos negativos baixos e o vigor alto.

Gráfico 1 – Perfil do estado de humor das mulheres com fibromialgia



Fonte: os autores.

5 DISCUSSÃO

O principal resultado encontrado foi que não houve diferença no estado de humor entre as mulheres com fibromialgia que praticavam exercício físico e as que não praticavam. Destacam-se, ainda, nessa análise, os grandes níveis dos aspectos





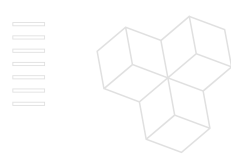
negativos do estado de humor e a alteração do perfil tradicional do estado de humor.

Quando comparados os grupos GA e GB não se encontraram diferenças, fato que não corrobora o estudo de Steffens et al. (2011) com nove mulheres com média de idade de 48 dp 10 anos, com diagnóstico clínico de SFM, em que foram avaliados, entre outros, o estado de humor pela Escala BRUMS antes e após a prática de 32 sessões de caminhada orientada, e verificou-se que as participantes apresentaram melhora nas variáveis tensão, depressão, raiva e confusão mental. Em concordância, os autores Bidonde et al. (2017) indicam que as intervenções com exercícios aeróbicos melhoram a qualidade de vida e podem diminuir levemente a rigidez e a intensidade da dor, o que justificaria este estudo não ter apresentado melhora no estado de humor pelo GA, uma vez que sua maioria faz prática de Pilates e não de exercícios aeróbicos.

Estudos que abordam precisamente sobre o estado de humor de indivíduos com fibromialgia revelam que o exercício aeróbico e o treinamento de força muscular apresentam vantagens sobre os exercícios de alongamento, por exemplo. Visto que tais exercícios têm mostrado alterações neuroendócrinas significativas na distribuição de neurotransmissores como serotonina e norepinefrina, resultando na melhora do humor (BUENO et al., 2012).

Em um estudo recente, com 158 pacientes com SFM, aqueles que escolheram estratégias ativas de controle da dor apresentaram menos índices de depressão do que pacientes que não se envolveram nessas estratégias (GAUFFIN et al., 2013). Ainda, Ambrose e Golightly (2015) demonstram que uma grande variedade de atividades parece diminuir a depressão, incluindo exercícios aeróbicos, fortalecimento muscular e terapias de movimento, ou





seja, mover-se mais pode ser o suficiente para a presença de um humor positivo nesses indivíduos.

Evidências apontadas em revisão sistemática e meta-análise expõem que o fortalecimento muscular e o exercício aeróbico são mais eficazes na redução da dor e da gravidade da doença, enquanto o alongamento e o exercício aeróbico produzem melhorias na qualidade de vida, bem como o exercício combinado é a maneira mais eficaz de reduzir os sintomas da depressão em mulheres com SFM (SOSA-REINA et al., 2017). Nesse sentido, Costa, Soares e Teixeira (2007) e Gonçalves (2019) apontam que a prática regular de exercícios físicos regula a neurotransmissão de endorfina, hormônio que, naturalmente, proporciona o bem-estar, além de atuar diretamente no sistema cardiovascular, gerando o aumento da temperatura corporal e, conseqüentemente, o efeito tranquilizante.

O exercício físico apresenta-se como indispensável, independentemente da idade, e sua realização pode impactar positivamente o estado de humor (BORSOI et al., 2019). A partir disso, Borsoi et al. (2019) analisaram o efeito de exercícios físicos sobre o estado de humor em 22 idosas com idade média de 66,3 anos. Para avaliar o humor também se utilizou a escala de BRUMS. E da mesma forma que neste estudo, observou-se que nenhuma das variáveis apresentou diferença. Mas se concluiu que o exercício físico, em diferentes espaços, clima e com utilização ou não de som, é eficaz para manter o alto nível de vigor e o baixo nível de fadiga, mesmo com as variáveis de intensidade e com duração de 30 minutos.

De forma distinta, Konrad (2005) verificou o efeito agudo de três diferentes exercícios físicos, com participação de 17 mulheres diagnosticadas com SFM, com média de 50,2 anos de idade, que quando comparada à condição inicial das mulheres, a caminhada



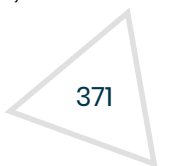


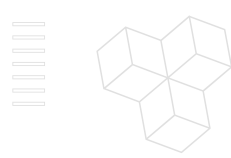
apresentou diferença ($p \leq 0,05$) para a fadiga e a ansiedade, e a hidrogenástica, para a capacidade funcional, o bem-estar, a dor, a fadiga e a rigidez. Os resultados demonstraram, também, uma média maior de mulheres casadas (94%), nível de escolaridade de 58% com ensino médio ou superior e nível socioeconômico médio ou alto (88,2%).

Em concordância, Oliveira, Coelho e Tucher (2009) avaliaram a diferença na qualidade de vida de 18 mulheres fisicamente ativas (G1) e sedentárias (G2) acometidas com a SFM. O nível de atividade física e a qualidade de vida foram avaliados por questionários desenvolvidos especificamente para avaliar o impacto na capacidade funcional, bem-estar, faltas no trabalho, dificuldades no trabalho, dor, fadiga, rigidez, sono, ansiedade e depressão. Sendo que seu escore variava de zero a 100 pontos (0 = melhor índice e 100 = pior índice). Os resultados indicaram 32 pontos para G1 e 71 pontos para G2, em que houve diferença significativa nos valores obtidos entre os grupos, concluindo que a prática de exercícios físicos influenciou positivamente na melhora da qualidade de vida das mulheres com a SFM.

Assim, qualquer tipo de exercício físico, com intensidade, frequência e duração indefinidas, poderia ser eficaz para pessoas com SFM. Porém, sabe-se que devem ser respeitados os limites de dor e esforço e alcançada a aderência mínima aos programas de exercícios físicos para que os benefícios ocorram. Logo, conhecer os efeitos produzidos por exercícios físicos em curto prazo pode ser determinante no sucesso do tratamento das pessoas com SFM (CONTE et al., 2018).

A prática do exercício físico, tudo leva a crer, em longo prazo, beneficia a imagem de si mesmo, logo, a autoestima, uma vez que ela predispõe à ideia de saúde, de bem-estar,





do fato de saber apreciar a sua aparência e o próprio corpo, gostar de si e sentir-se bem, estando satisfeito com sua saúde física e percebendo a melhora mental. Isso instiga o indivíduo e permite melhora de seus sentimentos, expressões, sensações e pensamentos (GONÇALVES, 2019).

6 CONCLUSÃO

Ao verificar o perfil de humor em mulheres praticantes e não praticantes de exercício físico com diagnóstico de fibromialgia do Município de Chapecó, SC, observou-se não haver diferença no estado de humor entre as mulheres com fibromialgia que praticavam e as que não praticavam exercício físico. Destacam-se, ainda, os grandes níveis dos aspectos negativos do estado de humor e a alteração do perfil tradicional do estado de humor.

Perante os resultados expostos, estudos futuros podem ponderar maior número de participantes, grupos controles assintomáticos ou com outras condições. Outro fato a se analisar é o de criar táticas além da adesão aos programas de exercícios físicos, mas também a permanência nesses programas, diminuindo, assim, a fragilidade da amostra, então que levem em consideração a natureza, a intensidade e o volume dos exercícios físicos já realizados, para, assim, determinar o mais adequado e que melhor beneficiaria tal população.

REFERÊNCIAS

ALTAN, L. *et al.* Effect of pilates training on people with fibromyalgia syndrome: a pilot study. **Archives of Physical Medicine and Rehabilitation**, [s. l.], v. 90, n. 12, p. 1983-1988, 2009.





AMBROSE, K. R.; GOLIGHTLY, Y. M. Physical exercise as non-pharmacological treatment of chronic pain: why and when. **Best Practice & Research Clinical Rheumatology**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 120-130, 2015.

ANDRADE, A. *et al.* Acute effect of strength training on mood of patients with fibromyalgia syndrome. **Reumatismo**, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 141-147, 2019.

ARAUJO, M. de O. N. *et al.* Nível de atividade física habitual e qualidade de vida de mulheres com fibromialgia. **Rev. Saúde. Com.**, [s. l.], p. 48-58, 2015.

BESSET, V. L. *et al.* Um nome para a dor: fibromialgia. **Revista Subjetividades**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 1245-1269, 2016.

BIDONDE, J. *et al.* Aerobic exercise training for adults with fibromyalgia. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, [s. l.], n. 6, 2017.

BIDONDE J. *et al.* Exercise for adults with fibromyalgia: an umbrella systematic review with synthesis of best evidence. **Current Rheumatology Reviews**, [s. l.], p. 45-79, 2014.

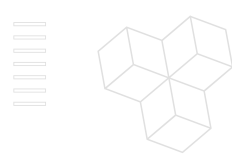
BORSOI, E. *et al.* Estado de humor de idosas durante a prática de exercício físico em diversas condições ambientais. **ConScientia e Saúde**, [s. l.], v. 18, n. 1, 2019.

BRANDT, R. *et al.* Perfil de humor de mulheres com fibromialgia. **J Bras. Psiquiatr.**, [s. l.], v. 60, n. 3, p. 216-20, 2011.

BUENO, R. C. *et al.* Exercício físico e fibromialgia/Physical exercise and fibromyalgia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s. l.], v. 20, n. 2, 2012.

BUSCH, A. J. *et al.* Resistance exercise training for fibromyalgia. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, [s. l.], dez. 2013.





CARVILLE, S. F. *et al.* Evidence-based recommendations for the management of fibromyalgia syndrome. **Annals of the Rheumatic Diseases**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 536-541, 2008.

CHICA, Á. *et al.* Efectos de un programa de danza española en mujeres con fibromialgia. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 52-69, 2019.

CONTE, M. S. *et al.* Fibromialgia. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 51, n. 4, p. 281-290, 2018.

CORDEIRO, V. N. *et al.* **A dor crônica**: experiência de pacientes em tratamento de fibromialgia. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

COSTA, J. M. de F. T. *et al.* Frequência elevada de hiperparatireoidismo assintomático em pacientes com fibromialgia: associação ao acaso ou erro diagnóstico? **Rev. Bras. Reumatologia**, São Paulo, v. 56, n. 5, p. 391-397, out. 2016.

COSTA, R. A; SOARES, H. L. R; TEIXEIRA, J. A. C. Benefícios da atividade física e do exercício físico na depressão. **Rev. Dep. Psicol.**, Niterói: UFF, v. 19, n. 1, p. 273-274, 2007.

OLIVEIRA, M. H. M. de; COELHO, E; TUCHER, G. Diferença na qualidade de vida de mulheres ativas e sedentárias com síndrome de fibromialgia. **Conexões**: Educação Física, Esporte e Saúde, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 135-145, 2009.

OLIVEIRA, R. M. de *et al.* Hidroterapia, pompagem e alongamento no tratamento da fibromialgia: relato de caso. **Fisioterapia em Movimento**, [s. l.], v. 19, n. 2, 2017.

ERICSSON, A. *et al.* Resistance exercise improves physical fatigue in women with fibromyalgia: a randomized controlled trial. **Arthritis research & therapy**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 176, 2016.





FITZCHARLES, M. *et al.* **Canadian Guidelines for the diagnosis and management of fibromyalgia syndrome.** Canada: Canadian Pain Society (cps) and the Canadian Rheumatology Association, 2012.

FRAIOLI, A. *et al.* Clinical researches on the efficacy of spa therapy in fibromyalgia: a systematic review. **Annali dell'Istituto superiore di sanità**, [s. l.], v. 49, p. 219-229, 2013.

FREITAS, E. R.; BARBOSA, A. J. G. Qualidade de vida e bem-estar psicológico no climatério. **Arq. Bras. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 112-124, 2015.

FREITAS, R. P. de A. *et al.* Impacto do apoio social sobre os sintomas de mulheres brasileiras com fibromialgia: **Rev. Bras. Reumatologia**, [s. l.], v. 57, p. 197-203, 2017.

GAUFFIN, J. *et al.* Do fibromyalgia patients use active pain management strategies? A cohort study. **Journal of Rehabilitation Medicine**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 477-480, 2013.

GAVI, M. B. R. O. *et al.* Strengthening exercises improve symptoms and quality of life but do not change autonomic modulation in fibromyalgia: a randomized clinical trial. **PloS one**, [s. l.], v. 9, n. 3, 2014.

GONÇALVES, A. Exercício Físico e Fibromialgia: em busca de melhor prescrição para maior adesão. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 27-30, 2019.

HAUSER W. *et al.* Efficacy of different types of aerobic exercise in fibromyalgia syndrome: a systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials. **Arthritis Research & Therapy**, [s. l.], 2010.

HEYMANN, R. E. *et al.* Consenso brasileiro do tratamento da fibromialgia. **Revista Brasileira Reumatológica**, São Paulo, v. 50, p. 4-7, 2010.



KONRAD, L. M. **Efeito agudo do exercício físico sobre a qualidade de vida de mulheres com síndrome da fibromialgia**. Dissertação (Mestrado em Atividade física relacionada à saúde) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LISBOA, L. L. *et al.* Efeito da cinesioterapia na qualidade de vida, função sexual e sintomas climatéricos em mulheres com fibromialgia. **Rev. Bras. Reumatol.**, [s. l.], v. 55, n. 3, São Paulo, 2015.

MANNERKORPI, K.; HENRIKSSON, C. Non-pharmacological treatment of chronic widespread musculoskeletal pain. **Best Practice & Research Clinical Rheumatology**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 513-534, 2007.

MARQUES, A. P.; ASSUMPTÃO, A.; MATSUTANI, L. A. **Fisioterapia e Fibromialgia: avaliação e tratamento**. [S. l.]: Ed. Manole, 2015.

MARTINEZ, J. E. *et al.* EpiFibro (Registro Brasileiro de Fibromialgia): dados sobre a classificação do ACR e preenchimento dos critérios diagnósticos preliminares e avaliação de seguimento. **Rev. Bras. Reumatol.**, [s. l.], 2016.

MICULIS, C. P. *et al.* Efeito do exercício físico em condições osteomioarticulares: revisão de literatura. **Fisioterapia em Movimento**, [s. l.], v. 22, n. 4, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/fisio/article/view/19515/18863>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NEVES JUNIOR, S. B. **Efeito da corrente interferencial (Ci) associada ao exercício físico na fibromialgia (FM)**: aspectos psicossomáticos e qualidade de vida. Monografia (Especialização em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. O. D.; RAMOS, J. V. C. Adherence to fibromyalgia treatment: challenges and impact on the quality of life. **BrJP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 81-87, 2019.



RIBEIRO, C.; LIGGIERI, V. **Alongamento e postura**: um guia prático. São Paulo: Summus Editorial, 2016.

RODRIGUES, G. F.; BRISKY, I. A.; DE LARA S. K. **A relação entre fibromialgia e depressão**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Sant’ana, 2017.

ROHLFS, I. C. P. de M. *et al.* A Escala de Humor de Brunel (Brums): instrumento para detecção precoce da síndrome do excesso de treinamento. **Rev. Bras. Medicina do Esporte**, Niterói, v. 14, n. 3, p. 176-181, 2008.

SANTANA, R. R. *et al.* Relação entre funcionalidade e nível de atividade física em mulheres com fibromialgia e migrânea. **Headache Medicine**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 54-9, 2016.

SAÑUDO, B. *et al.* Effects of exercise training and detraining in patients with fibromyalgia syndrome: a 3-yr longitudinal study. **American journal of physical medicine & rehabilitation**, [s. l.], v. 91, n. 7, p. 561-573, 2012.

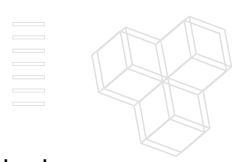
SCHMIDT-WILCKE, T.; CLAUW, D. J. Fibromyalgia: from pathophysiology to therapy. **Nature Reviews Rheumatology**, [s. l.], v. 7, n. 9, p. 518, 2011.

SILVA, D. V. *et al.* Grupo de suporte com pacientes portadores de Fibromialgia. *In*: ANALECTA – SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA, 4, 2019, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, v. 4, n. 4, 2019.

SOSA-REINA, M. Dolores *et al.* Effectiveness of therapeutic exercise in fibromyalgia syndrome: a systematic review and meta-analysis of randomized clinical trials. **BioMed research international**, [s. l.], 2017.

SOUZA, J.; ALVES, D.; BORGES, K. Associação entre atividade física e qualidade de vida em mulheres com fibromialgia. *In*: EVINCI – UNIBRASIL, 2018, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, 2018.





STEFFENS, R. de A. K. *et al.* Praticar caminhada melhora a qualidade do sono e os estados de humor em mulheres com síndrome da fibromialgia. **Rev. Dor**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 327–31, 2011.

WILLHELM, A. R.; ANDRETTA, I.; UNGARETTI, M. S. Importância das técnicas de relaxamento na terapia cognitiva para ansiedade. **Contextos Clínicos**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 76–81, jan./jun. 2015.

WOLFE, F. *et al.* Revisions to the 2010/2011 fibromyalgia diagnostic criteria. *Seminars in arthritis and rheumatism*. **WB Saunders**, [s. l.], p. 319–329, 2016.

WOLFE, F. *et al.* The American College of Rheumatology 1990: criteria for the classification of fibromyalgia. **Arthritis & Rheumatism**: Official Journal of the American College of Rheumatology, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 160–172, 1990.



ANÁLISE MORFOLÓGICA EM ATLETAS DE FUTEBOL DE CATEGORIAS DE BASE SUB 12 E SUB 13

Keller Venicius Zanetti¹

Daniela Zanini²

Danielle Ledur Antes³

RESUMO

O presente estudo, tem como objetivo identificar as características morfológicas de jovens atletas de futebol nas categorias sub 12 e sub 13 anos da Associação Chapecoense de Futebol. A amostra foi composta por 48 participantes sendo 24 atletas de cada categoria. Para a avaliação antropométrica foram coletadas as medidas de massa corporal (kg), estatura (cm), perímetros corporais (cm), diâmetro ósseo (cm) e, dobras cutâneas (cm). Através dos dados foram calculadas as variáveis da composição corporal (porcentagem de gordura, massa óssea, massa magra e, massa residual). Os dados foram apresentados com média e desvio padrão e análise inferencial realizada através do *Teste T* para a comparação dos grupos entre as categorias. Os atletas da categoria sub 12 apresentaram os seguintes resultados: massa corporal média de 42,00 (dp8,15) kg, estatura média de 150 (dp 8,13cm, gordura corporal média de 11,50 (dp 2,53) %, massa muscular média de 20,16 (dp 3,50) kg, massa óssea média de 9,03 (dp 1,26) kg e massa residual média de 10,98 (dp 1,97) kg. Enquanto os atletas da categoria sub 13 apresentaram os seguintes resultados: massa corporal média de 50,25 (12,00) kg, estatura média de 161,29 (dp 12,11cm), gordura média de 10,47 (0,99) %, massa muscular média de 23,15 (5,81) kg, massa óssea média de 9,60 (1,86) kg e, massa residual média de 11,95 (2,87) kg. Conclui-se que não há diferenças

¹ Graduando em Educação Física Bacharel; kellervzanetti@gmail.com

² Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas; daniela.zanini@unoesc.edu.br

³ Doutora em Saúde Coletiva; danielle.antes@unoesc.edu.br

significativas nas variáveis morfológicas analisadas entre as categorias sub 12 e sub 13.

Palavras-chave: Futebol. Composição Corporal. Análise Morfológica

1 INTRODUÇÃO

Ainda jovem, é na categoria de base que o atleta começa sua longa trajetória até chegar ao futebol profissional. Nessa fase, já é importante acompanhar a evolução dos atletas, não apenas da técnica mas também os aspectos morfológicos (PAOLI; SILVA; SOARES, 2013).

O acompanhamento do desenvolvimento morfológico desde as categorias de base dos atletas, é indispensável, pois ajuda a obter os melhores resultados possíveis do atleta descartando ao máximo o risco de lesões durante a temporada. Esse acompanhamento é realizado através de avaliação da aptidão física, que analisa a composição corporal do atleta e suas capacidades físicas (CAMPEIZ; OLIVEIRA, 2006).

A avaliação dos aspectos morfológicos, permite ao preparador físico acompanhar as modificações ocorridas durante o processo de treinamento e assim potencializar ao máximo os resultados. Herdy et al. (2014), afirmam que diversos estudos relacionados às variáveis antropométricas em futebolistas mostraram diferenças significativas entre as nacionalidades, entre as idades e entre as posições ocupadas em campo. Para essas categorias a frequência das avaliações é levando em conta que jovens atletas, principalmente no período da maturação, modificam sua composição corporal quando submetidos a prática desportiva regular.



As informações pertinentes ao processo das alterações da composição corporal, maturacional e desenvolvimento técnico podem contribuir para a ampliação do conhecimento de maneira aplicada, ajudando treinadores e cientistas do esporte na obtenção de referenciais nesta temática ao longo das categorias de formação (GONÇALVES et al., 2016).

Segundo Green e Zerna (1992), as variáveis antropométricas possibilitam aos técnicos e cientistas do desporto avaliar, modificar e prescrever programas de treinamento.

Grandes clubes buscam atletas talentosos para compor suas equipes, e os clubes que investem na formação de atletas utilizam da avaliação antropométrica para estabelecer as características necessárias para um futuro atleta de rendimento pensado para compor cada posição em campo (PAOLI; SILVA; SOARES, 2013).

Mediante ao exposto, levanta-se os questionamentos: como se apresentam as características morfológicas de atletas de futebol de base? Quais as diferenças na composição corporal em jovens praticantes de futebol de diferentes categorias?

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar as características morfológicas de jovens atletas de futebol nas categorias sub 11, 12 e 13 anos da Associação Chapecoense de Futebol.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Descrever as características antropométricas e a composição corporal de atletas das categorias sub 11, sub 12 e sub 13;



- b) Comparar as características antropométricas e a composição corporal entre as categorias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FUTEBOL NAS CATEGORIAS DE BASE

O futebol ocupa um lugar importante na cultura esportiva mundial entre crianças e jovens das mais diversas classes sociais e culturais. Muito provavelmente isso é resultado da sua popularidade entre adultos e da sua universalidade da prática (GONÇALVES et al., 2016).

Uma das formas de análise utilizadas pelos Observadores Técnicos na prática cotidiana do futebol é avaliação do jogador pelo instinto, da mesma forma que era feito nas décadas anteriores, sem estratégias científicas claras definidas. Isso acaba refletindo na ausência de critérios básicos, o que conseqüentemente pode levar os profissionais componentes de comissões técnicas de futebol a fazerem suas avaliações e observações de forma subjetiva (PAOLI; SILVA; SOARES, 2013).

Ainda segundo Paoli, Silva e Soares (2013), no campo prático, os clubes criam o seu próprio método de avaliação, com base na experiência pessoal e/ou modelo de jogador “talentoso” que melhor atenda a filosofia tática de jogo de quem é o responsável pelo processo.

Devido a tendência do perfil físico e fisiológico do jogador e para a comercialização com a Europa, Helsen et al. (2000) estabelecem que em muitas circunstâncias, o talento é selecionado com base na estatura e no desenvolvimento físico, e não nas habilidades técnicas, táticas e psicológicas fazendo



com que os que possuem um desenvolvimento mais tardio sejam preteridos por aqueles que não tem muito talento, mas que tenham um “porte” de jogador ainda jovem. Paoli, Silva e Soares (2013), ainda destaca que o trabalho das categorias de base é caracterizado como de longo prazo, desde o momento em que o atleta é detectado como possuidor de habilidades motoras.

A análise de características antropométricas e/ou estudos da dimensão morfológica, tornam-se imprescindíveis à medida que o desempenho esportivo observa um processo de evolução (NOBRE et al., 2009).

2.2. COMPOSIÇÃO CORPORAL DE ATLETAS DE FUTEBOL

O perfil antropométrico de um jogador é, em parte, reflexo de sua herança étnica, sendo que eventualmente, algum atleta com tipo físico desfavorável ao esporte pode obter sucesso em razão de grande habilidade e motivação (MARQUES et al., 2013).

Silva (2010), relata que a Terceira Infância se caracteriza por aumentos lentos e estáveis na estatura e no peso corporal da criança. Embora ocorra essa diminuição em relação às fases anteriores, não significa que esteja havendo uma paralisação no processo de crescimento nessa fase.

Nobre et al. (2009), aponta que os fatores de alta performance, como o futebol exigem perfis específicos dos seus atletas, o que está relacionado, dentre outros fatores com características antropométricas.

Vários estudos já observam elevados índices de correlação entre a porcentagem de gordura e o rendimento desportivo (CAMPEIZ; OLIVEIRA, 2006). Ainda para Campeiz e Oliveira (2006), valores ótimos de adiposidade são difíceis de se definir, podendo



estar relacionado com a posição que ocupa em campo. No entanto, o peso em excesso, pode ser prejudicial.

A massa corporal e a estatura são parâmetros importantes para os atletas de futebol, pois podem definir a posição que o jogador poderá assumir dentro da equipe (MARQUES et al., 2013).

Em cada posição é observada uma grande amplitude de variação nas medidas de estatura. O mais importante é que essas medidas podem influenciar no desempenho tático dos jogadores (CAMPEIZ; OLIVEIRA, 2006).

Devido às exigências de cada posição em campo, os atletas precisam manter ou adquirir algumas características relacionadas à composição corporal como peso corporal, massa magra e percentual de gordura corporal, em níveis ideais ou compatíveis com os níveis dos atletas desta categoria visto a demanda para o alto rendimento (MARQUES et al., 2013).

Nobre et al. (2009), destaca a predominância do componente somatotípico mesomórfico entre os atletas.

Entretanto, um cuidado especial deve ser guardado em relação a adolescência, em que flutuações acima ou abaixo do percentil registrado nos anos da infância podem surgir em razão de diferentes ritmos individuais (ritmo precoce, normal e tardio) de passagem pelo *pico de velocidade em estatura* (SILVA, 2010).

Silva (2010), para evitar equívocos de interpretação, os profissionais do esporte que atuam com pré-adolescentes e adolescentes devem estar amparados não só em medidas que retratam o momento, mas sobretudo, que retratem o processo longitudinal do crescimento da criança/adolescente, identificando os períodos de aceleração, pico de velocidade e desaceleração do surto de crescimento do adolescente.



3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012), de campo (HEERDT, 2007), quantitativo do tipo transversal, caracterizado pelo emprego da quantificação na coleta e no tratamento de dados por meio de técnicas estatísticas.

3.2 PARTICIPANTES

Os participantes do estudo foram atletas das categorias sub 12 e sub 13 da Associação Chapecoense de Futebol que atenderam aos critérios de inclusão da pesquisa.

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

3.3.1 Critérios de inclusão

Foram incluídos no estudo aqueles que atenderem os seguintes critérios: estar devidamente registrados na Associação Chapecoense de Futebol em alguma das categorias avaliadas, e ser frequentador assíduo das sessões de treinamento, não possuindo faltas durante o período de coleta de dados.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos utilizados para mensurar as medidas são:
a) massa corporal (kg): balança com resolução digital da marca Toledo® (São Paulo); b) estatura (cm): Estadiômetro Cescorf® com



resolução de 0,1 cm; c) dobras cutâneas (mm): adipômetro modelo científico da marca Cescorf® com resolução de 0,1 mm; d) Diâmetros ósseos (DO) cm: paquímetro Cescorf® (Porto Alegre) com resolução de 0,1 mm) e medidas circunferências (cm): fita antropométrica Cescorf® (Porto Alegre) com resolução de 1,0 mm.

3.4.1 Anamnese

Foi aplicado um questionário de anamnese composto por questões referentes à identificação do atleta, data de nascimento, quanto tempo pratica futebol, cor/raça, frequência de treino.

3.4.2 Avaliação antropométrica

Para a avaliação antropométrica foram utilizadas as medidas Básicas: massa corporal; estatura; altura tronco-encefálica; Circunferências; e Dobras Cutâneas. Foram mensuradas de acordo com o protocolo da International Society for the Advancement of Kinanthropometry (ISAK) (MARFELL-JONES et al., 2006).

O percentual de gordura corporal foi obtido pela equação proposta por Slaughter et al. (1988).

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Os atletas responderam a *anamnese* (subtítulo 3.4.1), para iniciar as avaliações os alunos foram orientados a vestir apenas o calção de treino e ficaram de pés descalços. As avaliações foram realizadas no Laboratório de Cineantropometria da Unoesc.



3.6 PROCESSO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Foi utilizado análise descritiva dos dados por meio do cálculo da média e desvio padrão, e análise inferencial realizada através do Teste “t” Student e Mann Whitney Test para comparação dos grupos entre as categorias, a normalidade dos dados foi analisada através do teste Shapiro-Wilk Normality Test, pela utilização do programa SPSS 2.0.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo seguiu as normas estabelecidas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/UPE: 026146/2015). Os procedimentos aderiram às diretrizes da Declaração de Helsinque, e foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), pelo CAAE 71079317.1.0000.5367, parecer n. 2.189.800.

4 RESULTADOS

Foram analisados 48 atletas das categorias de base da Associação Chapecoense de Futebol, sendo, 24 atletas da categoria sub 12, com idade média de 12,50 (0,71) anos, e 24 atletas da categoria sub 13, com idade média de 13,48 (0,49) anos.

Os atletas da categoria sub 12 apresentaram os resultados descritos na Tabela 1 para as variáveis analisadas.

Variáveis	Média	Desvio padrão
Idade (anos)	12,50	0,71
Massa corporal (kg)	42,00	8,15
Estatura (cm)	150	8,13



Variáveis	Média	Desvio padrão
Gordura (%)	11,50	2,53
Massa Muscular (kg)	20,16	3,50
Massa Óssea (kg)	9,03	1,26
Massa Residual (Kg)	10,98	1,97

Tabela 1 – Variáveis antropométricas da categoria sub 12 (n=24)

Fonte: os autores.

Enquanto os atletas da categoria sub 13 apresentaram os seguintes resultados para as mesmas variáveis.

Tabela 2 – Variáveis antropométricas da categoria sub 13 (n=24)

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Idade (anos)	13,48	0,49
Massa corporal (kg)	50,25	12,00
Estatura (cm)	161,29	12,11
Gordura (%)	10,47	0,99
Massa Muscular (kg)	23,15	5,81
Massa Óssea (kg)	9,60	1,86
Massa Residual (Kg)	11,25	2,87

Fonte: os autores.

A Tabela 3, apresenta a comparação de variáveis antropométricas e da composição corporal entre as categorias.

Tabela 3 – Comparação das variáveis antropométricas das categorias sub 12 e sub 13

Variáveis	Sub 12 (n=24) m(dp)	Sub 13 (n=24) m(dp)	P
Idade (anos)	12,50 (0,71)	13,48 (0,49)	<0,001 ^a
Massa corporal (kg)	42,00 (8,15)	50,25 (12,00)	0,279 ^a
Estatura (cm)	150 (8,13)	161,29 (12,11)	0,090 ^b
Gordura (%)	11,50 (2,53)	10,47 (0,99)	0,577 ^a
Massa Muscular (kg)	20,16 (3,50)	23,15 (5,81)	0,148 ^a
Massa Óssea (kg)	9,03 (1,26)	9,60 (1,86)	0,185 ^b
Massa Residual (Kg)	10,98 (1,97)	11,95 (2,87)	0,279 ^a

Fonte: o autores.

Nota: a: Mann Whitney test; b: Unpaired t test (Teste T).



5 DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi identificar as características morfológicas de jovens atletas de futebol nas categorias sub, 12 e 13 anos da Associação Chapecoense de Futebol e comparar as variáveis antropométricas e da composição corporal entre as categorias.

As medidas encontradas para estatura não apresentam diferenças significativas, e se mostram dentro dos valores normais para atletas da idade analisada, como descrito por Herdy et al. (2014), os quais comparam diversas categorias para acompanhar a normalidade da evolução morfológica dos atletas.

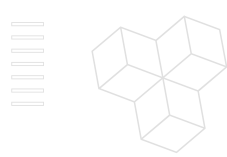
Os valores obtidos para massa corporal não apresentaram diferenças significativas, assim como no estudo realizado por Campeiz e Oliveira (2006), realizado com atletas de categorias juvenis e juniores, onde os mesmos também não apresentam diferenças significativas na comparação da massa corporal.

Reyes e Malina (2004) ainda sugerem que a massa corporal aumenta de acordo com o avanço do estado maturacional, ou seja, à medida que o jovem pré-púbere passa a ser púbere e pós-púbere. O retardamento deste fenômeno biológico atrelado a idade cronológica da categoria sub 13 podem justificar as proximidades nas medidas das categorias sub 12 e sub 13.

Com relação ao percentual de gordura, o estudo também não apresentou diferenças significativas entre as categorias, porém os valores encontrados em ambas concordam com as afirmações de Garret, William e Kirkendall (2003) e McArdle, Katch, e Katch (2003), que defende valores de 8 a 12% para o sucesso no futebol.

Em estudo de Neves (2010) verificou-se que os resultados médios dos jovens jogadores de futebol portugueses com idade de 13 e 14 anos estavam -1,37 anos do pico de velocidade de crescimento. O





estudo de Neves (2010) vem de forma a justificar a falta de diferença significativa entre as categorias comparadas, o que pode evidenciar que há um retardamento no pico de velocidade de crescimento dos atletas da categoria sub 13.

A falta de diferenças significativas nas medidas da composição corporal analisadas, se repete no estudo de Ré et al. (2008), realizado na modalidade de futsal, onde os esportistas com idades próximas não apresentam diferenças significativas. As diferenças aparecem quando comparadas categorias com idade acima de 2 anos de diferença.

6 CONCLUSÃO

Os resultados indicam que não há diferenças significativas nas variáveis morfológicas analisadas entre as categorias sub 12 e sub 13 da Associação Chapecoense de Futebol.

Compreende-se ainda que há possibilidade de que a maior parte dos atletas da categoria sub 13 ainda não tenha chegado ao pico de velocidade de crescimento, que é estímulo inicial para o aumento significativo da massa muscular, o que tem influência direta na análise da morfologia dos atletas. Então surge a necessidade de realizar novos estudos incluindo a variável maturacional, além da possível comparação com atletas de outras categorias, modalidades e regiões.

REFERÊNCIAS

CAMPEIZ, J. M.; OLIVEIRA, P. R. de. Análise comparativa de variáveis antropométricas e anaeróbias de futebolistas profissionais, juniores e juvenis. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, v. 6, p. 58-84, 1 jan. 2006.





GARRET, J. R.; WILLIAM, E.; KIRKENDALL, D. T. **A ciência do exercício e dos esportes**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GONÇALVES, L. G. C. *et al.* Caracterização do perfil de jovens jogadores de futebol: uma análise das habilidades técnicas e variáveis antropométricas. **SciELO**, Portugal, v. 12, p. 1-8, 7 mar. 2016.

GREEN, A. E.; ZERNA, W. **Theoretical elasticity**. Courier Corporation, 1992.

HEERDT, M. L. Pesquisa científica: conceito e tipos. *In*: HEERDT, M. L.; LEONEL, V. **Metodologia Científica e da Pesquisa**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. Disponível em: http://www.fatecead.com.br/mpc/aula01_ebook_unisul-virtual.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

HELSEN, W. F. *et al.* The roles of talent, physical precocity and practice in the development of soccer expertise. **Journal Of Sports Sciences**, [s. l.], v. 18, n. 9, p. 727-736, jan. 2000.

HERDY, C. V. S. H. *et al.* Análise dos aspectos morfológicos de atletas de futebol Sub-07, Sub-09, Sub-11, Sub-13, Sub-15, Sub-17 e Sub-20 e suas respectivas posições. **Revista Brasileira de Futebol (The Brazilian Journal of Soccer Science)**, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 45-53, 2014.

MARFELL-JONES, M. *et al.* International standards for anthropometric assessment (revised 2006). **Kinanthropometry IX: Proceedings of the 9th International Conference of the International Society for the Advancement of Kinanthropometry**. Routledge, 2006.

MARQUES, D. C. *et al.* Perfil antropométrico e somatotípico de atletas de categoria de base dos três principais clubes de futebol de campo de Goiás. **Revista Brasileira de Futebol (The Brazilian Journal of Soccer Science)**, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p. 2-12, 2013.

MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.



NEVES, J. M. P. **Caracterização multidimensional de jogadores de futebol com 13-14 anos**: Estudo com equipas da Associação de Futebol de Coimbra. 2010. Tese. (Doutorado em Treino Desportivo para Crianças e Jovens) – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

NOBRE, G. C. *et al.* Análise comparativa de variáveis antropométricas e composição corporal de atletas profissionais de futebol de primeira e segunda divisão. **Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 14, n. 137, 2009.

PAOLI, Próspero Brum; SILVA, C. D.; SOARES, A. J. G. Tendência atual da detecção, seleção e formação de talentos no futebol brasileiro. **Revista Brasileira de Futebol (The Brazilian Journal of Soccer Science)**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 38-52, 2013.

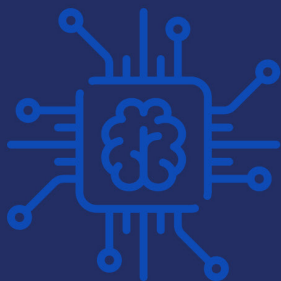
RÉ, A. H. N. *et al.* Interferência de características antropométricas e de aptidão física na identificação de talentos no futsal. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 51-56, 2008.

REYES, M. E. P.; MALINA, R. M. Growth and maturity profile of youth swimmers in Mexico. Coimbra: Coimbra University Press, 2004.

SILVA, L. R. R. da. **Desempenho Esportivo**: Treinamento com crianças e Adolescentes. 2. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2010.




SLAUGHTER, M. H. *et al.* Skinfold equations for estimation of body fatness in children and youth. **Human Biology**, Detroit, v. 60, p. 709-23, 1988.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.



CIÊNCIAS EXATAS e TECNOLÓGICAS





A IMPORTÂNCIA DA DRENAGEM EM PERÍMETRO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Darlan Yuri da Costa¹
Crisleine Zottis dos Reis²

RESUMO

A drenagem urbana compreende o conjunto de todas as medidas a serem tomadas que visem à atenuação dos riscos e dos prejuízos decorrentes de inundações aos quais a sociedade está sujeita. O presente projeto tem como objetivo analisar a importância da drenagem de água no perímetro urbano, conectando as inundações às vulnerabilidades trazidas pela cidade a uma bacia hidrográfica, bem como aplicar um estudo de caso no município de Chapecó, SC, visando a melhoria do sistema. A metodologia utilizada no estudo deste projeto foi desenvolvida com base em pesquisa quantitativa e qualitativa. Para o estudo qualitativo, utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica, analisando dados históricos e acontecimentos no município, por meio de sites especializados, artigos e livros. A metodologia quantitativa, visou coletar dados in loco, através de fotos e medidas. Os dados foram coletados na Rua Mônaco, localizada no Bairro Passo dos Fortes, que possui recorrência em inundações, e está localizada próxima à Sanga Iracema, que corta o bairro. Os dados demonstram a fragilidade do local, alteração da superfície do solo, com pouca permeabilidade, bocas de lobo parcialmente ou totalmente obstruídas e a sanga com baixa capacidade de vazão e escoamento da água quando há grandes volumes de precipitação. Portanto, medidas como a desobstrução das bocas de lobo, aumento da largura do leito da sanga e tubulações que depositam a água pluvial na direção

¹ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Chapecó; darlandacosta@outlook.com.br.

² Doutora em Engenharia Química; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Chapecó; crisleine.reis@gmail.com.

do fluxo de água, podem ser adotadas para diminuição das inundações no local.

Palavras-chave: Drenagem urbana. Inundação. Sistemas de drenagem. Chapecó.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento acelerado das cidades nos últimos anos, fez com que ocorresse um aumento significativo da população dentro dos perímetros urbanos, causando impactos expressivos nas infraestruturas dos recursos desses espaços, atingindo os recursos hídricos. Portanto, uma das áreas de gradual impacto é a drenagem urbana, que influencia nas frequências e magnitudes dos alagamentos.

Construções concentradas em espaços pequenos, problemas como impermeabilização do solo, desmatamento da vegetação natural, ocupação de várzeas, canalização e assoreamento de rios, são situações favoráveis às enchentes, tornando-as comuns nas cidades e principalmente em grandes centros urbanos, e é nesse momento no qual se pensa sobre resoluções desses problemas: sistemas de drenagem.

O sistema de drenagem inclui-se em um conjunto de melhorias públicas existentes em uma área urbana, tal como esgotos sanitários, redes de água, pavimentação de ruas, parques entre outros. No entanto, o sistema de drenagem tem uma peculiaridade: o escoamento das águas das pluviais sempre acontecerá, independente de existir ou não sistema de drenagem apropriado. A qualidade desse sistema é que determinará se os benefícios ou prejuízos à população serão maiores ou menores.



Os processos de elaboração dos sistemas de drenagem, após o aperfeiçoamento dos métodos alternativos de drenagem urbana, tornaram-se mais complicados, envolvendo, além dos aspectos técnicos e financeiros, aspectos sanitários, ambientais, sociais, etc. Devido a esta complexidade da concepção dos sistemas de drenagem, cada vez mais a análise multicritério parece ser conveniente como ferramenta de auxílio à decisão. A drenagem urbana se faz como solução para problemas que são decorrentes da forte alteração do meio.

Dado o exposto, o presente trabalho foi realizado afim de verificar a importância da drenagem no perímetro urbano, e também realizar um estudo de caso com o objetivo de analisar a situação do sistema de drenagem no município de Chapecó, SC, identificando como é abordado este assunto no plano diretor e por fim apresentar sugestões de melhorias no sistema de drenagem do município.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANO

Segundo Tucci (2003), o ciclo hidrológico das cidades sofre muitas alterações devido a vários fatores. Os principais fatores que causam essa degradação são: a alteração da superfície do solo e a canalização do escoamento, aumento da poluição, e do material sólido gerado pela população, causando graves impactos em países em desenvolvimento onde a urbanização cresce constantemente e as obras de drenagem nestes locais não são realizadas de forma sustentáveis.

Além disso, o mau dimensionamento das redes de esgoto, a diminuição da proteção natural do solo e o aumento incessante



da pavimentação, são problemas recorrentes e todos estes fatores afetam significativamente as áreas fluviais dos espaços em que estão inseridos. Afinal, o excesso de cobertura impermeável e o grande número de resíduos sólidos, em grandes picos de chuva, acabam trancando ou entupindo os sistemas de drenagem, gerando um dos principais problemas das cidades: as enchentes e alagamentos (TUCCI, 2008, p. 98).

Outra causa para essas enchentes e alagamentos, são as ocupações irregulares do solo, onde são construídas moradias nos leitos dos canais, diminuindo sua seção transversal e, conseqüentemente, afetando a vazão de escoamento. Sendo que estas áreas seriam de responsabilidade dos Órgãos Municipais - orientados pelo Plano Diretor e Urbanístico das cidades (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, 2019). Esta, é a realidade encontrada em muitas cidades brasileiras, principalmente em municípios com altas taxas de crescimento urbano.

No município de Chapecó, SC, pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em se considerando a população total, a comparação entre o último censo e a estimativa de 2018, divulgada pelo IBGE (2018), aponta para um crescimento populacional de 18,0%, em 8 anos.

Uma das soluções aos problemas citados acima, é a drenagem, que, segundo Cardoso Neto (1998), é o termo empregado na designação das instalações destinadas a escoar o excesso de água, seja em rodovias, na zona rural ou na malha urbana. A drenagem urbana não se restringe aos aspectos puramente técnicos impostos pelos limites restritos à engenharia, pois compreende o conjunto de todas as medidas a serem tomadas que visem à atenuação dos riscos e dos prejuízos decorrentes de inundações aos quais a sociedade está sujeita.



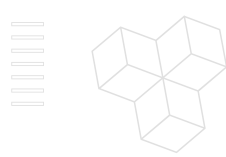
A drenagem urbana tem sido desenvolvida dentro de premissas estruturais onde os impactos são transferidos de montante para jusante sem nenhum controle de suas fontes. No escoamento esse processo tem provocado aumento da frequência das enchentes e entupimento dos condutos e canais por sedimentos e a degradação da qualidade da água. Dentro desse contexto o controle da erosão urbana é fundamental tanto na manutenção da capacidade de escoamento do sistema de drenagem como na qualidade ambiental. As características da produção dos sedimentos em bacias urbanas e de seu controle dentro da experiência internacional são descritas buscando destacar indicadores que possam ser aplicados às condições de urbanização de cidades brasileiras (TUCCI; COLLISHONN, 2020).

De acordo com Andrade e Santos (2009), na construção do sistema de drenagem, procura-se atingir os seguintes objetivos: assegurar o trânsito de pedestres e veículos; controlar as erosões, proteger as propriedades localizadas em áreas sujeitas a inundações e, erosões e conseqüentemente, os cidadãos. Proteger logradouros e vias públicas, proteger e preservar os fundos de vales e os cursos de água, eliminar a proliferação de doenças e áreas insalubres. Para interceptar as águas que escoam pelas sarjetas e conduzi-las à tubulação pluvial, empregam-se as bocas de lobo.

A sua utilização objetiva evitar o escoamento em cruzamentos de ruas, chamadas de pontos baixos, e evitar o aumento do escoamento acima da capacidade da sarjeta, chamadas de intermediárias (TUCCI; COLLISCHONN, 2020).

Então, para dimensionar os sistemas de drenagem adequadamente, é fundamental ter conhecimento acerca das principais causas de enchentes nas áreas urbanas. Segundo informações disponíveis no site da UFRRJ, são elas: a) alta





urbanização; b) ocupação de áreas ribeirinhas e; c) projetos e obras mal dimensionados (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, 2019)

Vale ressaltar que, em uma cidade os dois primeiros itens podem acontecer juntos e/ou separados. Já o dimensionamento em áreas ribeirinhas pode ser dimensionado por obras estruturais e não estruturais (PARANÁ, 2002).

A medida estrutural é subdividida em duas partes. As intensivas, que são todas as medidas que requerem modificação do leito dos rios e construção de diques, por exemplo. E as extensivas, são as que envolvem a bacia hidrográfica ou a micro bacia do local (PARANÁ, 2002).

Uma medida estrutural é a canalização, que é feita de macro e micro drenagem. As de macrodrenagem são conjuntos de galerias de águas pluviais, que constituem grandes troncos coletores de água da chuva em locais urbanizados ou em urbanização, enquanto as de micro drenagem são as de menor proporção e coletam a água da chuva por bueiros e tubulação de menor diâmetro (PARANÁ, 2002).

Já a medida não estrutural é aquela que age na população, com sistemas de alerta e seguros contra enchentes, por exemplo (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2002).

Para Reis e Ilha (2019), tais sistemas normalmente são dimensionados conforme modelos de balanço hídrico e conservação de massa, descontando-se as vazões de entrada, definidas pela chuva de projeto, e os volumes de infiltração e evapotranspiração.

Para implementar medidas sustentáveis na cidade é necessário desenvolver o Plano Diretor de Drenagem Urbana. O Plano se baseia em princípios onde destaca-se os seguintes:

- a) os novos desenvolvimentos não podem aumentar a vazão máxima de jusante;



- b) o planejamento e controle dos impactos existentes devem ser elaborados considerando a bacia como um todo;
- c) o horizonte de planejamento deve ser integrado ao Plano Diretor da cidade;
- d) o controle dos efluentes deve ser avaliado de forma integrada com o esgotamento sanitário e os resíduos sólidos (TUCCI, 2003).

O Plano Diretor deve ser desenvolvido utilizando medidas não-estruturais (principalmente a legislação) para os novos desenvolvimentos (loteamentos e lotes) e medidas estruturais por sub-bacia urbana da cidade (TUCCI, 2003).

Porém, o planejamento da ocupação do espaço urbano no Brasil, através do plano Diretor Urbano não tem considerado aspectos de drenagem urbana e qualidade da água, que trazem grandes transtornos e custos para a sociedade e para o ambiente (TUCCI, 1997, p. 3).

Um dos grandes problemas na drenagem urbana é o carregamento de lixo e sedimentos para as sarjetas e bocas de lobo. Esses resíduos acabam por obstruir as entradas e as tubulações. Por isso, são adotados poços de visita, que permitem acesso à tubulação em pontos estratégicos, tais como encontro de tubulações (ANDRADE; SANTOS, 2009).

De uma maneira geral, as águas decorrentes da chuva (coletadas nas vias públicas por meio de bocas de lobo e descarregadas em condutos subterrâneos) são lançadas em cursos d'água naturais, no oceano, em lagos ou, no caso de solos bastante permeáveis, esparramadas sobre o terreno por onde infiltram no subsolo. Parece desnecessário dizer que a escolha do destino da água pluvial deve ser feita segundo critérios éticos e econômicos, após análise cuidadosa e criteriosa das opções existentes. De qualquer maneira, é recomendável que o sistema de drenagem seja tal que o percurso da água entre sua

origem e seu destino seja o mínimo possível. Além disso, é conveniente que esta água seja escoada por gravidade. Porém, se não houver possibilidade, pode-se projetar estações de bombeamento para esta finalidade (CARDOSO NETO,1998).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo deste projeto foi desenvolvida com base em pesquisa quantitativa e qualitativa. Para o estudo qualitativo, utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica, analisando dados históricos e acontecimentos no município, por meio de sites especializados, artigos, plano diretor do município e livros. A metodologia quantitativa, visou coletar dados in loco, através de fotos e medidas. Os dados foram coletados na Rua Mônaco, localizada no Bairro Passo dos Fortes, que possui recorrência em inundações, e está localizada próxima à Sanga Iracema, que corta o bairro.

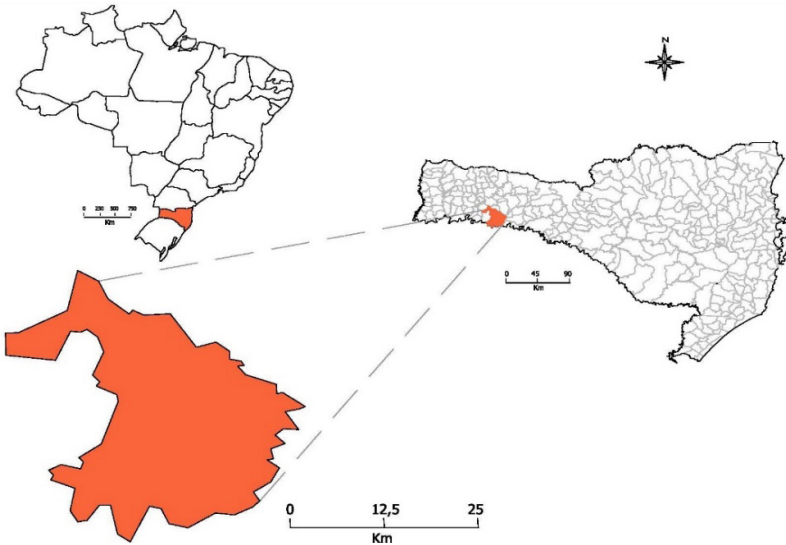
4 ESTUDO DE CASO EM CHAPECÓ: UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO

4.1 DADOS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O município de Chapecó está localizado na mesorregião do Oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. Está situado nas coordenadas geográficas 27°16' a 26°56' de latitude Sul e 52°52' a 52°19' longitude Oeste de Greenwich. Tem uma extensão territorial de 624,846 km², fazendo divisa com nove municípios catarinenses: Paial, Seara, Arvoredo, Xaxim, Guatambu, Planalto Alegre, Coronel Freitas, Nova Itaberaba e Cordilheira Alta, como indicado no Mapa 1 (IBGE, 2018).

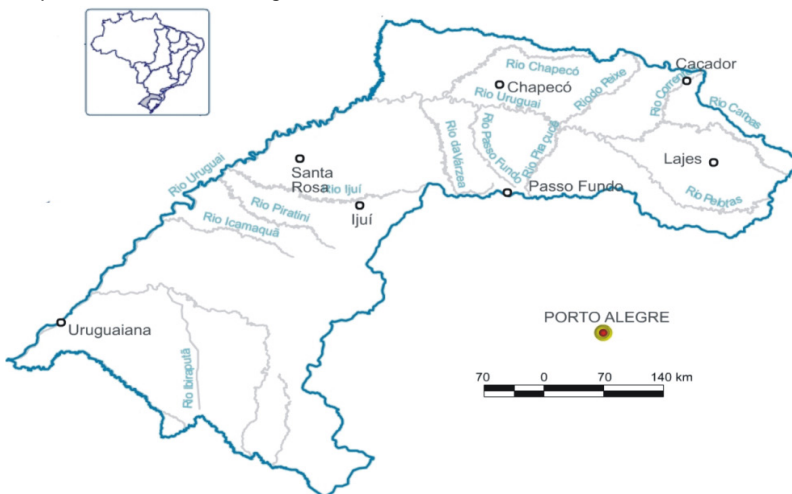
O município se encontra na microbacia do Rio Uruguai, este rio que em sua maior extensão divide o estado Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A bacia do rio Uruguai possui uma extensão territorial de 384.000 km², conforme o Mapa 2 (LUDWIG, 2016).

Mapa 1 – Localização do município de Chapecó no estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2014 apud Moraes, 2014).

Mapa 2 – Bacia do Rio Uruguai

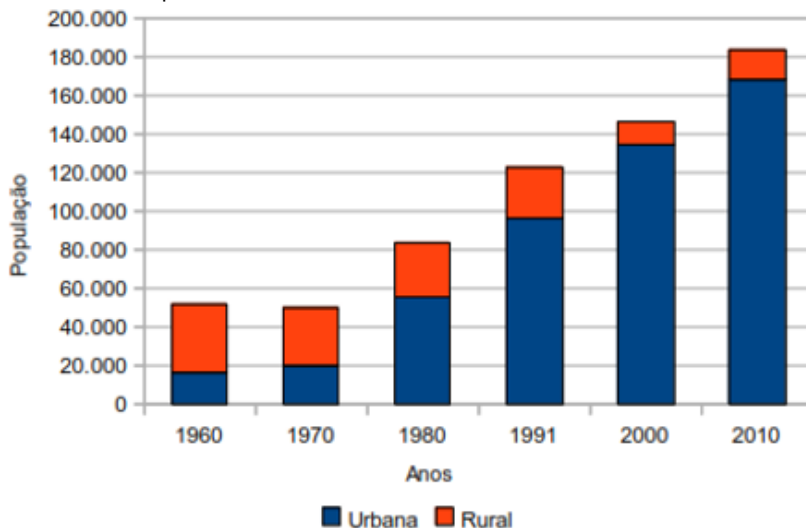


Fonte: ANA (2005 apud MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

Binda et al. (2012, p. 41), relata que a população do município era predominantemente rural nas décadas de 1960 e 1970, (68% e 59%, respectivamente) e só passou a ser urbana a partir da década de 1980, quando 66% dos 55.269 habitantes se encontravam na cidade.

A partir de 1980 esses valores aumentaram, de modo que, no último censo (2010), a população urbana atingiu cerca de 92% do total de 183.561 habitantes no município conforme o Gráfico 1 (BINDA et al., 2012, p. 41).

Gráfico 1 – Crescimento populacional e local de concentração no município de Chapecó



Fonte: IGBE (2011 apud BINDA et al., 2012).

O Artigo 23 do Plano Diretor (2014), da cidade de Chapecó consta que,

O município promoverá a organização e o planejamento do sistema de saneamento básico, que engloba o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. (CHAPECÓ. 2014).

O Município ainda deverá realizar diagnóstico do atual sistema de drenagem urbana, identificando possíveis ligações clandestinas de esgoto no sistema de drenagem pluvial (CHAPECÓ, 2014).

Ao longo dos anos foram sendo registrados dados sobre alagamentos no perímetro urbano de Chapecó. Binda et al. (2012, p. 43), coloca que ao longo do período de 1980 e 2010 foram catalogadas mais de 238 ocorrências de alagamentos na cidade.

4.2 LOCAL DO ESTUDO

O local de estudo deste artigo foi a Rua Mônaco, localizada no Bairro Passo dos Fortes, próximo ao terminal rodoviário de Chapecó, ao lado do Eco Parque, tendo em vista que é um dos pontos com mais recorrência de alagamentos.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento (2015, p. 167), o Bairro Passo dos Fortes é o 3º bairro mais populoso do município de Chapecó, com população estimada no ano de 2010, em 11.604 habitantes, o que representa 6,90% do total municipal. Estes estão distribuídos em uma área de 311,2 ha.

Mapa 3 – Localização do Bairro Passo dos Fortes no Município de Chapecó

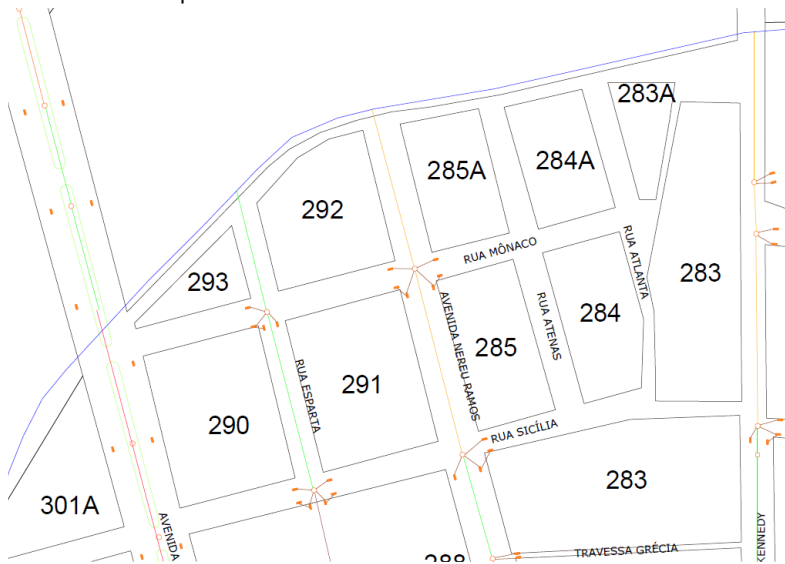


Fonte: adaptado de Carniato e Gonçalves (2013).

4.3 ANÁLISE DO SISTEMA DE DRENAGEM DO LOCAL DE ESTUDO

Foi obtido junto a prefeitura um documento em extensão DWG, o qual conta com as tubulações existentes no local. No documento, existem somente duas tubulações que cortam a Rua Mônaco, que estão localizadas abaixo das Ruas Esparta e Avenida Nereu Ramos, as quais possuem diâmetro de 0,60 cm e 0,80 cm, respectivamente. O documento também traz um quantitativo de bocas de lobo, com 10 no total, sendo 6 na Rua Mônaco, 2 na Rua Esparta e 2 na Avenida Nereu Ramos, podendo ser visualizado na Mapa 4.

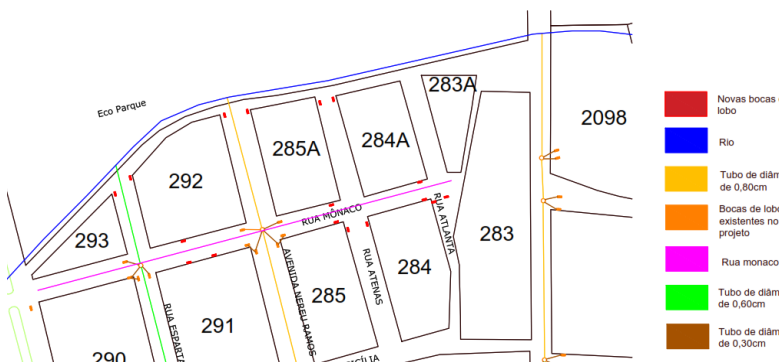
Mapa 4 – Mapa das tubulações e bocas de lobo disponibilizado pela Prefeitura de Chapecó



Fonte: Chapecó (2019).

Em observação in loco, foram encontradas mais 17 bocas de lobo que não estavam mencionadas no documento recebido pela prefeitura, estas novas bocas de lobo estão localizadas no Mapa 5.

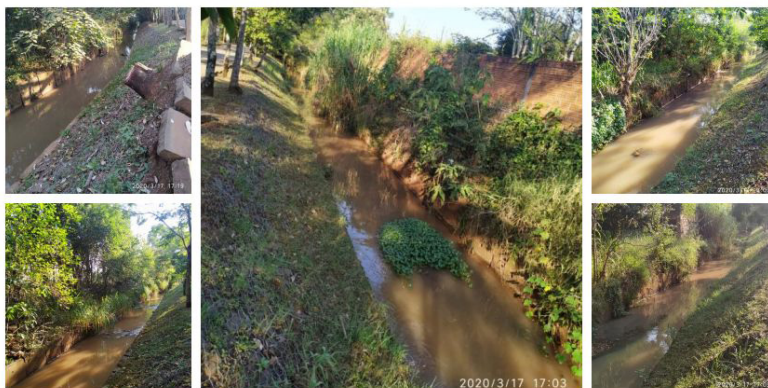
Mapa 5 – Mapa das tubulações e bocas de lobo atualizadas com as existentes in loco



Fonte: Chapecó (2019).

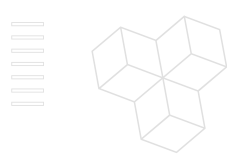
Todas as bocas de lobo, tanto as que constam no documento quanto as encontradas in loco, drenam a água pluvial e a depositam na Sanga Iracema, que passa aos fundos dos lotes 293, 292, 285A, 284A e 283A. A sanga na região de estudo tem uma largura 3 metros, totalmente canalizado, mostrado na Fotografia 1.

Fotografia 1 – Fotos da Sanga Iracema, tiradas de dentro do Eco Parque



Fonte: o autor.

Segundo o Mapa Urbano Básico de Chapecó, as tubulações das Ruas Esparta e Avenida Nereu Ramos, levam a água pluvial diretamente para o Sanga Iracema, como mostra a Fotografia 2.



Fotografia 2 – Saída das tubulações das ruas para a Sanga Iracema



Fonte: o autor.

Além da drenagem das ruas citadas, a sanga Iracema recebe todo o montante dos bairros vizinhos como Bairro Pinheirinho, Loteamento Pinheiros e Loteamento Walville III, o que causa uma sobrecarga no sistema, como mostra a Fotografia 3.

Figura 3 – Sanga Iracema em um dia de chuva



Fonte: o autor.

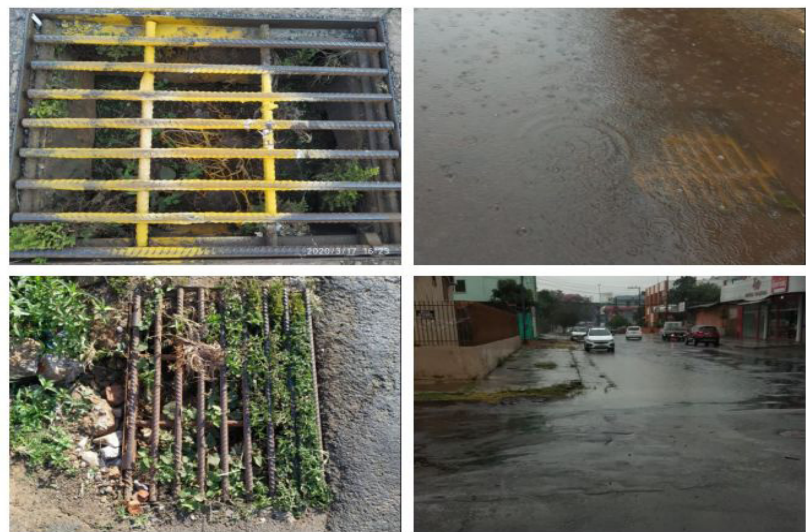
A Rua Mônaco contém vários locais de drenagem, porém alguns estão entupidos ou estão parcialmente obstruídos, causando o acúmulo de água na superfície, conforme Fotografia 4.





Por causa da recorrência das inundações na Rua Mônaco, os moradores adotaram como medida de precaução elevar o nível do terreno ou usar barreiras, de 60 a 80 cm, evitando que a água entre nas casas ou nas salas comerciais, como mostra a Fotografia 4.

Fotografia 4 – Bocas de lobo da Rua Mônaco com mau funcionamento



Fonte: o autor.

Fotografia 5 – Terreno com nível elevado para que a água não atinja a entrada da edificação



Fonte: o autor.



Levando-se em consideração os aspectos mencionados acima, a inundação da Rua Mônaco (local do estudo), é cada vez mais relevante. Constatou-se que no local algumas bocas de lobo estão entupidas ou parcialmente entupidas, não ocorrendo a drenagem de forma totalmente eficaz.

Também pode-se constatar que o bairro, apesar de ter o Eco Parque, possui pouca permeabilidade devido à alta pavimentação e às edificações aglomeradas ali presentes.

Além disso, a água drenada da Rua, vai diretamente para a Sanga Iracema. A Sanga corta o Bairro Passo dos Fortes, recebendo a drenagem das águas pluviais de outros bairros vizinhos, e esta possui somente 3 metros de largura, que não comporta vazão suficiente em dias de precipitações fortes, em curtos espaços de tempo.

Nesse caso, a sanga chega a transbordar, e a água que deveria ser recolhida pelas bocas de lobo, não consegue ter escoamento, porque a força da água dentro da sanga é mais forte, empurrando a água de volta pelas tubulações de drenagem da rua. Ou seja, há sobrecarga no sistema.

A principal medida tomada pelos moradores da região, foi aterrar o solo, elevando o nível do terreno, para que a água não alcance as edificações. Porém, a medida principal, seria a desobstrução de todas as bocas de lobo, para que o fluxo de água possa correr livremente até a sanga, e também colocar as tubulações na direção do fluxo da água, assim a água que sai da drenagem, seguiria o mesmo fluxo da sanga, e a água não voltaria para a tubulação.

Em relação à dificuldade em escoar toda a vazão de água necessária pela sanga, uma das soluções para este problema, seria aumentar o poder de escoamento, ou seja, aumentar a largura da mesma, assim, dando uma margem melhor para dias de alta precipitação.



5 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar a eficiência do sistema de drenagem urbana do município de Chapecó, SC. Para tanto, foi selecionada a Rua Mônaco, constantemente noticiada na mídia local pela ocorrência de alagamentos, na qual, pode-se verificar a ineficiência da drenagem, que causa inundações, mesmo com chuvas moderadas.

O estudo de caso constatou que o local está com problemas diversos, dentre eles estão: bocas de lobo entupidas, sanga canalizada com baixa área de escoamento, alta pavimentação, e por consequência pouca vegetação.

Sendo assim, as medidas a serem tomadas deveriam ser de desobstrução das bocas de lobo, aumento do diâmetro das tubulações, alargamento da sanga, além de redirecionar a saída dos tubos para a mesma direção do fluxo da água.

Portanto, fica evidenciada a importância da drenagem urbana, não só em locais como a rua em estudo, mas também em todas as demais regiões. A presença de uma rede de drenagem urbana eficiente, traz benefícios à população, escoando a água das chuvas e não deixando acumular, evitando doenças, inundações, mortes e prejuízos materiais, assim oferecendo maior qualidade de vida as pessoas que ali residem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.; SANTOS, M. **Análise dos Problemas de Drenagem Urbana nos Bairros Vila Operária e Aeroporto**. Teresina: PI, 2019. Disponível em: <http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNepi2010/paper/viewFile/1198/717>. Acesso em: 29 jan. 2020.



BINDA, A. L. *et al.* Análise Espaço – Temporal dos Casos de Inundações e de Alagamentos Registrados na Cidade de Chapecó-SC (1980–2010). **Raega**, Curitiba, v. 26, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30040/19424>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CARDOSO NETO, A. **Sistemas urbanos de drenagem**. [s. l.]: UFSC, 1998.

CARNIATO, D. L.; GONÇALVES, M. A. **Aplicação do SIG na Identificação de Raios de Abrangência dos Equipamentos Comunitários no Bairro Passo dos Fortes na Cidade de Chapecó–SC**. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15183377-Aplicacao-do-sig-na-identificacao-de-raios-de-abrangencia-dos-equipamentos-comunitarios-no-bairro-passo-dos-fortes-na-cidade-de-chapeco-sc.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHAPECÓ. Lei Complementar n. 541, de 06 de novembro de 2014. **Plano Diretor de Chapecó – PDC**. Chapecó, SC, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-chapeco-sc>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CHAPECÓ. Lei Complementar n. 6728, de 10 de julho de 2015. **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB**. Chapeco, SC, 2015. Disponível em: <http://leismunicipa.is/puagi>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CHAPECÓ. **Mapa Urbano Básico de Chapecó**. Chapecó: Prefeitura de Chapecó, 2019.

IBGE. **IBGE–Cidades**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE. **IBGE–Cidades**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Manual de Drenagem Urbana**. 2002. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/pddrenagem/volume6/mdu_ver-sao01.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

LUDWIG, C. **Caracterização hidrometeorológica dos eventos de inundação e alagamento ocorridos no município de Chapecó (SC)**. 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1354>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MORAES, C. de. **Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950**. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.9646>. Acesso em: 07 nov. 2019.

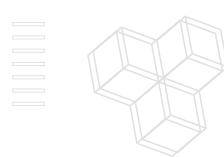
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Rio Uruguai e sua Região Hidrográfica**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/informes/pdfs/rio_uruguai_regiao_hidrografica.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019

REIS, R. P. A.; ILHA, M. S. de O. **Influência das condições de instalação do sistema predial de água pluvial nas soluções de drenagem na fonte**. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212019000100129#aff2. Acesso em: 13 fev. 2020.

TUCCI, C. E. M. **Água no meio urbano**. Brasília, UFRGS, 1997. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/importacao/institucional/grupos-de-trabalho/encerrados/residuos/documentos-diversos/outras_documentos_tecnicos/curso-gestao-do-territorio-e-manejo-integrado-das-aguas-urbanas/aguanoomeio%20urbano.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas: desenvolvimento urbano**. Desenvolvimento urbano. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a07.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020

TUCCI, C. E. M. **Drenagem Urbana**. 2003. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400020. Acesso em: 25 out. 2019.



TUCCI, C. E. M.; COLLISCHONN, W. **Drenagem Urbana e Controle de Erosão**. 2020. Disponível em: http://www.ufrgs.br/arroidiluvio/conteudo-antigo/copy_of_sobre-o-arroio-diluvio/DRENAGEM%20URBANA-CONTROLE%20DA%20EROSaO_TUCCI_COLLISCHONN.PDF. Acesso em: 10 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Mapas Mentais Ambientais: mapa mental dos problemas das enchentes urbanas**. Disponível em: <http://www.ufrjr.br/institutos/it/de/acidentes/mma10.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.





CALL OF CODE LINHA GÓTICA: GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE PROGRAMAÇÃO

Anderson Bedin Correia¹

Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

O projeto *Call of Code* sendo uma plataforma de ensino necessita estar em constante atualização, sempre sendo aperfeiçoada para os métodos de ensino mais atuais. Com o intuito de atualizar a plataforma e ao mesmo tempo proporcionar uma melhor experiência ao usuário, foi objetivo desta pesquisa expandir os horizontes do projeto, introduzindo os conceitos de gamificação em forma de progressão através de objetivos dentro das missões. Tais objetivos geram pontos de experiência para o jogador, estimulando-o a atingir níveis cada vez maiores de patente. *Call of Code: Linha gótica* continua utilizando a mesma IDE (*Integrated Development Environment* – Ambiente de Desenvolvimento Integrado) e o mesmo modelo de vídeos introdutórios para cada missão, porém dessa vez contando sobre a trajetória do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esta pesquisa caracterizou-se como sendo aplicada, de abordagem qualitativa e exploratória e tendo procedimento técnicos de pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa de campo e de laboratório. Após a construção de uma nova missão para a plataforma e construir a forma e fórmulas para a gamificação proposta, realizou-se simulações em laboratório para aferir os cálculos de pontuação de experiência e de subida de patente. Os resultados foram animadores e demonstraram que as fórmulas de gamificação funcionaram e atingiram seus objetivos dentro da proposta da pesquisa.

Palavras-chave: Gamificação. Ensino. Desenvolvimento. *Call of Code*.

¹ Graduando em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; anderson.bedinc@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Em cursos de tecnologia há uma disciplina que é tachada como reprovadora e considerada uma das mais difíceis de se aprender: a lógica de programação. Em média, mais de 50% dos alunos que buscam aprender algoritmos reprovam na disciplina, atestando a dificuldade que há em se construir a lógica de resolução do problema, ou seja, a construção algorítmica para a solução computacional de um problema (CAMPOS, 2009). Diante desta questão surge o questionamento: Como ensinar a lógica de programação de uma maneira simples, fácil de se entender, e desta forma permitir o aprendizado algorítmico? A resposta parece óbvia, mas não é.

As abordagens, meios didáticos e métodos de ensino utilizados pela grande maioria das instituições de ensino, ainda são consideradas antiquados pois pouco instigam o estudante a querer aprender mais sobre um determinado assunto (ORLANDI et al., 2018). Despertar o interesse pelo estudo torna-se desta maneira uma necessidade eminente.

Para o professor e pesquisador João Vilhete d'Abreu, há uma necessidade crescente pelo ensino de Programação nas séries iniciais no processo de ensino brasileiro. Pensar computacionalmente permite ao aluno uma maior liberdade na resolução de problemas, além de incentivar o trabalho colaborativo e a criatividade (GOULART, 2016). Há várias formas de ensinar a programação, porém não se deve ensinar uma linguagem específica, mas sim desenvolver o raciocínio lógico. (FUTURA, 2016). Yabob (2014) ainda comenta que “precisamos caminhar primeiro antes de correr”fazendo uma alusão à necessidade de se aprender à lógica e não uma linguagem de programação. No projeto Scalable Game Design



Brasil, coordenado pela professora Clarisse Sieckenius de Souza, o ensino de programação é considerado como uma forma do aluno se expressar através da construção de seus próprios jogos (ALVAREZ, 2014).

No Brasil existem diversos softwares on-line, projetos e ferramentas gratuitas que objetivam o ensino a lógica de programação, contudo além de não oferecerem a interação do aluno na construção de solução algorítmica do problema, tais softwares possuem quase ou nenhuma utilização dos conceitos e técnicas de gamificação. Por sua vez o *Call of Code* (Chamada para o Código), uma plataforma de ensino à lógica de programação, interdisciplinar, ambientada na Segunda Guerra Mundial e desenvolvida pela Unoesc Chapecó, oferece ao seu usuário a possibilidade de este estar desenvolvendo a sua própria e particular solução ao problema ofertado. Contudo, *Call of Code* ainda não possui uma forma de gamificar as missões realizadas por seus usuários.

Gamificar segundo Kapp (2012), é a utilização de elementos presentes em jogos no ambiente de ensino aprendizagem presencial ou virtual. Não necessariamente fazendo o uso tecnológico para atingir os objetivos desejáveis. Para Orlandi et al. (2018), a gamificação vem propor um ambiente para o crescimento acadêmico, oferecendo a capacidade de lidar com suas próprias decisões e consequências. Um indivíduo motivado traz bons resultados a nível pessoal e profissional e neste sentido a gamificação oferece a autonomia, o domínio e o propósito que o acadêmico precisa para buscar mais (ORLANDI, et al., 2018). Santos e Freitas (2017) menciona que a gamificação é uma metodologia que vem sendo muito usada em contextos educacionais nos últimos anos. A gamificação consiste na elaboração de protótipos, sistemas ou modelos com foco nas



pessoas, considerando a motivação, o sentimento de enfrentar e vencer desafios e a interatividade (CANI et al., 2017).

Desta forma torna-se o aperfeiçoamento da plataforma *Call of Code*, que ainda não possui o uso de técnicas e conceitos de gamificação em sua abordagem, mostra-se muito atraente, ainda mais com a atual geração de estudantes, os nativos digitais. O avanço oportunizado pela mobilidade digital e a web trouxe consigo uma nova geração de crianças e adolescentes, que cresceu dentro do ambiente digital, os nativos digitais (FÁBIO, 2017). Essa geração manipula dispositivos tecnológicos como notebooks, smartphones e microcomputadores, com destreza incrível, influenciando diretamente o seu modo de aprender.

Desta forma e diante das problemáticas e justificativas apresentadas, foi objetivo desta pesquisa o desenvolvimento de uma proposta de gamificação para a plataforma de ensino interdisciplinar à lógica de programação, denominada *Call of Code*, bem como a sua validação a partir da criação de uma missão que conte a história da Força Expedicionária Brasileira, durante sua campanha na Segunda Guerra Mundial, na Linha Gótica, na Itália.

O presente artigo está dividido em cinco títulos que apresentam a problematização e justificativa da necessidade desta pesquisa, a pesquisa do referencial teórico norteador dos temas abordados, o método científico e procedimentos técnicos utilizados, o relato do desenvolvimento e análise dos resultados alcançado, e por fim uma conclusão sobre a pesquisa prática científica realizada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ensino de programação sempre esteve presente nos currículos de cursos das Engenharias e relacionados às Ciências



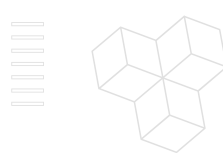
da Computação. Entretanto escolas de ensino primário, médio e técnico vêm buscando neste componente curricular, uma forma de melhorar o processo decisório bem como a articulação de passos para a resolução de problemas do dia a dia.

Citam Farrer (2000) e Mazano e Oliveira (2007) que a disciplina de Algoritmos, Fundamentos de Programação, Lógica de Programação, entre outras nomenclaturas existentes para este componente, oferece ao aluno, subsídios para que ele construa uma sequência lógica e finita de passos, ações ou comandos, que quando executados proporcionarão a resolução computacional de um problema.

Essa disciplina busca desenvolver o raciocínio lógico aplicado a solução de um problema. Entretanto o estudo desse componente curricular causa, muitas vezes, um nível de estresse mental tão grande que acaba por culminar na desistência da disciplina e em alguns casos extremos, no cancelamento do curso. Em média, numa turma de 50 alunos, cerca de 60% desistem ou reprovam neste componente (MENEZES; MEDEIROS; PEREIRA, 2012). Campos (2009), acrescenta que numa pesquisa realizada durante 8 semestres, em 4 instituições de ensino superior, a taxa de reprovação foi mais de 50%. O principal motivo da reprovação apontado foi a extrema dificuldade em esboçar o raciocínio lógico para solucionar os problemas solicitados. Para Menezes, Medeiros e Pereira (2012), uma base matemática fraca, limitações do professor da disciplina, falta de didática, falta de material de apoio e a falta de inovação no processo de ensinar são fatores que podem ocasionar tais reprovações.

Neste sentido, tornar o processo de ensino à lógica de programação, desafiador, cativante e envolvente é um desafio eminente a ser alcançado pelo professor, “que programar é uma necessidade crescente na sociedade [...] é um aprendizado científico”





desta forma deve-se encontrar formas de auxiliar e facilitar o processo de ensino à lógica de programação (ALVAREZ, 2014).

O segredo para o sucesso no ensino dessa disciplina, de acordo com os professores que conseguiram tal façanha, é que foco do ensino não se deve ser numa determinada linguagem de programação, mas sim no desenvolvimento do raciocínio lógico. Ensinar programação deve ser uma nova forma do aluno se expressar (ALVAREZ, 2014). Acrescenta Yacob (2014), não se deve defrontar o aluno com linhas de comandos, se ele ainda não entende a programação em um nível mais básico.

Escolas de ensino básico, fundamental e médio, estão seguindo a onda global do uso de novas tecnologias em sala de aula, neste sentido, estão implantando em seus currículos o ensino de robótica e de programação. Não ensinam o uso de uma linguagem, mas sim o pensar passo a passo para a solução de um problema. Adriano Teixeira, professor da Universidade de Passo Fundo comenta: “professores de matemática relatam que os alunos que participam das atividades de programação têm demonstrado mais autonomia na hora de resolver problemas” (ALVAREZ, 2014).

Percebe-se que apesar da dificuldade do aprendizado deste conteúdo, professores e escolas, estão apostando alto nesse conhecimento tão necessário para o futuro das próximas gerações. Muitas tecnologias, ferramentas e metodologias vem surgindo para auxiliar esse processo de desenvolver o raciocínio lógico e sistêmico de um problema.

2.1 GAMIFICAÇÃO

No mundo atual, nas diferentes faixas etárias, os games são uma realidade presente para a diversão, passatempo ou até





mesmo no estudo. (ORLANDI et al., 2018). As pessoas são motivadas a jogar por quatro razões específicas: obter o domínio de um determinado assunto; para aliviar o stress; forma de passatempo, diversão e; para socializar (BUSARELLO, 2016). Para McGonigal (2012), independentemente do gênero e faixa etária, os jogos são classificados em quatro características básicas: meta, regras, sistema de feedback e participação voluntária. Silva (2016) relata que os estudantes já fazem uso constante das tecnologias e estão habituados os jogos de computadores. O que os motiva é a experiência de jogar e a estética visual desses ambientes digitais. Em relação às atividades desenvolvidas na escola, Simões et al. (2013), relata que estas não motivam os alunos e tais atividades buscam competir, sem sucesso, com os softwares e aplicativos que estão ao alcance dos alunos.

O termo gamificação tem sua origem do inglês *gamification*, ou seja, o uso de mecânicas e técnicas de jogos em várias áreas do conhecimento humano como: educação, negócios, saúde, entre outras. O objetivo principal da gamificação é o engajamento e o despertar da curiosidade dos usuários, através de desafios e recompensas aplicadas por cada ação realizada no jogo (FADEL et al., 2014). Morais (2015) descreve gamificação como “uma estratégia de interação entre pessoas com base no oferecimento de incentivos que estimulem o engajamento [...] de maneira lúdica.” Na prática, há o oferecimento de recompensas para aqueles participantes que consigam cumprir as tarefas pré-determinadas. Corroborando Domingos (2014), relatando que gamificação é identificado como uma, ou um conjunto de estratégias, pensadas para aliciar, incentivar e melhorar o envolvimento dos seus usuários, com o objetivo de solucionar problemas. É um meio, e não um fim. Não resolve um problema na sua totalidade, contudo auxilia no progresso.



No processo de ensino a gamificação se faz presente através do uso de mecanismos e técnicas de jogos na resolução de problemas, bem como na motivação e engajamento dos alunos (BUSARELLO, 2016). A gamificação é inovadora no ensino, pois através dela pode-se criar desafios, estimulando os alunos com recompensas aos acertos e penalizações com os erros apresentados. Dessa forma cria-se um ambiente mais divertido para o aprendizado, instigando maior interesse nos temas abordados, fazendo com que os alunos busquem superar seus limites para avançar de nível ou fase (DUBIELA; BATTAIOLA, 2013). Morais (2015), cita que a criação de um sistema de gamificação vem a auxiliar no problema de atraso dos alunos em determinados conteúdos, pois estimula a progressão em troca premiações. Já Santos (2018) cita que o uso da gamificação junto ao processo de aprendizagem de algoritmos para a compreensão da lógica de programação, pode ser umas das alternativas para a crise de falta de motivação dos estudantes, para com o aprendizado deste conteúdo. Conclui Simões et al. (2013) que, o uso da gamificação no processo de aprendizagem dos alunos é relevante e enriquece a experiência do aprendizado.

2.2 IDE SCRATCH

Desenvolvido especialmente para crianças e jovens entre 8 a 16 anos, “Scratch é uma linguagem gráfica de programação” que está disponível para ser executado na web ou no desktop (MARTINS, 2011). Milhões de crianças e jovens criam projetos com o Scratch em casa, na escola, em museus e centros comunitários de informática (SCRATCH PROJECT, 2019a). Sua licença de uso é gratuita, mesmo quando usado para fins comerciais. “O desenvolvimento



e a manutenção do Scratch são financiados por subvenções e doações.” (SCRATCH PROJECT, 2020a).

Algumas características do Scratch de acordo com Martins (2011):

- a) programação com blocos de construção (building-block);
- b) manipulação e interação de objetos multimídia;
- c) colaboração a partir do uso do programa na Internet;
- d) multi-idiomas;
- e) implementação de funções e personagens;
- f) paralelismo na execução de tarefas.

O Scratch não é o único programa existente para esse fim. Ele apresenta inúmeros concorrentes como o BYOB/Snap, a Alice, o DesignBlocks, o Hopscotch e o Blockly (SCRATCH WIKI, 2019).

Por estar em Língua Portuguesa, ser de livre licença de uso, ser independente de uma linguagem de programação e por possuir uma interface de fácil uso e assimilação, o Scratch é escolhido por muitas instituições de ensino e projetos de aprendizagem em lógica de programação.

2.3 FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Geralmente quando citada a Segunda Guerra Mundial, a maioria das pessoas lembram dos principais países que se envolveram no conflito, tanto membros do eixo (Alemanha, Itália e Japão), quanto os aliados (França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética). O que poucos lembram e falam, é sobre a importante participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



O Brasil começa a colocar o seu pé dentro do maior conflito bélico da história da humanidade em 1938, quando rompe relações diplomáticas com a Alemanha nazista, até então um grande parceiro comercial. Diante desta situação o Brasil começa a se aproximar discretamente dos Estados Unidos, estreitando laços diplomáticos. A partir da entrada nos Estados Unidos no conflito em 1941, o Brasil passa a atuar em um acordo de segurança continental, o que assegurava a proteção do continente latino americano contra ingerências externas (SALAFIA, 2020).

De acordo com Moreira (2020), de fevereiro de 1942 até agosto do mesmo ano, os alemães enviam submarinos até o litoral sul-americano para caçar e afundar navios mercantes. Dentre as vítimas dos submarinos alemães, inúmeros mercantes brasileiros, causando diversas mortes. Diante de tal fato, o povo brasileiro vai as ruas em protesto, principalmente em São Paulo e na então capital, Rio de Janeiro. Esse foi o ato que faltava para o Brasil declarar guerra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), e oficializar sua entrada na Segunda Guerra Mundial.

Em fevereiro de 1943, após uma conversa com Franklin Roosevelt (presidente dos EUA naquele momento), o presidente brasileiro Getúlio Vargas determina a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), formada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e órgãos não-divisionários (MOREIRA, 2020).

Em fins de 1944 chegou à Itália o primeiro escalão, de um total de cinco, que somaram 25 mil expedicionários brasileiros, que tinham como missão romper a "Linha Gótica" que se constituía na última defesa nazista na Itália antes de se entrar em território alemão. Para aqueles que julgaram ser mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil ir à guerra, não tardou para que os Brasileiros entrassem em ação obtendo seu batismo de fogo libertando as cidades de Massarosa,



Camaiore e Monte Prano, tendo a seguir combatido nos Apeninos e sofrido com os rigores do inverno. (SALAFIA, 2020).

A FEB ainda participou da tomada de Montese em 14 de abril de 1945 e outros embates até 2 de maio de 1945 quando foi declarado o cessar fogo na Itália e assim se encerrando a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SALAFIA, 2020).

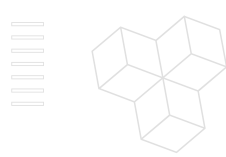
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O campo de estudo do projeto abrange alunos de instituições de ensino que ensinam programação, sejam elas faculdades, escolas ou até mesmo cursos de nível básico. Os testes de aplicação e funcionamento serão feitos na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), no campus de Chapecó, junto a alunos dos cursos de Sistemas de Informação.

A natureza da pesquisa do projeto é aplicada pois é dirigido a solução de problemas específicos como nesse caso, envolvendo o projeto *Call of Code*. A forma de abordagem da pesquisa foi qualitativa por não se preocupar com representatividade numérica (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Os objetivos da pesquisa serão atingidos de acordo com o modelo exploratório pois envolve levantamentos bibliográficos e é geralmente utilizado em pesquisas de estudo de caso (GIL, 2008).

Os procedimentos técnicos envolvem pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa de campo e pesquisa de laboratório. Pesquisa bibliográfica devido a necessidade de pesquisa em materiais já publicados como livros e artigos científicos. Estudo de caso pois é o estudo aprofundado de um ou pouco objetos. Pesquisa de campo pois baseia-se no uso de dados coletados de um grupo de pessoas (GIL, 2008). Pesquisa de laboratório por ser realizado em





ambiente fechado e/ou em ambientes limitados (MARCONI, LAKATOS, 2003).

3.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA NA PRÁTICA

Após a pesquisa bibliográfica, para o entendimento do tema da pesquisa, passou-se para a aplicação prática, ou seja, a elaboração de uma missão e a construção da gamificação.

Cada missão construída se inicia com um vídeo introdutório, que explica não só como a missão funciona, mas também passa conhecimentos de lógica de programação, ensinando a finalidade de cada comando utilizado, e conhecimentos históricos por retratar a trajetória brasileira durante a segunda guerra. O vídeo mostra o trajeto que deverá ser tomado pelo jogador e alguns comandos de programação que podem ser utilizados em seu processo. O jogador pode reproduzir o código apresentado, ou experimentar completar a missão com uma sequência de códigos própria.

O vídeo introdutório também mostrará alguns objetivos extras que o jogador poderá cumprir, para ganhar mais pontuação de experiência, uma das técnicas de gamificação. Caso não sejam cumpridos esses objetivos, a missão poderá mesmo assim ser completada, porém sem o êxito total na missão. Esses objetivos vão desde “vasculhar todas as residências” do cenário, até alguns mais específicos de programação, como conceitos de “código limpo”, ou seja, manter um código simples e entendível, mesmo para aqueles que não trabalharam no desenvolvimento do código (MARTIN, 2019). Por alguns dos objetivos serem opcionais o jogo ganha a característica de rejogabilidade que é a capacidade de manter um jogador interessado pelo jogo mesmo após a sua finalização (SALOMÃO; MENDONÇA; MUSTARO, 2011).





Outra técnica de gamificação utilizada foi a de progressão com mérito do jogador por meio de níveis a serem alcançados, quando maior o nível, maior sua experiência. Esse progresso ocorre por meio do êxito em missões, e a realização de objetivos extras. Como a plataforma *Call of Code* baseia-se no cenário da Segunda Guerra, os níveis são baseados na hierarquia militar do exército brasileiro. Medalhas de honra podem ser obtidas ao decorrer do jogo realizando objetivos secundários. Esta técnica de gamificação busca estimular o jogador a não apenas alcançar ao nível máximo de patente, mas colecionar honrarias, que são as medalhas de honra.

O jogador inicia no nível de patente de Soldado Raso, com zero pontos de experiência. Precisaré reunir um total de 100 pontos de experiência para atingir o nível de patente de Cabo. Cada nível de patente que o jogador alcança, ele necessita de mais experiência para poder avançar para o próximo. Esse cálculo da quantidade de pontos de experiência necessária em cada nível de patente, é feito seguindo a seguinte fórmula:

$$x_{pn} = x_{pa} + (x_{pa} * 0,5)$$

Em que:

x_{pn} é o valor de pontos de experiência para alcançar o próximo nível de patente.

x_{pa} é o valor de pontos de experiência do nível de patente atual do jogador.

$x_{pa} * 0,5$ equivale a 50% do valor de x_{pa} .

O Quadro 1 apresenta os níveis de patentes estabelecidos, e a quantidade de pontos de experiência necessária para mudar de



nível de patente. Por exemplo: Se o jogador for um Cabo, para atingir a patente de Terceiro-Sargento, deverá alcançar 150 pontos de experiência, ou seja, substituindo na fórmula: $xpn=100+(100*0,5)$. Logo $xpn=150$.

Quadro 1 – Nível de Patentes e sua Experiência necessária

Nível de Patente		Experiência necessária
Praças	Soldado	---
	Cabo	100
	Terceiro-Sargento	150
	Segundo Sargento	225
	Primeiro Sargento	338
Oficiais	Subtenente	506
	Aspirante	759
	Segundo Tenente	1.139
	Primeiro Tenente	1.709
	Capitão	2.563
Oficiais Superiores	Major	3.844
	Tenente-Coronel	5.767
	Coronel	8.650
Oficiais Gerais	General 2 estrelas	12.975
	General 3 estrelas	19.462
	General 4 estrelas	29.193
	General 5 estrelas	43.789
Marechal Oficiais	Marechal	65.684
	Subtenente	506
	Aspirante	759
	Segundo Tenente	1.139
	Primeiro Tenente	1.709
	Capitão	2.563

Fonte: os autores.



A cada troca de nível de patente, a pontuação de experiência retorna a Zero.

Os pontos de experiência são obtidos por meio da pontuação do objetivo principal, dos objetivos secundários e medalhas de honra conquistadas na missão. O Quadro 2 apresenta o formulário que descreve a missão as pontuações e percentuais.

Quadro 2 – Formulário de descrição da Missão com pontuação e percentuais de conquista

CALL OF CODE	
Missão	
Nome da missão:	
Descrição do Objetivo Principal da missão:	
Pontuação do objetivo principal (objp) expressa em quantidade de pontos	
Objetivo(s) Secundário(s)	
Descrição do objetivo secundário 1:	
Porcentagem de Dificuldade 1 (pdif1) expressa em %	
Descrição do objetivo secundário 2:	
Porcentagem de Dificuldade 2 (pdif2) expressa em %	
Descrição do objetivo secundário 3:	
Porcentagem de Dificuldade 3 (pdif3) expressa em %	
Medalha de Honra	
Descrição de como alcançar a medalha de honra:	

Fonte: os autores.

Os pontos de experiência que cada objetivo principal (*objp*) de uma missão concede são definidos pelo responsável que desenvolveu a missão. Se ao final da missão, o objetivo principal for concluído em sua totalidade, o jogador recebe 100% dos pontos definidos. Caso execute parcialmente o objetivo, receberá 50% dos pontos definidos. Caso não complete o objetivo terá 0% dos pontos de *objp*.



A realização de objetivos secundários durante a missão, oferece um acréscimo extra na pontuação de experiência. Tal pontuação extra é obtida por meio de uma porcentagem extra de dificuldade (*pdif*) que é definida pelo desenvolvedor da missão. Podem haver até três objetivos secundários por missão. Cada objetivo secundário terá seu percentual de dificuldade e este dependerá da complexidade dos comandos de lógica para alcançar o objetivo secundário proposto. O cumprimento total de cada objetivo específico dá direito ao percentual total definido para esse objetivo. O cumprimento parcial, oferece apenas metade do percentual estipulado, e o não cumprimento zera o percentual do objetivo específico. Por fim é realizada uma soma dos percentuais de dificuldade de cada objetivo específico. Esse somatório irá definir a porcentagem extra de dificuldade (*pdif*).

Cabe também ao desenvolvedor da missão, definir se a mesma terá uma ou mais medalhas de honra por completar objetivos secundários. A obtenção de medalhas de honra proporcionará uma porcentagem extra de honra (*phon*), no cálculo de experiência. Por padrão definiu-se na gamificação proposta, que cada medalha de honra obtida oportunizará 15% de experiência. Cada missão pode ter duas medalhas de honra: uma definida pelo desenvolvedor da missão e outra definida pela conclusão dos objetivos secundário e ineditismo na missão. Para o primeiro caso, a medalha de honra só é conseguida caso o jogador cumpra totalmente as exigências para a conquista. No segundo caso, se o jogador estiver jogando a missão pela primeira vez (ineditismo), e concluir na totalidade, todos os objetivos secundários, então ganhará uma medalha de honra. Cada medalha de honra é obtida de uma maneira diferente ou em missões distintas. Uma mesma medalha de honra não pode ser obtida duas ou mais vezes.



A contabilização dos pontos de experiência (xp), de uma missão será dada pela seguinte fórmula proposta:

$$xp = objp + (objp * (\sum pdif + phon * qtdmh))$$

Em que:

xp é o valor total de experiência que será obtido na missão.

$objp$ é a quantidade de pontos de experiência por alcançar o objetivo principal.

$pdif$ é o somatório das porcentagens extras de dificuldades obtidas através da realização de objetivos secundários.

$phon$ é a porcentagem extra de honra que é alcançada através de medalhas de honra, por default esse valor é 0,15 (15%).

$qtdmh$ é a quantidade de medalhas de honra obtidas.

As porcentagens extra por dificuldade e por honra podem parecer insignificantes. Mas por serem baseadas em porcentagem, irão depender das porcentagens extras de dificuldades, que é dada pela complexidade dos objetivos secundários, e conseqüentemente do número de medalhas de honra obtidas dentro da missão. Vale lembrar que caso duas medalhas forem conquistadas em uma só missão, a porcentagem extra de honra salta de 15% para 30%.

Para poder pôr em prática o cálculo da quantidade de experiência ganha na missão (xp) e a progressão do nível de patente do jogador (xpn), foi o formulário do Quadro 3.



Quadro 3 – Formulário de avaliação da Missão

Avaliação de Missão		
Critério a ser avaliado	Resposta	Pontuação
O objetivo principal da missão foi alcançado? (objp) Sim=100% pontos – Parcialmente=50% pontos – Não=0%	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	
O objetivo secundário 1 foi alcançado? (pdif1) Sim=% Total – Parcialmente=Metade % – Não=ZERO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	
O objetivo secundário 2 foi alcançado? (pdif2) Sim=% Total – Parcialmente=Metade % – Não=ZERO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	
O objetivo secundário 3 foi alcançado? (pdif3) Sim=% Total – Parcialmente=Metade % – Não=ZERO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	
Somatório Porcentagem extra de dificuldade ($\sum pdif = pdif1 + pdif2 + pdif3$) Expresso em decimal. Ex.: 10%=0,10, 28%=0,28, 60%=0,60, etc.		
O jogador cumpriu os requisitos para medalha de honra? Sim=Anota 1 – Parcialmente ou Não=Anotar ZERO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	
É a primeira vez que o jogador, joga a missão e concluiu todos os objetivos secundários? Sim=Anota 1 – Parcialmente ou Não=Anotar ZERO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Somatório de Medalhas de Honra (somar os dois indicadores acima) (qtdmh)		
Pontos de Experiência (xp) $xp = objp + (objp * (\sum pdif + 0,15 * qtdmh))$		

Fonte: os autores.

Este formulário de avaliação, apresentado no Quadro 3, é preenchido a partir do formulário de descrição da missão (ver Quadro 2). Durante a avaliação da missão, o avaliador deverá optar, nos critérios apresentados, por uma das três alternativas em cada critério a ser avaliado. Estas alternativas seguem o padrão de escala Likert e são elas: sim, não, e parcialmente. A pretensão de uso da escala Likert é fazer com que o avaliador indique o grau de concordância ou discordância, relativo ao critério que se está avaliando. (BACKER, 2005 apud BONICI; ARAÚJO JUNIOR; MUSTARO, 2011).



4 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciar a concepção da missão proposta, foi feita uma avaliação das missões anteriores já desenvolvidas para o primeiro projeto do Call of Code. Após esse levantamento foi escolhido o mapa da missão que se encaixasse com os objetivos escolhidos, ou seja, que demonstrasse a campanha brasileira na linha gótica. Diante disso escolheu-se o mapa apresentado na Ilustração 1, com uma missão de busca e inspeção de residência. O desenvolvimento da missão proposta também foi realizado utilizando a IDE Scratch.

Ilustração 1 – Mapa da missão desenvolvida.



Fonte: os autores.

A Ilustração 1 mostra o mapa da missão desenvolvida. Na extremidade inferior esquerda é o ponto onde o pelotão iniciará a missão. Circulado em vermelho encontra-se o ponto no qual o pelotão



deve alcançar, ou seja, o objetivo principal. Os pontos circulados em azul é o objetivo secundário propostos na missão. Para completar 100% o objetivo secundário 1, o jogador deverá investigar cada uma das residências indicadas em azul no mapa.

A partir da proposta dessa missão desenvolvida se aplica os conceitos de gamificação propostos, ou seja, o jogador pode simplesmente ir direto até o objetivo e finalizar a missão, ou pode investigar todas as outras casas pelo mapa (objetivo secundário 1). A descrição da missão e seus objetivos secundários e medalha de honra, são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Descrição da missão criada

CALL OF CODE	
Missão	
Nome da missão: Caminho para o Vale do Rio Serchio	
Descrição do Objetivo Principal da missão: Fazer o pelotão alcançar uma casa específica no mapa.	
Pontuação do objetivo principal (objp) expressa em quantidade de pontos	20
Objetivo(s) Secundário(s)	
Descrição do objetivo secundário 1: Vascular um total de 3 outros edifícios espalhados pelo mapa fora o edifício do objetivo principal.	
Porcentagem de Dificuldade 1 (pdif1) expressa em %	10%
Descrição do objetivo secundário 2: Não há	
Porcentagem de Dificuldade 2 (pdif2) expressa em %	
Descrição do objetivo secundário 3: Não há	
Porcentagem de Dificuldade 3 (pdif3) expressa em %	
Medalha de Honra	
Descrição de como alcançar a medalha de honra: Não há	

Fonte: os autores.

Observe no Quadro 4 que o objetivo principal concede 20 pontos de experiência caso seja completado em sua totalidade,



e que o objetivo secundário 1, oportuniza 10% de acréscimo como percentual extra de dificuldade 1, caso o jogador complete 100% do objetivo secundário 1 estabelecido.

Com a gamificação de pontos de experiências que precisam ser atingidos pelo jogador para alcançar determinado nível (*xpn*), já prontos, passou-se a simular diversos cenários de conclusão da missão proposta. A avaliação de cada um dos possíveis cenários foi realizada por meio do formulário de avaliação proposto, e fórmula de contabilização de pontos de experiência, apresentados no Quadro 3, cujas explicações estão no título 3 deste artigo.

A Tabela 1 apresenta a compilação de algumas das simulações possíveis com os respectivos índices de *xp* obtidos em cada cenário simulado.

Tabela 1 – Simulações de possíveis fins da missão proposta

Simulação	objp ¹	pdif1 ²	pdif2 ³	pdif3 ⁴	Σpdif ⁵	qtdmh ⁶	xp ⁷
Cenário 1	20	0,1	0	0	0,1	1	25
Cenário 2	20	0,05	0	0	0,05	1	24
Cenário 3	20	0	0	0	0	1	23
Cenário 4	20	0,1	0	0	0,1	0	22
Cenário 5	20	0,05	0	0	0,05	0	21
Cenário 6	20	0	0	0	0	0	20
Cenário 7	10	0,1	0	0	0,1	1	12,5
Cenário 8	10	0,05	0	0	0,05	1	12
Cenário 9	10	0	0	0	0	1	11,5
Cenário 10	10	0,1	0	0	0,1	0	11
Cenário 11	10	0,05	0	0	0,05	0	10,5
Cenário 12	10	0	0	0	0	0	10

Fonte: os autores.

Nota:

- objp – Objetivo Principal. Nessa missão = 20 pontos.
- pdif1 – Percentual de dificuldade 1. Nessa missão = 10%.
- pdif2 – Percentual de dificuldade 2. Nessa missão = zero.
- pdif3 – Percentual de dificuldade 3. Nessa missão não há logo = zero.
- Σpdif – Somatório dos percentuais de dificuldades, expresso em decimal.
- qtdmh – Quantidade de medalhas de honra obtidas. Nessa missão o máximo é 1.
- xp – Total de pontos de experiência obtidos na missão.



Dentre os cenários demonstrados na Tabela 1 destaca-se primeiramente, o Cenário 1. Ele demonstra a melhor das hipóteses na questão de ganho de experiência, com o jogador completando o objetivo principal e os objetivos secundários em sua totalidade, recebendo em ambos, o máximo da porcentagem de pontos possível e recebendo a medalha de honra, contabilizando assim porcentagem extra na contagem de xp.

Os cenários 6 e 7 demonstram uma clara mudança no ganho de experiência total. Mesmo o cenário 6 sendo o pior cenário, caso o objetivo principal seja completado totalmente, e o cenário 7 o melhor, caso o objetivo seja completado parcialmente, essa diferenciação de cumprimento do objetivo principal, demonstra que os objetivos secundários oportunizam uma melhora de pontos de acordo com a quantidade de pontos conseguida no pelo objetivo principal.

O cenário 12 mostra o pior dos cenários. Nele o jogador completa parcialmente o objetivo principal e não cumpre os objetivos secundários, conseqüentemente não recebendo uma medalha de honra. A experiência obtida no pior cenário é de 40% em relação da pontuação de experiência no melhor cenário. Demonstrando assim que mesmo servindo de estímulo extra os objetivos secundários e medalha de honra também são importantes para auxiliar na progressão.

Como as porcentagens são feitas em cima dos pontos do objetivo principal, caso o objetivo principal não seja completado o jogador não ganha pontos de experiência, portanto não foram feitas simulações envolvendo tal situação.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal do projeto de atribuir elementos de gamificação sobre a plataforma *Call of Code*, em prol de atualizá-



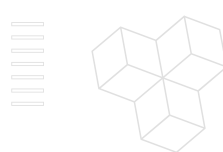
la e prepara-la para expansões futuras, foi concluído com êxito. A gamificação desenvolvida pode ser tanto aplicada nas novas missões do *Call of Code* que vierem a ser desenvolvidas, como nas missões anteriormente criadas. A gamificação proposta foi desenvolvida aplicando conceitos de rejugabilidade e progressão junto a plataforma.

A progressão foi feita a partir dos níveis de patente utilizados pela FEB, durante a Segunda Guerra Mundial, indo de Soldado até Marechal. O avanço no nível de patente foi feito por meio do ganho de pontos de experiência que são obtidos através do cumprimento de um objetivo principal da missão e também por objetivos secundários. Os objetivos secundários ainda concedem medalhas de honra que oferecem créditos extra de experiência, além de poderem ser colecionadas pelo usuário do *Call of Code*.

De momento a avaliação das missões é realizada através de um formulário que segue a escala Likert e deve ser preenchido pelo professor ou avaliador das missões. Através das respostas deste questionário é que as pontuações de experiência vão sendo atribuídas ao usuário. Como esta tarefa é feita de forma manual, uma evolução futura se torna necessário para automatizar esse processo e permitindo uma maior eficiência na gamificação, bem como a construção da progressão do usuário em um mural virtual, possibilitando uso de outros conceitos de gamificação e competitividade entre os usuários da plataforma *Call of Code*.

Como foi mantido o Scratch como IDE de desenvolvimento das missões, assegurou-se a continuidade da simplicidade na criação das missões e no ensino da lógica de programação, proposta deste o início da plataforma. Porém, pelo fato de apenas uma única missão ter sido desenvolvida, o objetivo de contar a trajetória brasileira durante a Segunda Guerra Mundial pode não foi tratado de forma





consistentemente, necessitando, no futuro, do desenvolvimento de novas missões tendo a FEB como pano de fundo histórico.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L. **Ensino de programação é aposta de colégios em todo o mundo**. 2014. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/211/aposta-no-futuroo-ensino-deprogramacao-tem-se-espalhado-como-330266-1.asp>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BONICI, R. M. C.; ARAÚJO JUNIOR, C. F.; MUSTARO, P. N. Disciplina on-line de Probabilidade e Estatística: concepção, análise e avaliação. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 145-165, 2011.

BUSARELLO, R. I. **Gamification**: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4455428/mod_resource/content/1/Gamification.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

CAMPOS, R. L. B. L. **Lógica de Programação**: Há como melhorar o aprendizado fugindo dos padrões estabelecidos nos livros didáticos e adotados pela maioria dos docentes? 2009. Disponível em: http://www.erm2c.com.br/CIESC_2009.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

CANI, J. B. *et al.* Análise de jogos digitais em dispositivos móveis para aprendizagem de línguas estrangeiras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 455-481, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v17n3/1984-6398-rbla-17-03-00455.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DOMINGOS, J. M. N. R. **Videojogo didático**: caso prático-aprendizagem de normas de evacuação direcionada a alunos do ensino secundário, num caso de incêndio. Lisboa: FA, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/7902>. Acesso em: 29 set. 2019.





DUBIELA, R. P.; BATTAIOLA, A. L. Plataformas móveis, gamificação e aprendizagem. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 82-85, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/issue/viUew/1956>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FÁBIO, A. C. **Por que a geração de 'nativos digitais' não é tão diferente das anteriores**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/21/Por-que-agera%C3%A7%C3%A3o-de-%E2%80%98nativos-digitais%E2%80%99-n%C3%A3o-%C3%A9-t%C3%A3o-diferente-das-anteriores>. Acesso em: 26 mar. 2020.

FADEL, L. M. *et al.* **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/gamificacao-na-educacao>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FARRER, H. **Algoritmos estruturados**: programação estruturada de computadores. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

FUTURA. **Como a programação pode auxiliar no desenvolvimento do raciocínio lógico em crianças, adolescentes e jovens**. Restinga Seca: Amf, 2016. Disponível em: <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/download/223/241>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, F. **Ensino de programação e linguagens digitais ganha espaço e adeptos no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2016/02/27/ENSINO-DE-PROGRAMACAO-ELINGUAGENS-DIGITAIS-GANHA-ESPACO-E-ADEPTOS-NO-BRASIL.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.



KAPP, K. **The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education**. Pfeiffer, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/Wu8JUI>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, R. C. **Código Limpo**. [s. l.]: Alta Books, 2019.

MARTINS, A. **Sobre o SCRATCH**. 2011. Disponível em: <http://fernanda-mestrado.blogspot.com.br/2011/10/sobre-o-scratch.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MAZANO, J. A. N. G.; OLIVEIRA, J. F. de. **Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação**. 21. ed. São Paulo: Érica, 2007.

MCGONIGAL, J. **A realidade em jogo**: Porque os games nos tornam melhores e como eles podem mudar o mundo. New York: Best Seller, 2017. 378 p.

MENEZES, J. W. M.; MEDEIROS, M.; PEREIRA, P. de S. **Análise do Scratch como ferramenta de auxílio ao ensino de programação de computadores**. 2012. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2012/artigos/104281.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MORAIS, L. F. M. de. **Planejamento estratégico digital**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, R. da L. **1944**: O Brasil vai à guerra com a FEB. 2020. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>. Acesso em: 26 abr. 2020.



ORLANDI, T. R. C. *et al.* **Gamificação**: uma nova abordagem multimodal para a educação. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, [s. l.], n. 70, p. 17-30, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/download/447/325>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SALAFIA, A. L. **FEB – Do Início ao Fim**. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/armamento/feb-do-inicio-ao-fim/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SALOMÃO, C. L. P.; MENDONÇA, R. L.; MUSTARO, P. N. **Elementos para Análise da Rejogabilidade em Jogos Digitais**. [s. l.], 2011.

SANTOS, J. R. A. dos. **Gamificação no Ensino – Aprendizagem de Algoritmos e Lógica Aplicada a Computação**. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Faculdade Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2018.

SANTOS, J. de A. dos; FREITAS, A. L. C. de. Gamificação Aplicada a Educação: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-10, jul. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/download/75127/42566>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SCRATCH PROJECT. **About Scratch**. 2020a. Disponível em: <https://scratch.mit.edu/about/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCRATCH PROJECT. **Perguntas Frequentes**. 2020b. Disponível em: <https://scratch.mit.edu/info/faq/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCRATCH WIKI. **Alternatives to Scratch**. 2019. Disponível em: http://wiki.scratch.mit.edu/wiki/Alternatives_to_Scratch. Acesso em: 20 mar. 2020.



SILVA, T. S. C. da. **Um modelo para promover o engajamento estudantil e auxiliar o aprendizado de programação utilizando gamification.**

2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20056>. Acesso em: 25 set. 2019.

SIMÕES, J. *et al.* **Proposta de modelo de referência para aplicação de gamification em ambientes de aprendizagem social.** Portugal, 2013.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283046539>. Acesso em: 28 mar. 2020.

YACOB, F. **Crianças devem aprender lógica – e não programação.** 2014.

Disponível em: <http://porvir.org/criancas-devem-aprender-logica--nao-programacao/>. Acesso em: 14 mar. 2020.



PROCESSO DE NEGÓCIO PARA ATENDIMENTOS DE UM SETOR DE TI

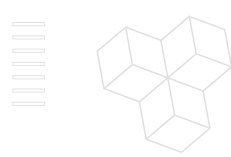
Tadeu Pagliarini¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Múltiplas formas de abertura de atendimento, comunicação falha e inexistência de estatísticas foram alguns dos problemas relatados no processo de atendimento do setor de TI do Hospital Regional do Oeste (HRO). Buscando auxiliar a resolução destes, o objetivo desta pesquisa ficou delimitado a realizar um estudo do atual processo de atendimento de chamados do setor de TI, e desenhar e validar um novo processo de negócio. A pesquisa ocorreu utilizando abordagem qualitativa, atingindo os objetivos de maneira exploratória e explicativa. A natureza de pesquisa foi a aplicada, e os procedimentos técnicos foram pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso e levantamento. Para o levantamento e a coleta de dados foi aplicada uma entrevista com o responsável pelo setor de TI, com conhecimentos empíricos de vivência do setor, pelo autor deste. A partir da elaboração do esboço do processo atual de atendimento, foram identificados pontos falhos, com os *stakeholders* envolvidos. Um novo desenho do processo de negócio foi criado utilizando a notação BPM e conceitos da ITIL. A validação ocorreu por meio de um questionário aplicado à equipe de TI e também de uma entrevista com o gerente de TI. Pode-se concluir que as expectativas de melhorias com relação às múltiplas maneiras de abrir um chamado, da falta de comunicação entre os integrantes da equipe e da falta de estatísticas sobre os atendimentos, foram atendidas com o novo esboço do processo de negócio do setor,

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; tadeu_up@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



oportunizado, com a implementação de uma Central de Serviços, solucionar os problemas que originaram esta pesquisa.

Palavras-chave: BPMN. ITIL. Processo de atendimento de TI.

1 INTRODUÇÃO

As soluções organizacionais estão se tornando cada vez mais complexas e integradas, fazendo com que empresas se tornem cada vez mais competitivas e produtivas, por meio da melhoria dos seus níveis de processos, do operacional ao estratégico, mesmo sem possuir uma Gestão de Tecnologia da Informação (TI) estruturada e organizada. Após desenvolver uma Gestão de TI a empresa consegue garantir que manutenções sejam realizadas em dia, recursos sejam monitorados em tempo real e os serviços mais importantes sejam cobertos por um suporte de alta qualidade (POSSAMAI, 2017).

Visando adotar a Gestão de TI às tarefas do Setor de TI do Hospital Regional do Oeste (HRO), foram identificados potenciais problemas no processo de negócio do setor. Percebeu-se a existência de múltiplas formas de abertura de atendimento (e-mail, telefone, bilhetes, conversas nos corredores, entre outros), comunicação falha entre a equipe e inexistência de estatísticas dos chamados atendidos e não atendidos. O uso de um sistema *HelpDesk* poderia vir a ser uma solução tanto para a implantação da Central de Serviços quanto para a comunicação e geração de dados estatísticos. Assim, o objetivo principal da realização deste trabalho elaborar e validar um novo desenho do processo de negócio de atendimento do Setor de TI do HRO.

A natureza da pesquisa foi aplicada pois objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de





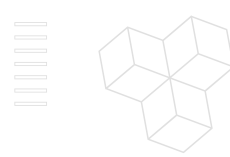
problemas específicos. A forma de abordagem foi qualitativa, pois se preocupou com aspectos que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). As formas de atingir os objetivos foram exploratória (envolve levantamento bibliográfico na resolução das dúvidas, fazer considerações e explicar o porquê da pesquisa); e explicativa (pesquisa de modo mais detalhado) (RAMALHO; MARQUES, 2009). Os procedimentos técnicos foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica – pesquisa em bibliografias já públicas relacionadas ao tema; documental – tem como fonte exclusiva documentos, escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 2003); estudo de caso – desenvolve um estudo profundo a respeito do setor do TI do HRO e pesquisa de levantamento – envolve coleta de informações (GIL, 2002).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Governança de TI é definida como uma estrutura de relacionamentos e processos utilizados para dirigir e controlar uma organização, com o intuito de atingir os objetivos da corporação, agregando valor ao negócio e proporcionando equilíbrio dos riscos com relação ao retorno do investimento em TI e seus processos (GASETA, 2011).

Para que a Governança de TI se consolide como um diferencial competitivo, é necessário que os processos de TI estejam em sintonia com a organização, como a organização precisa estar atenta aos avanços e inovações tecnológicas, sendo capaz de trazer novos resultados e expandir as possibilidades da empresa por meio da tecnologia, tornando-a mais competitiva (CORREA, 2018).





2.1 GESTÃO DE TI

A Gestão de TI se refere ao gerenciamento e ao controle de tarefas e políticas operacionais que são realizadas dentro do ambiente de trabalho no dia a dia. É também um sistema de controle e processos de suma importância para que um empreendimento alcance seus objetivos e metas. Assim, a equipe é responsável pelo planejamento, construção, entrega e monitoramento das atividades e processos definidos pela diretoria (WESTCON, 2018).

A Gestão de TI tem o papel de gerar valor para o negócio mediante o uso da tecnologia, consistindo em um conjunto de atividades, projetos e metodologias com a função de alinhar o Departamento de TI de uma empresa com o planejamento estratégico desta (MELO, 2019).

A Governança de TI está localizada um nível acima no que diz respeito à organização de uma empresa; isso ocorre pois Governança e Gestão de TI são dois temas distintos, uma vez que a Governança de TI é o sistema pelo qual o uso atual e futuro da TI é dirigido e controlado, envolvendo avaliação e direção do uso da TI com o objetivo de prover suporte à organização no alcance dos seus objetivos estratégicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2009). A Gestão consiste em planejar, construir, executar e monitorar as atividades alinhadas com a direção estratégica estabelecida pela Governança para atingir os objetivos corporativos (ISACA, 2012).

2.2 ITIL

ITIL é a sigla para *Information Technology Infrastructure Library* e significa Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

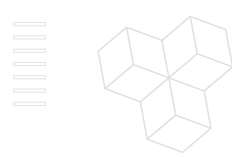




(FREITAS, 2013). A versão 3 da *ITIL*, de acordo com Axelos (2019), é composta por cinco volumes principais, sendo eles:

- a) *Estratégia de Serviço*: tem como objetivo entender a estratégia da empresa e definir como os serviços de TI irão entregar valor para o negócio por intermédio da identificação de oportunidades de atendimento da estratégia a um custo justificável, garantindo a manutenção do relacionamento entre os clientes e o provedor de serviços de TI;
- b) *Desenho de Serviço*: tem como objetivo desenhar os serviços de TI apropriados ou inovadores, incluindo arquiteturas, processos, políticas e documentação para atender aos requerimentos atuais e futuros do negócio;
- c) *Transição de Serviço*: tem como objetivo garantir que serviços novos, modificados ou removidos atendam às necessidades do negócio de acordo com os ciclos de Estratégia e Desenho de Serviço;
- d) *Operação de Serviço*: tem como objetivos manter a satisfação e a confiança nos serviços de TI por parte dos usuários e minimizar o impacto nas atividades de negócio diárias, por meio da coordenação de atividades requeridas para entregar serviços de TI nos níveis acordados entre clientes e usuários;
- e) *Melhoria Continuada de Serviço*: tem como objetivo melhorar continuamente o alinhamento dos serviços de TI com o negócio e com os requerimentos de mudanças no negócio. A Melhoria Continuada de Serviço foca em como melhorar a eficiência e a eficácia dos processos do Gerenciamento de Serviços de TI, além de otimizar os custos dos serviços (AXELOS, 2019).





De acordo com Axelos (2019) e Goiás (2017a, 2017b), ao todo são 26 processos que compõem os volumes da ITIL versão 3. Porém, para o desenvolvimento da presente pesquisa foram abordados apenas os processos relacionados a seguir:

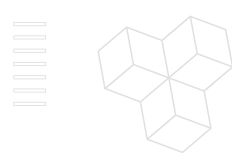
- a) *Gerenciamento de Mudança*: controla o ciclo de vida das mudanças, permitindo que ocorram mudanças havendo o mínimo de interrupções para os serviços de TI, agregando valor e reduzindo incidentes, rupturas ou retrabalhos; e assegura que as mudanças sejam registradas, avaliadas, autorizadas, priorizadas, planejadas, testadas e implementadas (GOIÁS, 2017a);
- b) *Gerenciamento de Liberação*: tem como propósito o planejamento, a programação e o controle da construção, teste e implantação de liberações. Possui como objetivos o estabelecimento de planos de liberações alinhados como os projetos de mudança do cliente e do negócio; garante que serviços novos ou alterados possam atender aos níveis de serviços acordados (GOIÁS, 2017b);
- c) *Gerenciamento de Incidentes*: tem como foco restabelecer o serviço da forma mais rápida possível, buscando minimizar o impacto negativo no negócio, uma solução de contorno ou reparo rápido, fazendo com que o cliente volte a trabalhar de modo alternativo, além de garantir que os melhores níveis de disponibilidade e de qualidade dos serviços sejam mantidos conforme os acordos de nível de serviço (VAN BON, 2011);
- d) *Gerenciamento de Eventos*: tem como objetivos detectar eventos que façam sentido para o ciclo de vida do serviço, determinar a ação de controle apropriada e coordenar o direcionamento do tratamento dos eventos por outros



- processos ou funções (FREITAS, 2013). Monitora também alertas ou notificações de um Serviço de TI ou de um Item de Configuração considerados relevantes para os processos de gerenciamento de serviços de TI e para cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços (SETIC TRT DA 11ª REGIÃO, 2019);
- e) *Gerenciamento de Problemas*: seu objetivo é prevenir a ocorrência de problemas e incidentes associados por meio da eliminação de incidentes recorrentes e da minimização impacto dos mesmos. Um problema é a causa raiz de um ou mais incidentes que causem impactos significativos no negócio (FREITAS, 2013);
- f) *Central de Serviços*: é uma função dentro da TI que possui como objetivo ser o único ponto de contato entre os usuários e os clientes; a proposta sugerida é a da separação dos profissionais de suporte aos usuários para os que realizam tarefas de desenvolvimento e resolução de problemas. Uma central de serviços tem como principais objetivos: a restauração dos serviços sempre que possível; prover suporte de qualidade visando atender aos objetivos do negócio; gerenciar todos os incidentes até seu encerramento; dar suporte a mudanças, comunicando aos usuários sobre o agendamento de mudanças; e aumentar a satisfação do usuário (CESTARI FILHO, 2013).

2.3 BUSINESS PROCESS MANAGEMENT (BPM)

De acordo com a Association of Business Process Professionals (2013), Gerenciamento de Processo de Negócio e *Business Process Management (BPM)* representam uma forma de visualizar as operações de negócio que vão além das estruturas tradicionais.



Visão essa que engloba todo o trabalho feito para entregar o produto ou serviço do processo, independente das áreas ou localizações as quais estejam envolvidas, iniciando em um nível mais alto que o nível no qual é executado o trabalho e, então, sofre uma subdivisão transformando-se em subprocessos que devem ser realizados por uma ou mais atividades (fluxos de trabalho) inseridas em funções de negócio (áreas funcionais). O fluxo de decomposição segue da seguinte maneira: atividades são desmembradas em tarefas, que podem ser isoladas em cenários de realização destas e, por fim, nos passos a serem realizados.

Para Almeida (2015) o objetivo do *BPM* é integrar a estratégia da organização às expectativas e necessidades dos clientes. Com a gestão de processos a empresa é capaz de analisar, definir, executar, monitorar e gerenciar os processos com maior efetividade. A gestão pode ser compreendida mediante alguns conceitos:

- a) *Mapeamento de processos*: ferramenta gerencial que tem como objetivo compreender e melhorar os processos da empresa, buscando descobrir os detalhes a respeito do funcionamento do negócio;
- b) *Padronização de processos*: busca organizar e formalizar processos, e para isso é desenvolvido um padrão a ser seguido pelos demais colaboradores;
- c) *Melhoria de processos*: mediante análise do processo atual busca melhorias nele, além de montar o fluxo de trabalho do processo para que entregue valor ao cliente;
- d) *Otimização de processos*: visa ao aumento do desempenho dos processos, buscando oportunidades de melhorias, de aperfeiçoar os processos e melhorar os resultados. Apresenta diversas vantagens, como redução de custo,





aumento de eficiência e melhor capacidade de resolução de problemas.

Para tornar visíveis e posteriormente colocar esses conceitos em prática é usada Notação de Gerenciamento de Processo de Negócio (*Business Process Management Notation (BPMN)*), a qual será abordada na sequência.

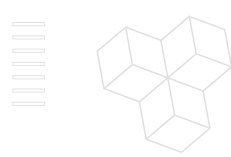
2.4 BUSINESS PROCESS MANAGEMENT NOTATION (BPMN)

A notação *BPM (Business Process Management Notation (BPMN))* apresenta um conjunto robusto de símbolos para modelagem de diferentes aspectos de processo de negócio. Assim como na maioria das notações, os símbolos descrevem relacionamentos claramente definidos, como fluxo de atividades e ordem de precedência (ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS PROFESSIONALS, 2013).

De acordo com a Associations of Business Process Professionals (2013), entre as características da *BPMN* pode-se citar como algumas das principais as seguintes:

- a) os ícones são organizados em conjuntos analíticos e descritivos, visando atender a diferentes necessidades de utilização;
- b) permite indicação de eventos de início, meio (eventos intermediários) e fim, fluxo de atividades e mensagens, além de comunicação e colaboração intranegócio;
- c) pode apresentar um modelo de processos para diferentes públicos-alvo;
- d) permite simular um processo de negócio com um motor de processos;





- e) pode gerar aplicações em *Business Process Model Systems (BPMS)*, a partir de modelos de processos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Hospital Regional do Oeste (HRO) foi escolhido como área de estudo pois o autor deste trabalho, Tadeu Pagliarini, cadêmico do Curso de Sistemas de Informação da Unoesc Chapecó, atua no setor de TI da empresa, assim, conhece o fluxo do trabalho bem como pontos falhos e possíveis melhorias. Vale ressaltar que o ramo de atuação dele é a Saúde, ou seja, a TI não é a finalidade da empresa. O estudo ocorreu no período de março a novembro de 2019. Durante nove meses foram estudados os processos de atendimento dentro do Setor de TI do HRO.

A natureza da pesquisa foi aplicada pois objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. A forma de abordagem foi qualitativa, pois se preocupou com aspectos que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). As formas de atingir os objetivos foram: exploratória, pois envolveu levantamento bibliográfico para resolução das dúvidas e para fazer considerações relevantes à pesquisa; explicativa, pois se realizou uma investigação mais complexa e detalhada (RAMALHO; MARQUES, 2009). Os procedimentos técnicos usados foram: pesquisa bibliográfica, pelo uso de obras já públicas relacionadas ao tema; documental, pelo uso de documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2003); estudo de caso, pois envolveu estudo profundo e exaustivo a respeito do setor de TI do HRO; e





pesquisa de levantamento, por ter havido coleta de informações (GIL, 2002).

Para iniciar este projeto foi necessário realizar um levantamento de dados a respeito das necessidades e problemas do setor de TI do HRO, que conforme Sommerville (2011), é o processo de reunir informações sobre o sistema por meio de observações dos sistemas existentes, bem como de discussões com os potenciais usuários, análise de tarefas, entre outras etapas. A elicitação de requisitos pode envolver diversos tipos de pessoas em uma organização. Um *stakeholder*, por exemplo, é alguém que influencie direta ou indiretamente sobre os requisitos do sistema. Os *stakeholders* incluem os usuários finais que irão interagir com o sistema e qualquer outra pessoa que poderá ser afetada. Os *stakeholders* deste trabalho foram o Setor de TI do HRO, todos os funcionários que necessitem realizar alguma solicitação a este, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, bem como o autor deste trabalho, Tadeu Pagliarini.

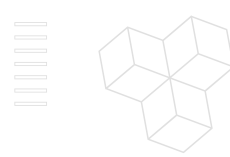
Para Sommerville (2011), entrevistas formais ou informais com os *stakeholders* são parte da maioria dos processos de engenharia de requisitos. Entrevistas podem ser de dois tipos:

- a) fechadas: o *stakeholder* responde a perguntas predefinidas;
- b) abertas: não existe uma agenda predefinida.

Neste trabalho foi utilizado o formato de entrevista fechada, sendo realizadas perguntas previamente estabelecidas.

Outro método para levantamento dos requisitos foi por meio do conhecimento empírico do autor deste, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), é o conhecimento adquirido no dia a dia, caracterizado pelo senso comum, mediante nossas experiências, sendo construído por tentativas e erros em um agrupamento de ideias.





A entrevista e o conhecimento foram utilizados para realizar um levantamento a respeito dos processos envolvidos no atendimento prestado pelo Setor de Tecnologia da Informação do HRO, processo que, de acordo com Michaelis (2008), significa uma série de ações sistemáticas que visam determinado resultado, conceito este corroborado por Campos (2014).

Após a fase de análise dos processos e coleta de requisitos foi construído o modelo de negócio atual de atendimento do Setor de TI para a identificação de possíveis pontos falhos e gargalos. Essa identificação foi realizada a partir da análise dos dados coletados com os *stakeholders* envolvidos, do conhecimento empírico do autor e a partir do que o *framework ITIL* propõe com relação à implantação de uma central de serviços para atendimento de serviços de TI.

Para validar os pontos falhos e gargalos encontrados no modelo atual, foi utilizado questionário, fornecido aos colaboradores do Setor e ao gerente de TI. O questionário foi aplicado para avaliar de forma qualitativa o modelo proposto, e, para isso, foi utilizada a escala Likert.

Segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012), a escala Likert trata-se de uma escala de cinco ou sete pontos, com pressupostos intervalos iguais entre os pontos, tendo como principal vantagem permitir uma amplitude de opções com relação a outras, como “Sempre” ou “Nunca” e “Sim” ou “Não”. Assim, os cinco, sete ou mais intervalos propiciam um aumento na fidedignidade do instrumento.

A escala Likert exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância ou de discordância com cada uma entre diversas afirmações. Normalmente cada item da escala possui cinco categorias de resposta, conforme o Quadro 1, que variam de “Concordo totalmente” a “Discordo totalmente” (MALHOTRA, 2011).



Quadro 1 – Exemplo da escala Likert

Você aprova a realização desta pesquisa				
Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não possuo opinião formada	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
5	4	3	2	1

Fonte: os autores.

Com base nos conceitos anteriores as pontuações e opções para o questionário realizado foram as seguintes:

- a) Concordo totalmente – 5;
- b) Concordo parcialmente – 4;
- c) Não possuo opinião formada – 3;
- d) Discordo parcialmente – 2;
- e) Discordo totalmente – 1.

A média na realização desta avaliação deveria ser superior a 3,75, para que o critério avaliado fosse considerado necessário de mudança, caso não alcançasse essa média seria considerado não relevante para realizar a alteração no processo. Para calcular a média foi utilizada a Fórmula 1:

$$\text{MedMPN} = (\Sigma\text{CT} * 5 + \Sigma\text{CP} * 4 + \Sigma\text{NPO} * 3 + \Sigma\text{DP} * 2 + \Sigma\text{DT} * 1) / N \quad (1)$$

Em que:

- a) MedMPN – Resultado obtido;
- b) ΣCT – Soma da escala de “Concordo totalmente”;
- c) ΣCP – Soma da escala de “Concordo parcialmente”;
- d) ΣNPO – Soma da escala de “Não possuo opinião formada”;
- e) ΣDP – Soma da escala de “Discordo parcialmente”;
- f) ΣDT – Soma da escala de “Discordo totalmente”;
- g) N – Total de participantes do questionário.

Concluída a etapa anterior de identificação dos gargalos e pontos falhos, uma remodelagem no modelo de processo de negócio atual foi construída a partir da *BPMN*, na busca da melhoria do atendimento no Setor de TI do HRO.

Por fim, o modelo proposto foi apresentado ao Gerente de TI, o qual, em uma entrevista, concedeu o seu parecer sobre.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme descrito na terceira seção, o processo atual foi avaliado mediante questionário seguindo a escala Likert para obtenção dos resultados. O questionário foi aplicado a oito dos colaboradores do Setor. Após o recebimento das respostas pelos colaboradores foi aplicada a Fórmula 1 descrita na terceira seção, obtendo o resultado apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Resultado do questionário aplicado

	Total CT	Total CP	Total NPO	Total DP	Total DT	MedMPN
Afirmiação 1	4	3	0	0	1	4,13
Afirmiação 2	5	3	0	0	0	4,63
Afirmiação 3	5	1	0	1	1	4,00
Afirmiação 4	5	1	0	1	1	4,00
Afirmiação 5	5	2	0	0	1	4,25

Fonte: os autores.

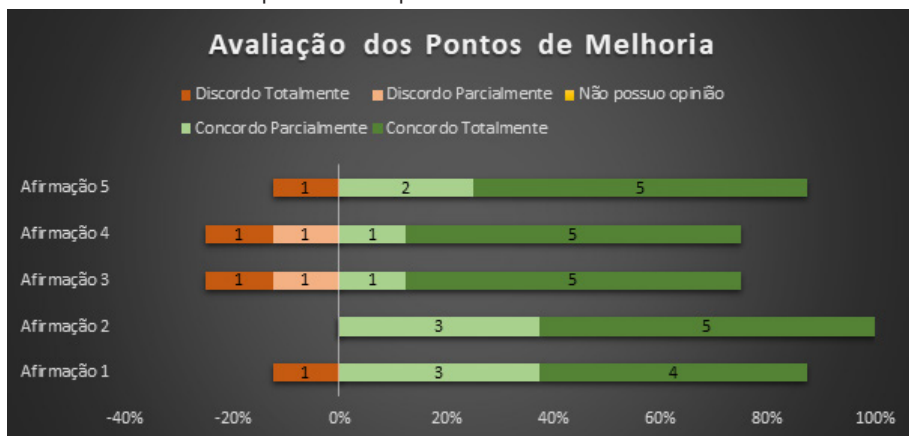
Com base nas respostas obtidas, com relação à Afirmação 1, verificou-se que quatro colaboradores Concordaram totalmente, três colaboradores Concordaram parcialmente e um colaborador Discordou totalmente. Assim, após aplicar a Fórmula 1 descrita na terceira seção, obteve-se uma média de 4,13, mostrando, assim, que o critério avaliado foi considerado necessário de mudança pela grande maioria dos colaboradores.

Na Afirmação 2 observou-se que cinco colaboradores Concordaram totalmente e três Concordaram parcialmente. Após ser aplicada a Fórmula 1 já mencionada na terceira seção, foi possível obter uma média de 4,63, a mais alta entre todas as afirmações, mostrando ser um critério considerado passível de mudança por todos os colaboradores.

As Afirmações 3 e 4 obtiveram os seguintes resultados: cinco colaboradores Concordaram totalmente, um Concordou parcialmente, um colaborador Discordou parcialmente e um Discordou totalmente. Após ser aplicada a Fórmula 1 foi obtida média 4,00, a mais baixa entre todas as afirmações, porém, mesmo assim, os critérios avaliados foram considerados sujeitos à mudança.

Na quinta e última afirmação foram obtidas as respostas a seguir: cinco colaboradores Concordaram totalmente, dois Concordaram parcialmente e um Discordou totalmente. Posterior à aplicação da Fórmula 1, atingiu-se a média 4,25, visto que, de acordo com os critérios definidos anteriormente, fez com que esta, assim como as demais, fosse sujeita à mudança.

Gráfico 1 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: os autores.

No Gráfico 1 é possível ter uma melhor visualização dos resultados obtidos por meio do questionário aplicado. Por exemplo, pode-se notar que a grande maioria dos colaboradores Concordou totalmente ou parcialmente com todas as afirmações. E que em poucas ocasiões houve discordância total ou parcial por parte dos colaboradores.

Conforme pode ser visualizado no Quadro 2, foram elencados alguns problemas, possíveis soluções, melhorias identificadas e processos *ITIL* envolvidos em cada um.

Quadro 2 – Problemas, soluções, melhorias identificadas e processos *ITIL* envolvidos

Problemas	Soluções	Melhorias identificadas	Processos ITIL
Não existe controle de chamados, ou uma única maneira de abrir um chamado.	Implementar uma central de serviços que utilize um sistema para controlar e/ou realizar a abertura de chamados.	Concentrar chamados em um único local.	Central de Serviços.
Base de conhecimento inexistente.	Adotar o uso de uma base de conhecimento.	Facilitar a solução de problemas e/ou incidentes que tenham reincidência.	Gerenciamento de Problemas; Gerenciamento de Incidentes.
Atualmente não existe um Acordo de Nível de Serviço.	Desenvolver um Acordo de Nível de Serviços que atenda às necessidades do Setor.	Garantir que haja um nível mínimo de qualidade na prestação de serviço pelo Setor.	Gerenciamento de Nível de Serviço.
Não há documentação da solução aplicada a incidentes e problemas, juntamente com a falta de controle do inventário de hardware e software.	Adotar mecanismos que registrem a solução de hardware e software utilizados na resolução de problemas.	Ter controle de inventário de hardware e software.	Gerenciamento de Mudança; Gerenciamento de Liberação.

Problemas	Soluções	Melhorias identificadas	Processos ITIL
Não existe, por exemplo, um monitoramento de rede, para verificar quais pontos estão ativos, desabilitados ou com problemas.	Adotar o uso de uma ferramenta de monitoramento de rede (Ex.: Zabbix).	Melhor controle da infraestrutura de rede.	Gerenciamento de Eventos.

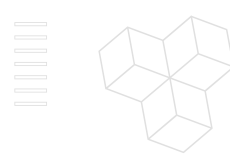
Fonte: os autores.

O primeiro problema seria a falta de controle de chamados ou uma única forma de solicitar atendimento, sendo a solução encontrada a implementação de uma central de serviços que fizesse uso de um sistema para abertura e monitoramento de chamados, baseado no processo *ITIL* de central de serviços.

O segundo problema encontrado foi a falta de uma base de conhecimento, e como solução a implementação e o uso de uma base de conhecimento facilitaria a solução de problemas e incidentes reportados ao Setor, em que os processos *ITIL* envolvidos seriam de Gerenciamento de Problemas e Gerenciamento de Incidentes.

O terceiro problema encontrado foi a inexistência de um Acordo de Nível de Serviço, e, se caso fosse criado e implantado no Setor, seria utilizado para garantir um nível mínimo de serviço prestado por este, sendo atrelado ao processo de Gerenciamento de Nível de Serviço.

O quarto problema identificado foi a falta de documentação da solução aplicada a incidentes e problemas, bem como a falta de controle de inventário de hardware e software, em que, adotando uma ferramenta para tal, solucionaria este problema. O Gerenciamento de Mudança e o Gerenciamento de Liberação seriam os processos base para essa situação.



O quinto e último problema detectado foi a ausência de um sistema implantado que monitore ativos de rede, facilitando, dessa forma, descobrir pontos defeituosos ou com mal funcionamento, podendo ser solucionado com o uso de uma ferramenta que monitore a rede, por exemplo, o Zabbix, fazendo com que melhore o controle sobre a infraestrutura de rede. O processo *ITIL* envolvido nesse caso é o de Gerenciamento de Eventos.

Dos problemas citados anteriormente, o único que não teve solução oferecida no processo proposto mediante este trabalho foi o terceiro, o qual se refere à falta de um Acordo de Nível de Serviço.

Para avaliar e validar o processo proposto foi realizada uma entrevista com o Gerente de TI do Setor. As perguntas para essa entrevista foram desenvolvidas a partir das respostas concedidas pelo Gerente de TI, no questionário utilizado para realizar uma parte do levantamento de dados necessários para o desenvolvimento deste trabalho.

A primeira pergunta foi com relação aos problemas e falhas de comunicação no Setor, se o processo proposto solucionaria ou não. Para o Gerente, o processo proposto auxiliará, contanto que todos os colaboradores do Setor o executem, fazendo com que a informação se torne mais segura e disponível.

A segunda pergunta feita foi a respeito da falta de estatísticas do Setor, se o processo proposto solucionaria o problema da falta de estatísticas do Setor. A resposta do Gerente foi que sim, porém somente se as informações forem inseridas da maneira correta e em sua totalidade.

A terceira pergunta foi direcionada ao tema das múltiplas formas de solicitar atendimento ou abrir um chamado, se o processo apresentado resolveria ou não essa questão. O Gerente afirmou que





com certeza a abertura de chamados ficará centralizada em um único portal de acesso.

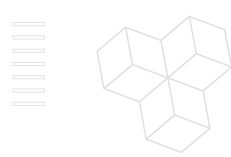
A quarta pergunta foi se houve algum problema não identificado ou não solucionado no processo proposto. Segundo o Gerente de TI, dentro do que o modelo propõe tudo foi atendido.

A quinta e última pergunta feita foi quanto a se é possível realizar a implementação do processo proposto dentro do Setor de TI. Para o Gerente de TI, é possível desde que todas as suas etapas sejam testadas e validadas.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa propôs, por meio de seu objetivo geral, elaborar e validar o desenho do processo de atendimento do Setor de TI do HRO estudo de caso. Para atingir o objetivo geral foram destacados quatro objetivos específicos. De início foram coletados requisitos com a finalidade de compreender o processo atualmente utilizado pelo Setor. Foi realizado isso a partir do conhecimento empírico de um autor deste trabalho, pois este atua na equipe de TI do HRO. Essa fase mostrou-se a mais rápida de ser realizada, uma vez que não foi necessária a participação de nenhum outro integrante da equipe, além do bom conhecimento a respeito do processo atual por parte do autor. Com os requisitos em mãos, construiu-se o esboço do desenho do processo de negócio atual, do Setor de atendimento da TI. Em seguida foi realizado um questionário com os colaboradores do Setor de TI para validar possíveis pontos falhos e gargalos no processo atual de atendimento. Nessa fase ocorreram alguns contratemplos, por exemplo, por haver mais de um turno de trabalho, foi demonstrado o processo e aplicado o questionário em horários variados. Outra situação ocorrida foi a de





ter sido necessário demonstrar o processo e aplicar o questionário separadamente para cada colaborador. Isso foi necessário em razão do fluxo elevado de trabalho e por não ser possível interromper a execução das tarefas de todos os colaboradores simultaneamente. Após aplicação do questionário, foi feito o desenho do processo visando corrigir os pontos falhos e gargalos validados no processo anterior. Nessa reestruturação fez-se uso dos conceitos de *ITIL* sobre Central de Serviços, Gerenciamento de Problemas, Gerenciamento de Incidentes, Gerenciamento de Mudança, Gerenciamento de Liberação e Gerenciamento de Eventos. Talvez a fase mais complexa a ser executada, pelo pouco conhecimento inicial por parte do autor sobre *ITIL* e sobre *BPMN*, fazendo com que este fosse o objetivo mais árduo a ser alcançado. Por fim, o processo foi validado pelo Gerente do Setor de Tecnologia da Informação, o qual respondeu a uma série de perguntas baseadas na problematização deste trabalho, restando ao autor deste a discussão das respostas.

Pelos motivos citados, conclui-se que os objetivos foram cumpridos em sua totalidade. O último objetivo específico foi o que mais levou tempo para ser cumprido, pela baixa disponibilidade do Gerente de TI, pois para validar o processo foi necessário apresentá-lo e isso demandaria um certo tempo para ser realizado, porém, uma vez apresentado, o objetivo foi alcançado.

A partir das respostas às perguntas da entrevista realizada com o Gerente de TI, pode-se concluir que as expectativas de melhoria identificadas na problematização a respeito das múltiplas maneiras de abrir um chamado, da falta de comunicação entre os integrantes da equipe e da falta de estatísticas sobre os atendimentos foram atendidas, uma vez que, de acordo com o Gerente de TI, com a implementação de uma Central de Serviços, muitos problemas supracitados serão solucionados.





Sugere-se para trabalhos futuros a implementação do Gerenciamento de Nível de Serviço, que, embora tenha sido abordado neste trabalho, não foi apontada uma solução que faça uso de seus conceitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinicius Nóbile de. **O que é BPM (Business Process Management)**. 2015. Disponível em: <https://www.euax.com.br/2015/06/bpm-business-process-management-o-que-e/>. Acesso em: 31 maio 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/IEC 38500**: Governança corporativa de Tecnologia da Informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2009. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/duraesjr/abnt-nbr-isoiec-38500-governanca-corporativa-da-ti>. Acesso em: 27 maio 2019.

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS PROFESSIONALS. **BPM CBOK**: Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento ABPMP BPM CBOK V3.0. Brasília, DF: Abpmp Brasil, 2013.

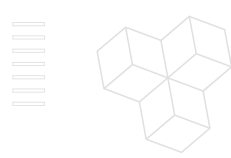
AXELOS (org.). **What is ITIL® Best Practice?** Reino Unido. Disponível em: <https://www.axelos.com/best-practice-solutions/itil/what-is-itil>. Acesso em: 20 maio 2019.

CAMPOS, André L. N. **Modelagem de Processos com BPMN**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

CESTARI FILHO, Felício. **ITIL V3**: Fundamentos. Rio de Janeiro: Rnp/Esr, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/50809607/ITIL-v3-Fundamentos>. Acesso em: 23 maio 2019.

CORREA, Rafael Murilo. Gestão e governança de TI: qual o papel de cada uma? **Papel da Gestão de TI**, 2018. Disponível em: <https://www.euax.com.br/2018/05/gestao-e-governanca-de-ti-papel-de-cada-uma/>. Acesso em: 24 maio 2019.





FREITAS, Marcos André dos Santos. **Fundamentos do Gerenciamento de Serviços de TI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

GASETA, Edson Roberto. **Fundamentos de Governança de TI**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Redes, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/49464788/Fundamentos-de-Governanca-de-TI>. Acesso em: 17 mar. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. TRT18. **Gerenciamento de Mudança**. 2017a. Disponível em: <http://www.trt18.jus.br/portal/tecnologia/portfolio-de-tic/processos-de-negocio-de-tic/gerenciamento-de-mudanca/>. Acesso em: 23 maio 2019.

GOIÁS. TRT18. **Gerenciamento Liberação e Implantação**. 2017b. Disponível em: <http://www.trt18.jus.br/portal/tecnologia/portfolio-de-tic/processos-de-negocio-de-tic/gerenciamento-de-liberacao-e-implantacao/>. Acesso em: 23 maio 2019.

ISACA. **COBIT 5: Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TI da Organização**. Rolling Meadows, Usa: Isaca, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 6. ed. Tradução: Lene Belon Ribeiro, Monica Stefani, Janaina de Moura Engracia Giraldi. Porto Alegre: Bookerman, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.





MELO, Alessandra. **A diferença entre Governança e Gestão de TI**. Disponível em: <https://ead.catolica.edu.br/blog/diferenca-entre-governanca-ti-e-gestao-ti>. Acesso em: 4 maio 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

POSSAMAI, Jean Carlos. **A importância da Gestão de TI para a produtividade do negócio**. 2017. Disponível em: <https://qametric.com/a-importancia-da-gestao-de-ti/>. Acesso em: 3 maio 2019.

RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MARQUES, Francisca Lusení Machado. **Classificação da pesquisa científica**. [S. l.]: UFRN, 2009. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Pesquisa%20e%20Ensino%20de%20Geografia/PESQENSINOAULA5.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

SETIC TRT DA 11ª REGIÃO. **Gerenciamento de Eventos**. Disponível em: <https://governanca.trt11.jus.br/index.php/publicacoes2/processos-itiil/gerenciamento-de-eventos.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6. ed. Tradução: Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VAN BON, Jan. **ITIL®: Guia de Referência**. Tradução: Edson Furmankiewicz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WESTCON. **Quais as diferenças entre Gestão de TI e Governança de TI?** 2018. Disponível em: <https://blogbrasil.westcon.com/quais-as-diferencas-entre-gestao-e-governanca-de-ti>. Acesso em: 19 maio 2019.





APLICATIVO DE REALIDADE AUMENTADA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

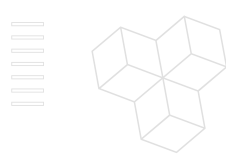
Alan Douglas Biessek¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

A tecnologia está cada vez mais inserida no dia a dia, inclusive no ambiente de ensino. Tratando-se do ensino do Sistema Solar, na disciplina de Geografia, o aluno muitas vezes possui a sua disposição apenas conceitos ou imagens estáticas, transmitidas pelo professor para compreensão desse tema. Esta falta de recursos físicos e até mesmo condições cognitivas do aluno em imaginar o Sistema Solar, constituem em empecilhos que prejudicam esse aprendizado. Neste contexto a Realidade Aumentada (RA), com sua proposta interativa e tridimensional, aliada ao uso de dispositivos móveis, demonstra ser um recurso agregador e facilitador neste processo de aprendizagem. Sendo assim o objetivo desta pesquisa foi a criação de um aplicativo em RA, para dispositivos móveis Android, abrangendo elementos do Sistema Solar. Esta pesquisa caracteriza-se metodologicamente como sendo um estudo de natureza aplicada, qualitativa, exploratória, pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa participante. Com a conclusão do aplicativo e por meio da aplicação desse estudo em uma turma de Geografia, do colégio Bom Pastor, da cidade de Chapecó, pôde-se efetuar uma avaliação da utilização do aplicativo como recurso auxiliar no ensino e aprendizagem do conteúdo em questão. O uso do aplicativo proposto, por parte de alunos e professor envolvidos, teve grande aceitação, sugerindo desta forma que as tecnologias utilizadas, além de proporcionar aumento no interesse dos alunos, demonstram serem muito úteis ao agregarem conteúdo para a

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; alanbiek388@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



compreensão do tema, constituindo assim como recurso para o ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Realidade Aumentada, Sistema Solar, Unity 3D.

1 INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia vem tomando proporções cada vez maiores. Não existe mais classe, faixa etária ou qualquer tipo de delimitação para o consumo de tecnologia. Ela está presente em vários contextos da sociedade e está se tornando praticamente indispensável para qualquer indivíduo, devido a várias facilidades que ela proporciona no cotidiano. Aliás, cada vez mais precocemente, as crianças estão tendo contato, de uma forma ou outra, com a tecnologia. Fato que, se combinado de forma consciente e direcionado para seu benefício como, por exemplo, seu aprendizado, pode ser de grande valia.

No ensino de Geografia, mais precisamente no conteúdo do Sistema Solar, geralmente trabalhado com o auxílio de livros, naturalmente podem surgir dificuldades, tanto no repasse quanto na aquisição desse conteúdo. Pois, devido a capacidade limitada dos alunos em abstrair e imaginar como é composto nosso Sistema Solar, o que existe nele e como seus componentes se comportam, muitas vezes esse conhecimento não é adquirido de fato na prática. Seja por falta de recursos físicos (como por exemplo, os planetários), inviabilidade de utilizá-los ou por limitação do conteúdo do livro. Fatores que podem resultar em desmotivação e desinteresse por parte dos alunos, prejudicando o aprendizado. Assim, levanta-se a questão: a Realidade Aumentada pode ser utilizada como um recurso auxiliar de ensino e aprendizagem do conteúdo sobre o Sistema Solar?





Além de prover uma nova dinâmica no ensino, esse recurso aliado ao ensino tradicional, tende a se traduzir num aprendizado mais eficiente e mais ágil, uma vez que retrate de forma mais fiel as ilustrações dos livros referentes ao Sistema Solar. Assim, mais do que se configurar em mais um recurso para o ensino, é provável que essa forma de abordagem resulte em maior interesse por parte dos alunos, resultando num aprendizado mais completo e prazeroso.

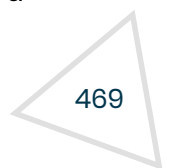
Com o intuito de apresentar um novo recurso para a obtenção de conhecimento e, visto que a tecnologia no contexto de ensino já não é uma novidade, o objetivo geral dessa pesquisa compreendeu na confecção de um aplicativo de Realidade Aumentada (RA) baseada em marcadores (estilo QR-Code) para dispositivos móveis com sistema operacional Android.

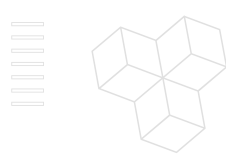
A pesquisa é de natureza aplicada, sua forma de abordagem é de natureza qualitativa, a forma de obtenção dos objetivos é exploratória e quanto aos procedimentos técnicos foram aplicadas a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa participante.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Anastasiou (2011), comenta que é necessário que o aluno adquira (entenda, compreenda) o conhecimento que o professor ensina, pois, o verdadeiro aprendizado ocorre quando o aluno aplica esse ensinamento na sua vida de forma prática.

Barroso e Borgo (2011), apontam que vários estudos evidenciam que existem dificuldades tanto na observação quanto na explicação de fenômenos ligados ao Sistema Solar como o ciclo dia-noite e as estações do ano, por exemplo. Para Council (1996), é necessário que os alunos compreendam o papel da Terra





no Sistema Solar, além dos outros elementos que o compõem como o sol, luas, asteroides, cometas. Que estes compreendam os movimentos dos astros, bem como seus fenômenos como sucessão dos dias, anos, fases da lua. Que entendam que as órbitas dos planetas em torno do Sol, corresponde a força da gravidade. Aliado a isso, é necessário compreender também que o Sol corresponde a maior fonte de energia e que desencadeia vários fenômenos na superfície terrestre como crescimento das plantas, ventos, correntes oceânicas e o ciclo da água. E que devido a inclinação de seu eixo, a Terra recebe a energia solar de forma variada em sua superfície e que resulta nas estações climáticas.

No lugar de imagens estáticas, sugere-se a utilização de recursos que permitam a visualização em 3D para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem desse conteúdo, que por muitas vezes requer um alto grau de abstração e visão espacial. É necessário que o indivíduo crie um modelo mental (tridimensional) a partir da sua imaginação e relacione com seu contexto externo (diferentes climas, diferentes luminosidades do sol, dia e noite). Porém, pode ser que essa abstração aconteça de forma errônea, resultando num aprendizado distorcido (RAPP, 2008 apud BARROSO; BORGIO, 2011). Cardoso (2015, p. 3) afirma que “A tecnologia pode ser uma aliada no processo de apreensão de diferentes espaços e lugares transmitidos através do ensino escolar da Geografia.” Ao mesmo tempo que Menezes e Chiapetti (2015, p. 236) reiteram que “Muitos recursos e estratégias didáticas têm sido explorados pelos docentes, no ensino de Geografia a fim de tornar a sua prática muito mais prazerosa e efetiva.”

Por se tratar de aspectos físicos, o conteúdo do Sistema Solar, da disciplina de Geografia, tem grande potencial para uso de diversas tecnologias, principalmente devido aos seus





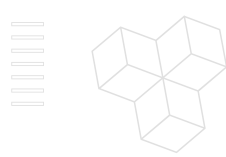
recursos audiovisuais. A Realidade Aumentada demonstra ser uma tecnologia agregável no ensino e aprendizagem desse conteúdo, devido a sua proposta de utilização, que é a observação de objetos tridimensionais em tempo real passíveis de interação.

2.1 REALIDADE AUMENTADA

A Realidade Aumentada (RA) corresponde a uma variação da Realidade Virtual (RV) e que de acordo com a literatura, suas origens estão fundamentadas a diversos pesquisadores ligados à computação gráfica. Trata-se de uma tecnologia que busca promover a simulação do real (ANAMI, 2013). De acordo com Souza et al. (2016), o trabalho de Ivan Sutherland, de 1968 (capacete HMD, o Head Mounted Display), é considerado o princípio da Realidade Aumentada, devido a sua proposta de permitir a visualização tridimensional de objetos virtuais. Conforme Zorzal e Nunes (2014, p. 17), “A tecnologia de Realidade Aumentada pode ser compreendida como a incorporação de imagens ou objetos virtuais tridimensionais, no mundo que nós vemos, ou seja, mundo real.” Segundo eles, a Realidade Aumentada permite a interação com objetos virtuais e reais simultaneamente.

Uma aplicação de RA pode se enquadrar em duas categorias: baseada em informação georreferenciada ou baseada em visão computacional (RA baseada em marcadores). Na RA baseada em marcadores, a aplicação de RA usa algoritmos de reconhecimento de imagem para que a realidade seja aumentada com informação. Nomeadas normalmente como “marcadores”, as imagens podem ser códigos QR (*Quick Response*) ou simplesmente uma imagem qualquer (FIGUEIREDO et al., 2015).





Em uma RA baseada em marcadores, seu funcionamento se dá por meio de uma aplicação de RA sendo utilizada em um dispositivo móvel com câmera, na qual, quando o marcador estiver dentro do campo de visão da câmera, rastreará a imagem e ao reconhecê-la, transmitirá ao aplicativo que fará sua interpretação e exibirá o seu respectivo objeto virtual (CARDOSO et al., 2014). Este tipo de RA foi o objeto desta pesquisa.

2.2 UNITY 3D, VUFORIA E QR-CODE

De acordo com Tuliper (2014), o *Unity 3D* é um mecanismo que fornece diversos recursos para a construção de diferentes tipos de jogos (2D, 3D), além de variados tipos de aplicativos como simuladores para treinamento, de primeiros socorros, entre outros. Entre suas vantagens está o fato de existir uma versão gratuita para desenvolvimento, além de ter como outro ponto forte a *Asset Store*, loja que fornece vários componentes prontos para utilização (gratuitos e pagos) e a variedade de plataformas suportáveis pelo *Unity 3D*, em que um mesmo projeto pode ser destinado para Android, iOS, Windows, entre outros. Segundo Torres (2015, p. 32), “O *Unity 3D* opera baseado em cenas, internamente denominadas “Scenes”. Dentro das cenas, há os Game Objects, que são quaisquer objetos inseridos dentro da cena.” O comportamento dos objetos inseridos na cena são manipulados por scripts, codificados em C Sharp (C#), JavaScript ou BOO (POPOLIN NETO et al., 2015). Atualmente, o *Unity 3D* permite também o desenvolvimento de jogos e soluções em Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA) por meio da utilização de SDK (Kit de Desenvolvimento de Software). Um deles é o plugin Vuforia, que se encontra na versão 8.1 e possibilita o desenvolvimento de aplicativos em RA para dispositivos móveis,





nas plataformas Android e iOS. Recentemente, se tornou um recurso nativo do *Unity 3D* (PTC, 2019).

De acordo com Ibañez e Figueras (2013), o *Vuforia* usa a técnica de visão computacional para reconhecer e rastrear imagens e objetos 3D em tempo real. Assim, para facilitar o rastreamento e reconhecimento dos marcadores, é recomendado a utilização de imagens com muitos detalhes, denominados como recursos naturais (PTC, 2019).

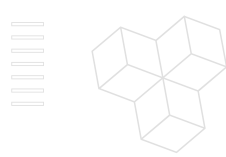
Uma das possibilidades de utilização para o trabalho com RA são os códigos QR (*Quick Response*). “A informação contida nele pode ser um *uniform resource locator* (URL), um texto ou informações gerais, como cartões de visita, vídeos, dentre outros.” (ANAMI, 2013, p. 27, grifo do autor).

2.3 ANDROID

O Sistema Operacional Android é um sistema baseado em Linux (mais precisamente no Kernel 2.6 do Linux), projetado para dispositivos móveis *touchscreen*, como smartphones e tablets. Ele foi adquirido pela Google em 2005, quando surgiu o interesse dessa companhia em ingressar no mercado de dispositivos móveis (DIXIT, 2014). Pereira e Silva (2009), afirmam que o Android é característico pela liberdade que ele oferece, permitindo uma evolução constante de sua tecnologia pelas companhias e comunidades de desenvolvedores interessados.

Para o desenvolvimento de aplicações é utilizado o *Android Software Development Kit* (SDK), disponibilizado pela Google, que reúne ferramentas e bibliotecas com várias funcionalidades, além de depurador, emulador, documentação, tutoriais e exemplos. Os ambientes de desenvolvimento (IDE) possíveis de serem utilizados





para o desenvolvimento Android são: *Android Studio*, *Eclipse*, *IntelliJ IDEA IDE*, *NetBeans IDE* (LECHETA, 2015).

2.4 C# (C SHARP)

O C# (*Sharp*) é uma linguagem Orientada a Objetos e fortemente tipada suportando conceitos como encapsulamento, herança e polimorfismo. Conforme sua evolução, foi reunindo vários recursos e funcionalidades, permitindo o desenvolvimento de aplicativos robustos e variados (DOYLE, 2014; MICROSOFT, 2017). Conforme Microsoft (2017) a linguagem C# possui semelhanças com as linguagens C, C++ e Java e, devido a isso, facilita a familiarização com ela por desenvolvedores que trabalham com essas linguagens. O C# permite desenvolver aplicativos para Web, Windows (com UI, *user interface*), aplicações baseadas em console; além de dlls, aplicativos para dispositivos *smart* e serviços (DOYLE, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tanto a pesquisa quanto o desenvolvimento do aplicativo de RA foram executados no período de fevereiro de 2018 a junho de 2019. A área de estudo foi a Escola Estadual Básica Bom Pastor (EEB Bom Pastor), da cidade de Chapecó, abrangendo os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, visando apresentar um aplicativo de RA para auxiliar o ensino e aprendizagem do conteúdo sobre o Sistema Solar.

A pesquisa, referente a sua natureza, caracterizou-se como aplicada, pois visou solucionar um problema específico por meio de uma solução prática. Sua forma de abordagem caracterizou-se como qualitativa, visto que as informações e as observações





serviram como base para o estudo da situação. Referente a forma de atingir os objetivos foi exploratória, pois baseou-se na investigação do problema a fim de fundamentar uma alternativa para sua solução. Quanto aos procedimentos técnicos foram aplicadas a pesquisa bibliográfica, pois necessitou-se fundamentar, justificar e expor a proposta dessa pesquisa. Além disso, a pesquisa abrangeu o estudo de caso, pois tratou-se de um determinado contexto, e pesquisa participante por que propôs a aproximação do pesquisador com a situação estudada.

Para a modelagem do aplicativo batizado como SOLAR App Bom Pastor, foram utilizados a notação UML e seus diagramas de caso de uso e de atividades, confeccionados com o software *Enterprise Architect (EA)*.

3.1 UML

De acordo com Bezerra (2015), a UML (*Unified Modeling Language*) se trata de uma linguagem visual para modelar sistemas orientados a objetos. É um padrão que pode ser utilizada em qualquer abordagem de desenvolvimento, já que independe da linguagem de programação que está se utilizando.

Para a modelagem do aplicativo foram utilizadas principalmente os diagramas de caso de uso para retratar as possíveis interações do usuário com o aplicativo assim como o diagrama de atividades para ilustrar a sequência de ações referente a utilização do aplicativo.

Bezerra (2015) descreve o diagrama de caso de uso como a representação dos agentes (atores) e suas possíveis interações com uma determinada funcionalidade (caso de uso) de um sistema. O diagrama de atividades corresponde a um gráfico de fluxo de



controle de uma atividade para outra. Ele descreve aspectos dinâmicos de um sistema computacional (BOOCH; RUMBAUGH; JACOBSON, 2012).

3.2 ENTERPRISE ARCHITECT (EA)

O *Enterprise Architect* (EA) é uma plataforma que permite a modelagem de processos de negócios (BPMN), web sites, interfaces de usuários, configurações de *hardware*. Ela suporta todos os modelos e diagramas da UML 2.5. É uma plataforma visual que permite a construção da modelagem de variados tipos de sistemas de *software*. Visa garantir o acompanhamento de todo o ciclo como, construção, desenvolvimento, manutenção, testes. Seu propósito de uso vai além da modelagem de sistemas de *software* (SYSTEMS, 2016).

3.3 AVALIAÇÃO DO APLICATIVO

Para avaliar tanto o alcance dos requisitos quanto o nível de eficácia do aplicativo, foram aplicados dois questionários, um para cada propósito. Na avaliação funcional, foram aplicadas questões com as alternativas “Sim” e “Não”, questionando o alcance na execução das funcionalidades do aplicativo. Assim, para fazer essa mensuração, foi aplicada a seguinte fórmula, proposta por Campagnaro (2017): $MédiaFunc = ((\sum QtdS + \sum QtdN) / N) * 10$.

No quadro 1, pode ser observado as questões relativas à avaliação funcional do aplicativo, que para alcançar essa proposta, deve atingir média igual ou superior a 7,0.

Quadro 1 – Avaliação funcional

- 1 – Você conseguiu visualizar alguma animação (ou todas) em realidade aumentada usando o aplicativo e seus marcadores (imagens do papel)?
- 2 – Você conseguiu aumentar e diminuir o tamanho da animação (terra, sol, sistema solar)?
- 3 – Você conseguiu mover algum planeta ou astro?
- 4 – Você conseguiu rotacionar o planeta (girar o planeta em torno do seu eixo)?
- 5 – Você conseguiu interromper ou continuar a execução da animação que exibia a opção de pausar/ continuar (sistema solar, por exemplo)?
- 6 – Você conseguiu ler a descrição referente a animação que estava visualizando (sobre o sol, lua, sistema solar, etc.)?
- 7 – Você conseguiu assistir o vídeo sobre a animação que estava visualizando?
- 8 – A câmera do seu dispositivo detectou os marcadores (imagens de papel) com facilidade?
- 9 – Referente ao uso do aplicativo, conforme as opções abaixo, conseguiu identificar e utilizar as funções do aplicativo com facilidade?
- 10 – Referente às interações possíveis com os astros ou planetas (mover, rotacionar, etc.), teve facilidade para executá-las?
- 11 – As funções do aplicativo atendem às expectativas?

Fonte: os autores.

Na avaliação de eficácia do aplicativo, foram aplicadas outras questões com alternativas em escala baseada na escala Likert. A escala Likert compreende em avaliar o grau de concordância para uma determinada questão, baseada em uma escala (LIKERT, 1932). As alternativas variaram de “Discordo totalmente” a “Concordo totalmente”.

Quadro 2 – Avaliação de eficácia

- 1 – A utilização do aplicativo na aula de geografia sobre o sistema solar facilitou na compreensão do conteúdo?
- 2 – Acha que aplicativos dessa modalidade (auxiliares no ensino, utilizando a realidade aumentada) podem contribuir no aprendizado?
- 3 – Aplicativos dessa modalidade (auxiliares no ensino, utilizando a realidade aumentada) podem deixar a aula mais atrativa e motivadora?
- 4 – Aplicativos dessa modalidade (auxiliares no ensino, utilizando a realidade aumentada) demonstram ser necessários e indispensáveis atualmente?
- 5 – Aplicativos dessa modalidade (auxiliares no ensino, utilizando a realidade aumentada) podem aumentar seu interesse em estudar e buscar novos conhecimentos?

Fonte: os autores.

No Quadro 2, pode ser observado as questões de avaliação de eficácia do aplicativo. Nesse caso, para o aplicativo ser considerado eficaz, deve atingir média superior a 3,5, que foi obtida pela fórmula adaptada de Oliveira (2005): $MédiaEfic = (\Sigma CT * 5 + \Sigma C * 4 + \Sigma I * 3 + \Sigma D * 2 + \Sigma DT * 1) / (NAIu * N)$.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a modelagem e elencados os requisitos funcionais e não funcionais do aplicativo, prosseguiu-se para a confecção do aplicativo SolAR App Bom Pastor. Nesse caso, foi necessário preparar o ambiente de desenvolvimento (instalação e configuração do *Unity 3D*) e geração dos marcadores no estilo QR-Code.

Inicialmente foi necessário criar uma conta de desenvolvedor no portal do SDK Vuforia (2019) (<https://developer.vuforia.com/vui/auth/register>) já que é necessário a geração de uma licença para o aplicativo, assim como a criação e manutenção das bases de imagens alvo (marcadores). Ao mesmo tempo, buscou-se um site para a geração dos marcadores. O site utilizado para a confecção desses marcadores foi o <https://qr.ioi.tw/pt/>. No total, foram gerados 15 marcadores.

Os marcadores foram categorizados em cinco bases de imagens alvo, sendo eles: Astros, Planetas Terrestres, Planetas Gasosos, Outros Corpos e Movimentos. No *Unity 3D*, essas bases são importáveis como *assets* (arquivos de imagem, áudio, componentes criados no próprio editor do *Unity*, etc.). Assim, além das bases de marcadores, foram utilizados outros *assets* gratuitos disponíveis na *Asset Store* do *Unity 3D* para a confecção do aplicativo como por exemplo, modelos 3D, componente para comandos *touch screen*,



etc. Para os eventos e comportamentos do *Game Object* (tudo o que é adicionado na cena é denominado como um *Game Object*), foram codificados *scripts* com a linguagem C#.

Com a união desses recursos e fatores, prosseguiu-se para a confecção das telas (cenas) do aplicativo. O menu inicial contempla as seguintes opções: “Astros”, “Planetas” (sub menu “Terrestres” e “Gasosos”) “Asteroides/Cometas/Meteoros”, “Sistema Solar” e “Movimentos do Planeta Terra”. Dessa forma, para cada categoria (opção do menu principal), foi criada uma cena e atribuído em suas propriedades sua respectiva base de imagens alvo (marcadores). Para cada cena, adicionou-se o componente *ARCamera*, o qual fará o reconhecimento do marcador (imagem alvo) e o componente *ImageTarget*, o qual será vinculado o marcador (imagem alvo) e seu respectivo objeto virtual.

Além dos seus respectivos objetos virtuais (astros, planetas, etc.), todas as opções do menu possuem em comum uma UI (*User Interface*) com as seguintes opções:

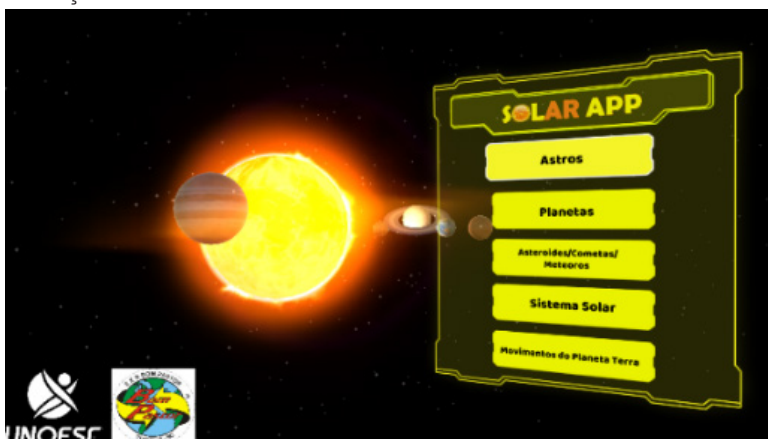
- a) Descrição: ao ser clicado, abre uma nova tela exibindo informações sobre o objeto virtual rastreado.
- b) Menu: retorna para o menu principal.
- c) Vídeo: ao ser clicado, exibe um vídeo sobre o objeto virtual rastreado.

De posse do marcador, o usuário deve acessar a opção correspondente para visualizar o objeto virtual ou animação desejada. Na opção “Astros” é possível visualizar o Sol e a lua. Na opção “Planetas”, é possível visualizar os planetas terrestres e planetas gasosos. Na opção “Asteroides/ Cometas/ Meteoros”, é possível visualizar um asteroide, o cometa Halley e um conjunto de meteoros. Na opção



“Sistema Solar” é possível visualizar alguns elementos do Sistema Solar. Na opção “Movimentos do Planeta Terra” é simulado os movimentos do planeta Terra e da lua em torno do Sol. Na Ilustração 1 pode ser observado como ficou Menu Inicial do aplicativo.

Ilustração 1 – Menu



Fonte: os autores.

As telas *Asteros*, *Planetas* e *Asteróides/Cometas/Meteoros* tem em comum a opção “Rotacionar”. Para as telas que retratam movimentos, ou seja, *Sistema Solar* e *Movimentos do Planeta Terra*, possuem uma opção para “Pausar/Continuar” o movimento da cena. Para a cena do *Sistema Solar* são exibidos caixas de seleção para *exibir/ocultar* nomes dos planetas, *exibir/ocultar* órbitas dos planetas e outra para *exibir* visualização de fundo da câmera em tempo real ou uma perspectiva de espaço.

A opção “Menu” simplesmente retorna ao menu inicial. A opção “Descrição” abre uma nova cena exibindo algumas informações sobre a respectiva animação em visualização, assim como uma descrição sobre ele, todas obtidas e adaptadas a partir do site da NASA (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço). Outra opção disponível ao usuário é a opção “Vídeo”. Ao acessar essa

opção, é carregado um vídeo predefinido referente ao objeto virtual ou animação em visualização.

Ambos os testes (funcional e de eficácia do aplicativo) foram realizados com 10 alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, no laboratório da EEB Bom Pastor. Essa experiência, foi tratada como uma atividade dinâmica, principalmente por conta da utilização dos smartphones. Para proceder com o teste, inicialmente efetuou-se a instalação do aplicativo nos dispositivos. Nesse momento, foram encontradas algumas dificuldades. Dependendo da capacidade de armazenamento do dispositivo, alguns usuários não possuíam espaço suficiente para a instalação (o tamanho do aplicativo ficou em torno de 90 MB). Então, para dispositivos mais antigos e com menos recursos, muitas vezes isso custava mais tempo para instalação. A publicação na *Google Play Store* amenizaria esse problema. Mas, como os alunos não possuíam acesso à internet na escola, essa opção inicialmente foi descartada. Na Fotografia 1 pode ser observado um exemplo de utilização.

Fotografia 1 – Opção Sistema Solar



Fonte: os autores.

O aplicativo foi instalado nos dispositivos de cerca de 40 a 50 alunos de diferentes turmas, mas os testes foram aplicados com 10 alunos. Por se tratarem de crianças, muitos não puderam levar o dispositivo por conta própria. Outra questão foi relativa aos alunos que possuíam dispositivos com iOS e que infelizmente não puderam ter acesso ao aplicativo.

Após a instalação do aplicativo em seus dispositivos e disponibilizado os marcadores, foi realizado uma breve explicação sobre como utilizá-lo. Conforme observado, notou-se que a experiência com a tecnologia de RA lhes deixou empolgados, visto que sua utilização é de aprendizado muito rápido. Nesse instante, quando os alunos utilizavam o aplicativo, em certos momentos ocorreu um pouco de desordem. Ao final, aplicou-se as avaliações propostas.

No teste funcional, conforme a Tabela 1, o percentual de sucesso na execução das funcionalidades do aplicativo atingiu 87%. Aplicando-se a fórmula de avaliação funcional, obteve-se média 10, demonstrando que o aplicativo é funcional.

Tabela 1 – Resultado do teste funcional

	Sim	Não
Total	96 (87%)	14 (13%)

Fonte: os autores.

Porém, ainda observando a Tabela 1, 13% apontaram o aplicativo como não funcional para determinadas funcionalidades. Como por exemplo, através da análise das questões respondidas como “Não”, as que mais tiveram essa ocorrência foram sobre o questionamento da execução da função para visualizar o vídeo sobre o objeto virtual que estava sendo visualizado. Nesse caso, não se obteve um parecer mais concreto sobre o motivo do usuário não ter conseguido executar essa funcionalidade do aplicativo, ou seja,



se o vídeo de fato não reproduziu, ou se a opção não funcionou, ou se não conseguiu utilizar a funcionalidade de fato.

Referente ao teste de eficácia, apresentados na Tabela 2, pode ser observado o total de cada alternativa para cada questão, assim como o total de cada alternativa.

Tabela 2 – Avaliação de eficácia do aplicativo

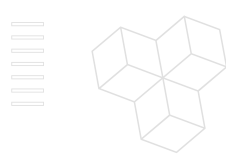
Questões	Concordo Totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo Totalmente
Questão 1	4	4	2	0	0
Questão 2	7	3	0	0	0
Questão 3	5	5	0	0	0
Questão 4	2	5	3	0	0
Questão 5	5	5	0	0	0
Total	23	22	5	0	0

Fonte: os autores.

Aplicando a respectiva fórmula, obteve-se média 4,36. Dessa forma, conforme pode ser observado na tabela 2, somando os totais das alternativas “Concordo Totalmente” e “Concordo”, 90% das respostas evidenciam o grau de concordância na efetividade do aplicativo relacionado à aprendizagem e apontando a Realidade Aumentada como útil e benéfica para esse fim. Além disso, com base nas respostas, 10% dos entrevistados não perceberam ou não acharam que o aplicativo agregou para sua aprendizagem, ou que a utilização da tecnologia de RA não seja potencial para utilização no ensino e aprendizagem.

Pôde-se observar que a experiência demonstrou ser eficaz no aprendizado dos alunos, devido ao grau de concordância nas questões aplicadas e a empolgação observada com a utilização do aplicativo. Muitos apontaram que o aspecto 3D deixou o aplicativo





bastante atrativo e que a visualização tridimensional dos elementos do Sistema Solar fez do aplicativo um recurso útil e prático para eles.

Segundo a professora participante do teste aplicado, a utilização do aplicativo facilitou no aprendizado dos alunos, já que visualmente tiveram uma amostra mais próxima do que é e como se comporta o Sistema Solar. Assim, o que foi repassado em teoria, visto de outra forma nos livros, pôde ser complementado com o que foi observado na utilização do aplicativo, melhorando o aprendizado sobre esse assunto. A união dessas tecnologias pode sim ser caracterizado como um recurso para o ensino e aprendizado, já que preenche uma lacuna existente no que se refere a falta de métodos que permitam auxiliar e observar de maneira mais aprofundada o conteúdo do Sistema Solar. Ao mesmo tempo que melhora esse aprendizado, esse tipo de tecnologia desperta ainda mais o interesse dos alunos, contribuindo ainda mais com seu aprendizado.

5 CONCLUSÃO

Considerando a proposta inicial dessa pesquisa, na qual era apresentar a RA como um recurso complementar no ensino de Geografia (com o conteúdo Sistema Solar) e, conforme os resultados obtidos, desde a solução desenvolvida até as avaliações realizadas, conclui-se que há a possibilidade da tecnologia de RA funcionar como um recurso auxiliar no ensino e aprendizagem do conteúdo em questão, devido ao alto grau de aceitação por parte dos alunos e professor envolvidos na experiência.

Nesse caso, a atividade foi bem dinâmica, com grande interação entre os alunos e professor que de uma forma ou outra participaram da atividade realizada. Quem possuía o dispositivo colaborava com quem não tinha e, na prática, pôde-se observar que





a proposta de aliar a tecnologia com o ensino é possível tanto no ambiente de ensino quanto fora dele, engajando o aluno a usufruir desse recurso para seu aprendizado em qualquer situação.

Evidentemente, é necessário que o uso dessa tecnologia seja bem administrado, principalmente em sala de aula, para que não a descaracterize e ao mesmo tempo para que se torne uma prática cada vez mais presente e agregadora no ensino e aprendizagem. Além disso, condicionar as crianças, para que vejam a tecnologia, não apenas como uma forma de lazer ou distração, mas também como um recurso para seu aprendizado. Salientar também que infelizmente nem todos os alunos possuíam acesso a um dispositivo móvel e talvez isso, de momento, possa ainda não o caracterizar como um possível recurso no ambiente de ensino.

Relativo ao desenvolvimento do aplicativo, pode-se afirmar que a escolha das tecnologias envolvidas no processo facilitou para a obtenção do resultado final, devido a documentação, fóruns e tutoriais disponíveis na internet quanto ao desenvolvimento de aplicações no *Unity 3D*. Um fator que pode ser explorado em outras pesquisas que englobem esse mesmo tema, seria para os alunos e professores que possuam smartphones com o sistema operacional iOS. Destinar uma pesquisa dessa modalidade que possa contemplar tanto usuários de dispositivos Android quanto iOS, tanto para abranger uma população maior quanto para explorar ainda melhor a aliança entre tecnologia e ensino.

REFERÊNCIAS

ANAMI, B. M. **Boas Práticas de Realidade Aumentada Aplicada à Educação**. 2013. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.



ANASTASIOU, L. da G. C. **Ensinar, Aprender, Aprender e Processos De Ensinoagem**. 2011. Disponível em: <https://eventos.unipampa.edu.br/seminariodocente/files/2011/03/Oficina-10-Estrat%C3%A9gias-metodol%C3%B3gicas.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

BARROSO, M. F.; BORGIO, I. Jornada no Sistema Solar. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 25021-250212, 17 jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbef/v32n2/v32n2a13.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

BEZERRA, E. **Princípios de Análise e Projetos de Sistemas com UML**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I. **UML: guia do usuário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CAMPAGNARO, D. **Automatização dos Processos de Controle dos Trabalhos de Conclusão de Curso**. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2017.

CARDOSO, P. V. Realidade Virtual e Geografia: O Caso do Google Cardboard Glasses para o ensino. **Revista Tamoios**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 137-148, 23 dez. 2015.

CARDOSO, R. G. S. *et al.* Uso da Realidade Aumentada em auxílio à Educação. *In: Computer On The Beach 2014*. Florianópolis: Computer On The Beach; São Luís: Univali, 2014. p. 330 - 339. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/5337/2794>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

COUNCIL, National Research. **National Science Education Standards**. Washington: The National Academies Press, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.17226/4962>. Acesso em: 7 maio 2019.

DIXIT, Prassana Kumar. **Android**. Bhubaneswar: Vikas, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qkFDDAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Android&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewjNmPGHIfbaAhXDhZAKHaM_DskQ6AEIMjAB#v=onepage&q=Android&f=false. Acesso em: 12 maio 2019.

DOYLE, B. **C# Programming: From Problem Analysis to Program Design**. 4. ed. Boston: Cengage Learning, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=aTUXAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR5&dq=C%23&ots=Q4xz025TIX&sig=CwBFvxhXGtu2Pb6mRrVv5uBxBhl#v=onepage&q=C%23&f=false>. Acesso em: 14 maio 2019.

FIGUEIREDO, M. *et al.* A realidade aumentada na aprendizagem da matemática no ensino secundário. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO ESPAÇO MATEMÁTICO EM LÍNGUA PORTUGUESA, 1, 2015, Coimbra, Portugal. **Anais** [...]. Disponível em: http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4566/1/CiEMeLP-015_paper_145.pdf Acesso em: 20 ago. 2018.

IBAÑEZ, A. S.; FIGUERAS, J. P. **Vuforia v1.5 SDK: Analysis and evaluation of capabilities**. 2013. 114 f. Tese (Master in Science in Telecommunication Engineering e Management) – Universitat Politècnica de Catalunya, Castelldefels, 2013.

LECHETA, R. R. **Google Android: Aprenda a criar aplicações com o Android SDK**. 4. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

LIKERT, R. A Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology**, New York, v. 140, n. 55, 1932.

MENEZES, W. A.; CHIAPETTI, R. J. N. O Ensino de Geografia na Contemporaneidade: O uso da literatura de cordel. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 235–257, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/267>. Acesso em: 5 maio 2019.

MICROSOFT. **O histórico da linguagem C#**. 2017. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/dotnet/csharp/whats-new/csharp-version-history>. Acesso em: 14 maio 2019.

OLIVEIRA, L. **Ranking Médio para Escala de Likert**. 2005. Disponível em: <https://administradores.com.br/producao-academica/ranking-medio-para-escala-de-likert>. Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, L. C. O.; SILVA, M. L. da. **Android: Para Desenvolvedores**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8u9wJowXfdUC&printsec=frontcover&dq=Android&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj92bH4oYHbAhVHGpAKHVqfB34Q6AEIKDAA#v=onepage&q=Android&f=false>. Acesso em: 12 maio 2018.

POPOLIN NETO, M. et al. A Realidade Virtual e o Motor de Jogo Unity. In: Simpósio de Realidade Virtual e Aumentada (SVR), 17., 2015, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Editora Sbc, 2015. p. 9-23.

PTC. **Vuforia 8**. 2019. Disponível em: <https://developer.vuforia.com/downloads/sdk>. Acesso em: 11 maio 2019.

SOUZA, W. de O. et al. A Realidade Aumentada na apresentação de Produtos Cartográficos. **Boletim de Ciências Geodésicas**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 790-806, dez. 2016.

TORRES, R. D. **Desenvolvendo um Jogo Para Ensinar Física com Unity 3D**. 2015. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas de Informação) – Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade, 2015.

TULIPER, A. **Desenvolvendo seu primeiro jogo com Unity e C#**. 2014. Disponível em: <https://msdn.microsoft.com/pt-br/magazine/dn759441.aspx>. Acesso em: 1 maio 2019.

SDK VUFORIA. 2019. Disponível em: <https://developer.vuforia.com/vui/auth/register>. Acesso em: 1 maio 2019.



SYSTEMS, S. **Enterprise Architect 13**: Reviewer's Guide. 2016. Disponível em: <http://sparxsystems.com/products/ea/>. Acesso em: 11 maio 2018.

ZORZAL, E. R.; NUNES, F. L. S. **Realidade Aumentada Em Saúde**: Uma Revisão Sobre Aplicações e Desafios. Brasília: CSBC/WIM, 2014.





UM DRE PARA BUSSINESS INTELLIGENCE EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Almir José Rigo¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

O presente artigo aborda o desenvolvimento e a análise de um Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) para análise de rentabilidade e viabilidade dos postos de atendimento que constituem uma cooperativa de crédito. A ferramenta utilizada para a pesquisa foi o *Pentaho Data Integration (PDI)*, também conhecida como *Kettle*. O que motivou a pesquisa foi a dificuldade do departamento de gestão e risco em obter as informações para a consolidação das informações, obtendo o resultado operacional por meio de planilha eletrônica. Dessa forma, o trabalho se propôs a automatizar o processo para consolidação dos dados. Para alcançar o objetivo da pesquisa, caracterizou-se esta como aplicada no levantamento de conhecimento, a partir de uma abordagem quantitativa, trazendo em forma de números os resultados e o real cenário da instituição, bem como se apresentou a tecnologia utilizada para o auxílio da análise de rentabilidade e viabilidade. Concluiu-se que a utilização da ferramenta proposta o *Pentaho* foi satisfatória e que sua capacidade de obter os resultados torna a análise mais eficaz e eficiente.

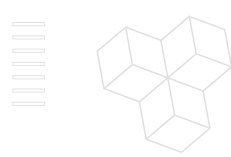
Palavras-chave: *Pentaho Data Integration*. *Kettle*. DRE. Demonstrativo de Resultado do Exercício.

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito vêm obtendo um crescimento de forma significativa; o grande desafio é ter uma gestão com

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; almirigo@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



princípios e conceitos. Diante disso a gestão e a governança vêm sendo importantes para o crescimento efetivo e eficaz das cooperativas e seus postos de atendimentos. A adequada gestão é fator decisivo para a segurança, rentabilidade e continuidade dos empreendimentos de uma cooperativa de crédito.

A cooperativa singular pode ser composta por um ou mais postos de atendimento, sendo que após a abertura se faz necessário o acompanhamento mensal, analisando se está sendo viável, ou seja, está tendo resultados satisfatórios.

O atual sistema de controle das cooperativas da Cresol Sicooper (ERP), por ser voltado ao controle operacional, não possui relatório de controles e/ou razão contábil (DRE) para uma análise de gestão realizada por posto de atendimento e associado, somente dados agrupados da cooperativa, ou seja, contendo todos os postos de atendimento agrupados. Diante desse cenário, pode ser encontrada como problema a dificuldade da análise de resultados; o departamento de gestão e risco não consegue realizar análise de lucratividade para uma eventual ação em caso de resultado operacional negativo ou mesmo positivo.

Entretanto um dos grandes desafios na organização é o controle da gestão e governança. A necessidade de desenvolver uma ferramenta de gestão mediante relatórios se faz necessária para uma gestão eficaz e eficiente. A pesquisa foi realizada por meio da ferramenta *Pentaho Data Integration (PDI)*. Essa ferramenta oferece recursos de Extração, Transformação e Carregamento (ETL). O desenvolvimento em ETL é importante para a construção e armazenamento dos dados e deve ser considerado como parte de um processo e não sendo um projeto individual. A elaboração em soluções ETL é conduzida como parte de um projeto (monitoramento, manutenção, adaptação). *Pentaho* está entre as líderes de negócios





de soluções *Open Source*, oferecendo várias soluções para projetos de *Business Intellingence (BI)*. (CASTERS; BOUMAN; VAN DONGEN, 2010).

O objetivo geral desta pesquisa foi a construção de um Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) a partir da mineração de dados com as ferramentas *Pentaho* e *Report Designer*.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma análise e desenvolver um projeto utilizando as ferramentas do *Pentaho (PDI)* e *Report Designer*, por meio da criação de relatório demonstrativo de resultados a partir de alguns indicadores contábeis, realizando uma análise quantitativa do projeto.

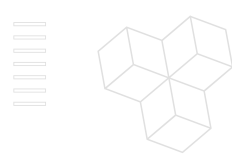
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil as cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras e seu funcionamento é parecido com um banco e são sujeitas às normas do Banco Central do Brasil, além das normas legais do sistema cooperativo brasileiro. São inclusas, ainda, orientações por organizações famosas internacionalmente, como *Schulze-Delitzsch* e *Raiffeisen* (Alemanha), *Luzzatti* (Itália) e *Desardins* (Canadá) (PINHO, 2006).

Para Pinho (2006), as cooperativas de crédito incluem valores e princípios cooperativos defendidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Órgão de representação das cooperativas no mundo, criada em 1895, em Londres, para realizar a continuidade das obras dos pioneiros de *Rochdale*, atualmente com sede em Genebra.

O cooperativismo de crédito no Brasil está estruturado em três níveis de atuação (singular, central e confederação), a exemplo da Confesol, Unicred, Sicredi e Sicoob. A Confesol é organizada pelas Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Integração Solidária, cooperativas essas vinculadas ao movimento da agricultura





familiar, a qual teve origem no fim dos anos 1980, quando pequenos agricultores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com extremas dificuldades de acessar o crédito de custeio e de investimentos, organizaram o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor). A partir dessa importante experiência, surgiu a necessidade de criar as cooperativas de crédito que nasceram em 1995 sob a marca Cresol (MEINEN; PORT, 2014).

A maioria das cooperativas se organizam de forma sistêmica, compartilhando entre si sistemas e serviços para obter mais ganhos de escala e eficiência. Entre os principais modelos de cooperativas de crédito solidário, destaca-se a Cresol Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, sistema integrado com organizações e movimentos populares, captando recursos em municípios e neles reaplicando-os. O sistema também conta com recursos estaduais, federais e internacionais, promovendo o desenvolvimento sustentável local. O sistema Cresol é constituído e administrado por “agricultores familiares” e devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (PINHO, 2006).

A abertura de postos de atendimento traz como principal benefício da capacidade de atendimento com menor custo. Com isso, a relação “postos de atendimento versus cooperativa sede” vem obtendo um crescimento promissor. Principalmente se considerar que, há 10 anos, a relação era ao par ou unitária (MELO SOBRINHO; SOARES, 2015).

O cooperativismo vem crescendo de forma contínua e consistente ao longo dos últimos anos, apresentando números interessantes. Por atuarem localmente, mantendo-se próximas de seus associados e comunidades do interior, as cooperativas vêm mapeando as principais necessidades e os potenciais das localidades. O processo





é recíproco, pois cada comunidade vem se beneficiando e cresce junto. A sinergia e o comprometimento vêm proporcionando estabilidade na inadimplência do cooperativismo. O cooperativismo de crédito começa a explorar também os centros urbanos (ESPÍNOLA, 2019).

Abertura por intermédio de fusões e incorporações e aumentos de amplitude operacional por meio de Postos de Atendimento (PACs), em benefício da eficiência na gestão dos recursos, já que os custos de instalação são inquestionavelmente inferiores aos de uma cooperativa. Diante disso é possível mensurar o grau de verticalização de cada sistema pela relação quantidade de PACs versus número de cooperativas (SOARES; MELO SOBRINHO, 2007).

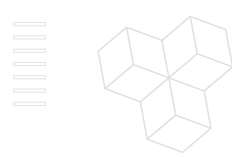
A demonstração do resultado do exercício (DRE) demonstra o resultado obtido da organização em um determinado período, confrontando receitas e despesas, sendo o principal objetivo mostrar o resultado do lucro ou prejuízo da organização (SILVA, 2012).

2.1 PENTAHO

A *Pentaho*, empresa pioneira da comunidade *Open Source*, proporciona ferramentas de *Business Intellingence (BI)*. A ferramenta que disponibiliza é considerada uma das mais utilizadas no mundo, o *Pentaho*. O *Pentaho* surgiu com uma nova forma de mudança de BI, oferecendo produtos e serviços com um custo mais acessível. A ferramenta é considerada um grande *workflow*, tratando tudo como processos e serviços de integração (OLIVEIRA, [200-]).

O *Pentaho Data Integration (PDI)*, também conhecida como *Kettle*, provê recursos de extração, transformação e carregamento (ETL) e processo de interação de dados. Os processos ETL são assim descritos: Extração: processo de extração dos dados de um ou mais sistemas, para torná-los disponíveis. Transformação: consiste em ajustar os





dados na estrutura desejada, ou seja, é a limpeza, a padronização do formato desejado. Carregamento: processo requerido para carregar os dados no sistema alvo ou no *Data Warehouse* (BOUMAN; VAN DONGEN, 2010).

Para Júnior (2004), os processos ETL consomem mais de 70% do tempo do desenvolvimento de um projeto de *Data Warehouse* sendo responsáveis pela extração, integração e limpeza, para posterior carga dos dados. A integração consiste na consolidação de diversos tipos de dados, o que envolve diferentes codificações. Os dados devem estar perfeitamente íntegros e armazenados, sem registros com chaves repetidas ou registros com erros.

Para Sezões, Oliveira e Baptista (2006), ETL é um conjunto de processos que permite às organizações extrair dados de fontes de informação diversas, reformulando e carregando para uma nova aplicação, geralmente um *Data Warehouse*. É importante relatar que a maior parte do tempo de desenvolvimento do processo de ETL é gasto na transformação dos dados. Após o desenvolvimento de ETL, deverão ser feitos testes extensivos, de modo a verificar se todos os dados foram carregados corretamente e integrados no *Data Warehouse*. Esses testes são, muitas vezes, esquecidos, o que torna a correção posterior muito mais morosa e dispendiosa.

Para Saldanha (2018), a plataforma do *Pentaho*, é composta por algumas ferramentas *Open Sources* para desenvolvimento de soluções de *Business Intelligence*. Entre eles se destacam:

- a) *BI Server*: possui serviços conhecidos como *Pentaho User Console* (PUC) e *Pentaho Administration User* (PAC), permitindo o desenvolvimento de relatórios, e o *On Line Analytical Processing* (OLAP), que permite navegação por meio de





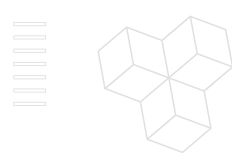
níveis, e através dele os relatórios são publicados pelo *Report Designer*.

- b) *Report Designer*: ferramenta utilizada para desenvolvimento de relatórios de nível baixo até níveis complexos.
- c) *Design Studio*: ferramenta muito parecida com o *Framework Eclipse*. Possui um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por aplicativos (softwares), utilizando apenas seus serviços, Interface de Programação de Aplicações (API), para desenvolvimento para aplicações de BI.
- d) *Metadata Editor*: ferramenta para mapeamento de banco de dados, permitindo uma adição de camada de metadados a fonte de dados já existente, facilitando o desenvolvimento e análises de relatórios.
- e) *Pentaho Data Integration*: ferramenta ETL que permite o acesso e a preparação dos dados para mineração e posterior desenvolvimento de relatórios.
- f) *Pentaho Schema Workbench*: ferramenta gráfica utilizada para a criação de esquemas capazes de acrescentar ao dados em uma base de dados, gerando as queries (consultas) necessárias no momento em que o utilizador as solicita para análise (ROLAP). Esse é um passo necessário para preparar os cubos para OLAP.

2.2 BI e DRE

BI é o termo utilizado que descreve um conjunto coeso e integrado de várias ferramentas e processos, utilizados para coletar, integrar e armazenar dados para geração de análise e apresentação de informações para tomada de decisões. Baseia-se na criação de inteligência do negócio, modelo este que permite transformar dados





em informações, informações em conhecimento e conhecimento em sabedoria. Sabedoria sobre o negócio, mostrando aos usuários da organização. Essa sabedoria possibilita a tomada de decisão (ROB; CORONEL, 2011). Para Sezões, Oliveira e Baptista (2006), BI são aplicações que apoiam a tomada de importantes decisões, possibilitando um rápido acesso, compartilhando as informações, bem como sua análise e manipulações. Por meio dessas ferramentas, pode-se descobrir relações e tendências para transformar grandes quantidades de dados em conhecimento útil.

Para Gomes (2010), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma ferramenta importante para o confronto das receitas e despesas pertencentes a um determinado período. Pode-se dizer que a DRE é uma ferramenta para medir o desempenho da organização; dessa forma, os gestores utilizam para avaliar os resultados da organização, operacional e estratégico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de crédito, no departamento de gestão e riscos da organização. Esse departamento é responsável pela análise de resultados e viabilidade dos postos de atendimento da cooperativa. Para a resolução do problema encontrado, primeiramente foi abordado o atual cenário e proposto o desenvolvimento de um DRE por meio de alguns indicadores contábeis que compõem os resultados de receitas e despesas, tendo opção, ainda, de análise por associado.

Dessa maneira a natureza desta pesquisa caracteriza-se como sendo aplicada, pois visa à construção do DRE proposto. A pesquisa de natureza aplicada se caracteriza no levantamento de conhecimento para que seja utilizada em situações de um problema





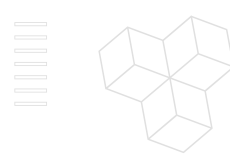
real, ficando claro o que realmente a organização necessita e onde deve direcionar os esforços. O conhecimento e a experiência profissional possibilitam um olhar geral do processo, podendo obter hipóteses mais consistentes para o problema. Exigindo desse profissional habilidades de fazer a conexão entre sua experiência e os conhecimentos científicos (PARANHOS; RODOLPHO, 2014).

Com relação à forma de abordagem dos dados, a pesquisa se classifica como quantitativa, traduzindo mediante números os resultados obtidos. Segundo Paranhos e Rodolpho (2014), na abordagem tecnológica a principal abordagem é a pesquisa quantitativa, porém isso não impede a utilização de recursos da pesquisa qualitativa, quando realizamos a análise de um processo, envolvendo e compreendendo as pessoas e os contextos envolvidos no processo. Ambas as pesquisas apresentam uma abordagem técnica utilizada para coleta e análise dos dados.

Para atingir o objetivo, classifica-se esta pesquisa como exploratória. A metodologia utilizada consistiu em coletar e analisar as informações da organização, por meio dos procedimentos técnicos de levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e estudo de caso. É estudo de caso, pois o DRE desenvolvido foi para uma cooperativa de crédito com integração solidária, específica e não genericamente. O levantamento de dados foi por meio de entrevistas realizadas com o departamento de gestão e risco, sendo repassados os cálculos para chegar ao resultado dos indicadores mediante uma planilha eletrônica.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida e constituída por intermédio de livros e artigos científicos. Em quase todos os estudos é exigido um trabalho dessa natureza, sendo pesquisas desenvolvidas a partir de fontes bibliográficas. O método estudo de caso caracteriza-se por ser intensivo, levando-se em





consideração a compreensão de um todo do assunto investigado. Para melhor entendimento, a literatura metodológica diz que, para um ou mais casos investigados, cada situação é denominada método do caso (FACHIN, 2005).

4 SOLUÇÃO PROPOSTA E ANÁLISE DOS DADOS

Por meio da ferramenta *Pentaho PDI* foi criado o padrão de carregamento dos dados para o *Data Warehouse*.³ Foram criadas transformações para estratificar o nível de cada indicador. As transformações são tarefas lógicas denominadas etapas, organizando o fluxo dos dados, filtrando-os e classificando para o carregamento e transformando os dados em informações. Nessa etapa a carga dos dados foi realizada em nível de associado para possível análise individual do indicador, ou seja, podendo filtrar o indicador e realizar análise de cada associado. Dessa forma, pode-se chegar aos associados que estão baixando o indicador.

A Figura 1 apresenta a elaboração das nove transformações criadas. A função dessas transformações é a extração dos dados do sistema as quais são essenciais para o fluxo de dados. São denominadas etapas lógicas, conforme as regras do negócio da instituição, dando a carga das informações e/ou dados no *Data Warehouse*. Cada uma das transformações é realizada para cada nível de indicador, conforme descrito: Nível 1, indicador disponibilidade; Nível 2, indicador permanente; Nível 3, indicador controle da carteira; Nível 4, indicador depósitos; Nível 6, indicador patrimônio; Nível 7, indicador receitas; Nível 8, indicador despesas.

³ Auxilia em atividades de análise de negócios em tomadas de decisão (BALTZAN, 2016).

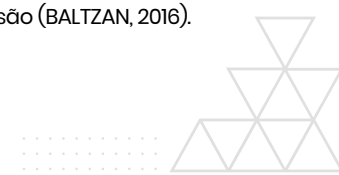
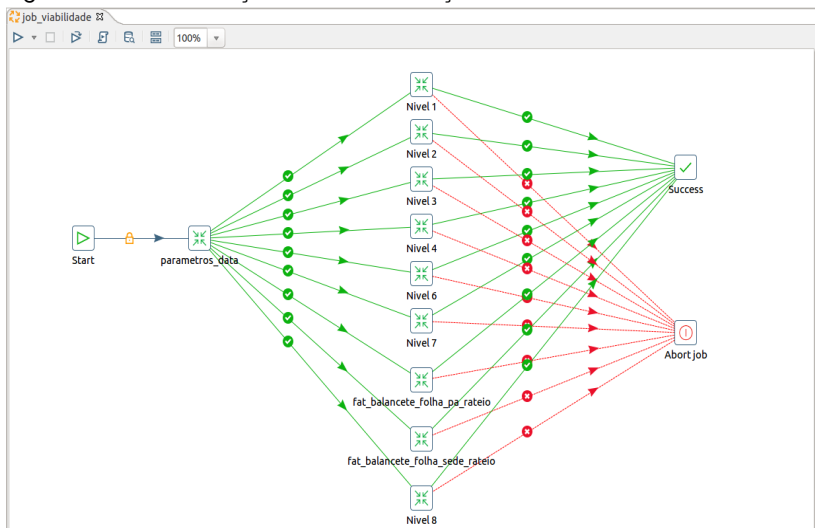


Figura 1 – Job de execução das transformações



Fonte: os autores.

Foi realizada a criação de uma estrutura de dados por intermédio do Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) relacional PostgreSQL. Nele foram armazenadas as informações em nível de associados e de indicadores contábeis. Por meio do PostgreSQL há a possibilidade de se visualizar os dados com mais detalhes, agrupando-os por cooperativa, estratificando por posto de atendimento e em nível de associado.

Figura 2 – Estrutura base de dado após processo Figura 1

	id_cooperativa integer	id_indicador integer	nro_conta integer	conta_contabil character varying	nivel integer	compos_balancete character varying	mes integer	ano integer	id_data_atualizacao integer	valor numeric
100	48	4	113808	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	119.46
101	109	4	118052	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	12.21
102	109	4	119618	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	30.69
103	109	4	120955	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	7.37
104	108	4	123781	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	63.92
105	108	4	124206	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	25.16
106	108	4	126861	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	24.26
107	108	4	127949	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	10.51
108	108	4	128376	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	19.59
109	108	4	128481	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	140.60
110	108	4	130486	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	26.08
111	108	4	130850	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	2.40
112	108	4	132195	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	21.34
113	108	4	132888	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	0.04
114	108	4	133892	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	100.28
115	108	4	134848	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	5.84
116	108	4	135275	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	2.85
117	108	4	137561	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	23.60
118	108	4	137898	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	1.57
119	109	4	138177	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	62.90
120	108	4	138428	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	3.19
121	85	4	143715	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	107.13
122	85	4	145408	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	197.72
123	48	4	145572	1.6.1	3	5im	3	2019	7451	2.85

Fonte: os autores.

A Figura 2 apresenta os dados gerados e armazenados que serão utilizados após a execução e o término das transformações mencionadas na Figura 1. Já na Figura 3, é ilustrado o principal objetivo da pesquisa, o relatório demonstrativo de resultados do exercício (DRE). Neste DRE constam os dados dos indicadores agrupados por nível de conta contábil, relativo à estrutura criada, conforme ilustrado na Figura 2. De forma sintética, são apresentados os dados referentes ao projeto proposto e desenvolvido. A estrutura criada para apresentação das informações foi: 1 - Disponibilidades; 2 - Permanente; 3 - Controle da carteira; 4 - Depósitos; 6 - Patrimônio; 7 - Receitas; 8 - Despesas; 9 - Resultado;

Figura 3 – DRE elaborado

Data Base: 2019 2		Demonstrativo Resultado Agência	
xxxx x	xxxxxx xxxxxxxx: xxxxxx xx xxxxxxxx xxx xxxxx	Nível	Valor
Ativo		0	32.796.536,10
1 Disponibilidades		1	1.354.968,18
1.1 Disponibilidades		2	1.354.968,18
1.6 Carteira de Crédito		2	28.823.098,50
1.6.1 Uso de Adiantamento a Depositantes		3	14.781,94
1.6.2 Carteira de Crédito Comercial		3	29.278.620,99
1.6.2.1 Crédito Comercial		4	28.985.839,16
1.6.2.2 Limite de Cheque Especial		4	292.781,83
1.6.2.3 Crédito Rural Recursos Próprios		4	,00
1.6.3 Carteira de Crédito Repasse		3	471.514,44
1.6.3.1 Crédito Repasse - Custeio		4	56.635,79
1.6.3.2 Crédito Repasse - Investimento		4	355.680,11
1.6.3.3 Procapred		4	59.198,54
1.6.9 Provisão da Carteira Total		3	(941.818,87)
2 Permanente		1	1.676.650,55
2.1 Investimento Permanente		2	873.839,21
2.2 Imobilizado		2	802.811,34
3 Controle		1	706.056,56
3.1 Carteira de Coobriqação - Custeio		2	,00
3.2 Carteira de Coobriqação - Investimento		2	228.079,01
3.3 Controle		2	477.977,55
3.3.2 Prejuizo Anterior		3	477.977,55
Passivo		0	32.787.752,62
4 Depósitos		1	24.898.701,14
4.1 Depósitos à Vista		2	3.073.188,33
4.2 Depósitos à Prazo		2	21.825.512,81
4.3 Repasses Interfinanceiros		2	462.730,96
4.3.1 Repasses Interfinanceiros		3	462.730,96
6 Patrimônio		1	7.426.320,52
6.1 Capital Social		2	4.072.091,00
6.2 Reservas		2	3.354.229,52
6.3 Sobras ou Perdas Acumuladas		2	,00
7 Receitas		1	567.719,31
7.01 Receita de Uso de Adiantamento		2	4.671,57
7.02 Receita Limite de Cheque Especial		2	21.206,15
7.03 Receita Crédito Comercial		2	455.211,15
7.04 Receita Crédito Rural - Recursos Próprios		2	,00
7.05 Receita Crédito Rural - Custeio		2	189,68
7.06 Receita Crédito Rural - Investimento		2	930,53
7.07 Receita Procapred		2	578,94
7.08 Receita de Serviços		2	32.650,79
7.09 Receita Dep. Intercoperativos		2	13.955,95
7.10 Recuperação de Prejuízos		2	(5.571,32)
7.11 Outras Rendas		2	13.359,98
7.12 Rendas Não Operacionais		2	30,82
7.13 Rendas Spread Repasse		2	395,57
7.14 Demais Receitas		2	29.832,50
8 Despesas		1	313.411,64
8.1 Despesas com Captações		2	111.474,56
8.2 Despesas com Depreciação		2	3.480,95
8.3 Despesas Administrativas		2	28.253,45
8.3.1 Despesas Contas a Paqar		3	17.033,99
8.3.3 Despesas Rateio Folha Sede		3	11.219,46
8.4 Despesas com Provisão		2	36.197,50
8.5 Despesas Repasses		2	926,31
8.6 Despesas Serviços Sistema Financeiro		2	7.673,08
8.7 Demais Despesas		2	125.405,79
9 Resultado		1	254.307,67
9.1 Receitas		2	567.719,31
9.2 Despesas		2	313.411,64

Fonte: os autores.



A proposta foi apresentar as informações de forma organizada para os gestores em qualquer nível da organização, permitindo análises comparativas que facilitem as suas tomadas de decisões.

5 CONCLUSÃO

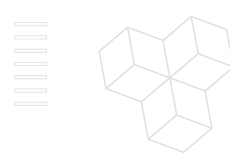
Conclui-se que o objetivo da pesquisa foi atingido, ou seja, construir um DRE por meio de mineração de dados para obter o controle de gestão e governabilidade da organização, consolidando, dessa forma, os dados por postos de atendimento e obtendo o resultado operacional e a rentabilidade dessas unidades de atendimento.

Nesse contexto, durante o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas as ferramentas ETL do *Pentaho Data Integration* e *Pentaho Report Designer*. Ambas as ferramentas se mostraram eficientes, de boa usabilidade e fácil integração entre as fontes de dados origem e destino. A utilização dos recursos de ETL permitiu que o processamento e a limpeza dos dados fossem realizados de forma eficiente e eficaz, automatizando a geração dos dados para o *Data Warehouse*.

O DRE obtido permitiu que os diretores pudessem gerir os resultados, atendendo ao objetivo proposto pela organização. Dessa maneira, com essa análise de rentabilidade e lucratividade do empreendimento, a gestão do negócio tornou-se inteligente, oferecendo suporte e segurança nas tomadas de decisões dos gestores.

Esses resultados só corroboram o que outras pesquisas demonstram sobre a importância de ferramenta de BI para a gestão e a tomada de decisão de uma organização, pois ela se torna um diferencial na competitividade no atual cenário do mundo





cooperativo de crédito rural, transformando dados em informações precisas.

REFERÊNCIAS

BALTZAN, Paige. **Tecnologia Orientada para Gestão**. 6. ed. Porto Alegre: Amgh, 2016.

BOUMAN, Roland; VAN DONGEN, Jos. **Pentaho Solutions: Business Intelligence and Data Warehousing with Pentaho and MySQL**. Indianapolis: Wiley Publishing, Inc., 2010.

CASTERS, Matt; BOUMAN, Roland; VAN DONGEN, Jos. **Building Open Source ETL Solutions with Pentaho Data Integration**. Indianapolis: Wiley, 2010.

ESPÍNOLA, Harold. **O cooperativismo de crédito pode evoluir muito mais – Harold Espínola**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/12/o-cooperativismo-de-credito-pode-evoluir-muito-mais-harold-espínola/>. Acesso em: 30 maio 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Adriano. **Contabilidade Intermediária**. Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2010.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de Banco de Dados**. 4. ed. Porto Alegre: Digital Source, 1998.

MEINEN, Ênio. **Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília, DF: Confebras, 2014.





MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de; SOARES, Mardem Marques. **Rumos do Cooperativismo Financeiro no Brasil**. Brasília, DF: Cegraf – Ifg, 2015.

OLIVEIRA, Vinícius. **Pentaho – Visão Geral**. [200-]. Disponível em: <https://www.binapratca.com.br/visao-pentaho>. Acesso em: 5 jun. 2019.

PARANHOS, Lidia Raquel Louback; RODOLPHO, Paulo José. **Metodologia da pesquisa aplicada à tecnologia**. São Paulo: Sencai-sp, 2014.

PINHO, Diva Benevides. **Crédito Cooperativo e Sistema Financeiro**. São Paulo: Esetec, 2006.

ROB, Peter; CORONEL, Carlos. **Sistema de Banco de Dados: Projeto, Implementação e Administração**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SALDANHA, Rodolfo Luis dos Santos. **Business intelligence: análise sobre as soluções de BI e estudo de caso usando Pentaho**. 2018. 45 f. TCC (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SEZÕES, Carlos; OLIVEIRA, José; BAPTISTA, Miguel. **Business Intelligence**. Porto: Spi – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2006.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. Brasília, DF: Editora Confebras, 2007.





GAMIFICAÇÃO NA APRENDIZAGEM

ESTUDO DE CASO COM A PLATAFORMA CLASSCRAFT

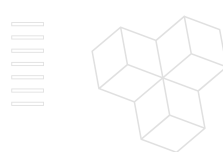
Deiziane Camargo Meneghini¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

A gamificação vem como uma oportunidade, uma proposta com abordagem menos tediosa ou cansativa, através de jogos e ambientes que possibilitem usar a competitividade para obter conhecimento. Diante deste avanço da tecnologia e a necessidade de despertar o engajamento, a motivação nos adolescentes, a busca por instigar a curiosidade, a capacidade de fazer escolhas, tomar decisões, vencer desafios e lidar com seus fracassos e consequências, é que esse trabalho se desenvolveu, ou seja, realizar um estudo de caso da aplicação da plataforma Classcraft, em um ambiente de aprendizagem. O objetivo central foi avaliar a eficácia do uso da plataforma Classcraft dentro do contexto de gamificação no processo de aprendizagem de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Considerou-se nesta eficácia como a capacidade da plataforma ser intuitiva, incentivadora e divertida. A caracterização deste trabalho é uma pesquisa de natureza aplicada, pois é uma pesquisa que será aplicada em uma sala de aula para assim obter resultados, a forma de abordagem desta pesquisa foi qualitativa e a maneira para atingir os objetivos foi na forma de pesquisa exploratória. Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa-ação e estudo de caso. O resultado desta pesquisa junto aos voluntários, em relação à qual seria a eficácia da utilização da plataforma Classcraft como ferramenta de apoio a aprendizagem deu-se de forma positiva, demonstrando

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Chapecó; camargodeizi@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



que a plataforma Classcraft é eficaz como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem de Matemática.

Palavras-chave: Gamificação. Processo de ensino. Gamificação em sala de aula.

1 INTRODUÇÃO

A gamificação vem como uma oportunidade, uma proposta com abordagem menos tediosa ou cansativa, através de jogos e ambientes que possibilitem usar a competitividade para obter conhecimento.

O meio, as ferramentas ou abordagens, hoje, para aprender, ainda são na sua maioria antigas, pouco incentivam o estudante a querer conhecer mais sobre o assunto que é repassado em sala de aula, ou despertar o interesse por querer realmente saber por que de suas dúvidas. A gamificação descrita neste trabalho vem propor um ambiente para o crescimento acadêmico. Para oferecer ao acadêmico a capacidade de lidar com suas próprias decisões e consequências, e que como num jogo, instigar a competitividade. Motivar o indivíduo sempre vai levar a bons resultados tanto pessoais quanto profissionais. Aulas cansativas, monótonas, resistência para aprender, não uso da tecnologia como apoio a aprendizagem, sempre a mesma metodologia de ensino, são alguns dos problemas percebidos na forma de ensinar os alunos.

Contudo tais problemas não são méritos de apenas uma das fases educacionais. O objetivo central é avaliar a eficácia do uso da plataforma Classcraft dentro do contexto de gamificação no processo de aprendizagem de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Considera-se aqui eficácia como intuitiva, incentivadora e divertida.





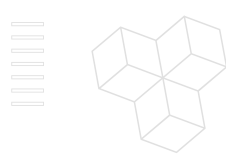
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Entre as discussões de professores os princípios básicos retratam se ao ensinar e aprender. Entendidas e demonstradas como ações separadas, dando a ideia de que ensinar é como explicar o conteúdo de modo exposição, correndo o risco de perder-se o foco com o que é essencial para a competência do professor. O modelo mais presente em sala de aula seria o modelo jesuítico, onde o professor explica o conteúdo e aos alunos cabe a parte de tirar dúvidas e memorizar todo o conteúdo para a prova.

No processo de aprendizagem o conhecimento é como reconstrução, considerando limites e possibilidades dos alunos, construindo assim a realidade com as opções que se tem. O processo de ensino-aprendizagem deve ter como base o pensamento reflexivo, envolvendo os conhecimentos prévios, as experiências adquiridas ao longo da vida e a busca de informação, além da integração com as questões sociais e o perfil de cada indivíduo. Vem crescendo o número de universidades que incluem ambientes virtuais nos mais diversos cursos, sendo cada vez maior o uso de ferramentas como fóruns de discussão, vídeos e avaliações digitais, até mesmo em cursos mais tradicionais. Práticas compreendendo conteúdo mais dinâmico, flexível e acessível, podem abranger um maior número de estudantes, além do incentivo à criatividade, a comunicação e a interação no processo de aprendizagem. (ALMEIDA, 2014; SALES, 2008).

Para Fernandes e Ribeiro (2018), a aprendizagem é a razão pela qual os jogos proporcionam prazer, ou seja, o cérebro humano ao conseguir assimilar uma nova competência possibilita a libertação de uma endorfina que proporciona uma sensação de bem-estar, por esse motivo alega que “com jogos, aprender é a droga” (tradução





nossa). O autor afirma que é instinto de sobrevivência o ser humano querer de aprender, em termos biológicos esta aprendizagem é reforçada pelo prazer das endorfinas libertadas quando tens uma nova conquista criando a sensação de euforia que lhe é tão característica.

Uma nova aprendizagem requer novas estruturas educacionais não significa que deva ser eliminada a atividade do ensino, e sim ter abertura com a proposta de dar ênfase no trabalho pedagógico, nas relações e nas experiências do grupo. O processo de ensino-ensinagem é a análise, conduzida pelo professor, mas que o aluno percorre com a atividade do seu pensamento. Sendo assim temos a atividade reflexiva dos alunos guiada pelo professor concretizando o pensamento, expressão individual e em grupo (WACHOWICZ, 1989).

Há várias metodologias adotadas pelas escolas. As mais conhecidas são a Tradicional, onde se acredita que o professor é o centro do processo educativo, os alunos têm metas a realizar através de tarefas diárias com prazos determinados, resultando na aprovação ou não do aluno e a Construtivismo que acredita na construção de conhecimento pelo próprio aluno, fruto da interação com o ambiente, mas considera o professor um importante mediador nesse processo. Além das metodologias citadas, existem diversas metodologias disponíveis para serem utilizadas, como jogos educacionais, simulação, problematização, aprendizagem baseada em problemas, entre outras (KRÜGER; ENSSLIN, 2013).

Gamificação como originário do inglês *Gamification*, ou seja, a prática de aplicar mecânicas de jogos nas mais variadas áreas, como educação, negócios, saúde entre outras. O objetivo principal da gamificação é o engajamento e o despertar da curiosidade dos usuários. Nela encontra-se desafios e recompensas sendo aplicadas



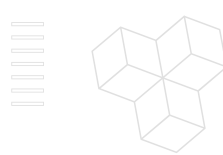


por cada atitude tomada no jogo. Identifica gamificação como uma ou conjunto de estratégias pensadas para aliciar, incentivar e melhorar o envolvimento dos utilizadores, com o intuito de solucionar problemas, tais como a adesão e motivação do jogador, retorno sobre o investimento, ramificação para outros mercados, abertura a novas oportunidades. É um meio, e não um fim, que, não resolvendo um problema na totalidade, auxilia progresso (FADEL et al., 2014).

Pode-se por meio dela criar desafios, estimulando os alunos à competitividade, com recompensas os acertos, e penalizações com os erros de cada etapa. Dessa maneira os alunos serão capazes de aprender em um ambiente mais divertido, estimulando mais interesse pelas matérias, superando seus próprios limites e avançando de nível depois de superá-los dentro do contexto exposto. É uma estratégia de interação entre pessoas com base no oferecimento de incentivos que estimulem o engajamento do público com uma questão principal, de maneira lúdica. Um exemplo interessante é a plataforma Classcraft, a qual faz uso de RPG (sigla em inglês para *role-playing game*, um gênero de jogo no qual os jogadores assumem o papel de personagens imaginários, em um mundo fictício) para auxiliar professores a administrar, motivar e engajar seus estudantes (DUBIELA; BATTAIOLA, 2013).

Alguns conceitos de design de games ao serem utilizados em ambientes de aprendizagem, podem proporcionar sucesso e promover engajamento dos alunos. A liberdade para falhar, não é permitir que o estudante tenha o número de chances igual ao número de alternativas, e sim os engajar na exploração do assunto, tomar decisões. O Feedback rápido é um item crítico no processo de aprendizagem e é considerado um elemento chave na educação mesmo sem estar relacionado com design de jogos. Contudo Kapp (2012) e Silva (2016) afirmam que os docentes podem tornar





o Feedback rápido e contínuo para os estudantes. E o uso dessa tática permite ao discente criar um esquema mental e descobrir como está o seu desempenho no decorrer da atividade. Outra forma de feedback é a evolução do perfil do jogador através de um personagem, após o cumprimento de alguma atividade, dicas visuais, usar quiz nas atividades de perguntas e respostas e barra de progresso.

Jogos que podem influenciar positivamente na aprendizagem são aqueles com utilização de histórias e narrativa onde os indivíduos aprendem melhor com acontecimentos inseridos em uma história. Existem ferramentas disponíveis para serem usadas em sala de aula, um exemplo é o UBA. O jogo incentiva a escolha por alimentos saudáveis que caem do céu. É um game que pode ser utilizado no ensino fundamental, quando o professor está abordando temas referentes à alimentação saudável. Disponível na Google Play Store, de forma gratuita. O Duolingo é outro game, esse para aprendizado de idiomas, divertido e viciante, o jogador ganha pontos ao acertar as questões, ao vencer uma aposta de corrida contra o relógio, entre outros. Com uma biblioteca digital com cerca de 400 livros animados e atividades pedagógicas para crianças até o quinto ano do Ensino Fundamental, o Elefante Letrado propõe questões após a leitura, e apresenta um relatório para acompanhar o desenvolvimento do aluno.

Classcraft foi criado por Shawn Young, professor de física da Le Salésien High School em Sherbrooke na província de Quebec no Canadá. A pesquisa feita por Young descobriu que seus alunos tinham uma experiência com jogos e era visível seu grande interesse pelo tempo dedicado aos jogos, principalmente em ambientes semelhantes a aventuras medievais. Verificou-se a oportunidade de abordar o método proposto de ensino através





de uma aplicação semelhante a um jogo de RPG. A plataforma, atualmente contém atributos como avatar, classes, habilidades, pontos de vida, magia, experiência e poder assim como o ouro, moeda adotada no sistema. Ao criar uma conta os alunos escolhem avatares de acordo com a classe escolhida, e as habilidades adquiridas com a evolução do avatar. O aluno com comportamento inadequado, ou com baixo rendimento nas atividades perde pontos de vida e estes pontos de vida só podem ser restaurados através de poderes de cura (TURK, 2018).

Um dos pontos interessantes na plataforma Classcraft é que os poderes consomem pontos de magia para serem usados e, conseqüentemente, caso os pontos de magia restantes não sejam suficientes para a execução da magia, a mesma não será utilizada. Diferentemente dos pontos de vida, os pontos de magia são recuperados de 4 em 4 pontos à meia noite. Por ser um contexto diferente do gerenciamento de tarefas, as habilidades têm um papel diferente em Classcraft, elas são adquiridas através de pontos e são utilizadas para finalidades como recuperar pontos de vida de um outro personagem. O ouro obtido em Classcraft é usado restritivamente para usar com vestimentas e acessórios para o personagem, tornando-se a conquista do estudante visível para todos. O professor tem acesso a todos os dados, e tem como responsabilidade manter os alunos focados no objetivo que é o aprendizado e as tarefas destinadas a matéria, além transmitir conhecimento aos alunos.

Na plataforma Classcraft ao demonstrar um comportamento positivo na aula, o aluno ganhará Pontos de Experiência (XP), que lhe permitirá subir de nível e aprender novos poderes (ver Ilustração 1). Com esses poderes ganhos o aluno tem benefícios reais bem como para a sua equipe. Caso o aluno não venha a cumprir as



regras da aula, perderá Pontos de Saúde (HP), e sua energia vital no jogo, eventualmente cairá em batalha. Quando isso acontecer, o resto da sua equipe também sofrerá danos. Existem também os Pontos de ação (AP), que define o que é necessário para usar seus poderes. Os Feiticeiros também podem usar poderes para reabastecer rapidamente. Tal habilidade se esgota rápido, por isso, deve ser usada com sabedoria. As Peças de Ouro (GP), os alunos podem gastar da aquisição de novas roupas para seus personagens, a fim de modificar a sua aparência pessoal. Pontos de GP são ganhos quando sobem de nível. Por último, os Pontos de Energia (PP), podem ser utilizados pelos alunos para aprender novos poderes.

Para o professor, a plataforma Classcraft integra-se perfeitamente no diagrama de trabalho de sala de aula. Dispõem de fóruns interativos onde o professor disponibiliza tarefas e recursos, atribui pontos à alunos diretamente nos fóruns ao responderem perguntas corretamente e se ajudam mutuamente. A plataforma ainda oferece recurso para que os pais possam visualizar a integração do seu filho em sala de aula (TURK, 2018).

Ilustração 1– Equipes e seus níveis

The screenshot shows the Classcraft interface for a mathematics class. It displays two teams, Equipe 1 and Equipe 2, with their members and various stats. The interface includes a navigation bar with 'JOGADORES', 'EQUIPAS', and 'TURMA'. Below the team names, there are icons for adding (+), GP (Gold Pieces), removing (-), and a percentage icon (%).

NOME	APLICAR A	AUSENTE	CLASSE	NÍVEL	HP	AP	XP	GP			
Equipa 1											
Fabricao Fabricio	+	GP	-	%	Guerreiro	1	80	30	104	520	50
Karine Karine	+	GP	-	%	Sacerdote	1	50	35	104	520	50
Equipa 2											
Joao Joao	+	GP	-	%	Mago	1	20	50	104	520	50
Maria Maria	+	GP	-	%	Mago	1	15	50	104	520	50

Fonte: os autores.



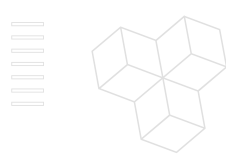
Alguns professores testemunham na plataforma sua experiência positiva com o uso e como mudou a visão deles e dos alunos em relação a escola e tecnologia. O professor Darren McQuaid, que administra as disciplinas de Saúde no 6º ano, Geografia no 7º ano, e História do Mundo Moderno no 8º ano, na escola Coreia Kent Foreign School, no país da Coréia do Sul, pensavam que a tecnologia na sala de aula seria desnecessária, porém percebe que a gamificação sempre esteve presente nas salas de aula de alguma forma desde a infância, e a Classcraft leva a um novo nível. A participação disparou com crianças mais silenciosas a correrem para responder a perguntas ou saltar para proteger seus companheiros de equipe no caso de alguém perder a HP. Pequenos problemas de comportamento desapareceram lentamente. Permite que as crianças trabalhem juntas e ajude a tomar decisões que possam beneficiar a equipe como um todo e não o indivíduo (TURK, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

A área de estudo deste trabalho de Santa Catarina, bem como uma turma de estudantes desta escola com idade entre 14 a 15 anos, com nível de compressão básico dos idiomas Inglês e/ou Espanhol. Tal necessidade de conhecimento básico nesses idiomas, faz-se necessário para poder utilizar a plataforma Classcraft, pois parte da mesma está disponível nesses dois idiomas, e com algumas atualizações no idioma português. Uma oportunidade para esses alunos aprenderem outros idiomas.

Essa escola atua com crianças e adolescente que abrange o ensino fundamental (5º ao 9º ano), nos turnos matutino e vespertino. Atualmente com estrutura de dois pavimentos, atende





aproximadamente 300 alunos, possui 15 professores e tem um laboratório de informática com capacidade para 25 alunos.

3.1 Caracterização da metodologia de pesquisa

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, pois é uma pesquisa que será aplicada em uma sala de aula para assim obter resultados. A pesquisa aplicada tem característica fundamental o interesse na aplicação a utilização e seus efeitos na prática do conhecimento (GIL, 2008).

A forma de abordagem dessa pesquisa foi qualitativa. Para Augusto et al. (2013), a pesquisa qualitativa permite analisar aspectos subjetivos, como percepções, compreensão do ambiente organizacional e dinâmica das interações grupais por meio de suas interpretações para cada pessoa. A pesquisa exploratória foi a forma escolhida para atingir os objetivos. As pesquisas exploratórias, geralmente, são pouco conhecidas e, por isto, é uma pesquisa que tende a envolver grandes levantamentos bibliográficos, citações e exemplos que facilitem o entendimento do assunto (AUGUSTO et al., 2013).

Os procedimentos técnicos adotados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa-ação e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir de material já publicado, por exemplo, livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet, websites oficiais. A pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que propõe a ação na realidade social (AUGUSTO et al., 2013). Estudo de caso, pois foi estudo a plataforma Classcraft e foi aplicado em uma turma de alunos entre 14 e 15 anos de uma escola pública.





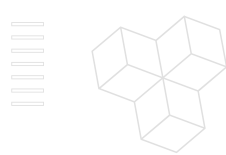
3.2 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Na construção do referencial teórico foram pesquisadas as seguintes bases, SCIELO, SPELL, SCIENDO, SEER, Periódicos, Livros e Repositório de Universidades. O Repositório de universidades foi construído por artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso das seguintes universidades, IFF (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense), FEUP (Faculdade de engenharia da universidade do porto-Portugal), CINTED-UFRGS (Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul), SBC (Sociedade Brasileira de Computação), NCE-UFRJ (Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais – Universidade Federal do Rio de Janeiro), REDALYC (Base de dados bibliográfica e de uma biblioteca digital de revistas de Acesso Aberto, suportado pela Universidade Autônoma do Estado do México).

Os critérios para pesquisa e seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; a busca foi em artigos que foram publicados em bancos de dados nos últimos quatorze anos, exceto os livros que foram em 2 anos específicos (1989 e 1998), porque abordavam as diretrizes de ensino do estado de Santa Catarina.

O desenvolvimento da pesquisa prática ocorreu a partir da determinação dos requisitos funcionais e não funcionais da ferramenta Classcraft e elaborar os diagramas das atividades a serem desenvolvidas. Requisitos são objetivos ou restrições estabelecidas por clientes e usuários do sistema que definem as diversas propriedades do sistema. Sommerville (2012) classifica os requisitos de sistema de software como funcionais, não funcionais e como requisitos de domínio. Os requisitos funcionais definem as funcionalidades do sistema, como deve reagir em condições





específicas e como se comportar em determinadas situações. Já os requisitos não funcionais são restrições sobre serviços ou funções oferecidas pelo sistema. A prática se desenvolveu no período de uma semana, na segunda quinzena do mês de abril de 2019, com uma turma de alunos entre 14 e 15 anos de uma escola estadual pública, foco desta pesquisa.

Essa pesquisa foi de natureza qualitativa, sendo que permite analisar aspectos subjetivos, como percepções, compreensão do ambiente organizacional e dinâmica das interações grupais por meio de suas interpretações para cada pessoa (AUGUSTO et al., 2013). Com característica de um estudo de caso foi utilizado um questionário como instrumento de coleta de dados, analisando a experiência após o desafio matemático realizado na plataforma Classcraft. Sendo assim foi realizado atividades matemáticas desenvolvidas pela autora desta pesquisa juntamente com a professora da turma da disciplina de Matemática.

Nesta pesquisa o instrumento de coleta de dado, foi utilizado um questionário fechado. De acordo com Cervo e Bervian (2002), questionário é uma das formas mais usadas para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Um questionário se refere ao um meio de obter respostas com um conjunto de questões todas relacionadas ao problema central.

Com este instrumento de coleta de dados foi avaliado se há eficácia da utilização da plataforma Classcraft como ferramenta de apoio ao processo de ensino-ensinagem de Matemática para turmas do 9º ano do ensino fundamental. As respostas para cada pergunta deste questionário serão objetivas seguindo a escala de Likert. Segundo Dalmoro e Vieira (2013), Likert reduziu o número efetivo de pontos de escolha, preservando o sistema de medida contínuo. Na escala de Likert, pode-se escolher somente um dos pontos fixos estipulados





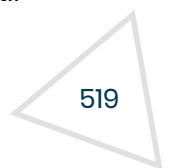
na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos), partindo de “aprovo fortemente” até “desaprovo fortemente”. A escala de Likert consiste em desenvolver uma série de questões afirmativas relacionadas ao assunto de interesse para que os participantes dessa pesquisa decidam um grau de concordância, onde nessa escala a questão é avaliada por cinco pontos, desde a discordância total até a concordância total (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014).

Cada questão do questionário elaborado, os participantes escolheram um número para descrever sua opinião com o uso da plataforma Classcraft. Para este estudo optou-se pelo valor de pontuação de -2 (Discordo Totalmente) até +2 (Concordo Fortemente).

Os exercícios matemáticos descritos como atividades, abordaram o conteúdo estudado no período que será realizado a prática da pesquisa no 9º ano, o público alvo. Esses exercícios foram avaliados quanto a quantidade de acertos com e sem a plataforma Classcraft, podendo assim analisar na prática se a plataforma contribuiu para o aprendizado ou não em sala de aula. O tempo estimado para cada aluno responder o questionário foi de 15 minutos, variando este tempo para mais ou para menos, dependendo do grau de interpretação de cada pergunta por parte do aluno. Com os questionários todos preenchidos, foi realizada a tabulação dos dados para posteriormente seguir para a análise dessa coleta que será realizada de forma qualitativa.

4 APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise da plataforma Classcraft elencaram-se os seguintes requisitos funcionais (RF): RF01 – Permitir criar login como professor, aluno e pais; RF02 – Disponibilizar um código para vínculo de professor com a disciplina e aluno (ver Ilustração 2); RF03 – Permitir





visualizar e escolher os poderes e quais sentenças estão designadas ao aluno; RF04 – Permitir visualizar e escolher equipamentos de acordo com as conquistas; RF05 – Permitir visualizar os poderes da turma na divisão das equipes; RF06 – O professor deve conseguir criar turmas por disciplinas; RF07 – O professor deve poder criar a missão e a disponibilizar para a disciplina; RF08 – O professor pode atribuir recompensa ou dano de acordo com o resultado em sala individualmente e em equipe; RF09 – O professor deve atribuir as sentenças a serem feitas individualmente e em equipe.

Ilustração 2 – Código para vínculo de professor com a disciplina e aluno

Karine Karine



Sacerdotee membro da Equipe 1



Fonte: os autores.

CÓDIGO DE ESTUDANTE :

jkt6qmer

Crie uma nova conta

1. * Vá para **game.classcraft.com / student. *****
2. * Quando solicitado, insira o código do estudante. *

CÓDIGO DA DISCIPLINA :

shdit3gp

Esta conta já existe

1. * Faça login e dirija-se a **game.classcraft.com/profile.***
2. *Na seção "Adicionar Turma", insira o código de aluno para arquivar o personagem antigo e criar um novo personagem. *

Os requisitos não funcionais (RFN), elencados da plataforma ClassCratf foram os seguintes: RNF01 – Ter acesso à internet para usar a ferramenta; RNF02 – Ter disponível equipamentos para utilizar a ferramenta; RNF03 – Que no equipamento esteja disponível um navegador web.



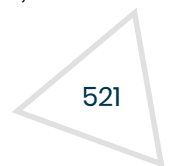


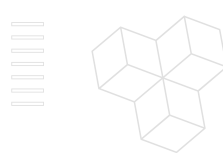
Após escolher o assunto da disciplina de Matemática, a professora desenvolveu as atividades que os alunos executaram em equipe antes, e depois do uso da plataforma Classcraft. Essas atividades serão 10 exercícios matemáticos de acordo com o assunto já definido previamente com a professora. Após as atividades se aplicou o questionário fechado para coletar os dados que serão posteriormente analisados.

A Classcraft criação da missão que o professor define os assuntos abordados pelas atividades, faz seu login, cria a turma para a disciplina e disponibiliza um código de acesso da turma para os alunos. O professor então criou as atividades junto ao Classcraft, define a missão e a disponibiliza para os alunos. A escolha do personagem pode se dar a partir de três atores disponíveis: o Curandeiro, o Mago ou o Guerreiro. Cada tipo de personagens tem propriedades e poderes únicos e são projetados para diferentes tipos de alunos. Estes são personalizáveis à medida que o jogo avança.

O estudo de caso com a plataforma Classcraft foi realizado no período vespertino em três aulas de Matemática em sequência. Foi feito junto a uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, composta por 22 alunos divididos em 5 equipes. O estudo foi realizado no laboratório de Informática da escola. O laboratório disponibilizou, no dia da atividade, 11 computadores como acesso à internet, entretanto a plataforma pode ser usada em apenas 5 computadores. As justificativas por esse problema foram a capacidade da internet do local e a ausência do navegador Chrome nos micros que continham o sistema operacional Linux Educacional instalado. Contudo nem todos possuíam ou permitiam a instalação, devido restrições de acesso, o que impediu o uso de mais equipamentos.

Iniciou-se a experiência com a apresentação da acadêmica, autora deste, do objetivo do trabalho, da plataforma Classcraft,





sobre quais conteúdos de Matemática seriam trabalhados. Previamente junto com a professora, foi criado na plataforma a missão e foi determinado os critérios de encorajamento e desencorajamento.

Os critérios de encorajamento são utilizados para estimular os alunos a fazer a missão. Pontos de experiência (XP), são somados para cada personagem ao realizarem a atividade seguindo os critérios estipulados. Por exemplo, o critério de participar ativamente no trabalho em grupo. Se o personagem seguir poderá conquistar 75XP, aumentando seus poderes e pontuação. Já o descumprimento de algum critério, vai resultar na perda de pontos de vida (HP), podendo colocar o personagem e a equipe em uma situação crítica no jogo, perdendo pontos e sucessivamente de nota.

Seguindo a prática de uso do Classcraft, criou-se os personagens de cada aluno. Para isso o professor, previamente, cadastrou cada aluno formando assim a turma dentro da plataforma. Cada aluno então recebeu o código da disciplina e da aula para prosseguir com a criação do seu personagem. Foi solicitado para que cada equipe se controle para que fossem criados personagens diversificados, não apresentando assim uma equipe com somente um tipo de ator. As equipes puderam então conhecer um pouco da plataforma, seus pontos iniciais, os poderes dos personagens e visualizar o personagem de cada um dos membros da equipe e como o progresso de evolução dos mesmos é apresentado na interface da plataforma.

Após o conhecimento da plataforma iniciou-se a apresentação da missão. Alguns alunos expressaram neste momento, que tinham o anseio de ver lutas, estilo alguns jogos on-line, porém compreenderam, após explicação, que a plataforma tem o objetivo educacional, e seus ganhos e perdas são relacionados a dedicação





individual e em equipe. Foi estipulado um período para realizar a missão na plataforma iniciando às 16h e finalizando até às 17h10.

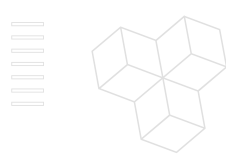
A missão escolhida e apresentada pela plataforma contou a história de um grande mago de nome Mathematicus, que estava misturando números em seu laboratório, quando descobriu que poderia fazer mais do que adicioná-los, ele poderia fazê-los crescer além da soma. A cauda de seu lêmure de estimação se arrepiou de surpresa, percebendo que os números estavam se multiplicando. A história segue dizendo que Mathematicus olhou para seu lêmure de estimação, Harry, e acariciou sua barba enquanto divagava. Poderei replicar os resultados criados? Poderei fazer essa experiência magnífica ocorrer novamente?

Após apresentação da missão seguiu-se para o primeiro desafio ofertado aos alunos. Nesse primeiro desafio a dica foi de que eles deveriam conhecer sua equipe e suas habilidades para resolver os desafios. Os desafios ofertados foram atividades sobre os assuntos da disciplina de Matemática como: volume, aresta, perímetro e raiz cúbica do qual eles haviam estudado em sala de aula. Os desafios seguiram-se por mais 10 níveis. Por fim a história do mago Mathematicus, termina com muitas horas de prática onde conseguiu seu experimento de maneira certa, memorizou a fórmula e aprendeu com a experiência.

Ao final do horário proposto para a realização da missão, apenas 2 das 5 equipes conseguiram finalizar toda a missão. Passou-se então para a avaliação da atividade desenvolvida. Cada equipe respondeu o questionário.

Observa-se que 81% Concordaram/Concordaram Fortemente com a prática apresentada. Contudo 2 equipes Discordaram Fortemente na questão 1 que tratava sobre a facilidade em estudar sem a necessidade da intervenção do professor, e na questão 13





que menciona sobre a facilidade de identificar e lembrar os pontos importantes, outras 2 equipes. Essas pontuações podem mostrar que as equipes sentem a necessidade de alguém guiando eles na sala de aula e nos estudos, ou seja, necessitam um professor que possa mostrar o caminho sentindo-se assim mais seguros e confiantes em suas decisões. Houve ainda a discordância de 3 equipes na questão 8, pois sentiram a dificuldade de perguntar ao professor quando surgiram as dúvidas em sala de aula.

Como Neutro, destaca-se 3 questões, pontuadas por 3 equipes cada. A questão 6 faz menção ao auxiliar os colegas em dificuldade no aprendizado. Tal pontuação pode demonstrar uma dificuldade no relacionamento entre os colegas. Na questão 9 que faz jus sobre a possibilidade de estudar ser uma atividade divertida, 3 equipes se mantiveram neutras. Já a questão 14 referia-se a dificuldade das atividades no jogo. As atividades propostas na missão foram sobre o assunto de área da disciplina, volume e aresta, que haviam aprendido em sala de aula, a teoria e alguns exercícios de prática. Alguns alunos estavam aptos para realizar a missão sem muita dificuldade como responderam concordando com a questão, mas a maioria não achou nem fácil e nem difícil realizar a missão, o que é demonstrado pelo fato de que somente 2 das 5 equipes conseguiram realizar a missão até o final.

Justifica-se o uso da gamificação em sala de aula pela resposta da maioria das equipes nessa questão 17, que trata sobre se as recompensas durante o jogo ajudaram o aluno a sentir-se recompensado pelo meu esforço.

A professora de Matemática que acompanhou todo o processo, por fim realizou uma avaliação escrita sobre a experiência. Ela descreve como se sentiu ao participar dessa atividade e o fato de preparar o conteúdo de sua disciplina de uma forma mais





dinâmica. Cita também a postura dos alunos, a dedicação durante a atividade e o desejo que continuar com atividade posteriormente. Salientou ainda o desejo de um profissional da área da tecnologia na escola em conjunto com o professor, durante esse processo de ensino-ensinagem para que este possa se tornar mais atrativo e significativo, pois nem sempre o professor detém o conhecimento técnico de TI.

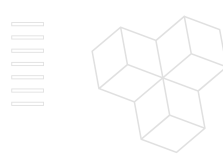
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou responder qual seria a eficácia da utilização da plataforma Classcraft como ferramenta de apoio ao ensino-aprendizagem. Desta forma pode-se concluir que os objetivos propostos foram alcançados. A estratégia de uso da plataforma Classcraft junto com a professora de Matemática, buscou alinhar o contexto de gamificação junto a disciplina e dessa forma criou-se a missão na plataforma, com questões do conteúdo que os alunos estavam estuda do naquele momento.

Um dos objetivos que foi o de elaborar material de apoio em português, para o professor e alunos, de como usar a plataforma Classcraft, mostrou-se desnecessário, apesar de ter realizado boa parte da tradução do espanhol para o português. Isso deu-se devido a uma atualização da plataforma em março de 2019, onde a mesma agora apresenta a possibilidade de uso do idioma português.

O acompanhamento com a professora e alunos durante o uso da plataforma no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Matemática foi realizado em três aulas. Foi auxiliado no cadastro dos alunos, criação de personagens, bem como no início e fim da missão. Já a avaliação e coleta do uso da plataforma Classcraft com o professor e alunos, deu-se conforme descrito nos





procedimentos técnicos, por meio de questionário, porém também houveram conversas livres com os alunos e observação da prática desenvolvida. Em ambas foi possível colher algumas opiniões e detalhes que junto a uma avaliação escrita feita pela professora, foi possível analisar melhor os dados e construir esta conclusão.

Foi percebido pelo autor que há uma necessidade de criar situações onde as práticas desenvolvidas na sala de aula sejam menos excludentes e vislumbrem um futuro melhor, tanto para o professor (tornando-o menos estressado, mais alegre e mais disposto), como para o aluno (tornando-os mais confiantes e interessados). Que para os alunos o aprender seja o motivador para estes estarem vindo para a aula e que estes sejam instigados e desafiados.

A competição por conhecimento nunca é ruim. Percebeu-se na prática desenvolvida que alguns alunos se dedicaram ao máximo para realizar a missão, respeitando tempo e motivando sua equipe sempre para responder corretamente a missão. Entretanto percebeu-se que havia alunos que não tinham vontade nenhuma de fazer a atividade. Talvez por deficiência técnica no uso da TI, por não estar em um bom dia, ou por não terem sido estimulados suficientemente para a tarefa. Observou-se ainda que algumas equipes não estavam equilibradas no sentido da quantidade de alunos que tinha conhecimento do assunto de matemática em relação com os que tinham dificuldade no assunto. Isso pode ter sido um dos motivadores de insucesso de algumas equipes em não conseguir concluir a missão.

A dificuldade de concentração e certa dificuldade no assunto proposto para os desafios (conteúdo de Matemática), também foi percebido durante o acompanhamento da atividade desenvolvida junto ao Classcraft. Observou-se ainda que há uma dificuldade





dos alunos em perguntar ao professor ou ao colega sobre o conhecimento dos assuntos.

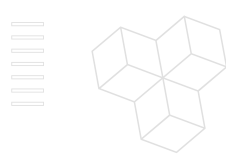
A experiência positiva desta pesquisa teve alguns fatores que favoreceram a sua prática, a professora e a diretora da escola pública já conheciam a acadêmica, devido ter estudado na mesma. Realizou-se uma conversa com os alunos sobre a atividade com a plataforma, uma semana antes da realização, criando uma expectativa muito boa. É importante ressaltar que alguns alunos já tinham experiência com jogos on-line, ficando assim, ansiosos enquanto criavam seus personagens na plataforma Classcraft. Após a atividade a professora continuou usando a missão da plataforma inclusive em outras turmas do 9º ano deixando assim suas aulas mais divertidas e com os alunos instigados a conhecer mais.

Mesmo com todos esses, porém, conclui-se por fim que a utilização da plataforma Classcraft, juntamente com a sua gamificação, contribui para que o aprender em sala de aula fosse mais divertido, intuitivo, comunicativo e recompensador, ou seja, mais eficaz. Porém para sentir essa recompensa de forma mais efetiva, sugere-se o uso da plataforma Classcraft pelo menos durante um bimestre inteiro. Esse é um fator de limitação do resultado desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 51, n. 4, p.745-764, dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032013000400007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007. Acesso em: 10 maio 2018.





ALMEIDA, C. *et al.* Avaliação do processo de Gamificação acerca do tema Direitos Humanos. **Anais do Xxii Workshop de Informática na Escola (wie 2016)**, [s. l.], p. 379-386, 7 nov. 2016. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/download/6844/4722>. Acesso em: 12 out. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **RGO Revista Gestão Organizacional**, Lageado, v. 6, p. 161-174, jun. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/1386/1184>. Acesso em: 29 set. 2018.

DUBIELA, R. P.; BATTAIOLA, A. L. Plataformas móveis, gamificação e aprendizagem. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 82-85, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/issue/view/1956>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FADEL, L. M. *et al.* **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/gamificacao-na-educacao>. Acesso: 12 maio 2018

FERNANDES, C. W. R.; RIBEIRO, E. L. P. Games, gamificação e o cenário educacional brasileiro. *In*: Congresso Nacional de Educação e Tecnologia, não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2018, Sao Paulo. **Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**. São Paulo: CIET: ENPED, 2018. p. 1-22. Disponível em: <http://cietenped.ufscar.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



KAPP, K. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** John Wiley & Sons, 2012. 302 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=M2Rb9ZtFxccC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso: 12 mai. 2018

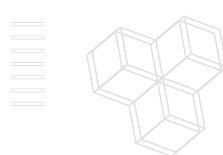
KRÜGER, L. M.; ENSSLIN, S. R. Método Tradicional e Método Construtivista de Ensino no Processo de Aprendizagem: Uma Investigação com os Acadêmicos da Disciplina Contabilidade III do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 18, p.219-270, 31 dez. 2013. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/download/4306/pdf_82. Acesso em: 15 set. 2018.

SALES, M. C. de. **Processo de Ensino.** Volta Redonda, 2008. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/marciacs/processo-de-ensinagem-517294>. Acesso em: 12 out. 2018.

SILVA JÚNIOR, S. D. da; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de LikertePhraseCompletion. **Pmkt – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, 1 out. 2014. Disponível em: http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1_Mensura%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A-lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phra-se%20Completion.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, T. S. C. da. **Um modelo para promover o engajamento estudantil e auxiliar o aprendizado de programação utilizando gamification.** 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20056>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software.** 9. ed. São Paulo: Pearson, 2012. 568 p.



TURK, Andrew. **Plataforma Classcraft**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <support@Classcraft.com> em: 10 abr. 2018.

WACHOWICZ, L. A. Avaliação e aprendizagem. *In*: **Lições de Didática**. Campinas: Papyrus, 1989. p. 135-160.



AUMENTO DE DESEMPENHO NO CARREGAMENTO DE DADOS DO POWER BI EM UMA EMPRESA MOVELEIRA

Jonathan Kloh¹

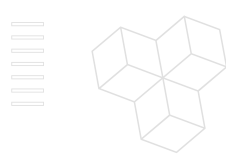
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

As ferramentas de *Business Intelligence* estão cada vez mais presentes no dia a dia das empresas, com o intuito de auxiliar os processos de tomada de decisão sobre o negócio, sendo de suma importância para isso o uso de informações consistentes e atualizadas, praticamente em “tempo real”. Contudo, para que isso aconteça, faz-se necessário que a ferramenta usada apresente um bom desempenho no carregamento dos dados e visualização. Desta forma, o artigo objetivou-se a analisar e testar métodos que influenciam no ganho de performance da ferramenta Power BI, com o uso de diferentes formas de conexões e extração de dados. A pesquisa caracterizou-se de forma aplicada no ambiente de estudo, usando uma abordagem exploratória a fim de obter quais métodos auxiliam no processo de desempenho, com procedimentos técnicos que consistem em aplicação em laboratório para obter os dados das amostras e verificar possíveis problemas. Assim, levantando e apresentando as principais consultas e métodos usados, sendo realizada uma formulação dos mesmos e comparados para verificar quais formas apresentaram melhor desempenho. Após aplicação prática, concluiu-se que o formato de extração de dados de modo visual, e uso de filtros no módulo *Power Query*, para processo de tratamento dos dados, apresentou maior tempo de resposta do que quando aplicado de forma mais técnica, usando SQL (*Structured Query Language*) específico e filtro no próprio código. Sendo assim houve uma diminuição da carga de dados, resultando na melhora

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Horus Faculdades, Pinhalzinho; jonakloh@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



da performance. Notou-se ainda que o carregamento interno das visualizações, na alteração de dados, apresentou um ótimo desempenho por parte da ferramenta.

Palavras-chave: Carregamento de dados. Performance. Power BI.

1 INTRODUÇÃO

Organizações das mais diferentes áreas de atuação buscam constantemente em seus sistemas computacionais à informação precisa, rápida e inteligente. Um *Business Intelligence* (BI), é o sistema de informação indicado para isso, pois oferece análise do negócio e auxílio na tomada de uma decisão mais assertiva. Contudo um BI não oferece essa inteligência de negócios de forma isolada, ele necessita de outras ferramentas computacionais. O Power BI, desenvolvido pela Microsoft, fornece várias soluções para incorporação e utilização tanto em pequenas empresas, como em organizações de grande porte. Ele possui inúmeros recursos visuais fornecendo praticidade aos usuários e alto grau de aprendizado. Até mesmo colaboradores com pouco conhecimento técnico conseguem utilizá-lo.

Um dos grandes atrativos da ferramenta Power BI é seu mecanismo de extração de dados. Ele possibilita o uso de diversos tipos e fontes de dados de forma nativa, unindo-as em um local só. Desta forma seu usuário pode trabalhar com suas visualizações cruzando as informações e conhecimentos, oriundos destas variadas fontes de dados. O uso dessa ferramenta para organizações com pequena quantidade de informações apresenta um ótimo desempenho. Porém, de forma natural, a quantidade de dados das organizações está em contínua expansão, ocasionando assim a diminuição de desempenho na coleta e apresentação dos dados, e um excessivo aumento no consumo de banco de dados. Tal





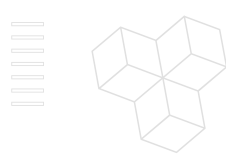
efeito ocorre na versão desktop do Power BI, como na versão web. Diante desta situação surgem as seguintes incógnitas: Com essas condições apresentadas, é possível aperfeiçoar seus processos de extração? Quais mecanismos ou configurações podem favorecer na melhora de seu desempenho?

Desta maneira, o objetivo principal do presente artigo é apresentar os principais métodos usados para o aumento de desempenho no carregamento dos dados do Power BI, diminuindo assim o tempo de espera para utilização de seus dados atualizados.

Para tal, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada e de caráter experimental. Em laboratório realizou-se a validação de métodos de extração de dados que impactaram em uma melhora significativa no desempenho da ferramenta, e se fez uso de ferramentas como o novo mecanismo de análise de desempenho do próprio Power BI, adicionado na versão de maio em 2019. Além disso, outros softwares que permitiram verificar problemas nas extrações e medir desempenho foram utilizados. Isso permitiu realizar comparação no tempo de resposta com o teste que novos métodos proporcionarão no ambiente, a fim de compartilhar e validar a pesquisa.

A estrutura do artigo é apresentada da seguinte forma: o capítulo dois contém as informações sobre a ferramenta Power BI, suas versões e métodos de carregamento de dados. O terceiro capítulo, trata dos procedimentos científicos utilizados na pesquisa, assim como, a descrição dos métodos explorados na melhoria de desempenho. No quarto capítulo se encontra a apresentação dos resultados de aplicação dos métodos, e quais foram mais efetivos apresentando melhoras considerativas no carregamento dos dados. Por fim, a conclusão da pesquisa e o referencial bibliográfico.





2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Power BI inicialmente foi utilizado em conjunto com outras ferramentas da Microsoft, sendo conhecido inicialmente como projeto crescente em meados de 2011. Em 2013 foi então renomeado para Power BI, com seu lançamento junto ao Office 365. Os seus recursos foram baseados no Excel, como o Power Query, Power Pivot e Power View. Com o passar dos anos novos recursos foram incrementados, sendo alguns destes de segurança, conexão com diversas fontes de dados entre outros. Com seu fortalecimento e uso efetivo, em 2015, tornou-se um produto independente (ROUSE, 2018).

A ferramenta conta com uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores trabalhando juntos na transformação dos diversos tipos e fontes de dados em informações coerentes, a partir de uma visualização interativa. O Power BI permite que os usuários se conectem facilmente com seus dados. Esses dados podem estar em arquivos Excel, texto, em bancos de dados ou até mesmo na web. Desta maneira o usuário pode descobrir que dados realmente são importantes, e escolher quais deseja utilizar, e posteriormente compartilhar as visões de inteligência criadas, com qualquer pessoa que desejar (MICROSOFT, 2019a). Conforme Ferrari e Russo (2016), a Microsoft fez um grande esforço para proporcionar uma ótima experiência no carregamento de dados aos seus usuários. Fez isso da seguinte forma: permitindo o uso de diversas fontes de dados, até mesmo em nuvem; construindo uma infraestrutura que permite compartilhar seus relatórios com equipes, e realizar suas atualizações de forma simples e eficaz. Desta forma permite a escolha entre opções de visualizações de informações em tempo real, ou agendamento para carregamento dos dados.



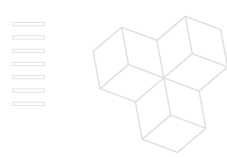


A Microsoft fornece duas formas de acesso à ferramenta, através do Power BI Desktop e Power BI no modo on-line, no qual o usuário deve estar conectado à Internet. Em seu contexto de desenvolvimento, as duas opções contêm muitas semelhanças, porém existem algumas diferenças sutis, assim, uma pode ser visto como complemento da outra (FERRARI; RUSSO, 2016). Segundo a Microsoft (2018a), a versão desktop é uma ferramenta completa para criação de relatórios e análise de dados, que disponibiliza a conexão com diversas fontes de dados para combiná-las em um modelo de dados. A versão desktop se encontra de forma gratuita para usuários que desejam utilizá-la. Ainda de acordo com Microsoft (2018a), a versão Power BI On-line, permite a criação e edição de relatórios assim como a desktop, porém a disponibilidade na extração de fontes de dados é limitada. Em contrapartida a versão on-line permite o compartilhamento dos relatórios na organização, inclusive com medidas de segurança, algo que a versão desktop não fornece. Qual versão escolher, depende do interesse do usuário, ou organização, e como este deseja trabalhar. A versão desktop é a mais utilizada para desenvolvimento das visões, e a versão on-line para realizar a disponibilização com outros usuários e coletar seus feedbacks.

2.1 LICENCIAMENTO

O licenciamento do Power BI On-line está dividido em três versões que, procuram o melhor atendimento para diferentes públicos que vão desde pequenos utilizadores até grandes corporações (WEBB; COATES, 2017). Todas as três versões permitem a criação de análises, mas existem algumas diferenças entre elas. A seguir são explanadas as três versões e suas características:





- a) Power BI On-line Gratuito: Possibilita ao usuário a publicação de seus relatórios e também o compartilhamento do seu link para quem desejar, porém acaba ficando disponível para qualquer pessoa acessar, sem nenhuma restrição e segurança (MICROSOFT, 2018d).
- b) Power BI On-line Pro: Seu custo de licença é cobrado por usuário. Possui alguns diferenciais em relação à gratuita, como o controle de acesso às informações, permitindo que os usuários compartilhem seus dados com outros usuários, desde que também sejam Pro. Contempla também a possibilidade do uso de gateways para agendar e automatizar o carregamento de dados (MICROSOFT, 2018d; WEBB; COATES, 2017). A versão também contempla recursos de métricas de uso, que monitora o uso do espaço de trabalho (WEBB; COATES, 2017).
- c) Power BI On-line Premium: Diferente da licença Pro, fornece capacidade de distribuição de seus relatórios com segurança, sem que os usuários precisem ter uma conta Pro. É ideal para organizações com grande volume de dados, por possuir capacidade dedicada, com maior performance na consistência e velocidade de carregamento dos dados (MICROSOFT, 2018d).

2.2 CARREGAMENTOS DE DADOS

Quando solicitada uma conexão com o banco de dados, a versão Power BI Desktop oferece duas opções de carregamento dos dados ao usuário. A primeira através do *Import*, e a segunda por meio do *DirectQuery* (FERRARI; RUSSO, 2016). As diferenças entre as duas opções são as seguintes:

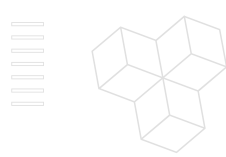




- a) Import: Importa tabelas, colunas e registros selecionados para o arquivo do Power BI Desktop. Sempre que uma nova atualização de registros for necessária, precisará ser realizada outra importação dos dados do conjunto por completo (MICROSOFT, 2019b).
- b) DirectQuery: Diferente do Import, nenhum dado é importado. Os dados são atualizados à medida que ocorre a interação com a visualização, permitindo desta forma que o usuário esteja sempre visualizando os dados atualizados. Contudo, o tempo necessário para atualização vai depender do desempenho da fonte de dados, quantidade de dados e métodos usados na extração, ou seja, pode ocorrer atraso na atualização dos dados (MICROSOFT, 2019d).

A Microsoft oferece uma forma de publicar as fontes de dados do Power BI Desktop na versão on-line, através de gateways que realizam as atualizações nos dados disponibilizados em sua plataforma (FERRARI; RUSSO, 2016). O *gateway* deve ser instalado na rede local e este servirá como um facilitador de acesso aos dados oriundos desta rede. Isso permitirá gerenciar uma ou mais fontes conectadas. A partir deste recurso o *Power BI* permite que as empresas mantenham suas fontes de dados em suas estruturas de redes locais, fornecendo maior segurança aos seus dados (MICROSOFT, 2018b). Webb e Coates (2017) complementam: “Além de lidar com comunicações de dados, o gateway lida com encriptação / desencriptação, bem como a compressão das transmissões de dados.” Desta forma, garantindo maior segurança e agilidade na entrega dos dados ao serviço na nuvem. O usuário tem a opção de escolher entre duas versões de gateways. São eles:





- a) Gateway Personal: Versão simplificada que oferece recursos limitados em relação à segurança dos usuários. Esta versão permite que apenas um usuário conecte as fontes de dados e não pode ser compartilhada com outros usuários. No Gateway Personal, a atualização dos dados só ocorre caso o computador, onde o gateway está instalado, estiver ligado (FERRARI; RUSSO, 2016).
- b) Gateway Enterprise: É a versão com mais funcionalidades, porém apresenta maior nível de dificuldade para sua configuração e utilização. O gateway normalmente é instalado em servidores, que geralmente ficam o tempo todo on-line. Caso haja desligamento de um servidor do gateway, ao se iniciar novamente ele já disponibiliza automaticamente o serviço de atualização. Esta versão também permite gerenciar todos os usuários de uma empresa com um mesmo gateway (FERRARI; RUSSO, 2016).

2.3 OTIMIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS

A criação de consultas, sem o uso de boas práticas, pode afetar o desempenho do banco de dados. Existem diversas consultas que são funcionais apenas para poucos registros existentes na base. Quando se faz uso de um ambiente de produção, com grandes quantidades de dados, o uso de consultas bem construídas, pode fazer um grande diferencial no desempenho do Power BI (GOES, 2014). Conforme Milani (2008) também argumenta, o uso de boas práticas no uso da linguagem SQL pode beneficiar a otimização de recursos permitindo maior proveito do banco de dados. Algumas simples técnicas já permitem ganhos significantes de performance como por exemplo: simples manutenções; melhores praticas de uso do SQL; métodos mais





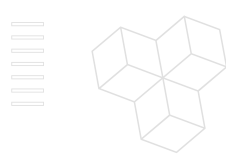
avançados de indexação de informações; configurações do servidor e banco de dados. Esses conceitos podem ser usados para a maioria dos bancos de dados.

Algumas boas práticas de SQL podem ser consideradas. Muitas vezes só é preciso alterar a ordem ou como a instrução SQL está escrita. Alguns comandos SQL são aconselhados se evitar. Pode-se citar aqui o uso do comando IN, que acaba percorrendo diversas vezes as mesmas informações para chegar a um resultado. Este comando, na grande maioria das vezes, pode ser substituído por um WHERE com condições e uso do AND. Outra boa prática em consultas SQL é evitar ao máximo o uso de SUBSELECTS, porém nem sempre isso vai ser possível (MILANI, 2008). Para Goes (2014), outra prática que pode ser evitada é a seleção de dados desnecessários a partir da restrição de quantidades de linhas e colunas retornadas pelo comando SQL. Consegue isso por meio do comando WHERE. Outra boa prática é buscar usar, sempre que possível, o comando UNION ALL ao invés do UNION (GOES, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa buscou o levantamento de métodos que demonstrem aumento de desempenho das consultas do Power BI Desktop versão 2.70.5494.661 64-bit. A aplicação e testes em laboratório foram conduzidos em uma empresa de móveis situada na cidade de Saudades, estado de Santa Catarina. De modo a levantar os métodos que buscam aumentar o desempenho no carregamento de análises junto ao Power BI, a empresa disponibilizou para testes em laboratório um servidor com a seguinte configuração: processador Intel Xeon CPU E5-2640 v3 2.60 GHz; memória RAM de 39,1GB; sistema operacional Windows Server 2012 R2 Standard; banco de dados Microsoft SQL Server 2014 Standard.





O presente artigo caracteriza-se quanto à natureza de pesquisa como sendo aplicada, pois realizou-se o desenvolvimento de uma aplicação prática para a pesquisa em questão. Pesquisa de natureza aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve [...] interesses locais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, não se preocupando com representação numérica, mas com o aprofundamento e compreensão, utilizando de metodologia própria para pesquisa, sem que preconceitos e crenças do autor interfiram na pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34 apud UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A pesquisa ainda se classifica como sendo exploratória a fim de familiarizar-se com a problemática pesquisada. Conforme Gil (2008), pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Com relação aos procedimentos técnicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por: pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental, pesquisa de laboratório e estudo de caso. É experimental, pois se buscou descobrir técnicas eficazes no processo de carga de dados do Power BI na empresa de testes. Sendo assim classificando-a também como de laboratório, pois os experimentos foram realizados de forma simulada e não em um ambiente real. Por fim, é um estudo de caso, pois é específico sobre a ferramenta Power BI e tendo como alvo da pesquisa uma empresa do ramo de fabricação de móveis, já mencionada anteriormente.

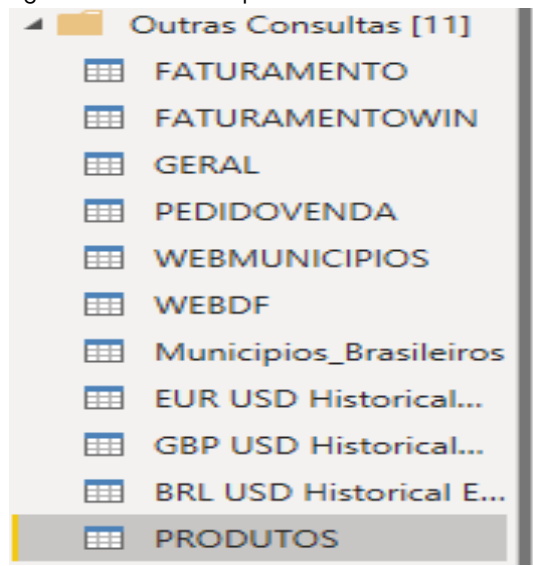




3.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Após a pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico deste artigo, passou-se a aplicação da prática proposta. Os experimentos realizados em laboratório foram conduzidos a partir da coleta de dados oriundos do BI disponibilizado pela empresa estudo de caso deste artigo. Para essa coleta foi utilizada como amostra, informações originadas do painel de faturamento do BI desta organização. Optou-se por essas informações, pois representa a parte da empresa que gera o maior fluxo de dados, apresentando desta forma, um desempenho muito inferior das demais visualizações do BI da empresa. O carregamento das informações do painel de faturamento no BI possui atualmente 11 consultas diferentes. Destas consultas, nove são obtidas diretamente de bancos de dados no SQL Server, de planilhas da empresa, de dados web, além de duas intercalações de consultas (ver Figura 1).

Figura 1 – Consultas do painel Faturamento no Power BI



Fonte: os autores.



Escolhida a fonte de amostra de coleta de dados, passou-se a medição das métricas. Como métrica para analisar o desempenho de cada uma das consultas do painel de faturamento, optou-se pela medição do tempo de cada consulta, com o objetivo de avaliar possíveis pontos de estrangulamento no desempenho das mesmas. Este tempo foi dividido em dois tipos:

- a) O Tempo de Resposta Diretamente no Power Query (TRDPQ), para cada uma das 11 consultas;
- b) O Tempo de Resposta para o Carregamento e Transformação dos Dados (TRCTD), para pronta utilização por parte do usuário. Importante destacar que há dois bancos de dados diferentes de onde são extraídos os dados, estes foram denominados aqui como Banco de dados 1 e 2.

O resultado da coleta do TRDPQ pode ser visualizado a partir do Quadro 1.

Quadro 01 – Resultado do levantamento do TRDPQ das consultas

Nome Consulta	Tempo(s)	Linhas	Origem de Dados
Consulta A	1,850	43,010	Banco de dados 01
Consulta B	40,000	128,129	Banco de dados 02
Consulta C	0,705	56,814	Banco de dados 01
Consulta D	0,055	1,793	Banco de dados 02
Consulta E	3,670	27	Web
Consulta F	0,020	5570	Excel
Consulta G	6,850	3548	Web
Consulta H	10,410	3548	Web
Consulta I	8,300	3548	Web
Consulta J	93,000	171.139	Intercalação consulta A+B
Consulta K	0,050	1	Excel

Fonte: os autores.



No carregamento geral das consultas, considerando a parte visual junto e comparando com o tempo de carregamento do Power BI Pro na web, que faz uso de gateway, obteve-se os seguintes tempos que são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Resultado geral do TRCTD na ferramenta

Licença Power BI	Tempo de Carregamento (s)
Versão Desktop	226
Versão PRO	109

Fonte: os autores.

Após análise, consegue-se notar os carregamentos com maior tempo de espera, interferindo diretamente na performance do carregamento do painel de Faturamento do BI da empresa. Nota-se um tempo de resposta bem superior da consulta B em relação às demais. Como esta faz parte da intercalação da consulta J, impacta diretamente o desempenho total do carregamento. Diante disso foi esta consulta selecionada para estudo e teste de melhora no desempenho, a partir do uso de boas práticas em consultas a banco de dados, conforme especifica Microsoft (2018c), para aumento de performance. Desta maneira será possível comparar se houve melhora ou não de seu carregamento com o uso de métodos como reformulação do código SQL. Entre essas boas práticas estão: uso de filtros para limitar os dados inutilizados do relatório, priorizando os filtros em primeiro processo no Power Query; realizar uma reavaliação para eliminação de tabelas ou colunas que não são usadas, verificando se há interação desnecessária entre visuais nos painéis, caso contenha é indicado sua inativação, reduzindo a carga de consultas cruzadas. Com o uso destas duas boas práticas espera-se reduzir pela metade o tempo para carregamento da consulta B,



em consequência, uma melhora significativa no carregamento do painel de faturamento do BI.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já mencionado, o maior problema no carregamento do painel “faturamento” está na consulta B, pois apresenta seu tempo de resposta muito superior às demais consultas. Iniciou-se a reformulação do código desta consulta com o objetivo de obter o tempo médio de resposta de seu carregamento, tanto diretamente no código SQL, como também no Power Query, por meio de alterações nos métodos de transformação de dados. Para cada ajuste realizado foi criado um quadro com os resultados obtidos.

Realizando um teste utilizando o modo de extração visual, onde não precisa utilizar nenhum código SQL, e filtrando os dados no Power Query, o tempo de resposta apresentou os seguintes resultados, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultado do carregamento com filtros no Power Query

Nome Consulta	Tempo(s)	Linhas	Origem de Dados
Consulta B	160,093	128,129	Banco de dados 2

Fonte: os autores.

Ao aplicar filtros no Power Query diretamente, o tempo de resposta foi quatro vezes maior, comparado ao filtrar os dados com o comando *where* diretamente no código SQL. Logo o código da consulta foi ajustado para conter um filtro *where*, limitando assim a quantidade de dados a processar.

Como percebeu-se que havia uma grande quantidade de consultas, surgiu o interesse de verificar também se o uso de comandos *join*, no código SQL, seria mais benéfico do que separar e



intercalar consultas diretamente na ferramenta. Após reformulação do código e testes, o *Power Query* apresentou os resultados conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Resultado geral do carregamento com o uso de *joins*

Nome Consulta	Tempo(s)	Linhas	Origem de Dados
Consulta B	10,083	128,129	Banco de dados 2

Fonte: os autores.

Assim usando a mesma consulta B, o Power BI apresentou melhora no tempo de resposta, diminuindo consideravelmente seu tempo de carregamento. Desta maneira foi optado por eliminar consultas adicionais e usar comandos *join* diretamente no código SQL. Vale ressaltar que nem sempre será possível fazer essa mudança, pois dependerá do que se pretende fazer com esses dados dentro da ferramenta. O código nesses casos fica um pouco mais complexo, exigindo do operador do BI um conhecimento intermediário em SQL.

Ainda não se satisfazendo com o resultado obtido, com o intuito de tentar aumentar o desempenho ainda mais, iniciou-se um processo de reformulação do código SQL e eliminação de dados e colunas desnecessários. Analisando o código percebeu-se a existência de um comando *union* sendo utilizado desnecessariamente, pois juntava ao resultado da consulta dados contábeis não uteis e que interferiam na visualização das informações finais. Após o ajuste o tempo obtido é o apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Resultado reformulação do código SQL

Nome Consulta	Tempo(s)	Linhas	Origem de Dados
Consulta B	5,093	59,528	Banco de dados 02

Fonte: os autores.



O resultado obtido foi positivo, diminuindo seu tempo pela metade assim como diminuição na quantidade de linhas impactando diretamente no tempo de resposta do carregamento do BI. Isso se deve ao fato de que o banco consultado se origina de sistema ERP, que possui muitas tabelas, colunas e dados irrelevantes em consultas diretas no modo visual, o que acaba causando grande impacto na performance no BI.

Após aplicação destas boas práticas para a melhora do desempenho do carregamento do painel de faturamento do BI, o resultado final do tempo de carregamento é apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Resultado final do carregamento de dados

Licença Power BI	Tempo de Carregamento(s)	
	Antes das boas práticas	Após as boas práticas
Versão Desktop	226	70
Versão PRO	109	75

Fonte: os autores.

No resultado final, como se verifica no Quadro 6, houve uma melhora significativa entre o antes e o depois do uso das boas práticas. Na versão desktop do Power BI, em contrapartida a versão Power BI Pro, ouve uma pequena diferença após o uso das boas práticas, mas mesmo assim sendo de bom agrado em comparação ao antes.

5 CONCLUSÃO

Com o intuito de resolver o problema de performance no carregamento de dados no painel de um BI de uma empresa moveleira que trabalha com a ferramenta Power BI Desktop e Pro, é que se desenvolveu esta pesquisa. Buscou-se verificar



onde se encontrava o problema de desempenho do BI, com o objetivo de analisar quais métodos apresentariam uma melhora na performance da ferramenta na empresa em questão. Nesse processo de pesquisa foi levantado e descrito as características de carregamento de dados da ferramenta, os processos de consulta, seu impacto no desempenho do Power BI e também formatos de trabalho que são otimizados para o carregamento de dados.

Após levantamento das informações de consulta e análise dos dados conforme os dados apresentados nos quadros, percebeu-se que um dos maiores problemas se encontrava na consulta B, sendo essa então selecionada para fins de testes para verificar métodos que melhorassem seu desempenho. Servindo caso necessário o uso dessas boas práticas para as demais consultas. Constatou-se ainda que a consulta B, impactava no carregamento do relatório como um todo.

As melhorias tiveram início a partir de testes no filtro dos dados diretamente no Power Query. Neste caso desempenhou de forma negativa no carregamento do BI, dobrando o tempo de espera. Conclui-se que quanto mais filtrados os dados extraídos diretamente no código SQL, mais rápido seria seu desempenho, pois consulta específica no banco apresenta um desempenho bem superior para posterior carregamento.

Notou-se que ao usar o modo de carregamento de dados no modo visual viria a facilitar para o usuário. Mas dependendo da quantidade de dados carregados, causaria grandes danos ao desempenho. Após reformulação e otimização do código SQL, eliminando o carregamento de dados não utilizados e formas de consultas demoradas, o desempenho melhorou muito. Houve uma redução do tempo de espera do carregamento pela metade, tornando o uso da ferramenta muito mais atraente e agradável



para os usuários finais. Além dos métodos usados e dados obtidos, verificou-se que o desempenho do Power Query no processo de ETL é superior a outras ferramentas específicas do gênero.

Pode-se afirmar ainda que o Power BI pode ser utilizado por usuários com pouco conhecimento técnico, porém se esse mesmo usuário for criar regras de extração, poderá impactar diretamente no tempo de resposta da ferramenta, de uma forma negativa. Culpa essa que não deverá ser atribuída a ferramenta Power BI, mas ao usuário, por este não saber usar adequadamente os comandos de extração SQL.

Espera-se que esta pesquisa possa auxiliar na tomada de decisão por outros utilizadores da ferramenta que tenham a mesma dúvida que instigou e levou a construção desta pesquisa por parte do autor. O uso do artigo pode servir para outros projetos e empresas que utilizam a ferramenta e sofrem com grande tempo de espera para utilizar os dados atualizados. É importante ressaltar que a pesquisa foi feita especificamente em determinada quantidade de dados e banco de dados em específico. Para melhoria dos resultados pode-se realizar novas pesquisas, utilizando-se de outros ambientes com amostras diferenciadas.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Alberto; RUSSO, Marco. **Introducing Microsoft Power BI**. Redmond, Washington: Octal Publishing, 2016. 189 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, Aline Baffi Coimbra. **SQL- Dicas de Desempenho e Boas Práticas**. 2014. Disponível em: <https://tecprodesp.wordpress.com/2014/10/02/sql-dicas-de-desempenho-e-boas-praticas/>. Acesso em: 18 jul. 2019.



MICROSOFT. **O que é Power BI?** 2019a. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/power-bi-overview>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MICROSOFT. **Usar o DirectQuery no Power BI Desktop:** Como se conectar usando o DirectQuery. 2019b. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/desktop-use-directquery>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MICROSOFT. **Comparando o Power BI Desktop e o serviço do Power BI.** 2018a. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/service-service-vs-desktop>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MICROSOFT. **O que são gateways de dados locais?** 2018b. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/service-gateway-getting-started>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MICROSOFT. **Práticas recomendadas de desempenho do Power BI.** 2018c. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/power-bi-reports-performance>. Acesso em: 15 jul. 2019.

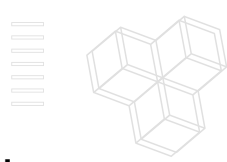
MICROSOFT. **Recursos do serviço do Power BI por tipo de licença.** 2018d. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/service-features-license-type>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MILANI, André. **PostgreSQL:** Guia do programador. São Paulo: Novatec, 2008. 392 p.

ROUSE, Margaret. **Microsoft Power BI.** 2018. Disponível em: <https://searchcontentmanagement.techtarget.com/definition/Microsoft-Power-BI>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.





WEBB, Chris; COATES, Melissa. **Planning a Power BI Enterprise Deployment. 2017.** Disponível em: <https://www.pbusergroup.com/Higher-Logic/System/DownloadDocumentFile.ashx?DocumentFileKey=f6deb36a-e55e-0103-023e-06df1159b435&forceDialog=1>. Acesso em: 11 jun. 2019.





UTILIZAÇÃO DE UX E UI NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES

Anderson Rodrigo Vargas Gracielli¹

Jean Carlos Hennrichs²

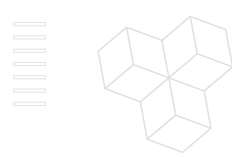
RESUMO

Esta pesquisa objetivou avaliar a utilização de técnicas e ferramentas com *User Experience (UX)* e *User Interface (UI)* no desenvolvimento de aplicações tanto desktop quanto web ou mobile. Para tal, foi elaborada uma pesquisa qualitativa e direcionada a quatro empresas de desenvolvimento de software de municípios da região da AMOSC. Esta pesquisa teve a finalidade de analisar quais ferramentas e padrões de *UX* e *UI* são utilizadas no desenvolvimento de seus softwares. Os resultados apontaram que a maioria das empresas pesquisadas utiliza ferramentas e padrões de *UX* e *UI*, e que, ao menos, 50% delas pensam na satisfação dos usuários, e os outros 50% pensam na qualidade do sistema entregue aos usuários. Com a pesquisa também se procurou saber o quão preocupadas as empresas estão com relação ao bom desenvolvimento de suas aplicações computacionais, sejam elas desktops, mobile, sejam web. Pode-se dizer, nesse quesito, que grande parte das empresas pesquisadas demonstrou possuir interesse em implantar ou ampliar o uso de *UX* e *UI* em suas organizações. Percebeu-se, ainda, a falta de profissionais e experiência nas áreas desta pesquisa. Entretanto, as empresas pesquisadas entendem o quão importante é a utilização desses padrões e ferramentas de desenvolvimento, bem como os benefícios que podem trazer.

Palavras-chave: *UX. UI. User Experience. User Interface.*

¹ Graduando do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Web, Cloud e Dispositivos Móveis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; anderson.vargas90@gmail.com

² Mestre em Administração; Docente do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Web, Cloud e Dispositivos Móveis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

Muitas soluções computacionais são, às vezes, projetadas sob a necessidade da empresa contratante, sem levar em consideração a forma como o usuário final utilizará a aplicação, onde será utilizada ou sem conhecer quem realmente é o usuário final desse sistema. Cada usuário tem um perfil diferente quanto ao uso de uma aplicação computacional, e conhecer isso faz parte do projeto da experiência do sistema.

Quando se submetem usuários a sair de sua zona de conforto, deve ser analisado o quão difícil uma aplicação pode se tornar e, então, ajustá-la para se tornar o mais simples possível. Por exemplo, em um aplicativo mobile, deve-se ter todas as funcionalidades muito bem alocadas para facilitar o uso. Dessa forma, deve-se analisar a usabilidade, a legibilidade e praticidade do projeto, de forma que seja um sistema simples, entendível e, ao mesmo tempo, supra as necessidades do usuário.

A forma de interação do usuário com o sistema computacional sempre deve ser levada em consideração, não importa se é um sistema contratado ou um sistema público. Necessita-se saber as dificuldades quanto à usabilidade e à ergonomia do sistema. Dessa forma, analisar os pontos fortes e fracos do sistema e colher feedbacks dos usuários é a melhor forma de avaliar a ergonomia e a usabilidade de um sistema. Mas será que as empresas de software estão usando realmente ferramentas para isso?

No mercado há diversas ferramentas de análises de *User Experience (UX)* e *User Interface (UI)* que podem ser utilizadas para tornar mais fácil e ágil o uso de sistemas computacionais, oferecendo uma maior experiência e satisfação ao usuário. Pode-se, por exemplo, verificar como o usuário utiliza um determinado sistema,





a forma como são percorridos os caminhos de um processo do sistema, quais elementos da interface são visualizados e acionados primeiramente, qual o tempo de resposta de um processo que foi acionado, entre outros.

É nesse contexto que este estudo se desenvolveu, ou seja, buscou analisar quais ferramentas de *UX* e *UI* e formas de desenvolvimento de um sistema computacional as empresas de TI da microrregião AMOSC estão utilizando.

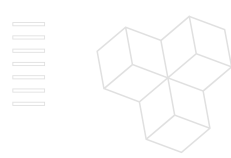
2 DESENVOLVIMENTO

Não basta apenas desenvolver uma aplicação para suprir a necessidade do usuário, é necessário saber como esse usuário está utilizando a aplicação. Mas primeiro é preciso entender duas siglas que fizeram parte deste estudo: *User Experience (UX)* e *User Interface (UI)*. Ambos os termos trabalham juntos, mas cada um tem sua particularidade.

UX nada mais é que a experiência do usuário no uso de softwares. É a satisfação do usuário para com a interface apresentada a ele. Segundo Ferreira e Ferreira (2008), são utilizadas três dimensões para se definir o *UX*, “estado do usuário”, “propriedades do sistema” e “contexto de uso” e isto pode variar de usuário para usuário. Segundo Longen (2019), em 1990, Donald Normam cunhou o conceito de *UX* que serviria para facilitar o entendimento do uso de um sistema para um usuário.

No momento em que as pessoas se sentem satisfeitas ou encantadas, sendo incentivadas a continuar consumindo ou a experimentar algo pela primeira vez, surge *UX*. Seja um serviço, página na internet, dispositivo eletrônico ou objeto de satisfação pessoal, a importância do *UX* é fazer o usuário se sentir bem a todo o momento na experiência de uso (LONGEN, 2019).





Um profissional de *UX* é aquele que trabalha sempre com foco no usuário (FERREIRA; FERREIRA, 2008). Pensar em *UX* é passar por diversos processos, construindo e planejando a experiência do usuário até a validação e implementação de todas essas ideias. Lidar com *UX* é atuar com um processo contínuo de faturação, criando e remodelando, sempre de acordo com as respostas dos testes com o usuário.

Dificilmente em um projeto haverá uma única pessoa responsável pela *UX*. Além dos fatores subjetivos que influenciam a experiência (o perfil demográfico do usuário, seu background cultural, seu estado emocional, entre outros), existem vários aspectos da forma como o produto foi criado que afetarão o modo como as pessoas interagem e a percepção que têm dele (TEIXEIRA, 2014a).

De uma maneira geral, o objetivo principal do *UX* é mostrar às pessoas que a aplicação desenvolvida vai satisfazer sua necessidade e atrair sua atenção pela usabilidade dela. Essa satisfação vem junto com outras vantagens que o *UX* oferece. De acordo com Longen (2019), são elas: aumento nas chances de vendas, fidelização de usuários e clientes, economia de recursos, valorização do produto e indicações e recomendações.

Em se tratando de *UX*, existem algumas ferramentas que podem ser utilizadas para prototipagens e para fazer mapeamento do tempo que o usuário leva para finalizar determinado processo. Tais ferramentas são usadas por Web e *UX* designers para criar *wireframes* clicáveis, fluxos de usuários e mapas de site, por exemplo. São exemplos dessas ferramentas: Axure, Just in Mind, UXPin, Framer, entre outras (GUIMARÃES, 2017).

Por sua vez, o termo *UI* é responsável pela parte visual de um projeto, ou seja, a interface pela qual o usuário interage com um aplicativo, programa de computador, rede social, site ou, até mesmo, algum produto físico. *UI* ou interface do usuário é tudo aquilo que é





perceptível visualmente em alguma plataforma e leva o usuário a uma interação positiva. Na prática, a parte que envolve a criação de layouts, com textos, imagens, chamadas para ação ou outros elementos, é responsabilidade do UI (LOVI, 2017).

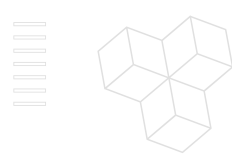
Neste momento, pensar apenas em uma interface bonita é um erro muito grave, pois a usabilidade deve estar em primeiro lugar, e, nesse caso, a beleza das interfaces será uma consequência (LOVI, 2017). As responsabilidades de um UI, baseiam-se em pensar e escolher as melhores cores para sua interface, testar e selecionar o melhor conjunto de fontes, ajustar cada pixel da interface, garantir que todos os elementos estejam consistentes seguindo o visual, criar seções de testes com *UX Designers* para garantir que a interface esteja ajustada corretamente e atendendo ao que será executado (ARTY, 2018).

De acordo com Arty (2018), existem alguns estilos de UI que servem para desenvolver todas as fases que um layout de interfaces vai sofrer. São eles:

- a) **Skeuomorfismo**: estilo disseminado pela Apple na década de 1980. Utilizado em interfaces em que o usuário interage sem a necessidade de digitar comandos.
- b) **Flat Design**: trata-se de um estilo que utiliza cores e formas chapadas, com poucos (ou quase sem) efeitos de volume, sombras e texturas.
- c) **Material Design**: linguagem de design desenvolvida pela Google e pelo estúdio HUGE. A ideia desse estilo é mostrar que não é preciso eliminar totalmente os efeitos visuais que fazem referência ao mundo real.

Entre as áreas de *UX* e *UI*, existe a *Human Computer Iteration* (*IHC*), que é mais do que apenas usabilidade de páginas. Ela se





preocupa em entender como os usuários utilizam softwares, buscando criar soluções que preencham melhor os objetivos deles. A interface deve ser entendida como sendo a parte de um sistema computacional com a qual um usuário entra em contato física, perceptiva e conceitualmente. Uma interface mal projetada requer que o usuário segmente sua tarefa de uma maneira não intuitiva, ou seja, diferente de seu modelo mental, o que pode vir a ocasionar erros ou falhas de navegação (PRATES; BARBOSA, 2003).

Projetar sistemas com Usabilidade proporciona ao usuário, efetividade, eficiência e satisfação. Usabilidade é a capacidade que um sistema interativo oferece a seu usuário para a realização de uma tarefa de forma eficaz, eficiente e agradável (CYBIS, 2010).

Na fase de design de interação se aprofunda no conceito da facilidade de uso e ergonomia de interfaces, com foco em prover uma experiência agradável e de fácil aprendizado, considerando onde e por quem a tecnologia será utilizada. Já na fase de projeto de interfaces, o objetivo é garantir que o usuário realize os passos de maneira fácil, e que a interface responda de modo esperado dentro da objetividade do usuário (PRATES; BARBOSA, 2003).

Para o desenvolvimento de uma aplicação bem-conceituada, padrões, métodos e ferramentas devem ser utilizados.

2.1 UX RESEARCH

Profissionais de design têm como principal característica a resolução de problemas (COSCARELLI, 2016). Pesquisa em UX é a investigação sistemática dos usuários e seus requisitos, a fim de adicionar contexto e insights sobre o processo de projetar a experiência do usuário. A pesquisa em UX emprega uma variedade de técnicas, ferramentas e metodologias para chegar a conclusões, determinar





fatos e descobrir problemas, revelando informações valiosas que podem ser inseridas no processo de design (CAMPOS, 2018).

De forma geral, *UX Research* se propõe a entender um problema (ou vários) com foco nas pessoas, juntando todos os pontos de vista dos envolvidos e considerando o contexto que elas estão inseridas.

2.2 INTERFACE DESIGN PATTERNS

Design Patterns ou padrões de projeto surgiram com a motivação de ajudar a solucionar problemas que ocorrem frequentemente e podem se tornar ferramentas poderosas para qualquer desenvolvedor de software, pois já foram testadas, utilizadas e aprimoradas a partir da experiência e conhecimento de outros programadores. Pode-se dizer que são soluções de *templates* abstratas de alto nível (SCHISSATO, 2017).

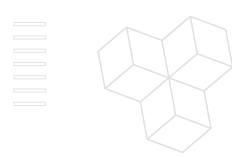
A ideia toda sobre *design patterns* começa na experiência que os desenvolvedores de software adquiriram ao longo dos anos durante sua convivência com o desenvolvimento de software (GUDWIN, 2010).

2.3 TAXONOMIA

Taxonomia serve como base para formar menus de navegação em websites e em aplicativos. Sua função é manter a consistência entre o conteúdo que agrupa e servir como referência de acesso. Ao determinar quais são os grandes grupos de acesso e seus derivados, basta colocar estes em um lugar acessível, para que se possa entender as rotas (GOMES, 2014).

Taxonomias são elementos integrantes de portais e de outros websites organizando e estruturando conteúdos e de ontologias,





facilitando acesso e navegação, contribuindo para a usabilidade e, ainda, para recuperação “inteligente” (TEIXEIRA, 2011). Taxonomias padronizam o vocabulário da área em que é empregada, facilitando a interoperabilidade e o intercâmbio de informação entre diferentes serviços.

2.3 METADADOS

Metadados são habitualmente definidos simplesmente como dados descrevendo outros dados. No entanto, cada vez mais, especialmente no meio digital, o conceito tem sido empregado em variados contextos que envolvem diversos propósitos e tecnologias (STRAUSS, 1987).

Os dados, especialmente os dados digitais, assumem muitas formas. As conversas por voz, as mensagens de texto ou as redes sociais comunicam dados [...] Os metadados descrevem o que são esses dados, eles fornecem informações sobre esses dados. Isso é bastante simples. No entanto, se analisarmos isso em detalhe, descobrimos que “descrever” os dados é um exercício técnico rigoroso e um problema carregado de implicações sócio-políticas. (PISCITELLO, 2016).

2.4 THESAURUS

Um thesaurus combina as características de anéis de sinônimos e taxonomias com características adicionais. Um thesaurus é uma rede semântica de conceitos únicos, incluindo relacionamentos entre sinônimos, contextos mais genéricos e mais específicos (pai/filho) e outros conceitos relacionados. Thesaurus podem ser monolíngues ou multilíngues, eles podem conter três tipos de relações: de equivalência (sinonímia), de hierarquia (relação todo/parte, gênero/





espécie ou de exemplo) e associativa. Thesaurus também podem incluir informações adicionais periféricas ou explanatórias sobre um conceito, incluindo uma definição (ou nota de escopo), citações bibliográficas, entre outros (EVACOV, 2005).

A preocupação em construir uma interface de manipulação direta para o thesaurus nasceu da necessidade do profissional da área de informação em interagir com um sistema e poder, desta forma, inserir e atualizar, com independência e velocidade, termos indispensáveis para a adequada recuperação da informação coletada (HARPRING, 2016).

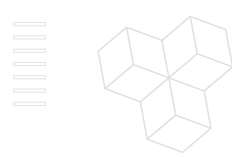
2.5 ESPECIFICAÇÃO DE CORES

As cores influenciam o ser humano desde sempre. Tanto em caráter psicológico quanto fisiológico, as cores provocam alegria, tristeza, exaltação, equilíbrio e uma série de sentimentos que sequer conseguimos enumerar. Diariamente as cores assumem polarizações de sentido e somos acometidos pela difícil missão de explicar o que representa determinada cor e qual o motivo de sua escolha (FONSECA, 2018). A teoria das cores nos ajuda a combinar cores de uma forma harmoniosa e com algum sentido. Decidir entre cores análogas e cores complementares, por exemplo, influencia no tipo da energia visual e na percepção do usuário que as vê. Afeta totalmente a atmosfera do projeto (CAELUM, 2018).

2.6 ESPECIFICAÇÃO DE LAYOUTS

Um UI Designer normalmente projeta o layout e os elementos interativos prevendo os seus possíveis estados (*on/off*, por exemplo), e como eles funcionam juntos. Utilizando de conhecimentos e





estudos sobre a interação humano-interface, ele pode criar o layout do projeto (ARTY, 2018). Já o Web Designer também é um designer de interface, porém voltado a interfaces Web. O Web Designer projeta o layout e os elementos da interface, mas não vai tão a fundo na questão da interação humano e interface como quem atua com *UI Design*. O foco fica em torno da criação do layout, na parte visual e pouco na interação. Em contrapartida o Web Designer tende a ir além, incluindo o CSS, HTML, JavaScript, entre outros (ARTY, 2018).

Wireframes são “ilustrações básicas” da estrutura e componentes de uma página web. Geralmente é o primeiro passo no processo de design, logo após a concepção mental. Trabalhar com *wireframes* pode ser uma ótima maneira de pensar o design de um projeto web. A flexibilidade dos *wireframes* permite trabalhar com diversas ideias de design e layout rapidamente e com pouco custo (ZEMEL, 2011).

2.7 MECANISMOS DE BUSCA

Os campos de busca são um dos elementos que muitos consideram indispensáveis em qualquer site que possua conteúdo dinâmico, em especial os *ecommerces*. As boas práticas de usabilidade pregam que a busca deve estar sempre acessível no header do site e claramente identificado com o *label* correto (buscar, busque, encontre um produto, pesquisar, entre outros) (TEIXEIRA, 2014b).

Deve-se observar os aspectos de utilização, eficiência e eficácia no uso dos mecanismos de buscas. É necessário, avaliar a usabilidade desses mecanismos nos ambientes de produção, facilitando o processo de utilização e acesso à informação por parte dos usuários (LUZ, 2017).





2.8 ESTUDO TIPOGRÁFICO

Cada **projeto de design** é elaborado a partir de um conceito, e a fonte eleita deve estar de acordo com ele. Em outras palavras, todo o conjunto do projeto precisa interagir harmonicamente, o que inclui o uso certo da fonte tipográfica (GUSHIKEN, 2017).

No uso da tipografia o interesse visual é realizado através da escolha adequada de fontes tipográficas, composição (ou layout) de texto, a sensibilidade para o tom do texto e a relação entre texto e os elementos gráficos na página. Todos esses fatores são combinados para que o layout final tenha uma “atmosfera” ou “ressonância” apropriada ao conteúdo abordado. (ZEMEL, 2017).

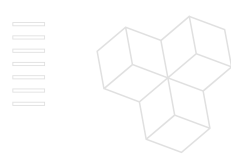
Um estudo tipográfico, basicamente, é focado na escolha certa de cada fonte, a forma do papel, a composição do layout e como é apresentado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de declarar um software pronto para uso, é importante saber se ele apoia adequadamente os usuários nas suas tarefas e no ambiente em que será utilizado. A avaliação de interface é necessária para se analisar a qualidade de uso de um software. Quanto mais cedo forem encontrados os problemas de interação ou de interface, menor o custo de se consertá-los (PRATES; BARBOSA, 2003).

Sem o envolvimento do usuário final, pode ser difícil para um designer saber intuitivamente o que é necessário para um produto. Os benefícios de aprender sobre o comportamento do usuário, necessidades e motivações da pesquisa de *UX* superam o





risco de falha quando os usuários não estão envolvidos no processo de design. Documentar a experiência interacional do usuário final pode aliviar os designers tecnicamente orientados que, geralmente, veem a falha em usar o produto incorretamente como do usuário (STEFAN, 2018).

A coleta da opinião de usuários tem por objetivo se obter uma apreciação dos usuários com relação ao sistema interativo. Normalmente, deseja-se identificar o nível de satisfação dos usuários com o sistema, o que inclui aspectos como se eles gostam do sistema, se a estética do sistema é satisfatória, se o sistema faz aquilo que eles desejam, se tiveram algum problema ao usá-lo e/ou se eles gostariam de (ou pretendem) usá-lo novamente (PRATES; BARBOSA, 2003).

Foi sob esse contexto que se construiu esta pesquisa. Saber dos desenvolvedores como eles estão trabalhando com *UI* e *UX* em seus sistemas computacionais. Essa pesquisa foi efetuada a partir de empresas que atuam com desenvolvimento web, mobile e desktop de quatro cidades da região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC).

As pesquisas foram efetuadas mediante um questionário direcionado à equipe de desenvolvimento e gerentes de projetos das empresas participantes. No questionário foram indagadas questões sobre: utilização de ferramentas de *UX* e *UI*; preocupação com o usuário final; comportamento da aplicação e se a usabilidade é de fácil entendimento por parte do usuário. Foi levantado também na pesquisa sobre qual a importância de o profissional de TI sempre se manter atualizado com relação ao que o mercado de trabalho oferece de tecnologias novas, e se as empresas conseguem acompanhar esse desenvolvimento tecnológico.



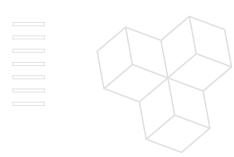


4 DISCUSSÃO E AnÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados quadros referentes ao questionário aplicado nas empresas participantes, em que ambas as empresas responderam às questões sobre como avaliam os resultados obtidos pelos usuários. Ou seja, buscou-se saber por meio das empresas qual o feedback que os usuários dão a respeito do uso do sistema computacional. As empresas participantes foram quatro:

- a) Empresa 1: desenvolve aplicações desktop e web. Localizada na Cidade de Pinhalzinho, SC. Atua com desenvolvimento de sistemas contábeis desde 1993. Possui mais de 40 colaboradores. Sua área de atuação é em todo o território nacional.
- b) Empresa 2: desenvolve aplicações web e desktop. Também localizada na Cidade de Pinhalzinho. Atua com desenvolvimento de sistemas empresariais e comerciais há mais de 30 anos. Possui mais de 100 colaboradores. Sua área de atuação é em todo o território nacional.
- c) Empresa 3: desenvolve aplicações web e desktop. Localizada na Cidade de Maravilha, SC. Atua com o desenvolvimento de soluções comerciais e industriais há mais de 20 anos. Possui mais de 20 colaboradores. Sua área de atuação é em todo o território nacional.
- d) Empresa 4: desenvolve aplicações web e mobile. Localizada na Cidade de Chapecó, SC. Atua com o desenvolvimento de sistemas comerciais há mais de cinco anos. Possui mais de cinco colaboradores. Sua área de atuação é em todo o território nacional.





Das empresas selecionadas, em busca de analisar as técnicas utilizadas por eles durante o desenvolvimento de seus softwares, questionou-se, inicialmente, o que é mais importante no desenvolvimento de um software para elas. Como respostas, foram oferecidas três alternativas, que buscavam verificar a preocupação ou não com os conceitos de *UX* e *UI*. Os resultados são apresentados no Quadro 1.

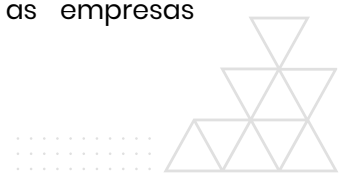
Quadro 1 – Opinião das empresas sobre o que é importante em um software

Na sua opinião o que é mais importante em um sistema computacional?	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4
A satisfação oferecida ao usuário	X		X	X
A eficácia do sistema			X	
Ambos	X	X	X	

Fonte: os autores.

Com base no Quadro 1, observa-se que grande parte das empresas pesquisadas entendem a importância na satisfação do usuário (*UX*). Ao menos três das quatro empresas entrevistadas se preocupam tanto com a eficácia do sistema quanto com a satisfação do usuário, ou seja, atingindo tanto os conceitos de *UI* quanto de *UX*. Verifica-se também que uma única empresa pensa apenas na eficácia do sistema (*UI*), dessa forma, entregando um ótimo produto, não levando em consideração a satisfação dos usuários (*UX*). Porém se percebe que três empresas se preocupam com a satisfação dos usuários (*UX*), não visando tanto a eficácia do produto entregue (*UI*). Dessa forma, ressalta-se que, ao menos, 50% das empresas pesquisadas preocupam-se com a entrega de um produto bem elaborado (*UI*) para buscar a satisfação dos usuários (*UX*).

Além de constatar a satisfação dos usuários e a qualidade do produto entregue, buscou-se verificar com as empresas





pesquisadas, quais delas utilizam ferramentas e/ou padrões de UX e UI no desenvolvimento de suas aplicações computacionais, e quais seriam estas. O resultado é apresentado no Quadro 2.

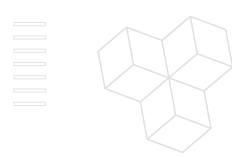
Quadro 2 – Ferramentas/padrões utilizados pelas empresas

Ferramentas	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4
Metadados	X			
Thesaurus		X	X	
User research			X	
Especificação de cores	X	X		
Especificação de layouts		X	X	X
Interface design patterns	X	X	X	X
Mecanismos de busca	X	X		
Estudo tipográfico				
Taxonomia		X		

Fonte: os autores.

A partir do Quadro 2, observa-se que grande parte das empresas pesquisadas entendem ser importante a utilização de ferramentas para análise e desenvolvimento de suas aplicações. É possível perceber que a Empresa 1 utiliza ao menos quatro dos nove padrões questionados. Por sua vez, a Empresa 2 utiliza, ao menos, seis das ferramentas e padrões questionados. A Empresa 3 utiliza quatro. Por fim, a Empresa 4 utiliza duas das nove ferramentas e padrões. Constata-se ainda no Quadro 2, que, das ferramentas apresentadas, a mais utilizada pelas empresas foi *Interface design patterns*, e que as menos utilizadas foram *Metadados*, *Taxonomia* e *User research*. Já *Estudo tipográfico* não foi assinalado por nenhuma das empresas.





Em suma, o Quadro 2 aponta que, quanto às ferramentas utilizadas para o desenvolvimento de aplicações e visando à satisfação dos usuários, as empresas estão cada vez mais preocupadas com o produto entregue para o seu cliente.

3 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi avaliar a importância de se utilizar ferramentas para o desenvolvimento de uma interface web, para que esta seja sugestiva e, ao mesmo tempo, fácil de se utilizar. Para tal, realizou-se a aplicação de um questionário de pesquisa, referente à utilização de *UX* e *UI* no desenvolvimento de softwares em quatro empresas da região da AMOSC.

Desse modo, primeiramente, procurou-se investigar quais os tipos de softwares desenvolvidos pelas empresas, para qual público o software desenvolvido é designado e o quão abrangente é esse software. Como resultado, comprovou-se que 75% das empresas entrevistadas se preocupam com a satisfação do usuário. Provou-se que 25% delas se preocupam com a eficácia do sistema, pensando no quão eficiente o sistema é e se atende ao objetivo esperado. E que, ao menos, 75% delas pensam tanto na satisfação do usuário quanto na eficácia do sistema. Importante ressaltar que, das empresas pesquisadas, todas atuam no mercado de trabalho há mais de 10 anos.

O objetivo da pesquisa realmente foi alcançado a partir da coleta de quais ferramentas e/ou técnicas de *UX* e *UI* as organizações avaliadas faziam uso. A utilização de *Interface design patterns* apareceu em 100% das empresas entrevistadas, isso quer dizer que todas utilizam um padrão de desenvolvimento de projetos, mantendo, assim, a integridade e a sustentabilidade do software. O uso de tipografias foi de 0%, provavelmente por não conhecerem a





importância dessa técnica, ou por não possuírem em seu quadro de profissionais um Design de Interfaces de fato e não um programador com conhecimento de elaboração de “tela”.

Apenas uma empresa (25%) assinalou o uso de Taxonomia, o que demonstra de certa forma que está preocupada com a construção de seus menus navegacionais, expondo links que condizem realmente com o que se propõe a fazer e de acordo com as preferências de seus clientes.

Por fim vale ressaltar a importância na utilização de ferramentas e técnicas no desenvolvimento das interfaces de aplicações, sejam elas designadas ao público em geral, sejam a uma determinada empresa, pois o feedback do usuário é o que tornará seu software legível e agradável, atingindo, assim, cada vez mais usuários.

Dessa maneira, conclui-se com este estudo, dentro dos limites que possui de empresas analisadas e de ferramentas e/ou técnicas verificadas, que, em sua maioria, as organizações estão utilizando conceitos que buscam atingir *UX* e *UI* no desenvolvimento de seus softwares.

REFERÊNCIAS

ARTY, David. **UI Design - O que é User Interface Design (UI DESIGN)?** 2018. Disponível em: <https://www.chiefofdesign.com.br/ui-design/>. Acesso em: 29 out. 2019.

CAELUM. **Design visual.** 2018. Disponível em: <https://www.caelum.com.br/apostila-ux-usabilidade-mobile-web/design-visual/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CAMPOS, Alexandre de. **Mas afinal o que é UX Research de fato?** 2018. Disponível em: <https://medium.com/senior/mas-afinal-o-que-%c3%a9-ux-research-de-fato-e6e490cd7ce5>. Acesso em: 1 set. 2019.





CAMPOS, Luiz Fernando de Barros. **Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais**. 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11673>. Acesso em: 11 out. 2019.

COSCARELLI, Daniel. **UX Research como parte importante do processo de criação centrado no ser humano**. 2016. Disponível em: <https://masters.com.br/design-ux/ux-research-como-parte-importante-do-processo-de-criacao-centrado-no-ser-humano>. Acesso em: 3 set. 2019.

CYBIS, Walter. **Ergonomia e Usabilidade**. São Paulo: Novatec Editora Ltda, 2010.

EVACOV, Marília; VANTI, Nadia; ZANCAN, Júlio César. **O Tesouro Eletrônico do Mundo do Trabalho: produto de um esforço interdisciplinar**. 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45340>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FERREIRA, Adriane Pedros Dias; FERREIRA, Luciano. **Medindo a satisfação dos usuários de um sistema integrado de gestão**. 2008. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/266_satisfacao-erp_Seget.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

FONSECA, Kakau. **Como usar as cores em ui design**. 2018. Disponível em: <https://brasil.uxdesign.cc/como-usar-as-cores-em-ui-design-9e145cb21664>. Acesso em: 1 set. 2019.

GOMES, E. Hagar. Taxonomia e a web, construção e uso. 2014, Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bitit/taxonomianaweb.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

GUDWIN, R. R. **Componentes, Frameworks e Design Patterns**. 2010. Disponível em: <http://www.dca.fee.unicamp.br/~gudwin/ftp/ea976/patterns.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.





GUIMARÃES, Felipe melo. **Quais são as melhores ferramentas de prototipagem de interface? ui ux.** 2017. Disponível em: <https://medium.com/aela/quais-s%C3%A3o-as-melhores-ferramentas-de-prototipagem-de-interface-ui-ux-9b36155eef7a>. Acesso em: 3 maio 2019.

GUSHIKEN, Fábio. **Descubra qual a importância da tipografia para o design!** 2017. Disponível em: <https://www.alura.com.br/artigos/descubra-qual-a-importancia-da-tipografia-para-o-design>. Acesso em: 1 set. 2019.

HARPRING, Patricia. **Introdução aos Vocabulários Controlados Terminologia para Arte, Arquitetura e outras Obras Culturais.** 2016. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Vocabularios%20Controlados%20-%20Digital.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

LONGEN, Andrei. **O que é ux (user experience)?** 2019. Disponível em: <https://www.weblink.com.br/blog/seo/o-que-e-ux-design/>. Acesso em: 2 maio 2019.

LOVI, Rafael. **O que é User Interface (UI).** 2017. Disponível em: <https://www.raffcom.com.br/blog/o-que-e-ui/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LUZ, Charley. **Usabilidade da busca: funcionamento de um sistema de busca.** 2017. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/usabilidade-da-busca-funcionamento-de-um-sistema-de-busca/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PISCITELLO, Dave. **Parte I: o que são metadados?** 2016. Disponível em: <https://www.icann.org/news/blog/parte-i-o-que-sao-metadados>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PRATES, Raquel Oliveira; BARBOSA, Simone Diniz Junqueira. **Avaliação de Interfaces de Usuário – Conceitos e Métodos.** 2003. Disponível em: http://www-di.inf.puc-rio.br/~simone/files/jai2003_avaliacao_s.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.



SCHISSATO, Jessica. **O que são Design Patterns?** 2017. Disponível em: <https://www.princiweb.com.br/blog/programacao/design-patterns/o-que-sao-design-patterns.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

STEFAN, Jozef. **Feedback do usuário final sobre um sistema de sensor de qualidade do ar portátil de baixo custo – já chegamos?** 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/pmc6263673/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

STRAUSS, A. L. **Qualitative analysis for social scientists**. Cambridge, 1987.

TEIXEIRA, Fabricio. **As funções responsáveis por projetar a Experiência do Usuário (UX)**. 2014a. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/funcoes-responsaveis-por-projetar-experiencia-usuario-ux/>. Acesso em: 3 set. 2019.

TEIXEIRA, Fabricio. **As implicações do campo de busca na experiência do usuário**. 2014b. Disponível em: <https://brasil.uxdesign.cc/as-implicacoes-do-campo-de-busca-na-experiencia-do-usuario-27400fc455d8>. Acesso em: 3 nov. 2019.

TEIXEIRA, Fabricio. **Os entregáveis da arquitetura de informação**. 2011. Disponível em: <https://brasil.uxdesign.cc/os-entregaveis-da-arquitetura-de-informacao-ff03baf3ba45>. Acesso em: 13 dez. 2019.

ZEMEL, Tércio. **Tipografia com foco ao web design: fonte, tipo, tipologia e tipografia**. 2017. Disponível em: <https://desenvolvimentoparaweb.com/design/tipografia-foco-web-design-fonte-tipo-tipologia-tipografia/>. Acesso em: 2 nov. 2019.

ZEMEL, Tércio. **Wireframes para web: guia completo de desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <https://desenvolvimentoparaweb.com/ux/wireframe-web-guia-completo/>. Acesso em: 30 out. 2019.